



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**CORPOS PRETOS AO SOL E PELES BRANCAS ÀS SOMBRAS:  
TRABALHADORES ENTRE O INFERNO E O PARAÍSO NO SERTÃO DO SÃO  
FRANCISCO**

**SÃO CRISTOVÃO – SE**

**2023**

**DORIVAL PEREIRA OLIVEIRA**

**CORPOS PRETOS AO SOL E PELES BRANCAS ÀS SOMBRAS:  
TRABALHADORAS E TRABALHADORES NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO,  
ENTRE O INFERNO E O PARAÍSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe-PPGS/UFS, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

**Prof. Dr. Petrônio José Domingues**

Orientador

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**

**2023**

### **Dados de Catalogação na Publicação (CIP)**

Oliveira, Dorival Pereira.  
O48c      Corpos pretos ao sol e peles brancas às sombras [manuscrito] : trabalhadores no sertão do São Francisco, entre o inferno e o paraíso / Dorival Pereira Oliveira. – São Cristóvão, 2023.  
455 f. : il. ; color.

Orientador: Dr. Petrônio José Domingues.  
Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Operários. 2. Companhia elétrica. 3. Racismo. 4. Identidade. 5. Sertão. I. Domingues, Petrônio José, orient. II. Título.

CDU 316.343.632:323.14  
CDD 320.56

**Ficha elaborada pela bibliotecária documentalista Joyce Dayse de Oliveira Santos  
(CRB-5/SE-002005)**

As existências humanas, pretas, pardas e brancas as quais de diferentes formas e conteúdos dedicaram tempo, expondo seus corpos, desejos e saberes para marcarem as estruturas econômicas, sociais, políticas, simbólicas e estéticas, com sua arte, sua imaginação e capacidade criativa continuaram os sentidos ancestrais do rio, da luta do povo do sertão do São Francisco. Aos humanos denominados *cassacos* e mesmo diante da sua desumanização cravaram em demasia o curso da vida, do rio e das lutas no Nordeste e no sertão.

Da mesma forma, refiro-me às perdas precoces do negacionismo e à escuridão que assolaram sentidos, histórias e afetos nestes tempos incertos e sombrios da Covid. Encerrando, a todas as pessoas que, apesar do racismo, da negação e das violências estruturais e simbólicas, lutam, pesquisam e mantêm vivas as suas negritudes, razão pela qual, existir é um ato de coragem, o que irrita o sistema e os modelos brancos de ser, pensar, simbolizar e agir em diferentes cantos e encantos do planeta.

## AGRADECIMENTOS

Dessa rede viva, está a minha existência. Ela revela uma parte do meu mundo e das páginas esburacadas, rasgadas e inteiras das minhas marcas, sentidos e acontecimentos. Desse modo, *o eu em mim e o eu nos outros*. Uma sinfonia desconexa posto uma vez que transita entre a linha tênue e arrebatadora dos afetos, e das estruturas inseridas nas minhas andanças históricas as quais observadas, o necessário rigor das ciências caminham na linha tênue, entre a razão imbuída do rigor do método e a emoção inerente aos significados. Aqui está meu processo, o humano, seus limites e o seu devenir.

A minha incompletude e tudo que vive dentro e fora de mim; condições reais da minha existência, os reflexos e ecos intrínsecos ao meu trabalho, visceralmente vinculados às condições socioeconômicas, políticas, culturais e simbólicas enfim, minhas experiências e ancestralidades.

Aqui estão presentes, as vivências, as emoções e as sutilezas da minha sensibilidade. As quais dão sentidos e significados nesse universo diverso, complexo e desafiante da investigação científica.

Vamos mencionar, a genealogia impregnada em minha condição humana; sendo inicialmente, os ancestrais maternos na memória de nomes de registros.

Às minhas “pessoinhas”, iniciando pela família materna:

Hilda Pereira, avó, preta, mãe de 8 filhos, nascida no sul do Estado da Bahia e transitou como trabalhadora nas fazendas de cacau, sendo mãe amorosa (*in memoriam*). João Odorico, avô materno. Os paternos: o avô, Laurentino Braga, nasceu, viveu e desencarnou no município de Porto Seguro-BA.

À minha etnicidade, a minha lutadora mãe, Maria Helena Pereira Oliveira que amorosamente pariu dez filhos. Uma mulher, preta, que pelas circunstâncias quase educou sozinha a numerosa prole. Neste espírito foi a matriarca, posto que, meu pai estava sempre no “trecho a trabalho”.

Meu pai, Daniel Braga, branco de olhos verdes, nasceu no Estado da Bahia no município de Santa Inês. Ele trabalhou em uma empreiteira da Chesf, no município de Jequié-BA.

Continuando o caminho pelas memórias, registramos afetivamente a cumplicidade das irmãs e irmãos biológicos e todas as pessoas que juntaram-se na jornada. Neste espaço sociocultural denominado de família, elencamos;

Danilton César, dos oito irmãos, o mais velho, branco, que estudara até a 4ª série em uma unidade escolar localizada no acampamento Chesf. À menina, Fernanda Souza, e o jovem, Welbet Sousa, (*in memoriam* e de forma violenta), sobrinhos dedicados à vida. Enfim, Denilton desencarnara em 2019, aos seus 54 anos de existência, coincidentemente no mesmo ano quando ingressei no PPGS-UFS.

Seguem os pedaços da existência. Meu irmão Djalma Oliveira, preto, lutador da vida, que cursara o 2º Grau, sempre desempenhou função no setor de transporte rodoviário.

Djalma “vendia bilhetes de passagens de ônibus”, portanto, colaborava nas idas e vindas do povo. Ele é casado com Marineide Pereira, mãe de meus sobrinhos: Tiago Pereira. Tiago é o pai de Lara Helena, sobrinha estudiosa. Seguem os sobrinhos, Lucas Lemos. Ele é casado com Rafaela, mulher lutadora, sendo sua prole Laura e Cecília, estas crianças pedacinhos de valores humanizantes. Na linhagem de sobrinha, Danielle Pereira, dedicada aos estudos da anatomia humana e com firmeza segue a jornada acadêmica ao lado do seu companheiro Ricardo Manzzon.

A minha irmã Eliene Pereira Oliveira, branca, ensino médio, retirante, residindo há muitos anos em São Paulo, detentora de alma grandiosa, acordando todos os dias às 4 da manhã e chegando às 8 horas ao trabalho. Nestas páginas contêm muito de sua solidariedade espiritual e econômica. Ela é mãe amorosa da Andriele, uma jovem estudante da Universidade de São Paulo.

O amigo e irmão caçula Dailton Oliveira, branco, de olhos verdes, cursou o ensino médio, militante do povo, ativista dos movimentos sociais e companheiro.

À mulher e ritualística irmã, Mara Rúbia. À professora e irmã, Ailda Márcia, que exerce com compromisso saberes e militância no magistério do Município de Guarulhos-SP. Tem muito gosto pela leitura. É mãe de Helena Maria, sobrinha estudiosa e companheira de sua mãe.

À Cristiana Pereira. Sendo mãe de Daniel, um jovem de 17 anos, pardo, o qual expressa amor aos estudos, cuida bem de si e de seu irmão mais novo, João Pedro.

À professora Dilma Carmem na sua condição de mãe das crias: os meninos Sandino Lamarca (22 anos) e Daniel Marighella (17 anos, autista); mulher das lutas humanas e saberes libertários, que em mim despertou os mais humanos desejos. De 1988 a 2010, dividimos um projeto de vida de amor e solidariedade. Hoje vivemos aquilo que iniciamos, a amizade e a solidariedade.

À família da Dilma Carmem, nominando: dona Maria de Lourdes, sua mãe, e o seu pai, José Carlos Braz, ex-funcionário da Chesf, a sábia patriarca, D. Maria Inácia (*in*

*memoriam*) e seu esposo Marçal Pinto (*in memoriam*), ex-funcionário da Chesf. Nestas memórias rascunhadas transitam as amigas e ex-cunhadas: Deborah Carla, Divanilma Catiane, Divaneide Kátia, feliz pelos afetos e aprendizados. Ao Lucas Costa, Bianca Costa, Ariel Barros, Bárbara Costa, Beatriz Costa, Cauã Costa, são jovens com os quais testemunhei as experiências das infâncias e os seus crescimentos humanizados.

Ao Daniel Marighella, o filho amigo, que na sua condição de diferente, “daquilo que se convencionou em classificar de normal”. “Quem é normal?” Daniel me ensina sobre as infinitudes e incompletudes da existência humana.

Ao Sandino Lamarca, filho, amigo e confidente, caminhante na vida, desde 2019 na UFS dialogando com as Relações Internacionais e na Faculdade Pio Décimo, no espírito do Direito.

A memória tenta visitar todas as pessoas que acompanharam mais de perto o início da militância sociopolítica e cidadã, nominando-as: Jesus Villace, um humano de origem espanhola, devido à missão de padre, estimulou a consciência crítica e as organizações populares em Jequié e região. Aprendi quanto a fé, a religião e a religiosidade podem ser o “ópio”, mas, igualmente fonte de libertação. Rosa Maria, Leonília, Marinete, as quais faziam parte da comunidade com o padre Jesus, sendo mulheres dedicadas infinitamente à vida e à organização do povo. Nesse itinerário em dimensões diferentes, a amiga Ricarda Ávila, educadora de luta em Fortaleza-Ceará.

Continuando a navegação de visitação à memória, agradecer à família sociocultural e militante – a comunidade Leiga Missionária, são eles e elas:

Santiago Milan, humano, missionário que exercera juntamente com Jesus Villace, o sacerdócio em Jequié-BA. Um dos princípios de sua ação pastoral, pela fé, formar e organizar lideranças populares. Santiago dedicou tempo, apoio, espaço e suporte econômico para a comunidade leiga. A este ser humano minha eterna gratidão.

Neste mesmo espírito, agradecer a Mário Zanetta (bispo da Diocese de Paulo Afonso-BA), Lívio Picolli, Wilson e Wilton, Alberto, Celso Anunciação, Aldo Pimentel e João Batista. Estas pessoas na condição de padres dedicaram tempo, amor e compromisso ao povo do sertão. A memória agradece também à Maura, Penha, Cícera, Celina Belloti; estas mulheres vocacionadas pela fé e compromisso com as lutas do povo.

Às irmãs e aos irmãos da caminhada da pastoral popular, das comunidades de base: Floriza Sena, mulher preta, logo cedo iniciou sua militância na causa operária, nos grupos da periferia de Jequié, no bairro nominado de Mandacaru, uma vez que, pelo meio geográfico simboliza o imagético, a resistência. Graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal

de Sergipe (UFS). Atualmente na Uneb-Opará, dedicando tempo, energia à pesquisa e o estímulo incansável às lutas dos povos e comunidades tradicionais do sertão da Bahia e de outros encantos do planeta. Ela, a irmã Cultural.

À Sandra, menina preta de luta, sensibilidade musical, transitou pelos trabalhos populares no sertão sagrado de Canudos-BA.

Elói Lago, Roseane Araújo, Antônio Pitanga, Alderisa Lopes, Iubrai Bezerra, Plínio Rogério, e a todas e todos que bebendo de uma leitura teológica libertária, não antagonizam com o saber científico.

À amiga e pedagoga Silvoneide Alves e toda sua família, pelo acolhimento e partilha da vida. Eles residem na Vila do Rato, periferia de Paulo Afonso, bairro hoje “modernizado” pelo alto, rebatizado de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Neste mesmo universo, à Maria Lopes, liderança popular e a toda sua família, composta de lutadores do povo, uma das linhagens “fundadoras do bairro Vila do Rato” e pioneiros da associação de moradores deste mesmo lugar.

Nesta teia de relações amorosamente constam: as pedagogas e pedagogos, Maria Célia, Dalma Regina, Mário Moura, Altamir Luiz, Hermano Venâncio, Sioneide Alves, Dilma Carmem e Divânia Cássia. Era muita gente trabalhando para libertar mais gentes, via educação popular.

A trajetória humana popular e acadêmica segue suas páginas. Em 1993, pela ocasião do ingresso no bacharelado em Ciências Sociais na UFS, sendo esta, a segunda turma pós-reabertura deste curso, que fora proibido pelos governos do Estado ditatorial.

Na UFS, fui agraciado na partilha de saberes críticos e inquietantes da Sociologia, da Antropologia e da ciência política com os seguintes professores e professoras: Caio Amado, Rogério Proença, Neilza Barreto, Luiz Alberto (*in memoriam*), Jovelina, Ibarê Dantas, Alexandrina Luz, e também Tamara Maria de Oliveira.

Reconhecimento pelo compromisso e abertura das janelas e avenidas do conhecimento, aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/PPGS: Fernanda Rios Petrarca, Paulo Sérgio de Costa Neves, Tânia Elias Magno, Wilson José Ferreira de Oliveira, Marcelo Aláριο Ennes, e Ivan Fontes Barbosa (este foi colega e amigo na graduação na UFS), Wilma Soares de Lima Barbosa e todas as gentes as quais criaram, alimentaram e resistiram aos ataques contra os saberes que “irritam” o sistema. Enfim, aos talentos humanos da secretaria do Programa; Fernando e Dayane.

Prosseguindo a memória, uma necessária e afetiva deferência, no Programa de Pós-graduação em Sociologia foi o reencontro com o professor Rogério Proença de Sousa Leite, o

qual proporcionou-me uma viagem contextualizada e fascinante com a mãe Filosofia, inspirada pela máxima: *as sombras se confundem com a realidade e a realidade com as sombras*. Nesta itinerância epistemológica, consegui estabelecer muitas conexões entre a Filosofia e a Sociologia.

Retornando aos fragmentos dos meus espaços de aprendizados. No período de 2005-2009, exerci mandato de parlamentar municipal em Paulo Afonso-BA. Período quando mais de perto dividi a vida com o conselho do mandato popular com estes valiosos seres humanos: Isabel Gomes, Dorisvan Lira, Elisângela Alexandrino, Joseliton dos Santos Uenderson, Luciano Pereira, Ana Martins, Apolinário Bezerra, Gilmar Pontes e outras tantas pessoas envolvidas nas lutas e utopias coletivas.

Nas rodas da vida, agradeço ao professor Edvaldo Nascimento, um lutador e pesquisador da alma, das lutas dos habitantes do Nordeste e do Sertão, especialmente do povo alagoano.

Edvaldo, sua vida, sua produção e luta política me inspiraram e me motivam. As itinerâncias que superam, ele *meu* discente, e neste período de PPGS, contudo exerceu decerto papel informal de coorientador e financiador de alguns materiais, especialmente de livros e dicas de fontes empíricas.

Registrar, o amparo da professora Divânia Cássia Costa, mulher de saberes libertários, incentivadora e participante das lutas e dos estudos. Pessoa que também tem sua vida de graduada e pós-graduada na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é docente na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus sertão em Delmiro Gouveia-AL.

Reconhecer as marcas em minha visão de mundo, através do convívio com os humanos da Universidade do Estado da Bahia em geral e, em particular, com as pessoas do cotidiano no Campus VIII em Paulo Afonso-BA. Nestas páginas escritas a partir de 1997, existe muita gente envolvida. Certamente as referências mais particularizadas daqueles e daquelas que a memória faz uma suave visita.

Às pessoas as quais refiro-me, pelo exercício de suas funções, às vezes são inviabilizadas nas instituições, visto que não estão em salas de aulas e sim nos serviços administrativos, na limpeza, no apoio e no “fazer o cafezinho”. Sendo eles e elas: Helena Nunes, Vera Nane, André, Binho Melo, Alzenir, César, Ivan, Sérgio Batman, D. Sebastiana (*in memoriam*), Virgínio, Rodrigo; Roseni das Neves, esta, de muita partilha e solidariedade humana. Sendo uma mulher assumidamente preta, é detentora de mãos operosas, saberes e lutas. Ao Jander Kleber, este, sempre no socorro imediato para as questões tecnológicas. A vocês, minha gratidão anunciada e experienciada.

Ao amigo e professor Juracy Marques, um ser humano com o qual aprendi a pensar em alma, desejo, ecologia humana, plantas, gentes e os animais do sertão.

Ao professor Paulo Alfredo Rocha, irmão educador da esperança e a Reginaldo Carvalho, de arte encarnada na vida do povo. A Luís Paulo Neiva, pesquisador da Uneb e comprometido com a memória e luta do povo de Canudos no sertão da Bahia. À amiga e professora Josilda Batista, Elilian, Joelma Boa Ventura, Cleonice Vergne, Jamile da Siveira, Edjane Soares, Gicelma Cavalcante, Vinícius Santos, Edilson Alves, Maria José, Fátima dos Santos, Adriana Cunha, Carla Liane, Adriana Mármore e Lorisvaldo Valentim (*in memoriam*), e outros amigos de perto da docência na Uneb: Bruno Heim, Marcelo Politano, Isan Lima, Carleandro Dias, que são amigos de sonhos libertários.

Ao humano e analista ambiental, Sérgio Freitas, lutador e estudioso da sociobiodiversidade, irmão solidário que humanamente transita nas organizações do povo e do Instituto Chico Mendes (ICMbio).

Fábio Bandeira, Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), pesquisador do sertão. Foi meu orientador na pós-graduação sobre povo de terreiro e representação da política no sertão. Nestas águas de saberes, Roberto Sidnei Macedo, UFBA e o Miguel Almir, UEFS, pela partilha de significados.

Valda Aroucha, Maurício Aroucha, Galileu Aroucha, Bruna Graziela e o Rodolfo, de perto nos significados do bioma caatinga de saberes, lutas e compromissos emancipatórios.

À família mais de “pertim”, aquela união sociobiológica por escolha e afeto. Aquelas fontes de rios, de mananciais encarnados por onde correm as expectativas, os projetos secretos e revelados da jornada humana.

À Maria Carolina, com quem dividi um período e um afeto em páginas relevantes da minha existência. Com ela, partilhei intensas conversas e aprendizados. Isso, extensivo à sua família: Cláudio Manoel da Costa, seu pai (*in memoriam*, ele era funcionário da Chesf); à sua mãe, D. Ivoneide da Costa, mulher pernambucana, forte na fé, na música e nas lutas. Aos filhos da Carolina; Igor Renan, Ian Bernard e o Iuri Ramon. Pessoas que também me humanizaram. Enfim, a Manoel Costa e sua companheira Gardênia Martins; Cláudio Manoel e sua esposa, Fabiana, e aos seus filhos Pedro, Letícia, Matheus e o Heitor pela partilha e gratidão.

À professora Edilene Ribeiro pela amizade única e desafiante. Essa moça, foi o melhor presente recente que o universo me apresentou. Com ela, muitos diálogos sobre a jornada humana, sendo estes intensos em tempos antigos e recentes, particularmente no

período inicial de ingresso e permanência no Programa de Pós-Graduação (PPGS/UFS). Obrigado pelo zelo e cumplicidade menina, mulher, mãe.

Aos amigos Gilvan e Rômulo Barros, reconhecimento e gratidão pela amizade.

Às pessoas da Faculdade Sete de Setembro (atualmente UniRios), sendo os professores: Jacson Gomes, Gilberto Gomes, Luiz José, Danieli Gama, Jaques Fernandes, Hélio Ventura, Hilton da Silva, Manuela Vergne, e tantos outros pela partilha de saberes.

Nas lembranças, o Thiago Coelho, psicólogo das causas impossíveis e seu pai, o sertanejo, Senhor Manezinho da Várzea.

Aos parentes ancestrais das nações indígenas no sertão: Sandro Tuxá, Tayra, Tatiane Tuxá, Patrícia Pankararé, Antonio Pankararu e todos os povos originários do universo.

À Neide, Assis e Jane que são proprietários e trabalhadores do mercadinho localizado próximo onde moro.

Às amigas Tamires Silva, Luene Silva, Fátima, Marcela e ao Vitor, estas pessoas de risos e da biologia e arqueologia, de sentidos e significados acadêmicos.

O cearense arretado, Antônio José, o *Zezinho*, talentoso de lutas da vida. A sua companheira, Simone Dias, uma mulher sertaneja de amor e afetos. Sua filha Shaenny (estudiosa de sonhos leves), e a chefe, mãe, sogra e avó, Dona Severina, pessoa de infinita fé e esperança.

Na lanchonete do Zezo, encontramos as gentes para rir e jogar conversa para dentro e para fora, são elas: Maurício, o índio, o Valdomiro; o Isaac, a Taty, o Beto do pastel, o Tibério, Janaíno o Macarrão, o Kleber, a Cíntia, o Mário, a Adla, o Sr. Adailton, o Gabriel Pitanga, o Banda, a Elma, o Ronald, a Danila, o Daniel, o Danilo, Eddy, o músico e a sua companheira talentosa, a Bela, o Sr. Milton o artesão, o Zé Luiz da Val, o Eduardo, o Pedro Júnior - vencedor, o Robson Varjão, da sabedoria farmacêutica, a Adriana e a Vitória. Desse modo, pela longa lista, este é o lugar onde se bebe e se escreve em noites quentes e frias de verão, no sertão do São Francisco.

O Centro Territorial de Educação Profissionalizante de Território de Itaparica (CETEP) I, instituição de ensino médio, onde na atualidade exerço a função de professor. Com as pessoas desta unidade de ensino, dividimos os laços e profissionalismo educativo; são elas e eles: Wallace, Daniela e Carminha, Fátima Simeão, Adélia, Manoel, Mércia, Bruna e Jamile, Pedro, Liliane, Flávia, Fernando e Lázaro.

No CETEP I, sinto o povo do “cafezinho e da limpeza”, os valiosos trabalhadores e trabalhadoras da Educação, que são: Vânia, Ninha, Severino, Luzia, Adriana, Nicinha, Andressa, junto com os profissionais da secretaria: Márcia, Cássia, Hélia e D. Sônia.

Ao professor Galdino Silva, João de Sousa, Roberto Ricardo, Alcivandes Menezes (*in memoriam*), pesquisadores da alma, do povo do sertão e da Academia Paulo Afonsina de Letras.

As almas e corpos contextualizados do aglomerado de sentidos e afetos, a denominada Turma 2019.1 do conceituado PPGS-UFS, são: Ana Ventura, Eduardo, João, Marcos, Samarone, Wendel, Nelson Santana, Fagner Bonfim, Arthur Alves, Ivan. O conjunto que pelas circunstâncias e identificação de ritos e aqueles mais restritos por singulares identificações e por consequência, nos aproximamos para além do espaço das capas da sala, “cela” de aula, são eles: Roger, amigo das longas conversas, das caronas, era meu aplicativo em Aracaju e São Cristóvão.

Finalmente e não tão menos relevante destas tortas escritas da vida, registro a solidariedade do amigo Hernany Donato de riso fácil. O Roger, com eles celebramos as caipirinhas, as conversas sobre pretitudes, a política e os movimentos sociais. Este amigo, juntamente com o Luiz Paulo, estiveram algumas vezes em minha residência em Paulo Afonso.

Rosinadja Morato, a Rose, uma mulher das estatísticas humanizadas do IBGE. Menina afetuosa nos diálogos e na liderança do grupo. O que seria de nós, sem nós e de nós sem o outro?

Ao Petrônio Domingues, professor e doutor. Ponto parágrafo. Porquanto, nessas páginas de vida, eu primeiro refiro-me às pessoas que moram nele: o humano, homem preto e dialógico.

Domingues possui uma vida marcada entre o mundo pensado e o mundo vivido. Ele é sensível, humanizado e humanizante. Para além dos necessários ritos institucionais, neste período, cultivamos laços de amizade recheados de diálogos, confidências de nossas agonias cotidianas.

Petrônio na condição da amizade nascente, permitiu-se passar uns dias aqui nas margens do velho Chico. Neste encontro, o fenômeno da pesquisa tornou-se mais evidente e não evidente: o objeto se confundindo com as sombras. Dialogamos no cenário da pesquisa, sobre o racismo no sertão, a partir da formação racial do operariado da Chesf. Foram diálogos intrigantes, visto que uma coisa é imaginar o real, outra, é pisar no mundo do real, ainda que um real escondido. Neste sentido, senti uma profunda mudança de significados, visto que, ingressei no programa com a intenção de investigar os impactos das cotas raciais na universidade do Estado da Bahia em geral e em particular no sertão. Desta escuta fértil,

alteraram-se os sujeitos, entretanto, permanecendo a motivação científica: minorias, racismo, identidade e pretos pós-abolição.

Enfim, experienciei mais um privilégio, o de sentir, escutar, a produção acadêmica do orientador e seu rigor metodológico visto que, pisando no campo fértil da pesquisa, tudo isso regado a ritos de celebração do rio, de sua história e de seu povo.

Ao orientador, sou grato e registro na história o meu infinito reconhecimento, de sua vida, seu compromisso com o protagonismo preto, sua produção científica, sua ação no mundo, que exalam sentidos e os significados libertários.

Vamos continuar exercitando as energias contidas na memória, uma vez que, ninguém faz nada sozinho, em razão disto, e de alguma forma, há significados, pessoas, seus papéis sociais e institucionais nos enredos humanos. Vamos continuar visitando a memória.

Agradecer a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) pelos empreendimentos que deram relevantes significados às estruturas econômicas, sociais, políticas, culturais, simbólicas ao Nordeste e ao Brasil.

Reconhecer o apoio e a sensibilidade com a pesquisa, manifestadas pelo Sr. Gilberto Pedrosa, o Maninho, extensivo igualmente ao Sr. Mário Jorge, atual administrador regional da Chesf, que abriu as portas dos arquivos, dos documentos, das imagens no Centro de Documentação e Memorial Chesf. Gratidão ao Sr. Mário Jorge, isso alusivo à toda Diretoria desta conceituada empresa.

Maria da Conceição, carinhosamente “Ceixa”, a administradora do Memorial Chesf, que em plena pandemia, me permitiu o acesso à vida operária, abrindo sem ressalvas as portas da instituição, onde me pude sentir “a alma da empresa e as marcas ancestrais” das pessoas brancas, pretas e pardas que expuseram seus corpos e saberes construídos nesta engenharia que marcou e marca a vida do Nordeste, do sertão e do país.

Ao Matheus e ao Sr. Agenor, que no CDOC, me proporcionaram o acesso às “caixas de pandora” que trouxeram à tona nos dossiês do operariado, muito das marcas laborais racializadas no sertão.

Ao Sinergia, uma organização dos contrários, da força do povo preto e pardo, brancos pobres, que marcaram a resistência e concepção de mundo que inventou, negou e se afirmou no sertão.

Vamos nominar as pessoas do sindicato: Carlos Alberto, militante e liderança popular, que facilitou o acesso à memória dos invisíveis, visíveis. Ao Afrânio, responsável pela secretaria, rasgou as fendas da vida dos trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados no sertão

do São Francisco. À mulher Ioná Silva, que atua na recepção, simbolizando nos saberes e sorriso a “porta de entrada do Sindicato”.

Aos dirigentes e ex-dirigentes do sindicato: Joildo, Raimundo Lucena, José Cabral de Moura, José Melo, Denis. Ao Gilberto Santana, por escrever com linhas as energias da classe, da história e das águas do rio de seu povo.

A Sivanildo, militante, preto, estudioso e de profundas marcas na pele e na sua jornada de humano proletário no sertão.

A todas as marcas corporais dos que me permitiram o diálogo, abrindo as recriações do passado-presente, me expuseram a memória da infância, da migração, da política, dos trabalhos, das cantigas, das lutas, das identidades, das famílias. Os relatos regaram as subjetividades, as marcas do tempo, imergindo no curso das águas coisificadas em matéria-prima para o progresso de uns e às dores de outros.

Ao professor Lázaro da Conceição, os militantes e estudantes: Cláudio Vinícius, Caíque Lima, Esther, João Ricardo, Caíque dos Santos e à artista Sarah Bennety.

Enfim agradecer ao humano estudante de design, o José Luís Marins, jovem talentoso que colocou parte de seu valioso tempo e sua energia para colaborar, corrigindo e criando. José Luís, gentilmente partilhou a sua técnica imprescindível para o formato e o conteúdo desta inconclusa escrita.

## RESUMO

Esta tese de doutorado investigou o processo de criação e implantação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e sua política de construção de usinas e barragens no Município de Paulo Afonso-Bahia, na região do sertão do São Francisco, entre 1950 e 1990. A criação da estatal está inserida na lógica do modelo desenvolvimentista brasileiro e sua ação modernizadora teve como objetivo atender as bases do nascente capitalismo industrial. A Chesf difundiu uma descrição fundamentada no meio e raça, influenciando na hierarquização inspirada na cor da pele, formação escolar e origem sociocultural do operariado. A empresa atraiu para o sertão, um contingente de quase 15 mil operários e operárias. A presença da estatal reconfigurou as relações sociopolíticas, econômicas e simbólicas, forjando uma identidade espacial interligada a um processo histórico. A descrição da Chesf produziu um tipo específico de racismo e uma patologização do humano que se movimentou na ambivalência da aceitação, recusa e resistência identitária para se adaptar ao processo modernizante implementado pela companhia. O operário preto e pardo tornaram-se invisíveis em raça, mas se configuraram em objeto útil para a disciplina e o controle necessário para a política desenvolvimentista, que aproveitou o potencial hidroelétrico do Rio São Francisco. Para identificar e analisar as práticas racistas e discriminatórias consubstanciadas No território, percorremos primeiramente o espaço migratório do operariado; que nos possibilitou sua identificação sociocultural, origem, formação e inserção no mundo do trabalho. No espaço do mundo do trabalho, verificamos a ocupação funcional, segregação residencial, vigilância e disciplina imputadas pela estatal aos operários brancos, pretos e pardos. No espaço da cidadania política pudemos verificar os registros das lutas, conflitos de classes, resistência e silêncios da organização sindical do operariado da estatal no sertão. Estabelecemos diálogos com literatura da Sociologia Clássica, História e Sociologia das relações raciais. Os operários pretos e pardos eram visíveis em seus corpos para o trabalho, mas invisíveis na sua ancestralidade de povo, sertão e nação. No sertão do São Francisco narrou-se o racismo brasileiro com singularidades nordestinas e sertanejas, que pelas praticas da chesf designou o inferno e paraíso para trabalhadoras e trabalhadores brancos, pretos e pardos.

**Palavras-chaves:** operários, identidade, sertão, racismo; Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

## ABSTRACT

This doctoral thesis investigated the process of creation and implementation of Chesf and its policy of building plants and dams in the Municipality of Paulo Afonso-Bahia, in the backland region of São Francisco, between 1950 and 1990. The creation of the state-owned company is part of the logic of the Brazilian developmental model and its modernizing action aimed to meet the bases of the emerging industrial capitalism. Chesf disseminated a description based on environment and race, influencing the hierarchy inspired by skin color, educational background and sociocultural origin of the working class. The company attracted a contingent of almost 15 thousand workers to the backlands. The presence of the state-owned company reconfigured sociopolitical, economic and symbolic relations, forging a spatial identity linked to a historical process. Chesf's description produced a specific type of racism and a pathologization of the human that moved through the ambivalence of acceptance, refusal and identity resistance to adapt to the modernizing process implemented by the company. The black and brown worker became invisible in terms of race, but they became a useful object for the discipline and control necessary for the developmental policy, which took advantage of the hydroelectric potential of the São Francisco River. To identify and analyze racist and discriminatory practices found in the territory; We first covered the migratory space of the working class; which enabled us to identify socioculturally, origin, train and enter the world of work. In the world of work, we see the functional occupation, residential segregation, surveillance and discipline imposed by the state on white, black and brown workers. In the space of political citizenship we were able to verify the records of struggles, class conflicts, resistance and silences of the union organization of state-owned workers in the backlands. We establish dialogues with literature from Classical Sociology, History and Sociology of race relations. Black and brown workers were visible in their bodies for work, but invisible in their ancestry as a people, backlands and nation. In the hinterland of São Francisco, Brazilian racism was narrated with northeastern and country singularities, which through the practices of Chesf designated hell and paradise for white, black and brown workers.

**Keywords:** workers; identity; backlands; racismo; São Francisco Hydroelectric Company (Chesf).

## RÉSUME

Esta tesis doctoral investigó el proceso de creación e implementación de Chesf y su política de construcción de plantas y represas en el Municipio de Paulo Afonso-Bahia, en el interior de São Francisco, entre 1950 y 1990. La creación de la empresa estatal Es parte de la lógica del modelo de desarrollo brasileño y su acción modernizadora encaminada a atender las bases del naciente capitalismo industrial. Chesf difundió una descripción basada en el entorno y la raza, incidiendo en la jerarquía inspirada en el color de la piel, la formación educativa y el origen sociocultural de la clase trabajadora. La empresa atrajo a un contingente de casi 15 mil trabajadores al interior del país. La presencia de la empresa estatal reconfigura las relaciones sociopolíticas, económicas y simbólicas, forjando una identidad espacial vinculada a un proceso histórico. La descripción de Chesf produjo un tipo específico de racismo y una patologización de lo humano que transitó por la ambivalencia de aceptación, rechazo y resistencia identitaria para adaptarse al proceso modernizador implementado por la empresa. El trabajador preto y moreno se volvió invisible en términos de raza, pero se convirtió en un objeto útil para la disciplina y el control necesarios para la política de desarrollo, que aprovechaba el potencial hidroeléctrico del río São Francisco. Identificar y analizar las prácticas racistas y discriminatorias encontradas en el territorio; Primero cubrimos el espacio migratorio de la clase trabajadora; lo que nos permitió identificarnos socioculturalmente, proceder, capacitarnos e ingresar al mundo laboral. En el mundo del trabajo, vemos la ocupación funcional, la segregación residencial, la vigilancia y la disciplina impuestas por el Estado a los trabajadores blancos, pretos y morenos. En el espacio de la ciudadanía política pudimos constatar los registros de luchas, conflictos de clases, resistencias y silencios de la organización sindical de los trabajadores estatales del interior del país. Establecemos diálogos con literatura de la Sociología Clásica, la Historia y la Sociología de las relaciones raciales. Los trabajadores pretos y morenos eran visibles en sus cuerpos para trabajar, pero invisibles en su ascendencia como pueblo, territorio y nación. En el interior de São Francisco, el racismo brasileño fue narrado con singularidades nororientales y campesinas, que a través de las prácticas del chesf designaron infierno y paraíso para los trabajadores blancos, pretos y morenos.

**Palabras clave:** trabajadores; identidade; sertón; racismo; Companhia Hidroelétrica de São Francisco (Chesf).

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 –</b>	A personificação da estatal.....	63
<b>Figura 2 –</b>	Chesf: A seca narrada, as águas que banham a região.....	65
<b>Figura 3 –</b>	Essa ideia de energia é antiga – D. Pedro II, a visita emplacada na cachoeira.....	66
<b>Figura 4 –</b>	A cachoeira: homens brancos, engratados e deslumbrados.....	67
<b>Figura 5 -</b>	Pretos cassacos, corpos escondidos, a Chesf os revelam.....	69
<b>Figura 6 –</b>	O homem é o touro, a natureza é a sucuri.....	70
<b>Figura 7 –</b>	Recife: No contexto das narrativas, a encarnação material do Nordeste	71
<b>Figura 8 -</b>	Chesf: desviou o rio e as pretas, pardas e brancas histórias.....	72
<b>Figura 9 -</b>	Rio interrompido, o progresso pede passagem.....	73
<b>Figura 10 -</b>	Narrativa da Chesf: Água e trabalho para o sertão.....	83
<b>Figura 11 -</b>	Narrativa da Chesf: os registros da sede e das latas d’água.....	84
<b>Figura 12 -</b>	Feira livre, lugar de pretitudes sertanejas.....	85
<b>Figura 13 –</b>	“Eram as Vidas Secas”... latas que descem e elevam as almas no sertão.....	86
<b>Figura 14 -</b>	A narrativa de amansar o brabo sertão.....	93
<b>Figura 15 –</b>	Até a Rede Globo noticiou o progresso na região.....	95
<b>Figura 16 –</b>	Chesf: “É preciso dar pão a quem tem fome”.....	96
<b>Figura 17 –</b>	Chesf: provocando o riso infantil no humano sertão.....	97
<b>Figura 18 –</b>	Sertanejos assustados: Chegaram as maquinas.....	99
<b>Figura 19 –</b>	Se tem sertão, tem tristeza e resignação.....	101
<b>Figura 20 –</b>	Modernidade e atraso: sempre sai o que tem dentro.....	102
<b>Figura 21 -</b>	A Vila Poty: os de dentro, e os de fora.....	103
<b>Figura 22 -</b>	A metáfora: a Berlim nordestina, a sertaneja.....	104
<b>Figura 23 -</b>	Narrativa da Chesf: A segregação e a escolaridade dos mais iguais.....	105
<b>Figura 24 -</b>	A casa-grande...da diretoria da Chesf.....	106
<b>Figura 25 –</b>	Operários brancos: as casas grandes e livres no sertão.....	107
<b>Figura 26 –</b>	Presidente Dutra, quem não é visto não é lembrado.....	108
<b>Figura 27 –</b>	O que o homem não uniu... o lazer não mistura.....	109
<b>Figura 28 –</b>	Cassacos e engenheiros... as festas separadas da Chesf.....	110
<b>Figura 29 –</b>	Vidas unidas... casas separadas.....	111
<b>Figura 30 -</b>	Segregação espacial: nem todo mundo cabe no mapa.....	112

<b>Figura 31</b> –	Mapa de Paulo Afonso: e os da roça ficaram e permaneceram de fora..	113
<b>Figura 32</b> -	Minha casa, minha raça... minha cor.....	126
<b>Figura 33</b> –	Os filhos e filhas da mãe... os filhos da outra.....	127
<b>Figura 34</b> -	Os humanos cassacos: “E vieram do barro e no barro trabalharás” .....	138
<b>Figura 35</b> –	Pretos cassacos: os animalizados da História.....	140
<b>Figura 36</b> –	Memórias fotografadas, páginas de vidas marcadas.....	146
<b>Figura 37</b> –	Prateleiras, livros de humanas jornadas no sertão.....	147
<b>Figura 38</b> –	As caixas cheias de histórias de vida no sertão.....	150
<b>Figura 39</b> –	Vidas indexadas... histórias listadas.....	151
<b>Figura 40</b> –	Os arquivos de longos significados.....	152
<b>Figura 41</b> –	Chesf e o registro cotidiano da vida do operariado.....	153
<b>Figura 42</b> –	CDOC: Vidas arquivadas, trajetórias bem ou mal contadas.....	156
<b>Figura 43</b> -	Pretos e pardos se fichando, o progresso chegando no sertão.....	165
<b>Figura 44</b> -	A força e talento femininos, estão chegando na região franciscana.....	170
<b>Figura 45</b> -	Cabelos penteados, rosto fotografado.....	173
<b>Figura 46</b> –	Operários em geral, as famílias tinham muita gente.....	175
<b>Figura 47</b> -	Cassaco, olhar sereno, peles pretas a sonhar.....	179
<b>Figura 48</b> -	Cassacos marteteiros: homens em pedras e as pedras nos homens.....	180
<b>Figura 49</b> –	Pós-abolição, uns sim outros não: Do canavial aos canteiros de obras no sertão.....	181
<b>Figura 50</b> –	Anos 50-60: tinham pretos por toda a parte.....	183
<b>Figura 51</b> –	Tá carimbado: os pretos e pardos sabem ler e escrever e assinam o nome.....	187
<b>Figura 52</b> –	A pergunta que não quer calar: eram pretos analfabetos? ou analfabetos porque eram pretos?.....	188
<b>Figura 53</b> –	Tô vendo tudo: a hierarquia que vigia.....	192
<b>Figura 54</b> –	Trabalhadores e Trabalhadoras: as peles vigiadas e advertidas.....	197
<b>Figura 55</b> –	O pós-abolição: as manchas, as marcas, as heranças que sangram no sertão.....	198
<b>Figura 56</b> –	Chesf: a vigilância documentada e publicitada.....	204
<b>Figura 57</b> –	Operariado Chesf... algumas rachaduras nas pedras duras do sistema..	205
<b>Figura 58</b> –	Corpos pretos e pardos... mutilados e fotografados.....	207
<b>Figura 59</b> –	O progresso explode, rochas em chamas, corpos esmagados na região.	208

<b>Figura 60</b> –	Cassaco... a narrativa chesfiana fotografada e divulgada.....	211
<b>Figura 61</b> –	O contrato entre as partes, a estatal emprega o Nordeste no Sertão.....	212
<b>Figura 62</b> –	“Tinha pedras no meio do caminho”.....	214
<b>Figura 63</b> –	A sábia arte de esculpir o progresso chesfiano no sertão.....	215
<b>Figura 64</b> –	A natureza que bronzeia, os olhos brancos que vigiam.....	216
<b>Figura 65</b> –	Lugares historicamente marcados, eles engenheiros; outros, operários cassacos.....	217
<b>Figura 66</b> -	Pretos suportam o peso das pedras no progresso do sertão.....	218
<b>Figura 67</b> –	Imagens que revelam os lugares pretos na região franciscana.....	219
<b>Figura 68</b> –	As faces femininas: as pretas trabalhadoras na Região.....	223
<b>Figura 69</b> –	O progresso acelerando, fichando e marcando o povo no Sertão.....	224
<b>Figura 70</b> –	Registro de admissão, trabalhador nas obras da Chesf.....	226
<b>Figura 71</b> –	Se tem emprego, tem muitos filhos.....	227
<b>Figura 72</b> –	Rostos expostos... trabalho garantido.....	229
<b>Figura 73</b> –	O sistema marca, só precisam ler e escrever.....	231
<b>Figura 74</b> –	Pouca escolaridade, mas para o sistema, muita força para o trabalho....	232
<b>Figura 75</b> –	Trabalhadores pedem: quem manda, autoriza a admissão.....	234
<b>Figura 76</b> –	Entre flores e espinhos, tem oportunidades e elogios na região.....	235
<b>Figura 77</b> –	Às vezes tem oportunidades e elogios.....	237
<b>Figura 78</b> –	“A Chesf que morde e assopra” no sertão.....	238
<b>Figura 79</b> -	Cara ou Coroa? Racismo e punição no sertão.....	239
<b>Figura 80</b> –	A força jurídica da punição.....	241
<b>Figura 81</b> -	Atraso e violência moderna nas margens do Velho Chico.....	245
<b>Figura 82</b> –	As sombras encarnadas dos modernos e velhos capitães do mato.....	246
<b>Figura 83</b> –	A labuta diária. As dores que afastam.....	247
<b>Figura 84</b> –	Escolaridade branca, as moradas pretas no sertão.....	249
<b>Figura 85</b> –	A Chesf narra e padroniza as residências pretas e pardas no Velho Chico.....	251
<b>Figura 86</b> –	As senzalas imaginadas e fotografadas no (de)sertão.....	251
<b>Figura 87</b> –	As pessoas, as imagens, os humanos e seus significados na região.....	254
<b>Figura 88</b> –	Mulheres operárias: elas tecem os fios da história no sertão.....	256
<b>Figura 89</b> –	Tinha solteiros e casados.....	258
<b>Figura 90</b> –	As famílias trabalhadoras se multiplicando no Velho Chico.....	259

<b>Figura 91 –</b>	O desenvolvimento continua admitindo no sertão.....	262
<b>Figura 92 –</b>	Mudanças de cores: educação operária mais elevada.....	264
<b>Figura 93 –</b>	Anos 71-80: operárias e operários: escolaridade mais avançada, porém, não muito.....	266
<b>Figura 94 –</b>	Chesf: de vez em quando o sistema abria brechas.....	269
<b>Figura 95 –</b>	Era necessário reconhecer os saberes operários.....	271
<b>Figura 96 –</b>	Pós-abolição: Nordeste-sertão, o novo e o velho se misturam.....	272
<b>Figura 97 –</b>	Segue a mão firme da Chesf.....	274
<b>Figura 98 –</b>	Tem “leviatã à sertaneja”: o olho que tudo vê e sente.....	278
<b>Figura 99 –</b>	Elas trabalhavam, davam à luz e se afastavam.....	279
<b>Figura 100 –</b>	Casacos pretos e pardos: vidas mais expostas, corpos machucados e afastados.....	280
<b>Figura 101 -</b>	A Chesf se modernizando e se embranquecendo no Sertão.....	284
<b>Figura 102 –</b>	Um pouco da cultura patriarcal... o cuidado é coisa delas.....	287
<b>Figura 103 -</b>	Anos 81-90: as cores estão ficando misturadas no Velho Chico da imaginação.....	289
<b>Figura 104 -</b>	O Nordeste de letras tortas, páginas da democracia racial e de gênero na região.....	290
<b>Figura 105 -</b>	O Nordeste de letras tortas, páginas da democracia racial e de gênero na região.....	294
<b>Figura 106 –</b>	Os contrários no sertão: nós os brancos diplomados; os outros, pretos e pardos sem diplomas nas mãos.....	297
<b>Figura 107 -</b>	Branqueamento, fendas nas rochas da Chesf.....	298
<b>Figura 108 –</b>	Tempos modernos: brancos mais visíveis, racismo mais invisível na região do São Francisco.....	301
<b>Figura 109 –</b>	Nem tudo é pedras no caminho, registra-se elogios ao operariado.....	302
<b>Figura 110 –</b>	Mais branca e ainda vigilante.....	304
<b>Figura 111–</b>	Classes perigosas, controle do comportamento, o sertão meio norte- americano.....	306
<b>Figura 112 –</b>	Modernidade e o sertão dos machucados.....	309
<b>Figura 113 –</b>	Mulheres, para a época, nem recatadas nem do lar, mas de lutas sertanejas.....	314
<b>Figura 114 –</b>	Admitidos na Chesf, filiados nas lutas operárias.....	316

<b>Figura 115</b> –	Sindicalizados e racializados: diferentes rostos, pretos e pardos.....	317
<b>Figura 116</b> –	Retratos de história de vidas na região.....	321
<b>Figura 117</b> –	Pele preta, olhar firme na imensidão.....	323
<b>Figura 118</b> –	Sergipe no feminino visibilizado e sindicalizado.....	325
<b>Figura 119</b> –	Pretos no trabalho, pretos na vida sindical.....	326
<b>Figura 120</b> –	Sertão sindical: a mesma cor, funções de trabalhos diferentes.....	327
<b>Figura 121</b> –	Rosto feminino, saberes sindicalizados.....	330
<b>Figura 122</b> –	Operária professora, para além da vocação: a consciência, a cidadania política na região.....	332
<b>Figura 123</b> –	A preta, forte e serena expressão sindical.....	334
<b>Figura 124</b> –	Existência e resistência: rostos femininos sindicalizados.....	335
<b>Figura 125</b> -	Olhar fixo... pele preta.....	336
<b>Figura 126</b> –	Rosto jovem, trabalhador adulto sindicalizado no sertão.....	340
<b>Figura 127</b> –	Anos 81-90: peles e vidas brancas organizadas.....	342
<b>Figura 128</b> –	As infinitas jornadas femininas: trabalhadoras sindicalizadas.....	344
<b>Figura 129</b> –	Sindicalizadas: feminino, escolaridade, branquitudes e trabalhos bem marcados.....	345
<b>Figura 130</b> –	Sinergia: muitas lutas, diferentes pessoas, cores e desejos no sertão.....	348
<b>Figura 131</b> –	Elas na saúde, na educação e na luta da emancipação.....	349
<b>Figura 132</b> –	“Tudo que é sólido”... os eletricitários problematizam os velhos ares na região.....	352
<b>Figura 133</b> –	A luta sindical: cidadania conquistada, braços cruzados e o progresso parado no sertão.....	354
<b>Figura 134</b> –	O desenvolvimento pesado, um mundo de infinita (con)-fusão no sertão.....	356
<b>Figura 135</b> –	A moderna arte rupestre, lutas pintadas em pedras muradas no sertão...	357
<b>Figura 136</b> –	A luta, o devir sertanejo: sempre haverá um outro dia na jornada humana.....	359
<b>Figura 137</b> –	Eletricitários: a força étnica de classe em mobilização.....	360
<b>Figura 138</b> –	De pé: nem só de penitência vivem os operários sindicalizados da região.....	362
<b>Figura 139</b> –	A luta sindical no sertão: da terra para o infinito dos céus.....	363
<b>Figura 140</b> –	Vidas sertanejas sindicais: “quem luta e canta seus males espanta”.....	365

<b>Figura 141 –</b>	Sindicalistas de frente para a luta e de costas para a repressão.....	367
<b>Figura 142 –</b>	As lutas operárias no sertão: “água mole em pedra dura”, tanto bate até que.....	368
<b>Figura 143 –</b>	O cardápio indigesto: eles brancos engenheiros, outros pretos e pardos e ancestral distinção.....	372
<b>Figura 144 –</b>	A vigilância da estatal.....	373
<b>Figura 145 –</b>	A repressão alarmada e denunciada.....	374
<b>Figura 146 –</b>	Sindicato: o progresso chesfiano é relevante, porém perigoso na região.....	376
<b>Figura 147 –</b>	A economia é o motor da luta sindical.....	377
<b>Figura 148 –</b>	Nem todo paraíso é de paz.....	378
<b>Figura 149 –</b>	Cidadania eletricitária: a luta visível nas entranhas do “deus mercado” na região.....	379
<b>Figura 150 –</b>	Trabalhadores expostos, vidas eletrocutadas em trabalhos sem proteção.....	380
<b>Figura 151 –</b>	Moradias na Chesf: antes eram segregadas e cedidas, agora conquistadas.....	381
<b>Figura 152 –</b>	O mercado privatiza...o Sinergia coletiviza a luta operária.....	382
<b>Figura 153 –</b>	Mulheres operárias no sertão: são e fazem notícias em águas conflitantes no Velho Chico.....	383
<b>Figura 154 -</b>	Sinergia, além da economia a luta das moradias operárias.....	384
<b>Figura 155 –</b>	Sindicato combativo e educativo nas águas da região.....	385
<b>Figura 156 –</b>	As cores e barragens que separam, as lutas operárias que unem o imenso sertão.....	386
<b>Figura 157 –</b>	Pernambuco, a alma material do Nordeste na luta contra a privatização do rio, Chesf.....	388
<b>Figura 158 –</b>	As humanas entranhas do Sinergia: economia que seduz e minimiza as lutas antirracistas no sertão.....	390

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 -</b>	Década de 51-60 – Eram muitos homens e poucas mulheres.....	171
<b>Gráfico 2 -</b>	Década de 50-60 – Corpos jovens: a juventude no desenvolvimentismo da região.....	176
<b>Gráfico 3 -</b>	Década de 50-60 – As marcas da cor: a Chesf preta e parda do São Francisco.....	185
<b>Gráfico 4 -</b>	Década de 61-70 – Elas estão chegando... eles já estavam.....	225
<b>Gráfico 5 -</b>	Década de 61-70 – Jovens, o Progresso do Sertão-Nação.....	228
<b>Gráfico 6 -</b>	Década de 61-70 – A força preta e parda nas terras do sertão.....	230
<b>Gráfico 7 -</b>	Década de 71-80: racialidades, o masculino e feminino no sol do sertão..	257
<b>Gráfico 8 -</b>	Década de 71-80: a força trabalhadora ficando mais velha.....	261
<b>Gráfico 9 -</b>	Década de 71-80: continuam as pretitudes chesfianas.....	263
<b>Gráfico 10 -</b>	O trabalho se modernizando e se branqueando no quente sertão.....	288
<b>Gráfico 11 -</b>	O chão da Chesf: mais branco, menos preto e mais jovens na região.....	292
<b>Gráfico 12 -</b>	As paisagens brancas e as realidades dos trabalhadores pretos e paras no Rio São Francisco.....	293
<b>Gráfico 13 -</b>	Anos 50-60: A alma-corpo sindical era mais preta e parda.....	322
<b>Gráfico 14 -</b>	Anos 61-70: o tempo vai passando... o Sinergia continua preto e pardo...	331
<b>Gráfico 15 -</b>	Branco, pretos e pardos na luta... um pouco de café com leite nos eletricitários.....	341
<b>Gráfico 16 -</b>	O sertanejo é antes de tudo, um povo diferente, poético e lutador.....	350

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Cronologia da ação da Chesf nas veias do Velho Chico.....	68
<b>Quadro 2</b> - Chesf: Quem “domina o rio”, domina o poder político.....	114
<b>Quadro 3</b> - Porta-retrato: Identidades das mulheres e homens participantes da pesquisa.....	160
<b>Quadro 4</b> - Às vezes as pessoas furavam a dureza das rochas do sistema.....	238

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Os boletins: a narrativa da Chesf sobre o homem e o sertão.....	148
<b>Tabela 2 -</b>	Pedaços inteiros de arquivos de gentes.....	154
<b>Tabela 3 -</b>	E nasceram em diferentes cantos e encantos do Nordeste.....	167
<b>Tabela 4 -</b>	Escolaridade mínima exigida, a força física basta.....	189
<b>Tabela 5 -</b>	O mundo do trabalho na Chesf: uns mudam, outros permanecem na função.....	194
<b>Tabela 6 -</b>	Tá tudo misturado: há práticas racistas...há agradecimentos dirigentes na região.....	196
<b>Tabela 7 -</b>	Década de 51-60: corpos pretos e pardos... brancas punições.....	201
<b>Tabela 8 -</b>	Pretos e pardos: existências machucadas, corpos acidentados no desenvolvimento da região.....	209
<b>Tabela 9 -</b>	A morada do Tipo “O”: uma das marcas da pele preta-operária no Sertão.....	210
<b>Tabela 10 -</b>	Década de 61-70: Operários e operárias: as “nordestinidades” continuam em alta no Velho Chico.....	221
<b>Tabela 11 -</b>	Coincidência e destino: os pretos e pardos eram analfabetos.....	233
<b>Tabela 12 -</b>	Pretos e pardos e suas funções subordinadas da estrutura de classes.....	236
<b>Tabela 13 -</b>	Às vezes as pessoas furavam a dureza das rochas do sistema.....	243
<b>Tabela 14 -</b>	Branco cuidam da saúde, pretos e pardos acidentados no Rio.....	248
<b>Tabela 15 -</b>	Muitos acampados, outros morando no cimento Poty.....	250
<b>Tabela 16 -</b>	Trabalhadores e trabalhadoras: as ancestralidades em comunhão.....	255
<b>Tabela 17 -</b>	Década de 71-80: trabalhadores e trabalhadoras do São Francisco, entre analfabetos, semiletrados e letrados.....	267
<b>Tabela 18 -</b>	Muita dureza em pedras, às vezes leves rachaduras.....	270
<b>Tabela 19 -</b>	Tem que se controlar os vistos como maus.....	275
<b>Tabela 20 -</b>	“Não sois máquinas”: acidentados é o que muito sois.....	282
<b>Tabela 21 -</b>	Peles bem pigmentadas, casas superiores na lógica desenvolvimentista no sertão.....	283
<b>Tabela 22 -</b>	Aos poucos tá ficando mais branco, as pessoas de diferentes lugares das “nordestinidades”.....	286
<b>Tabela 23 -</b>	Década de 81-90: mudança da água para o doce vinho. Agora muita gente de primeiro e segundo graus na região.....	295

<b>Tabela 24 -</b>	Os anos 81-90: trabalho embranquecido: aqui e em todos os cantos, a cor da pele diz, e muito.....	299
<b>Tabela 25 -</b>	Década de 81-90: os elogios dentro da estatal.....	303
<b>Tabela 26 -</b>	Trabalhadores e trabalhadoras do Velho Chico: corpos sujeitados, vidas disciplinadas.....	307
<b>Tabela 27 -</b>	E diziam que todos eram iguais, mas uns eram mais acidentados do que outros.....	310
<b>Tabela 28 -</b>	Casas brancas, pequenas pardas e pretas paredes: As cores das moradias chesfianas.....	310
<b>Tabela 29 -</b>	Pretos, brancos e pardos: o trabalho aproxima, a pele distância.....	318
<b>Tabela 30 -</b>	Não era racismo... era a meritocracia racial no sertão.....	328
<b>Tabela 31 -</b>	Sindicalizados, o novo e o velho: a complexidade funcional nas obras do sertão.....	338
<b>Tabela 32 -</b>	Quadro sobre tela: raça e cor em diferentes funções na Chesf, na imagem da organização.....	346

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABI</b>	Associação Brasileira de Imprensa
<b>APA</b>	Administração Regional de Paulo Afonso
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>BEF</b>	Boletim de Exceção de Frequência
<b>CDOC</b>	Centro de Documentação
<b>CEEB</b>	Companhia de Energia Elétrica da Bahi
<b>CETEP</b>	Centro Territorial de Educação Profissionalizante de Território de Itaparica
<b>CFPPA</b>	Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso
<b>CHESF</b>	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
<b>CLT</b>	Consolidação da Legislação Trabalhista
<b>COELBA</b>	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
<b>COLEPA</b>	Colégio Paulo Afonso
<b>COPA</b>	Ficha de Participação no Clube Operário Paulo Afonso
<b>CPA</b>	Clube Paulo Afonso
<b>DEM</b>	Democratas
<b>Faelba</b>	Fundação Coelba de Assistência e Seguridade Social
<b>FEB</b>	Força Expedicionária Brasileira
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMbio</b>	Instituto Chico Mendes
<b>LT</b>	linha de transmissão
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro
<b>MNU</b>	Movimento Negro Unificado
<b>NECTAS</b>	Núcleo de Estudos em Comunidades Tradicionais e Ações Socioambientais
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>OPARÁ</b>	Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação
<b>PDS</b>	Partido Democrático Social
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PFL</b>	Partido da Frente Liberal
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PPGS</b>	Programa de Pós-Graduação em Sociologia

<b>PPGS</b>	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
<b>PSB</b>	Partido Socialista Brasileiro
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>RD</b>	Remessas de Documentos
<b>RO</b>	Relatório de Ocorrências
<b>SIEF</b>	Serviço Econômico-Financeiro
<b>SINERGIA</b>	Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia
<b>SMPO</b>	Controle de Absenteísmo
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UEFS</b>	Universidade Estadual de Feira de Santana
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe
<b>UHC</b>	União dos Homens de Cor
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>1</b>	<b>O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA, AS BASES PARA A MODERNIZAÇÃO E O DISCURSO DO PROGRESSO PARA O SERTÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>1.1</b>	<b>O Estado e sua Cria-Mãe: A Chesf e sua relevância desenvolvimentista no sertão do São Francisco.....</b>	<b>63</b>
<b>1.2</b>	<b>O sertão, natureza bruta, raça, modernidade e antimodernidade.....</b>	<b>74</b>
<b>1.3</b>	<b>Chesf, Paulo Afonso, segregação, racismo invisível e institucionalizado no sertão.....</b>	<b>81</b>
<b>1.4</b>	<b>A narrativa da Chesf e a internalização dos trabalhadores – invisibilidade, aceitação e negação da raça no sertão.....</b>	<b>123</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA: AS NOSSAS ANDANÇAS NAS HUMANAS ÁGUAS ENSOLARADAS E RACIALIZADAS DO VELHO CHICO.....</b>	<b>143</b>
<b>2.1</b>	<b>Chesf: os arquivos vivos de trabalhadores e trabalhadoras no Sertão Do São Francisco.....</b>	<b>149</b>
<b>2.2</b>	<b>Memórias e lembranças dos operários brancos, pretos e pardos do Velho Chico.....</b>	<b>157</b>
<b>3</b>	<b>CHESF DÉCADA DE 51-60: PELES PRETAS EXPOSTAS, NATUREZA RASGADA E O RACISMO NO SERTÃO DO VELHO CHICO.....</b>	<b>164</b>
<b>3.1</b>	<b>Década de 51-60. Obras Ao Sol: A Força Preta “Amansando” O Sertão Do São Francisco.....</b>	<b>190</b>
<b>3.2</b>	<b>Chesf década de 61-70. o tempo passa e as práticas racistas ainda povoam o Velho Chico.....</b>	<b>220</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Década de 61-70: corpos machucados, elogios e racismo nas águas do velho chico.</b>	<b>232</b>
<b>3.3</b>	<b>Década de 71-80: consciências pretas e pardas rasgando o bruto progresso no sertão.....</b>	<b>253</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Chesf década de 71-80: pedras rachadas e diluição das práticas racistas no sertão....</b>	<b>268</b>
<b>3.4</b>	<b>Chesf década de 81-90: peles brancas nas sombras, corpos pretos ao sol, do progresso modernizante no sertão.....</b>	<b>284</b>
<b>3.4.1</b>	<b>Chesf década de 81-90: modernidade nas relações, branqueamento e as sombras racistas no sertão.....</b>	<b>297</b>

<b>4</b>	<b>ORGANIZAÇÃO E VIDAS TENSIONADAS: TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO.....</b>	<b>313</b>
<b>4.1</b>	<b>Sindicalizados década de 61-70: rostos, repressão e resistência operária nas águas do Velho Chico.....</b>	<b>323</b>
<b>4.2</b>	<b>Década de 71-80 – mobilização operária: corpos pretos e pardos, e as lutas por direitos no sertão.....</b>	<b>331</b>
<b>4.3</b>	<b>Década de 81-90: a travessia é longa e as barragens não param as lutas do sertão...</b>	<b>342</b>
<b>4.4</b>	<b>A gênese sindical: rochas rompidas, explosões de conflitos e as contradições do capitalismo no sertão.....</b>	<b>351</b>
<b>4.5</b>	<b>Sindicato: lembranças, memórias e poesias da luta nesse lugar chamado sertão.....</b>	<b>357</b>
<b>4.6</b>	<b>O sertão energizado e “aperriado”: os velhos e modernos conflitos no sertão.....</b>	<b>371</b>
<b>5</b>	<b>BREVES CONSIDERAÇÕES: OPERÁRIOS PRETOS E PARDOS, O INFERNO E O PARAÍSO REAL E IMAGINÁVEL NO SERTÃO.....</b>	<b>392</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>410</b>
	ANEXO 1 – Chesf: A Narrativa de desenvolvimento do Nordeste.....	418
	ANEXO 2 – Chesf: A invenção de Paulo Afonso e região.....	419
	ANEXO 3 – Nas lentes da Chesf: as mulheres brancas da sociedade.....	420
	ANEXO 4 – 1950 - Desfile cívico de 7 de setembro: o imagético, Chesf e Nordeste.....	421
	ANEXO 5 – Chesf e a narrativa da nação: Pátria e Nordeste.....	422
	ANEXO 6 – Chesf: as paradas celebrativas e o apogeu da memória no Sertão.....	423
	ANEXO 7 – Para além das usinas e barragens: o lazer chesfiano para o povo.....	424
	ANEXO 8 – A celebração religiosa para as obras da Chesf.....	425
	ANEXO 9 – Chesf: educação para o trabalho modernizante no Sertão.....	426
	ANEXO 10 – Paulo Afonso: a área de segurança e disciplina nacional.....	427
	ANEXO 11 – Construção da Chesf: imagens e identidades no Sertão.....	428
	ANEXO 12 – Clube dos engenheiros da Chesf: município de Paulo Afonso-Bahia..	429
	ANEXO 13 – Chesf: Assistência à saúde do operariado.....	430
	ANEXO 14 – Delmiro Gouveia: o visionário das usinas hidrelétricas no Sertão.....	431
	ANEXO 15 – Angiquinho: primeira usina hidrelétrica do Nordeste construída por Delmiro Gouveia –1913.....	432
	ANEXO 16 – 1950: Presidente Dutra e suas idas e vindas a Paulo Afonso-Bahia....	433

ANEXO 17 – 1950: Presidente Getúlio Vargas desembarca em Paulo Afonso – Bahia.....	434
ANEXO 18 – 1955: Presidente Café Filho visita as barragens e usinas de Paulo Afonso-Bahia.....	435
ANEXO 19 – 1948-1961: Alves de Souza como Presidente da Chesf.....	436
ANEXO 20 – Casa-Grande da Diretoria da Chesf: Presidente Alves de Souza e dirigentes da estatal.....	437
ANEXO 21 – Amaury Alves de Menezes, Presidente da Chesf, comitiva e a máquina fotográfica em visita a Paulo Afonso-Bahia.....	438
ANEXO 22 – 1962-1974: o idealizador – Apolônio Sales, presidente da Chesf.....	439
ANEXO 23 – Galeria dos homens brancos, ex-presidentes da Chesf.....	440
ANEXO 24 – Desenvolvimento no Sertão: Pedras e turbinas no Rio São Francisco.	441
ANEXO 25 – Trabalhador: o riso, o operário classificado como cassaco.....	442
ANEXO 26 – Registro de transferência e promoção do operariado da Chesf.....	443
ANEXO 27 – Justificativa de falta do operário da Chesf.....	444
ANEXO 28 – Chesf: descrição de atividade funcional.....	445
ANEXO 29 – Chesf: demissão e admissão de operária.....	446
ANEXO 30 – Chesf: advertência de operário.....	447
ANEXO 31 – Chesf: punição de operária por descuido no desempenho de suas funções.....	448
ANEXO 32 – Admissão de operário de menor idade na Chesf.....	449
ANEXO 33 – Chesf: reconhecimento de tempo de serviço de operário.....	450
ANEXO 34 – Chesf, anos 90: programa de estímulo ao desligamento voluntário do operariado.....	451
ANEXO 35 – O Estado-Chesf: repressão a movimento grevista.....	452
ANEXO 36 – Sindicato dos Eletricitários: A luta operária no sertão do São Francisco.....	453
ANEXO 37 – Sindicato dos Eletricitários: as lutas de ontem e de hoje.....	454
ANEXO 38 – 2022: Segue a luta sindical contra as políticas neoliberais.....	455
ANEXO 39 – Sindicato dos Eletricitários: as articulações políticas locais e nacionais.....	456

## INTRODUÇÃO

“O sertão é um livro aberto”...  
Vivo dentro do sertão.  
E o sertão vive dentro de mim. ”  
(Patativa do Assaré, 1999, p. 21).

“Sertão – se diz – o senhor querendo”.  
Procurar nunca encontra.  
De repente, por si, quando a gente  
Não espera, o sertão vem. ”  
(Guimarães Rosa, 1952).

Das motivações pessoais para este trabalho árduo e gratificante da investigação científica, aqui estou com um desejo incansável de aproximação objetiva e rigorosa com o acúmulo das ciências. Compreendo a ciência como o caminho que nos leva a descobrir as realidades ocultas. Peço a paciência dos leitores que, assim como eu, em seus contextos e formas de lidar com os fenômenos adversos da nossa existência, teimam em existir e insistem na travessia. Nestas páginas, continuarei expressando parte dos meus sentimentos como ser humano, tentando criar um mundo mais humanizado.

Apresentamos o resultado proximal da investigação científica, que desde março de 2020, resultante de uma gestação em meio à convivência com a Covid-19, portanto, um ano após o nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Seguem estas páginas cheias de acontecimentos, destaco alguns deles:

Neste período de 2019-2023, anos de muita aflição, quando viver se configurou mais como dor que prazer, desse modo, mais fardo que leveza. Um tempo marcado por diversas mortes de pessoas próximas e outras, mais distantes; e a inevitável convivência com as sequelas da Covid.

Neste cenário, experimentei muitos desalentos, do ponto de vista sociopolítico, ganharam maior dimensão pela negação dos avanços das ciências, e os ataques aos pesquisadores, às pesquisadoras e conseqüentemente, suas convicções libertárias e emancipatórias. Período de intensa análise sociocultural imposta pela relação do capital com a mãe-terra, que, adoecida, devolveu as dores para seus filhos e filhas nas formas mais expressivas da pandemia. Numa sociedade dividida em classes, os pretos, os índios e os brancos pobres, sentiram mais intensamente as dores estruturais e conjunturais, que agravadas pelo avanço das elites brancas, racistas, feminicidas, violentas e difusoras da sacralização de mercado, do fundamentalismo religioso, difusão da instrumentalização do medo, do ódio e da violência. Tempos também marcados de um certo isolamento e introspecção dos sujeitos que

capturados e seduzidos pelo reino das imagens, das sombras e do consumo de ideias, frutos de conceitos frágeis e vazios de significados. O mundo da informação sem limites éticos, triunfando sob o reino da produção das relações civilizatórias.

Prosseguindo a narrativa pessoal, que está intimamente vinculada ao fazer ciência, portanto, a minha natureza sociopolítica e científica, as dores do corpo, em algum momento, necessitou recorrer aos ansiolíticos, mesmo que por pouco tempo de fragilidade, uma vez que as resistências ancestrais e contextualizadas venceram as dores.

Seguindo, na condição sociocultural de pai, estudante e trabalhador da educação do ensino médio do Estado da Bahia, sendo que este evocando sua razão fria, e eu mesmo gozando de direito legal, não me foi concedido a licença do trabalho para frequentar a pós-graduação. Fato que me limitou, mas não comprometeu o ritual da investigação, das leituras, das reuniões e da imersão no campo empírico e a realização das análises posteriores.

Finalmente para sintetizar estes registros de naturezas mais pessoais e indubitáveis de esperança, recorro a Ingold (2019) do qual afirma: “Ao habitar no mundo sobre ele, ou realizamos coisas para ele, mais do, nos não apenas agimos que isso, nós nos movemos juntos com ele. Nossas ações não transformam o mundo, elas são parte do mundo transformado a si mesmo”.

O conhecimento tem um pouco de curiosidade e miopia. Por esta razão, dialoga, neste caso particular, com a História, a Antropologia e a Sociologia das Relações Raciais. O conhecimento científico nos incentiva a pensar e problematizar nossas existências de forma contínua, nos lançando nesse universo imenso, falado e falante. Portanto, nesta prática pensante, estão nossas escolhas, nossos hábitos, nossos desejos, nossas fantasias, nossas aprendizagens, nas aspirações em compreender, esforçando-se com vontade e decisão, independente das abstrações pessoais. Sendo assim, é preciso arriscar e não poupar esforços para surpreender e interrogar-se, fazendo quantas perguntas possíveis, do todo para as partes, e das partes para o todo, e das partes entre as partes – a dialética do pensamento. É mesmo? Por quê? Como e em que medida? Neste aspecto, levantamos as contradições e ousamos desenvolvê-las. Todas as inquietações não prescindem o rigor metodológico científico.

Continuando nossos riscos, invoco minha incompletude humana, pois sinto que nesta teia de relações, as buscas são infinitas. O fazer científico está dentro de nossa ignorância, de nossas vulnerabilidades em relação aos mistérios e ao desconhecido. Apenas percebemos fragmentos da realidade, mesmo que a razão, enquanto método, nos aproxime do real e da objetivação.

Neste trabalho, percorro o mundo dos sujeitos, das instituições, das estruturas, das memórias, dos conflitos e das lembranças que se constituem numa representação distorcida da realidade. Aqui, nesta garimpagem familiar, lanço-me à aventura que não é outra e senão a do próprio pensamento, pois nesta intuição, estão também minhas emoções difusas, que são difíceis de isolarem das marcas do meu cotidiano. Assim, sempre estaremos em riscos. Entretanto, na tentativa infinita em dar sentido à existência, aquilo que vai além do cotidiano, ainda assim, alimenta incessantemente a busca criativa e necessária ao cérebro humano para investigar e problematizar os silêncios dos falsos consensos.

Presente na trajetória, uma das faces do risco contida no interminável debate acerca da neutralidade ou não da ciência em relação aos seus pesquisadores, sujeitos e suas realidades pesquisadas, uma reflexão pertinente, em razão de acreditarmos em uma ciência que procura a objetivação que é a aproximação com o mundo real, sem deixar de lado as marcas dos sujeitos e de suas subjetividades sem negar ou negligenciar o necessário rigor teórico-metodológico do fazer científico. Como diria Arruti (2006) *“a ciência, objetividade que se deseja estará mais próxima se o esforço não o de expulsar a subjetividade, mas de explorá-la, justificá-la de alguma forma torná-la parte do próprio trabalho analítico”*. *Os porões da minha alma submeteram-se ao rigor científico, destarte, um parto entranhado, perigoso e prazeroso. A ciência tem seu método, onde a razão nos protege das tentações sublimares da subjetividade*.

No encadeamento das motivações com base nessa estrutura e nas motivações individuais, científicas e sociopolíticas que se refletem na travessia do fazer sociológico presente, esta é a minha história de vida, que visceralmente alimentada em minha ancestralidade de neto e bisneto de pessoas que estiveram na condição de escravizadas e ex-escravizadas. Estas pessoas viveram nas fazendas de cacau no Sul do Estado da Bahia.

Dessa forma, outra relevante inspiração está na minha participação em movimentos sociais, pastorais, comunidades, docência e pesquisa sobre povos e comunidades tradicionais no sertão do São Francisco, sobretudo no que diz respeito às relações de poder e à representação da política e do Estado para os povos de terreiros.

Neste cenário, fértil e em ebulição, realizamos, pesquisa acerca dos povos de terreiros em Paulo Afonso que resultou na publicação da Cartografia intitulada: *Candomblé e Umbanda no Sertão: Cartografia Social dos Terreiros de Paulo Afonso-BA*, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VIII Paulo Afonso, em 2008-2010. Neste trabalho constatou-se dentre outras dimensões, a existência de 40 (quarenta) terreiros de Candomblé e de Umbanda na área urbana de Paulo Afonso. Estes muitas vezes, invisibilizados, contudo, resistentes às barragens de pedras e cimento.

Prosseguindo, estes trabalhos despertaram ainda mais a minha curiosidade, a imaginação sociológica e o desejo em aprofundar os estudos sobre as questões raciais no sertão do São Francisco. No itinerário, destacamos também, o significado e a investigação (2015-2017) acerca dos impactos das Políticas de Ação Afirmativa nas relações de trabalho, na identidade e na cidadania nos estudantes cotistas da UNEB Campus VIII – Paulo Afonso.

O meu ingresso no PPGS da UFS, em 2019, aumentou o meu desejo e a minha sensibilidade de sentidos e significados humanos, que se resumem à minha incompletude e ao desafio de olhar com outras lentes, as teias das relações sociais que sempre estão no véu e na linha tênue, entre a fertilidade das inquietações, a sedução do mundo pensado e do mundo real.

Contextualizado, o espírito científico que ainda enfrenta os perigos do debate interminável sobre a neutralidade ou não da ciência em relação aos seus pesquisadores e às realidades pesquisadas; dimensão que considero relevante: subjetividades, objetividades, a agência, estrutura, quer sejam, as marcas pessoais entre o tempo e o desejo do pesquisador, da pesquisadora. Tudo isso, sem negar ou negligenciar, o necessário rigor teórico-metodológico que expressam as fontes, que dão vida ao fazer científico.

O trabalho do pesquisador é indiscutivelmente resultante do pensamento e desse modo, perpassado pelo amor e pelo afeto. Seguindo nas águas turvas e cristalinas das motivações, que, dentre outros aspectos, estão as recentes e relevantes (re)organizações conservadoras da direita e da extrema direita no poder do Estado brasileiro, a (re)elaboração da narrativa da supremacia branca, racista e autoritária, expressas no fundamentalismo religioso, na sacralização do mercado e na difusão do medo, aliado à crise de representação clássica dos setores populares e emancipatórios.

Tudo isso, agrupa-se a uma certa apatia intelectual, desmobilização teórica e política dos críticos ao sistema. Cenário potencializado neste mundo volátil das tecnologias, nas redes sociais que muitas vezes, são vazias de sentidos, em que o pensamento vem a reboque dos acontecimentos.

Nesse cenário, outro fator relevante é o ataque atual às ciências, sobretudo às ciências sociais e humanas, pois elas *incomodam* com mais frequência o sistema e a sociedade de consumo. Sendo assim, parece inútil a reflexão, a crítica e a autocrítica. Inspirado na ótica platônica, existe um mundo imaginado, as sombras dos justos, ou a imagem das sombras. Portanto, estudar é habituar-se a observar as trevas e voltar-se para os contrários que nos convida à reflexão, e ela é a alma para a contemplação.

Prosseguindo as nossas motivações sociopolíticas e científicas, ancoradas nas ideias e nos contextos da pesquisa a respeito da pós-abolição e do racismo no sertão, destacamos que em um mundo onde, em geral, os brancos consideram-se normais e os únicos detentores dos códigos da humanidade e da civilização, enquanto os pretos e seus descendentes são, considerados, na maioria das vezes, excluídos, constituído assim, as chamadas minorias, que invariavelmente são classificadas como *anormais*; ou seja: aqueles grupos de indivíduos que estão em desvantagem em relação à maioria. Neste sentido, diferença para a maioria branca é naturalizada, tornando-se, dessa forma, uma inferioridade psicossocial de pretos e pardos. O racismo naturalizado e os pretos, coisificados e animalizados sob a denominação de *cassacos* operários no sertão.

A análise socioantropológica do preto no Brasil mostra que ele é percebido como uma negação em sua humanidade, em sua existência cultural, cosmológica, política, econômica e cidadã. Logo, é indispensável a permanente reflexão dos fundamentos do racismo e da discriminação, que permeiam as sociedades de classes e suas nuances raciais, que, às vezes, são invisíveis e, quase sempre, minimizadas, diluídas, negadas e objetificadas. Entretanto, a resistência e luta antirracista está no fundamento da sociedade brasileira e em todas as suas marcas, na pele, na fala, nos saberes, nas estruturas que movem pretos e brancos em diferentes contextos.

A reflexão sobre sociedade, raça, etnia e classes sociais, encontra-se nessa dimensão das contradições, em que a presença do índio e do preto na condição de escravizados e do trabalhador livre, se constituem em um constante desafio epistemológico, visto que, em uma sociedade que se fundou nas figuras do *senhor* e do *escravizado*, na qual as diferenças, as assimetrias e as desigualdades sociais são imediatamente naturalizadas, distribuindo assim, os indivíduos em superiores e inferiores, alimentadas por relações hierarquizadas, em que os direitos conquistados se transformam em tutela e/ou concessão.

As lutas antirracistas rompem o sistema, colocando as ondas do tempo no desejo incomparável de justiça social, do respeito às diferenças e da reparação sócio-histórica com o povo que, na condição de escravizado que nos ombros, e sob o castigo, a morte resistiu e transformou as dores em sementes fecundas de resistência.

Prosseguindo, Domingues (2020) destaca que o movimento pelas reparações nasceu no vazio histórico. Na década de 1990, palavras e expressões do vocabulário da democracia, como direitos, cidadania e reparação pelos erros do passado, passaram a ser vanguarda e o dever e devir. O país jazia fraturado pelas desigualdades raciais, de modo que os descendentes de africanos enfrentavam uma série de obstáculos para a afirmação da cidadania. Pelo

contexto dos períodos analisados de implantação e o desenvolvimento do empreendimento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), os conflitos, os processos racistas não se constituíram em uma bandeira de luta na organização do operariado.

De modo geral expomos as motivações, os contextos e os sentidos que nos levaram a refletir sobre as estruturas raciais, numa perspectiva sociológica e seus diferentes sentidos na construção da realidade.

Nesta pesquisa, algumas categorias orientaram e iluminaram os princípios teóricos e metodológicos da nossa tese, a saber: região, identidade, raça, racismo, operariado, trabalho, desenvolvimento, modernidade e natureza. Portanto, recorreremos às lentes teóricas da Sociologia Clássica, da Sociologia das Relações Raciais e da Sociologia Brasileira, isto sem negligenciar o diálogo com a História, pois contextualizado as fronteiras do saber, tudo tem a ver com tudo, em um mundo social em constante movimento.

Seguindo a viagem epistemológica, para Monsma, Salla e Teixeira (2018), a Sociologia dialoga com abordagens enfatizando a construção social das identidades, das subjetividades, das representações coletivas, multiculturalismo, da história oral e do feminismo, atravessando os estudos pós-coloniais. No que diz respeito à relação entre reprodução e mudanças sociais, bem como à relação entre processos individuais e institucionais, na sua trajetória epistemológica. A Sociologia clássica se concentrou mais na explicação do capitalismo, na racionalização e na burocratização da vida moderna e nas alterações profundas nas formas sociais existentes antes do mundo moderno. Nesse sentido, como enfatizam Monsma, Salla e Teixeira (2018), a ênfase nos trabalhos de Marx e Max Weber concentraram-se nas origens do capitalismo, na consciência, conflitos de classe, revoluções sociais e na formação do Estado.

Nesta trajetória, a Sociologia Histórica estuda o tempo presente, a memória coletiva, e a agência humana que se manifesta nos processos migratórios e na recuperação das vozes de grupos oprimidos e silenciados, como: mulheres, pretos, pretas, homossexuais, quilombolas, indígenas, camponeses e presos. A sociologia contemporânea analisa a ação humana e seu impacto nos eventos, nas mudanças históricas, na construção dos atores individuais e coletivos e nas relações mutáveis entre conhecimento e poder.

Monsma, Salla e Teixeira (2018) também apontam que a Sociologia Histórica, que se baseia na construção foucaultiana, interpreta a história através da Arqueologia dos Saberes, que são as lutas pelo poder e arqueologia dos conflitos que influenciaram a emergência e confrontação entre as instituições e práticas contemporâneas, como a prisão, a punição, a sexualidade, a governabilidade, que permite através do empreendimento geológico realizar a

história do presente. As *regras* para Giddens e o *habitus* para Bourdieu, que enfatizam a internalização das estruturas, na forma de categorias cognitivas e regras generativas da ação, que permitem a instanciação das estruturas sociais nas rotinas cotidianas da interação, sem perder a conexão entre reprodução e a mudança social.

No contexto contemporâneo, percebemos que os debates em torno das questões do racismo, discriminação, da sexualidade, de gênero, de homofobia, do sociobiodiversidade, dentre outros, que ganharam a agenda em diferentes sentidos e contextos. Neste misto de desejos, realidades e de vontades para me aproximar dessa dimensão racializada, ainda recorremos ao universo subjetivo, onde se acrescenta certo imaginário recorrente sobre a presença ou não de pretos no Sertão do São Francisco. Esses motivos, aguçaram ainda mais a nossa imaginação filosófica, sociológica e histórica, alimentando os espíritos do rigor científico, para uma busca incessante de aproximação com o mundo real, no qual existem mais trevas do que luzes, mais perguntas do que respostas.

Diante do exposto, não tão menos relevante, recorremos à memória sócio-histórica, a abolição oficial da escravidão no Brasil não apagou todos os vestígios que rasgaram e ainda rasgam profundamente a carne e as subjetividades brasileiras. Esta, chegou ao século XXI, com cicatrizes dolorosas do racismo e da discriminação que se constituem em fantasmas da alma, e das estruturas socioeconômicas, políticas e culturais que ainda latejam os mais de trezentos anos em que o preto é considerado não humano, quiçá cidadão dotado de direitos. Apesar, que no mundo contemporâneo há avanços nas lutas antirracistas, na afirmação identitária do preto, no legado do movimento preto, nas Políticas de Ação Afirmativa, no desmonte do mito da democracia racial, na produção acadêmica que resulta numa epistemologia preta, entretanto, assim como as águas dos rios, há um longo caminho a percorrer.

Alimentados pela alma-corpo e imersos nos contextos econômicos, políticos, sociais, simbólicos, investigamos as práticas diluídas do racismo na Chesf, analisando a referência identitária do preto, a partir dos estereótipos, da relação com a natureza referenciada no agrupamento racial do operariado da Chesf no período de 1948-1990, momento este que marca a sua instalação e o término da construção de usinas e barragens respectivamente.

Ainda perpassa em nosso escopo, a análise das descrições atribuídas ao corpo do preto, a sua invisibilidade no processo de implantação das usinas hidroelétricas em Paulo Afonso e suas conexões com o perfil sociocultural, as relações de produção, o mundo da cidadania política e as implicações ou não na construção e na propagação do racismo pós-abolição no Sertão do São Francisco.

Dessa forma, partimos de hipóteses preliminares, que revelam a descrição da narrativa hegemônica que promovia a patologização do sertão, do homem e da natureza, produzindo, através das relações de trabalho, um racismo específico no sertão, onde o operário preto e pardo foi objetificado e animalizado, confundido com a própria natureza bruta, através da ordem e modelo civilizatório implantado pela Chesf. Nesse aspecto, nos orientamos pelas seguintes questões: a Chesf difundiu uma fábula sobre o homem e o sertão para justificar sua ação na região, inventando um território, um município, marcado por estereótipos que naturalizavam as práticas racistas e discriminatórias? Nas ações da Chesf residia um projeto racializado que produziu uma exposição corporal do preto e do pardo, revestido e reduzindo a sua força física, adestrando seu corpo através de vigilância e punição, e estas se constituem em marcas de um racismo consubstanciado no paradigma meio e raça? O racismo estabelecido nas diferentes relações sociais, políticas e econômicas da Chesf, configurou-se de modo estabilizado e naturalizado, em que o operário preto e pardo, ao ser denominado de “cassaco”, e conseqüentemente, estereotipado como um animal de natureza bruta, deveria ser lapidado para a modernidade? Nesta concepção, o preto era incapaz de exercer as funções de maior prestígio social, cabendo-lhe as marcas do legado escravocrata da aptidão para o trabalho braçal e não aptidão para o trabalho intelectual?

Neste sentido, finalmente pontuando a nossa investigação, trata-se em compreender e interpretar o processo de migração, modernização e as narrativas acerca do sertão, do preto e as práticas racistas recorrentes da relação do mundo do trabalho. Investigar o racismo, tomando como premissa, as suas diferentes manifestações na ocupação funcional dos espaços de lazer, de residência e no vasto mundo do trabalho.

Assim sendo a própria constituição humana do sertanejo se codifica como uma natureza bruta, violenta, que no caso do operariado da Chesf, acredita-se na negação da raça e cor da pele, em que as dimensões de classes sociais prevaleceram em todo o processo de recrutamento, funções expressas nas relações horizontais e verticais promovidas pela empresa. O racismo praticado pela Chesf, na sua singularidade associou o preto a uma natureza animalizada. Desse modo, no caso da Chesf, as relações de classe formaram um *continuum*, entretanto, as especificidades da marca racista, ora implícita, ora diluída, operou na vida identitária do operariado preto e pardo. No jogo da ambivalência, os trabalhadores pretos e pardos, ora aceitava sua identidade racial, ora a negava, para se adequar ao processo modernizante pela Chesf no sertão, tornando-se invisível à sua cor da pele, mas visível no seu corpo para a força do trabalho braçal.

No encadeamento, o território da nossa investigação efetivou-se no município de Paulo Afonso, localizado há uma distância de 480 km de Salvador, capital do Estado da Bahia. O município trata-se de um espaço de cruzamento de fronteiras, de natureza e símbolos, território fronteiriço entre os Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco, na mesorregião de Xingó, que, do ponto de vista climático e sociocultural fica localizado no semiárido baiano. Neste espaço de cruzamento de fronteiras, povos, natureza e símbolos fica localizada a cachoeira de Paulo Afonso, sobre rochas, estruturada ao exuberante canal, que se estende por 70 km. O Rio São Francisco e dos canais que passam sentimentos e tem um relevante papel no processo de ocupação humana na região.

Prosseguindo e contextualizando a gênese da Chesf, criada em outubro de 1945 e constituída oficialmente em 1948, com o intuito de aproveitar o potencial hidroelétrico do Rio São Francisco, especialmente da Cachoeira de Paulo Afonso que fica situada entre os Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. A construção das usinas hidroelétricas e barragens em Paulo Afonso, iniciada em 1948, era considerada indispensável para o início do processo de industrialização da região Nordeste. Dessa forma, foram arregimentados 15 mil pessoas nos anos de 1948 a 1990, oriundas de diferentes lugares do país, especialmente do Nordeste.

De acordo com diferentes perspectivas, é possível notar que a instalação de Chesf gerou ciclos de mudanças nas estruturas subjetivas e objetivas no sertão, uma vez que não se tratava apenas das construções físicas de usinas e barragens, mas sim de uma visão de ser humano e sociedade.

Nesse contexto a industrialização tornou-se o pilar de desenvolvimento e a inserção do preto no mercado de trabalho livre nos diferentes contextos pós-abolição como um fenômeno predominantemente do Sul e Sudeste, especialmente em São Paulo, entretanto uma das nossas premissas e de que a Chesf, na sua lógica das relações internas de produção configurava-se neste misto de produção de energia para os grandes centros do Nordeste, e no seu interior propagava relações de um passado escravocrata, com um verniz de classe social.

Não obstante, a Chesf na sua prática triunfava o peso da etnia, raça e cor, visto que suas ações não alteraram a relação racial, ao contrário, do que preconizava Fernandes (1965) nas suas interpretações para a incorporação do preto pós-abolição, na ordem competitiva no Sudeste. No sertão, a modernização industrial promovida no canteiro de obras da estatal, não atenuou o racismo, ao contrário, ratificou as suas peculiaridades e, no misto entre identidade, meio, raça e etnia, animalizou trabalhadores pretos e pardos.

Para atender às exigências acadêmicas do PPGS, da UFS, apresento os dados empíricos que mostram o processo migratório estimulado, promovido e/ou absorvido pela

Chesf; em que mais de 15 mil trabalhadoras e trabalhadores de diferentes regiões do país, a partir de 1948, especialmente do Nordeste brasileiro, foram atraídos para a construção de complexos de barragens e usinas hidroelétricas na região.

Neste cenário, as narrativas difundidas pela empresa para atração e permanência deste contingente no sertão, o perfil socioeconômico do operariado e as marcas da sua composição racial, expressam o fenômeno do racismo que perpassou todas as relações entre o corpo dirigente da estatal e o operariado preto e pardo.

Ao longo de nossa trajetória científica, nos inspiramos na sociologia das questões raciais, em que nossas lentes estão também intrinsecamente iluminadas na contextualização, que tem como fundamento o pensamento de Fernandes (2003), que analisa a adaptação dos ex-escravos, ou as personalidades-*status* da ordem competitiva, a consolidação e a expansão do regime de classes sociais no Brasil; em particular todo o processo de absorção do negro e do mulato no capitalismo moderno.

Prosseguindo, nos fundamentos na literatura de Telles (2003), o sistema fluido de classificação racial no Brasil de modo geral produziu por um lado, a ideia de sociabilidade entre as pessoas da mesma classe social e por outro, a desigualdade e discriminação racial expressas nas relações verticais e horizontais. Um racismo à brasileira. Ainda, nos referimos aos conceitos de identidade e hibridismo, defendidos por Bhabha (1988) e Hall (2003), que discorrem sobre o racismo como linguagem, que estereotipa e marca a identidade racial dos pretos.

Na sequência e considerando a natureza pluridisciplinar da nossa abordagem, recorreremos às discussões socioantropológicas, psicossociais, portanto, a nossa itinerância encontra-se também a literatura acerca da identidade nacional, e da narrativa sobre o homem e o sertão, recorrendo a: Ortiz (1994), que infere sobre as primeiras construções sociológicas de interpretação do Brasil, referindo aos pioneiros da Sociologia Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Viana, que utilizaram das categorias científicas, positivistas, os determinismos geográficos e biológicos, para analisar a identidade racial brasileira; Ribeiro (1995), que debate em torno das características e o fenótipo brancoide do sertanejo e a invisibilidade preta; seguimos a nossa referência; Albuquerque Junior (1999), o Nordeste e o sertão são considerados como um espaço que foi e é constantemente inventado, ou seja, que não é definido apenas como uma unidade econômica, política ou geográfica, mas, sobretudo, como um âmbito de estudos e produção cultural, firmado numa aparente unidade cultural, geográfica e étnica; Arruti (2006), que analisa e apresenta as premissas, o processo de ocupação do sertão e as contradições conceituais do território quilombola, meio e raça.

Lima (2008), que discorre sobre a dualidade entre o sertão e o litoral, sendo o litoral concebido como civilizado, moderno, e o sertão bruto, incivilizado e antimoderno; Bartelt (2009), expõe que o conceito dominante de nação, que operava com as classificações de meio e raça, inseriu no contexto nacional o sertão e o sertanejo como sinônimos de barbárie e anticivilização; Medrado (2012), apresenta uma análise sobre a composição identitária racial e o mundo do trabalho dos vaqueiros no sertão nordestino.

O cerne da investigação concentrou-se na literatura das estruturas psicossociais do racismo, que inferem sobre a relação do eu e do outro, o racismo e suas manifestações decorrentes do medo e da indiferença do branco em relação ao diferente, ao desconhecido. O branco percebe o preto como sendo, a sua negação racial, que seja, um outro, o não branco, o preto. As práticas racistas empreendidas pela Chesf através de seus dirigentes, perpassou todas as relações de incorporação e da vida cotidiana do operariado preto e pardo no sertão do São Francisco.

Na literatura da sociologia das relações raciais, que descreve identidade, estereótipos, racismo de marca e de origem na formação da sociedade brasileira, recorreremos a: Fanon (1961-2008). O autor, utilizando de categorias do pensamento psicanalítico, apresenta algumas interpretações sobre as particularidades da subjetividade do homem preto, com exemplos da literatura, especialmente dentro de um contexto colonial em que ele vivia, interpretações que ainda parecem relevantes para análises contemporâneas, Fanon (1961-2008), ao mencionar Hegel na obra *O Negro e o Reconhecimento*, afirma que o negro, ao procurar o reconhecimento e se constituir como pessoa, tem que passar pela referência ao homem branco. Neste sentido, sua essência está alienada no ser do senhor branco. Da mesma maneira que o preto submisso à dominação racial, o colonizado não consegue se reconhecer como ser humano; ele se vê através do olhar do colonizador. O autor dirá que o dualismo colonial animaliza o colonizado, que o colonizador se relaciona com o colonizado através de uma linguagem zoológica que o coloca na situação de “uma coisa”.

Seguindo a análise da Sociologia Racial, Fernandes (1965), pertencente à segunda geração dos anos 50, rompeu com a ilusão da democracia racial e evidenciou o racismo disseminado na sociedade. Ele ressaltou os obstáculos que os negros enfrentariam ao competir com os brancos nos mercados de trabalho de sociedades com industrialização recente. Ademais, acreditava que o preconceito e a discriminação racial, embora fossem úteis para a sociedade escravocrata, eram incompatíveis com a ordem estabelecida por uma sociedade capitalista. Como consequência, previu que o racismo desapareceria com o progresso do capitalismo.

No encadeamento de nossa reflexão sociológica, Andrews (1991) discute a discriminação que opera de maneira inconsciente e imprescindível no indivíduo, a partir da inserção do *negro* pós-abolição no mundo do trabalho, no Estado de São Paulo, no período de 1920 a 1960. Os trabalhadores negro tinham chances duas vezes maior do que os trabalhadores brancos de terem origem no setor agrícola e desempenhar atividades de menor renome social. Essa dimensão, mais uma vez, confirma a tese de que a educação e qualificação profissional eram determinantes do tratamento desigual e racista.

Prosseguindo as reflexões raciais no Brasil, Hasenbalg (1979) se concentra nos paradigmas teóricos da relação entre senhor/escravizado e do encadeamento da transição para a liberdade, permitindo uma análise das relações raciais pós-emancipação. O autor defende a ideia de que a discriminação racial é um fator significativo na estratificação social da sociedade brasileira. Mesmo com o crescimento da sociedade de classes resultante da industrialização, ainda existem desigualdades nas oportunidades de mobilidade social entre brancos e não brancos (pretos e pardos), independentemente de sua classe de origem. A subordinação social persistente dos não brancos, após o fim da escravidão, deve ser investigada além dos efeitos da mera sobrevivência do escravismo. A continuação da discriminação racial deve ser interpretada como uma função dos interesses materiais e simbólicos do grupo dominante branco, durante o período posterior ao fim do escravismo.

De acordo com Pierson (1971), no Brasil, a discriminação racial é de natureza individual e não geral, e, quando se torna pública, é alvo de uma severa reprovação social. Para que haja preconceito de raça, é necessário considerar o medo ou receio de que o grupo racial subordinado ameace ou esteja em perigo iminente de ameaçar a posição privilegiada do grupo dominante. Ainda de acordo com o autor, a “inferioridade” atual não é vista como racial e, portanto, permanente, mas sim como cultural e temporária, já em processo de desaparecimento. Todos são considerados brasileiros e o brasileiro se orgulha de todos os outros brasileiros, independentemente de sua origem racial. É possível mudar de classe social, que é comumente identificada como *status* inferior. A cor branca está associada a posições nas classes superiores e a ascensão social tende a remover o indivíduo da categoria de cor.

O racismo brasileiro e a miscigenação têm o papel de um verniz, que atenua as características do preconceito de raça brasileiro, que, segundo Schwartz (2012), analisa a complexidade de uma nação miscigenada, desde os modelos deterministas raciais de finais do XIX, às teorias de branqueamento do início do século XX, depois as ideias da mestiçagem dos anos 1930, ou de estudos da década de 1950, que queriam usar o “caso brasileiro” como propaganda, pois acreditava-se que o Brasil seria um exemplo de democracia racial, Schwartz

(2012) conclui que o país tem uma forma específica de racismo, um preconceito em não ter preconceito. Na década de 30 houve o marco de um Estado em definir uma identidade nacional, miscigenada, que escamoteasse o racismo.

Souza (1983) analisa as consequências brutais do racismo e da assimilação do padrão branco como o único caminho de mobilidade social para o *negro*. A identidade racial possui uma conotação ideológica que atua como critério para a alocação de posições em uma sociedade hierarquizada e de classes. Em sociedades multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadas). A categoria racial permite a distribuição de indivíduos em diferentes posições na estrutura de classes, de acordo com sua proximidade aos padrões raciais da classe/raça dominante. O racismo internalizado, que tomou o modelo branco como padrão, que se materializando num jogo de negação e aceitação da identidade racial, foi constatado na investigação e autodeclaração do operariado da Chesf.

Seguindo as análises psicossociais do racismo no Brasil, Ramos (1960) pontua que após a abolição da escravatura, houve um período em que o negro não encontrou oportunidades de integração econômica e de construção de sua identidade étnica de forma clara e coesa. Isso resultou em uma fase em que ele, como o elemento mais afetado pela transição da escravidão para o trabalho livre, se desestruturou social, psicológica e culturalmente.

Moura (1988; 2004), Clóvis (1986; 1994) sintetizam o vínculo íntimo entre o problema dos *negros* e as questões estruturais da nossa sociedade. Analisa a estrutura social brasileira revelando, dessa maneira, o racismo e visão autoritária de mundo, que são vinculadas ao mesmo processo que racionaliza e legitima o racismo. O Brasil tem uma longa tradição de racismo visível e invisível, que afeta nossas estruturas e subjetividades. Segundo Moura (1988; 2004), esse sistema classificatório racista foi codificado e institucionalizado, atuando por 500 anos e criando mecanismos de exclusão étnica contra o *negro* na sociedade branca. A barreira à mobilidade social vertical do *negro* impedia ou permitia, de forma ambivalente, sua ascensão social e sua condição de inferioridade sujeita às punições do sistema.

Oracy (1985; 1998) define o preconceito racial como sendo uma atitude negativa, influenciada pela cultura, em relação aos membros de um grupo populacional que são estigmatizados devido à sua aparência ou ancestralidade étnica, sendo duas manifestações do preconceito: quando é baseado em características físicas, como aparência, gestos ou sotaque, é chamado de preconceito de marca, e quando é firmado apenas na presunção de que o indivíduo pertence a um determinado grupo étnico, é chamado de preconceito de origem.

Domingues (2004; 2010; 2020), referindo-se à longa tradição escravocrata do Brasil, afirma que desde a abolição da escravidão nunca foram criados mecanismos constitucionais legais que impedissem a discriminação contra os *negros*. No entanto, eles tinham menos chances de inclusão e mobilidade social do que os brancos. Assim, não havia razão para os afro-brasileiros acreditarem no tratamento igualitário prometido pela lei, pois as práticas sociais sistematicamente reintroduziam a desigualdade de oportunidades. O autor afirma que após a abolição o *negro* continuou marginalizado politicamente, por não participar efetivamente das decisões políticas; psicologicamente, pela internalização das doutrinas do racismo científico e da teoria do branqueamento; e economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus. O resquício do mito da democracia racial permanece incrustado no imaginário social, propagando um discurso eficaz de que a problemática do Brasil não é racial.

Munanga (2004) traz uma discussão, sob a perspectiva do discurso pluralista emergente (multiculturalismo, pluriculturalismo), que revela os fundamentos da identidade nacional brasileira, expondo uma questão que não pode ser mantida sem que se coloque no centro da questão o ideal do branqueamento, que é materializado pela mestiçagem. Munanga (2004) ainda destaca, que a identidade preta é vista como um problema para a identidade brasileira. Construída a partir de discursos como democracia racial, miscigenação e mistura de raças, a identidade brasileira tornou-se um caminho de apagamento e exclusões. Essa identidade nacional afeta diversos âmbitos das ciências, como sociologia, biologia, história, economia e direito, gerando consequências variadas.

Nosso caminho metodológico recorre a iconografia ancorada em Burke (2004), que considera que as imagens fotográficas possam representar tanto uma evidência da história quanto a própria história, visto que a produção delas envolve, muitas vezes, um comportamento próprio dentro de uma grande escala social. Como uma importante ferramenta teórica e metodológica, as fotografias são especialmente valiosas como evidência da cultura material do passado. Ao disfarçar as diferenças entre classes sociais, os fotógrafos oferecem aos seus clientes uma espécie de imunidade temporária em relação à realidade. Em vez de retratar a realidade social, os retratos registram as ilusões sociais e performances especiais, em vez da vida comum. No entanto, por essa razão, eles fornecem evidências inestimáveis para aqueles interessados na história das esperanças, valores e mentalidades em constante mudança.

A narrativa sobre a formação da sociedade brasileira, os precursores da sociologia utilizaram os conceitos de meio e de raça para interpretar o país. Nesse sentido, o conjunto

das interpretações do Brasil, em 1920, o historiador e sociólogo Oliveira Vianna publicou *Populações meridionais do Brasil*, obra que amplia as reflexões das diferenças entre o povo brasileiro e outras culturas e nações. A tese principal de Vianna (1920) é que o Brasil teria sido formado por brancos, apesar da presença de índios, de mestiços e de *negros* e defende o branqueamento da população. Uma visão pessimista em relação ao futuro do Brasil em função da miscigenação, especialmente pelo elemento negro considerado na análise como sendo inferior.

De modo geral, para se aprofundar na análise das práticas racistas faz-se necessário uma breve reflexão sobre as estruturas escravocratas e seu legado na simbologia e no inconsciente da sociedade brasileira, onde no campo da economia, a produção agrícola marcou o período colonial e o imperial, o trabalho escravo e as formas de organização rurais. Mesmo com a abolição oficial da escravidão e a proclamação da República em 1889, o Brasil passou para as relações do trabalho assalariado, a industrialização e a urbanização, gerando novos desafios na realidade objetiva e subjetiva intrínseca à interpretação do país.

Após a proclamação da República, o paradigma da identidade nacional baseado no meio e raça ganharam novos contornos, definindo aquilo que assemelhava o Brasil e aquilo que o diferenciava de outros povos, especialmente os europeus.

No período de 2022 a 2023, para investigarmos e analisarmos as práticas racistas da Chesf, suas dimensões simbólicas marcadas de invenções discursivas e imerso nas águas turvas do rio e os seus habitantes, percorremos o caminho metodológico. Primeiramente realizamos pesquisa bibliográfica, documental, sendo fontes fotografias, relatórios, boletins disponíveis no Memorial Chesf e no Centro de Documentação (CDOC).

No Memorial Chesf recorremos as 600 fotografias do cotidiano do operariado, identificamos também um total de 55 boletins e 103 notícias, que expressam a concepção de ser humano, identidade e região difundida e compartilhada pelos dirigentes e o operariado da Chesf. No Memorial Chesf, o campo é fértil, pela natureza, opção científica contextualizada, buscamos as falas dos sujeitos envolvidos no processo, aqui seguindo infinitas luzes, mas inspirados especialmente por Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade: Memória de Velhos* diz:

[...] destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros [...]. A história oficial celebrativa cujo triunfalismo e a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos dilacerara lembrança, como um punhal, e cheios de temor.

As falas designam muito das marcas confusas de corpos e almas rasgados pelas marcas do racismo.

A pesquisa documental foi realizada no CDOC, Memorial Chesf e Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia – Sinergia, situados no município de Paulo Afonso-BA. No CDOC analisamos um total de 298 (duzentos e noventa e oito) dossiês, em consonância com os princípios, objetivos e hipóteses da nossa investigação, irmanados aos princípios teóricos e metodológicos da tese. Para efeito e categorização nossa análise está distribuída por décadas, sendo: 1950-1960, total de 96 (noventa e seis) dossiês; 1961-1970, somados, 71 (setenta e um) dossiês; 1971-1980, foram 63 (sessenta e três) dossiês e o decênio de 1981-1990, o total de 68 (sessenta e oito) dossiês. Desse modo e do ponto de vista temporal nossa análise reflete 40 (quarenta) anos de ação da estatal na região.

A categorização por década, foi motivada pela incursão do trabalho de campo que nos revelou e expôs o véu e o mundo real das práticas racistas da estatal, observamos na empiria que nas décadas de 50-60: 61 a 70, a Chesf não hesitou em imputar aos operários pretos e pardos suas práticas discriminatórias e racistas, diferentemente das décadas posteriores: 71 – 80 e 81 a 90, período que predominou na composição racial do operariado da Chesf os brancos que ocupam funções de maior prestígio social, portanto, as práticas racistas perderam sua força sobre os corpos e suas representações humanas.

O racismo nas práticas da Chesf tem suas singularidades nas heranças da narrativa da invenção negativa do Nordeste e do sertão em relação a um outro, o Sul e o Sudeste, numa perspectiva de uma ação direta sobre os corpos pretos e pardos, difusas sob o manto da origem social, escolaridade, formação profissional, estado civil e a força física para o trabalho.

O processo do fazer científico exige dentre outros paradigmas, o método e os procedimentos para sentir, identificar e analisar o real. Neste caminho os arquivos do CDOC, nos proporcionaram a aproximação com uma visão mais detalhada da origem, do perfil sociocultural e das relações de poder desencadeadas entre os dirigentes, os engenheiros e o conjunto do operariado.

Seguindo o percurso metodológico entre 2020 e 2023, entrevistamos 31 (trinta e um) operários e operárias, com a média de 68 (sessenta e oito) anos de idade. Constata-se 26 (vinte e seis) do sexo masculino e 5 (cinco) do sexo feminino. Nesses relatos, constatamos especialmente que o operariado se autoidentifica em relação à sua identidade racial, de forma difusa e fluida, desse modo, contribuindo à minimização de sua identidade, reforçando os mecanismos sutis e explícitos de negação racial, tratando-se de dificuldade de

autorreconhecimento e conseqüentemente ausência da luta antirracista nas relações do mundo do trabalho no sertão.

Seguindo na metodologia, o Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia (Sinergia), 30 relatórios, 207 fichas de filiação sindical, 120 boletins informativos e entrevistas com operários e dirigentes.

Imergindo nas reflexões identitárias e no processo de modernização da sociedade brasileira, Ortiz (1994) assinala que nos anos 30, com o advento mais intenso do processo de industrialização e urbanização, se intensificaram os estudos sobre identidade e nação. O debate sobre a questão racial colocou os percussores das ciências humanas e sociais em torno das reflexões sobre a identidade nacional. As primeiras análises tomaram o paradigma raça e meio, especialmente as empreendidas por Sílvia Romero, Manoel Bonfim, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, dentre outros, que se dedicaram às primeiras abordagens socioantropológicas da sociedade brasileira.

Durante o século XIX e início do século XX, surgiram estudos sobre as particularidades do Brasil, que aprofundaram a identidade nacional, a sua formação e em que medida o passado colonial escravista se fazia presente nas teias das relações sociais brasileiras.

Neste sentido, para Welffort (2006), na década de 1930, Gilberto Freyre Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda deram uma forma científica à sociologia brasileira, contribuindo para formalizá-la como ciência que aprofundou as relações raciais no Brasil, oferecendo uma visão moderna da sociedade brasileira, abrindo novos caminhos para a geração de intelectuais e os estudos da formação de um país agrário e sua transformação em um país urbano industrial.

Em 1933, Gilberto Freyre publica *Casa-Grande & Senzala*, na qual desenvolve o argumento que a miscigenação seria o traço singular da sociedade brasileira, ampliando a análise de raça para cultura tendo como pilar de seu pensamento a tese da democracia racial. Para Fernandes (2003), no Brasil dos anos 1930, o Estado moderno substituiu o Estado oligárquico e a indústria nacional começa a se desenvolver, mesmo que numa visão de uma economia periférica e complementar a outras economias.

A sociedade brasileira estava livre do racismo que afligia o resto do mundo. A mistura de raças produziu uma “unidade dos opostos” entre os estoques raciais, incluindo os senhores brancos e os escravos negros. Nos anos 40, referiu-se ao Brasil como uma “democracia étnica”, onde o termo “étnica” pode ter sido usado em lugar da noção cientificamente falsa de raça.

A literatura também nos recorre a Hasenbalg (1992), que sustenta que a discriminação racial é um importante fator de estratificação social da sociedade brasileira. Apesar da expansão da sociedade de classes advinda da industrialização, haveria desigualdades nas chances de mobilidade social entre brancos e não brancos (pretos e pardos independentes de sua classe origem). A persistência da discriminação racial deveria ser interpretada como uma consequência dos interesses materiais e simbólicos do grupo dominante branco, durante o período pós-abolição, concluindo que o racismo era compatível, e não incompatível, com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Neste cenário desenvolvimentista da sociedade e do capitalismo brasileiro, a Chesf, com sua ação modernizadora no sertão, para atender às bases do nascente capitalismo industrial criou um *município* com os moldes de uma hierarquização ou inspirada na cor da pele, na formação escolar, ou na origem social, o que talvez aponte para a perspectiva de Fernandes (2003), o qual defende que a desintegração da sociedade estamental e de castas não favoreceu socialmente o *negro*, pois eles se converteram rapidamente, em eixos residuais do sistema social.

A Chesf, construída pelo Estado brasileiro, desempenhou um papel estratégico no desenvolvimento das bases do capitalismo na região do Nordeste. A construção de usinas hidroelétricas no sertão de Paulo Afonso-Bahia significou uma ação de dimensão nacional, pela engenharia desenvolvida e pela simbologia para a nascente ordem competitiva no país.

O processo de barramento do Rio São Francisco, iniciado em 1948, impulsionou a ocupação humana na região, especialmente nos Estados de Alagoas, da Bahia, de Pernambuco e de Sergipe. A implantação das barragens insere-se, neste contexto, de um processo civilizatório e atração de um contingente de pessoas para esta região, e que talvez denominando o sertanejo, operário, também identificado como “cassaco”, poderá ter escondido nas águas profundas a etnia, raça e cor da pele.

Ainda na dimensão empírica, o território da investigação teve como palco principal Paulo Afonso, município baiano com uma população de cerca de 120 mil habitantes, situado no Norte do Estado da Bahia a 480 km da capital Salvador. Paulo Afonso é responsável por 70% da energia elétrica destinada aos estados do Nordeste brasileiro. A presença da Chesf reconfigurou o processo civilizatório na região, atraindo milhares de pessoas para o processo de construção e manutenção do complexo de barragens e usinas hidroelétricas.

Numa breve incursão pela produção científica, acerca desse processo, identificamos, até então, que não há registros de abordagem da questão racial do operariado da Chesf e que os trabalhos e as publicações em geral, concentram-se em uma leitura memorialista e

descritiva dos feitos da empresa para região e ainda os de natureza mais técnica, exaltando a engenharia e a produção de energia. Entretanto, identificamos no período mais longínquo uma produção mais analítica como, por exemplo, o trabalho intitulado: *Centralização Política e as Instituições Municipais – o município de Segurança Nacional em perspectiva (o caso Paulo Afonso)*, monografia elaborada para a conclusão de bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (Silva, 1985) e no período recente as seguintes pesquisas: *Impactos das Barragens na Cultura dos Povos e nas Comunidades Tradicionais* – da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Santos, 2010); *Modernização e Educação Escolar no Nordeste Brasileiro: As Escolas da Companhia Hidroelétrica São Francisco – Chesf (1949-2000)* da UFPE (Nascimento, 2019); *A Cidade de Paulo Afonso, 1948-1985: As espacializações do trabalho, do controle e das lutas* da UFBA (Oliveira, 2017) e *A Invenção dos Royalties de Hidrelétricas, Impactos provocados por barragens e a luta por compensação em Paulo Afonso-BA* (Ferreira, 2019).

A denominada primeira geração de sociólogos dentre eles: Sílvio Romero, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre procurava explicar a identidade nacional e o atraso do Brasil em relação a outras nações. A particularidade nacional debate em torno da eugenia, branqueamento e determinismos geográficos e biológicos serviram para inicialmente formalizar as ciências sociais e a sociologia no Brasil. Posteriormente, Florestan Fernandes no início do século XX, aponta que a degradação do regime escravocrata operou no Brasil, marcando as estruturas objetivas e subjetivas da sociedade brasileira. Mesmo após a abolição em 1888 e com o nascimento da ordem social competitiva, o *negro* não foi devidamente incorporado à sociedade de classes. Neste sentido a raça, o racismo, a classe social e as relações de trabalho passam a inserir o debate da identidade nacional.

De acordo com Telles (2003), a primeira geração, nos anos 30 aos anos 60, por um lado, mostrou as maravilhas da miscigenação brasileira, mas, por outro, ignorou ou subestimou as desigualdades, o racismo, com a premissa de que havia pouco ou nenhum racismo.

A ideia da miscigenação como um aspecto positivo das relações sociais brasileiras foi amplamente desenvolvida por Gilberto Freyre nos anos 30 e parte dessa perspectiva foi defendida pelos brasilianistas dos Estados Unidos, inclusive Donald Pierson, Marvin Harris, Charles Wagley e Carl Degler até os anos 60. Para eles, as diferenças raciais eram fluidas e condicionadas pela classe social. A discriminação racial moderada e irrelevante.

Essa geração focou a pesquisa na sociabilidade e as relações sociais entre as pessoas da mesma classe social. A segunda geração nos anos 50, refutou ou ignorou o papel da

miscigenação, enfocando o problema do racismo na desigualdade. Portanto, pesquisaram o Norte e o Nordeste e generalizaram para todo o país.

Além disso, neste capítulo, também são avaliadas as sociologias das questões raciais: Fernandes (2003;2008), Ramos (1960), Moura (1988;1994), Fanon (1961;2008), Telles (2003) e Domingues (2001;2010), que fazem uma crítica epistemológica às visões tradicionais do estudo do *negro*, que o concebe mais como um tema e não como uma existência, e a necessidade de se aprofundar nas marcas do racismo, a singularidade brasileira, o protagonismo e as lutas antirracistas.

O sertão como espaço vazio de um homem bruto e violento dominou a formação de uma inteligência sociológica brasileira nos primeiros anos da República. Baseados no cientificismo, racismo, determinismo e alimentados por uma concepção positivista que marcou os corpos e serviram de bases teóricas e práticas para se propagar e naturalizar as relações racistas, o que produziu certa invisibilidade do preto como elemento vivo da identidade sertaneja.

Enfim, posteriormente apresentamos as conclusões destas páginas que foram escritas sobre os corpos e existências dos operários e operárias nas águas do Velho Chico, enquanto sentidos, ação amorosa e conflituosa no cenário de descrição, de objetificação e de racismo, onde o inferno e o paraíso se constituíram em aspectos difusos da vida propagada na lógica da nova ordem competitiva, materializada em longas jornadas de trabalho executado majoritariamente por operários pretos e pardos e de outras tantas gentes no período pós-abolição.

Prosseguindo a nossa viagem pelas rodagens sinuosas da literatura, Telles (2003) aponta que no Brasil dar-se preferência ao termo “cor” uma vez que, esse capta a ideia de continuidade entre as categorias de raças que se sobrepõem de forma semelhante. A concepção essencialista que cada indivíduo pertence a um grupo racial é menos comum no Brasil do que nos Estados Unidos, isso principalmente devido à ideologia do branqueamento no Brasil, que permitiu uma flexibilidade significativa de classificação racial. No entanto, assim como o termo raça, a cor de uma pessoa no Brasil geralmente tem significados sobre o valor e *status* que são comuns às ideologias raciais em outros lugares do mundo.

De acordo com Telles (2003), ao contrário dos Estados Unidos e da África do Sul, o Brasil, após a abolição, não teve leis que determinassem o pertencimento a um determinado grupo racial. A decisão da elite brasileira de prover o branqueamento através da miscigenação ao invés da segregação racial, tornava desnecessárias as regras formais de classificação racial. Ademais, o Brasil não tem uma tradição de controle de ascendência, o que pode ter impedido

a vontade das elites de impor um regime com a mínima descendência. Como consequência, a classificação racial no Brasil ficou mais complexa, ambígua e mais fluida que em outros países com tradição de segregação legal. A classificação racial no Brasil é baseada na aparência, é geralmente com base em categorias que são utilizadas de forma inconsciente.

De modo geral, Telles (2003) aponta sobre a ambiguidade em definir raça no Brasil, as classificações raciais no Brasil são ambíguas e fluidas, os termos raciais são inúmeros e são frequentemente usados de forma inconsistente. Portanto, o Brasil prefere a noção de cor do que de raça, posto que o termo capta melhor a fluidez das relações raciais, já que a aparência para a sociedade brasileira significa *status* social. Segundo o autor, no caso brasileiro, a raça em geral está:

- Raça é para legitimar e hierarquizar;
- Raça é uma ideia e não um fator biológico;
- Em todos os países multirraciais existe racismo;
- O Brasil criou seu próprio sistema de relações raciais.

Nessa investigação, as categorias definidas por Telles, como fluidez, especificidade do racismo brasileiro, serve como recorte e categoria de análise da nossa investigação, acerca da particularidade das práticas racistas da Chesf no sertão, uma vez que esse autor preconiza que depois da abolição da escravatura, pretos e pardos enfrentaram as nuances do racismo no Brasil, que concebia o preto com diferentes comportamentos psicossociais. O racismo era difuso e difícil de identificar, pois o preto era visto como inapto em sua condição física e sociopolítica. Em geral, o preto era percebido como confinado na posição de liberto, disciplinado, dócil, submisso e útil. Por outro lado, o branco era tido como autoritário e paternalista, com características de dominação senhorial.

A longa história de escravidão no Brasil gerou uma internalização psicológica em que o negro buscava se assemelhar ao branco e, para deixar de ser – “*negro*”, buscava se tornar “gente” por meio da ascensão social. A sociedade capitalista, mesmo com sua rigidez em relação ao preto, ora impunha barreiras, ora abria brechas.

A análise de Fernandes sobre as relações raciais e a integração do negro na moderna ordem competitiva, se constitui também em um recorte das teorias sociológicas que ancoram e dão fundamento a nossos objetivos e nossa tese, do papel da Chesf na incorporação de um contingente significativo de operários pretos e pardos nas novas relações do mundo do trabalho no sertão do Velho Chico.

A pesquisa de campo e construção sociológica foi desenvolvida em três espaços os quais definidos a partir da problemática, hipótese, objetivos e fundamentação teórica da investigação: a) *espaço migratório*, do operariado, para identificar o perfil sociocultural, a origem, a formação, as motivações, a inserção no trabalho de modernização e construção de usinas para as bases do nascente processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira e questões raciais imbricadas nesse contexto; b) *espaço do mundo do trabalho*, para identificar formas de admissão do operariado, a ocupação e promoção funcional, disciplina, moradia, racismo, raça, classe, educação, objetivando o operariado e as conexões com as descrições do sertão; c) *espaço da cidadania política*, destaca-se as lutas, os conflitos, as resistências, os silêncios, as divisões de raça, pele, cor, etnia engendradas no sertão a partir da intervenção da Chesf e do operariado na região e sua inserção ou não em ordem social competitiva.

No **Capítulo I**, discutimos o Estado desenvolvimentista, o surgimento da Chesf e a configuração do binômio Sertão-Litoral. Este binômio transita entre o discurso da concepção do homem bruto e civilizado, onde o contraste entre o sertão e o litoral, sob o contraste entre moderno e antimoderno, dominou a formação de uma interpretação sociológica brasileira. O Sertão foi concebido como atrasado, alheio à civilização, onde a natureza bruta domina e codifica o homem, enquanto o litoral era compreendido como civilizado e moderno, sendo um modelo da identidade nacional. Discutimos a narrativa chesfiana sobre a concepção de homem, raça, região e a criação e projeção do sertão de Paulo Afonso, bem como a fluidez e a identidade racial do operariado da Chesf.

No **Capítulo II**, apresentamos os fundamentos metodológicos da construção do universo empírico. CDOC, catalogação e análise de dossiês, informativos, relatórios e documentos; No Memorial Chesf registros de fotografias, relatórios, boletins e jornais. No Sindicato dos Eletricitários, catalogação e análise de fichas de filiação sindical, boletins e entrevistas, com dirigentes sindicais. Finalmente entrevistas com o conjunto de operárias e operários da estatal que ocuparam diferentes funções laborais

No **Capítulo III**, apresentamos os resultados do trabalho empírico e suas implicações teóricas e metodológicas que corroboram com a natureza, os objetivos e os princípios sociológicos e históricos das nossas hipóteses e construção da memória dos conflitos e das relações do mundo do trabalho. A primeira parte deste capítulo apresenta o perfil sociocultural, compreendido nas décadas de 1951-1960 e 1961-1970. Analisamos as relações do mundo do trabalho e as práticas racistas imputadas pela estatal. Destacamos que neste período em análise, o perfil do operariado era de baixa escolaridade, recrutados para o

trabalho predominantemente braçal e sua composição racial era hegemonicamente preta e parda. As práticas racistas foram efetivadas de maneiras mais explícitas. Na segunda parte deste capítulo analisamos as décadas de 1971-1980 e 1981-1990. Refazemos novamente o perfil sociocultural e as relações do mundo do trabalho. Observamos um branqueamento mais acentuado com um operariado de maior nível de escolaridade, branco, exercendo funções de maior prestígio social. Isso ocasionou na diluição das práticas racistas.

No **Capítulo IV** discutimos o espaço da cidadania política e apresentamos o perfil sociocultural do operariado sindicalizado, sua naturalidade, raça e ocupação funcional. Prosseguimos analisando a gênese da organização sindical, as lutas, os conflitos e as conquistas desencadeadas no sertão do São Francisco.

Nosso recorte temporal por décadas, traduzido em capítulos, não reflete nem pretende configurar a linearidade dos acontecimentos. Durante os 40 anos de nossa análise, a Chesf, em sua intensa ação modernizante de significados contraditórios, mobilizou um contingente de 15 mil pessoas de origem rural e baixa escolaridade. Sob o manto das atividades laborais, operou em larga escala com fenótipos, funções e classes sociais codificadas pela natureza e sutis animalidades que narravam e materializavam o racismo no sertão.

Embora a literatura do *negro* pós-abolição se concentre na análise da relação migratória do Nordeste para o Sudeste, aqui no lugar concebido como longínquo ocorreu um movimento migratório entre os de cá (Sertão) e os de lá (Litoral). Este movimento foi um dos propulsores da objetificação do ser humano e da natureza, que se materializou de forma subjetiva e objetiva nas práticas racistas entre a Chesf e seu operariado, nem sempre devidamente identificadas. Paulo Afonso, narrado e materializado pela estatal, fazendo parte do processo que difundiu o Sertão e o Nordeste no cenário nacional e internacional.

## **1 O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA, AS BASES PARA A MODERNIZAÇÃO E O DISCURSO DO PROGRESSO PARA O SERTÃO**

*Aquiles jamais alcançará a tartaruga,  
pois antes fará a metade do percurso,  
depois a outra metade, depois metade da  
metade*

– Parmênides e Zenão

Neste capítulo, apresentamos o contexto econômico, político-social e cultural a partir da década de 30, destacando o papel do Estado como sujeito primordial no desenvolvimento das estruturas capitalistas e as relações de classes raciais nos processos identitários no Brasil e no Sertão do São Francisco. Fazemos uma incursão no processo sócio-histórico após a Segunda Guerra Mundial, quando o contínuo envolvimento social e econômico dos governos nas economias modernas e industriais colocou o Estado como elemento indispensável para financiar as bases do processo de reordenação do capitalismo mundial, através dos gastos sociais e uma forte presença no setor produtivo.

O Estado pós-guerra, concentrando-se no bem-estar, foi acionado para resolver as crises da sociedade capitalista, criando um novo conceito de progresso que combinava os interesses das grandes corporações oligárquicas e a concentração de capital com os direitos sociais da classe trabalhadora. O Estado interveio de forma mais intensa nas economias para atender às necessidades técnicas e econômicas do capital e incorporar as demandas e reivindicações das classes sociais. O desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira pós-1930 gerou um tipo particular de sociedade urbana, baseada na concentração das atividades produtivas que implicam em sua reprodução.

Os progressos industriais e o grande ritmo de crescimento econômico, marcaram o Brasil nos anos 40 e 50, acelerando o processo industrial e de urbanização. Para isso, o Estado precisava criar as condições para o capital se reproduzir, daí sua ação nos investimentos diretos voltados para a base da economia capitalista industrial (Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) e Chesf são exemplos mais elucidativos).

No período pós-década de 30, o Estado intensificou os pilares da acumulação capitalista, assumindo intensamente o papel de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas. Para Fernandes (2008), sob o lema ordem e progresso, começa a revolução burguesa em marcha no Brasil, o que fez com que as

inovações institucionais e a eficácia da liberalização jurídica-política republicana fossem circunscritas.

No campo prático, surge as necessidades de adaptação da grande empresa agrária ao regime de trabalho livre e as relações de troca no mercado de trabalho que ele pressupunha. Fora isso, continuou a imperar os modelos de comportamentos, ideais de vida, e os hábitos da dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental de castas. O Brasil, num amálgama, une o novo e o velho com mecanismos que justificam nossos papéis nos processos clássicos de ruptura com a nova ordem.

Não há uma linearidade na história e a modernização capitalista permite algumas permanências do passado escravocrata. A ordem social competitiva emergiu e expandiu-se, compactamente, como autêntica e fechada ao mundo dos brancos. A primeira fase da revolução burguesa, que se inicia aproximadamente com a desagregação do regime escravista, até o início da II Grande Guerra, responde aos interesses econômicos, sociais e políticos dos grandes fazendeiros dos imigrantes.

Na segunda fase dessa revolução, inaugurada sob os auspícios de um novo estilo de industrialização e de absorção de padrões financeiros, tecnológicos e organizatórios característicos de um sistema capitalista integral subordinou-se a interesses econômicos, sociais e políticos da burguesia que havia constituído na fase anterior – ou seja, em larga escala, aos interesses, econômicos, sociais e políticos das classes altas e médias da população branca (Fernandes, 2008, p. 27).

Na lógica dos processos, que tem como fundamento uma acomodação entre o novo e o velho, a burguesia urbana surge como agente e sujeito histórico sem romper com as marcas subjetivas e objetivas do período colonial escravocrata de conceber o mundo, as pessoas, a natureza e as relações. A revolução burguesa não alterou, substancialmente, as estruturas das relações raciais e de classes.

O desenvolvimento do capitalismo industrial acelerou o processo de urbanização, esvaziamento dos campos, migração para os grandes centros urbanos, a introdução da tecnologia, concentração fundiária e colocaram os setores populares na cena política. A Revolução de 1930 rompeu com a hegemonia das oligarquias rurais. O urbano tornou-se um cenário mais complexo das relações sociais, econômicas e simbólicas. Com todo o processo desencadeado no Brasil com maior intensidade na década de 30, ainda persistem nas relações uma base agrária da sociedade e as marcas da escravidão.

Para Fernandes (2008), mesmo com esse processo de modernização, sob o binômio industrialização e urbanização, não significou uma ruptura com o nosso passado colonial, pois o antigo regime sempre se recompôs no Brasil. Ele afirma que, aqui, não houve uma

desagregação da sociedade colonial, apenas uma transformação. Os estamentos senhoriais assumiram o controle do poder central, através do Estado nacional, e fizeram uma revolução social e política dentro da ordem, mantendo as suas estruturas de produção escravista e restabelecendo laços coloniais através do mercado mundial.

Em seguida, houve a grande desagregação do escravismo, o que permitiu uma revolução social de ruptura. Portanto, histórico decisivo. Os escravizados foram alijados ou absorvidos pelo regime de trabalho livre, os homens pobres livres viam-se compelidos a se lançar no mercado, como vendedores da força de trabalho e assalariados, e os setores burgueses limitaram a substituição da Monarquia pela República.

A emergência de novo reordenamento do modo de produção capitalista não alterou as relações objetivas e subjetivas com os pretos pós-abolição e nem com o conjunto da classe trabalhadora. O país de origem agrária avança para uma dimensão industrial, mas sem significar uma compensação material e simbólica com este novo sujeito pós-escravidão. O preto livre das amarras da senzala se depara com um novo mundo em desenvolvimento, a modernização conservadora do mundo do trabalho.

Para Fernandes (2008), essa recomposição marca o início da modernidade no Brasil e, praticamente, separa (com quatro séculos de atraso), em relação às datas de referência que os historiadores costumam usar – Abolição, Proclamação da República e as inquietações da década de 20, a era da ironia senhorial (ou antigo regime), a era burguesa (pouca sociedade de classes), e o efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país.

A burguesia se torna o paladino da civilização ou instrumento de modernidade, pelo menos de forma universal e como consequência imperiosa de seus interesses de classe. A abolição e a universalização do trabalho livre estão no centro da economia e da sociedade, sem qualquer intervenção sua, intolerante ou ardosa. A modernização caminhava rapidamente, pelo menos nas zonas em expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso, e sua ansiedade política ia mais para a direção de adiar a mudança social espontânea, no sentido oposto, de aprofundá-la.

Fernandes (2008) conclui que o racismo era generalizado na sociedade brasileira, embora atribuisse a escravidão e seus efeitos sociais e psicológicos aos problemas que os *negros* teriam para competir com os brancos nos mercados de trabalho de sociedades de industrialização recente. Além disso, acreditava que o preconceito e a discriminação racial, embora fossem úteis para a sociedade escravocrata, não eram compatíveis com a ordem

competitiva estabelecida por uma sociedade capitalista. A Chesf combinou a sua ordem competitiva com um racismo dissimulado no sertão.

Segundo Moritz (2013), nos anos 30, a estatização da democracia racial: todos somos mulatos, dois grandes núcleos aglutinaram conteúdos particulares de nacionalidade: o nacional-popular e sobretudo a mestiçagem, não tanto biológico como cada vez mais cultural. Foi nesse período que o Estado Novo e seus projetos oficiais definiram a mestiçagem como a identidade nacional popular<sup>1</sup>.

Diferentemente dessa tentativa de criar uma identidade a partir do mestiço, que Fernandes não apenas ignorou a prática da miscigenação como também a rejeitou, simplesmente por acreditar ser parte de uma ideologia de legitimação da discriminação racial...

Ainda, Fernandes (2008) aponta que neste cenário de modernização industrial da sociedade brasileira, rompe com a tradição de Freyre e seus seguidores, que acreditavam que a desigualdade racial existente era produto tanto da escravidão dos *negros* quanto da sua adesão a valores culturais tradicionais, prevendo o seu desaparecimento em poucos tempos. Para ele, as diferenças raciais eram fluidas e condicionadas pela classe social. Essa visão seria radicalmente desafiada no final dos anos 50, quando outros sociólogos brasileiros, liderados por Florestan Fernandes, concluíram que a democracia racial era um mito.

Segundo Schwartz (2012), contraditoriamente, Fernandes e seus contemporâneos brasileiros e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) enfocaram principalmente nas relações verticais e a desigualdade racial. Ainda para a autora, ao contrário do grupo de pesquisadores do projeto Unesco, Florestan Fernandes questionava a ideia de tolerância racial, que, segundo ele, em lugar das análises culturistas, as visadas sociológicas, centradas no tema da modernização do país, se valerem da investigação do processo que levava à passagem do mundo tradicional para o moderno, abriam uma ampla discussão sobre a situação das classes no Brasil. Schwartz (2012) finaliza, um país com uma

---

<sup>1</sup> Na obra *Nem negro nem Branco, muito pelo contrário, cor e raça na sociedade brasileira*, “a partir dos anos 30, no discurso oficial o mestiço vira nacional” ao lado com o processo de africanização de vários elementos simbolicamente clareados, onde a feijoada sai dos porões e transforma-se num prato tradicional, o feijão preto e arroz branco, a mistura de raças e cores, a couve verde simboliza as matas e a laranja as riquezas brasileiras. Ainda nessa ideia de identidade a capoeira, que era até então incluída no Código Penal de 1890 como crime, em 1937 é oficializada como modalidade esportiva nacional. As escolas de samba passam a ser reconhecidas e financiadas pelo governo a partir de 1935 (196). Em 30 de maio de 1939, é institucionalizado o Dia da Raça. A liberação dos atabaques acontece em 1938, que até então era proibido tocá-los. A escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, santa meio branca, meio preta. A nova santa era mestiça como os brasileiros. Finalmente, nesse espírito de mestiçagem da identidade nacional, o clube de futebol Vasco da Gama, em 1923, começa a aceitar negros. *Nem negro nem Branco, muito pelo contrário, cor e raça na sociedade brasileira* (Moritz, 2013, p. 196).

forma específica de racismo, um preconceito em não ter preconceito. Fernandes ainda diagnosticou um racismo dissimulado e assistemático, utilizando de maneira inovadora, dados estatísticos para alcançar suas interpretações. Nos resultados do censo de 1950, o sociólogo identificou não somente diferenças regionais (como uma grande maioria de pretos e mulatos no Nordeste) como também concentrações raciais de privilégios econômicos, sociais e culturais.

Quando mencionaram de forma limitada relações verticais, o trabalho de Fernandes e seus seguidores enfatizaram a distância entre brancos e negros. Ainda em Fernandes (2008), ignorava a questão da miscigenação e, portanto, a categoria mulata que fora o principal enfoque da literatura anterior. O autor nunca concebeu a miscigenação como valor e, ao invés disso, estava motivado por questões do desenvolvimento e de igualdade social. Portanto, ele não apenas ignorou a prática da miscigenação como também a rejeitou, simplesmente por acreditar ser parte de uma ideologia de legitimação e discriminação racial.

Enquanto o Sul e o Sudeste são caracterizados como sociedades de classes que se caracterizam pela grande imigração europeia, industrialização e urbanização, as regiões Norte e Nordeste têm se destacado, sobretudo, pelas grandes diferenças de *status* nelas existentes e por um sistema de castas, herdado da escravidão, mas que não foi modificado pela industrialização ou pela migração.

Segundo o autor, todos os Estados com população predominantemente branca são mais desenvolvidos, enquanto os Estados com população predominantemente não branca apresentam baixos índices de desenvolvimento humano. Portanto, os brancos são privilegiados por sua localização nas regiões Sul e Sudeste, enquanto os negros e pardos tendem a residir nas regiões socialmente menos desenvolvidas.

Para Telles (2003), a raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça é importante visto que as pessoas continuam a classificar-se e a tratarem o outro de acordo com ideias socialmente aceitas. Compartilho da preocupação de que o uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, mas raça continua a ser imensamente importante nas interações sociológicas e, portanto, deve ser considerada nas análises sociológicas. A ideia de raça exerceu uma enorme influência na evolução das sociedades modernas, inclusive no Brasil, e teve consequências para as suas vítimas, da mesma forma que a crença em bruxas e demônios (apesar de não existirem) teve durante o feudalismo na Europa.

Constata o autor, que o estudo sobre raça no Brasil iniciou-se no final do século XX, enquanto se dava o processo de abolição da escravatura e havia por si uma preocupação

crescente com o efeito da raça no desenvolvimento futuro do Brasil. Este estudo teve início nas ciências biológicas e criminais, especialmente no campo da eugenia, que se referia à utilidade social do aproveitamento dos conhecimentos sobre hereditariedade para fins de procriação.

A eugenia era composta por ideias científicas sobre raça que, naquela época, consideravam os negros *inferiores* e os mulatos *degenerados*. Afirmava, também, que os climas tropicais enfraqueciam a integridade biológica e mental dos seres humanos. Sendo assim, os eugenistas do século XIX tinham a convicção de que a população brasileira exemplificava a degeneração biológica. As teses baseadas no meio e raça deram as repercussões ao sentido da identidade nacional, em que o negro se configurava como *não gente* e a mistura racial como degeneração da sociedade brasileira.

Nos anos de 1880, Raimundo Nina Rodrigues, professor da prestigiosa Escola de Medicina da Bahia e seguidor do criminalista italiano Lombroso (famoso por medir a capacidade craniana para determinar a inteligência), também temia que a miscigenação levasse à degeneração. Nina Rodrigues era indeciso em relação aos mulatos e encontrava dificuldades em estabelecer a posição destes em seu esquema conceitual e decidiu então dividir a população mulata em superior, ordinária e degenerada ou socialmente instável. A ambivalência de Rodrigues em relação à classificação dos mulatos e a necessidade de distingui-los dos brancos impediram que ele e outros membros da elite seguissem o rumo do segregacionismo extremo adotado pelos Estados Unidos e pela África do Sul, no final do século XX. Além disso, teria sido difícil determinar quem era branco no Brasil, de modo que a imposição da segregação era impraticável.

No Sertão do São Francisco, essas narrativas se configuram de uma forma ou de outra nas relações sociais em meio ao rio, às águas e às relações raciais no seio da Chesf e suas ações modernizadoras no sertão. Até então, percebeu-se que a Chesf institucionalizou um conjunto de atitudes, controle e relações trabalhistas inspiradas no ideal de modernidade e progresso. No entanto, essas atitudes não deixam de beber da longa tradição escravocrata que exala suas marcas objetivas e subjetivas no corpo e nos sentidos do operariado, tornando os pretos e pardos invisíveis no sertão. Nas ambiguidades, estavam imbricados no mesmo cenário o inferno e o paraíso, imersos numa linha tênue do debate entre região, identidade e racismo.

## 1.1 O Estado e sua Cria-Mãe: A Chesf e sua relevância desenvolvimentista no sertão do São Francisco

*O homem chega, já desfaz a natureza;  
Tira a gente e faz represa, e diz que tudo  
vai mudar;  
O sertão vai virar mar, mar no coração,  
talvez um dia o mar vire sertão...adeus,  
adeus...  
Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão  
Arcado, vem o Rio te Engolir..*

(Sá e Guarabira)

Nesta seção, apresentamos o processo histórico de criação e desenvolvimento da Chesf e o desenrolar de seu empreendimento para a geração de energia elétrica no sertão e no Nordeste. A Chesf foi criada pelo Decreto-Lei 8.031 de 3 de outubro de 1945 e constituída na primeira assembleia geral de acionistas realizada em 15 de março de 1948. A Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco é uma subsidiária da Eletrobras. O seu processo de barramento ressignificou pessoas, territórios, estruturas, símbolos, sentidos e ritos. Nas cascatas por onde passam as águas, a natureza e a força das máquinas poderão ter invisibilizado a etnia, a ancestralidade e a cor da pele. Em 1998, nos seus 50 anos, a empresa adotou como slogan a frase: “Quem domina o rio vence qualquer desafio”.

**Figura 1 – A personificação da estatal.**



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Matéria do jornal informativo Chesf, da década de 1980, relatando a história do ilustre idealizador da Chesf, Apolônio Jorge de Farias Sales, antigo Ministro do presidente Getúlio Vargas que projetou o aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso. De acordo com a matéria, Apolônio estudou e exerceu a profissão de professor em Pernambuco, e posteriormente estudou a cultura canavieira e os modernos métodos de irrigação no Hawai - EUA. Pernambuco exerceu no processo de concepção e posteriormente na composição do operariado da estatal, uma predominância simbólica e estrutural.

No encadeamento da trajetória da Chesf, uma empresa de economia mista, criada através do Estado Brasileiro com financiamento e fomentos internacionais, como do Banco Interamericano (BIRD), com objetivo de aproveitar o potencial hídrico do Rio São Francisco, consolidando uma das bases para o processo de industrialização e ser a propulsora da modernidade no sertão, à luz dos processos empreendidos no período de 1910-1913 por Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas.

Quando foi criada, a sede da Chesf foi estabelecida no Rio de Janeiro-RJ, com escritórios também em Forquilha, Salvador e Recife. A instalação da Chesf na região, denominada de Forquilha, estimulou um grande processo de urbanização no sertão do São Francisco. Forquilha era um povoado do então município de Santo Antônio da Glória-BA. Com a instalação da Chesf, ocasionou-se um processo de emancipação do distrito de Paulo Afonso com o município de Glória. Fato que veio a ocorrer em 28 de julho de 1958, através do Projeto de Lei nº 1012/58.<sup>2</sup>

No Governo de Eurico Gaspar Dutra, a diretoria do clube de engenharia intensificou estudos e conferências acerca da usina de Paulo Afonso sob proveito do Vale do São Francisco. Finalmente as obras do município iniciaram em 1949, com a construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I, que foi inaugurada oficialmente em 1955. Imediatamente, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso II, que veio a entrar em funcionamento em 1961. Paulo Afonso III começou a ser construída em 1966. Paulo Afonso

---

2 Segundo Nascimento (2019), Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois foi transformado em Município de Santo Antônio da Glória, cuja sede situava-se na Vila de Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, através da Lei Provincial nº 2.553, de 1º de janeiro de 1886, ficando desmembrado do município de Jeremoabo. Estava entre os vinte maiores municípios do Estado da Bahia. Sua instalação ocorreu em 7 de janeiro de 1887. Posteriormente, o decreto estadual de 1931 modificou sua denominação para Glória. E, com o Decreto Estadual nº 10.72, de 30 de março de 1938, passou a ser cidade. O território do atual município de Paulo Afonso foi desmembrado de Glória.

IV em 1972, e funcionando em 1979. Todo este processo estimulou a migração de centenas de trabalhadores de diferentes Estados, especialmente do Nordeste.

O potencial hídrico do Vale do São Francisco, celebrado e festejado para a grande narrativa de desenvolvimento e modernização de um sertão ambivalente, pela abundância do potencial hidráulico da cachoeira, mas antimoderno e atrasado, de uma natureza bruta que dominava e determinava o destino dos homens na região.

A fotografia abaixo, disponível no Memorial Chesf, exibe a propaganda Cachoeira de Paulo Afonso, cantada, festejada no contínuo da narrativa acerca da identidade da região e merecedora das ações tecnológicas e o empreendimento do Estado brasileiro, através da Chesf. O fascínio pela queda d'água do Rio São Francisco de uma simbologia de longevidade histórica.

**Figura 2** – Chesf: A seca narrada, as águas que banham a região.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A sedução pelo aproveitamento do potencial hídrico, tem uma relevância na história, pois a cachoeira, antes do empreendimento da modernidade da Chesf, o então imperador Dom Pedro II a visitou, descrevendo seu entusiasmo com o grande volume de águas e as várias quedas da cachoeira que impressionavam todos os visitantes.

Tentar descrever a cachoeira em poucas páginas, e cabalmente, seria impossível, sinto que o tempo só me permitisse tirar esboços muito imperfeitos. O terreno é tão pedregoso e se muito se tem a respeito desta cachoeira, não sou eu exagerado dizendo que há verdadeiro perigo em percorrer todos os pontos de vista da cachoeira e principalmente descer a fuma dos morcegos, como eu fiz, dando, contudo, três quedas nesta última exploração, felizmente sem me machucar (Pedro II 2003, p. 136).

A expedição de Dom Pedro II partiu de Salvador-Bahia, no dia 12 de outubro de 1859. Com sua comitiva, o imperador seguiu viagem no vapor Apa. Estavam a bordo o presidente da Província de Sergipe, Manuel da Cunha Galvão; o conselheiro João de Almeida, ministro do Império; visconde de Sapucaí, camarista; e o barão de Atalaia, além de comandantes, capitães de bordo, senhores de engenho, diretores de escolas, correspondentes de jornais e outros convidados.

A placa fixada atualmente no espaço denominado Ilha do Urubu, compõe a paisagem da Cachoeira de Paulo Afonso, que fica situada nas fronteiras do Estado da Bahia, a partir do município de Paulo Afonso, e o Estado de Alagoas, no âmbito do município de Delmiro Gouveia. O que expressa a institucionalização do rio e de suas águas pelo imperador e posteriormente pela Chesf. O Estado, em diferentes contextos, demarca, oficializa e institucionaliza o lugar e seus significados.

**Figura 3** – Essa ideia de energia é antiga – D. Pedro II, a visita emplacada na cachoeira.

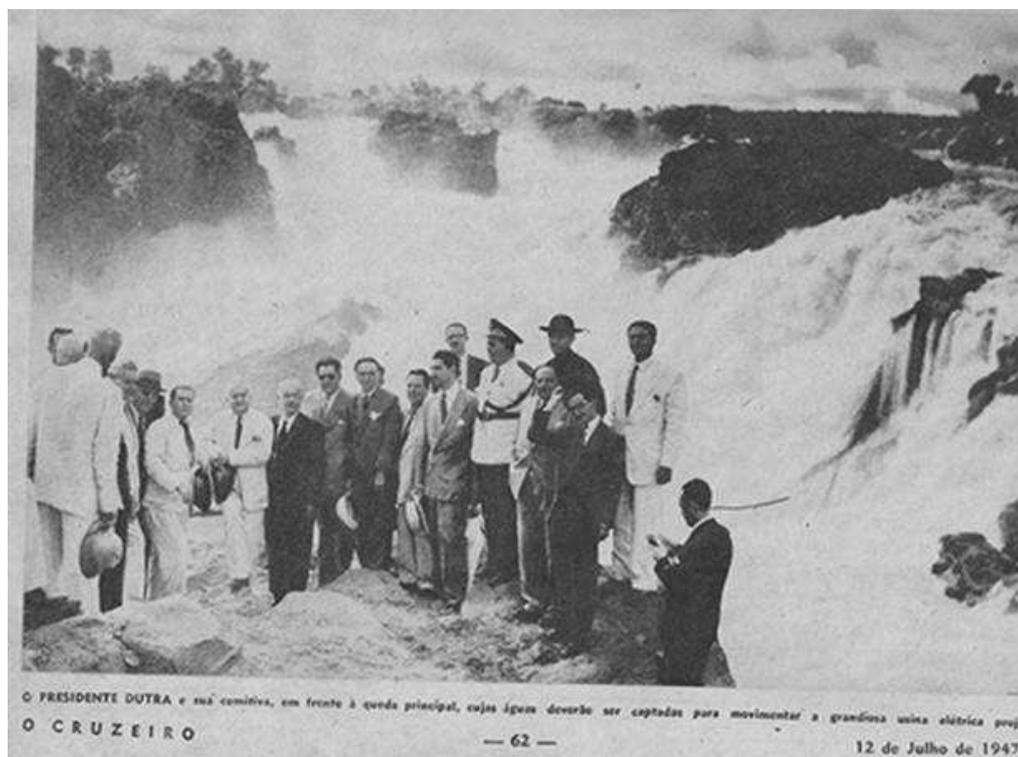


Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A força das águas do Rio São Francisco, no processo histórico da região, do semiárido, exerce um relevante papel na ocupação territorial e no desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do povo em seus diferentes contextos.

Prosseguindo, a fotografia abaixo, arquivada no Memorial Chesf, registrou a ocasião da visita do presidente Dutra e sua comitiva em 1947. A imagem expressa corroborar o olhar de homens empoderados do Sul e Sudeste com apoio menos expressivo de olhares nordestinos, com vislumbramento da força das águas e da cachoeira do Rio São Francisco.

**Figura 4** – A cachoeira: homens brancos, engravatados e deslumbrados.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Na dimensão geopolítica, desde o processo de sua implantação até os dias atuais, todos os presidentes e presidentas estiveram em Paulo Afonso para visitar o complexo de usinas, decorrente do processo de exploração do potencial hidrelétrico do São Francisco, o que sugere que embora possa parecer uma dimensão sociológica “particular”, mas que, pela sua relevância, expõe uma influência sociopolítica nacional e internacional, o sertão fora projetado através do empreendimento da estatal.

A construção de usinas e barragens, dentre outras dimensões identitárias do regionalismo e a ideia de desenvolvimento urbano-industrial, colocou o Nordeste e o sertão no cenário nacional, obedecendo um imagético ora de seca, fome e miséria, portanto o

inferno; e ora como rico, abundante em água, fonte de vida e desenvolvimento humano e econômico da região. O processo de construção das usinas e barragens dos anos 1940, não significou algo tão somente de uma obra de engenharia, reduzida apenas à dimensão material, mas sim uma difusão de concepção de ser humano e sociedade, obedecendo todo o imaginário que já vinha processando e projetando a identidade sertaneja.

**Quadro 1 - Cronologia da ação da Chesf nas veias do Velho Chico.**

Ano	Empreendimento/Acontecimento
1913	Inauguração da usina de Angiquinho, construída por Delmiro Gouveia, em Alagoas.
1943	Apolônio Sales lança campanha para a criação da Chesf
1945	Presidente Getúlio Vargas assina decreto de lei que cria a Chesf
1948	Primeira assembleia que oficializa a criação da Chesf
1949	Início das obras da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso I
1955	Início das obras da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso II
1966	Início das obras da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso II
1972	Início das Obras de Paulo Afonso IV
1973	Início da construção da barragem de Sobradinho
1987	Início das obras da Usina Hidrelétrica de Xingó
1997	As seis unidades de Xingó entram em operação gerando 3.000 mW de potência

Fonte: 65 anos – Mais que Energia, Uma História de Trabalho, Conquistas e Renovação.

O quadro retrata a cronologia do Estado brasileiro através da criação e do ordenamento da ação da Chesf no aproveitamento hidroelétrico das águas do Rio São Francisco. Para as bases e implementação dos processos de industrialização e geração de energia para os grandes centros urbanos no Nordeste. Iniciado na década de 1940, com todo seu desenvolvimento no contexto do Estado ditatorial, que marcou a força e dilema da ordem e do progresso necessário, a geração de emprego, de incorporação de um contingente expressivo de trabalhadores e trabalhadoras nos seus empreendimentos.

Em suma, a trajetória da Chesf, dos anos 50 aos anos 90, teve como resultante o complexo composto de 14 usinas hidroelétricas, sendo as mais importantes situadas no Rio São Francisco. Paulo Afonso I, II e III, Apolônio Sales (Moxotó), Sobradinho, Paulo Afonso IV, Luiz Gonzaga (Itaparica), Xingó entre os municípios de Piranhas-AL e Canindé do São Francisco-SE, bem como duas usinas termelétricas: Camaçari I-BA e Bongi-PE, totalizando

uma potência nominal instalada de 10,7 milhões de kW, o maior do setor elétrico brasileiro<sup>3</sup>.

Prosseguindo, a fotografia dos operários em plena atividade expõe as relações raciais e as condições de trabalho na década de 1950, quando os corpos e histórias pretas, em condições precárias do mundo do trabalho, expunham sua força e seus significados sobre as rochas, indicando a natureza das atividades laborais e os sujeitos que empregam sua força física e cerebral nesta natureza de pedra, diversas vezes denominada bruta e sem vida. As relações do mundo do trabalho já refletem a natureza e o recorte racial da função, da vigilância, em que o humano e a natureza se confundem, e nesta configuração, se desenvolvem durante todo o período de implantação e consolidação da estatal, as práticas racistas.

**Figura 5** - Pretos cassacos, corpos escondidos, a Chesf os revelam.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

As imagens produzidas pela companhia evidenciaram-se na reprodução da representação do sertão e do sertanejo nordestino como um lugar bruto, de homens ávidos

---

3 Segundo Nascimento (2019), em 1 de outubro de 1954, a Usina Paulo Afonso I entra em operação. Em 15 de Janeiro de 1955 foi inaugurada pelo presidente João Café Filho. A usina foi considerada a maior obra da engenharia nacional, a primeira construída em subsolo. Esta usina abastecia Salvador e Recife. Em 1967 foi inaugurada Paulo Afonso II. Em 1974 entrou em operação a Usina Paulo Afonso III. Já neste período a Chesf já fornecia energia para 2.100 municípios, de atacado 7 capitais. Aracaju, Salvador, Recife, Maceió, João Pessoa, Natal e Fortaleza (Souza, 1955; Melo, 2004).

para o trabalho braçal e reforçando neste espírito, que uma imagem vale mais que mil palavras (Tucholsky, [s.d.], *apud* Burke, 2004, p. 11). As imagens foram utilizadas em larga escala pela companhia para reforçar o estereótipo, a cor da pele e os corpos expostos em um sertão inculto, incivilizado e sedento da ação modernizadora da estatal.

**Figura 6** – O homem é o touro, a natureza é a sucuri.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

O paradigma homem-natureza-meio misturado em uma das tantas imagens. A primeira refere-se ao homem, a segunda “O touro e a sucuri” se configura como identidade do município e da região. São imagens emblemáticas que se constituem em uma fonte de inspiração e olhar que prevalecem a naturalização, sentido e contradições que alimenta e evidencia a prática pensante, de trabalhadores dentro das *rochas cavadas e esculpidas*, manualmente, para a instalação de turbinas para a geração do “progresso” e geração de energia. Estes corpos e sentidos eram denominados de *cassacos*<sup>4</sup>, uma denominação que animalizava os operários pretos e pardos, sem questão racial, sem pele, sem modos de ver e entender o mundo, em um misto difuso que se funde e se mistura com a própria natureza, entretanto pela lógica da Chesf eram aptos ao trabalho braçal, pela robustez de seus corpos. Foi no corpo que a narrativa e as práticas racistas da Chesf se fizeram eficazes. O fato de associar o ser humano, a natureza bruta, foi uma das formas de naturalização do racismo no sertão.

4 Ferreira (2019) a denominação cassaco é uma referência a uma espécie de Gambá, animal típico do Nordeste, de aspecto físico duvidoso, feio, sujo e muito fedorento, relacionando como apelido ao conjunto de trabalhadores e suas famílias que na condição de retirantes chegavam as obras para as labutas, com vestes precárias, esfomeados, com aspectos físicos debilitados, sujeitos dada a escassez de água para beber e se reproduzir.

Seguindo o desenvolvimento das obras da estatal, o marco da ação da Chesf na região, se dá nos anos 80 com o final das construções, sendo a última a Usina de Xingó, nos municípios de Piranhas-Alagoas, e Canindé do São Francisco-Sergipe.

A empresa desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento econômico da região, sendo responsável por gerar, aumentar, transmitir, diminuir e distribuir energia elétrica para todos os Estados do Nordeste. O conhecimento técnico sobre a energia elétrica e seus segredos teve que ser absorvido pelos engenheiros e dirigentes da estatal. Inicialmente, a sede da empresa ficava no Rio de Janeiro, mas foi transferida para Recife no início dos anos 70, após uma disputa política entre os Estados da Bahia e Pernambuco.

**Figura 7** – Recife: No contexto das narrativas, a encarnação material do Nordeste.



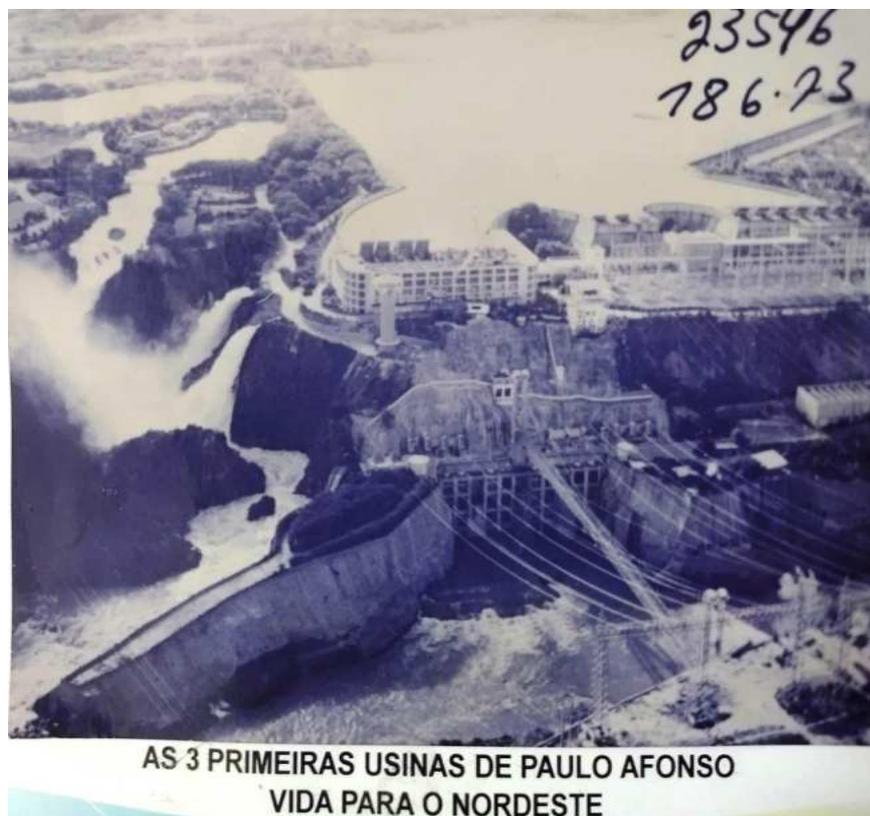
Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A imagem da atual sede da Chesf, situada na rua Delmiro Gouveia, San Martin, Recife-Pernambuco, foi construída anteriormente no bairro do Bongi, perto da subestação do mesmo nome. Neste mesmo período, por volta de 1975, em que a sede da empresa foi transferida do Rio de Janeiro para Recife, André Dias de Arruda Falcão Filho, um engenheiro pernambucano, assumiu o comando da Chesf no lugar de Apolônio Sales. Essa mudança aumentou a eficiência operacional da Companhia e marcou a mudança de seu centro político-administrativo para o Nordeste. O prédio foi nomeado em homenagem a André Dias Falcão, presidente da empresa que faleceu em exercício em fevereiro de 1978 em um acidente aéreo em Paulo Afonso. Arnaldo Rodrigues Barbalho, outro engenheiro pernambucano, assumiu o cargo de presidente da Companhia, mas deixou-o quatro meses depois para assumir a

presidência da Eletrobras. Ele foi substituído por Alberto Costa Guimarães, um engenheiro baiano.

A Chesf, desde sua origem, foi objeto das disputas políticas entre a concepção de mundo em um espaço de poder das elites nordestinas, com o novo centro aglutinador de uma burguesia que se autodenominava modernizante, do Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro. Enfim, em um contexto mais regional, as disputas também se repetiam entre os Estados de Pernambuco e Bahia, sendo que os pernambucanos exerceram uma maior hegemonia na administração e condução da estatal.

**Figura 8** – Chesf: desviou o rio e as pretas, pardas e brancas histórias.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A fotografia exhibe a Usina Paulo Afonso III, projetada e construída pela Chesf. A usina está localizada no rio São Francisco, o principal rio da região nordestina, com uma área de drenagem de 605.171 km<sup>2</sup> e uma bacia hidrográfica de 630.000 km<sup>2</sup>. O rio tem uma extensão de 3.200 km, desde sua nascente na Serra da Canastra em Minas Gerais até sua foz em Piaçabuçu-AL e Brejo Grande-SE. A Usina de Paulo Afonso III possui quatro unidades geradoras, cada uma acionada por uma turbina Francis com potência unitária de 198.550 kW, totalizando 794.200 kW.

As construções de grandes barragens foram umas das expressões simbólicas e materiais amplamente difundidas pela estatal, para marcar a sua presença e eficácia da técnica e da engenharia no sertão, e mais ainda, a intrínseca ação da Chesf no meio natural modificou o curso do rio, do seu povo, sentimentos, raça e cor da pele. É inegável o papel na reconfiguração territorial das estruturas sociopolíticas e econômicas da estatal na região do São Francisco. Para os saudosistas ou ufanistas, a nossa investigação não pretendeu relativizar, diluir, minimizar, a importância do empreendimento da Chesf para o marco da modernidade no sertão. A nós cabe lembrar as contradições, os véus, as sutilezas ocultas e contraditórias dos processos e resultados. No caso específico as relações tensas que produziram em nome da modernidade, práticas objetivas e subjetivas de marcas profundas no corpo e nas estruturas do operariado preto e pardo, denominado de cassaco.

**Figura 9** – Rio interrompido, o progresso pede passagem.



Foto: Severino Silva/Chesf

A fotografia apresenta a Usina Hidrelétrica Paulo Afonso IV, também conhecida como PA IV, que é considerada a maior usina do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso. Ela produz 2.462,4 megawatts de energia, gerada pela força das águas da Cachoeira de Paulo Afonso, que fica no rio São Francisco. A usina entrou em operação em 1979.

A Usina Paulo Afonso IV, localizada nas divisas dos Estados da Bahia e Alagoas, compõe o cenário urbano do município de Paulo Afonso-BA. A Paulo Afonso IV, efetivamente exerce um relevante imagético da engenharia da estatal e sua intervenção na região, a barragem se mistura com a própria imagem do Município, alimentando a narrativa da Chesf, como “mãe” fundadora da cidade. Na sua estrutura, a logomarca “CHESF” cunhada

pela própria estatal, como uma das fortes expressões da sua presença, que deve ser observada e memorizada. A Usina Paulo Afonso IV, diferente das I, II e III, compõe a paisagem urbana, e em seu entorno, os bairros que integram o processo de ocupação territorial por aqueles trabalhadores e trabalhadoras majoritariamente pretos e pardos, que pertenciam aos de fora do acampamento.

Prosseguindo, a relevância do Rio São Francisco como mobilizador de sentidos e ocupação humana no processo relevante de colonização e recebimento de milhares de pessoas atraídas pelo discurso de desenvolvimento no sertão nordestino. Identificado em 04 de outubro de 1501, Dia de São Francisco de Assis no calendário dos portugueses, os navegadores Américo Vespúcio e Gaspar Lemos, possui uma bacia com uma área de 631.313 KM<sup>2</sup>. Sua nascente localizada na Serra da Canastra, sul do Estado de Minas Gerais, desaguando no Oceano Atlântico, entre os Estados de Sergipe e Alagoas. Sua bacia divide-se em quatro territórios. Alto São Francisco (da Cabeceira a Pirapora-MG), Médio São Francisco (de Pirapora a Remanso-BA), Submédio São Francisco (de Remanso-BA, a Paulo Afonso-BA) e Baixo São Francisco (de Paulo Afonso-BA à Foz); nação distante das novas forças urbanas na nascente República que começará a agitar o país. Nascimento (2020), fazendo análise do processo técnico do barramento do Rio São Francisco.

O Rio São Francisco, com suas veias abertas no sertão, é onde o povo vai e vem em sua jornada existencial, organizando a vida econômica, social, cultural, política e simbólica. Tornou-se um arquipélago desse mundo artificial criado pelos humanos através de empreendimentos que reconfiguram sentidos e trajetórias. É palco de novas páginas de encontros e desencontros de pessoas de diferentes matrizes étnicas. O operário da fundação, que trabalha em meio às rochas, tem na pele a marca de suas ancestralidades africanas que se diluem e preservam.

Prosseguindo em nossa investigação científica, registramos o caminho e os recursos metodológicos do campo empírico que nos permitiram executar nossos objetivos, hipóteses e teorias que orientaram a construção desta tese.

## **1.2 O sertão, natureza bruta, raça, modernidade e antimodernidade**

Na narrativa do sertão como lugar inóspito, sem vida e habitado por um homem bruto e frágil, a Chesf recorre a esse discurso para justificar sua ação e seus empreendimentos no sertão. Do ponto de vista sociológico, Ortiz (1994) analisa as primeiras construções sociológicas do Brasil a partir de três pensadores: Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides

da Cunha. Eles vislumbraram os primeiros olhares sociológicos para a realidade brasileira, especialmente na construção da chamada identidade nacional. Esses autores foram influenciados pelas teorias positivistas e evolucionistas que surgiram na epistemologia europeia e geraram uma perspectiva etnocêntrica e determinista em que meio, raça e natureza se transformavam em pilares para a análise da sociedade. Explicar o Brasil a partir da natureza e da geografia para definir o que era identidade e o que fazia a sociedade brasileira ser diferente de outros povos. Nesse sentido, Euclides da Cunha (1973), em *Os Sertões*, define três categorias analíticas para o entendimento do homem e da cultura: a terra é o meio para contextualizar a vida e a guerra de Canudos ocorrida no sertão da Bahia.

Seguindo o paradigma naturalista com as categorias meio e raça para a construção e definição do homem brasileiro – no caso em questão, o sertanejo – seu comportamento sociopolítico e cultural é marcado por uma narrativa que expressa uma certa ambiguidade: o preto do litoral era considerado benevolente enquanto o homem do sertão era visto como bruto, bárbaro e sisudo. Os estereótipos foram se aprofundando na construção da identidade nacional de lugares opostos: o sertão e o litoral.

Lima (1999) analisa como a dualidade entre o sertão e o litoral permeia o pensamento sociológico brasileiro, a partir da discussão da saúde pública, que permitiu uma compreensão das particularidades do país, especialmente na invenção do sertão em oposição ao litoral. A divisão entre as categorias meio e raça resultou numa imagem negativa do sertão e sua construção simbólica, e na elaboração de uma política higienista que considerava o sertão como um lugar de pessoas amolecidas, rudes e doentes. A doença naturalizada era uma das principais razões que justificavam o atraso e as dificuldades intrínsecas de interação do sertão com o país.

O homem do interior foi um dos objetos privilegiados nos textos de cunho sociológico produzidos na segunda metade do século XIX, nas três primeiras décadas do século XX e na fase de institucionalização universitária das ciências sociais, que pode ser aproximadamente demarcada entre os anos de 1933 a 1964. Em suma: durante o período em que o Brasil foi considerado “o grande enigma a ser decifrado em seus aspectos socioantropológicos, étnicos e culturais (Bartelt, 2009, p. 130).

Os princípios epistemológicos dos pensadores, nesse contexto, são de construir um conceito de identidade pela negação do sertão e do sertanejo em relação ao litoral. Dessa forma, era necessário realizar uma espécie de missão civilizatória em grande escala cujo objetivo era incorporar os sertões ao conjunto da nação, pois o sertão deveria se enquadrar na ordem e no progresso com o litoral e o Sudeste, ou seja, a brasilidade, para superar o atraso e a doença, uma vez que o calor dos trópicos faz do sertanejo um indolente.

Euclides da Cunha (1973), em “Os Sertões”, aponta que a unidade nacional não existia de verdade e o país convivia com espaços geográficos e culturais diferentes. Ele aponta esse como um obstáculo para a possibilidade de construção da ideia de nação e das perspectivas a ela ligadas, o progresso e a modernidade.

O sertão foi, durante séculos, para os letrados do Brasil e do estrangeiro, até mesmo em pleno século XX, reiteradamente apresentado como meio hostil e imerso no atraso, afastado do litoral pela distância geográfica e, mais ainda, pelo grau de civilização. Analisando, como se formou a concepção do sertão na nação brasileira, por sua vez, percebe-se que os conceitos predominantes de nação, até fins da República Velha, relacionavam-se com as categorias de raça e meio, sendo a nação, segundo interpretações francamente hegemônicas, prejudicada por grupos populacionais que impedem de ser civilizada.

A concepção estereotipada é vista como bruta, violenta, incivilizada, a pele se confunde na condição de operário – ou sertanejo e operário – de um mundo imaginado e difundido pelas elites, e que talvez, nesse jogo híbrido, resistente, visível e invisível, o preto paradoxalmente preso à ideia de liberto se permite à disciplina e à docilidade, ao branqueamento, à animalidade sutil de cassacos – diferente, superior e subalterno – que para afirmar-se ou negar-se, identificou como sertanejo e como operário, para resistir silenciosamente ou tomar o branco como referência.

Essas questões, todas em sentidos e identidades, escola, acampamento, cercas, disciplinarização dos corpos, inspiraram o Estado, através da Chesf no processo de ocupação territorial e suas dimensões políticas, econômicas, simbólicas e culturais em Paulo Afonso, bichos, naturezas e gentes manifestaram em outro contexto a sua visibilidade e invisibilidade racial, e a cor da pele se dilui, corre solta nas águas do rio.

No conjunto das discussões acerca do processo identitário, da mestiçagem e das características singulares do homem sertanejo – resultante de um longo processo de colonização e de um modelo de estruturação societária fundado num tipo renovado de escravismo e numa herança da estrutura colonial assentada sobre o binômio propriedade privada e trabalho escravo – a escravidão se constitui como uma das instituições mais duradouras, persistentes e conservadoras da sociedade brasileira.

No encadeamento de nossas reflexões teóricas sobre a presença preta e mestiça no sertão, Ribeiro (2005) calculou que o Brasil gastou cerca de 12 milhões de negros em sua formação. Ao fim do período colonial, o país constituía uma das maiores massas de negros do mundo moderno. Sua abolição da escravatura, a mais tardia da história, foi a principal causa da queda do Império e da proclamação da República. Os ex-escravizados abandonavam as

fazendas onde trabalhavam e ganhavam as estradas em busca de terrenos baldios onde pudessem acampar e viver livres como nos quilombos, plantando milho e mandioca para comer.

O negro brasileiro é uma cultura feita de retalhos do que o africano guardou no peito durante os longos anos de escravidão, como sentimentos musicais, ritmos, sabores e religiosidade. Para o autor, o enorme contingente negro e mulato é talvez o componente mais brasileiro de nosso povo. Quando *desafricanizado*, o escravizado não muda sua condição de escravidão. Não sendo índio nativo, nem branco reinol, só poderá encontrar sua identidade como brasileiro. Assim, os negros não se aculturaram como uma massa desmantelada da autonomia étnica, mas como gente intrinsecamente integrada ao mesmo povo brasileiro.

Diferentemente de Ribeiro (2005), Pierson (1971, p. 60-61), afirma:

No sertão existe um “stock” muito misturado, para o qual o índio contribui em grau talvez maior que o africano e o europeu. No Recôncavo, com sua tradição de aristocracia rural, seu sistema latifundiário desintegrado e uma longa história de escravidão, a população ainda é em grande parte pretoide. Na cidade do Salvador, a população compõe-se em parte considerável de mestiços de origem europeia-africana, constituindo minorias ou indivíduos de ascendência pura africana ou europeia.

Na literatura, de modo geral, prevalece uma invisibilidade da presença preta no sertão. Quando é tratada, se mistura com a metanarrativa do sertanejo como categoria identitária do homem no sertão. Em outra direção, Medrado (2012), ao analisar a pecuária do sertão baiano no período pós-abolição, afirma:

A tese de que o sertão se definia em contraponto ao litoral e, no caso específico da Bahia, como imagem invertida do recôncavo açucareiro. Enquanto no recôncavo predominava relações escravistas, com forte presença de africanos e descendentes com várias tonalidades de pele, resultantes da mistura do branco português, no sertão ergueu-se uma sociedade com forte mistura de indígenas e brancos. Estudos mais recentes já corrigiram essa visão simplificada das realidades sociais e culturais bastante diversas e complexas (Medrado, 2012, p. 17).

Retornando a Ribeiro (2005), nesse cenário o mulato tem maiores chances de ascensão social, resultante do vigor híbrido, ainda que só progrida negando sua negritude. Posto em dois mundos conflitantes – o do negro, que ele rechaça, e o do branco, que ele rejeita – o mulato se humaniza no drama de ser dois, que é o de ser ninguém. No decorrer de sua análise sobre a ambiguidade do negro e do mulato restrita à questão da cor da pele, Ribeiro (2005) assinala que prevalece em todo o Brasil uma expectativa assimilacionista que leva os brasileiros a supor e desejar que os negros desapareçam pela branquização progressiva.

Ocorre efetivamente uma modernização dos brasileiros, mas ela se faz tanto pela branqueização dos negros quanto pela negrização dos brancos.

A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escalada, negro e negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. A forma peculiar do racismo brasileiro decorre de uma situação em que a mestiçagem não é punida, mas louvada com efeito, as uniões inter-raciais, aqui, nunca foram tiradas como crime e nem pecado<sup>5</sup>.

Na perspectiva assimilacionista, o Brasil dilui a negritude em uma vasta escala de gradações e quebra a solidariedade, reduzindo a combatividade e insinuando a ideia de que a ordem social é uma ordem natural, senão sagrada. Para Ribeiro, é sabido que a proporção de mulheres brancas vindas para o Brasil foi insignificante. Nessas condições, recai sobre a mulher indígena a função de matriz fundamental, geralmente fecundada pelo branco, o que explica, em parte, a branqueização dos brasileiros. Os mestiços de europeus com índios configuraram um tipo moreno claro que, aos olhos e à sensibilidade racial de qualquer brasileiro, são considerados puros e brancos.

Ribeiro (2005) destaca que pesquisas sobre as relações no Brasil evidenciam a aglutinação de fatores de despreparo do negro para integração na sociedade industrial e fatores de repulsão que tornam mais difícil o caminho da ascensão social para as pessoas de cor. Assim, o alargamento das bases da sociedade, auspiciado pela industrialização, ameaça não romper com a superconcentração da riqueza, do poder e do prestígio monopolizado pelo branco, em virtude da atuação de pautas diferenciadoras só explicáveis historicamente.

Essas pautas estão consubstanciadas como uma efetiva condição de inferioridade, produzida pelo tratamento opressivo que o preto suportou por séculos sem nenhuma satisfação compensatória. Consequentemente, a manutenção de critérios racialmente discriminatórios torna difícil obter educação e incorporar-se na força de trabalho dos setores modernizadores. A modernização conservadora brasileira, através dos empreendimentos em

---

5 Domingues, em *Diáspora Preta em Sergipe*, referindo-se ao movimento *negro*, afirma que as conquistas simbólicas não se traduziram em benefícios tangíveis para a população preta em termos de direitos políticos, sociais e econômicos. De modo geral, o movimento *negro* brasileiro centrou demasiadamente sua atenção nas atividades culturais, em vez de pressionar o Estado e a sociedade civil por direitos socioeconômicos específicos. Isso é um reflexo do modelo racial que propaga que no Brasil não existe um conflito racial declarado, tornando-se difícil congrega afro-brasileiros em uma plataforma de ação conjunta. Isso resulta dos resquícios do mito da democracia racial que permanece incrustado no imaginário social.

Delmiro Gouveia e em Paulo Afonso, não perdeu a herança autoritária, discriminatória e racista.

Ribeiro ainda defende que os negros não se mobilizam politicamente em torno das diferenças raciais, mas sim pela questão de classe social. Não é pela cor da pele que operam no quadro social, mas como integrantes das camadas pobres, com esperança de mobilidade social. O preconceito de classe prevalece sobre a cor da pele. Assim, é mais fácil admitir o casamento e o convívio com negros que ascendem socialmente e assumem as posturas, o maneirismo e os hábitos da classe dominante do que com o pobre rude e grosseiro, seja ele preto, branco ou mulato, por sua efetiva discrepância social e sua evidente marginalidade cultural.

Para Munanga (2005), a perspectiva assimilacionista de Darcy Ribeiro representa a ideia de uma nova etnia nacional traduzida em uma unidade que representou um processo continuado e violento de unificação política por meio da supressão de identidades étnicas discrepantes e da opressão e repressão das tendências virtualmente separatistas. O surgimento de uma etnia brasileira capaz de envolver e acolher a gente variada que se juntou no país passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus quanto pela diferenciação entre as várias formas de mestiçagem. Entretanto, o modelo sincrético não é democrático, sendo construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente. Ela tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão etnocêntrica. Uma certa modernização bilateral opera tanto pela *branquização* dos negros quanto pelo *enegrecimento* dos brancos.

O sertanejo se confunde com os currais de gado. Sua singularidade é codificada pela natureza, que o inclui e o separa sob o tom de suas simbologias, inviabilizando a expressão da cor étnica preta em suas vestes misturadas e ofuscadas pelos encantos da natureza ou pelos “robustos corpos dos bovinos” e pelas teias de relações dos currais de gentes e interesses hegemônicos das donas e donos de terras e sentidos do sertão. O preto se dilui e se exala nas águas do rio ou no calor da caatinga. A Chesf, com seu poderio material e simbólico, reconfigurou as estruturas numa escalada de construção de negação do preto e de seus humanos significados.

Diferentemente de Ribeiro (2005), Gorender (2011) aponta uma presença mais expressiva do negro no sertão. Afirma que a unidade produtora de gado no sertão recebeu a denominação generalizada de fazenda, com exceção do Rio Grande do Sul, onde vingou a denominação castelhana de estância. Desde cedo, as fazendas de gado surgiram como estabelecimentos especializados, distintos dos engenhos, mas coexistindo com eles na faixa

litorânea. No entanto, a coexistência próxima de engenhos e fazendas foi se tornando conflitante até que uma Carta Régia de 1701 proibiu a criação de gado até a distância de 109 léguas a partir da costa marítima. A essa altura, as fazendas criatórias já se achavam adentradas pelo sertão nordestino até o interior do Piauí e do Maranhão, consumando-se a convergência de duas correntes de colonização cujos focos haviam sido a Bahia e o Pernambuco.

Em 1803, localizavam-se ali 226 fazendas com meio milhão de cabeças de gado. Nessas fazendas, escreve Vicente Salles, o instituto da escravidão também se estabeleceu com os possuidores de terra. À semelhança do Nordeste, a pecuária evoluiu empregando escravos e homens livres, sobretudo mestiços. Ao lado da atividade criatória principal, cultivavam-se gêneros para o consumo próprio, como ocorria no Nordeste.

Se no sertão da pecuária houve negros, estes foram poucos fugidos, mestiços, secundários para a composição da “paisagem” sociocultural da região. Comprovaria essa tese o fato de o vaqueiro – representante por excelência do sertanejo – teve na visão desses autores, feições claras e traços finos, agilidade e características do nomadismo indígena (Medrado, 2012, p. 25).

Segundo Arruti (2000), diferentemente do litoral, a presença preta no sertão pode ter sido originada com a importação de escravos por qualquer tipo de unidade produtiva. O sertão foi a terra de refúgio para criar uma barreira ao avanço colonial. Fechando a fronteira sertaneja, configurava um território de resistência que as autoridades procuravam permanentemente romper. O elemento negro presente nesse processo de relações pré-capitalistas engendradas no período pós-abolição, teve forte presença nas relações de produção no sertão, e as relações escravistas iam para além do litoral e dos engenhos de cana-de-açúcar.

A concepção de um sertão com predominância branca e indígena assinada por Ribeiro (2005), pode ter contribuído teoricamente para os imaginários da inexistência preta no sertão, o que difere da ótica de Gorender (2011).

A imagem do sertão difundida na literatura brasileira tem sido bastante divergente. O enfoque negativo foi questionado por intelectuais como Graciliano Ramos, que atribuía aos escritores ficcionistas do final do século XIX a imagem até então difundida sobre o sertão. A ideia do sertão como espaço de miséria e atraso econômico provocou reação de inúmeros letrados. Em geral, a natureza do sertão é tratada como cruel e ameaçadora, caracterizada

como região infértil e seca. Os sertanejos, seus habitantes, são retratados como rudes, violentos, incivilizados, prisioneiros de crendices e superstições e até mesmo bárbaros<sup>6</sup>.

A codificação do sertão em diferentes contextos e sentidos sempre coloca a natureza como um indicativo para decifrar a alma e as estruturas humanas. Para Lima (1999), é inegável que a obra de Euclides da Cunha representa uma das mais completas leituras sobre os aspectos sociológicos, antropológicos, biológicos e geográficos do sertão. No entanto, outras leituras também existentes não costumam ser levadas em conta quando se quer pensar essa região do Brasil. Outros clássicos da nossa literatura que ajudaram na construção da imagem do sertão e do sertanejo foram “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos (2000), “Grande Sertão: Veredas”, de João Guimarães Rosa (1986), e “Viajando o Sertão” (2009), de Luís Câmara Cascudo.

### **1.3 Chesf, Paulo Afonso, segregação, racismo invisível e institucionalizado no sertão**

Nesta seção, consideramos a narração e a invenção de Paulo Afonso sob a perspectiva da Chesf. Pensar em Paulo Afonso como uma identidade espacial construída num processo histórico, de uma narrativa inscrita numa formação prática social que se alimenta de uma certa naturalização das pessoas no interior de uma formação discursiva, em que as diferenças sociais, políticas e econômicas são consideradas reflexo imediato da natureza. Nesse sentido, a naturalização das desigualdades raciais constitui-se em um dos fundamentos da construção imagética do humano e do sertão.

A narrativa da Chesf, que trata da brutalidade e da incivilidade do sertanejo, está fundamentada na tradição hegemônica da literatura, que codificou o homem, o sertão e as

---

<sup>6</sup> De acordo com Nascimento (2013), foi Assis Chateaubriand um dos principais responsáveis pela construção da imagem do núcleo fabril da Pedra como exemplo de sociedade ordenada e civilizada em um ambiente em que, segundo ele, prevaleciam a indisciplina, o nomadismo e o misticismo da vida sertaneja [...]. Era surpreendente para ele o fato de que na Pedra, vergados a uma disciplina tão rígida quanto a dos quartéis, tivesse o pioneiro cearense de um passado já povoado por tantos desafios, logrado reunir os emigrados fanáticos de Canudos. Segundo ele diz textualmente, ali estavam vagos operários urbanos com tendências impulsivas dos habitantes das grandes cidades, meia dúzia de alemães, ingleses, suíços, todos os tipos, uma multiplicidade de elementos heterogêneos, assimilados, amalgamados, unificados graças a processos que modificam consideravelmente as condições de existência. Fascinado Chateaubriand, sobretudo, com uns tantos ensinamentos e práticas de que se utilizou Delmiro para domar o homem naquelas paragens tão distantes da civilização. Segundo ele, as criaturas, por rudes que fossem, sob as regras instituídas em Pedra se curvavam estranhamente dóceis ao menos na sua grande maioria. Há menos de 20 anos, o Brasil assaltava Canudos, e passava-o pelas armas, brutalmente ensanguentando o sertão de fragmentos humanos. O Sr. Delmiro Gouveia para combater a ignorância, o fanatismo religioso, o feiticismo bárbaro, serve-se também de máquinas, engenho de indústria humana, que em vez de morte e destruição, ensinam ao sertanejo e ao jagunço o trabalho fecundo que educa, civiliza e aperfeiçoa ser capaz de ser transformado, envolvido pela civilização e tornando útil.

suas identidades. Sendo assim, a sua ação civilizatória se justificava, e, em nossa análise, a literatura mais regionalizada consubstancia a concepção Chesfiana.

Também procuramos discutir os estereótipos da diferença e as narrativas do homem e do sertão num racismo consubstanciado e codificado pelo meio e pela raça. Fazemos uma breve visitação às teorias sociológicas que inspiram nossas inquietações e reflexões acerca do processo de ocupação e sentido do sertão do São Francisco, a natureza e as motivações econômicas, culturais e simbólicas da implantação das usinas hidroelétricas.

A narrativa chesfiana reproduziu e codificou o humano, sua identidade e região. Mesmo sendo uma narrativa ambivalente de morte e vida, civilização, modernidade e anti-modernidade, a estatal propagou o Nordeste e o sertão no cenário nacional. Esse imagético já estava consubstanciado em diferentes contextos, especialmente nos fenômenos vinculados a Juazeiro do Padre Cícero, à Guerra de Canudos, à construção das usinas de Delmiro Gouveia em Alagoas e Pernambuco e posteriormente ao processo de ocupação dos complexos de barragens na cachoeira de Paulo Afonso entre os Estados de Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco. Dentre esses movimentos, Canudos exerce um fascínio pela sua repercussão e relevância na discussão sobre o sertão e o homem, os conflitos e a identidade.

Contudo, a simbologia e as narrativas sobre os humanos, o meio, a etnia e a raça que eram substanciadas na identidade do jagunço e do operário da fábrica agora são projetadas e encarnadas nas nuances do preconceito à *sertaneja* no *cassaco*, nos operários e nas operárias que herdaram por um lado a ancestralidade dos seus povos e por outro a sobrevivência de uma sociedade escravocrata que mesmo num período pós-abolição não esqueceu suas garras afiadas. A vigilância atenta mergulha nas águas turvas do racismo e discriminação.

Esta concepção de ser humano em sociedade, manifestada pela figura simbólica de poder preponderante, de um dos presidentes da estatal, constitui-se em uma das marcas de sua trajetória dos anos 50 até os anos 90, e por que não dizer, dos contextos e relações decorrentes, presentes dentro e fora dos limites e olhares da estatal encarnada no sertão do São Francisco.

O sertão, lugar de mistério e muito distante do processo civilizatório nas palavras poéticas do presidente da Chesf, o Sr. Apolônio Sales, uma das representações da modernidade versus atraso, trabalho rudimentar e tecnologia nos empreendimentos do Estado brasileiro através da Chesf, estava em curso não só a maquinaria da modernidade, mas uma concepção de ser humano e sociedade, particularmente do Nordeste e do Sertão.

Entretanto, de certa forma, a Chesf contribuiu hegemonicamente no plano do imaginário, para que o sertão brasileiro deixasse de representar apenas o *Hinterland* da Nação

brasileira, visto como espaço de barbárie, violência e anticivilização para se configurar num modelo capitalista de ocupação territorial e de produção e deslocamento de identidade. O paradigma homem, natureza, meio, vão ganhando forma e sentido, em que talvez o homem e a mulher pardos e pretos foram invisibilizados em meio às cercas, pedras e cimentos.

A Chesf e o capital poderiam ser um paraíso para o operariado, a classe poderia ter escondido a cor da pele em virtude das pesadas estruturas de trabalho e vigilância cotidiana, está dentro do contínuo da narrativa moderna civilizada, que se funda na dicotomia racionalista entre progresso versus atraso, civilizado versus incivilizado, seca versus abundância de água, enfim... a Chesf e seu mito da salvação e redenção do Nordeste.

**Figura 10** - Narrativa da Chesf: Água e trabalho para o sertão.



Fonte: Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia

Fotografia dos arquivos do Memorial Chesf dos anos de 50-60 que expõe os reflexos das lentes da Chesf e de seus abnegados fotógrafos, registrando uma das dimensões da narrativa desse espaço vazio que não fora conquistado e civilizado de crianças e adultos *sedentos* de olhares *famintos* que reverbera uma certa representação do castigo da seca no apelo ao inferno em vida terrena, um mistério que não prescindia a mão modernizada e abundante de água e vida advindas da ação da estatal na região. Crianças e adultos pretos, pardos e brancos pobres desalentados, com expressões frágeis onde a natureza bruta clamava

pela lapidação da modernidade das barragens e usinas. A imagem como evidência histórica onde raça, pobreza, seca e fome se misturam e se constituem na mesma paisagem.

Em sua narrativa e sua ação materializada nas usinas e barragens e mais ainda, nos símbolos, corpos e estruturas sociopolíticas dos humanos no sertão, a estatal pensada e constituída pelo Estado brasileiro, se constitui em uma estratégia de desenvolvimento industrial e de inserção mais sistemática do Nordeste na ordem competitiva, concretizando a primeira experiência do Estado brasileiro no setor elétrico brasileiro, sendo que seu corpo produtor estava no chão desviante e estigmatizado do sertão, suas ideias e concepções de mundo, seu *corpus* pensante se alimentava do etnocentrismo do Sudeste brasileiro, este das experiências norte-americanas, tudo isso campo fértil para a invisibilidade preta, de um certo paraíso com práticas de inferno e racismo.

O sertão se configura com esse espaço de predominância branca e índia em contraste com o litoral, numa dualidade que se refere a um espaço que ainda não foram totalmente conquistados, onde a natureza predomina sobre o homem, lugar da selvageria e desordem. O sertão com elemento relevante para o processo identitário do Brasil, sempre dentro de uma narrativa ora de exaltação as suas singularidades, lugar de homens fortes e resistentes, ora de forma negativa como lugar do atraso a modernidade e civilização<sup>7</sup>.

---

7 De modo geral o sertão aparece com a natureza exuberantes sempre acima ou determinante do homem. Ao destacarmos a etimologia da palavra ela está sempre associada com o conceito derivado de desertao (do latim *desertanu*) o que se refere a partir da ótica portuguesa segundo Lima (1999), alguns dicionários da língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII afirmam ser que sertão é uma região pouco povoada ou em relação ao espaço, a natureza, assim como vinculam a palavra, a floresta, o mato, longe da costa, indicando um lugar inculto e civilizado.

**Figura 11** – Narrativa da Chesf: os registros da sede e das latas d'água.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Continuando a narrativa e a evidência dos registros da Chesf acerca do sertão de Paulo Afonso, a fotografia oriunda dos arquivos do Memorial Chesf, datada dos anos 1950, apresenta crianças e adultos de olhares diversos e distantes, à procura de água. O olhar pedinte do povo do sertão, no quase clamor religioso de penitência clamando pela ajuda do outro, revelando sua capacidade de ação. A falta de água, a seca, a miséria, na narrativa chesfiana, se contrastava com o discurso da riqueza da cachoeira, das quedas d'águas do rio, como mola propulsora do progresso e desenvolvimento. A exposição quase que homogênea da pobreza, da desfiguração dos corpos, através de vestimentas simples e da busca pela sobrevivência, se constituíam em uma das imagens mais difundidas pela estatal.

**Figura 12** – Feira livre, lugar de pretitudes sertanejas.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A fotografia, pertencente ao acervo do Memorial Chesf, datada de 1950, manifesta o espírito da narrativa do sertão, a feira livre lugar das relações da ecologia profunda, onde os humanos expressam sua teia de significados com as plantas, os animais, os bichos, com poder econômico, político, de humanos entre si. No fenótipo, expressões fenotipicamente racializadas de pretos, pardos com seus chapéus comercializando produtos e sentidos.

Ressalta-se mesmo antes da sua implantação, em 1948, a imagem desvela o aglomerado de pessoas que já atraídas pela notícia do canteiro de obras, transformou o espaço em frente das instalações da Chesf em um grande comércio de produtos da região<sup>8</sup>. O registro

---

8 A feira também foi essencial no suprimento de alimentos básicos para as populações do Acampamentos da Chesf e da Vila Poty, desde o início das obras da companhia. Em 1975, por decisão da Câmara de Vereadores, a Feira Livre foi novamente transferida, ocupando um quarteirão de boxes e se estendendo pelas ruas adjacentes, passando a ser conhecida como “Feirona”, localizando-se na Avenida Contorno que, por sua vez, foi resultado de uma ampliação urbana na época de construção da Usina PA IV.

O centro da vila abrigava uma diversidade de estabelecimentos voltados ao comércio varejista, dispendo de lanchonetes, bares, pequenos restaurantes, padarias, farmácias, casas de materiais de construção, armarinhos, distribuidora de doces, supermercados, lojas de tecidos, lojas de roupas dentre outros negócios.

O centro comercial se formou, a princípio, na Rua da Frente, estendendo-se através de ruas transversais a ela, formando áreas de convergência de interesses como foi o caso da Praça Libanesa, onde se encontrava o Cine Coliseu. Ao longo dessa via, denominada Amâncio Pereira, desenvolveram-se importantes estabelecimentos comerciais da cidade, tendo como exemplo a primeira loja dos Supermercados Pesqueira, que se tornou uma rede de oito lojas localizadas em Paulo Afonso e região. Outras ruas comerciais se desenvolveram a partir da Rua da Frente, a qual não está marcada apenas por seu comércio na história urbana (Oliveira, 2017).

também evidencia uma representação, uma narrativa da Chesf sobre os humanos da região, o que será analisado em outra seção.

A oferta da rede de serviços e todas as instalações da obra, pela sua relevância para o projeto de desenvolvimento energético do sertão e do Nordeste, atraiu um contingente enorme de histórias de pessoas, especialmente pretos e pardos. Aos arredores do acampamento, na denominada rua da frente, realizavam atividades comerciais expressas particularmente na configuração de *feira livre*. Esta era uma estrutura sociocultural relevante para as trocas, a comercialização e a ocupação humana da região.

Não se trata de relatar a história oficial, apesar das fotografias denunciarem o olhar da empresa, portanto elas não são neutras, entretanto, nos permitiram uma relação proximal com as identidades individuais e coletivas de mulheres e homens que, de diferentes sentidos, visíveis e invisíveis construíram parte das páginas identitárias no sertão, às vezes sem negarem sua etnia, sua cor da pele, mas no jogo de relações complexas e subjetivismo do passado escravocrata marcaram suas existências na região do São Francisco.

O sertão, como *hinterland*<sup>9</sup> do interior nacional, mas que pela singularidade precisa ser integrado à nação, sempre foi categorizado na literatura como região inóspita, seca, infértil e sem vida, numa perfeita simbiose entre o homem e a força da natureza, um território vazio ainda não dominado e preenchido pela colonização, onde não há espaço para outros sentidos e significados, o sertão é definido como “não lugar” a partir do discurso do outro, o outro do litoral.

Aqui era tudo muito feio, um lugar violento, de pessoas muito fanáticas. Um lugar mais desenvolvido era no litoral na cana-de-açúcar, nas capitais, especialmente do sul e do sudeste. Ai de aqui, se não fosse Chesf (J. R. da Silva, 70 anos, autodeclarada parda, professora e coordenadora e orientadora religiosa do Colégio Paulo Afonso (Colepa)).

Ou ainda: “*No sertão, sempre bruto das coisas difíceis. Era um lugar atrasado e não desenvolvido. O desenvolvimento de lá pra cá, e com ela o progresso que mudou para melhor as pessoas dessa região*” (V. M. Santos, 69 anos, autodeclarada parda, professora do Colepa).

---

9 Termo alemão *hinterland* – literalmente, “terra de trás, traseira”, ou também “terra do além” –, tomado de Bartelt (2009), condensa a perspectiva de uma teoria da modernização, que estabelece como normas de desenvolvimento o Estado e as normas do centro, querendo estendê-las à periferia, a “terra do além”, ou também a “terra de trás, traseira”. O termo mantém simultaneamente superioridade territorial e cronológica: o *hinterland* é o espaço atrasado e afastado, subdesenvolvido. E que segundo entendo, tem um forte potencial explicativo para entender as relações e as narrativas do litoral e do sertão, do homem, natureza e do racismo. Nesse espírito onde a Chesf poderá ter alimentado a sua concepção de lugar e de ser humano encarnados na pele e na condição étnico-racial do operariado.

Segundo Muniz (1999), para pensarmos as espacialidades como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais, trabalhamos nossa região em uma linguagem (discurso) e espaço (objeto histórico) se encontradas em que a história destrói as determinações naturais, em que o tempo dá espaço a sua mobilidade, sua variabilidade, seu valor explicativo e mais ainda, seu calor e efeitos de verdades humanas. As linguagens não apenas representam o real, mas instituem reais.

Os discursos não se apresentam a partir de um espaço delimitado do exterior, são eles próprios que criam os seus espaços, que produzem e os pressupõem para serem legitimados. O discurso regionalista não é emitido a partir de uma região fora de si, é na sua própria locução que está a região encenada, produzida e pressuposta. Ela é parte topográfica do discurso de sua instituição. Antes de inventar o regionalismo, as regiões são produtos deste discurso.

Definir a região e pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diversos discursos, e em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza. Não tomamos o discurso com documento de uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção. A ideia de região, antes de remeter à geografia, remete a uma ideia fiscal administrativa, militar (vem de *regere*) comandar. Ela remete, em última instância à régia (Rei). Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado.

A região é produto de uma batalha, e uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Desnaturalizar a região, de problematizar sua invenção, de buscar a sua historicidade, no campo das práticas e discursos. As regiões são marcadas por lutas, suas fronteiras são móveis.

De acordo com Bourdieu (2005), a visão hegemônica sobre o colonizado e a manutenção da ordem social têm influência nas relações, uma vez que se cria um tipo de consenso sobre o qual os *dominantes* e os *dominados* compartilham de uma única lógica social. A função social dos símbolos seria, portanto, a da integração social. *O sertão mais natureza do que gente*. O homem sertanejo concebido como bruto, inculto, deveria se integrar à nação, na ótica da busca pela identidade nacional. Como construir uma identidade nacional através da mistura do que era considerado inferior à nação, esta comunidade imaginada, onde o singular era o mestiço, o degenerado, o único nativo, como construir uma identidade nacional?

Não tinha não... não... não. Todo mundo só queria o emprego, ganhar seu dinheiro, todo mundo era tratado igual. Eu não percebia se existia engenheiros pretos, sabe né, tudo depende da maturidade. Na Chesf não tinha racismo as diferenças se davam mais pelo nível cultural, a escola. Embora nos operários tinham muitas pessoas pretas e pardas [...] (J. Pacífico, 71 anos, autodeclarado amarelo-branco, fiscalização).

A narrativa da Chesf era compartilhada pelos operários e operárias numa internalização que ora exteriorizava de forma sutil a presença corpórea de pretos e pardos, mas não era manifestada a existência de práticas racistas. Aqui, a depender do olhar, as diferenças de ocupações, de espaços e funções eram atribuídas a outros aspectos socioculturais, sobretudo a escolaridade.

A ideia de progresso e modernidade, nesse contexto, sempre esteve alheia ao sertão e ao preto. Para isso, era necessário implementar uma política de branqueamento da sociedade brasileira, com a tentativa de modificar as características negativas do povo e a herança de uma sociedade escravocrata. No caso do sertão, era preciso criar uma unidade nacional que representasse o ideal de um Brasil moderno em oposição a um Brasil pobre, rural, bárbaro e contrário à modernidade e à civilização, escurecido, mestiço em função de uma população de negros e de índios.

A narrativa referenciada na dimensão religiosa da predestinação do feliz encontro salvacionista entre os nativos (nordestinos e sertanejos) com uma inteligência externa e universal, para a realização do milagre que era o domínio da natureza, que indomável e brava, necessitava da ação modernizante chesfiana. Era o *paraíso* da produção de energia para a região e a *fundação milagrosa* de Paulo Afonso.

Inteligência nativa mistura-se com a universal para a formação da felicidade e do progresso. Chegaram enfim os grandes momentos: o Primeiro Milagre é realizado em Paulo Afonso. A água transforma-se em luz e força para a salvação do Nordeste [...] A conquista e a dominação da própria natureza pela inteligência humana (Chagas, 1982, p. 10).

Nas narrativas da Chesf aparece, em toda a sua trajetória dos anos 50 até os anos 90, uma visão salvacionista, de um sertão empobrecido que precisava do progresso e da modernidade. Esta concepção sempre compartilhada:

Imagine naquela época, tudo aqui era seco, sem vida. Um povo pobre, meio maltrapilho, sem muita esperança para a sua sobrevivência. Era um povo meio inferior mesmo, com a vinda da Chesf, tudo mudou, mudou até o corpo e as condições de vida do povo dessa região. A Chesf através do rio salvou este pedaço de chão (S. A. Silva, 54 anos, autodeclarado preto, escriturário).

**Figura 13** – “Eram as Vidas Secas”... latas que descem e elevam as almas no sertão.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A imagem acima é uma das representações narradas e registradas, pelo olhar humano e pelas máquinas fotográficas da Chesf, de um sertão seco e sem vida, além de exalar a condição feminina culturalmente no trabalho de reprodução das relações socioculturais familiares. No que diz respeito à Chesf, por um lado, a narrativa sempre está permeada de ausência de vida e de fome, que justificava sua instalação, e por outro, o potencial e a vida presente nas cachoeiras.

*“A energia das águas permitiu a deflagração do desenvolvimento da indústria. A cachoeira dominada pelo homem virou um pedaço do céu. Cachoeira, usinas, Paulo Afonso desenvolvida, encantada onde a fauna pode ser admirada”* (A. Roberto Filho. Construção da Usina de Paulo Afonso I, vídeo).

A construção da identidade <sup>10</sup>estereotipada do sertanejo, transita entre o habitante do interior do Nordeste que pode estar personificado em um *retirante, vaqueiro, forte, bárbaro,*

10 Para Foucault (1986), as identidades são construídas no interior das relações de poder, e se fundam pela exclusão e negação e, nesse sentido, é um efeito do poder. Todo processo que se engendra no sertão, de certa forma, se fundamenta nas relações de poder sobre o corpo do homem, das mulheres, jovens e crianças, sobre um verniz onde os fenótipos do preto foram minimizados, negados, policiados e confundidos com a natureza e animalizados. A metanarrativa acerca do sertão, do sertanejo e do operariado, serviram mais como identidade da negação pela negritude. Nesse contexto, dentre eles, Cuche (1999), Bauman (2005), Hall (2006), Ortiz (2002), Gohn (2008), afirmam que a questão da identidade está sendo extensivamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é: as velhas identidades que, portanto, estabilizaram o mundo social, estão em declínio. Assim, as chamadas crises de identidades, são vistas como processos mais amplos de mudança que estão deslocando as estruturas centrais da sociedade moderna, abalando os quadros de referência que davam coragem

*jagunço*, dentre outros, invariavelmente atribuídos ao mundo rural, ao contrário do urbano. De modo geral a concepção eugenista, naturalista, evolucionista, de meio e raça, serviu como paradigmas para explicar, a partir da natureza, as diferenças entre litoral e sertão. O registro inteligente do olhar da Chesf, numa frequente exposição da desfiguração humana, da seca e da miséria, justificava a sua ação salvacionista no sertão.

De acordo com Bhabha (1988) e Hall (2003), o colonialismo sempre teve uma inscrição dupla: tentou inscrever o colonizado no tempo homogêneo e vazio da modernidade global e nas teias do capitalismo em diferentes contextos, sem abolir as profundas diferenças ou disjunções de tempo, espaço e tradição. O discurso do outro, seja pela aceitação ou pela negação, imprimiu uma identidade baseada em uma natureza que gerou homens indolentes, violentos e adversos à modernidade. O preto colonizado ou neocolonizado na narrativa do sertão foi, portanto, desumanizado e animalizado diante do olhar do homem branco. O racismo sertanejo foi naturalizado. A Chesf difundiu em larga escala a narrativa de que a natureza dominava o homem e que sua ação transformou um lugar sem vida em um território esperançoso.

*“A cachoeira de Paulo Afonso antes, tinha saltos assombrosos. Agora a água parece cantar para os homens que estão recuperando o Nordeste. Paulo Afonso surgiu do deserto, brotou das flores da caatinga”* (A. Roberto Filho Construção da Usina de Paulo Afonso I, Parlamentares Brasileiros Visitam a Chesf, vídeo).

A questão racial insere-se no debate contemporâneo sobre a crise das metanarrativas e a emergência de novas categorias no denominado pós-colonialismo. Este não estabelece uma relação linear com o colonialismo, mas sim um caráter multicultural e etnicizado. Por que não dizer: a diferença que reproduz a natureza sangrenta de nossas heranças escravocratas. A estatal inseriu em sua narrativa este imagético negativo do território e da região nordestina e sertaneja, forjando assim uma identidade ressignificada nos paradigmas de meio, raça, identidade e nação.

A construção da ideia de sertão como lugar avesso à modernização alimenta estereótipos, proposto por Bhabha (1988), no debate sobre a questão colonial e os lugares da identidade, a partir de uma lógica dicotômica presente, nas reflexões, em torno da questão colonial, opressor e oprimido, dominador e dominado, numa relação ambivalente que coloca

---

estável no mundo social. Vale ressaltar que a natureza preliminar desse trabalho de investigação, embora até o momento se concentra num tipo específico de racismo no sertão, tomando como referência meio, raça, natureza, sertanejo e operariado, acreditamos que no decorrer do trabalho, a concepção de identidade como significado universal e particular de reconhecimento e justiça social (Honneth, Fraser, Young, Neves, Domingues, dentre outros), poderá ser um dos elementos necessários na natureza dos objetivos e hipóteses desta pesquisa.

colonizador num jogo de recusa da diferença, desejo e negação do outro. A Chesf teve um olhar na sua narrativa, com os princípios de uma relação entre o litoral concebido como uma metrópole e o sertão como uma colônia, atrasada, que deveria seguir aos moldes e modelos do litoral colonizante.

Soldados do progresso numa guerra contra o subdesenvolvimento, homens trabalham 24 horas por dia. Estes homens devotos pelo desenvolvimento do país. Colocando na alma dos nordestinos nova chama de esperança. A Chesf dando melhores condições de vida, e o esforço dos operários procedentes de todos os quadrantes do país. A Chesf abrindo o esteio do desenvolvimento na área nordestina, com moderna tecnologia abrindo os caminhos do progresso (In Hosenberg, vídeo: A Redenção do Nordeste).

No centro dessa construção emerge a questão do conceito de estereótipo que envolve no seu seio, as relações intrínsecas de poder. Na discussão do conceito de estereótipo, como estratégia de poder do discurso colonial, insere-se, nesse contexto, para uma breve incursão na reprodução discursiva no âmbito da construção o que nacional (Brasil), regional (Nordeste) e local (o sertão e o litoral), isso para discutir os reflexos desses estereótipos na construção da identidade do sertão e sua inflexão com a questão da natureza e seu determinismo geográfico e biológico acerca do negro e de suas identidades no jogo identitário, para a compreensão das dimensões discursivas e narrativas das disputas por hegemonia<sup>11</sup>. “A dureza das condições de vida na caatinga, faz-se a seleção trágica dos seres vivos, sacrificando inexoravelmente os mais fracos, e talvez por isso, os homens e os animais adultos dão a impressão de robustez” (Magalhães, 1951, p. 157).

Ao analisar as relações sociais presentes nas concepções e nos sentidos do mundo, Bourdieu (2005) propõe como categoria analítica o conceito de poder que é simbólico, uma vez que está presente nas relações sociais, mas não é facilmente percebido como resultado das relações decorrentes das forças físicas ou econômicas. Poder simbólico, pois exerce no imaginário dos indivíduos, um grande fascínio na construção da realidade, pois sua eficácia está no véu poderoso das artes, língua e religião. Estas últimas, historicamente, reproduzem ideias preestabelecidas (por grupos e classes dominantes) como verdades e naturalizações indiscutíveis da ordem social, tendo a sua legitimidade mediante sistemas legítimos,

---

11 Segundo Burke (2009) quando ocorrem encontros entre culturas, é possível que a imagem que cada cultura possui de outra seja estereotipada. A palavra estereótipo (originalmente uma placa da qual uma imagem podia ser impressa), como a palavra clichê (originalmente o termo francês para a mesma placa), é um sinal claro da ligação entre imagens visuais e mentais. O estereótipo pode não ser completamente falso, mas frequentemente exagera alguns traços da realidade e omite outros. O estereótipo pode ser mais ou menos tosco, mais ou menos violento.

especialmente de educação-transmissão do conhecimento, que se incute nas representações e se torna hegemônico, em geral, nas sociedades, o que dá uma legitimidade à ordem social.

*“Então, não tinha distinção na escola, se o pai era engenheiro, se o pai era peão. Todos estudavam juntos na mesma escola com os mesmos professores, professores muito bons que a Chesf contratou, para que pudessem ter uma boa educação na região”* (A. Amorim, 67 anos, autodeclarado branco, desenhista).

Bourdieu (2005) sustenta que a análise marxista não aprofunda as relações simbólicas, focando-se mais na economia; os bens simbólicos são conjuntos de práticas sociais ditas pelo poder e que são componentes da dominação social, pois legitimam as divisões e a sociedade hierarquizada. Nesse sentido, as hierarquias sociais são percebidas como neutralizadas e são internalizadas pelo sujeito, no contexto de incorporação quase sempre de forma inconsciente. A construção do sertão, como uma categoria que envolve os elementos do pensamento sociológico entre meio e raça, reforça a dualidade.

Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação. A ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos (Lima, 1999, p. 14).

O sertão é apresentado como um conceito relevante para o processo identitário do Brasil dentro dessa ambivalência de negatividade e positividade, ora como um lugar de muito e natural atraso, inimigo da modernidade e civilização, ora como singularidade de uma autêntica identidade nacional, em ambas as perspectivas.

Figura 14 – A narrativa de amansar o brabo sertão.

52277



# Inforchest

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO DA CHESF — PAULO AFONSO

---

O: I
OUTUBRO 1974
Nº 4

**este Número :**

**EXOTÓ:**  
UMA OBRA  
COM GRANDES  
SOLUÇÕES

1.ª página

**Segurança e Paz**

7.ª página

**ARRICULUM VITAE**

3.ª página

**PLEMENTO ESPECIAL**

Jogos Colegiais

**SSA OPINIÃO**

TORIAL — 2.ª página

**FORMANDO**

4.ª página

**OLUNA JOVEM**

6.ª página

arta a Inforchest

## Desbravando o sertão

**APROVEITANDO**  
a imensa capacidade da famosa cachoeira  
**PAULO AFONSO**



Será inaugurada, dentro em breve, a usina auxiliar de Paulo Afonso, que, além de abastecer os núcleos agro-industriais em pleno sertão, ainda fornecerá energia elétrica para a construção da gigantesca usina futura — chave mágica do ressurgimento econômico, rural e urbano de toda uma região — que solucionará o magno problema da força elétrica para o Nordeste.

**25 ANOS DEPOIS**

Em junho de 1949, a notícia acima aparecia na Revista Técnica Sulamericana. Vinte e cinco anos depois aquela «Usina Auxiliar» ainda existe como um marco do quanto pede o arrojo e a tenacidade de um povo. O seu modesto potencial de 2.500 KVA, multiplicou-se, para formar este «Colosso» de potência nominal de 1.858.390 KV, beneficiando nove Estados da Federação, tornando-se a REDENÇÃO DO NORDESTE.

Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

O documento revela o ideal de vida que a Chesf tem de si mesma, no seu ideal de viver e desbravar o sertão, um lugar isolado no interior do Brasil, o espaço vazio e bruto, nas margens da história. A notícia sugere, o sertão onde a natureza tem a primazia sobre todos os processos e necessita da *entrada* da Chesf para tornar *manso este lugar* com seus fios e torres do progresso. A estatal difunde sua narrativa, exercendo um poder invisível sobre os humanos e seus territórios. “No deserto de ontem a mão do homem plantou a cidade, que pouco a

pouco se vai desenvolvendo, dentro das melhores condições de higiene a tornar-se, afinal, um marco da civilização no São Francisco” (Sales, 1951, p. 158).

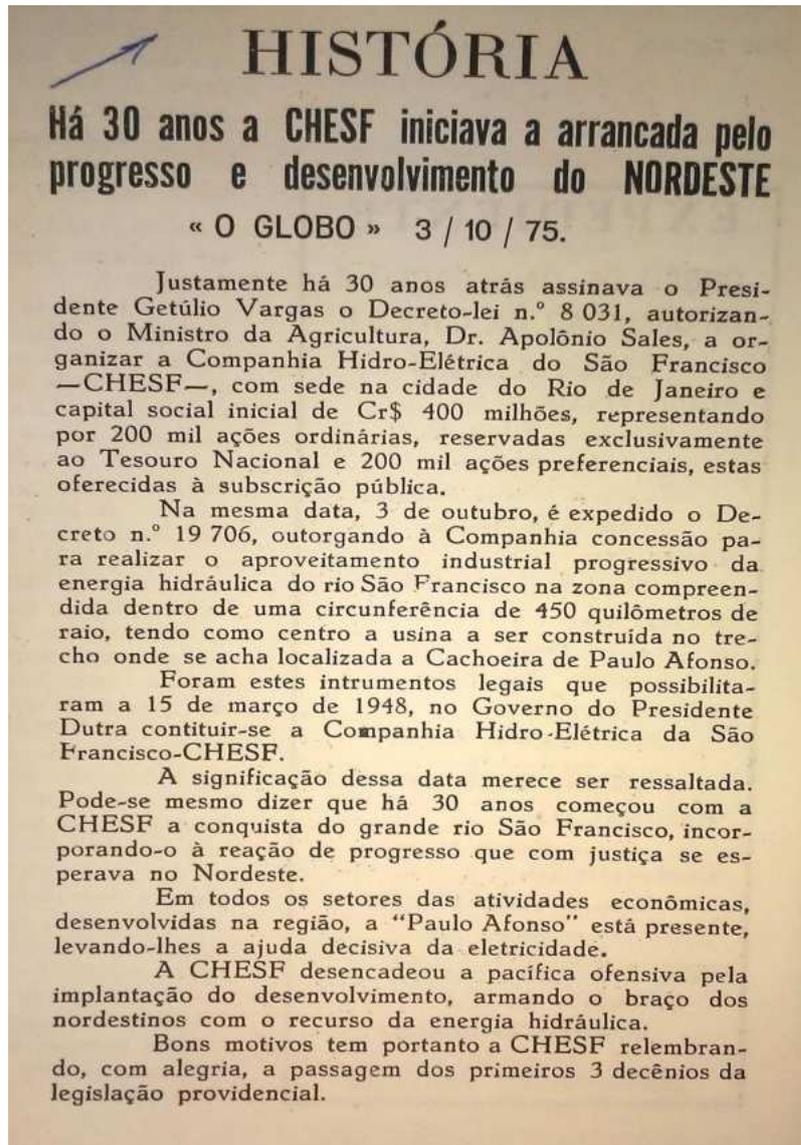
De acordo com Bourdieu (2005), a construção hegemônica do mundo é compartilhada pela sociedade, através das percepções quase invisíveis do poder simbólico, que produz consensos e, conseqüentemente, uma integração social, legitimando a cultura, os valores, gerando sentimento de pertencimento e de unidade cultural, esvaziando os conflitos e as estruturas hierárquicas da sociedade. Nesta perspectiva, os sistemas simbólicos, como dimensões relevantes do conhecimento e de comunicação, contribuem e minimizam a dominação de uma classe sobre a outra, legitimando a violência simbólica exercida e difundida de diferentes formas e de significados pela cultura e pelas estruturas dominantes.

A Chesf, através de suas publicações, produziu uma narrativa sobre o sertão, onde se debate a supremacia da natureza sobre os humanos, que são os pilares de sustentação simbólica do poder econômico, social, político, cultural e estético, em que a dominação se exala e se esconde nas teias cinzentas da natureza da caatinga, sendo, portanto, difícil de se sentir, mas sensível de se perceber. É bastante revelador:

Um das duas centenas de operários trabalhavam nas obras do Ministério e esses alguns moravam em palhoças e outros onde Deus Permitia... Dentro da área cercada, que a Companhia adquiriu direitos, as palhoças existentes eram demolidas logo que desocupadas pelos seus moradores, a maior parte dos quais ingressou na Chesf e foi morar nas casas construídas... No deserto de ontem, a mão do homem plantou uma cidade, que pouco a pouco se vai desenvolvendo, dentro das melhores condições de higiene, destinada a tornar-se, afinal, um marco da Civilização do São Francisco (Magalhães, 1951, p. 152).

A ideia de miséria e não lugar está implícita na narrativa do sertão inferior a um outro, o litoral, que, segundo Lima (1999), no caso brasileiro, sertão e litoral podem ser considerados como imagens espaciais e simbólicas que guardam uma estreita relação com esta ideia de dois tipos de ordem social. Aqui, o contraste ocorreria não entre formas distintas e historicamente sucessivas, mas pela justaposição de épocas históricas, numa sociedade em que, como acentuou Roger Bastide (1978), “a geografia não se separa da história”.

**Figura 15** – Até a Rede Globo noticiou o progresso na região.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

O documento, registra o além dos muros da Chesf e das fronteiras do Nordeste e do sertão. O jornal *O Globo*, sediado no Rio de Janeiro, portanto dentro da narrativa de um outro, o Sudeste desenvolvido, reconhece e propaga a ação do estado brasileiro através da Chesf.

A exaltação, com gosto de ufanismo, pela conquista do grande Rio São Francisco e, com justiça, o Nordeste, incorporando-o à reação de progresso, a Chesf efetivou este empreendimento de forma pacífica e ofensiva. Desse modo, a narrativa fundamentada no progresso contra o atraso e o antimoderno *que armou os braços* dos nordestinos com o desenvolvimento, deve ser difundida como uma virtude, que incorporou um lugar distante, ou seja, o sertão, à civilização.

Para o ensino técnico, o Senai mantém uma escola cuja frequência é de 0 alunos. As crianças encontram-se maltrapilhas, mal-alimentadas e naturalmente acanhadas. Resolveu então a diretoria fornecer o fardamento de uniforme, calçado e merenda. Não temos ainda uma classificação de alunos, mas tive a ocasião de observar grande número de atrasados mentais (Magalhães, 1951, p. 158)

A educação e o processo civilizatório na narrativa do dirigente da estatal estão além da construção de usinas e barragens, desse modo é necessário a estatal “civilizar” este lugar bruto e faminto de *atrasados mentais para compreenderem o progresso*. A seleção natural entre os aptos e não aptos, os fortes e os naturalmente frágeis não mitigava o peso da concepção racista da estatal referenciada pelo meio e natureza. O dirigente da estatal conclui sua concepção de ser humano, Nordeste e sertão, “O Ginásio Paulo Afonso é uma outra marca de vida que se procura instaurar na região. A energia elétrica é um fruto da civilização. Para que seja compreendida e bem aplicada, é necessário que haja cultura” (Magalhães, 1951, p. 158).

A construção do sertão como processo identitário está muito vinculada à ideia de civilização contra barbárie, moderno contra atrasado, uma construção permeada por uma dualidade e uma dicotomia pela negação, que perpassa o pensamento sociológico.

**Figura 16**– Chesf: “É preciso dar pão a quem tem fome”.

**Chesfianos alimentam flagelados**

A Campanha "SOS Nordeste", promovida por empregados da CHESF, e concluída no dia 14 de outubro último, alcançou pleno êxito, com um total de 5.456 adesões, representando 48% do efetivo da Empresa, e uma arrecadação de Cr\$ 40.357.569,00.

Como os recursos estão sendo disponíveis mensalmente, à medida que são descontados dos salários, não foi possível a execução da Campanha de uma única vez, conforme pretendia a Comissão Organizadora. A operação de distribuição foi descentralizada e os órgãos regionais, através de Comissões locais, executam as tarefas de aquisição, embalagem e distribuição de gêneros alimentícios.

Nas datas aprazadas, os recursos são transferidos pela Tesouraria da CHESF para as chefias dos órgãos regionais, que prestarão conta à Comissão Coordenadora posteriormente.

A cesta, para uma família de cinco filhos e consumo de uma semana, é composta de 3,5 quilos de açúcar, 2 de arroz, 3 de farinha, 1 de fubá, 3 de feijão, 0,35 de café, 0,35 de sal, 0,4 de leite em pó e 0,5 de óleo. O preço unitário da cesta é de Cr\$ 6.800,00. Serão distribuídas um total de 1.787 cestas no Estado de Pernambuco.

**Jornal da Chesf**

ANO 1 - Nº 08  
NOVEMBRO - 83

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO  
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA - ELETROBRÁS

Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Em seguida, o informativo apresenta imagens que reforçam a ideia de uma região que está sendo castigada por Deus e pela natureza, portanto passível e merecedora da mão quase divina e salvacionista da estatal. “Socorro Nordeste”, a redenção está chegando. O paradigma

fome, vinculada ao sertão, se constitui em um dos pilares que sustentou e difundiu a imagem negativa da região.

O ponto crucial, para compreender o Brasil, é a questão do que o torna subalterno diante dos países economicamente mais ricos e suas diferenças internas entre o litoral, o Nordeste e o sertão; e as categorias meio, raça e cultura, ora se encontram, ora se afastam.

Nas revistas, a imagem era perigosa, inclusive quando eu cheguei e vim pra cá, estava com meu irmão em Recife, e ele disse: “meu pai, a gente não quer vê José lá porque ele está trabalhando em uma região muito perigosa e a gente não sabe como ele está lá”. Existiam sim crimes aleatórios assim na região, isso de obra é perigoso, né? (J. Pacífico, 71 anos, autodeclarado branco-amarelo, fiscalização).

Para fins de discussão, sertão e litoral são configurados nesse processo de definição do que está no centro e, conseqüentemente, dentro do que está na periferia. Além disso, o conceito de lugar, pertencimento, sertão e litoral estão na narrativa da invenção regionalista e esta tem relações simbólicas com a identificação do preto e a sua condição de escravizado, porque não dizer, o novo operário cassaco do sertão.

**Figura 17** – Chesf: provocando o riso infantil no humano sertão.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A matéria apresenta o *novo visual de engraxate-mirim*. Enquanto se falava do novo, havia o contraditório, o velho. A Chesf é a novidade que melhora a qualidade de vida de crianças que viviam perto da sede, logo, era preciso criar uma outra imagem, que não fosse a de negação do progresso. A colonização de sentidos e das jornadas humanas chegou no sertão. Eram crianças pretas e pardas.

A dualidade é intrínseca a toda narrativa e representação difundidas pela Chesf acerca das identidades e do povo do sertão, fome, miséria e expressões faciais tristes, devem ser por um lado registradas; e por outro, esquecidas, pois as transformações que geram felicidade acontecem em diferentes sentidos na vida dos sujeitos históricos.

Bhabha (1988) apresenta o discurso do colonizador, e apresenta o colonizado como *inferior e degenerado* com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de dominação, o colonizado é um outro desconhecido que pode ser apreendido em sua essência para ser dominado e governado. Esses discursos baseiam-se no reconhecimento e no repúdio de diferenças culturais, raciais e históricas. A narrativa da Chesf se fundamentava numa ação civilizatória e colonizadora do sertão, onde negros e pardos eram concebidos como seres *inferiores* em relação a um outro não preto, o branco.

A Chesf, desde o seu processo de implantação, não tinha uma perspectiva apenas técnica da geração de energia por meio de usinas hidrelétricas, mas sim uma perspectiva colonizadora civilizatória.

O aumento de operários e também a população da Vila Poty, candidataram-se à matrícula 960 crianças, o que obrigou a Chesf a solicitar auxílio ao Ministério da Educação para a construção de nova escola denominada Murilo Braga, está já fora das terras da Chesf, próximo à Vila Poty. [...] Para o ensino Técnico, o SENAI mantém uma escola cuja frequência é de 40 alunos. [...] As crianças apresentam-se na escola, maltrapilhas, mal-alimentadas e naturalmente acanhadas. [...] Resolveu, então, a Diretoria o fornecimento de uniforme e merenda. [...] Não temos ainda uma classificação de alunos, mas tive ocasião de observar grande número de atrasados mentais (Magalhães, 1951, p. 153).

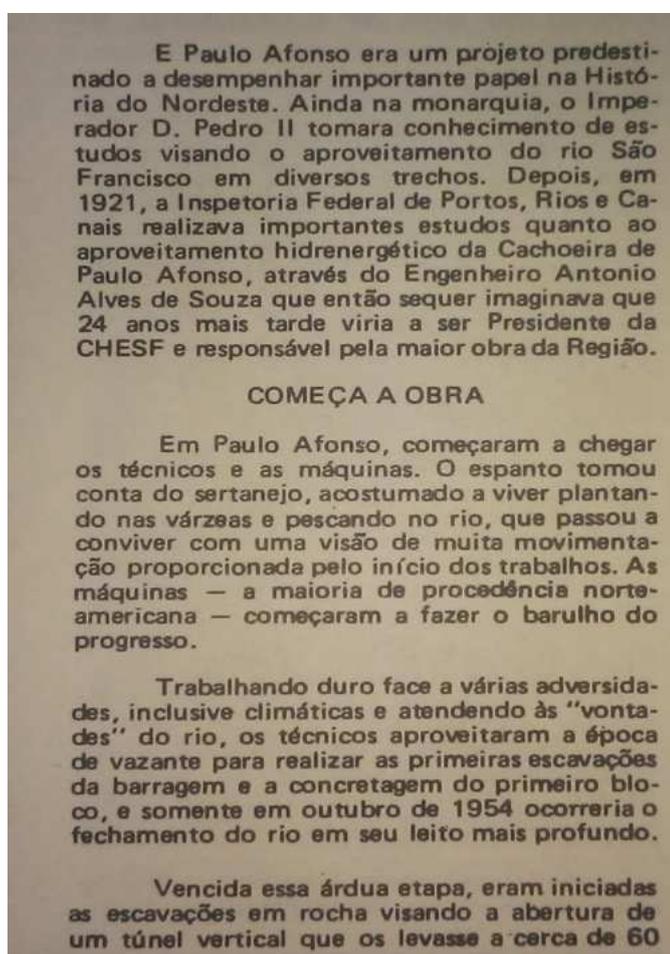
A narrativa expressa a necessidade de implantação de um processo educativo, que poderia corrigir este *atraso natural* do homem sertanejo em relação a outras regiões do país. Vale relatar outra notícia da época que corrobora com as teses da Chesf sobre o sertão.

Em princípio de 1949, visitando o cemitério encontrei um grande número de pequenas sepulturas e soube que eram de crianças [...]. O serviço médico informou que a falta de higiene e alimentação eram os responsáveis por essa mortalidade que atingia a 100 casos em janeiro desse ano. [...] adultos no Nordeste que a grande mortalidade entre crianças e animais novos. Dão a impressão de robustez. Pode ser

facilmente observado [...]. A dureza das condições de vida na caatinga faz uma seleção trágica dos seres vivos, sacrificando inexoravelmente os mais fracos fisicamente, talvez, por isso, os homens e os animais (Magalhães, 1951, p. 154).

A força da Chesf na narrativa sobre o sertão e Paulo Afonso não se resumiu somente às questões simbólicas e subjetivas. Exerceu uma relevante significação nas relações sociopolíticas e econômicas do município e da região. Além da influência no poder político e nas relações do mundo do trabalho, o poder político local se constituiu numa resultante do imagético sedutor da Chesf.

**Figura 18** – Sertanejos assustados: Chegaram as máquinas



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

O informe se baseia na trajetória histórica da visita de D. Pedro II e nas consequências decorrentes desse relevante acontecimento, reforçando, dessa forma, o mito da fundação da Chesf, que se confunde com próprio município de Paulo Afonso. A ação dos humanos sobre a natureza, o outro de fora para dentro, que até “espantou o sertanejo, acostumado a plantar e pescar na várzea”. O progresso está chegando, através do conhecimento técnico, que mudará

o curso do rio. A narrativa sempre destacando a exuberância da cachoeira e o atraso do homem e do sertão e necessidade do desenvolvimento técnico para a região, o “trabalho duro para vencer as adversidades, inclusive climáticas”, para enfrentar a força do rio. E ainda, o informe segue reforçando que a natureza bruta, precisa ser *domada*, racionalizada pelo grande empreendimento da estatal.

A Chesf, no processo de instalação do complexo de barragens e usinas hidroelétricas no sertão do São Francisco, difundiu um discurso a partir de uma visão de fora para dentro, do litoral para o sertão, expondo assim, toda a narrativa dicotômica: litoral como símbolo de vida, modernidade, civilização e o sertão concebido como espaço de morte, antimoderno e incivilizado.

O clima da região não oferece condições próprias como ao do Sul do país. Todavia, é suportável. O clima do sertão é seco, tornando-se mesmo agradável nos pontos mais elevados. No Litoral, a brisa permanente atenua o calor, no interior as noites frescas refazem as forças. Nas margens do São Francisco só a irrigação de grandes tratos da terra resolve o problema, essa seria a forma de radicar as populações (Magalhães, 1951, p. 74).

A narrativa da Chesf sobre o Sertão, em especial Paulo Afonso a partir das notícias de seus boletins, revela toda uma concepção de ser humano e sociedade centrada num agrupamento de enunciados e imagens expressas nas suas publicações oficiais e nas falas de seus dirigentes. As narrativas partem inexoravelmente da natureza como definidora do humano e de suas relações econômicas, políticas, sociais e simbólicas. Esta notícia de um dirigente, por ocasião da apresentação de relatório das atividades iniciais da empresa nos anos 50, ao Serviço de Informação do Exército Brasileiro é bastante reveladora.

Paulo Afonso sem devaneios, devemos projetar com segurança o futuro, impulsionando a nossa pátria, o nosso caro Brasil, para a linha de frente das nações economicamente mais desenvolvidas, a fim de que se cumpra o seu grande destino e venhamos a ser, como vaticinou Euclides da Cunha, um componente novo entre as forças da humanidade (Magalhães, 1951, p. 81).

O regionalismo narrado pela Chef nas décadas de 50 até a década de 70 se ancora na dimensão natural geográfica, onde homem e natureza se misturam se a natureza do sertão é bruta, violenta, inóspita, o humano também é; o que de alguma forma justificava a sua ação civilizatória e desenvolvimentista no sertão. Paulo Afonso é resultante dessa produção imagética e discursiva gestada pela Chesf, o que configurou sua identidade, ainda nesse sentido:

Em princípios de 1949, visitando o cemitério encontrei um grande número de pequenas sepulturas e soube que era de crianças. O serviço médico informou que a falta de higiene e alimentação eram os responsáveis por essa mortalidade que atingia a 100 casas em janeiro desse ano. Pode ser facilmente observado que é grande a mortalidade entre crianças e animais novos (Magalhães, 1951, p. 157).

**Figura 19** – Se tem sertão, tem tristeza e resignação.



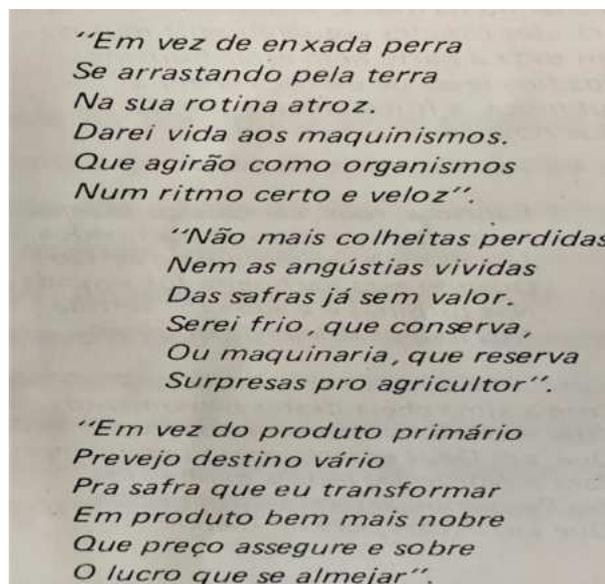
Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

As lentes atentas da Chesf, expondo os olhares resignados e quase no rito messiânico e penitente, mulheres com véus, olhando mais para baixo do que para o infinito do céu, observadas por homens brancos de terno e gravatas bem acomodados e observando atentamente a paisagem. “Além dos serviços enumerados, a Chesf tem apoiado as instituições religiosas, facilitando a vinda de um padre para a missa aos domingos, e incentivando as instituições das filhas de Maria, das catequistas, dos vicentinos e dos escoteiros [...]” (Sales, 1951, p. 155).

A estatal era meticulosa na sua invenção da região, observando as dimensões culturais e simbólicas, especialmente do catolicismo, enquanto identidade estimulada no seio do operariado, estimulando as “filhas de Maria” e a vinda de um padre pra celebrar suas realizações no sertão, uma das dimensões do paraíso terreno na região.

Caminhar pelos trilhos da epistemologia, em que a realidade existe independente de mim, de nós, mas não será entendida sem o humano. Recorro neste contínuo reflexivo tentando estabelecer um olhar sobre o contexto histórico do sertão do São Francisco e suas relações teóricas e inflexões no campo da Sociologia com o estado da arte.

**Figura 20** – Modernidade e atraso: sempre sai o que tem dentro.



Fonte: Memorial Chesf – Paulo Afonso, BA.

Desde o início dos anos 70, aprofundaram-se as políticas de aproveitamento das águas do Velho Chico para a geração de energia, áreas urbanas e rurais foram inundadas. Represamento das águas do Rio São Francisco atingiu diretamente sete municípios, sendo os mais afetados no Estado da Bahia, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado que tiveram suas sedes administrativas transferidas, Juazeiro, Xique-Xique e Barra menos impactadas com o processo. O barramento também proporcionou o deslocamento forçado e o deslocamento de cerca de 12 mil famílias, num total aproximado de 72 mil pessoas.

No desenrolar desse processo de construção de barragens dentro da lógica do Estado desenvolvimentista do Nordeste teve seu ápice em 1974, na construção do complexo mais vinculado à antiga Cachoeira de Itaparica. Em 1988, um reservatório de 150 km de comprimento alagou 834 km<sup>2</sup> de terras férteis. Desse reservatório foram deslocadas 10.500 famílias que habitavam predominantemente o meio rural dos municípios pernambucanos de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém de São Francisco, Glória, Rodelas e Chorrochó no Estado da Bahia.

A fotografia da década de 50, do acervo do Memorial Chesf, que apresenta a cerca de arame farpado, se constitui em uma das expressões materiais da ação segregacionista da estatal no território que além de separar corpos, sentimentos, sentidos e relações sociais, expressava intensamente a apropriação do lugar, onde *os de dentro*, eram os bem-nascidos, protegidos dos *de fora*, perigosos, violentos e famintos. Racismo difuso, com suas marcas em

fenótipos, extensivo ao meio e à raça negativos do sertão. Cercar para proteger de um outro, por medo ou por segurança.

**Figura 21** - A Vila Poty: os de dentro, e os de fora.



Fonte: Acervo Memorial Chesf, Paulo Afonso-Bahia.

Uma das características de organização espacial implantada pela Chesf para os funcionários que no seu interior as divisórias eram por funções, nível salarial, escolaridade, não dizer por etnia e cor da pele. O referido acampamento era protegido por uma cerca e por vigilância armada. Eram os de *dentro e os de fora* do acampamento, uma certa semelhança com *os de dentro e de fora* do arame na vila da Pedra fundada anteriormente por Delmiro Gouveia em Alagoas.

**Figura 22** - A metáfora: a Berlim nordestina, a sertaneja.

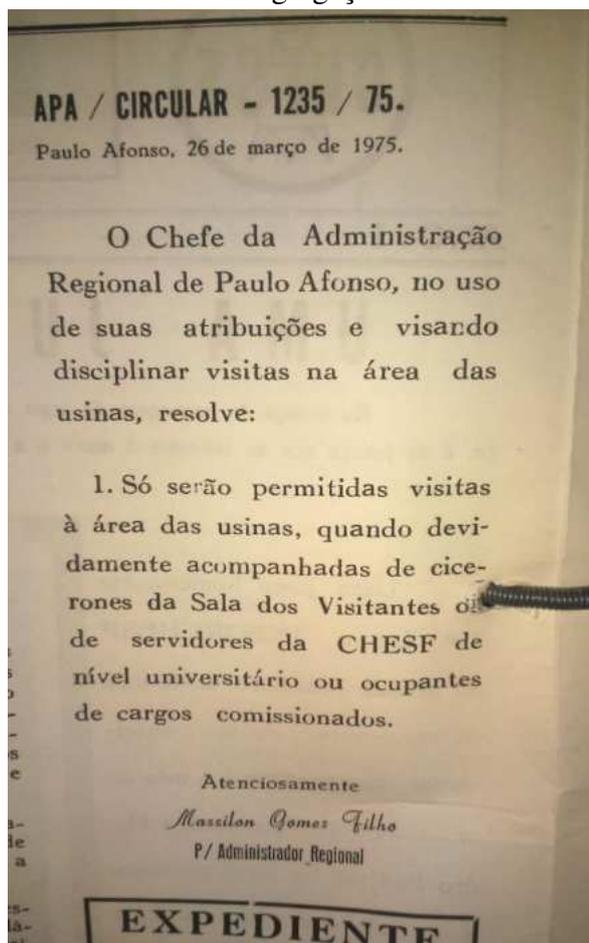


Fonte: Acervo Pessoal.

O muro de pedras, ferro e arames farpados, se constitui no imagético mais expressivo das práticas segregacionistas e discriminatórias da estatal. Ele separava os de dentro e os de fora. Os de fora de certa forma tinham consciência que estavam fora, entretanto, estar fora com os desejos inconfessos que alimentavam as esperanças de fazer parte dos de dentro. Os de dentro, embora pudessem sentir-se um todo homogêneo, inclusos na nova ordem competitiva da Chesf, ora percebiam que mesmo estando dentro, eram separados em virtude dos atributos socioeducativos, sem, contudo, a etnia, raça e cor exalarem seu cheiro de discriminação e racismo.

*O muro, em alguma dimensão subjetiva representava proteção, aconchego e status em relação à massa dos de fora. Neste emaranhando de difusos sentidos e significados, as veias o racismo correria soltas, diluídas e de difícil percepção.*

**Figura 23** - Narrativa da Chesf: A segregação e a escolaridade dos mais iguais.



Fonte: Acervo do Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Matéria de *Boletim Chesf*, Recife-PE, 1975, ano V, que descrevendo a circular da Administração Regional de Paulo Afonso (APA) revela por parte da estatal a referência à escolaridade de nível superior para ter acesso às suas dependências. No contexto analisado, de nível superior só poderiam ser operários graduados de funções relevantes na empresa – leia-se brancos engenheiros. A escolaridade do operariado era uma das formas da Chesf manifestar suas diferenças raciais entre os de dentro, brancos, letrados e escolarizados, em relação aos de fora, analfabetos e semialfabetizados, pretos e pardos. O muro e controle se constituem em uma força motriz de sustentação e objetividade do racismo.

A narrativa da Chesf de um lugar inóspito e sem vida composta de pessoas pobres imersas à natureza bruta que precisa ser domesticada e demarcada territorialmente pela modernidade de sua cidade projetada e de acesso controlado, disciplinado e vigiado de acesso restrito, se constitui em uma das manifestações da prática racista e segregacionista da sua ação no sertão. A estatal adotou medidas de controle de acesso à sua área de domínio, restringindo-as às denominadas pessoas autorizadas. Constata-se que mesmo após 30 anos de sua

instalação e ação no sertão, nas publicações e ações da Chesf, a segregação ainda está presente nas décadas mais modernizantes.

Obedecendo a ótica de ocupação segregacionista do espaço, e toda a simbologia que a estatal difundiu com sua narrativa de modernidade, de segurança, de políticas de atração e permanência do operariado, próximo às obras das hidrelétricas, o muro é uma das manifestações mais plausíveis da materialidade, da força da estatal. Toda esta política, dentro de uma ótica militar, a partir dos anos 1960, onde o muro e suas guaritas controlavam as entradas e saídas. Em síntese, no período de 1984-1985, esta “muralha de cimento” vai perdendo o sentido e seu papel material, mesmo uma vez que crescia no imaginário do município e da região, a denominação de “muro da vergonha”. De maneira sucinta, no ano de 2001, o acampamento dos “*de dentro do muro*” foi transferido, passando a ser gerenciado pela prefeitura municipal de Paulo Afonso.

**Figura 24** – A casa-grande...da diretoria da Chesf.



Fonte: Acervo pessoal.

A casa da diretoria que ocupa uma quadra inteira, bem arborizada, equipada, com diversos compartimentos assemelhando a uma pousada para oferecer hospedagem restrita aos dirigentes da estatal, autoridades do poder político, regional e nacional, mais uma vez

expressando o tratamento diferenciado dispensado aos dirigentes e o conjunto de seu operariado preto e pardo.

Casa da Diretoria, Clube dos Engenheiros, Praça, se constituem um conjunto imagético do bairro General Dutra, que também conta com moradias, unifamiliares e isoladas para engenheiros e engenheiras.

As residências expressavam a necessidade de se marcar e manter a hierarquia entre o conjunto migratório do operariado em sua expressiva maioria de origem rural, baixa escolaridade, que veio atraída pela grande obra no sertão. As casas eram as marcas visíveis de um “eu e outro”. De uma exclusão e inclusão contraditória, dentro do mesmo processo às margens do Rio. O inferno e o paraíso sempre se manifestam.

**Figura 25** – Operários brancos: as casas grandes e livres no sertão.



Fonte: Acervo pessoal.

A imagem da exuberância arquitetônica da residência no bairro General destinada para engenheiros e engenheiras, ou seja, além dos atributos profissionais da formação educacional, estão sutilmente contidos a segregação, o racismo que diluídos, se materializam na organização espacial. Eram moradias destinadas em última instância destinadas aos brancos, que se constatavam com a paisagem daquelas residências oferecidas ao conjunto dos operários que realizam atividades de menor prestígio social, por coincidência sócio-histórica,

estes eram pretos e pardos, e outros brancos que exerciam de atividades de menor notoriedade.

**Figura 26** – Presidente Dutra, quem não é visto não é lembrado.



Fonte: Acervo pessoal.

Eurico Gaspar Dutra, natural do Mato Grosso; 16º Presidente da República Federativa do Brasil - 1946-1951, formado na Escola de Estado-Maior em 1912, atuou como personificação do Estado Brasileiro, intensificando em meados de 1935 a perseguição sistemática à Intentona Comunista em Natal, Rio de Janeiro e Recife. O estado ditatorial, com todos seus aparatos dentro do contexto que perpassou toda a ditadura militar, fundamentada no desenvolvimentismo, na repressão aos movimentos populares, sindicais e intelectuais, dentre outros; se constitui uma das marcas da segregação espacial, humana do município de Paulo Afonso.

A homenagem a Dutra como um dos fundadores da Estatal e por conseguinte na narrativa chesfiana do município de Paulo Afonso, está localizada no bairro destinado aos engenheiros e dirigentes de elevado escalão, dispendo de moradias espaçosas e uma infraestrutura urbana privilegiada. A referida deferência composta por um busto com o dizer: “A Presidente Dutra, A CHESF Agradecida 1948”. O imagético configura-se dentro do processo da imagem como memória daqueles considerados pelas estruturas sociopolíticas econômicas culturais e simbólicas como os bem feitos, fundadores dos espaços e de suas

identidades. Paulo Afonso é um território marcado por está áurea de um Estado Ditatorial que em nome da Ordem e do progresso não se furtou as pratica racistas e discriminatórias.

Prosseguindo, a organização do espaço obedeceu a uma hierarquização do operariado, uma vez que as residências eram distribuídas de acordo com a formação e a função ocupada na empresa.

Tinha casas para os engenheiros mais graduados, clubes, igrejas tudo separado das casas dos menos estudados [...]. Eu lembro mais ou menos que eu andava quase só do escritório para o hotel, para ir dormir, mas eu lembro que lá fora era uma realidade meio bagunça, cidadezinha acabada, não tinha nada, era só esgoto, e muito feio, muito ruim na época (J. C. Braz, autodeclarado pardo, 71 anos, contabilidade, músico, 1º Grau).

**Figura 27** – O que o homem não uniu... o lazer não mistura.



Fonte: Acervo pessoal.

Na imagem descreve-se o Clube Paulo Afonso (CPA), que era destinado exclusivamente para engenheiros e técnicos, estes dotados com modernos equipamentos como quadra de esporte, de tênis, piscinas, sauna, cinema, além de realização de bailes, carnavais, e eventos que reuniam os dirigentes e os funcionários graduados da estatal.

Além de tantos serviços de engenharia, mantém-se dois clubes. O CPA para engenheiros e funcionários; e o clube operário. Nesses clubes são promovidos festas, bailes e

jogos diversos. Assim a Chesf tem procurado dentro de suas possibilidades, manter o elevado ânimo dos que trabalham em Paulo Afonso.

O reconhecimento da estatal de sua política de segregação entre o conjunto de seus trabalhadores e trabalhadoras, as categorias engenheiros e funcionários distintas de operários, o que poderia ser considerada uma questão organizacional, contudo revela muito da discriminação racial nas sutilezas das ações e organização do espaço; das funções dentro e fora dos olhares da estatal, e finalmente, o Clube, a religião, a educação e tantas outras simbologias chesfianas para manter o operário animado.

No referido clube, no conjunto, tinha uma categoria específica de sócios, que ultrapassavam os limites dos *de dentro*, quais sejam os juízes, grandes comerciantes, delegados, gerentes de instituições financeiras, dentre outros. O lazer segregado entre brancos, pretos e pardos.

Nesse sentido, Telles (2003) afirma que no final dos anos 80, um sociólogo brasileiro revelou que a premissa da relação entre raça e cidades era apenas uma segregação de classe social e não de cor da pele e que, ao contrário dos Estados Unidos, não existem leis no Brasil determinando lugares específicos para os pretos, aparentemente. Ainda para o autor, ele aparentemente acreditava que a segregação racial nos Estados Unidos continuava a ser sancionada por lei. Por fim, ele explicou que as concepções brasileiras sobre raça são contínuas e não categóricas, como aquelas da tradição norte-europeia, impedindo sobre a distribuição residencial por raça no Brasil, o que, por sua vez, se alinhava com a crença na democracia racial.

**Figura 28** – Cassacos e engenheiros... as festas separadas da Chesf.



Fonte: Acervo pessoal.

No registro, o clube operário, construído para as manifestações culturais e de lazer dos operários de ocupações de menor relevância social, que os dados empíricos sempre evidenciaram os pretos e pardos. A Chesf sutilmente e explicitamente mantinha separados os sujeitos com verniz das funções e da escolaridade, contudo, a sedução e a expressão fenotípica eram umas das marcas. Pretos e pardos tinham também o divertimento separado e registrado.

No início das instalações do complexo de usinas hidroelétricas, em 1949 não havia uma infraestrutura urbana, especialmente no que se refere à moradia. Nesse sentido, a Chesf implanta uma vila operária para atrair e manter seus trabalhadores e trabalhadoras. A organização do espaço urbano confirmou um dos pilares da segregação *dentro e fora* do acampamento, ratificando a hierarquia social espacial e por que não dizer, racial, mais ainda: o racismo à sertaneja nas veias da estatal.

**Figura 29** – Vidas unidas... casas separadas.



Fonte: Acervo pessoal.

O acampamento destinava-se inicialmente a funcionários qualificados e, posteriormente, no seu interior foi se ampliando a segregação espacial por funções na empresa:

[...] meu primeiro trabalho foi no aeroporto de Paulo Afonso; hoje lá quem toma conta é a Infraero, mas naquela época era a Chesf. Eu fui trabalhar na área de segurança física, que naquela época era a polícia da Chesf, né? Para você ter uma ideia, a polícia militar só entrava no acampamento da Chesf autorizada se não, não entrava (J. M Santos, autodeclarado pardo, 71 anos, guarda da vigilância, 1º Grau).

**Figura 30 - Segregação espacial: nem todo mundo cabe no mapa.**



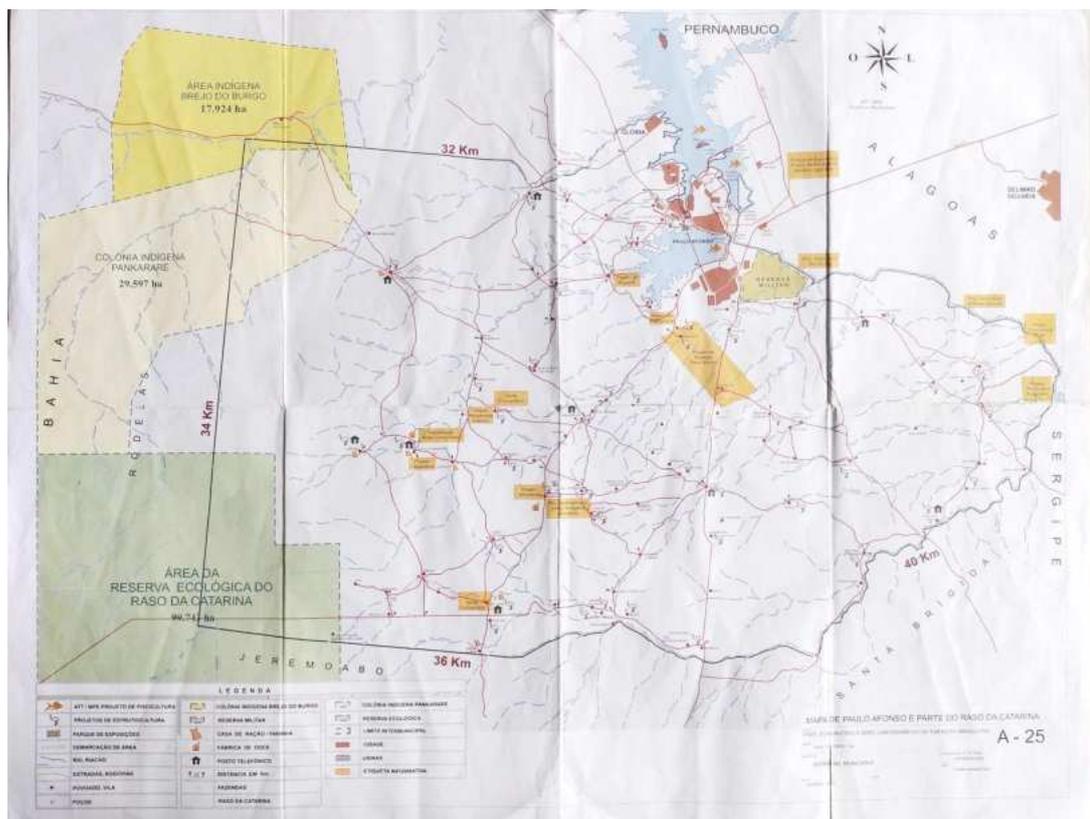
Fonte: MapasBlog (2023).

O mapa reflete a lógica de um município fundada na sua organização espacial com as marcas da segregação, a área apresentada como oficial, com sua cartografia expondo somente a área urbana e alguns bairros da periferia do município na representação<sup>12</sup>. O imagético apresenta com mais relevância em cores azuis os lagos, as mudanças do curso do rio que exalta a intervenção da Chesf nos sentidos, na paisagem e nas estruturas socioeconômicas da região.

12 Segundo o censo demográfico do IBGE (2010), o município de Paulo Afonso tinha uma população total de 108.419 habitantes, sendo destes, 93.457 residentes da área urbana e 14.962 no meio rural. Portanto, trata-se de um município predominantemente urbano.

A ação da estatal, dentre outras dimensões, criou seu acampamento, também denominado de cidade da Chesf, contribuiu efetivamente para uma paisagem segregacionista, pois o território de Paulo Afonso possuiu 91 povoados e estes, conforme aludidos, não se configuram no mapa oficial do município. São invisíveis do ponto de vista da cartografia daquilo que oficializa a partir do poder político, as identidades. Mais uma manifestação dos de dentro da oficialidade e os de fora.

**Figura 31** – Mapa de Paulo Afonso: e os da roça ficaram e permaneceram de fora.



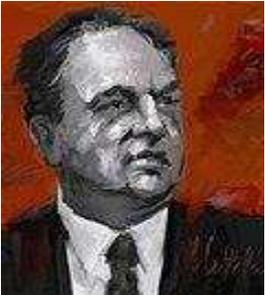
Fonte: Paulo Afonso e o sertão baiano: sua geografia e seu povo.

O espaço territorial de Paulo Afonso imaginado e projetado pela estatal, vai além das estruturas das usinas e barragens. Toda a narrativa da Chesf tem um amálgama que extrapola as concepções predominantes da engenharia, da tecnologia e do progresso material. A Chesf como empresa estatal de relevância na configuração dos pilares do desenvolvimento industrial, marca a concepção de ser humano, natureza, raça, região e identidade e no seu projeto civilizatório detém um corpo técnico especializado que ocupava funções de destaque na estrutura da empresa e que pela força da narrativa estendia sua influência para os espaços de poder político local. Os prefeitos e seus auxiliares diretos eram hegemonicamente oriundos da inteligência da estatal.

O Quadro 2 apresenta a representação política dos gestores do município de Paulo Afonso, que pertenciam ao quadro de funcionários qualificados das seguintes funções: médicos, engenheiros e administradores, sendo que a medicina exerceu a hegemonia. Sertão pobre, sujo, doente e faminto, a medicina e seus doutores personificados gozavam de imputável prestígio social e político. Estes eram na sua expressiva maioria racialmente compostos de homens brancos e letrados. O poder político de Paulo Afonso não era preto e pardo. O racismo tem cores políticas.

**Quadro 2 – Chesf: Quem “domina o rio”, domina o poder político.**

Nº	Nome / Naturalidade	Fotografia	Partido	Início de Mandato	Término de Mandato	Profissão / Instituição
1	Otaviano Leandro de Moraes Sertânia – PE		Partido Socialista Brasileiro (PSB)	7 de abril de 1959	6 de abril de 1963	Comerciante
2	Adauto Pereira de Souza Glória - BA		Partido Social Democrático (PSD)	7 de abril de 1963	14 de setembro de 1966	Auxiliar de Escritório na Chesf

3	<p>Manoel Pereira Neto Glória - BA</p>		<p>União Democrática Nacional (UDN)</p>	<p>15 de setembro de 1966</p>	<p>28 de dezembro de 1966</p>	<p>Funcionário da Prefeitura do município de Paulo Afonso - BA</p>
4	<p>João Soares</p>		<p>Aliança Renovadora Nacional (ARENA)</p>	<p>28 de dezembro de 1966</p>	<p>31 de janeiro de 1967</p>	<p>Delegado - Tenente</p>
5	<p>Edison Teixeira Barbosa Salvador - BA</p>		<p>Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)</p>	<p>1º de fevereiro de 1967</p>	<p>14 de maio de 1974</p>	<p>Médico Pediatra da Chesf</p>

6	<p>Abel Barbosa e Silva Pesqueira - PE</p>		ARENA	14 de maio de 1974	16 de outubro de 1975	Professor - Escoteiro
7	<p>José Rodrigues de Figueiredo Barbosa Salvador - BA</p>		ARENA	16 de outubro de 1975	19 de março de 1979	Engenheiro da Chesf

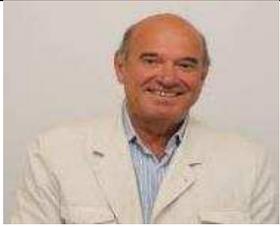
8	Metódio Nunes Magalhães <sup>13</sup> Triunfo - PE		Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	20 de março de 1979	4 de abril de 1979	Vereador e Ex-Presidente da Câmara do Município de Paulo Afonso
9	Frederico Fausto de Mello Recife - PE		ARENA	4 de abril de 1979	4 de agosto de 1979	Engenheiro da Chesf

<sup>13</sup> Em virtude do afastamento pela câmara municipal do prefeito José Rodrigues de Figueiredo Barbosa (1975-1979), Metódio Nunes Magalhães assumiu o mandato em seu lugar por 17 dias, de 20 de março de 1979 a 4 de abril de 1979.

10	Abel Barbosa e Silva Pesqueira - PE		Partido Democrático Social (PDS)	4 de agosto de 1979	31 de dezembro de 1985	Professor - Escoteiro
11	José Ivaldo de Brito Ferreira Pesqueira - PE		Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	1º de janeiro de 1986	31 de dezembro de 1988	Estudante
12	Luiz Barbosa de Deus Brejo Grande - SE		Partido da Frente Liberal (PFL)	1º de janeiro de 1989	31 de dezembro de 1992	Médico da Chesf

13	Anilton Bastos Pereira. Brejo Grande - SE		PFL	1º de janeiro de 1993	31 de dezembro de 1996	Médico da Chesf
14	Paulo de Deus Brejo Grande - SE		PFL	1º de janeiro de 1997	31 de dezembro de 2000	Administrativo Chesf
15	Paulo de Deus Brejo Grande - SE		PFL	1º de janeiro de 2000	31 de março de 2004	Administrativo Chesf

16	Wilson Pereira Filho Brejo Grande - SE		PFL	1º de abril de 2004	31 de dezembro de 2004	Engenheiro da Chesf
17	Raimundo Caires Rocha Ituaçu - BA		PSB	1º de janeiro de 2005	31 de dezembro de 2008	Bioquímico Chesf
18	Anilton Bastos Pereira Brejo Grande - SE		Democratas (DEM)	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2012	Médico da Chesf

19	Anilton Bastos Pereira Brejo Grande - SE		Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1º de janeiro de 2013	31 de dezembro de 2016	Médico da Chesf
20	Luiz Barbosa de Deus Brejo Grande - SE		PSD	1º de janeiro de 2017	31 de dezembro de 2020	Médico da Chesf
21	Luiz Barbosa de Deus Brejo Grande - SE		PSD	1º de janeiro de 2021 -2024	Atual	Médico da Chesf

Fonte: Elaborado pelo autor.

No processo de invenção de Paulo Afonso enquanto narrativa, território e comunidade administrativa, sua emancipação do município de Glória ocorre em 28 de julho de 1958. Nesses 65 anos de emancipação política, o município foi administrado por 15 (quinze) prefeitos, destes, 13 (treze) foram funcionários da Chesf e apenas 2 (dois), Abel Barbosa (1974-1975 e 1979-1985) e José Ivaldo de Brito Ferreira (1986-1988), não pertenciam a estrutura da Chesf. Vale destacar que José Ivaldo foi o primeiro prefeito eleito pelo sufrágio universal, pois Paulo Afonso foi decretado pelos governos militares como área de segurança nacional<sup>14</sup>, e seus respectivos administradores eram nomeados pelo governo federal e pelo governo do Estado.

Na narrativa da invenção de Paulo Afonso, este caráter militar de controle, disciplina, autoritarismo, se expressa nas relações e serviu como inspiração para a Chesf e sua organização dentro e fora do acampamento. Silva (1985, p. 16) descreve:

No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional, como “doutrina” militar que é, se originou e se desenvolveu no interior e a partir da criação da ESG – Escola Superior de Guerra. Criada logo após o fim do Estado Novo, aos moldes da sua congênere norte-americana, o “*National War College*”, de quem contou com alguma orientação, a ESG, segundo Oliveira (1976), “... está intimamente associada a dois fatores na história militar brasileira: a participação na II Guerra, através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o debate político sobre a exploração do petróleo” [...].

Paulo Afonso, em função de seu Complexo de Usinas e do espírito de controle e autoritarismo da ditadura militar, constituiu-se em um dos elementos da narrativa que ofereceu as motivações sociopolíticas, econômicas e simbólicas para a atuação da Chesf no Sertão.

Em resumo, através de seus documentos, relatórios e produção audiovisual, a Chesf difundiu seu imagético negativo e codificado do homem bruto e incivilizado no sertão. Isso justificava e legitimava sua ação civilizatória no corpo, na alma e nas estruturas sociopolíticas da região. A lógica chesfiana e sua concepção de ser humano e sociedade era partilhada e internalizada hegemonicamente pelos operários e operárias. A narrativa da estatal alimentava-se largamente das águas e lentes da literatura dos pioneiros que recorriam às categorias meio e

---

14 O Município de Segurança Nacional é um dispositivo da Constituição de 1967, entretanto a sua efetivação só teve início em meados de 1968. Os Municípios de Segurança Nacional foram classificados em 4 (quatro) tipos:

- 1 – Município de Fronteira, que passam sua sede junto à divisória;
- 2 – Os que possuem instalações bélicas de grande importância estratégica em seus limites;
- 3 – Os que possuem sedes de complexos industriais vitais à economia nacional;
- 4 – Os que possuem instâncias minerais.

De acordo com a lei, foram incluídos nessas categorias, 106 municípios, sendo que 62 deles nos meados de 1968-1969.

raça para as análises sociológicas do sertão. Essas análises reverberavam o dilema perigoso, que exaltava por um lado, a bravura, o domínio e a natureza e por outro, destacavam o litoral moderno e civilizado. O Nordeste e por extensão o sertão, bruto e violento encontrou nos corpos pretos e pardos a brutalidade e robustez para o progresso. Os *de lá*, do Sudeste eram brancos e qualificados e *os de cá*, atrasados para o discurso do progresso, mas com força física e legítima para salvar o Nordeste e o Sertão.

#### **1.4 A narrativa da Chesf e a internalização dos trabalhadores – invisibilidade, aceitação e negação da raça no sertão**

*Do pai (branco), que nunca viu,  
Tem o retrato na sala;  
Mas, da preta que o pariu, nem tem  
retrato, nem fala...*  
– João Vilela

Esta seção apresenta as falas, lembranças e memórias dos sujeitos envolvidos na teia de relações econômicas, políticas, culturais e simbólicas – especialmente na imagem que fazem de si e do mundo, de suas itinerâncias e identidades racializadas. Neste contínuo fluido e complexo que marca e rasga a alma e o corpo, os acontecimentos fizeram do povo o operário nordestino e sertanejo no processo de ação desenvolvimentista do Estado, através dos empreendimentos da construção de usinas e barragens pensadas e executadas pela Chesf.

Os relatos mostram como esses sujeitos históricos se definem em sua existência identitária, sua percepção de mundo, raça e racismo experimentado e observado ao longo de sua trajetória como trabalhadores e trabalhadoras da Chesf no sertão. A identidade racial se constitui no autorreconhecimento de suas marcas existenciais.

Telles (2003), a fuga do estigma ou do estereótipo marca mais de 300 anos de escravidão; essa dificuldade ou elasticidade de classificação, por parte do operariado, de sua condição racial está vinculada com toda a herança do mito da democracia racial, festejada e celebrada no Brasil, que até o momento se configura nas águas turvas e cristalinas do sertão.

No Brasil, o termo raça e cor de uma pessoa normalmente carrega conotações sobre o valor e *status* comuns às ideologias raciais em outras partes do mundo e sugere, no caso do Brasil, a ideologia do branqueamento que permitiu uma flexibilidade significativa na classificação racial. Este depoimento é bastante revelador que a questão da fluidez na classificação racial é uma das marcas no processo identitário no sertão a partir do operariado

da Chesf: “*Eu me defino como preto, mas coloca aí moreno*” (J. A. Souza, autodeclarado pardo-moreno, 71 anos, motorista, 1º Grau<sup>15</sup>).

Segue os depoimentos “*eu não sei, eu acho que acredito que sou branco*”, (A. S. Amorim, autodeclarado branco, 57 anos, administrador, ensino superior); “*parda, preto, branco [...] não sei direito*”, (A.B. Pereira, autodeclarado branco, 69 anos, médico, ensino superior); “*eu acho que sou branco, não sei [...] tenho umas partes tão brancas aqui em mim*”, (P. Freitas, 71 anos, autodeclarado branco, administrador, 2º Grau); “*popularmente somos morenos, mas equivalente a pardos*”, (J. R. Santos, 63 anos, autodeclarado pardo-moreno, engenheiro, ensino superior); “*finalmente ‘moreno né?’ Não sei*”, (J. C. Moura, autodeclarado pardo, 68 anos, inspetor da Guarda de Vigilância, 2º Grau), “*Me considero parda, tenho traços negro, índio, por causa dos meus pais e avós, mais sou parda, meio morena de nascença*” (W. M. Santos, autodeclarada parda, 67 anos, professora, ensino superior); “*sou índio, meus pais eram pretos, minha avó era índia*” (J. C. dos Santos, autodeclarado índio, 69 anos, guarda, 1º Grau).

As falas e as memórias não obedecem uma linearidade, da negação ou fluidez. Constatamos de maneira tênue, a autoafirmação operária: “*Sou descendente de quilombolas, sou negro, nascido em União dos Palmares, Estado de Alagoas.*” *Minha família tem uma parte de índios, sou preto, fruto desta mistura na família*”; (S. A. dos Santos, autodeclarado negro, 54 anos, escriturário, ensino superior). Prossegue “*sou preta, filha de pais negros, isto me orgulha e me faz mais lutadora e brasileira*” (R. M. Santos, autodeclarada preta, 67 anos, Professora do Colégio Adozindo, ensino superior).

Para Ramos (1960), o racismo é visto como remanescente difuso no senso comum, uma ideologia que consagra a dominação política e social das elites brancas, um racismo sutil, onde o preconceito de cor e não de raça na sociedade brasileira, difícil de se identificar, diferentemente da segregação norte-americana e sul-africana, daí resulta, nesse misto da discriminação de classe, raça, cor e etnia que de certa forma, se tornam visíveis na relação entre a Chesf e o seu operariado.

---

15 No conhecimento tudo é possível, as lacunas, as experiências, regularidades, contradições e paradoxos. Neste sentido, as falas revelam parte desse universo dotado de significados não linear da vida humana. Em *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994 pág. 46-47, Ecléa Bosi (1994) afirma, que a memória de velhos permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, infere no processo atual das representações. Pela memória, os passados não só vêm à tona das águas presentes, misturam-se percepções imediatas, como também desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. Na sociedade capitalista, os velhos são descartados, pois parece que memória e lembrança não são trabalhos; memória e força subjetiva ao mesmo tempo em que aprofunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

*“O pessoal do sertão é misturado, porque o pessoal do sertão ele é assim escurinho por causa do sol, eles trabalham muito no sol, e ficavam com aquela pele bronzeada, né? Até para proteção do corpo contra os raios solares”.* (R. C. Amorim, autodeclarado branco, 64 anos, operador, 1º Grau).

Para Macedo (2000), o trabalho de campo implica numa confrontação pessoal com o desconhecido, o confuso, o obscuro, o contraditório, a nossa primeira fase de construir vínculos com o universo do operariado, o que nos fez aproximar com as expressões e sentidos dos sujeitos. Neste contexto singular das nossas existências, as entrevistas nos permitiram, mesmo que de forma parcial, o acesso à produção dos discursos, visando aprender a narrativa dos sujeitos, como produtores de sentidos que eles dão à sua experiência, no mundo das teias das relações sociais.

Trazemos no conjunto para a investigação o que Macedo (2000) define como vozes de segmentos sociais oprimidos e alijados, calados pelos estudos normativos e prescritivos legitimadores das vozes da racionalidade descontextualizada. No caso da etnopesquisa crítica, a entrevista está permeada com algumas características tais como: tempo, lugar, circunstâncias sociais, linguagem e a intimidade, visto que ela se constitui em um poderoso recurso metodológico na captação do mundo real.

Esta narrativa acerca da identidade nacional, e de uma mistura fluida do povo brasileiro, e percebida pelos operários da Chesf, por um lado: *“Aqui no início das obras prevaleceu mais a questão social, não tinha muito isso de cor da pele, e depois a empresa precisava de gente para o trabalho”* (M. L. dos Santos, autodeclarada parda, 68 anos, técnica em enfermagem, técnica de 2º Grau). E, ainda na ótica oculta e expressa nas relações horizontais estabelecidas pela empresa, especialmente no processo de pensar e executar uma cidade na ordem, com muros para se proteger da desordem: *“Lá fora tinha problemas, era uma bagunça ‘danada’... uma desordem e violência”* (A. L. Ferreira, 74 anos, autodeclarado pardo, escriturário e músico, 2º Grau).

**Figura 32** - Minha casa, minha raça... minha cor.



Fonte: Acervo Memorial Chesf, Paulo Afonso-Bahia.

Por volta de 1949, quando deram início à construção do complexo de usinas hidroelétricas, na região de Paulo Afonso, a existência dos “*de lá e dos cá*” expressava a segregação espacial do operariado da Chesf, a partir da formação da Vila Operária. Na localidade, não existia um mercado imobiliário articulado e a Chesf, no conjunto dos atrativos para a mobilização e permanência do operário, constrói uma vila.

A Chesf classificou o operário de cassaco, “chesfiano”, como forma de reforçar uma identidade distante das questões raciais, contudo, aquele operário de baixa escolaridade, era concebido como cassaco, e neste sentido os dados mostraram este peso do racismo institucional para manter a hierarquia racial e social. A noção de identidade étnica afro-brasileira, que para Telles (2003) é muito sólida em Salvador, no sertão a narrativa do sertanejo nordestino é uma dimensão mais específica e moderna de identificação entre os sujeitos e a empresa.

**Figura 33** – Os filhos e filhas da mãe... os filhos da outra...



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Na fotografia, acervo Memória datada de 1950, registra o acampamento Chesf que fora construído obedecendo a narrativa da Chesf acerca do sertão, que necessitava da implantação de equipamentos urbanos e modernos. A residência dos funcionários graduados tinha as devidas condições de satisfação e de qualidade de vida. Em contraste, aos arredores das obras formavam-se centenas de barracos. Esta dinâmica se refletia na formação do operariado denominado de “cassaco”<sup>16</sup>. “Era o operário bruto, brabo, aquele que vivia dentro das locas feito bicho danado. A casa dele era diferente, o transporte também”. (J. A. de Souza, autodeclarado pardo-moreno, 72 anos, motorista, 1º Grau). Os depoimentos até aqui se refletem uma íntima relação com as imagens, ou o que está por trás delas.

Os dados compreendem a política de atração e manutenção do operariado dos períodos iniciais de sua implantação nas décadas de 50, até a década de 80, especialmente através de uma rede de moradia com diversas instalações, equipamentos, serviços gratuitos, com água potável, água bruta, jardinagem, energia e fogão elétrico, além do serviço de saúde e de educação. A denominada Vila Poty manifestava a segregação racial com um conteúdo difuso de classe social e de funções exercidas na empresa. Segregação espacial, de isolamento e de separação, com tons em preto e branco de práticas racistas.

<sup>16</sup> Ferreira (2019) em *A Invenção dos Royalties de Hidroelétricas*. Impactos provocados por Barragens e a luta por Compensação em Paulo Afonso-BA, aponta que a denominação “cassaco” é uma referência a uma espécie de gambá, animal típico do Nordeste, de aspecto físico duvidoso, feio, sujo e muito fedorento, relacionado como apelido ao conjunto de trabalhadores e suas famílias que na condição de retirantes chegavam às obras para a labuta, com vestes precárias, esfomeados, com aspectos físicos debilitados, sujeitos dada à escassez de água para beber e se reproduzir.

Na dimensão residencial, engenheiros, médicos, advogados, professores, técnicos e dirigentes da Chesf, oriundos de regiões desenvolvidas do país, residiam e trabalhavam em condições melhores que os trabalhadores braçais denominados *cassacos*, que realizavam suas atividades entre as rochas com uma profundidade de mais ou menos 80 metros de profundidade.

Sob ambivalência de dinâmicas sociais, políticas e culturais, os dentro *versus* os de fora, ou seja, a modernidade versus atraso, seguindo os escolarizados – não escolarizados. Nesta lógica racista e segregacionista, a categoria residencial no campo empírico revelou-se em um dos pilares de nossa análise, pois esta, materializa uma das visões de mundo dos ideólogos da Chesf. Neste aspecto, nos arredores do acampamento se formou uma imensa vila composta de pessoas que esperavam admissão na empresa, ou os trabalhadores não qualificados que representavam uma das contradições sociais do processo. Estes em larga escala eram compostos de pretos e pardos. A vila era denominada de Vila Poty, uma referência a uma das marcas de cimento. Os classificados *de fora* que representavam predominantemente o contingente humano denominado de “cassacos”. Estes trabalhadores animalizados em virtude da sua condição fenotípica e racial. O racismo sutil no sertão.

No percurso do fazer científico, que fundamenta a nossa tese, registramos no conjunto empírico um dos relatos que se constitui em fonte inspiradora e significativa da pesquisa, quer seja, as memórias do inconsciente dos sujeitos:

*Era a peãozada ralé que trabalhava debaixo das locas, das rochas, cavando para as turbinas e desvio do rio, quando trava na fila do restaurante aquela muniça, o povo que passava gritava: olha a cassacada, era o trabalhador pobre, sem qualidade; havia muito negões e entre eles, era uma bagunça daquelas (J. A. Souza, autodeclarado pardo, 72 anos, motorista, 1º Grau).*

E segue:

*A peãozada, a turma do peso, como todo mundo sabe que a Chesf foi construída em cima da força bruta, foi no grito. Eu alcancei muita coisa manual, eu trabalhava no papa-fila, transporte da empresa, e já carreguei 400 ‘cassacos’; a gente passava e o povo gritava: olha aí a cassacada! (J. R. M. Silva, autodeclarada parda, 70 anos, professora e coordenadora religiosa do Colégio Paulo Afonso – Colepa, ensino superior)*

Finalmente:

*“Estes operários eram apelidados de bichos-gente ou gente-bicho? Cassaco era o trabalhador de campo, braçal. Cassaco vive na furna, na pedra, na furna, no buraco para*

*passar os cabos de energia. Nesse, numa pedra, era o peão, o trabalhador que abria caminho nas pedras”* (S. A. dos Santos, autodeclarado negro, 54 anos, escriturário, ensino superior).

Neste sentido, os dados até aqui se observados sinalizam uma tendência à narrativa de objetificação desses operários, codificado pela própria natureza ou pelo tipo de atividade que executava na empresa. Na dimensão das contradições e de objetificação do operário pobre, ou pela raça ou formação, este depoimento é bastante revelador de relações e, até aqui, a nosso ver, pouco observadas e difundidas e, por não dizer, investigadas cientificamente.

As condições de trabalho no interior da empresa aparecem como um dos pilares da relação, origem, formação e raça. Relato longo, desse modo, registra a trajetória das marcas raciais do empreendimento da Chesf:

*Morreu (sic) muitos negro porque estava (sic) mais no chão. E, exatamente, porque o pessoal que vinha da zona rural de seus municípios. Onde morava, onde nasceu, né, trabalhava na roça. Tem uma história que morreu (sic) de uma vez nove pessoas, parece que o cabo de aço quebrou, soltou lá que eles chamam de papagaio, bico, morreu todo mundo. Nas explosões era tudo manual, tudo no braço, apesar de ser rocha, as cavernas, as galerias, tudo é rocha revestida de cimento. Naquela época, a pressão era tão grande, que quando fazia uma explosão para detonar, para abrir caminhos para o pessoal trabalhar lá embaixo, não deixava nenhum especialista ir ver se ficou uma banana de dinamite que não tinha explodido, entrava logo para trabalhar, quando o cabra estava trabalhando lá embaixo morria muita gente, não tinha equipamento de segurança, todo mundo descalço, horrível, a própria Chesf tinha um depósito de caixão, caixão grande, enterra aí* (J. M Santos, autodeclarado pardo, 71 anos, guarda da vigilância, 1º Grau).

Ressaltamos que, no decorrer da análise de documentos, verificaremos se os relatos supramencionados refletem a materialidade documental. Neste sentido, empiria corroborou que as condições dos operários denominados “cassacos” eram bastante diversas daqueles operários de dentro do acampamento, os quais na sua maioria composta de operários brancos e letrados que desfrutavam de condições mais humanas no mundo do trabalho. A pesquisa empírica constatou que diferentemente dos operários pretos e pardos, uma vez que estes, na sua jornada de inclusão na nascente ordem social competitiva que ratificava uma ordem da sociedade de classes, sentiam-se presos à discriminação e o racismo no interior das construções de usinas hidroelétricas, no sertão do São Francisco<sup>17</sup>.

---

17 Este era o padrão colonial-lusitano-medieval que contrastava com o modelo regulado e moderno do acampamento da empresa. A notícia de que a Chesf iria dar início a uma grande obra na região de Paulo Afonso espalhou-se rapidamente. Vieram milhares de pessoas de mão de obra não qualificada e ficaram conhecidos como “cassacos”. De acordo com o Relatório Chesf de 1954-1955, naquele ano, a Vila Poty já tinha 9.123 habitantes. Ressalta que estes assentamentos reproduzem o padrão tradicional das áreas de origem dos imigrantes e vilarejos do interior do Nordeste. Sua forma era similar que se formava nos arraiais de lugares como Canudos

Ainda para Telles (2003), no Brasil, não existe na classificação racial um limite na linha de cor, mas sim, uma grande área cinza ou marrom. Leis de classificação racial nunca existiram no Brasil e tão pouco existem regras rígidas para a classificação racial, como nos Estados Unidos e na África do Sul. No Brasil, raça é um conceito ambíguo, situacional, inconsistente e relacional. Ao passo que classe social e gênero são aspectos centrais na maioria das identidades brasileiras; a raça é ainda: “*não, então, sou negro, sou pardo*” (J. M Santos, autodeclarado pardo, 71 anos, guarda da vigilância, 1º Grau) e ainda: “*sou mulato...amarelo*” (J.C. Moura, autodeclarado pardo, 68 anos, inspetor da guarda da vigilância, 2º Grau).

Contudo, não há uma linearidade na autoclassificação dos sujeitos até aqui pesquisados. Pontua-se, de certa forma, o jogo de aceitação, de relativização ou da negação da raça.

*Bom, eu por parte paterna sou descendente, de duas famílias, duas famílias nordestinas; minha descendência de parte paterna, ela é...eu suspeito não tenho muito conhecimento, mas eu suspeito pelas origens, pelas características, e alguma coisa mais recente característica do lugar, do lugar de onde eles vieram, que sejam meio quilombolas. Origem do meu pai, a origem da minha mãe, ela veio já daqui de perto, do pé do quilombo de Palmares; isso pelo olho (S. A Santos, autodeclarado negro, 54 anos, escriturário, ensino superior).*

Segundo Telles (2003), raça, no discurso popular, caracteriza-se pela grande quantidade de termos que definem raças como cores, sendo que, na verdade, apenas alguns desses termos são usados com mais frequência e o que parece, a um ritmo decrescente. A dimensão da natureza da atividade econômica antes de vir para Paulo Afonso compor o operariado da Chesf, os dados até então coletados designam que 100% (cem por cento) dos entrevistados realizavam atividade na agricultura familiar, sem nenhuma experiência com o mundo da produção fundamentado nas máquinas e tecnologia.

A Companhia recrutou e atraiu as camadas das classes populares de diferentes Estados, especialmente do Nordeste brasileiro. Fernandes (2008) menciona que as tendências de reintegração da ordem social econômica expeliram, de modo mais ou menos intenso, o preto e o mulato do sistema capitalista de relações de produção no acampamento Chesf.

A análise da adaptação dos ex-escravos, às personalidades-*status* da ordem competitiva na nascente sociedade de classes em São Paulo, sem pretender testar a teoria e a realidade, registra-se que ainda não é possível identificar nas falas e documentos a categoria

---

na Bahia. O saco de cimento vazio, contudo, foi o material típico dos casebres de Paulo Afonso, por razões óbvias (Azevedo, 2001).

ex-escravo, uma vez que na condição de nordestinos, sertanejos e posteriormente operários se identificaram todos os trabalhadores, especialmente aqueles e aquelas que assumiam funções consideradas inferiores na empresa.

No sertão, através da intervenção do Estado, via Chesf ao contrário de São Paulo, no qual, Fernandes aponta em pleno século XX que ela surge como uma cidade burguesa, enquanto o restante do país (*grifo nosso*) fará uma transição de modo mais lento, e já com uma classe média mestiça e um operariado preto estabelecido.

A Chesf absorveu centenas de trabalhadores para os complexos de usinas, o que averiguou-se um debate sobre os conflitos sociais nas relações de trabalho. Não obstante, como afirma: “*não tinha esse negócio de confusão e divisão por cor da pele... botava para trabalhar e pronto, isso dependia da necessidade da empresa*” (J. B. Frazão, autodeclarado pardo-moreno, 71 anos, encanador industrial, 1º Grau).

Para Fernandes (2008), a consolidação e expansão do regime de classes no Brasil, no âmbito das relações sociais e raciais, em particular, da absorção do negro e do mulato na ordem social competitiva, deu-se sob forte persistência da concepção tradicionalista:

*Ah, eu enfrentei muita dificuldade. Ah eu, justamente para quem veio da roça, sem experiência profissional nascido e criado na roça, aí vem logo para uma empresa, assim como eu, entrei como servente. Eu fui trabalhar primeiro no setor de jardinagem. Trabalhei seis meses nesse setor acompanhado por Zé Queiroz que era meu encarregado, depois fui para o setor de encanação [...] Eles davam um prazo de 3 meses, se você alcançasse os critérios objetivos os quais a empresa determinava, você continuava. Caso contrário era demitido* (J. C. dos Santos, autodeclarado índio-moreno, 69 anos, guarda da vigilância, 1º Grau).

Para Moura (2004), não é possível acreditar que a questão racial do negro, por exemplo, se reduza a uma problemática de classe social, e simplificá-la demasiadamente com o risco de obscurecer a inteligibilidade das relações entre pretos e brancos e cair no truísmo, segundo o qual a estrutura de classe condiciona de algum modo o estigma étnico-racial.

Identifica-se, nas falas, a predominância da origem rural dos operários de funções consideradas não valorizadas economicamente na empresa. Indica-se, também, que talvez pela escassez de mão de obra qualificada, ocorre-se, no início das obras, uma rápida mudança de função no interior da empresa. Salienta-se que os operários vindos de fora encontravam aqueles operários já estabelecidos, provavelmente os dirigentes e técnicos graduados, uma das premissas que vamos investigar no decorrer da pesquisa.

Para Hall (2009), a diáspora é moldada na história moderna do povo judeu (de onde o termo diáspora se originou), cujo destino no holocausto – um dos poucos episódios histórico-

mundiais comparáveis em barbárie com a escravidão moderna, e este conceito fechado de diáspora se apoia numa concepção binária de diferença. Está fundada sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de outro e de uma oposição rígida entre o de dentro e o de fora.

A Chesf, para o conjunto de sua obra, trabalhou com estímulos e uma narrativa atrativa, como afirma: “*Eles colocavam os carros de som nas cidades convocando a população para vir para Paulo Afonso*” (J. M Santos, autodeclarado pardo, 71 anos, guarda da vigilância, 1º Grau). Para Hall (2009), as tradições variam de acordo com as pessoas, ou mesmo dentro de uma mesma pessoa, e constantemente são revisadas e transformadas em respostas a experiência migratórias: “*Vinha gente de todos os cantos, aqui era um formigueiro humano. Chegavam a caminhões, logo começava (sic) a trabalhar, outros ficavam do lado de fora na cerca*” (A. T. da Silva, autodeclarado pardo, 73 anos, contínuo, 1º Grau).

A Chesf, atraiu a presença de um vasto contingente humano para o Sertão dentro da ótica dos processos civilizatórios, o que se aponta, como resultante desse fenômeno, certa narrativa que produziu e estimulou, por um lado, certa invisibilidade racial e cor da pele; e por outro, estabeleceu-se entre o operariado.

Hall (1990) menciona uma relação migratória que elevou a diferença, o conceito numa concepção binária de diferença, fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de outro e de uma oposição rígida entre o de dentro e o de fora. Ressalta-se que esse processo migratório, motivado pelo atrativo do trabalho e da modernização conservadora no sertão, poderá, ou não, ter difundido um racismo híbrido no sertão, de acordo com a percepção que reúne impureza, mistura, transformação, o que vem de novas e inusitadas combinações de seres humanos, culturas, ideias, políticas, filmes, canções e como a novidade entra no mundo: “*Não tinha preta, ora a gente se misturava, ora se afastava. Aqui era um caldeirão de gente de todos os cantos [...] Aqui parecia a África*” (S. A. dos Santos, autodeclarado negro, 54 anos, escritorário, ensino superior).

Ainda para Hall, a raça é uma construção social e política, uma categoria discursiva em torno da qual se organizam o sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão, racismo. É uma diferença discursiva; o racismo possui uma lógica própria e tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão social em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza; e enfatizam as diferenças genéticas (supostamente escondidas nas estruturas dos genes) sendo materializadas, e podem ser lidas nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a cor da pele, as características físicas

do cabelo, as feições do rosto, o tipo físico; e esses significantes têm sido utilizados também por extensão discursiva para conotar diferenças sociais e culturais, diferentemente do conceito de etnicidade que gera um discurso em que a diferença se funda sob características culturais e religiosas. Nesses termos, ela frequentemente se contrapõe à raça:

Assim, tanto o discurso da raça quanto o da etnia funcionam estabelecendo uma articulação discursiva ou uma cadeia de equivalências entre o registro sociocultural e o biológico, fazendo com que as diferenças em um sistema de significados sejam inferidas através de equivalentes em outra cadeia; portanto, o racismo biológico e discriminação não se constituem dois sistemas distintos, mas dois registros de racismo, na maioria das vezes simultaneamente (Hall, 1990, p. 68).

No operariado, há uma vaga lembrança e memória das matrizes africanas na formação do contingente populacional em torno da construção de barragens; contudo, essa memória se diluiu: *“Aqui veio gente de todo o lugar do Nordeste, principalmente índio, uma negritude, mas não eram tão negro, talvez índios negões com muita força para o trabalho”* (S. A. dos Santos, autodeclarado negro, 54 anos, escriturário, ensino superior).

Negritude tem funcionado como signo da maior proximidade dos afrodescendentes com a natureza e, conseqüentemente, da probabilidade de que sejam preguiçosos e indolentes, que lhes faltem capacidades intelectuais de ordem mais elevada sejam impulsionados pela emoção e o sentimento em vez de razão, hipersexualizados, tenha baixo autocontrole e tendem à violência<sup>2</sup> (Hall, 1990).

O racismo no sertão é percebido pelo operariado; contudo, em uma relação dialógica de negociação com as teorias anticivilizatórias, uma negociação se contesta às estruturas explícitas e implícitas das questões raciais (Hall, 1990). No hibridismo, todos negociam, culturalmente, algum aspecto da diferença, as disjunções do tempo, geração, especialização e disseminação se recusam e se sentem nitidamente alinhadas. O operariado, por questões da narrativa de um sertão sem preto, pode ser negociado o seu outro. *“Ah,! muito esse negócio de negro, aqui era a condição social e de estudos, mas veio muita gente atrás de sobreviver”* (M. L. dos Santos, autodeclarada parda, 68 anos, técnica em enfermagem, técnica de 2º Grau).

Ainda recorrendo a Hall (1990), as comunidades migrantes trazem as marcas da diáspora, da hibridização e da diferença em sua própria constituição. *“Nós éramos próximos e distantes. A Chesf tinha sua própria polícia, para controle e disciplina dentro do acampamento, como também sistema de vigilância e proteção contra os de fora”* (H. V. Ramos, autodeclarado pardo, 73 anos operador de usina, 2º Grau).

Registra-se que a identidade de operários da Chesf expressava-se como uma marca de pertencimento e era partilhada, mesmo que segregada, para ofuscamento das identidades que

são construídas, no interior das relações de poder. Para Foucault (2005), toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é um efeito do poder. Acredita-se que identidade ou as identidades do operariado da Chesf, como se deu entre o universalismo da cultura brasileira e o particularismo do Sertão, o que se nota que a negação da cor da pele contribui para a narrativa recorrente, de uma região sem pretos, uma identidade particular determinada e moldada pela própria natureza, em que a denominação de cassacos seria a própria expressão.

Percebe-se uma identidade do operariado cuidadosamente policiada, regulada, segregada e, talvez, negada, e subjetivamente ocultada: “*Aqui não tinha esse negócio de negro, raça e racismo; se tinham era muito pouco*” (J. A. de Sousa, autodeclarado pardo-moreno, 72 anos, motorista, 1º Grau).

Neste sentido, para Telles (2003), a raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça é importante, visto que as pessoas continuam a se classificarem e tratar o outro segundo ideias socialmente aceitas. Segue o autor, compartilho da preocupação de que o uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, entretanto, o termo raça continua a ser imensamente importante nas interações sociológicas e, portanto, deve ser levado em conta nas análises sociológicas.

Prosseguindo, a ideia de raça exerceu uma enorme influência na evolução das sociedades modernas, inclusive, no Brasil e teve consequências para as suas vítimas, da mesma forma que a crença em bruxas e em demônios (apesar de não existirem) teve durante o feudalismo na Europa.

Seguindo as análises empíricas, outro depoimento que não difere do conjunto pesquisado: “*Essa questão da função na empresa, uma diferenciação, não sei se por causa do estudo, não sei*” (W. M. dos Santos, autodeclarada parda, 67 anos, professora do colégio Paulo Afonso – Colepa, ensino superior); outro relata: “[...] *Aqui não tinha esse negócio de negro, raça e racismo, se tinha era muito pouco, tinha mais*” (J. C. de Moura, 68 anos, autodeclarado pardo, inspetor da guarda da vigilância, 2º Grau).

O racismo, com prática discursiva, de modo geral aparece em diferentes dimensões e significados, presente na negação ou fluidez da classificação racial está, invariavelmente, internalizada e reproduzida nas falas do operariado, o que se mostrou no não reconhecimento ou ainda reconhecimento fluido de suas ancestralidades com estratégia de sentido ao mundo, moldando-se a essa nova ordem competitiva promovida pela Chesf no seio das pedras, rios de gentes e engenharia no Sertão do São Francisco. Apresenta-se aí uma relação dialógica, com a formação da identidade preta brasileira, que entre a tradição e a modernidade se fez visível e

invisível. Salienta-se, visível no corpo para o trabalho, mas difuso nos espelhos cristalinos das águas da autoclassificação racial.

As práticas, o estímulo migratório em uma região, muitas vezes concebida como lugar sem vida, castigada pelas secas, em que as desigualdades de classe e de etnia ganharam, talvez com maior intensidade, um discurso de naturalização, pois os dados refletem-se que, em diversos momentos, homem e natureza se misturam e se nos engendram mesmos mistérios e sentidos. Como já registramos anteriormente, no processo civilizatório de modernidade, a Chesf expressa no seu aniversário de 50 anos em 1998, através de peça publicitária sua visão de mundo com o seguinte *slogan*: *Quem domina o rio, vence qualquer desafio*.

Esta representação de mundo transparece muito desse processo que reconfigurou o sertão, o Nordeste e seu povo e isso nos sugere um importante aspecto para o conjunto de nossas dúvidas, análises sociológicas e práticas pensantes.

Continuando, as reflexões acerca da sutileza do racismo à sertaneja expresso nas práticas cotidianas no interior da Chesf, onde na organização das residências tem uma das suas expressões materializadas.

Para Fernandes (2003), a escravidão deformou o seu agente de trabalho, impondo que o negro e o mulato tivessem plenas possibilidades de colher os frutos da universalização do trabalho livre, e da capacidade sociodinâmica de agir segundo os modelos de organização do comportamento da personalidade ou das instituições impostas pela ordem social competitiva... Em síntese, a escola da escravidão não formou, apenas, o agente de trabalho escravo: deformou-o. Esta perspectiva de um ser humano na condição de operário que, por um lado, reconhece as contradições do processo identitário inerente à pele e cor: *“Tinha preconceito sim, mas fazer o quê? O próprio negro não se valoriza e ainda: a Chesf foi tudo para mim, ganhei a vida, mudei de função, foi uma maravilha”* (J. B. Frazão, autodeclarado pardo-moreno, 71 anos, encanador industrial, 1º Grau). Os depoimentos, até então, evidenciam a narrativa do operariado, diferentemente do operariado de São Paulo, os quais se sentem incluídos na ordem social da nascente sociedade competitiva, a Companhia incorporou na ordem competitiva. Contudo, objetificando o corpo, evidenciando mais o caráter social de classe do que a identidade de etnia, raça e cor da pele.

Ainda para Fernandes: a participação marginal e improfícua nos papéis socioeconômicos de real importância estratégica excluía o negro, como agente beneficiário do crescimento urbano. Essa exclusão, por sua vez, acentuou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando sua dependência, provavelmente seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa: *“Eu sou negro, ou meio mulato, mas coloca aí,*

*mulato*” (J. A. de Souza, autodeclarado pardo-moreno, 72 anos, motorista, 1º Grau). Para Telles (2003), o termo moreno é a categoria racial brasileira por excelência, porque permitiu a discussão de raça através da inclusão, alimentando a ambiguidade racial brasileira.

Ainda nesse sentido, o referido autor afirma que o termo negro é utilizado mais pelo movimento negro como uma postura política de afirmação da luta ancestral. Nesta direção, Moura (2004), o termo negro está associado simbolicamente à inferioridade estética, cultural, na qual o negro tenta fugir de seu ser racial para firmar-se noutro, ou seja, na estética e modelos brancos.

No processo de desenvolvimento de sua ação no sertão, a partir de uma lógica de controle e adestramento de corpos para o maior desempenho nas atividades de sua modernidade para as bases do capital, a Chesf, na sua hierarquização, herdou a lógica das mudanças lentas nas relações raciais. *“Eu era eficiente, meu encarregado branco era exigente, observava a gente em tudo, especialmente a peãozada, disciplina danada”* (J. C. Moura, autodeclarado pardo, 68 anos, inspetor da guarda da vigilância, 2º Grau).

Para Fernandes (2003), neste aspecto, mesmo na nascente modernidade, os brancos seguiam à risca o código escravocrata, impedindo por todos os meios que os escravos, ou os libertos, se organizassem, monopolizando o uso da violência como mecanismo de controle social.

A herança psicossocial da colonização falta ao liberto; portanto, a autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as condições que poderiam ordenar, espontaneamente, a irresponsáveis e inúteis, adquiriram em suma uma reputação desabonadora que iria bani-los; regularidade e eficácia do trabalhador no novo regime jurídico econômico (Fernandes, 2003, p. 64).

Para Souza (2009), a representação do negro irracional, feio e sujo, sendo um elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que os reduzem a uma instância biológica. Essa representação exclui a entrada do negro na cadeia de significantes, o único lugar possível de compartilhar do mundo simbólico, e passar da biologia da história. O *cassaco* era o operário pobre e menos qualificado<sup>18</sup>.

---

18 Segundo Moura (1994), em a dialética racial do preto (São Paulo-SP: Editora ática,1994), classificou a população em geral com 11 denominações a saber: 1-Português da Europa, português legítimo ou filho do Reino; 2-Português nascido no Brasil, de ascendência mais ou menos brasileiro; 3-Mulato, Mestiço do Branco com Preta; 4-Mameluco, mestiço da raça branca e índia; 5-Índio puro, habitante primitivo: mulher china; 6-Índio civilizado, caboclo, índio manso; 7-Índio selvagem, no estado primitivo, gentio, tapuia, bugre; 8-Preto da África, preto da nação, negrinho; 9-Preto nascido no Brasil, crioulo; 10-Bode, mestiço de preto com mulato cabra, a mulher; 11-Curiboca, mestiço da raça preta com índio. Interessante nesse sentido de animalização do preto é a denominação de *número 10* que o classifica como *bode*, um animal típico do sertão nordestino.

O escravo desqualificava o liberto como se fossem de fato substancialmente vagabundos a lutar, arduamente, na orla das ocupações indesejáveis ou significantes. Um aspecto relevante que vale a pena reforçar é um processo de controle e a fluidez na admissão inicial na estatal. Em todos os depoimentos, evidenciamos uma das características da cultura do *compadrio e da parentela*, nos quais funcionavam as indicações pessoais: “*Tinha quem indicava, eu mesmo tinha um amigo no Exército, ele me indicou para a Chesf e assumi a vaga, não tinha muito essa relação de concurso*” (A. T. da Silva, autodeclarado pardo, 72 anos, contínuo, 1º Grau). O que para Fernandes (2003), amizade com os brancos servia para abrir caminho para os melhores empregos que poderiam alcançar, nos escritórios ou principalmente no funcionalismo, como mostra esse outro depoimento revelador:

[...] Eu fiquei pensando em primeiro lugar no meu cunhado, o primeiro da minha família; minha família veio para cá, veio meu cunhado, conseguiu a vaga, ouvi dizer que tinham essas construções das barragens que começaram em 1958, logo no início, então, a minha família e eu acompanhamos nessa perspectiva, tudo era tão fácil o emprego aqui” (J. C. Moura, autodeclarado pardo, 68 anos, inspetor da guarda da vigilância, 2º Grau).

Ainda para o autor, os negros da casa-grande tinham melhores condições de encontrar melhores posições, em contraste aos que saíam de outro jeito e sofreram, terrivelmente com a abolição e a fixação na cidade. Não sabiam fazer nada. Só trabalhavam na roça e eram chamados negros da lavoura. Não sabiam ler e nem escrever em regra e não possuíam protetores. Na abolição, deu-lhe a liberdade física e não a liberdade intelectual.

Os processos contraditórios evidenciam nas relações entre a cor da pele, a etnia e a condição sociais; contudo, é relevante o papel mobilizador da Chesf no desenvolvimento econômico, social e político, no Sertão do São Francisco, certa inclusão do preto num mundo competitivo com a singularidade que é, até então, pelos dados coletados, essas relações se engendraram nos muros da própria empresa: “*A Chesf foi tudo para mim, onde fiz minha família, emprego, filhos; desenvolvi a minha vida, o que eu sou hoje eu agradeço à Chesf*” (M. C. Ramos, autodeclarada branca, 64 anos, operadora-chefe de Centro de Formação<sup>19</sup>, ensino superior).

---

19 Em sua pesquisa acerca da rede de educação criada pela Chesf, Nascimento destaca a relevância da criação do Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (CFPPA). Esse centro funcionou através de convênio com o Senai e o Serviço Francês de Cooperação Técnica instalado num galpão improvisado, em 1962, funcionou como seção Franco-Brasileira de Documentação Pedagógica. Nesse espaço, a Chesf/Senai e o organismo francês desenvolveram programas de aperfeiçoamento de mão de obra especializada para o setor elétrico (Nascimento, 2019, p. 268).

Entende-se que a mobilidade social sinalizada pelo operariado deverá ser outro aspecto relevante em nossa observação dentro das categorias de raça, cor e de etnia: “*A Chesf para mim foi minha segunda mãe, o que eu tenho na minha vida foi graças ao trabalho da Chesf... Para mim, então, Deus em primeiro lugar, em segundo a Chesf*” (J. C. Braz, autodeclarado pardo, 71 anos, contabilidade-músico, 1º Grau). Sendo está uma das falas reveladoras de certa sacralização da Chesf, onde o operário se confunde com a própria empresa.

Fernandes (2003) afirma que, na questão da inserção do negro na ordem social competitiva, o isolamento econômico, social do negro, com suas indiscutíveis consequências funestas, foi um produto natural de sua incapacidade relativa de sentir, pensar e agir socialmente como homem liberto. Uma relação entre o presente capitalista e o passado rústico, o grande desafio para o negro que se despojasse da natureza humana que adquiriu anteriormente e adotasse os atributos psicossociais morais do chefe de família, do trabalhador assalariado, do empresário capitalista da cidade: “*A Chesf foi uma mãe; eu da roça e de repente numa grande empresa de energia, era o sonho de qualquer homem da roça que só sabia lidar com a enxada e bichos. Aqui casei e fiz minha família*” (M. L. dos Santos, autodeclarada parda, 68 anos, técnica em enfermagem, técnica de 2º Grau). Outro relato nessa mesma narrativa: “*A Chesf foi tudo. Tudo para mim em todos os sentidos. Criei a minha família, o que tenho até hoje eu consegui através da Chesf*” (J. M. R da Silva, autodeclarada parda, 70 anos, professora, coordenadora pedagógica, orientadora religiosa do Colepa, ensino superior).

**Figura 34** - Os humanos cassacos: “É vieram do barro e no barro trabalharás”.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A imagem, que fala, expressa ao fundo homens brancos, devidamente bem-vestidos, calçados, em posição de mando, olhares sempre vigilantes dirigidos ao grupo de homens pretos, semivestidos, misturados ao barro, às rochas na engrenagem das sombras do capital. O racismo manifesto, escondido nos túneis rochosos, mas incrustado no olhar cirúrgico de quem em nome da Chesf registrou o labor, os corpos pretos no almejado progresso para a propagada redenção do Nordeste. Observa-se também que entre os de fenótipo branco, que estão em pé, há um humano de pele preta, olhando para o lado, sendo este, o único de braços cruzados e sem o uso de chapéu.

Em outro relato há uma referência com a questão nacional no processo de grandes construções e atração de trabalhadores e trabalhadoras que talvez, pela sua origem de lugar, classe social ou tipo de atividade recebem apelidos estereotipados e estigmatizados.

*Ah... o Cassaco era o peão bruto, o pau para toda obra, vivia debaixo das locas abrindo e explodindo as rochas para passar as águas e desviar o rio. Seu trabalho era importante, eram os operários menos escolarizados, e faz lembrar os Candangos da construção de Brasília<sup>20</sup>” (A. L. Ferreira, autodeclarado pardo, 74 anos, escriturário e músico, 2º Grau).*

A relação homem-natureza codificada nas imagens reflete na construção dual do sertão e do litoral, do civilizado e do incivilizado. Segundo Lima (1999) no pensamento sociológico brasileiro predominou, a partir da ideia de eugenia e de saúde pública, uma compreensão das singularidades do país, especialmente o que se refere ao Nordeste em oposição ao litoral.

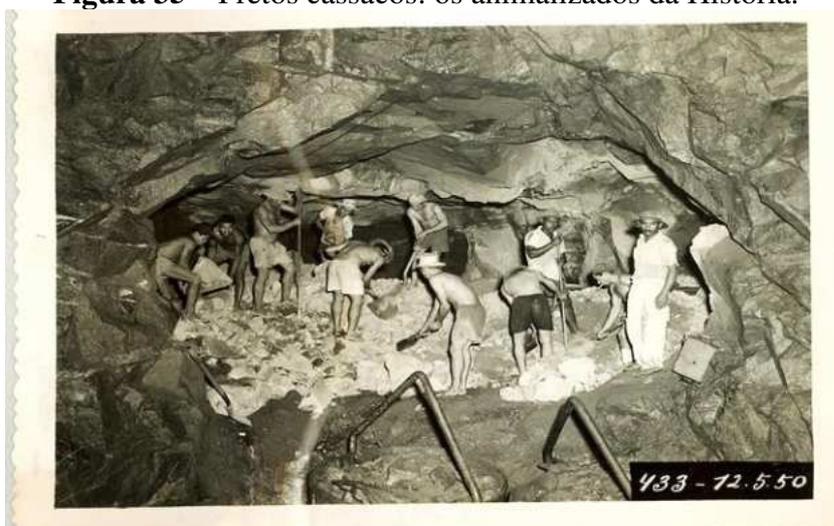
As categorias meio e raça para traçar uma imagem negativa do sertão, este, invariavelmente, definido com lugar nenhum, de vida de pessoas amolecidas, brutas, violentas e bárbaras, portanto meio, raça, natureza serviram como modelos de explicação do atraso do sertão em relação ao litoral. Esta perspectiva aparece até então sublimemente nos registros e depoimentos do operariado.

---

20 Dentro da lógica classificatória que hierarquiza discrimina, o componente de animalização do preto, com caso brasileiro tem sua trajetória. Neste sentido, Moura em a *Dialética do Negro* descreve como o governo português estabeleceu por meio de onze denominações usadas na linguagem comum a classificação da nação brasileira pelo seu grau de civilização, a saber: 1- Português da Europa, português legítimo ou filho do reino; 2- Português nascido no Brasil, de ascendência mais ou menos, brasileiro; 3- Mulato, mestiço do branco com negro; 4- Mameluco, mestiço da raça branca e índia; 5-Índio puro, habitante primitivo: mulher china; 6- Índio civilizado, caboclo, índio manso; 7- Índio selvagem, no estado primitivo, gentio, tapuia, bugre; 8- Negro da África, negro da nação, negrinho; 9- Negro nascido no Brasil, crioulo; 10- Bode, mestiço de negro com mulato, cabra, a mulher; 11- Curiboca, mestiço da raça preta com índio. Os negros só deixavam de ser bárbaros ou gentios pelo batismo, isto é, pela escravidão, como esclareceu Vieira.

O paradigma do determinismo geográfico, determinismo biológico, preconceito de origem aparecem também como categoria discursiva acerca do homem e do sertão, o que talvez se construa nessa junção de categorias analíticas utilizadas para construir a ideia basilar de identidade nacional por este território sertanejo, ganha seus contornos singulares nas relações dentro e fora dos muros da Chesf e se reproduzem até os dias atuais, nessa imagem invisível e talvez mais ainda animalizada do operariado.

**Figura 35** – Pretos cassacos: os animalizados da História.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Debaixo das fendas esculpidas com os braços fortes de operários pretos, os desumanizados e denominados de cassacos, visto que os tentáculos do racismo no sertão expôs a subalternização dos corpos pretos que se espelharam e seus reflexos encarnados de existência se confundem com as pedras, com a natureza bruta, que precisam ser lapidadas e moldadas igual a vidro derretido, em razão de que os seres de elevados espíritos e reduzidos aos esforços físicos poderiam fazê-lo, com maestria a mais alta perfeição. Era o inferno com ares de paraíso, onde em contexto diferente, a sobrevivência lembrava as condições não dos canaviais, mas das rochas e águas da cachoeira. No sertão sem vida, antimoderno, bruto, tudo pode, inclusive o registro do progresso, mesmo em condições anti-humanas.

O racismo sutil, misturado a satisfação pela incorporação da ordem social competitiva no Sertão do São Francisco, materializado no corpo, que as imagens permitem até então uma leitura dos significantes corporais manifestos pela cor da pele, cabelos, mas no caso mais explícito a função exercida dentro das rochas, onde passam a energia da modernidade, que aquece as diferenças sociais e culturais, o que hipoteticamente, denominamos de um racismo específico no sertão.

Percebe-se que a dimensão da classe social aparece quase invariavelmente na sutileza da identidade racial: “[...] *E influenciava um pouco a pele, se pardo ou preto, uma mistura danada*” (J. B. Frazão, autodeclarado pardo-moreno, 71 anos, encanador industrial, 1º Grau). Ainda para Fernandes (2003), os mestiços mais claros, especialmente quando se deparam com condições econômicas e socialmente favoráveis, mudam categoria racial, classificando-se como branco e sendo, também, muitas vezes aceitos, como faz inclusive para fins relacionados com o casamento ou amasiamento com brancos.

[...] Os que detinham os papéis de capitalistas como donos das empresas nascentes, os que conseguiam vender sua força de trabalho como operários..., poucos conseguiram se classificar como operários, seja porque se temia a sua falta de preparo técnico, seja porque se valorizava preferencialmente o trabalhador estrangeiro, seja, enfim, porque os próprios pretos e mulatos se retraíam, candidatando-se, de preferência, às oportunidades de trabalho que lhes eram acessíveis (Fernandes, 2003, p. 161).

Um depoimento, embora possa parecer longo, entretanto, verifica-se, a complexidade da classificação e da representação da narrativa da questão racial, no imaginário do operariado enquanto sistema de identificação:

*Meu pai, as pessoas mais antigas, era interessante, muito exótico, porque o pai dele e a família eram pretos, e parecem que eram cariocas, ou eram baianos, mas tenho quase certeza que eram cariocas e o pai dele chegou a ser gerente do restaurante, era um hoje seria chefe de cozinha. Dizem que ele introduziu a feijoada aqui no cardápio da peãozada, passou a ser um traço na culinária de Paulo Afonso, aquela feijoada ali do operariado ligado à Chesf. Ele também criava jiboias, tinha algumas aves exóticas e virou uma atração para a criançada; as crianças gostavam de parar no muro e ficar olhando, muita gente fazia isso quando passava, então era o preto mais emblemático que existiu na nossa formação”* (S. A. dos Santos, autodeclarado preto, 54 anos, escriturário, ensino superior).

A narrativa do exótico, o espanto pelo serviço de cozinha na referência, um dos elementos da identidade nacional no sertão do São Francisco, sem ao certo ser da Bahia ou Rio de Janeiro, enfatiza-se a divisão social do trabalho, as relações de produção, particularmente, aquelas destinadas ao operário preto, pardo, preto ou moreno. Em relação ao operariado branco, nesta fase não dedicamos o devido e necessário olhar.

As posições altas ou intermediárias estavam fora de cogitação, pois elas só podiam concorrer aos elementos ou descendentes estrangeiros em ascensão<sup>21</sup>. A representação da

---

21 Segundo Fernandes (2003, p. 119), um relato relevante de um informante é bastante SIGNIFICATIVO para a percepção da herança da escravidão na mentalidade da elite branca: Um bom pedreiro frentista, vindo da Bahia, onde aprendeu o ofício desde menino, precisou trabalhar uma semana em experiência, porque o mestre de obra não acreditava que ele fosse capaz de fazer aquele serviço.

Chesf como mãe ratifica uma das características da ascensão social na estrutura de classes que levou o operário a certa ambiguidade no reconhecimento de sua identidade racial, uma vez que o operário liberto exaltava mais a sua condição de classe social nas relações cotidianas na empresa. Contudo, a raça assumia suas características e suas singularidades nas práticas racistas da Chesf.

A herança da sociedade escravocrata, a discriminação e desigualdade racial típicas das sociedades multirraciais individualizam comportamentos. Um dos legados é que o preto se vê convidado a tomar o branco como modelo. Neste caso, os dados empíricos coletados e analisados corroboram com a narrativa de que a Chesf está representada como genitora do Rio, da energia, das gentes e das identidades.

Em suma, a segregação no interior da Chesf, seguindo o conjunto da narrativa da democracia racial, diluiu a noção de identidade étnica entre os operários e operárias, suas subjetividades, interações simbólicas e autorreconhecimento. Em muitos momentos, o eu confunde-se com as estruturas numa linha tênue entre a Chesf enquanto estrutura e os sujeitos intrinsecamente vinculados ao que eles pensam de si e ao que o mundo pensa deles. O racismo é narrado, propagado e internalizado no Velho Chico.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA: AS NOSSAS ANDANÇAS NAS HUMANAS ÁGUAS ENSOLARADAS E RACIALIZADAS DO VELHO CHICO

*Revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário, esse é o desafio....*  
– Henri Lefebvre

Nesta seção, apresentamos a trajetória metodológica, os caminhos tortuosos e desafiadores da pesquisa e os diálogos necessários com os princípios da sociologia, da explicação sociológica, das questões raciais, dos processos identitários e da formação da sociedade brasileira nas mais visíveis e invisíveis realidades sociopolíticas, econômicas e culturais.

Os dados empíricos que permearam nossa relação de sujeito e investigador, as operações descritíveis de campo e as conexões necessárias entre um mundo pensado nos projetos de investigação e o mundo real do sujeito em suas itinerâncias humanas são apresentados aqui. Como diria Fernandes (2003), o produto da relação interpretativa da caracterização empírica é feito através de categorias universais e de relações funcionais ou causais. Através do conjunto de preposições ou hipóteses gerais fundamentadas empiricamente, é possível focalizar o comportamento de certas variáveis de efeitos conhecidos no contexto global.

A pesquisa fundamentada nos princípios étnicos, busca romper com o cultivo à neutralidade e ao distanciamento nos processos de conhecer, com o gosto pelo controle e pela mensuração. Nesse sentido, é necessário trazer para a área do conhecimento as vozes e sentidos dos sujeitos para que o cuidado e os princípios possam romper com a ciência autoritária e dogmática, burguesa em sua forma e conteúdo.

Para Macedo (2000), o trabalho de campo implica numa confrontação pessoal com o desconhecido, o confuso, o contraditório, para entendermos o comportamento humano, e seu quadro de referência. O território da investigação trará como palco principal: Paulo Afonso, município com uma população de cerca de 120 mil habitantes, situado no Norte da Bahia, a 480 km de Salvador, responsável por um complexo hidroelétrico que fornece 70% da energia elétrica para os Estados do Nordeste.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Paulo Afonso possui um dos maiores Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, ocupando neste

sentido a 7ª posição dentre os 417<sup>22</sup> municípios baianos. Estes recortes são procedimentos iniciais que nos levarão ao sertão do São Francisco que envolve Bahia, Pernambuco e Sergipe, áreas de implantação de impacto racial e sociopolítico das barragens.

De modo geral, o nosso trabalho está permeado em três espaços das relações sociais que também são simbólicos e estruturais: a- o espaço *migratório*, b- o espaço das *relações de produção* e c- o espaço da *cidadania política*. No espaço migratório identificamos a origem, as relações familiares, étnicas, raça, cor, naturalidade, estado civil, escolaridade. No espaço das relações de produção analisamos admissão, tempo de serviço, função, promoção, etnia, raça e cor, acidentes, ocorrências disciplinares, residência. No espaço da cidadania política, observa-se as lutas, os conflitos, as negociações, conquistas, classes e as demandas raciais, formação, participação sociopolítica.

Do ponto de vista da organização sociopolítica dos operários, existem duas organizações de classe, o Sindicato dos Eletricitários e o Polo Sindical do Submédio do São Francisco; que congregam os chesfianos e as famílias atingidas por barragens dos Estados da Bahia e de Pernambuco. Pesquisa bibliográfica: documentos, livros, teses, acerca do operariado.

Incontestemente outro instrumento relevante para esse conjunto e análise é a pesquisa documental: fotografias, catalogação e análise das notícias de boletins locais, estaduais, regionais, nacionais, acerca das relações do operariado, com a estatal e outras instituições no contexto pesquisado. Ainda, na pesquisa documental, leis, decretos, normas que regulamentavam as relações da estatal com seus operários nas diferentes dimensões.

Os documentos encontram-se no Memorial Chesf, e no CDOC, localizados no município de Paulo Afonso-BA. Para acessar os documentos, foi necessário realizar uma solicitação, o que gerou um processo entre a administração local e a administração central em Recife-PE. Esse processo levou mais de três meses. O trabalho de catalogação e análise dos documentos foi realizado entre abril de 2021 a julho de 2022, com diversas restrições devido

---

22 Dos 417 municípios baianos, 17 têm mais de 100 mil habitantes e concentra 41,1% da população da Bahia; 31 tem entre 50 a 100 mil habitantes e representam 13,8% da população baiana; 129 cidades com população entre 20 e menos de 50 mil habitantes que concentram 25,2% dos baianos; e 240 municípios (mais da metade do total de municípios da Bahia) têm menos de 20 mil habitantes, abrigando 19,9% da população baiana. Os 4 menores municípios baianos são Lajedão (4.068 habitantes), Lajedinho (4.017 habitantes), Lafaiete Coutinho (3.975 habitantes) e Catolândia (3.669 habitantes).

Entre 2016 e 2017, 135 municípios da Bahia (32,4%) apresentaram redução na sua população, enquanto que 279 municípios baianos (66,6%) tiveram crescimento da população. Os municípios de Caturama, Itapitanga e Jussara mantiveram em 2017 o mesmo número de habitantes estimado em 2016.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, mais da metade dos municípios baianos possuem menos de 20 mil habitantes.

à pandemia. Foi um período incerto e doloroso para a existência humana e, em particular, para a produção de ciência.

No desenrolar do nosso percurso metodológico, efetivamos análises imagéticas como recurso relevante para a compreensão dos fenótipos e genótipos dos sujeitos participantes da pesquisa. Em linhas gerais, os princípios metodológicos que foram desenvolvidos nessa investigação se direcionam tanto para a dimensão objetiva, quanto simbólica envolvida na percepção dos sujeitos (Bourdieu, 1998).

Por se tratar de uma pesquisa pluridisciplinar, que transita na Sociologia Clássica, na sociologia das relações raciais, na história, mediatizados por elementos psicossociais uma vez que o racismo, a discriminação, têm elementos subjetivos e intersubjetivos, que marcam o sujeito que produz o racismo, no caso o branco, e o que absorve suas consequências, o preto e o pardo.

Neste sentido, uma das questões que envolvem a investigação insere-se a noção de reconhecimento do operariado ou não em relação à sua etnia e classe social e os conflitos do mundo do trabalho, tanto para a problematização da questão da justiça social, quanto para a compreensão das novas formas de contradição e de marginalização sociocultural (Neves, 2003, 2005; Honneth, 2003). Como o fenômeno em questão caracteriza-se enquanto espaço de ação coletiva, este estudo, também recorre à questão do poder simbólico em que os discursos, as interações, os diferentes conhecimentos são reconhecidos como elementos constituintes das relações sociais, mas somente validados, com efeito, mediante condições exteriores a esses discursos, consciências individuais (Bourdieu, 1998). Recorre ainda à reflexão sobre a “disciplinarização dos corpos” (Foucault, 1987) e da cidadania, subjetividade e emancipação<sup>23</sup>. (Santos 2008).

No campo da pesquisa empírica, o Memorial Chesf é um dos espaços institucionais que contém os documentos, imagens, jornais e relatórios. Foi inaugurado em 25 de outubro de 1997, com a presença do presidente da Chesf, Mozart de Siqueira, o Administrador Regional

---

23Ainda dentro das questões étnico-raciais, em trabalhos realizados pelo Núcleo de Estudos em Comunidades Tradicionais e Ações Socioambientais (NECTAS) e pelo Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação (OPARÁ) em 2008, identificou-se a existência de 40 terreiros de Candomblé e Umbanda na área urbana do município, o que indica uma forte presença das religiões de matriz africana neste território, o que de alguma forma indica a discussão e o estudo das questões étnico-raciais no seio da universidade. Entretanto, há uma forte narrativa da ausência do preto do sertão e uma predominância de oito nações indígenas na região e com uma forte presença nos processos educativos da universidade, especialmente nos cursos de graduação e pós-graduação vinculados ao OPARÁ. Nesse centro, juntamente com pesquisadores, estudantes, lideranças quilombolas e pessoas sensíveis às questões étnico-raciais coordenamos a linha de pesquisa em África e afrodescendentes. Contudo, embora há registro de diversos povos quilombolas na região até então, não há um impacto no seio da sociedade, e das mobilizações políticas, refletindo uma certa ausência preta organizada dentro e fora da universidade.

de Paulo Afonso Djair Brindeiro, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Sérgio Moreira (ex-Presidente da Chesf), o Prefeito do Município de Paulo Afonso-BA, Paulo Barbosa de Deus, operários da companhia e representantes da sociedade em geral. Todo esse ritual, evidencia a relevância para a Chesf na produção e preservação da memória de sua ação institucional e simbólica no sertão.

O projeto do Memorial foi concebido pelo operário Reginaldo Fortes, na gestão da engenheira Diana Suassuna, administradora regional de Paulo Afonso, sob a supervisão dos arquitetos da administração central em Recife-PE. O Memorial tem a finalidade de preservar a memória da Chesf, o patrimônio cultural da empresa, através de materiais retirados de outras instalações desativadas após a conclusão das barragens e usinas de Itaparica e Paulo Afonso IV.

**Figura 36** – Memórias fotografadas, páginas de vidas marcadas.



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia oriunda de arquivo pessoal, retrata a fachada do Memorial situada no acampamento Chesf, no município de Paulo Afonso-BA, que na sua estrutura é constituído das seguintes instalações: Museu Chesf, com uma área de 25.5m x 10m, que reúne o acervo constituído de maquetes, 8 mil fotografias do processo de instalação da empresa na região do São Francisco; sala de exposição – área com 19m x 10m que abriga exposições periódicas de diferentes temáticas da região; anfiteatro – área de 19m x 10m de multiuso para conferências, seminário, exibição de filmes: de 17,0m x 6,3 m com um acervo 9.802 livros científicos, literários, relatórios, produção científica acerca das atividades da Chesf, a biblioteca é aberta ao público para pesquisas, estudos e consultas. A Chesf no processo de implantação e execução das barragens e usinas preservou a memória a partir de seu olhar e registros.

**Figura 37** – Prateleiras, livros de humanas jornadas no sertão.



Fonte: Arquivo pessoal

Registra-se na figura acima, parte das instalações do Memorial Chesf e seu acervo bibliotecário, documental, científico, jornalístico e imagético, que nos possibilitou a memória, a invenção e os registros das relações do mundo do trabalho no período pesquisado.

Realiza-se também dentro do processo empírico, a catalogação de boletins, notícias, artigos e relatórios produzidos pela empresa dentro do recorte teórico e as hipóteses da nossa investigação. Percebemos que nas décadas de 50 até 70, não havia uma preocupação mais sistemática com a informação, a escrita, uma vez que neste período só registramos apenas 3 (três) boletins e 8 (oito) notícias. Diferentemente das décadas de 71-90, que registra-se 49 (quarenta e nove) boletins e 100 (cem) notícias, o que talvez esteja vinculado às complexidades das relações, o término das construções de usinas e barragens e a própria modernização da Chesf, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 1** – Os boletins: a narrativa da Chesf sobre o homem e o sertão.

	Década 51-60	Década 61-70	Década 71-80	Década 81-90	Total
<b>Boletins</b>	3	0	45	4	<b>55</b>
<b>Notícias</b>	3	5	90	10	<b>103</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Relevante *lente* teórica que fundamenta nossa análise para Burke (2004) fotografias da mesma forma que outras formas de evidência, elas podem ser consideradas a sombra evidência da história e história. Elas são especialmente valiosas, por exemplo, como evidência da cultura material do passado. Camuflando as diferenças entre classes sociais, os fotógrafos oferecem a seus clientes o que foi chamado de imunidade temporária em relação à realidade. Sem eles pintados ou fotografados, os retratos registram não tanto a realidade social, mas as ilusões sociais, não a vida comum, mas as performances especiais. Porém por essa razão, eles fornecem evidência inestimável a qualquer um que se interesse por história de esperanças, valores e mentalidades sempre em mutação. “De certa maneira elas assim o fazem; imagens são feitas para comunicar. Num outro sentido elas também nada revelam. Imagens são irremediavelmente mudas. Como disse Michel Foucault, o que vemos nunca está no que dizemo” (Burke, 2004, p. 43).

A Chesf registrava todos os fatos e acontecimentos, desde a explosão de rochas até as missas, carnavais, jogos, desfiles e inaugurações, dando assim imagem e corpo à sua narrativa no sertão do São Francisco. Os documentos catalogados nesta investigação tentam comprovar as questões e dúvidas suscitadas nesta pesquisa que dão rigor sociológico às hipóteses e objetivos de nosso trabalho. Utilizo as fotografias como evidência que permitem identificar os sentidos e a presença do fenótipo do operariado em seu cotidiano laboral no sertão. Na dimensão metodológica, organizei as fotografias por origem migratória, naturalidade, década, escolaridade, ano de admissão, moradia, escolaridade, fenótipo, relações no mundo do trabalho e no espaço da cidadania política.

Tanto no CDOC quanto no Memorial Chesf em Paulo Afonso, o material se encontra em boas condições de manuseio e conservação e sob a responsabilidade de uma equipe específica. Apesar da insegurança manifestada pelos funcionários em manusear e receber pessoas nestes contextos de pandemia, nossa primeira análise se deu em torno das fichas de admissão e do prontuário funcional do operariado.

Percorrendo nossa trajetória metodológica, expomos outra parte significativa do trabalho empírico realizado no Centro de Documentação Regional de Paulo Afonso. Isso nos

possibilitou o contato com os arquivos do perfil sociocultural e das relações do mundo do trabalho do operariado da Chesf.

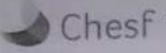
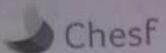
## **2.1 Chesf:** os arquivos vivos de trabalhadores e trabalhadoras no Sertão Do São Francisco

No campo empírico para a reconstrução documental das relações raciais, a imersão aos arquivos do CDOC foi de fundamental importância para sentir e analisar o cotidiano da vida operária e os processos que revelaram as práticas racistas no decorrer das relações nos diferentes espaços da vida social no sertão.

O projeto de criação do CDOC foi idealizado por funcionários da empresa Chesf em meados de 2002. O CDOC é responsável pela guarda, controle e preservação de documentos históricos, administrativos, técnicos, jurídicos, financeiros e outros que estejam formalizados como instrumentos documentais e geradores de informação para a construção do conhecimento. O CDOC possui um importante acervo que registra as relações da estatal com o operariado, com os ribeirinhos, povos indígenas, instituições e as relações históricas com o mundo do trabalho. É um registro empírico relevante da memória sociopolítica, cultural e simbólica da região do São Francisco.

Para Fernandes (2008), sem a reconstrução do universo empírico restrito com o que tiver de operar, o investigador dificilmente poderá descrever e explicar os fenômenos submetidos à observação. É através da manipulação das instâncias empíricas consideradas em conjunto que o investigador chega a descobrir a complexa teia de ramificações da realidade, compreender a unidade investigada como uma totalidade integrada, formular as hipóteses alternativas básicas e isolar as explicações descritivas consistentes. O trabalho empírico no CDOC obedeceu *a priori* algumas categorias de análise vinculadas aos princípios metodológicos, conceitos, objetivos e hipóteses que nos orientam neste universo da observação.

**Figura 38**– As caixas cheias de histórias de vida no sertão.

	
<b>Assunto:</b> <b>020.5 Dossiê</b>	<b>Assunto:</b> <b>020.5 Dossiê</b>
<b>Ano:</b> 1962,1990,1991,1992	<b>Ano:</b> 1993,1995,1997,1998,2000,2001,2003,2004
<b>Descrição:</b> <b>Número de Matrícula</b>  <b>003.778</b> <b>à</b> <b>004.146</b>	<b>Descrição:</b> <b>Número de Matrícula</b>  <b>189.910</b> <b>à</b> <b>190.047</b>
<b>Diretoria / Órgão:</b> DA/APA/DRHP	<b>Diretoria / Órgão:</b> DA/APA/DRHP
<b>Caixa:</b> <b>0007</b> <b>Localização:</b> INTERMEDIÁRIO <b>0008.01.1</b>	<b>Caixa:</b> <b>0329</b> <b>Localização:</b> <b>0008.07.5</b>

Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

As fotografias onde estão condicionadas as características raciais e as pastas dos dossiês, onde constam as descrições de assuntos, os anos, números de matrícula, diretoria e órgão, caixa e localização, não correspondem necessariamente às nossas categorias *a priori* por décadas 51-60, 61-70, 71-80, 81-90. Isto denota, como já foi anteriormente mencionado, as ausências de profissionais arquivistas, mesmo reconhecendo o esforço da atual equipe do Cedoc. Entretanto, causou uma certa dificuldade em nosso trabalho empírico para catalogar a partir das décadas, a vida dos operários e operárias, uma vez que estes arquivos não obedecem uma ordem cronológica perceptível, fato que nos desafiou para a complexidade humana entre o mundo pensado nos projetos de pesquisa e as mudanças de rumo que a realidade sócio-histórica e política, nos impõem. Enfim, mesmo com essa adversidade, conseguimos captar com o rigor metodológico o mundo real, a diversidade da teia dos acontecimentos de 40 anos analisados.

Prosseguindo, os dossiês disponíveis no CDOC que, em geral apresentam os campos destinados a 30 (trinta) itens de informação acerca da vida cotidiana dos operários, evidenciam o rigor e o acompanhamento minucioso das relações entre a estatal e seu corpo de funcionários. A nossa análise dedicou-se com intensidade a partir das seguintes categorias: a) identificação pessoal, registro de emprego, que contém as informações dos operários a saber: nome, foto, estado civil, naturalidade, escolaridade, endereço, número de filhos; b) relação funcional, data de admissão – data da dispensa, carga horária, ocupação inicial; c) ocorrências

disciplinares, atestados, afastamentos, acidentes, enquadramentos, promoções; d) acontecimentos diversos, contrato de trabalho, pedidos de admissão, demissão, correspondências internas, dentre outros.

No campo da identificação pessoal foi possível traçar um perfil sociológico do operariado bem como a questão racial, mesmo que provisória e de informações às vezes insuficientes, uma vez que não consta na ficha de identificação pessoal o campo destinado a etnia-raça-cor. A observação em ciências e é um termo empregado, com frequência, no sentido da linguagem corrente e alguns autores chegam mesmo a entendê-lo como expressão da capacidade de o sujeito investigador ver as coisas (Fernandes, 2008) para me aproximar do fenótipo do operariado na observação, tive a iconografia das imagens na foto cadastral, uma investigação que me veio através da percepção da realidade, ainda para Fernandes, o importante parece, não o que se vê, mas o que se observa como método.

Neste espírito da empiria, a primeira etapa de nosso trabalho de campo, data o período de: março a outubro de 2020; dezembro a dezembro de 2021; fevereiro a agosto de 2022. Realizamos a pesquisa no Centro Regional de Documentação da Chesf – Cedoc no Município de Paulo Afonso – Estado da Bahia, onde se concentram as informações cadastrais, denominadas de dossiês dos Operários da Chesf. As informações estão organizadas em caixas sob a identificação, ano, número de matrícula, órgão, diretoria e localização.

**Figura 39** – Vidas indexadas... histórias listadas.

INDEXAÇÃO DOSSIÊ	
CAIXA: 335	
MATRICULA	EMPREGADO
191.019	Francisco Paulo dos Santos
191.027	Joselinda Campos Figueira dos Santos
191.035	Francisco Antonio dos Santos
191.051	Francisco Severiano Nogueira
191.080	João Roque da Silva
191.108	Elia Ferreira da Costa
191.116	João Ruchela Cavalcante
191.124	Admilson Monteiro dos Santos
191.132	Francisco Estimar da Silva
191.145	Elizabete Bezerra da Silva
191.191	Francisco de Souza Aguiar
191.210	João Gomes da Silva
ELABORAÇÃO: <u>Paulo</u>	
DATA: <u>27/03/2020</u>	

INDEXAÇÃO DOSSIÊ	
CAIXA: 339	
MATRICULA	EMPREGADO
199.910	Amaro Rôz de Melo
199.928	Carlos Alberto Ferreira
199.936	Antônio Federal da Silva
199.960	Ana Maria dos Santos
199.979	Benoni Henrique Guimarães
199.987	Alcidesino Moraes de Almeida
199.995	Antônio Carlos Ferreira de Lara
199.020	Albertina Figueira da Silva
199.039	Edna do Nascimento Muniz
199.047	Artur de França Alencar
ELABORAÇÃO:	
DATA:	

Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

O documento compõe o processo de organização do arquivo no CDOC. Esta ficha apresenta a relação nominal e a matrícula dos operários e operárias. Entretanto, ressaltamos novamente que não identificamos uma ordem cronológica dos dossiês, condicionados nas dependências do centro.

Incursionado pelo acervo dos arquivos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em Paulo Afonso-BA, tive acesso ao material iconográfico da Chesf. Este contato nos permitiu sentir a dimensão do registro das lembranças e memórias das trajetórias de pessoas e da empresa no sertão do São Francisco. Este contato *tirou o véu*, pois nos 32 anos de residência neste município não tinha observado com um olhar mais sistemático para esta trama da realidade social. Portanto, o meu olhar e a minha imaginação sociológica observavam, ante o exposto, que antes estava imerso em uma ocultação; perceber estas fontes foi como colocar os pés em água corrente nos períodos de longas estiagens no sertão.

**Figura 40** – Os arquivos de longos significados.



Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

Apresenta-se na imagem mais um aspecto da organização do acervo do CDOC, que contém diversos documentos relativos às relações da Chesf, em diferentes dimensões: conflitos trabalhistas, saúde, educação, desocupação territorial, implantação de assentamentos,

dentre outros. Concentramo-nos em volta dos dossiês que nos forneceram informações sobre a vida dos operários e operárias.

A Chesf sistematizou a memória de suas ações e dos sujeitos nelas envolvidos, através da documentação, publicações, imagens e documentações, o que se salienta o seu papel na normatização das identidades e símbolos no sertão do São Francisco.

No CDOC, e no Memorial em Paulo Afonso-Bahia encontrei diferentes acervos – dissertações, relatórios, boletins da empresa, fotografias – um significativo registro da alma, da existência da empresa com o seu operariado. Para fundamentação teórica-metodológica da pesquisa e através do contato direto com este campo empírico, foi nos permitido categorizar nossa garimpagem, servindo como inspiração Fernandes (2003, p. 15), “o sujeito-investigador precisa determinar os limites dentro dos quais certas explicações positivas poderão ser encaradas como possuindo validade universal”. Neste sentido passei a conceber este contato, estes dados imediatos da experiência em categorias acessíveis e analisadas pelo raciocínio científico.

A nossa pesquisa concentrou-se nos denominados pelo CDOC de Remessas de Documentos (RD), Caixas e Pastas provenientes de diferentes setores da Chesf, observando a natureza dessa etapa da nossa investigação foi possível verificar o perfil socioeducativo, a origem, função e processo migratório do operariado. Sendo assim, nos concentramos na análise de 60 (sessenta) dossiês e centenas de fotografias e de documentos.

**Figura 41** – Chesf e o registro cotidiano da vida do operariado.

Dossiê de Empregado - Eliezer Leobino de Sá		Dossiê de Empregado - Corina do Nascimento Muniz	
ORGÃO:		ORGÃO:	
NOME:	Eliezer Leobino de Sá	NOME:	Corina do Nascimento Muniz
MATRICULA:	182.230	MATRICULA:	190.039
ANO DE DESLIGAMENTO:	18 / 05 / 2006	ANO DE DESLIGAMENTO:	30 / 03 / 2000

Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

Verificou-se nas imagens de pastas individualizadas, contendo a identificação, o número de matrícula e o ano de desligamento, o que revela a trajetória e o registro minucioso, efetivado pela estatal, dos operários e operárias em todo um processo de implantação e execução das usinas e barragens no sertão do São Francisco. Para efeito de análise sociológica, recorreremos à categorização, que obedece apenas uma dimensão temporal, que nos baseou metodologicamente. Entretanto, isto não quer dizer que esta temporalidade é estática, descontínua, pois as décadas estão intimamente relacionadas dentro de suas partes com o todo e do todo e suas partes. O trabalho empírico nos possibilitou a divisão por décadas assim distribuídas<sup>24</sup>: 1951-1960; 1961-1970; 1971-1980; 1981-1990.

[...] a imaginação sociológica, enriquecida pela dialética, pode “ligar o modo de existência, o movimento e a vida através das contradições”, procurando “estas últimas através de condições concretas variáveis de sociabilidade, associação e interação”. A dialética permite “apanhar a unidade no diverso”, isto é, “a totalidade como expressão de determinações particulares e gerais”. Em essência, o real e o pensado se constituem reciprocamente, de tal maneira que “a práxis vem a ser o critério experimental de verificação da verdade objetiva” (Fernandes, 2003, p 271).

A construção sociológica da realidade que nos permite estabelecer conexões, continuidades e rupturas com os fenômenos socialmente produzidos nas complexas teias das relações sociais. Neste sentido, a Chesf produziu imagens que reforçaram estereótipos e produziram sentidos e significados para a etnia, a cor e a raça do seu operariado.

Na tabela abaixo, apresentamos por década e quantidade de dossiês, catalogados e analisados, no período entre 2020-2022.

**Tabela 2 – Pedacos inteiros de arquivos de gentes.**

<b>Década</b>	<b>Número de Dossiês</b>
1951 - 1960	96
1961 - 1970	71
1971 - 1980	63
1981 - 1990	68
<b>Total: 298</b>	

Fonte: Elaborada pelo autor.

24 Para Nascimento (1998, p. 95), em 03 de outubro de 1945, por sugestão do ministro Apolônio Sales, o presidente Getúlio Vargas assina os Decretos-Leis nº 8.032 (que abre um crédito especial para a subscrição das ações da Chesf) e o Decreto nº 19.706 (que outorga à Chesf a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica). O projeto inicial previa o fornecimento de energia elétrica apenas aos Estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Porém, com menos de um mês da assinatura dos decretos, o presidente Getúlio Vargas e toda a sua equipe são depostos pelas Forças Armadas.

O arquivamento dos dossiês não obedece a uma ordem cronológica e sim, o dia de recebimento pelos funcionários do centro. Diversos dossiês estão no processo de digitalização em Recife-PE. As caixas-dossiês da vida funcional do operariado, também denominados de relação de documentos – RD, com as seguintes informações:

1. Controle de frequência;
2. Relação dos salários e contribuições;
3. Boletim de Exceção de Frequência (BEF);
4. Justificativa de ponto;
5. Ficha de Controle de Quinquênio;
6. Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
7. Inclusão e exclusão de Dependentes;
8. Controle de Absenteísmo (SMPO);
9. Comprovante de Rendimentos Pagos e retenção de Imposto de Renda na Fonte;
10. Relatório de Ocorrências (RO);
11. Ficha de Salário-Família;
12. Ficha de Participação no Clube Operário Paulo Afonso (Copa);
13. Ficha de Filiação no CPA;
14. Solicitação de abono pecuniário;
15. Ofícios diversos – comunicado de afastamentos dos operários;
16. Recibo de férias;
17. Serviço de saúde;
18. Registro de emprego;
19. Atestados;
20. Termo de registro de contrato;
21. Fichas de exames periódicos;
22. Exame médico periódico;
23. Folha de encaminhamento e informação;
24. Processos diversos – acordos entre a Chesf, operários e sindicato;
25. Declaração de opção;
26. Adicional por tempo de serviço – regime trienal;
27. Extrato de certidão de casamento – (Lei nº 555-3 de 6 de dezembro de 1968);

28. Extrato de certidão de nascimento;
29. Termos de condições de complementos ao contrato de trabalho;
30. Correspondência interna;
31. Contrato de trabalho por prazo indeterminado.

**Figura 42** – CDOC: Vidas arquivadas, trajetórias bem ou mal contadas.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem da fachada do CDOC, localizada no Acampamento Chesf, na mesma avenida do Memorial Chesf. Segundo relatos do coordenador do CDOC para o processo de arquivamento, obedecem aos seguintes procedimentos: os documentos têm que ser originais ou autenticados, pelo responsável do setor de origem; posteriormente, é efetuado um RD; produz um espelho ficando um com CDOC, e outro com o setor de envio. Para ter acesso ao documento é necessário a ordem do responsável, diretamente, com anuência do setor financeiro ou jurídico. A natureza dos documentos arquivados: recibos de pagamentos, dossiês de funcionários, processos judiciais, cartões de ponto, entre outras documentações relacionadas à instituição Chesf. Na dimensão organizacional e administrativa, o CDOC, atualmente, dispõe de 6 (seis) funcionários entre terceirizados e do quadro efetivo da Chesf, distribuídos nas seguintes funções: um fiscal, do quadro da empresa; e 5 (cinco) funcionários terceirizados.

É perceptível que a Chesf tenta atualmente manter a memória investindo hegemonicamente nas instalações, mas menos nas capacidades, habilidades e atributos necessários dos profissionais arquivistas.

A estatal produziu e arquivou, através do Memorial e do CDOC, a narrativa, as imagens audiovisuais e a literatura que marcaram, a partir de sua ótica, sua ação e pujança como uma das empresas de destaque regional e nacional na produção e distribuição de energia elétrica. Na trajetória de nossa investigação, os documentos e toda a produção iconográfica não prescindem da etnografia das vozes dos sujeitos que testemunharam e fizeram a história. Nesse sentido, as entrevistas constituem um dos pilares relevantes da investigação pois nos possibilitaram uma visita à percepção dos sujeitos e suas representações impregnadas da relação de sua existência com o presente e o passado, com a subjetividade e a marca dos acontecimentos engendrados nas relações do mundo do trabalho e nas práticas racistas resultantes das narrativas da Chesf sobre o homem, a natureza e a identidade racial do operariado.

## **2.2 Memórias e lembranças dos operários brancos, pretos e pardos do Velho Chico**

Dentro dos princípios, objetivos e métodos de nossa tese, recorreremos às entrevistas com o universo possível neste contexto pandêmico<sup>25</sup>, obedecendo a algumas variáveis como tempo de serviço, funções e disponibilidade em participar da pesquisa. Portanto, o universo entrevistado é composto por vigilantes, motoristas, técnicos, dirigentes, educadores e militantes do movimento sindical.

As entrevistas constituem-se como uma das fontes relevantes no trabalho etnográfico pois nessa linha tênue entre identidade, região e racismo os sujeitos se autodenominaram e se classificaram a partir de seus próprios critérios. Percebemos nas análises anteriores que há uma forte percepção de aceitação e negação da identidade preta ou da palavra “preto” como definição ancestral. Nesse sentido, os processos de promoção no interior da Chesf para os

---

25 Novamente registramos que o processo da pandemia, em março de 2020 e no decorrer do ano de 2022, dificultou o contato mais amplo com os atores sociais para a realização das entrevistas. Nesse sentido, identificamos um misto de pandemia e suas consequências, especialmente no tocante às informantes do sexo feminino. Das 10 (dez) professoras identificadas para participar das entrevistas, através de informações das que já tinham participado dos diálogos, só conseguimos entrevistar 5 (cinco) pois as outras 5 (cinco) apresentaram-se com distúrbios psicossociais como depressão e isolamento. Entretanto, obtivemos êxito nos informantes do sexo masculino. Dessa forma, os recursos metodológicos atenderam aos nossos objetivos, hipóteses e tese. Nesse universo particular intuimos que a pandemia teve uma dimensão que atingiu mais patologicamente o universo feminino do operariado aposentado.

pretos e pardos podem estar dentro da lógica que os ganhos aqui investigados só podem ser coerentemente analisados quando estudados com um conjunto de fatores objetivos, uma vez que estão inseridas as intersubjetividades dos sujeitos em questão.

A técnica de entrevista é um relevante instrumento metodológico com o objetivo de escutar e sentir a voz dos sujeitos e sua teia de relações. Neste período foi possível entrevistar 31 operários e operárias da Chesf assim identificados.

Da natureza racial dos sujeitos participantes da pesquisa, foram entrevistados os respectivos operários e operárias: *A. B. Pereira*, branco, médico, ensino superior; *A. S. Amorim*, branco, administrador, 2º Grau; *J. Pacífico*, amarelo-branco, fiscalização, ensino superior; *J. S. Silva*<sup>26</sup>, branco, professor e administrador, ensino superior; *M. C. C. Ramos*, branca, chefe de centro de formação, ensino superior; *P. Freitas*, branco, administrador, 2º Grau; *R. C. Amorim*, branco, operador, 1º Grau; *R. L. Maciel*, branco, operador, técnico 2º Grau; *A. S. Santos*, pardo, escriturário, 1º Grau; *A. T. da Silva*, pardo, contínuo, 1º Grau; *A. L. Ferreira*, pardo, escriturário, músico, 2º Grau; *C. L. do Nascimento*, pardo-índio, guarda, 1º Grau; *H. V. Ramos*, pardo, operador de usina, 2º Grau; *J. A. Souza* (Nego D'água<sup>27</sup>), pardo-moreno, motorista, 1º Grau; *J. B. Frazão*, pardo-moreno, encanador, 1º Grau; *J. C. Moura*, pardo, inspetor da guarda da vigilância, 2º Grau; *J.C. Braz*, moreno, contabilidade e músico, 1º Grau; *J. C. dos Santos*, índio-moreno, guarda da vigilância, 1º Grau; *J. C. Bezerra*, pardo-índio, guarda da vigilância, 1º Grau; *J. Fernandes*, pardo, advogado, ensino superior; *J. F. de Melo*, pardo, guarda da vigilância, 1º Grau; *J. G. Araújo* (Camburão)<sup>28</sup>, pardo, motorista, primário; *J. J. Assis*, pardo, guarda da vigilância, 1º Grau; *J. M. R. Silva*, parda, professora, coordenadora pedagógica e orientadora religiosa, ensino superior; *J. R. dos Santos*, pardo, engenheiro, ensino superior; *J. Soares*, pardo, técnico administrativo, 2º Grau; *J. S. Nascimento*, pardo, torneiro mecânico, 2º Grau; *M. de L. dos Santos*, parda, técnica em enfermagem; *W. M dos Santos*, parda, professora, ensino superior; *R. M. Santos*, preta, recepcionista, ensino superior; *S. A. dos Santos*, preto, escriturário, ensino superior.

---

26 J. Silva desempenhou a função de professor e coordenador pedagógico no Colepa. Na estrutura organizacional da Chesf, exerceu a função de administrador regional da APA – Chesf no período 1975-1979.

27 Um participante sindical nos anos 80, durante as repressões do movimento grevista, fugiu a nado da polícia militar do Estado da Bahia nas águas férteis do Rio São Francisco no município de Paulo Afonso-BA. Foi “denominado” por seus colegas como *Nego D'água*. Essa denominação faz referência a uma lenda conhecida em regiões entre rios como o Rio Tocantins, o Rio Grande e o Rio São Francisco. Trata-se de um ser alto, negroe humanoide com características comuns a peixes que está presente no imaginário das lendas e simbologias das águas dos rios. Nesse sentido, recorre-se a uma narrativa de um estereótipo de um sujeito animal: o *Nego D'água* do Sul e o *Cassaco* no Nordeste.

28 Militante, sindical, pardo, 1º Grau, recebeu este apelido em função da repressão das greves sindicais desencadeadas nos anos 80 e por ter sido diversas vezes detido pelo aparato da força policial do Estado, recebeu este codinome – apelido.

Para maior visualização do processo da identidade dos informantes, obedecendo a lógica de uma classificação racial diluída que vai da aceitação à negação, ou à minimização, de suas origens ancestrais, no jogo semântico, que suaviza raça e cor, apresentamos um *portaretrato*, destas pessoas, que carinhosamente abriram suas casas e visitaram suas memórias e lembranças.

**Quadro 3** – Porta-retrato: Identidades das mulheres e homens participantes da pesquisa.

Identificação	Etnia-Raça-Cor	Idade	Gênero	Religião	Escolaridade	Função
A. B. Pereira	Branços	68	Masculino	Católico	Superior	Médico
A. S. Amorim		63	Masculino	Católico	2º Grau	Administrador
R. C. Amorim		64	Masculino	Católico	1º Grau	Operador
J. S. Silva		73	Masculino	Católico	Superior	Administrador-Professor
M. C. C. Ramos		64	Feminino	Espírita	Superior	Operadora-Chefe de Centro de Formação
P. Freitas		71	Masculino	Católico	2º Grau	Administrador
R. L. Maciel		57	Masculino	Católico	Técnico de 2º Grau	Operador
J. Pacífico	Amarelo-Branco	73	Masculino	Católico	Superior	Fiscalização
S. A. dos Santos	Pretos	54	Masculino	Umbandista	Superior	Escriturário
R. M. Santos		67	Feminino	Espírita	Superior	Recepcionista-Professora
A. S. Santos	Pardos	73	Masculino	Católico	1º Grau	Escriturário
A. T. da Silva		73	Masculino	Católico	1º Grau	Contínuo
A. L. Ferreira		74	Masculino	Evangélico	2º Grau	Escriturário Músico
H. V. Ramos		73	Masculino	Católico	2º Grau	Operador
J. C. Moura		68	Masculino	Católico	2º Grau	Inspetor da Guarda de Vigilância
J. Soares		65	Masculino	Católico	2º Grau	Tec. Administrativo
J. J. Assis		71	Masculino	Católico	1º Grau	Guarda de Vigilância
J. G. Araújo		76	Masculino	Católico	Primário	Motorista
J. Fernandes		67	Masculino	Católico	Superior	Advogado
J. M. R. Silva		70	Feminino	Católica	Superior	Professora-Coordenadora Pedagógica-Orientadora religiosa
J. M. dos Santos		71	Masculino	Católico	1º Grau	Guarda da Vigilância
J. S. Nascimento		55	Masculino	Católico	2º Grau	Torneiro Mecânico
J. C. Braz		71	Masculino	Católico	1º Grau	Contabilidade Músico
J. F. de Melo		71	Masculino	Católico	1º Grau	Guarda de vigilância
M. L. dos Santos		68	Feminino	Evangélica	Técnica – 2º Grau	Tec. De Enfermagem
W. M. Santos	67	Feminino	Católica	Superior	Professora	
J. R. Santos	Pardos-Morenos	63	Masculino	Católico	Superior	Engenheiro
J. B. Frazão		71	Masculino	Católico	1º Grau	Encanador Industrial
J. A. Souza		72	Masculino	Católico	1º Grau	Motorista
C. L. de Nascimento	Pardo-Índio	73	Masculino	Católico	1º Grau	Guarda
J. C. Bezerra		71	Masculino	Católico	1º Grau	Guarda de vigilância
J. C. dos Santos	Índio-moreno	69	Masculino	Católico	1º Grau	Guarda da Vigilância

**Total: 31 Operários e Operárias**

Fonte: Elaborado pelo autor.

No tocante aos informantes da investigação, foram entrevistados 31 (trinta e um) operários e operárias, com a média de 68 (sessenta e oito) anos de idade. Constata-se 26 (vinte e seis) do sexo masculino e 5 (cinco) do sexo feminino.

Os dados empíricos, no tocante, também à religião, apontaram que no universo dos 31 (trinta e um) operários, 26 (vinte e seis) se autodeclararam cristãos católicos, 2 (dois) evangélicos, 1 (um) umbandista (o mais jovem entre os entrevistados), 2 (dois) espíritas. Pelo critério de autodeclaração da classificação racial, cor e raça, 7 (sete) se definiram como brancos, 1 (um) amarelo-branco, 2 (dois) pretos, 15 (quinze) pardos<sup>29</sup> e 3 (três) pardos-morenos, 2 (dois) pardos-índios, 1 (um) índio-moreno, o que sugere um sistema bem fluido de classificação racial.

Evidencia-se a fluidez marcante na autodeclaração racial, indicando assim uma consonância com a construção das especificidades de um racismo à *brasileira*, e suas conexões e particularidades com o que os sujeitos, operários e operárias chesfianos pensam de si, enquanto etnia e raça, do mundo e das marcas de um racismo às sombras que os colocaram numa espécie de reconhecimento e não reconhecimento através dos relatos, documentos e imagens que perpassam toda a trajetória das ações dos sujeitos, das narrativas da Chesf, no sertão do São Francisco. Enfim, as contradições entre ser preto, não preto, *pardo-moreno*, *índio-moreno*, *branco-amarelo*, expressa esta representação real de suas invisibilidades numa linha tênue entre o inferno e o paraíso.

Destarte, em relação às ocupações, e estas intrinsecamente vinculadas aos atributos da escolaridade, os dados empíricos destacam:

- Operários Brancos
  - Médico
  - Operador
  - Administrador
- Operários Pretos<sup>30</sup>:
  - Escriturário

---

29 Do universo de 31 entrevistados, 15 operários e operárias que se autodeclararam pardos, se fossem observados os fenótipos e a definição étnico-racial, que fosse a critério exclusivamente do pesquisador, eles seriam classificados de pretos e pretas. Contudo, foi devidamente respeitada e observada a autodefinição dos sujeitos enquanto sua identificação e sentimento de pertencimento.

30 Registra-se que a única operária e o único operário que se autodeclararam pretos que exerceram funções de relativo destaque, tinham atributos educacionais de nível superior. Registramos mais uma vez que a escolaridade vinculou-se em diferentes circunstâncias, a exercícios de funções de notoriedade na estatal, embora esta variável foi amplamente registrada entre operários brancos.

- Recepcionista-professora
- Operários Pardos
  - Professora
  - Inspetor da Guarda da Vigilância
  - Escriturário
- Operários Pardos-Morenos
  - Engenheiro
  - Motorista
  - Encanador Industrial
- Operários *Pardos-Índios e Índio-Moreno*
  - Guarda
  - Guarda da Vigilância

No tocante à escolaridade registrada nos dados empíricos: entre brancos havia 1 (um) operário do 1º Grau, 2 (dois) do 2º Grau, 1 (um) técnico de 2º Grau, 4 (quatro) do nível superior; do universo dos entrevistados, os 2 (dois) que se autodeclararam pretos possuíam ensino superior; dos que se declararam pardos, 1 (um) concluiu o primário, 5 (cinco) de 1º Grau, 5 (cinco) do 2º Grau, 1 (um) técnico de 2º Grau, 3 (três) do ensino superior. Em relação aos autodeclarados pardos-morenos, a escolaridade apresentou-se com as seguintes características: 2 (dois) tinham o 1º Grau e 1 (um) do ensino superior. Destaca-se também no quadro a presença de 1 (um operário) *pardo-índio* que concluiu o 1º Grau e 1 (um) operário *índio-moreno*.

Segundo Macedo (2006), a entrevista, dentre outras dimensões, traz a voz dos sujeitos, dos segmentos sociais oprimidos, alijados e muitas vezes silenciados pelos normativos de saber descomprometido e descontextualizado. O objetivo da entrevista recai sobre a possibilidade de captar os elementos mais pormenorizados envolvendo suas construções identitárias, tanto pessoal quanto coletiva, que o questionário não possibilita obter, uma vez que os indivíduos realizam a participação política, de acordo com sua percepção da realidade.

Para Foucault (2005), a análise do discurso se traduz – a corrente teórica que identifica como aquilo que é através do uso da linguagem e os indivíduos que o profere, recalculando como algo externo à língua. É um conjunto de regras autônomas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram numa dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de pleno exercício da função enunciativa, buscando as prováveis vinculações da linguística com a sociologia. Perpassa na

nossa inspiração metodológica, as imagens, a construção, a invenção do Nordeste e do sertão, consequentemente dos humanos e suas relações entre si e com a natureza:

Se propõe, portanto, o trabalho arqueológico e genealógico de descobrimento do Nordeste, de descrição de suas inúmeras histórias e que perdem sua intensidade e eficácia produtiva na era global. O trabalho dá sentido à desconstrução foucaultiana dos discursos que deram visibilidade e que tornaram divisível a região nordestina, nos marcos da modernidade definindo sua identidade, ou impondo seu atraso, como supostamente naturais e resultantes de difíceis condições geográficas e climáticas dos efeitos da miscigenação da raça, da herança biológica dos antepassados, do predomínio dos negros sobre os brancos. (Muniz, 1999, p. 15).

A Chesf herdou as narrativas sobre a concepção de homem do sertão, advindas dos processos coloniais e decorrentes, mesmo numa época no período entre 1950-1990, o discurso de modernidade alimenta a narrativa predominantemente calcadas no bojo das categorias tais como meio, raça, identidade, modernidade, região e racismo.

Infere-se que a compreensão de reconhecimento seja de extrema importância, para a problematização e percepção das novas formas de contradição e marginalização sociocultural (Honnet, 2003; Young, 1990; 2000). Assim, esse momento da entrevista busca apreender o pertencimento a grupos político-partidários, pertencimento a grupos de militância em outros movimentos sociais, participação em associações, atuação em órgãos governamentais, ocupação de cargos públicos comissionados.

Com este conjunto de procedimentos metodológicos, buscamos perceber os critérios de justiça, identidade humana e simbolização que contribuem para a emancipação do sujeito dentro do cenário de crescimento dos movimentos identitários e das lutas sociais atuais e do passado. Isso se constitui numa alteração das relações de poder, classe e democracia dentro e fora das teias de significados que a Chesf, através da narrativa do homem, do sertão, da natureza bruta e do potencial hídrico da Cachoeira e do Rio São Francisco, contribuiu para um tipo específico de racismo: um racismo à sertaneja.

A história da estatal confunde-se com a própria construção do território do sertão. A Chesf, instalada no final da década de 40, significou a presença mais ostensiva do Estado brasileiro na região, reconfigurando espaços, sentidos e identidades.

### 3 CHESF DÉCADA DE 51-60: PELES PRETAS EXPOSTAS, NATUREZA RASGADA E O RACISMO NO SERTÃO DO VELHO CHICO

*“O Brasil [...] Inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos”. – João Antônio Andreoni (Cultura e Opulência no Brasil, s/d), sob o pseudônimo de André João Antonil.*

Neste capítulo apresentamos os resultados e análises do trabalho de campo que corroboram com nossa tese das práticas implícitas e explícitas do racismo imputado pela Chesf ao seu operariado preto e pardo. Devido à natureza organizacional do capítulo, ele está dividido em quatro décadas: 1951-1960, 1961-1970, 1971-1980 e 1981-1990. Em cada década, o capítulo está dividido de acordo com a realidade revelada no campo da pesquisa. A primeira análise é acerca do perfil sociocultural do operariado e a segunda compreende as relações do mundo do trabalho.

Foram coletados 298 dossiês divididos entre as décadas, o que nos possibilitou reconstruir parte da memória da origem, raça, gênero, escolaridade, idade, estado civil e das relações estabelecidas entre os operários brancos, pardos e pretos nas estruturas organizacionais da Chesf. Fizemos um mergulho na alma e nas estruturas sociopolíticas, culturais, econômicas e simbólicas da origem, chegada e relações racializadas estabelecidas nas marcas iniciais da Chesf no sertão do São Francisco.

No trabalho empírico salientamos também uma série de questões acerca do relevante papel sociopolítico, econômico e cultural da Chesf no Sertão. O material coletado corrobora os objetivos e hipóteses suscitadas neste trabalho que são: a dimensão migratória, a ação civilizatória, os mecanismos de controle, a objetificação do corpo e a fluidez do sistema classificatório da etnia, raça e cor da pele.

Dando continuidade, neste capítulo apresentamos os resultados do emaranhando de sentidos da década de 51-60, período fértil e revelador das representações da migração pós-abolição de pretos, pardos e brancos das classes populares para o sertão do São Francisco. A partir do campo empírico, no referido período observou-se uma mobilidade interna de contingente de pretos e pardos, que atraídos pelo processo de implantação da Chesf e seu pujante empreendimento de construção de usinas e barragens.

Na ficha de admissão do operariado, abaixo relacionada e disponível no CDOC, datada de 1950, encontram-se as informações acerca da naturalidade, estado civil, idade, filiação sindical, se é naturalizado, o número de filhos e o período de inserção nas estruturas

da Chesf. A primeira imagem à esquerda registra um operário de características fenotípicas pretas, natural do Estado de Pernambuco, casado, que exercerá a função de motorista e de constituição familiar da prole numerosa.

No segundo documento à direita se tem a ficha de admissão de um operariado com características fenotípicas também pretas, natural do Estado de Pernambuco, casado, que exercerá a função de servente e de constituição família de prole numerosa. A raça preta e parda admitida nesse período obedece às singularidades na sua composição cultural, quer seja rural, e de estrutura familiar consolidada.

A Chesf, preocupada com a mão de obra especializada, investiu na formação para a sua moderna engenharia no sertão do São Francisco. Enquanto para os operários brancos prevaleceu a escolaridade, para os pretos e pardos o atrativo primordial foi a força do corpo para o trabalho laboral. O racismo sutil e invisibilizado que perpassa as práticas da estatal.

**Figura 43** - Pretos e pardos se fichando, o progresso chegando no sertão.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO				
				
NOME <b>ALEXANDRINO MORAIS DE ALMEIDA</b>				
FILIAÇÃO <b>PAI Francisco de Almeida God5</b>				
MÃE <b>Catarina Pereira de Moraes</b>				
ESTADO CIVIL <b>Casado</b> IDADE				
DATA DO NASCIMENTO <b>10 de julho de 1936</b>				
NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>				
LUGAR DO NASCIMENTO <b>ESTADO PE</b>				
DATA DA CHEGADA AO PAIS <b>E NATURALIZADO ?</b>				
CABADO COM BRASILEIRO ? <b>TEM FILHOS BRASILEIROS ?</b>				
CART. PROFISSIONAL				
Nº <b>072139</b>				
SÉRIE <b>295ª PE</b>				
CART. RESERVISTA				
Nº <b>161640 EM 7ª</b>				
CATEGORIA <b>3ª</b>				
RESIDÊNCIA				
CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL <b>Motorista 77</b>				
SINDICATO A QUE PERTENCE				
Nº DE MATRÍCULA SINDICAL				
RESIDÊNCIA <b>Grupo XVI casa nº 5</b>				
CART. IDENTIDADE				
Nº <b>474119-ESPBA</b>				
Nº <b>CS. A RH. +</b>				
CART. DE TÍTULO				
PROFISSIONAL				
Nº				
CARTERA DO I.A.P.				
Nº <b>10947561</b>				
TÍTULO DE ELEITOR				
Nº <b>2.34ª Sec. 84ª</b>				
Nº <b>23/32</b>				
IMPRESSÃO DIGITAL				
Nº <b>01879975/00</b>				
ASSINATURA DO EMPREGADO				
<i>Assinatura do empregado</i>				
DATA DA DISPENSA <b>004081</b>				
<b>28/04/</b>				

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO				
				
NOME <b>MANOEL BEZERRA DE ARAUJO</b>				
FILIAÇÃO <b>PAI Manoel Cleiton de Araujo +</b>				
MÃE <b>Luizina Bezerra de Araujo</b>				
ESTADO CIVIL <b>Casado (N.V.)</b> IDADE <b>19 ANOS</b>				
DATA DO NASCIMENTO <b>23 de Outubro de 1927</b>				
NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>				
LUGAR DO NASCIMENTO <b>Agua Belas</b> ESTADO <b>Pernambuco</b>				
DATA DA CHEGADA AO PAIS				
CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL <b>Servente C.F. Afonso 77</b>				
SINDICATO A QUE PERTENCE				
Nº DE MATRÍCULA SINDICAL				
RESIDÊNCIA <b>Grupo XVI casa nº 5</b>				
CART. IDENTIDADE				
Nº <b>474119-ESPBA</b>				
Nº <b>CS. A RH. +</b>				
CART. DE TÍTULO				
PROFISSIONAL				
Nº				
CARTERA DO I.A.P.				
Nº <b>10947561</b>				
TÍTULO DE ELEITOR				
Nº <b>2.34ª Sec. 84ª</b>				
Nº <b>23/32</b>				
IMPRESSÃO DIGITAL				
Nº <b>01879975/00</b>				
ASSINATURA DO EMPREGADO				
<i>Assinatura do empregado</i>				
DATA DA DISPENSA <b>004081</b>				
<b>28/04/</b>				

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

O marco relevante da composição do operário na década de 51-60, a origem rural, a baixa escolaridade, e a ocupação de funções de menor prestígio social, conforme análise detalhada, nos dados apresentados na tabela abaixo, que evidenciou que a inserção do operariado no início das instalações da Chesf na região do São Francisco, obedeceu à lógica

da incorporação na ordem competitiva do nascente capitalismo industrial, de um contingente de origem rural e de baixa escolaridade.

A origem territorial do operariado está relacionada a municípios do Nordeste, que no período analisado possuíam uma baixa densidade populacional. A situação do preto pós-abolição, é uma variável que perpassa os dados empíricos e a relação entre a naturalidade, escolaridade, função inicial exercida na empresa, e em especial todo processo de relações no mundo do trabalho, aspectos que serão analisados em tabelas posteriores, entretanto em alguns fragmentos serão mencionadas para expressar as devidas conexões entre raça, cor da pele, invisibilidade e visibilidade do racismo entre a estrutura da estatal e as relações do mundo do trabalho na Chesf com o operariado preto e pardo.<sup>31</sup>

Os dados na Tabela 3 denotam que o Estado de Alagoas possui o segundo maior número de operários e operárias, oriundos destas terras do Nordeste<sup>32</sup>. Destacando a naturalidade por município alagoano, temos na tabela um total de 16 operários e operárias. Assim distribuídos pelos municípios: Água Branca, com 4 (quatro) operários; Delmiro Gouveia, com 4 (quatro); Mata Grande 3 (três); Palmeiras dos Índios 3 (três); União dos Palmares, com 2 (dois).

---

31 Neste sentido, Andrews, analisando presença preta na indústria paulistana; em 1950 (ocasião em que o emprego industrial no Estado quase duplicou), o emprego dos afro-brasileiros estava par a par com sua representação da população do Estado: eles compunham 11,2 por cento da população do Estado e 11,3 por cento de sua força de trabalho (Andrews, 1998, p. 166).

32 Para efeito de procedimento metodológico, nos referimos aos municípios que têm acima de 3 (três) operários. Nos referimos nominalmente, para evidenciarmos que a origem sociocultural do operariado é predominante dos municípios do interior do Nordeste.

**Tabela 3** – E nasceram em diferentes cantos e encantos do Nordeste.

<b>Município</b>	<b>Estado</b>	<b>Quantidade</b>
Água Branca	AL	4
Delmiro Gouveia	AL	4
Mata Grande	AL	3
Palmeiras dos Índios	AL	3
União Dos Palmares	AL	2
Chorrochó	BA	2
Glória	BA	5
Jeremoabo	BA	1
Rodelas	BA	7
Salvador	BA	1
Santa Brígida	BA	1
Conceição	PB	1
Itaporanga	PB	1
Monteiro	PB	5
Patos	PB	4
Pombal	PB	1
Serra Branca	PB	1
Águas Belas	PE	8
Arcoverde	PE	3
Brejo da Madre de Deus	PE	1
Buíque	PE	6
Floresta	PE	4
Garanhuns	PE	3
Jaboatão	PE	1
Maniçobal	PE	1
Pesqueira	PE	5
Petrolândia	PE	1
Recife	PE	1
Salgueiro	PE	1
São Benedito	PE	1
São José do Egito	PE	3
Serra Talhada	PE	1
Sertânia	PE	9
Tacaratu	PE	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

Registrou-se também que o Estado da Bahia não esculpe de forma relevante na constituição da naturalidade do operariado da Chesf na década de 50-60, tendo uma presença não considerável de operários, totalizando 17 (vinte e três) operários, distribuídos pelos seguintes municípios: Chorrochó, com 2 (dois); Glória, com 5 (cinco); Jeremoabo, 1 (um); Rodelas com 7 (sete); Salvador com 1 (um) e Santa Brígida com 1 (um). Percebe-se que esta

configuração do sertão tão somente relacionada a questões de natureza territorial e à distância geográfica da capital baiana para o sertão.

Em síntese, o perfil sociocultural do operariado no período em análise é marcado pela ruralidade, baixa escolaridade, racialidade preta e parda que se submeteram e foram submetidas às práticas racistas da estatal.

A Bahia pela própria representação como *não Nordeste* e mais vinculada a uma “ilha” de prosperidade nordestina e que no contexto do que se define como Nordeste, não representa a negritude no sertão. Neste sentido, negros concentram-se no litoral ou no recôncavo baiano. Sem a identidade racial preta no sertão, o racismo torna-se mais invisível e de difícil identificação, desse modo, a Chesf recorreu a esta narrativa para a invenção de Paulo Afonso e a imputação de suas práticas racistas.

Na sequência a análise da tabela consonante a origem do operariado, verificou-se que o Estado da Paraíba, tem um total de 13(treze) operários e operárias, considerando-se que nesta constituição, os municípios de maior relevância em números de funcionários são: Monteiro, com 5 (cinco) e Patos, compreendendo 4 (quatro) pessoas.

Adveio também a hegemonia dos municípios do interior do Estado de Pernambuco. Compreende-se então, um total de 50 trabalhadores e trabalhadoras. Neste sentido observou-se os municípios com o maior número do operariado, onde destacaram-se: Águas Belas com 8 (oito); Arcoverde com 3 (três); Buíque com 6 (seis); Floresta com 4 (quatro); Garanhuns com 3 (três); Pesqueira com 5 (cinco); São José do Egito com 3 (três) e Sertânia com 9 (nove). A hegemonia de municípios interioranos na constituição do operariado da Chesf.

Destarte na década de 50-60, a capital Pernambucana registrou-se um aumento de operários com maior nível de escolaridade e racialmente de brancos, que exerceram neste período funções de maior prestígio social na empresa, destacando-se as seguintes funções: engenheiros, médicos e auxiliares administrativos. Na década vai se configurando um tratamento racial entre operários pretos, pardos e brancos. Novamente o racismo na práxis da estatal perdurou inalterado.

Muniz (1999) afirma que o Estado de Pernambuco, as suas elites e intelectualidades intensificaram a narrativa que o recém-criado Nordeste estava representado por Pernambuco, uma vez que a Bahia se configurava mais com a ideia de permanecer Norte, não se singularizando, ora se confundindo com as representações Sul e Sudeste. A afirmação de sua identidade enquanto Estado pela negação de um outro, que se reflete também na narrativa da Chesf sobre o sertão, conforme análise anterior na seção desta pesquisa. Em outra perspectiva “Durante várias décadas após a abolição, os negros ficaram concentrados nas

regiões agrícolas mais atrasadas, como parceiros, pequenos arrendatários, camponeses e moradores” (Hasenbalg, 2005, p. 116).

Recorrente na literatura, a inclusão do negro na ordem moderna competitiva, referindo-se à situação do Sul e do Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, entretanto a empiria averiguou-se esta presença migratória do operariado da Chesf, particularmente dos municípios do interior do Nordeste.

As relações capitalistas implementadas pela Chesf dentro de suas instalações, neste cenário da nascente ordem competitiva, e o Nordeste através da produção de energia elétrica fornecendo um dos pilares para industrialização brasileira, fez crescer no sertão uma massa de humanos onde o controle das águas criou novas relações de trabalho no período pós-abolição, nas estruturas das forças produtivas e nas relações sociais de produção, atraindo um contingente de trabalhadores pretos e pardos que foram inseridos a partir de suas necessidades, numa relevante migração de municípios de interior dos Estados do Nordeste para o sertão do São Francisco.

O pós-abolição no sertão, que nesse espaço ocupado pela estrutura do Estado, através da ação da Chesf com a construção de usinas e sentidos, absorveu o trabalho humano que compunha hegemonicamente de municípios rurais. Pessoas motivadas pelas necessidades econômicas de incorporação em estruturas da moderna ordem capitalista nascente; estas que sob a singularidade de um processo iniciado no país mais intensamente na década de 30, vislumbradas com todas as dimensões do Estado Novo e dos processos dele decorrentes que têm como resultante o auge da ditadura militar, no período de 1964 a 1984.

O binômio industrialização e urbanização, e a necessidade da geração de energia, impulsionaram o complexo de usinas do sertão do São Francisco, configurando com suas singularidades seu centro migratório da população preta, parda em sua maioria, para estas novas páginas dos acontecimentos raciais na história da formação indentitária da sociedade brasileira.

Seguindo a análise do perfil sociocultural do operariado nesta década, a fotografia registrada no CDOC que está à esquerda, apresenta operária, natural do Estado de Pernambuco, solteira, que apresenta fenótipo preto, que exercera a função de atendente de hospital e no contínuo de constituição familiar numerosa. A fotografia à direita registrada no CDOC, apresenta operária, natural do Estado da Paraíba, solteira, que apresenta ser fenotipicamente parda, que exercera a função de professora. A composição do feminino na década em análise se firma à medida que a estatal diversifica sua rede de serviços, entretanto, prevalece o contingente masculino do operariado.

**Figura 44** - A força e talento femininos, estão chegando na região franciscana.

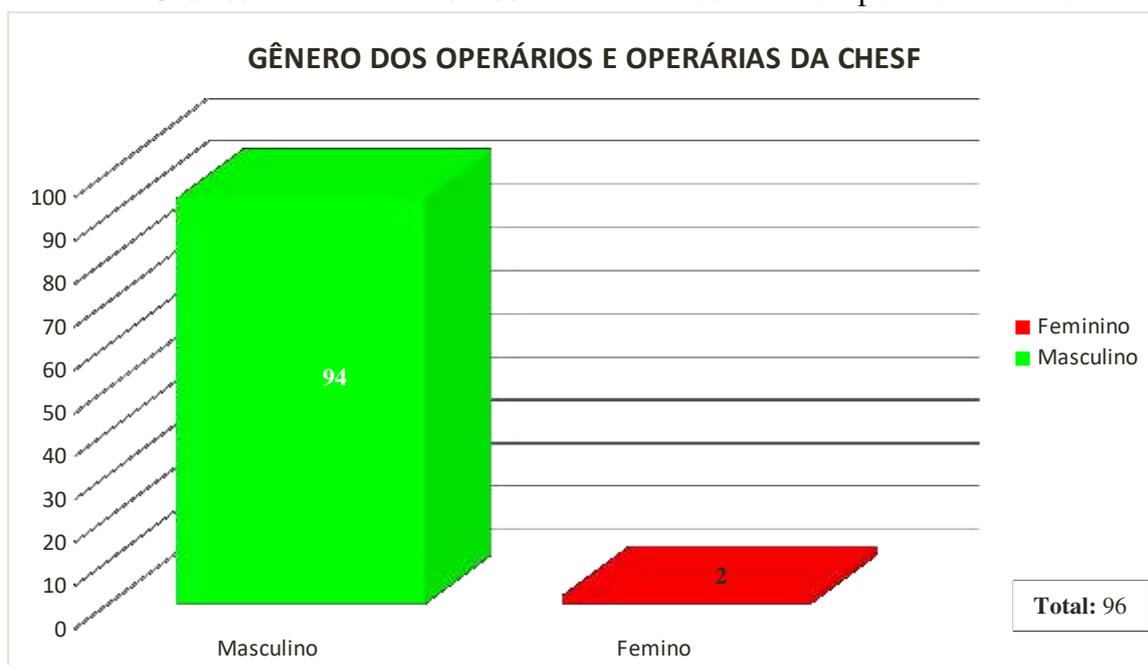
COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO RIO SÃO FRANCISCO		REGISTRO DE EMPREGADO															
	NOME <b>EDITE CAVALCANTE SILVA</b> PAI <b>Jose Tenorio Cavalcante</b> FILIAÇÃO <b>Mãe Sofia Maria Cavalcante</b> ESTADO CIVIL <b>Solteira V.V.</b> IDADE DATA DO NASCIMENTO <b>2 de Abril de 1937</b> NACIONALIDADE <b>Brasileira</b> LUGAR DO NASCIMENTO <b>Floresta</b> DATA DA CHEGADA AO PAIS CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL <b>Atendente Hosp</b> SINDICATO A QUE PERTENCE		NOME <b>TEREZINHA RAMOS REINALDO</b> PAI <b>Amuriano Ramos Galvão</b> FILIAÇÃO <b>Mãe Laura Ramos Reinaldo V</b> ESTADO CIVIL <b>Solteira</b> IDADE DATA DO NASCIMENTO <b>18 de Agosto de 1938</b> NACIONALIDADE <b>Brasileira</b> LUGAR DO NASCIMENTO <b>Monteiro</b> DATA DA CHEGADA AO PAIS CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL <b>Professora J</b> SINDICATO A QUE PERTENCE														
CART. PROFISSIONAL N.º <b>13314</b> <b>VV</b> SÉRIE <b>1008</b> CART. RESERVISTA N.º DE MATRÍCULA SINDICAL CATEGORIA	BENEFICIÁRIOS <table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>José Peixoto de Silva</b></td> <td><b>Espos</b></td> </tr> <tr> <td><b>Edna Cavalcante Silva</b></td> <td><b>Filha</b></td> </tr> <tr> <td><b>Edson Peixoto Cavalcante</b></td> <td><b>Filho</b></td> </tr> <tr> <td><b>Juciara Peixoto Cavalc. Silva</b></td> <td><b>Filha</b></td> </tr> <tr> <td><b>Sandra F. Cavalcante Silva</b></td> <td><b>Filha</b></td> </tr> </tbody> </table>	NOME	GRAU DE PARENTESCO	<b>José Peixoto de Silva</b>	<b>Espos</b>	<b>Edna Cavalcante Silva</b>	<b>Filha</b>	<b>Edson Peixoto Cavalcante</b>	<b>Filho</b>	<b>Juciara Peixoto Cavalc. Silva</b>	<b>Filha</b>	<b>Sandra F. Cavalcante Silva</b>	<b>Filha</b>	CART. PROFISSIONAL N.º <b>47238</b> SÉRIE <b>1138</b> <b>Ba</b> CART. RESERVISTA N.º CATEGORIA	BENEFICIÁRIOS <table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> </tr> </thead> <tbody> </tbody> </table>	NOME	GRAU DE PARENTESCO
NOME	GRAU DE PARENTESCO																
<b>José Peixoto de Silva</b>	<b>Espos</b>																
<b>Edna Cavalcante Silva</b>	<b>Filha</b>																
<b>Edson Peixoto Cavalcante</b>	<b>Filho</b>																
<b>Juciara Peixoto Cavalc. Silva</b>	<b>Filha</b>																
<b>Sandra F. Cavalcante Silva</b>	<b>Filha</b>																
NOME	GRAU DE PARENTESCO																
CART. IDENTIDADE <b>1003594-SSPBA</b> N.º <b>CS. A RH. +</b> CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL N.º CARTEIRA DO I.A.P. N.º <b>11179616</b> TÍTULO DE ELEITOR <b>2-84ª Sec. 18ª</b> N.º <b>4793 - Ba.</b> IMPRESSÃO DIGITAL <b>101007955/20</b> Qual n.º de CIG: <b>12768305-30</b> ASSINATURA DO EMPREGADO <b>Edite Cavalcante</b> <b>13.01.91</b> DATA DA DISPENSA <b>003050</b>	CART. IDENTIDADE <b>666557-SSPBA</b> N.º <b>CS. O RH. +</b> CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL N.º CARTEIRA DO I.A.P. N.º <b>11187459</b> TÍTULO DE ELEITOR <b>2-84ª Sec. 20ª</b> N.º <b>510238</b> IMPRESSÃO DIGITAL <b>88012567505/49</b> ASSINATURA DO EMPREGADO <b>Terezinha Ramos</b>																

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Na constituição do operariado na década de 51-60, em termos quantitativos mostrou-se uma presença inexpressiva do sexo feminino, pois do total de 96 dossiês analisados, só foi registrada a presença de 2 (duas) que ocupavam funções administrativas. Dos dois registros, uma operária exercia a função de professora, o que de alguma forma, expressa a preocupação da estatal com o processo de escolarização do operariado e suas famílias.

Mulheres vão ocupando sistematicamente na constituição laboral da Chesf, no sertão do São Francisco, motivadas pelo avanço das relações e dos serviços, constituindo assim uma força expressiva da mão de obra na estatal.

**Gráfico 1** - Década de 51-60 – Eram muitos homens e poucas mulheres.



Fonte: Elaborada pelo autor.

No Gráfico 1, constata-se na década de 51-60, uma predominância masculina, como mostrado anteriormente, nas atividades laborais executadas pela empresa. Evidencia-se um total de 94 (noventa e quatro) operários de sexo masculino e 2 (duas) do sexo feminino. Apesar de não ser uma variável que ocupe o centro da problemática e das teias de relações raciais investigadas, servem como luzes da incorporação braçal refletida na iniciante ordem competitiva empreendida pela Chesf, a força da cor da pele parece ser preponderante na sua lógica de admissão, porque não dizer dos corpos pretos para lapidarem as pedras e rochas no sertão.

Os dados também apontam que a presença feminina ganhara maior visibilidade e necessidade com a implantação da rede de serviços de saúde e educação no interior do acampamento, que serviram para atrair e manter o operariado no sertão. Ressaltamos que, no universo pesquisado até este momento, há apenas um registro de uma operária que foi admitida como auxiliar de secretaria e posteriormente passou a ser professora na rede de escolas montadas pela empresa. A presença hegemônica masculina talvez esteja vinculada aos trabalhos inicialmente braçais e à própria natureza do processo civilizatório feitos na região por homens ou pela “tradição cultural” da exaltação do “Pater” do homem e a invisibilidade ou silenciamento do feminino.

Conforme manifestamos anteriormente, esta não se configura como uma variável que ocupe o centro da problemática e das teias de relações raciais investigadas, mas serve como

luzes da incorporação braçal refletida na iniciante ordem competitiva empreendida pela Chesf, a força da cor da pele parece ser preponderante na sua lógica de admissão, porque não dizer, dos corpos pretos e pardos para se misturarem às pedras e rochas no sertão.

O estado civil do operariado é uma variável relacionada com a idade e a escolaridade, que dão uma dimensão da necessidade de mão de obra para o trabalho da força física e neste aspecto em uma dimensão velada, a presença do operariado preto e pardo na década de 51-60 reflete-se com a construção da estrutura psicossocial da escravidão e da pós-abolição do corpo como sendo o critério preponderante para o mundo do trabalho, na nascente ordem competitiva dentro e fora da Chesf.

Nos dados acerca dos operariados casados, constatou-se que muitos contraíram matrimônio após sua inserção nas estruturas da Chesf, com a sua estabilidade no mundo do trabalho, além das questões culturais e de alguma forma pela sutileza da compreensão moral da empresa, expressa nesta narrativa de um de seus presidentes: “por questões morais e de família é necessário separar os homens casados dos solteiros”.

Os adultos... a estes, a Chesf garante moradia, sendo aos casados, em pequenas casas, e aos solteiros, em alojamentos próprios. Entretanto, por motivo de disciplina e respeito social, só é permitida a maioria no acampamento de famílias regularmente constituídas, pelo casamento civil ou religioso. E quando só este último é a base da família, é promovido a realização do casamento civil por conta da Chesf (Sales, 1951, p. 155).

E ainda: “Os homens do Nordeste são rudes, corajosos e trabalhadores, mas descuidados e talvez fatalistas, o número de acidentes leves é elevado, devido a falta de cuidado dos operários” (Sales, 1951, p. 155).

A estatal, em diferentes contextos de oportunidades através das publicações e falas dos seus dirigentes, linearmente percorre o caminho de uma concepção pessimista e fatalista dos humanos nordestinos e sertanejos, e esta transita entre atraso, indisciplina, e pouca habilidade para o trabalho moderno, que a estatal almejava implantar no sertão. Entretanto, há uma exaltação da força, do corpo, para o trabalho, numa evidente demonstração dicotômica entre a força e os saberes. O preconceito racial imputado pela estatal é perene na linha tênue de sua narrativa acerca da natureza bruta e de seu domínio sobre os humanos no sertão.

A questão da natureza e outras variáveis socioculturais, a exemplo de escolaridade, mostra-se no conjunto da relação Chesf e operariado, a preocupação com indagações morais, a necessidade de formação de família nuclear como modelo para o processo de disciplina e manutenção dos operários no sertão de Paulo Afonso.

Prosseguindo nossa análise, outra pertinente dimensão imputada pela estatal nas relações, prevaleceram as de natureza pessoais mais do que institucionais entre a hierarquia dirigente e seu operariado. A empiria revelou que o critério para admissão era permeado pelas relações de apadrinhamento, este se constituindo um dos atributos socioculturais da sociedade brasileira, particularmente no Nordeste e no Sertão. É relevante a expressão: “admitido por ordem do senhor, do doutor”. Este fato como podemos perceber posteriormente, perpassará as relações dentro e fora da empresa, o operário já está inserido na chamada modernidade estatal com o resquício de relações coloniais entre o senhor que manda e o operário preto e pardo que obedece.

**Figura 45** - Cabelos penteados, rosto fotografado.

<p>Nome <u>Eronides Vieira Matos</u></p> <p>Cart. Prof. Nº. <u>3068</u></p> <p>Cert. Reservista:</p> <p>Nacionalidade <u>Brasileira</u></p> <p>Data do Nascimento <u>11 de Março</u></p> <p>Local do Nascimento <u>Gloria Bah</u></p> <p>Filiação { Pai <u>Eliário Vieira Matos</u> Mãe <u>Rita Teixeira Lima</u></p> <p>Graduação <u>Assina o nome</u></p> <p>Cargo <u>Ajudante Centro Telefônico</u></p> <p>Salário-hora-Cr\$. <u>5,00 = 6,00 = 9,50</u></p> <p>Data da admissão <u>22/8/55</u></p> <p>Admitido por ordem do sr. <u>Dr. Kerr</u></p> <p>Data da saída _____ Motivo: _____</p> <p>Beneficiários <u>Pais e irmãos - Brotildes - Gu</u></p> <p>Endereço: <u>Rua E-nº 22-CRISP. Paulo Al</u> <u>Doc. Aprest. O acima</u></p>	<p>Nome <u>Alison Leal de Carvalho.</u> 0030</p> <p>Cart. Prof. Nº. <u>47.944</u> <u>113</u></p> <p>Cert. Reservista: _____ Serie <u>1º (MENOR)</u></p> <p>Nacionalidade <u>Brasileira</u></p> <p>Data do Nascimento <u>18 de Maio de 940</u></p> <p>Local do Nascimento <u>Salgueiro</u></p> <p>Filiação { Pai <u>Francisco Domingos de Carvalho</u> Mãe <u>Antonia Leal Carvalho</u></p> <p>Graduação <u>Sabe ler e escrever</u></p> <p>Cargo <u>Aprendiz Oficina Mecânica - At. (Tomiro 2º)</u></p> <p>Salário-hora-Cr\$. <u>2,50 = 4,50 - 6,50 - 8,50 - 13,50 - 15,00</u></p> <p>Data da admissão <u>3 de Novembro de 955</u></p> <p>Admitido por ordem do sr. <u>Dr. SOUZA.</u></p> <p>Data da saída _____ Motivo: _____</p> <p>Beneficiários <u>Pais e irmãos.</u></p> <p>Endereço: <u>Rua B Nº 16. Acampamento da C.H.E.S.F.</u> <u>Apresentou Cert. de Nascimento Nº 6507-Comarca</u></p>
--	---

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

O documento da esquerda, registra um operário natural de Glória-Bahia, admitido em 22 de agosto de 1955, de características físicas predominantemente pretas, que *assina o nome* e exerceu a função de ajudante do centro de telefonia. A segunda imagem, na direita, apresenta um operário natural de Salgueiro-Pernambuco, *sabe ler e escrever*, que exerceu a função de aprendiz de oficina mecânica.

A marca da composição dos anos 51-60, é uma íntima relação entre a escolaridade, exercício da função e identidade racial preta e parda do operariado, associada à necessidade

predominante do trabalho braçal, que marcou o início da instalação da Chesf na região do São Francisco.

Os critérios de admissão do operariado da Chesf, até os anos 80, eram bastante difusos, não havendo instrumentos de moderna e racional organização. Este aspecto também é percebido com frequência nos relatos dos entrevistados que se encontram e serão analisados em outra seção desta pesquisa. Nos nossos registros, esta característica sociocultural de uma sociedade autoritária do “mando do senhor”, não foi encontrada em documentos referentes ao operariado branco que ocupava funções de prestígio social na empresa.

Identifica-se nos documentos abaixo, à esquerda operário admitido no ano de 1955, de característica física preta, natural de Santana do Ipanema em Alagoas, que exercia a função de trabalhador de campo. À direita, operário admitido no período de 1956, fenotipicamente preto, natural de Floresta em Pernambuco, que também exerceu o ofício de trabalhador de campo.

No período analisado, a estrutura familiar, especialmente no tocante ao número de filhos, as famílias eram numerosas. Apesar de 35 dos operários estarem incorporando-se à empresa em posição de solteiros, dadas as condições socioeconômicas e culturais, decorrentes das relações da empresa, havia um apelo para o matrimônio e a construção familiar, como os dados mostram.

Na fotografia à esquerda disponível no CDOC, revela o operário fenotipicamente preto, natural do Estado de Alagoas, que exercera a função de trabalhador de prole numerosa com a quantidade de 7(sete) filhos. A fotografia à direita disponível no CDOC, demonstra o operário fenotipicamente preto, natural do Estado de Pernambuco, que exercera a função de trabalhador, de prole igualmente numerosa com a quantidade de 13(treze) filhos.

A identidade cultural e racial reforça a ruralidade, baixa escolaridade, o exercício de funções de menor prestígio social e uma estrutura familiar que demanda uma estabilidade territorial e no mundo do trabalho, questões que expressam as vulnerabilidades empregatícias do operariado predominantemente preto e pardo, e, portanto, mais suscetível a não aceitação de sua identidade racial e as marcas do racismo da estatal.

**Figura 46 – Operários em geral, as famílias tinham muita gente.**

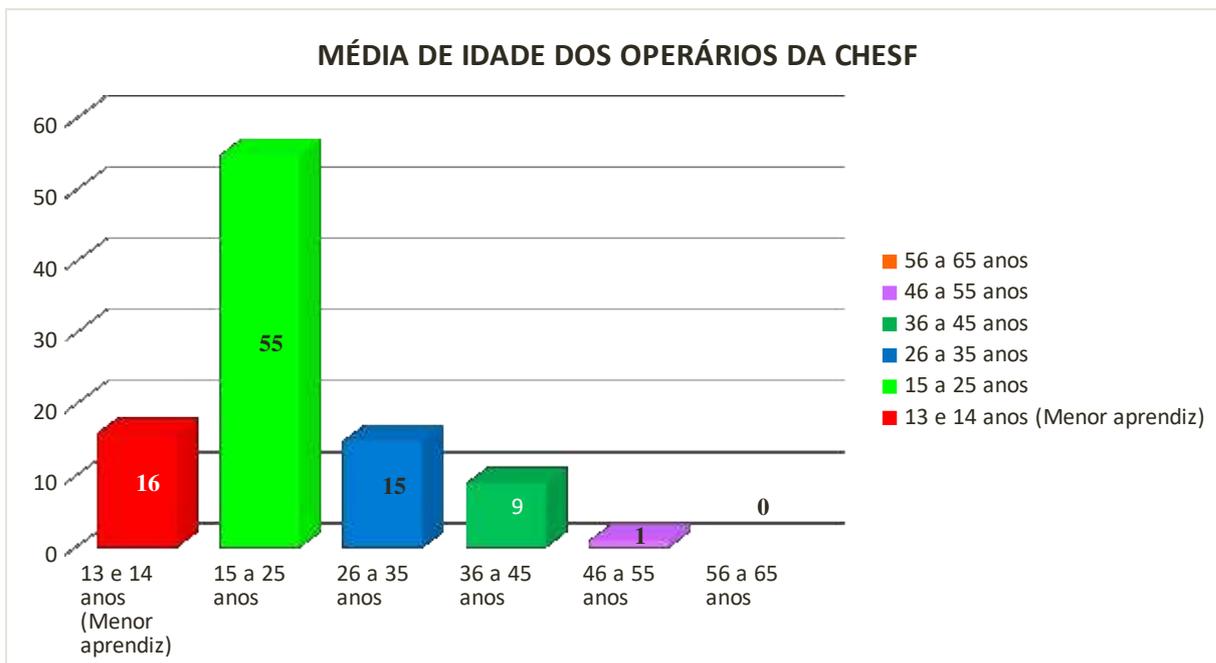
REGISTRO DE EMPREGADO			
 NOME <b>JOÃO JESUINO DA SILVA</b> PAI		 NOME <b>ANTÔNIO JOSÉ FERINO</b> PAI <b>JOÃO FERINO DA SILVA</b>	
FILIAÇÃO MAE <b>Josefa Maria da Conceição</b>		FILIAÇÃO MAE <b>Josefa Maria da Conceição +</b>	
ESTADO CIVIL <b>Solteiro V.V.</b> IDADE <b>18 ANOS</b>		ESTADO CIVIL <b>Casado</b> IDADE <b>32 ANOS</b>	
DATA DO NASCIMENTO <b>26 de Dezembro de 1937</b>		DATA DO NASCIMENTO <b>16 de Julho de 1924</b>	
NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>		NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>	
LUGAR DO NASCIMENTO <b>S. Ipiranga</b> ESTADO <b>Alagoas</b>		LUGAR DO NASCIMENTO <b>Floresta</b> ESTADO <b>Pernambuco</b>	
DATA DA CHEGADA AO PAIS		DATA DA CHEGADA AO PAIS	
CART. PROFISSIONAL N.º <b>18095 VV.</b> SÉRIE <b>101A</b>		CART. PROFISSIONAL N.º <b>34612</b> SÉRIE <b>101A</b>	
CART. RESERVISTA N.º <b>824169-0</b> CATEGORIA <b>3ª</b>		CART. RESERVISTA N.º <b>76052</b> CATEGORIA <b>3ª</b>	
N.º DE MATRÍCULA SINDICAL		N.º DE MATRÍCULA SINDICAL	
RESIDÊNCIA		RESIDÊNCIA	
BENEFICIÁRIOS			
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO
<b>Maria do Carmo W. da Silva</b> Esposa <b>10.10.10</b> F			
<b>Paulo Roberto N. Silva</b> Filho <b>20.12.57</b> M			
<b>Tania Maria Novaes da Silva</b> Filha <b>23.03.65</b> F			
<b>Teina Novacida Silva</b> Filha <b>25.05.66</b> F			
<b>Silvana Novaes da Silva</b> Filha <b>30.06.67</b> F			
<b>FLAVIO ROBERTO NOVAES DA SILVA</b> Filho <b>14.05.69</b> M			
<b>Frederico Roberto Novaes da Silva</b> Filho <b>08.07.71</b> M			
<b>Amendes Novaes da Silva</b> Filho <b>19.09.73</b> F			
BENEFICIÁRIOS			
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO
<b>Maria Joaquina Ferino</b> Esposa <b>15.07.29</b> F			
<b>Luiz Alberto Ferino</b> Filho <b>20.06.51</b> M			
<b>Maria Edileusa dos Anjos</b> Filha <b>06.08.47</b> F			
<b>José Antônio</b> Filho <b>16.09.48</b> M			
<b>Haniel Antônio</b> Filho <b>19.04.49</b> M			
<b>Francisco Antônio</b> Filho <b>19.04.52</b> M			
<b>Maria Consuelo dos Anjos</b> Filha <b>26.06.53</b> F			
<b>Maria das Dores Ferino</b> Filha <b>12.08.58</b> F			
<b>Maria das Graças Ferino</b> Filha <b>13.04.59</b> F			
<b>Eva Maria Ferino</b> Filha <b>13.08.60</b> F			
<b>Antônio José Filho</b> Filho <b>18.10.61</b> M			
<b>Luiz Roberto Ferino</b> Filho <b>20.02.64</b> M			
<b>Angela Maria Ferino</b> Filha <b>24.08.64</b> F			
<b>Carlos Antonio Ferino</b> Filho <b>22.02.67</b> M			
ASSINATURA DO EMPREGADO			
DATA DA DISPENSA <b>003859</b> <b>27.05.91</b>			

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

A família e a quantidade de filhos corroboram-se em relação ao perfil sociocultural do operariado preto e pardo deste período, que na sua ampla maioria composta de solteiros, e em virtude das questões do mundo do trabalho, a possível estabilidade desta relação estava mais motivado a formar família de prole numerosa.

A estrutura familiar obedece às características socioculturais da formação identitária do Nordeste, de famílias nucleares, com quantidade expressiva no número de filhos, e esta dimensão sociocultural é marcante na composição do operariado, especialmente no período compreendido entre os anos de 1951-1960.

**Gráfico 2 - Década de 50-60 – Corpos jovens: a juventude no desenvolvimentismo da região.**



Fonte: Elaborada pelo autor.

Prosseguindo nossa análise acerca do perfil sociocultural do operariado no decênio, o Gráfico 2, evidenciou-se que a nascente ordem competitiva no interior da Chesf, especialmente, no período inicial de suas instalações, na década de 1951-1960, não tinha critérios tão rígidos para admissão do operariado nas suas atividades. A constituição da força de trabalho, nessa conjuntura sertaneja é marcada pela presença de menores aprendizes: com a média de idade de 13-14 anos, identificou-se uma presença de 16 operários, enquanto que entre 15-25 anos, registrou-se 55 (cinquenta e cinco) operários que não se percebem a mesma intensidade nas décadas seguintes. Prosseguindo, houve uma presença de 15 (quinze) operários com média de idade de 26 a 35 anos. Dentre o contingente de operários distantes desse espectro mais jovem da estatal, identifica-se 9 (nove) entre 36 a 45 anos e apenas 1 (um) entre 46 e 55 anos.

Observa-se que houve uma formação predominantemente jovem para o contexto, que eram recrutados para nascente implantação da Chesf na região do São Francisco dentro deste contínuo, de naturalidade, escolaridade, etnia, raça e cor. A Chesf na sua fase inicial e pela necessidade de mão de obra, incorporava em sua estrutura um contingente sem critérios bem definidos.

A classificação racial fluida segue no imaginário individual e coletivo operariado da Chesf exposto no seu conjunto, particularmente, nas décadas iniciais da construção das

barragens e das usinas seguem a longa tradição da sociedade brasileira e as heranças do racismo e discriminação velada ou explícita, o que coaduna com toda a literatura das relações raciais de Fanon (2008), Telles (2003), Moura (1984), Domingues (2010) e Ramos (1960) dentre o conjunto que fundamenta essa construção científica, e com o aspecto da narrativa do sertão invariavelmente representado como um lugar sem vida, avesso à civilização, brutaliza-se o humano em meio à nascente ordem competitiva dentro e fora dos sentidos da Companhia.

A realidade empírica denota a natureza da formação racial do operariado que pelo fenótipo, acrescidos das variáveis como: idade, escolaridade, origem, ocupação inicial de pretos e pardos nas teias de relações da Chesf com seus processos e empreendimentos no Sertão. Observa-se, talvez um dos pilares da complexidade da questão racial e identitária, aqui quem confere a classificação?

A classificação racial brasileira é baseada na aparência e geralmente com base em categorias que são utilizadas de forma inconsciente. No Brasil, muitas pessoas com ascendência africana são classificadas ou se identificam como brancas, pois raça se baseia principalmente na cor da pele de uma pessoa e sua aparência física, e não na descendência africana.

Nessa mesma direção, de uma concepção popular sobre raça e racismo no Brasil, Pierson (1971) cita um antigo ditado popular “quem escapa do branco, negro é”, está agora em grande parte substituído, como diz Freyre, pelo ditado mais brasileiro “quem escapa do preto, branco é”. Para expressar essa diluição do racismo que a empiria observou no operariado nas estruturas da Chesf, ainda segundo o autor, numerosas expressões populares surgiram para designar alguns tipos intermediários que a extensa mistura já produziu. Esses termos descrevem mais exatamente que as categorias oficiais são as variações de tipos. As categorias oficiais como vimos se limitam a três: branco, preto e pardo; mas a linguagem comum acrescenta-lhes “cabra”, ou “caibra”, “cabo verde”, “sará” e moreno.

Mas o negro da classe baixa julgava o moreno quase idêntico ao pardo, e uma parda da classe baixa considerava o moreno escuro que o pardo. Ao passo que outros indivíduos distinguem uma entre duas classes de morenos: claros escuros, a textura do cabelo e mais importante que a cor da pele, na classificação do indivíduo. Frequentemente se ouve na Bahia a expressão: “Ele é um pouco escuro, mas o cabelo é bom” (Pierson, 1971, p. 196.).

A longa tradição brasileira de um racismo visível e invisível, que marca nossas estruturas e subjetividades, nesse aspecto, Moura (1988), esse sistema classificatório racista

foi codificado, institucionalizado, atuou durante 500 anos, criando mecanismos de barragem étnica que foram estabelecidos historicamente contra o preto na sociedade branca.

Ramos (1964), Fanon (2008), Domingues (2010) e Schwartz (2010), dentre outros, asseguram que o negro foi obrigado a disputar sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica numa sociedade racista, onde o misto de resistência e incorporação fazem parte de um cenário difuso em que a subjetividade se confunde com estruturas que desqualificam. No ato de negação há uma afirmação.

Para efeito de nossa investigação a aparência foi um critério preponderante, que fundamenta nossa classificação racial do operariado da Chesf, tanto na identificação das imagens contidas nos dossiês e fichas de admissão, como também, no conjunto de imagens no interior da obra, as relações do mundo do trabalho e outras variáveis vinculantes, como, a escolaridade, as funções exercidas, as ocorrências disciplinares, a residência, os acidentes de trabalho, especialmente nas décadas de 1950 até 1970, no período de sua implantação, pois se necessitava muito mais da força física para romper as pedras. E efetivar a sua ação de progresso desenvolvimentista no Sertão.

Percorrendo a análise do perfil sociocultural, a fotografia apresenta fenotipicamente preto, que exercera a função de operário de campo com seu chapéu de palha de origens nordestina e sertanejas, rurais, com um olhar firme para a infinitude do horizonte. Uma das poucas imagens registradas individualmente dos operários denominados cassacos, que compuseram hegemonicamente a mão de obra nos anos 50 a 70. Cassaco objetificado e animalizado que sentiam na pele predominantemente através das relações do mundo do trabalho o peso do racismo na estatal.

**Figura 47** - Cassaco, olhar sereno, peles pretas a sonhar.



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Neste sentido para Burke (2004), refletindo um pouco, pode ser sugerido como tem sido feito no caso da transição das imagens orais para as impressas, que a imagem em preto e branco, usando uma famosa expressão de Marshall McLuhan, é uma fonte mais serena de comunicação que a colorida, que é mais ilusionista, e estimula um certo distanciamento por parte do observador. Os registros empíricos, especialmente iconográficos, perpassam toda a nossa construção de investigação, uma vez que a Chesf, como dito em outros momentos, registrava a partir de suas lentes, a sua trajetória e a do seu operariado no sertão do São Francisco. Pelas condições técnicas da época, o preto e branco, não conduz o olhar à sedução imagética, como o colorido do mundo moderno:

Sem eles pintados ou fotografados, os retratos registram não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances espaciais. Porém, exatamente por essa razão, eles fornecem evidência inestimável a qualquer um que se interessa por histórias de esperanças, valores e mentalidades sempre em mutação (Burke, 2004, p. 34-35).

A estatal, não só construiu usinas e barragens, ela narrou, registrou e difundiu uma percepção de ser humano e sociedade, expressos com maior nitidez, na ideia do trabalho e na exposição dos corpos de operários pretos e pardos.

O monumento construído pela Chesf e localizado na então Rua da Frente, sendo esta a primeira avenida construída pelos de fora do acampamento, o que representa uma das expressões segregacionistas e racistas da estatal na narrativa e invenção de Paulo Afonso. Atualmente a rua da frente é denominada Avenida Getúlio Vargas e essa imagem de homens em pedra, não se constitui nas diferentes difusões nas imagens identitárias do município.

Neste sentido, agentes de turismo, restaurantes, mídias sociais, o poder público, instituições educacionais difundem o imagético do touro e da sucuri (ver Figura 6) e da cachoeira como representação hegemônica do território. A natureza sobrepõe aos humanos expressando assim a invisibilidade do operariado pardo e preto, que na condição de cassaco exerciam as funções consideradas inferiores.

**Figura 48** - Cassacos marteleiros: homens em pedras e as pedras nos homens.



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 49** – Pós-abolição, uns sim outros não: Do canavial aos canteiros de obras no sertão.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Este imagético também é bastante significativo, pois evidencia os corpos marcados por suas origens ancestrais, na qual a aparência está cravada na sua condição de etnia, raça, cor e classe social. A escavação das usinas, como se é apresentada na figura, foi realizada para gerar a sonhada energia da moderna ordem competitiva no sertão do São Francisco. Os corpos pretos, semivestidos, sem os devidos equipamentos que protegem sua condição humana, diferentemente dos brancos equipados para a atividade, que mantém o olhar vigilante para o operariado. Destacamos três operários, na posição frontal, um deles usando um chapéu de couro, outro utilizando um boné e um último usando um chapéu de tecido, sutilmente de olhar perceptível, em que provavelmente perceberam e fizeram uma *pose para as lentes da fotografia*.

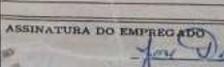
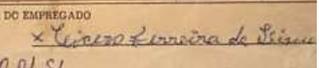
Para Fernandes (2008), a cor e outros caracteres raciais serviram como sistema de referência para mantê-lo como um estrato social inferior, que não tinha acesso aos padrões de vida e as garantias sociais desfrutadas por outros grupos nacionais étnicos. Este sistema fluido de classificação identitária do operariado da Chesf, manifesta a questão da origem, escolaridade, função inicialmente exercida na construção das usinas, sobre o manto da necessidade imperiosa de mão de obra no sertão, une um misto de invisibilidade da etnia, cor e raça sobre a égide do discurso de classe social e a elevada estratificação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Fanon (1988) que reflete acerca do racismo e colonialismo e complexo de inferioridade interiorizado pelo negro, na busca de tornar-se um outro, após um complexo processo de dimensões econômicas e pela epidermização dessa inferioridade, onde por um lado o negro quer ser branco, e por outro, resiste e luta para descobrir sua alteridade na busca incansável para descobrir o sentido de sua existência e de sua identidade. Ainda para o referido autor, o preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça para outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, como a cor e o sinal e exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados sem se levarem em conta suas aquisições educativas e sociais, o preto sente o peso de sua melanina diante do olhar do branco.

A figura, consta-se o sistema classificação racial no *continuum* de cores de branco ao preto. A ficha de admissão não reservava campo específico para as categorias raciais, portanto a classificação nesta investigação se fundamenta na aparência física, a cor da pele, o maior órgão do corpo humano. A percepção das diferenças fenotípicas (cabelo, nariz, olhos), é também estruturante para o racismo e estabelecendo a conexão com as variáveis sociopolíticas, econômicas e culturais, como origem, escolaridade, função, residência e o olhar vigilante da Chesf, sobre o operariado de campo, imbricando diretamente com a natureza e toda simbologia de representação do sertão.

A descrição do operário codificado através das fotografias dos seus fenótipos, que tramitam entre a negritude, a fluidez do pardo dentro desse racismo brasileiro e a sertaneja que induz a negação da etnia, cor e raça. Entretanto, aos olhos da literatura e de certa forma, da visão popular, a expressão identitária é evidente.

**Figura 50** – Anos 50-60: tinham pretos por toda a parte.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		REGISTRO DE EMPREGADO	
			
NOME JOSÉ DOMINGOS DOS SANTOS PAI João Domingos dos FILIAÇÃO MAE Antonia Gomes de S ESTADO CIVIL Solteiro V.V. DATA DO NASCIMENTO 24 de Outubro NACIONALIDADE Brasileira LUGAR DO NASCIMENTO Arcoverde		NOME AUGUSTO FERREIRA DE LIMA PAI Augusto Ferreira Lima FILIAÇÃO MAE Lucilina Maria de Conceição ESTADO CIVIL Solteiro v.v. IDADE 30 ANOS DATA DO NASCIMENTO 20 de Agosto de 1930 NACIONALIDADE Brasileira LUGAR DO NASCIMENTO União dos Rios ESTADO Alagoas	
CART. PROFISSIONAL N.º 18098 V.V. SÉRIE 1ª		CART. PROFISSIONAL N.º 67475 VV SÉRIE 100 BA	
CART. RESERVISTA N.º 733246 CATEGORIA AM		CART. RESERVISTA N.º 922925-SSPBA CATEGORIA GS, O RH. +	
CART. DE MATRICULA DE IDENTIDADE N.º 4 69630-SSPBA N.º GS, O RH. +		CART. DE MATRICULA DE IDENTIDADE N.º 922925-SSPBA N.º GS, O RH. +	
CART. DE TITULO PROFISSIONAL N.º CARTEIRA DO I.A.P. N.º 11179716 TITULO DE ELEITOR N.º 6156 B4 IMPRESSAO DIGITAL N.º 0010570655/87		CART. DE TITULO PROFISSIONAL N.º 922925-SSPBA N.º GS, O RH. + CARTEIRA DO I.A.P. N.º 13971652 TITULO DE ELEITOR N.º 10675-1-01 N.º 922925-SSPBA IMPRESSAO DIGITAL N.º 043768465/20	
ASSINATURA DO EMPREGADO 		ASSINATURA DO EMPREGADO 	
BENEFICIARIOS NOME Maria Cícera Lins Santos Sandro Rogério Lins dos Santos Selma Rejane Lins dos Santos Sergio Roberto Lins dos Santos		BENEFICIARIOS NOME GRAU DE PARENTESCO DATA DO NASC. Maria Cícera Lins Santos Mãe 20/07/52 Sr. Cristiano Dantas de Lima Filho 21/07/68 Sr. Sandro Dantas de Lima Filho 31/7/70 Srta. Jo. Cassia Dantas de Lima Filha 24/02/73 Srta. Cícera Dantas de Lima Filha 13/07/75 Sr. Cícera Dantas de Lima Filha 29/08/76 Paulo César Dantas de Lima Filho 21/11/82	
DATA DA DISPENSA 80.01.51		DATA DA DISPENSA 010758 20/01/1	

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Seguindo suas análises, Fanon (1984) é na corporeidade que se atinge o negro, pois o negro não passa da condição biológica. E um animal. Viveu nu e só Deus sabe. A coisificação e animalização do corpo do negro que se dá em diferentes contextos e sentidos provocando este jogo ambivalente de aceitar-se e negar-se em relação a um outro, o branco, como se o negro tivesse que provar sua branquidão para afirmar sua existência, estas dimensões do inconsciente e das marcas subjetivas do racismo. A denominação de cassaco para referir-se ao operariado preto e pardo no interior das fendas das pedras, no processo de construção de usinas barragens está dentro desta herança, o de animalização resultante em geral de todo o processo de colonização<sup>33</sup>.

Para Fanon (2008), às vezes esse maniqueísmo chega ao extremo da sua lógica e desumaniza o colonizado. Propriamente falando, animaliza-o e, na realidade, a linguagem do colono, quando fala do colonizado é uma linguagem zoológica. Ainda nesse contexto de

<sup>33</sup> Em a dialética do negro, Moura ressaltou na estrutura do Brasil escravista, havia uma complexa estratificação no interior do trabalho escravo a saber: a escravo de eixo ou destinado às atividades extrativistas nas fazendas, escravo de mineração, escravos domésticos nas cidades e nas casas-grandes, caçadores, amas de leite, cozinheiras, escravos de ganho nos centros urbanos, médicos, médicas, prostitutas, mendigos; outros tipos de escravos, como de canto, soldados, aluguel; d) escravos do Estado.

atribuir ao preto uma dimensão animalesca, Moura (1998) retoma para análise sociológica do racismo a estrutura do trabalho colonial e as relações do trabalho escravo. Nesse sentido em geral na literatura, ao se analisar o racismo remete-se à escravidão e suas marcas e heranças estruturais e subjetivas

Para Moura (1984), o escravo é socialmente coisificado, não havia contrato, mas posse absoluta de seu corpo como propriedade de pessoas. Todo trabalho produzido por ele durante todo o seu decurso da sua vida, não lhe pertencia, nada reverteria posteriormente para ele e que faz conexões com as teses de Fernandes das heranças deixadas pelo período colonial e mesmo o pós-abolição, a passagem da escravidão para o trabalho livre, não afetou os interesses das oligarquias e nem significou uma adaptação do preto às novas formas de trabalho, portanto posteriormente as elites irão optar por uma solução alternativa, que não alterasse a posse da terra, a alternativa foi a vinda dos imigrantes<sup>34</sup>.

A Classificação racial pela aparência, pelas imagens constata-se a presença preta no interior da empresa pelo fenótipo: a cor e forma do corpo, nariz, olhos, cabelos, contudo até então pelos documentos analisados, não foi possível uma classificação identitária precisa, uma vez que nas fichas cadastrais, não têm a opção: cor, raça, etnia. Neste sentido, segundo Telles (2003) desde 1950, o IBGE aplica as categorias de branco, pardo, preto e amarelo, e em 1991 e 2000, inclui a categoria indígena [...]. Enquanto os termos brancos e pretos se referem aos extremos desse *continuum* de cores, a categoria parda utilizada pelo censo acomoda os vários termos do discurso popular que definem aqueles de mistura racial. Como acontece com os censos em geral, acredita-se que os censos brasileiros moldam a visão nacional a respeito de raça. Além de contabilizar a população, os censos nacionais são importantes, porque estabelecem e institucionalizam categorias que podem se tornar moldes para a diferenciação social e, dessa forma, estruturam as relações raciais e compreensão popular sobre raça.

Através do IBGE se constrói a visão oficial da classificação racial, e nesse sentido como uma das heranças de nossas marcas na carne e no corpo – a escravidão. Averiguou-se que os registros de admissão na Chesf, segue essa lógica.

A figura de admissão do operariado Chesf, corrobora com a classificação racial do operariado, visível e palpável da história, através de imagens (Burke 2004), que oferece ao olhar uma narrativa e interpretação. A iconografia, as imagens que exigem que estas imagens

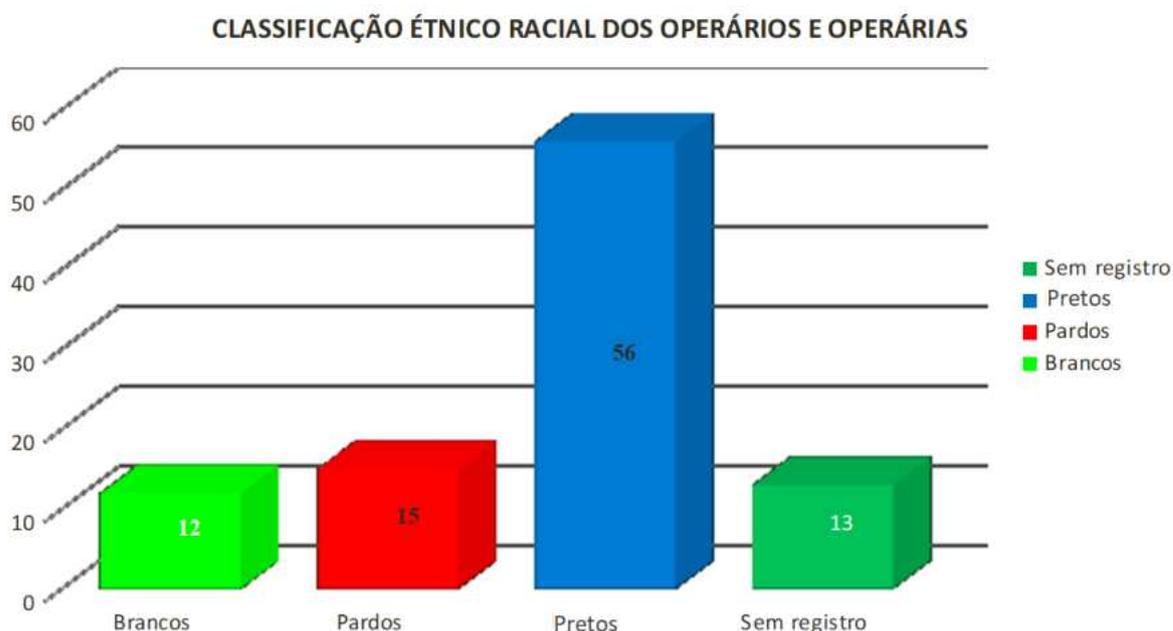
---

34 Ainda para Ramos (1960, p. 157), a prova disto foi resultado da pesquisa nacional por amostra de domicílio realizada em 1980. A autodefinição cento e trinta cores diferentes, dizendo-se desde cor de burro quando fogue e, o fogate lilás meladaruxada para branco e outros designatários bizzarros mistificadores da verdade. Neste sentido Marvin Harris conseguiu registrar nada menos que 492 diferentes termos e significado racial simbólico Brasil..

nos permitam reinserir velhos artefatos no contexto social original, exigindo que os historiadores estudem as pessoas representadas nessas imagens. O registro da admissão do operariado traz estas marcas da pele e sua classificação racial e evidencia sua presença na ordem social estabelecida no sertão, na construção de barragens e usinas hidroelétricas.

Aludido aos dados do Gráfico 3, estão dentro deste contexto de inserção socioeconômica, cultural e simbólica deste contingente de operários pretos, pardos e pobres nas estruturas iniciais da ação da Chesf na região do São Francisco. Nesse recorte temporal das décadas de 50-60, com desdobramentos nas décadas posteriores. Demonstrou-se que no universo de 96 (noventa e seis) dossiês analisados, destes 56 (cinquenta e seis) pretos e 15 (quinze) pardos, refletindo assim, a fluidez da classificação racial na sociedade brasileira podemos também indicar uma população de 71 (setenta e um) pretos para um total de 12 (doze) brancos. A dimensão fundante do modo de produção capitalista, a divisão entre o trabalho manual e trabalho intelectual, com a velada dimensão racial.

**Gráfico 3** - Década de 50-60 – As marcas da cor: a Chesf preta e parda do São Francisco.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Chesf pela sua natureza inicial de trabalho braçal reforçado pelo estereótipo atribuído ao preto robusto para o trabalho e no seu conjunto de funcionários concentrou um operariado racializado, de origem rural e de baixa escolaridade, o que reflete nas diferentes dimensões da imagem e narrativa da Chesf em relação ao operariado preto e pardo.

A identidade étnica do brasileiro e substituída por mitos reificadores, usados pelos próprios não brancos e pretos especialmente, que procuram esquecer ou substituir a própria realidade concreta e dolorosa e enganadora pela magia cromática no qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais que possível dos símbolos criados pelo dominador (Ramos, 1960, p. 64).

A região Nordeste, e o sertão dentro da lógica que por um lado, se alimentava no atraso, na antimodernidade e anticivilização e por outro, na riqueza da cachoeira e das águas de Velho Chico precisava produzir energia para o desenvolvimento, industrial e social, para mover estes sentidos, pessoas de origem rural, atraídos pela necessidade ou pelo desejo vieram de diferentes cantos, especialmente do Nordeste. Apesar da negação e afirmação identitária, este contingente da década de 50-60 na Chesf virou operário, na pele, na etnia, na raça, na cor tinha as marcas ancestrais de pretos, pardos e pretos.

Abrindo as páginas de livros ocultos e desvelados nas marcas da pele e não contextualizados dos atributos, da formação humana e educacional do operariado da Chesf na década de 50-60, o trabalho era hegemonicamente braçal, de pretos, pardos e pretos fora ou dentro de forma precária do sistema de ensino.

Segundo Telles (2003), as diferenças no nível de escolaridade, assim como as diferenças regionais podem ser explicadas pela constituição racial. Nas nossas investigações, nas décadas de 50 e 60, tomando como referência os dados relativos à educação, indicam para uma menor escolaridade entre pretos e pardos em relação aos operários brancos. Na Chesf, o nível elevado de escolaridade e a ocupação de maior prestígio se constituíam na imagem materializada em espelhos de águas invertidas do não racismo. Contudo, os dados pesquisados assinalam para as práticas da discriminação racial que manifestavam-se em larga escala e intensamente no espaço residencial. O nível de educação era vital na Chesf para a distribuição das funções, dos espaços de alimentação, transporte, lazer e educacionais. A categoria classe, ou melhor função laboral, escamoteava o inconsciente institucional, do racismo à sertaneja.

Demonstrou-se, no documento abaixo, a nomenclatura “analfabeta”, de modo geral, era denominado, o modelo clássico da estrutura da educação brasileira, especificamente os operários pretos e pardos, mais uma vez a partir dos critérios estabelecidos pela Chesf, contudo, era muito tênue a distância entre as funções e as relações de mundo do trabalho entre os operários classificados como “analfabetos”, “assina o nome” e “sabe ler e escrever” e suas colocações na complexidade do mundo da empresa no sertão do São Francisco.

**Figura 51** – Tá carimbado: os pretos e pardos sabem ler e escrever e assinam o nome.

Nome	Cart. Prof. Nº.	Serie	Nacionalidade	Data do Nascimento	Local do Nascimento	Pai	Mãe	Instrução	Prendiz	Admissão	Motivo da saída	Endereço
Ailson Leal de Carvalho.	47.944	113	Brasileira	18 de Maio de 1940	Salgueiro	Francisco Domingos de Carvalho	Antonia Leal Carvalho	Sabe ler e escrever	Oficina Mecânica - At. (Tornizo 29)	3 de Novembro de 1955	Pais e irmãos.	Rua B Nº 16. Acampamento da C.E.B.S.P.
José Domingos dos Santos	18.098	19	Brasileira	24 de Outubro de	Arapiraca Arcoverde	João Domingos dos Santos	Antonia Gomes da Silva	Assina o nome	Continuo - Afud. Alcega	16/9/55	Pais e irmãos - Edvaldo	Vila Poty-Paulo Afonso-Bahia

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

A nomenclatura utilizada, “assina o nome”, “sabe ler e escrever”, corrobora com a ótica estatal e da condição sociocultural do operariado que enquadra-se na denominação do “analfabetismo funcional”, contudo, a própria empresa, observando sua narrativa e concepção de ser humano e sociedade encarregava-se de classificar a escolaridade do operariado que legitimava seu olhar e concepção de mundo, especialmente com aqueles que desempenhavam funções de menor prestígio social, apesar do termo também ser empregado em relação ao operariado branco. Na ótica da Chesf, esta denominação era significativamente atribuída na designação e classificação para os pretos e pardos. Racismo era a marca, a sua forma e conteúdo diluídos em diversos sentidos e contextos.

Domingues (2020) referindo-se à nossa longa tradição escravocrata, afirma que desde a abolição da escravidão, nunca se erigiu mecanismos constitucionais legais, refratários aos pretos: todavia estes tinham menos chances de inclusão e mobilidade sociais que os brancos. Assim, não havia motivos para afro-brasileiros acreditarem no tratamento igualitário prometido pela lei: as práticas sociais se encarregavam, sistematicamente, de reintroduzir a desigualdade de oportunidades.

Pretos não só se viam limitados em compensações materiais e morais no engajamento como assalariados, não possuíam razões das convicções que levavam o assalariado encarar o

trabalho organizado, disciplinado e permanente como algo necessário, útil, dignificante. A Chesf criou toda uma rede de formação escolar e profissionalizante que, para além das usinas de pedra e ferro, era necessário se criar um tipo de ser humano para este contexto e desafio.

A escolaridade é uma variável relevante para a ascensão social na condição de classe ou para a mobilidade nas teias da estratificação social. O operário preto e pardo, na década de 51-60, em função de sua formação, não desfrutava das mesmas condições do operário branco, até mesmo porque, num trabalho empírico, não registramos muitos dossiês de operários brancos nas atividades da estatal.

**Figura 52** – A pergunta que não quer calar: eram pretos analfabetos? ou analfabetos porque eram pretos?

The image shows two overlapping forms from the CDOC (Centro de Documentação e Informação) in Paulo Afonso, Bahia. The forms contain personal and professional data for two individuals.

**Form 1 (Left):**

- Nome: Vital Ferreira da Rocha
- Cart. Prof. Nº: 3440, Série: 1011
- Cert. Reservista:
- Nacionalidade: Brasileira
- Data do Nascimento: 22 de Abril de 1934
- Local do Nascimento: R.F. Baixo-P. Indios
- Filiação: Pai: Ignora; Mãe: Maria Balbina da Rocha
- Nível de instrução: Analfabeto
- Cargo: Trabalhador - Servente Clube P. Afonso (28)
- Salário-hora-Cr\$: 3,50 // 2ª-5,00 = 8,50-9,50-11,00
- Data da admissão: 10/7/53 - 2ª-18/11/55
- Admitido por ordem do sr. Dr. Marcondes - 2ª-Dr: S...
- Data da saída: 12/10/53 - Motivo: Admissão servente
- Beneficiários: Pai e irmãos: Maria, Arivaldo, João, etc.
- Endereço: Vila Pety-Paulo Afonso-Bahia
- Doc. Aprest. Cert. Nasc. 16221-Cart. F. Indio

**Form 2 (Right):**

- Nome: Manoel Malta Filho
- Chapa: 3672
- Cart. Prof. Nº: 68098, Série: 55, I. A. P. I.: 9600686
- Cert. Reservista:
- Nacionalidade: Brasileira
- Data do Nascimento: 15 de Fevereiro de 1936
- Local do Nascimento: Buique
- Estado: Pernambuco
- Filiação: Pai: Manoel Malta de Oliveira; Mãe: Zulmira Alves de Amorim
- Nível de instrução: Primária
- Cargo: Trabalhador
- Salário-hora-Cr\$: 8,50-9,50-11,00-13,50-15,00-20,00
- Data da admissão: 22-10-56
- Admitido por ordem do sr. Dr. Iwanow
- Data da saída: 31/03/1991 - Motivo: SEM JUSTA CAUSA, conforme RO/SPMA-029/91.
- Beneficiários: PAIS E IRMÃOS: José-Geraldo-João-Nelson-Sebastião-Jeremias
- Beneficiários: (ESPOSA): Terezinha Gouveia Malta
- Endereço: Garanhuna-Pernambuco
- Doc. Aprest. Os acima

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Observando conexões com outras variáveis da investigação, tais como a naturalidade do operário iniciante na Chesf, pontua-se que a idade está relacionada à origem rural e atividade agrícola, uma vez que são hegemonicamente de municípios com baixa densidade demográfica de diferentes Estados do Nordeste. Acredita-se que uma associação entre idade, naturalidade, escolaridade, etnia e cor da pele se estabelecia nas relações entre a Chesf e seu conjunto de operariado.

Prosseguindo a análise das identidades e o perfil sociocultural do operariado na década de 51-60, na Tabela 4, nossa análise mostrou em relação à escolaridade que dos sujeitos pesquisados nos períodos iniciais 1950-1960 até a década de 80, há uma convergência para uma uniformidade no perfil da formação educacional do operariado da Chesf, sendo: 22 (vinte

e dois) trabalhadores classificados entre as categorias analfabetos; 15 (quinze) assinam o nome; 23 (vinte e três) sabem ler e escrever; 3 (três) alfabetizados, 16 (dezesseis) de 1ª a 4ª série, 10 (dez) de 5ª a 8ª série, 4 (quatro) de 2º Grau completo, 1 (um) de 2º Grau incompleto e 2 (dois), sem registro.

Por conseguinte, na década de 51-60, em virtude das condições e necessidades do trabalho braçal, a formação do operariado era marcada por pretos e pardos de baixa escolaridade, o que conseqüentemente influencia demasiadamente nas narrativas e práticas racistas e discriminatórias.

**Tabela 4** – Escolaridade mínima exigida, a força física basta.

Nível de Escolaridade	Quantidade de Operários
Analfabetos	22
Assinam o nome	15
Sabem ler e escrever	23
Alfabetizados	3
1ª a 4ª séries	16
5ª a 8ª séries	10
2º grau completo	4
2º grau incompleto	1
Técnicos de nível médio	0
Superior completo	0
Superior incompleto	0
Técnico de nível superior	0
Sem Registro	2
<b>Total: 96</b>	

Fonte: Elaborada pelo autor.

O que Fernandes (2003) indica que mesmo pós-abolição e todo o processo de incorporação dos pretos na nova ordem social, do ponto de vista biológico apresenta déficit; no nível psicológico, o preto e o mulato se viam impossibilitados de se ajustar às atitudes, seu comportamento e sua personalidade à nova ordem e no nível cultural estavam em desvantagem em relação aos não pretos.

Ainda para Fernandes (2003), a situação do preto permaneceu inalterada com o processo de industrialização e urbanização e, nas primeiras décadas do século XX, estabeleceu-se um verdadeiro e insuperável ciclo vicioso entre a herança sociocultural,

transplantada da senzala e do antigo regime e a exclusão permanente do preto e do mulato das formas de ganhar a vida, nascidas da revolução industrial.

Diferentemente do que analisa Fernandes, para o Estado de São Paulo, no fenômeno de integração do preto e do mulato na nascente sociedade de classes, o campo empírico até aqui, demonstrou-se que a Chesf no processo migratório no sertão, na composição do seu operariado, de alguma forma o preparou, para sua ordem social competitiva nos seus muros e usinas: *“Tinha as escolas, o curso de treinamento para o pessoal ir se capacitando”* (H. V. Ramos, autodeclarado pardo, 73 anos, operador, 2º Grau).

Enfim, a dimensão educacional do operariado com a predominância entre analfabetos e alfabetizados, aliados à origem rural, cor da pele, idade na nascente modernização das relações de trabalho no interior da estatal, verificam-se certa homogeneidade dentro do contexto socioeconômico, político e cultural da presença preta nas fileiras de uma atividade modernizante.

No período de 50 a 70, o racismo de marca consubstanciado os atributos sociais, econômicos, políticos e simbólicos de escolaridade e ocupação funcional se constituiu uma das marcas da complexa rede de relação que em função de suas necessidades de sobrevivência tornou o preto o mais vulnerável, aliado à força sedutora do projeto de construção de barragens e usinas empreendidas pela Chesf no sertão nordestino.

### 3.1 Década de 51-60. Obras Ao Sol: A Força Preta “Amansando” O Sertão Do São Francisco

#### **Hino de Paulo Afonso**

Guerreiros que enfrentam a batalha  
Firmando os pés na terra da magia  
No rosto o suor, são homens combatentes  
Que têm nas mãos a força da energia

E erguem a bandeira da coragem  
Com armas empunhadas noite e dia  
Valentes em ação, é um só coração  
Simbolizando a nossa harmonia  
Nem mesmo a luz do sol e o pulso deste rio  
Conseguiram impedir este grande desafio

Paulo Afonso, Paulo Afonso  
Cidade de infinita beleza  
Paulo Afonso, Paulo Afonso  
Criada pela própria natureza  
Paulo Afonso, Paulo Afonso  
Lugar de encantos mil  
És a capital da energia  
Riqueza do nosso Brasil

O rio São Francisco é tua origem  
Nascendo lá na Serra da Canastra  
E sob o solo vem, formando cachoeiras  
Iluminando o céu da nossa pátria

Tu és o braço forte que sustenta  
A fonte inesgotável que não para  
O brilho da manhã, rasgando ao meio o véu  
O mundo já conhece a tua glória  
Nem mesmo a luz do sol e o pulso deste rio  
Conseguiram impedir esse grande desafio

Paulo Afonso, Paulo Afonso  
Cidade de infinita beleza  
Paulo Afonso, Paulo Afonso  
Criada pela própria natureza  
Paulo Afonso, Paulo Afonso  
Lugar de encantos mil  
És a capital da energia  
Riqueza do nosso Brasil  
– Oscar Silva, 1991<sup>35</sup>

Seguindo a análise no contexto dos anos 51-60, as relações de produção e as manifestações das práticas racistas expostas diretamente na exposição dos corpos pretos e pardos ao sol e à natureza bruta foram sempre registradas e documentadas sob os olhos vigilantes dos dirigentes da estatal. Em nome do denominado progresso e desenvolvimento do sertão, eles não hesitaram em continuar inferindo práticas racistas.

A objetivação do ser humano se dá pela transformação da natureza, onde o trabalho se constitui em uma categoria analítica para nos aproximarmos da complexidade humana no desenvolvimento das forças e das relações de produção. As relações estabelecidas entre a Chesf e seu operariado, em geral e em particular com pretos, pretos e pardos exibem as faces sublimes de sua narrativa sobre o sertão, os humanos e seu projeto modernizante no sertão.

Na década de 51-60 prevaleceu uma relação hierarquizada, vigilante e punitiva nos espaços cotidianos da vida laboral, lúdica, religiosa, educativa e simbólica do operariado. Vamos nadar com rigor metodológico por estas águas e pisar nas pedras do sertão das relações mais diretas no mundo do trabalho.

Nos arquivos do CDOC demonstrou-se nos documentos abaixo, denominados de *correspondências internas*, datados respectivamente de outubro de 1958 e agosto de 1959, que as relações estabelecidas pela estatal, especialmente nas décadas de 50 a 80, obedeciam a um critério difuso, tanto no processo de admissão como de promoção. Essa característica refere-se às relações de caráter pessoal do apadrinhamento, das relações de natureza de

---

35 Resultado concurso realizado pela Câmara Municipal de Paulo Afonso no ano de 1991.

proximidade entre o operário e seu superior direto, ou de estruturas hierárquicas, isto, tanto para a mobilidade do operariado, quanto também para as punições disciplinares. Mesmo com o discurso narrativo de uma modernidade nas relações do mundo do trabalho no sertão, a Chesf na sua relação com o operariado, especialmente com os pretos e pardos, transitava-se largamente mais no plano pessoal do que na dimensão institucional, a *fulanização* das relações corrobora-se com mais uma das dimensões de um racismo à sertaneja.

**Figura 53** – Tô vendo tudo: a hierarquia que vigia.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO  
CORRESPONDÊNCIA INTERNA  
Nº 1978/115/58  
DATA 20 de Outubro de 1958.

PARA: Ten. Cel. Sr. Umberto Luz de Aguiar  
Paulo Afonso - Sr.

DE: Mestre-Mecânico L. J. Rouzet  
Paulo Afonso - Sr.

ASSUNTO: Transferência de Funcionário.

Conforme os entendimentos havidos entre V.S. e o Sr. Superintendente Geral da Administração, e, com o de acordo do Sr.º Rudolf Stahl, Chefe do Serviço de Topografia, solicito a V.S. que se digno autorizar a transferência do supracitado IVAN CANTANO DA SILVA, chapa 3716, daquele serviço para o da Ariação, como ajudante-auxiliar de mecânico, com o mesmo salário.

22.10.58

At. seu Superintendente

Dulce que seu Atenciosamente,  
e título supracitado  
e que tem a função  
de servente de lampas Louis J. Rouzet

Assim ficamos com apenas três (3) serventes. A situação atual não nos dá condições de manter o trabalho de forma adequada, pois é necessário renovar a todo o instante mais de um dez serventes a fim de poder executar os serviços de maneira com a falta de pessoas disponíveis.

23.10.58

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO  
CORRESPONDÊNCIA INTERNA  
Nº DA/REFEIT/PA - 22/59  
DATA 21 de agosto de 1959

PARA: Sr. Assistente da D.A.  
Paulo Afonso

DE: Sra. Célia Couto  
Encarregada - Refeitório/PA

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DE AUXILIAR

Definido e tes. honestas  
p. se devidas questões.

21/8/59

Pela presente, estamos solicitando de V.S. seja autorizada a transferência, da Seção de Contabilidade para auxiliar de controle dos serviços do Refeitório, Casa da Diretoria e Alojamentos, do contínuo Judas Tadeu da Fonseca, chapa -- 2203.

Solicitamos, ainda, permissão de V.S. para que o mesmo passe a fazer refeições no próprio Refeitório, o que será vantajoso para a administração.

Saudações

Célia Couto  
Encarregada do Refeitório

21/8/59

CC/Meb.-

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Fernandes (2003), as primeiras décadas do século XX estabeleceram um verdadeiro e insuficiente ciclo vicioso entre a herança sociocultural transplantada da senzala, antigo regime e exclusão permanente do preto e do mulato das formas de ganhar a vida, mas nascidas da revolução urbana. A Chesf no sertão incorpora o operário preto-pardo dentro dos padrões de aprendizagem, numa relação precária de trabalho sob a denominação de aprendizes, o que de certa forma converge e diverge da perspectiva apontada por Fernandes. Há uma absorção deste sujeito no trabalho moderno nas hidroelétricas, e existe também a sua invisibilidade enquanto preto e prevalece o resquício da herança escravocrata.

De modo geral, averiguou-se que a partir da ocupação da região do Sertão do São Francisco, a Chesf atraiu um contingente considerável de trabalhadoras e trabalhadores oriundos de diversos lugares, especialmente da região Nordeste. Outro aspecto observado é a média de idade do operariado, entre 17 e 19 anos, que passaram a ocupar funções na empresa denominadas *inferiores*: serventes, contínuos, pedreiros e auxiliares. Observou-se também, em menor número funções que exigem certa formação, como a de secretaria e datilógrafo.

A ordem social competitiva empreendida pela Chesf no sertão do São Francisco no período inicial de suas atividades, talvez reflitam a tradição brasileira entre cor, raça, etnia, origem e formação escolar e ocupação no mundo do trabalho.

A Chesf recorreu largamente ao uso de imagens para manter, divulgar suas ações na região. Estas imagens ora se limitam à natureza, ora à engenharia, ao lazer e à presença humana na teia de relações sociais, na sua ação modernizadora para a sociedade competitiva. Nesta sessão apresentamos a engenharia e as transformações empreendidas pelo operariado em meio às rochas e águas do sertão<sup>36</sup>.

Na Tabela 5 compreende-se a relação entre etnia, raça e cor, a função do operariado e promoção na década de 51-60. O recorte temporal evidencia de maneira mais intensa as relações da Chesf com seu operariado, dentro da lógica de uma ordem competitiva, dentro e fora do sertão do São Francisco. Neste período, o pós-abolição que de certa forma, em contexto e relações verticais e horizontais não rompe de maneira significativa com a herança escravocrata e ainda a narrativa e concepção de homem, natureza e trabalho para a nascente ordem do capitalismo urbano e indústria.

---

36 Segundo Nascimento (2019, p. 52-53), desde a chegada de seus primeiros técnicos e dirigentes à Forquilha para iniciar as obras do acampamento, conclusão da usina-piloto e construção da Usina Paulo Afonso, que a Chesf cuidou de registrar em imagens e documentos escritos as ações que eram realizadas. Buscou no primeiro momento, na vizinha localidade de Pedra, Alagoas (atual Município de Delmiro Gouveia) o fotógrafo Germano Jatobá para fotografar as obras, o acampamento e o cotidiano do lugar. Quando o acampamento estava pronto, foi montado um laboratório fotográfico equipado com câmeras fotográficas, ampliadores de 35mm e copiadora. Funcionou essencialmente de sala no setor de escritórios de Forquilha e depois transferido para a usina. Leonardo Xavier foi o primeiro fotógrafo a exercer essa função como funcionário efetivo da Chesf.

**Tabela 5** – O mundo do trabalho na Chesf: uns mudam, outros permanecem na função.

<b>Etnia – raça – cor</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Promoção</b>
Branco	Aprendiz de Mecânica vv	1	Auxiliar de administração
	Trabalhador vv	1	Mestre de eletricidade
	Ajudante de eletricitista	1	Eletricista de manutenção
	Atendente de hospital	1	Recepcionista médico odontológico
	Trabalhador vv	1	Motorista
	Aprendiz de elétrica vv	1	Professor
	Auxiliar locatário v	1	Recepcionista médico odontológico
Pretos	Atendente de hospital	1	Recepcionista médico odontológico
	Aprendiz vv	1	Desenhista projetista
	Ajudante da central telefônica	1	Auxiliar técnico de contabilidade
	Montador	1	Operador de usina 3
	Rádio técnico	1	Auxiliar de engenharia 3 - técnico de comunicação
	Porteiro do hospital	1	Motorista
	Trabalhador vv	1	Almoxarife
Pardo	Adjunta de professor	1	Professora de 1º Grau
	Guarda vv	1	Mecânico de veículos
	Contínuo vv	1	Auxiliar de linha de montagem
	Professora do jardim de infância	1	Professora do 1º Grau

Fonte: Elaborada pelo autor.

No contexto das contradições, nas relações do mundo do trabalho, na década de 51-60, observamos também que o maior quantitativo de operários pretos, pretos e pardos tem uma relação com o processo de promoção em relação ao quantitativo de operários brancos. Os dados empíricos, conforme a Tabela 5, apontam que de 96 (noventa e seis) dossiês, verificou-se um total de 18 (dezoito) operários promovidos. A saber: dois operários brancos com as funções de aprendiz de mecânica vv e trabalhador vv, foram promovidos respectivamente para auxiliar de administração e mestre de eletricidade; 13 (treze) operários pretos promovidos, sendo 3 (três) de maior relevância: ajudante de eletricitista para eletricitista de

manutenção, aprendiz de elétrica vv para professor e aprendiz vv para desenhista projetista; embora observadas outras 10 (dez) promoções de operários pretos, estas não significaram uma mudança muito significativa nas relações do mundo do trabalho na Chesf. No mesmo sentido dos operários pretos, observa-se que dentre os três operários pardos que receberam promoção, não houve mudança significativa.

Segundo Telles (2003), na década de 40, no mundo do trabalho, para preenchimento de vagas se exigia boa aparência, saúde, bons dentes, o que ele denomina de discriminação estética, nesse sentido identifica-se na Chesf nas décadas de 51-60 o critério do corpo que expressa a força bruta e animalésca do operário para perfurar as rochas, nessa narrativa de homem e natureza a serem dominados no sertão do São Francisco, em nome da modernidade que não prescindia das marcas subjetivas e objetivas de uma sociedade escravocrata.

A inserção do operariado preto e pardo era predominantemente em funções de menor prestígio social, que exigiam mais a força física do que intelectual, isto variável aliada à escolaridade consubstanciada pela naturalidade dos sujeitos. O ponto de vista das relações do mundo do trabalho, o operariado preto e sua função exercida na estatal se concentravam nas seguintes ocupações: guarda, trabalhador, ajudante, mecânico, auxiliar, aprendiz, trabalhador de campo, onde se exigia menor qualificação.

O operariado pardo aparece em funções intermediárias entre o operariado preto e branco, ocupando assim as funções de ajudante de central telefônica, professor de jardim, entretanto no processo de promoção o operariado pardo ascendia a funções de maior prestígio social do que o operariado preto, como auxiliar de enfermagem, motorista e professor de primeiro grau.

Observando os dados empíricos da Tabela 6, acredita-se que o peso da herança escravocrata se manifestava nas relações do mundo do trabalho no interior das instalações da Chesf, especialmente nas décadas iniciais de suas instalações. Reconhecimento e elogio consistem em outra dimensão importante para analisar as relações raciais do mundo do trabalho. Aqui se constitui em um dos princípios da tese desta investigação: O racismo à *sertaneja* se manifesta invisível e visível nos corpos pretos e pardos sob a égide das relações modernas da industrialização, sem perder suas matrizes de vigilância e punição de comportamento dos operários numa (re) significação da dicotomia-senhor-escravo-operário-superiores.

**Tabela 6** – Tá tudo misturado: há práticas racistas...há agradecimentos dirigentes na região.

<b>Raça</b>	<b>Reconhecimento e Elogio</b>	<b>Quantidade</b>
Branços	Sem Registro	3
Pardos	Sem Registro	0
Pretos	Por remoção de corpos em acidentes de trabalho	3
Pretos	Prestação de serviço no carnaval	1
<b>Total: 7</b>		

Fonte: Elaborada pelo autor.

Registra-se na década em análise, um baixo número de reconhecimento e elogio dos dirigentes da Chesf em relação ao operariado, branco, preto e pardo. O dado mais relevante é o reconhecimento de um operário preto por remoção de corpos em acidentes de trabalho, e este se constitui numa dimensão das relações racializadas do interior da Chesf, que será analisada em sessão posterior.

Na narrativa da Chesf, mesmo que os dados revelem promoções e elogios ao operariado, isto não significou uma igualdade étnica racial, uma vez que verificou-se que os operários brancos não eram sistematicamente vigiados e conseqüentemente a eles não eram imputadas punições em larga escala. O racismo no São Francisco, diluído e de difícil identificação.

A Chesf, empresa estatal de referência nacional que exerceu papel relevante no processo de industrialização do Nordeste e posteriormente do país; de um lado as suas práticas revelaram o racismo através das punições e vigilância sistemática aos operários pretos e pardos, e por outro, contribuiu para a inserção desse contingente na nascente ordem desenvolvimentista no Sertão.





Registro de ocorrências disciplinares datadas de 1950 a 1961, período de preponderância do trabalho braçal exercido por operários pretos e pardos, no qual as práticas racistas e punitivas se constituíram em um dos expressivos traços do racismo nas relações no mundo do trabalho no sertão do velho Chico.

Trabalhadores pretos e pardos talvez sempre associados ao desrespeito e à subordinação hierárquica, às transgressões da ordem, às relações de vigilância e punição podem ser um indicativo de que as perspectivas das classes sociais se revelam, entretanto, o peso da etnia, cor da pele tenham mais profundezas e abundâncias classificatórias nas águas turvas do rio de rochas e gentes.

Na década de 51-60 a ocorrência de punições denominadas de desobediência aos seus superiores, estas se remetem ao caráter de natureza subjetiva e hierarquizada pelo ato de desobedecer, o que pode significar apenas a interpretação e predisposição de quem está em uma posição de mando, investido de uma autoridade sobre o outro, neste caso o operário preto e de baixa escolaridade. Em referência à incorporação do preto e afrodescendente na indústria paulista, segue:

[...] podemos começar com a disciplina do trabalhador”. Florestan Fernandes e outros declararam que o principal obstáculo ao ingresso do preto na força de trabalho durante as primeiras décadas do século havia sido a recusa – a incapacidade dos afro-brasileiros, para aceitar a disciplina requerida dos trabalhadores nas empresas industriais modernas (Anreus, 1998, p. 175).

A lógica de herança e de vigilância hierarquizada dos corpos, os dados também apontam que no período analisado registrou-se punições por indisciplina, o que remete novamente à questão de natureza do comportamento, o operário preto indisciplinado, por desejar discipliná-lo, controlá-lo numa nascente lógica de modernas instalações do trabalho, da nascente modernidade industrial no país.

Toda herança que marca a alma e estruturas objetivas da sociedade brasileira impregnada de vestígios consciente e inconsciente da escravidão como fundamento e princípio parece ser reproduzida em contexto diferente no sertão do São Francisco. O racismo brasileiro e sua singularidade sertaneja, invariavelmente concebia o preto como incapaz, numa tendência psicossocial ao não trabalho, à vadiagem.

O período pós-abolição, não como herança sistemática da estrutura escravocrata colonial, retoma a partir do olhar das elites, esta imagem negativa do preto enquanto capacidade intelectual para o trabalho. No corpo é que encontra-se a força, portanto, no objeto da produção.

Preto [...] elemento considerado de raça inferior porque descendente de africano, viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre, criminoso em potencial, inimigo da civilização e do progresso, que os discursos imigracionistas repudiavam abertamente, em uma época que as teorias estavam longe em cair em desuso (Azevedo, 1987, p. 156).

Mostrou-se nos dados empíricos, um vasto registro do cotidiano dos operários, especialmente na década de 51-60 e 61-70, onde a constituição racial era predominantemente preta e parda de baixa escolaridade e de funções que exigiam mais o trabalho braçal do que intelectual, com controle de vigilância mais eficaz da estatal, inclusive na questão do comportamento nas relações hierárquicas entre quem manda e quem obedece e nos aspectos ideológicos e de mobilização sociopolítica em participação em movimentos grevistas no interior da Chesf. O controle e a punição do operariado preto se fazem diferentes do que dos operários brancos, o que revela implícita e explicitamente uma forma discriminatória no tratamento do operariado.

A descrição da tabela seguinte, nas denominadas ocorrências disciplinares, o controle do corpo expresso nas punições, o campo empírico evidenciou-se punições de natureza comportamental e um certo *temor* dos dirigentes do operariado. Portanto, as expressões *indisciplina x disciplina, desobediência x obediência, alcoolismo x sobriedade*, estão dentro dessa área de uma certa ação direta do comportamento, por que não dizer do corpo e dos desejos hegemonicamente dos operários pretos e pardos.

A origem do operariado no período destaca-se na Tabela 7, a sua composição preta e parda de origem rural e de baixa ou nenhuma escolaridade e conseqüentemente ocupando funções de baixo prestígio social nas estruturas da estatal.

**Tabela 7** – Década de 51-60: corpos pretos e pardos... brancas punições.

<b>Etnia</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Natureza da Punição</b>
Pardo	Guarda	1	Suspensão de 5 dias por desobediência ao superior
Preto	Carpinteiro	1	Suspensão de 5 dias por desobediência ao superior
Preto	Ajudante de Eletricista	1	Advertido por participação e insuflar companheiros de trabalho para greve
Preto	Trabalhador v.v.	1	Suspensão de 2 dias por indisciplina
Preto	Aprendiz de Eletricista	1	Suspensão por desrespeito ao superior
Preto	Motorista	1	Suspensão de 2 dias por indisciplina
Preto	Motorista	1	Suspensão de 5 dias por ser descortês ao superior
Preto	Guarda	1	Suspensão por desobediência ao superior
Preto	Guarda	1	Insubordinação ao chefe
Preto	Guarda	1	Suspensão de 5 dias por dormir no trabalho
Preto	trabalhador vv	1	Suspensão de 10 dias por desobediência ao superior
Preto	Trabalhador v.v.	1	Suspensão por 4 dias, como <i>corretivo</i> pelo seu mal comportamento
Preto	Trabalhador v.v.	1	Advertido por exercer atividade de pescaria irregular na área da usina
Preto	Trabalhador v.v.	1	Advertência por dormir no trabalho
Preto	Trabalhador v.v.	1	Suspensão de 2 dias por desobediência ao superior
Preto	Trabalhador v.v.	1	Advertência por embriaguez no trabalho
<b>Total de Punições: 16</b>			

Fonte: Elaborada pelo autor.

Evidenciamos, no campo empírico, os registros mais relevantes dos processos de discriminação e punição ocorridos nas relações dos dirigentes e do operariado, sendo:

*M. Neto*, Matrícula 002461, 25 anos, natural de Itaporanga – Paraíba, trabalhador v.v., ajudante de eletricista. Destaca-se, nessa ocorrência disciplinar o cuidado e a publicização do registro da punição: “insuflar companheiros de trabalho para a greve”. O que denota que o peso da punição ao operariado preto, pardo e grevista, não era tão somente pela participação, e sim, pela prática da liderança e mobilização.

*J. D. Santos*, Matrícula 002465, 13 anos, natural de Arcoverde – Pernambuco. Sabe ler e escrever. Neste período há uma presença na composição do operariado, de jovens aprendizes, que mesmo nessa condição, estavam sujeitos ao peso das punições comportamentais, imputadas pela estatal.

*J. L. dos Santos*, Matrícula 06220, 30 anos, solteiro, natural de São Bento do Una – Pernambuco, analfabeto. Dia 4 de junho de 1970 foi elogiado pelo sucesso na remoção de corpos de operários, em virtude de acidente causado por explosão de dinamite no dia 7 de março de 1970. Conforme as análises contidas nos relatos e documentos, especialmente nas décadas de 51-60, em função das condições e na própria dimensão do trabalho braçal efetuado em larga escala pelos operários pretos, pretos e pardos, estas ocorrências eram comuns.

Em síntese, as manifestações racistas e discriminatórias, de vigilância sobre o operário preto e pardo, estão dentro deste universo que foi registrado numa lógica punitiva, com dimensões subjetivas e hierarquizadas, entre os que exerciam funções de “mando” e os que “obedeciam”. As correntes punitivas da Chesf estavam vinculadas nas seguintes dimensões:

#### 1. Relativas ao comportamento

- Desobediência ao superior
- Desrespeito ao superior
- Descortês ao superior
- Insubordinação ao chefe
- Indisciplina em relação ao superior hierárquico
- Corretivo ao comportamento
- Embriaguez no trabalho

#### 2. Mais específicas ao cotidiano do trabalho

- Dormir no trabalho
- Exercício da atividade de pescaria irregular na área da usina

#### 3. As de caráter da cidadania sociopolítica

- Participação em movimentos grevistas
- Insuflar e aliciar companheiros de trabalho para movimentos grevistas

Registrou-se no sertão que a Chesf, sob a narrativa das variáveis escolaridade e função ocupacional, alimentou e difundiu a dominação racial entre operários pretos, brancos e pardos, funcionando como agente, que através de seu modelo e narrativas não “aboliu” as heranças psicossociais herdadas da escravidão e sob o corpo e desejos do operário preto e pardo exerciam suas formas de controle, sob uma rígida vigilância denominada de “ocorrências disciplinares”.

No Nordeste e no Sertão, de acordo com a literatura das relações racializadas, Fernandes (2003), Fanon (1961), Ramos (1960), Schwartz (1988), Souza (1983), Domingues (2010), dentre outros, sempre se referem às feridas abertas da escravidão, como o inconsciente coletivo, é recorrente na literatura que se analisa o pós-abolição ou a condição do preto na atualidade que se faz parte do passado presente escravocrata.

Revela-se ainda na Tabela 7 que o trabalho sempre foi precário na sociedade brasileira e suas relações entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado devem refletir no Brasil do

fim do século XIX e início do século XX, exercendo um fascínio na formação social e nas características da identidade nacional.

Freyre (1933), em *Casa-Grande e Senzala*, já preconizava a substituição do conceito de raça pelo conceito de cultura, defendendo o encontro de raças que alimentou e alimenta o mito da democracia racial, o que para Fernandes o mito da democracia racial contribui para difundir a narrativa que, não há no Brasil, distinção entre pretos e brancos. Destaca-se que nas relações entre o operário pardo e o preto marcado pelo peso das atividades e vigilância, não foi um encontro muito democrático entre as raças. A punição de um dos operários descrita a seguir, expressa um pouco desta relação não muito amistosa entre os trabalhadores pardos e pretos e a vigilância imposta:

**J. T. S.**, Matrícula 001.2003, 19 anos, solteiro, preto, analfabeto, trabalhador vv, foi suspenso no dia 04.08.56, repetidas vezes por indisciplina e desobediência aos seus superiores.

A narrativa de um homem bruto, antimoderno e anticivilizado que marca as narrativas da Chesf acerca do homem sucumbido pela natureza e este de caráter animalesco, expresso na denominação “cassaco”, está presente neste ritual engendrado nas relações de produção nessa complexidade do mundo do trabalho.

A empiria apresenta nesta direção, punições por descortesia aos superiores que remete novamente para a natureza de controle hierárquico do comportamento dos operários, evidente que nos registros de campo da investigação, que já mencionamos em outras oportunidades de nossas andanças pelas terras movediças das discontinuidades e contradições da natureza humana expressa na Chesf.

Nesse contexto de vigilância e dominação sobre o operariado, explorando a força bruta do homem e sua submissão ao trabalho braçal, Foucault (1987) pondera: a disciplina fabrica assim “corpos dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui as forças do corpo (em termos políticos de obediência).

As punições se referem muito mais à estrutura do mundo do trabalho do que às questões raciais, o racismo invisível opera na sua plenitude e desejo de ocultação, em que as questões de classes têm seu lugar nas relações e as questões étnicas saltam aos olhos, se distanciam e se misturam, onde começa na Chesf a classe e termina a etnia? Ou ainda, onde termina a etnia e cor da pele, e começa as relações de classes sócias?

Telles (2003, p. 304) aponta para o fato de que a ideologia racial leva os brasileiros a acreditarem que distinções raciais não são importantes e a interpretar experiências de discriminação como sendo resultantes das diferenças entre as classes sociais e não decorrentes

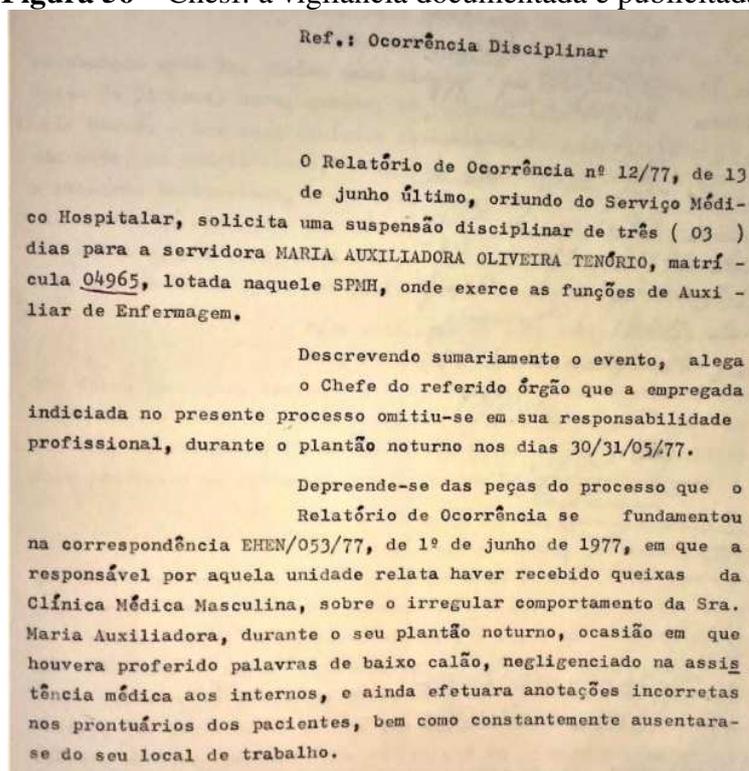
da raça. O racismo à sertaneja se manifestava de forma explícita, na dimensão da naturalidade do operariado na década de 51-60.

Nesse decênio, a formação racial do operariado é predominantemente preta e parda, o que está intimamente relacionada com as práticas mais visíveis do racismo na estatal, expressas nas diferentes modalidades de punições, e estas, sempre associadas ao comportamento, à disciplina, numa evidente demonstração do poder exercido pela estatal sobre aqueles considerados *inferiores* na sua condição racial e no exercício de suas funções.

A função era um verniz para a prática punitiva com expressão do racismo sobre as existências pretas e pardas.

No encadeamento da nossa tese, na Figura 62, revela o racismo velado e explícito, suas estratégias e táticas espalhadas na questão do gênero, as punições e controle saltam aos olhos no sistema de herança de uma estrutura marcada por subjetividades e um passado escravocrata e colonial; que em diferentes contextos não apagam sua rigidez e memória. A Chesf e todo o sistema de relações do mundo do trabalho até então identificados reforçam um sentimento em que o racismo e a discriminação se alimentam nas relações de gênero e nas desigualdades sociais como um poderoso instrumento de desigualdade. As diferenças de classes sociais são decorrentes da ideia de raça e etnia.

**Figura 56** – Chesf: a vigilância documentada e publicitada.



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

No *Relatório de Ocorrência nº 12/77*, de 13 de junho de 1977, as punições eram devidamente documentadas, observadas e analisadas pelas instâncias hierárquicas da empresa e sua rigidez jurídica (Azevedo, 1987), acerca da estrutura jurídica de vigilância e punição, era algo racionalmente elaborado, o Estado e seu aparato são instituidores do racismo. Os olhos atentos do registro e do controle sobre as pessoas e suas significações, o que corrobora que as relações entre operariado preto e pardo e as estruturas administrativas da Chesf e as punições sempre transitam em um caráter pessoal, conforme supracitado no documento. A barreira de mobilidade social e vertical do preto (Moura, 2004) que impedia ou permitia, num jogo ambivalente, a sua ascensão social e sua condição de inferioridade sujeito às punições do sistema.

No conjunto das relações de produção empreendidas pela Chesf no sertão do São Francisco, apesar da predominância racial que visibilizava pretos e pardos, havia uma certa brecha no sistema que permitia uma mobilidade do operariado, conforme expressa o documento arquivado dos arquivos do CDOC, no campo das ocorrências disciplinares que registravam minuciosamente o cotidiano do operário.

**Figura 57** – Operariado Chesf... algumas rachaduras nas pedras duras do sistema.

**OUTRAS ANOTAÇÕES**

Apresentou cert. c/ant. de  
vil expedido pelo Cart. de  
P. Afonso, Ba. 3.9.62 No. 1 -  
Livro 9.  
Reclassificado c/MECANICO AUXILIA  
DE AVIACAO =B= a partir de 01-08-63  
c/Resol. 5/63 ✓  
Em 31.01.63 fez jus ao 1º  
quinquênio.  
Fez jus ao 2º Quinquênio em 3/27/67.  
Apresentou Certificate Of Des  
Sna. Training, que frequentou  
o Curso Automatic Propeller -  
Synchronization Technical Tra-  
ning, em 21/Agosto/1969.-  
Em 08/08/1970 passou a exercer  
função " para regime de Regulamento de  
Carta de Serviço do tempo de Serviço  
previsto pela Decreto nº 50.820 de 20.12.66  
\* c/DARE-5657/76 de 27.04.76.

IMPOSTO SINDICAL			
ANO	VALOR (Cr\$)	ANO	VALOR (Cr\$)
1960	—	1965	330,27
1961	228,00	1966	4.940,1
1962	520,00	1967	6,37
1963	818,00	1968	10,94
1964	2.696,00	1969	13,82

AVISO PREVIO \_\_\_\_\_ MOTIVO DA SAIDA \_\_\_\_\_

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

No documento que compõe a denominada *Ocorrências disciplinares*, registra no período em análise que eram *recorrentes* em anotações dessa natureza, sobre as vantagens legais ou resultantes da luta do operariado, como: quinquênio, reclassificação para o cargo de mecânico auxiliar de aviação. O registro que perpassa as relações entre o corpo dirigente da estatal e o operariado que seja, para a mobilidade do interior da estatal, a escolaridade e os cursos que agregavam *valor e prestígio funcional*<sup>37</sup>. De acordo com Hasenbalg (2005, p. 54) “Estratificação social refere-se às formas, funções e consequências de sistemas, desigualdades sociais estruturadas, a distribuição diferenciada de recompensas e privilégios. O processo individual de obtenção de *status*”.

O que denominamos aqui de *brechas*, dentro do processo de uma sociedade de classe, permitia que em alguns momentos, o operariado pudesse mudar de funções, evidentemente que isso se aplicava em maior escala com um operariado branco, que por sua vez, desfrutava de maior grau de escolaridade.

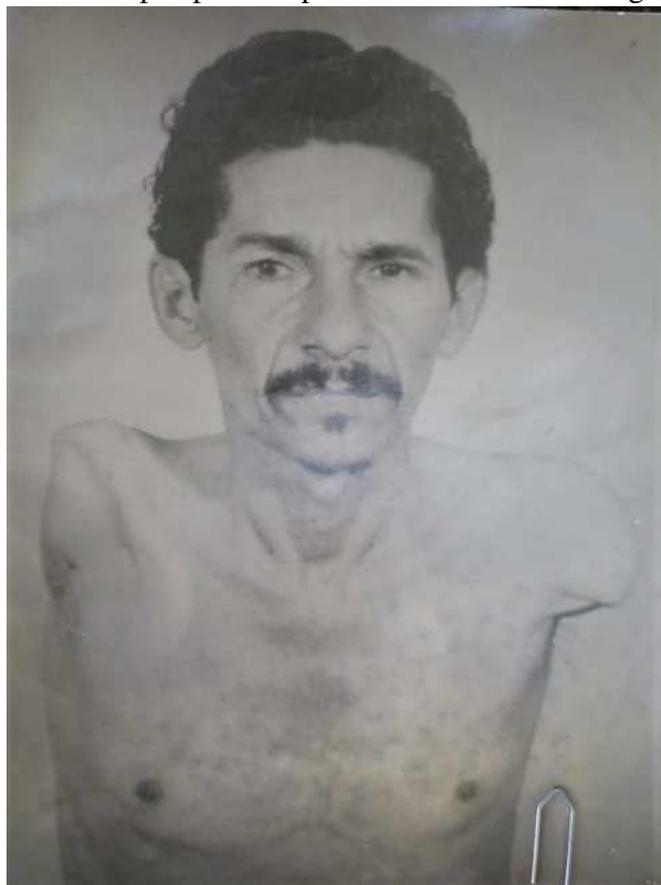
O trabalho empírico para a década em questão, que em função da necessidade da mão de obra braçal para o início das instalações de seu complexo de barragens e usinas, portanto apesar da vigilância e a punição imputadas hegemonicamente sobre operários pretos e pardos, mas estes estavam dentro da lógica empreendedora da Chesf, portanto uma maior estabilidade do operariado é registrada em média 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) anos neste período em relação às décadas posteriores que a permanência era de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos. Maior estabilidade nas décadas de 51 a 71, pela necessidade inerente de absorção de mão de obra para a expansão do empreendimento, da nova ordem moderna e competitiva proposta pela Chesf no sertão do São Francisco.

Sobre as condições a que eram submetidos, os denominados *cassacos*, na Figura 64, apresenta-se um dos aspectos das relações do mundo do trabalho estabelecidas pela Chesf com o operariado, o relativo progresso e modernidade, pois o sistema classificatório permitia a inclusão e a exclusão, na promoção e mudança de função reclassificando o operário, obedecendo as leis trabalhistas, dentro da ótica da nascente industrialização e Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT) e todos seus desdobramentos das relações capital e trabalho.

---

37 Embora os dados revelem na dimensão da promoção, ou seja, na transferência de função, havia também o aumento salarial, o que nesse trabalho reconhecemos o limite para atualizar, em termos de valores da moeda corrente. O que recebia um operário e quanto a sua remuneração majorava no exercício da nova função. Acreditamos, que nas relações sociais verticais, este aspecto poderá ser objeto de investigação e análise em prováveis estudos posteriores.

**Figura 58** – Corpos pretos e pardos... mutilados e fotografados.



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Do conjunto dos registros, este nos parece ser bastante emblemático, pois apesar da evidência de só uma imagem, entretanto nas sutilezas das conversas, estes sinistros eram frequentes, especialmente com os operários de *chão da empresa*, denominados de pretos e pardos que, pelo sistema fluido, e tomando por conta o fenótipo, estavam sujeitos aos acidentes de trabalho. Corpos machucados que eram uma das expressões do inferno nas relações raciais no sertão.

Nesse sentido, as marcas no corpo e no olhar, denunciam um encontro não fraternal entre o operariado pardo e preto nas estruturas de trabalho, nos conflitos sutis e explícitos, que de alguma forma misturando-se ao paraíso, e o inferno das explosões das bombas para passar fios, estruturas, sentidos e práticas modernizantes.

As relações de trabalho no chão da Chesf, entre rochas e gentes foi marcada por um conjunto de acidentes e afastamentos do trabalho. Do universo de 96 dossiês analisados, e dos relatos, há registros de trabalhadores que eram acometidos por 4 (quatro) a 6 (seis) acidentes mensais, especialmente nas primeiras décadas das atividades da estatal na região.

**Figura 59** – O progresso explode, rochas em chamas, corpos esmagados na região.

OCORRÊNCIAS DISCIPLINARES	
HISTÓRICO	
6	ELOGIADO PELO SR COMD DA 1ª CIA INF I PELA EFICIÊNCIA E CONDUTA EXEMPLAR SERVIÇO DURANTE AS EXERCÍCIOS DE 15/11/68 c/ofício 132-C/1.
0	Elogiado pelo esforço e abnegação de trados na remoção dos corpos dos serv res que sucumbiram no doloroso aciden tia 07/03/70, c/RDA-6393/70.

Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

Na imagem do dossiê, documento que descreve que operário fora elogiado pelo comandante da 1ª Companhia de Infantaria do Exército, localizada no município de Paulo Afonso-Ba, fato que corrobora a relevância da estatal em diferentes relações sociais, políticas, econômicas e simbólicas na região. Por conseguinte, o misto de incorporação e vigilância dentro da lógica educativa e civilizatória exercida pela Chesf, na vida de seu operariado e na sua rede de relações institucionais na região.

Na análise empírica, além de dimensionarmos as questões de natureza mais do conjunto do operariado, em alguns momentos registramos casos mais expressivos das relações raciais que revelam com maior nitidez e rigor científico, os objetivos, a tese e as hipóteses da nossa investigação, neste sentido, segue a descrição:

Severino Antônio da Silva, Matrícula 010.707, 24 anos, casado, 6 (seis) filhos, preto, natural de Mata Grande-Alagoas, motorista. No dia 23 de dezembro de 1966 foi elogiado pelo Sr comandante da 1ª Companhia de Infantaria do Exército pela sua eficiência e conduta exemplar no serviço, durante as eleições de 15 de novembro de 1968, conforme Ofício 132 CM. No dia 4 de junho de 1970 foi elogiado pelo esforço e abnegação demonstrados na remoção dos corpos dos servidores que sucumbiram no doloroso acidente do dia 7 de março de 1970 – (Conforme c| RDA 6393-70).

A conjuntura do elevado número de atestados, no total de 427 (quatrocentos e vinte e sete), o que evidencia as precárias condições de trabalho no interior das instalações da Chesf.

Enquanto o operariado branco apresenta 5 (cinco) atestados para tratamento de saúde e 13 (treze) para questões familiares, diferentemente, o operariado preto apresentou um total de 280 atestados por acidente de trabalho e 28 por questões de saúde. O trabalhador pardo, totalizou 96 (noventa e seis) atestados por acidente de trabalho e 5 por tratamento de saúde.

O estado do trabalho do operário preto e pardo no pós-abolição no qual o próprio corpo exposto serve ao mesmo tempo de força de trabalho e “equipamento de proteção”, numa engrenagem da nova ordem competitiva modernizante da estatal no sertão do São Francisco.

**Tabela 8** – Pretos e pardos: existências machucadas, corpos acidentados no desenvolvimento da região.

Etnia – Raça – Cor	Quantidade	Natureza
Branços	5	Tratamento de Saúde
Branços	13	Questões Familiares
Pretos	280	Acidente de Trabalho
Pretos	28	Saúde
Pardos	96	Acidente de Trabalho
Pardos	5	Tratamento de Saúde
<b>Total: 427</b>		

Fonte: Elaborada pelo autor.

A descrição a seguir continua ratificando as condições precárias de segurança no trabalho submetido, sendo um reflexo da vulnerabilidade do operariado a múltiplas adversidades e o tratamento desigual entre brancos, pretos e pardos no contexto. Nesse aspecto, outro relevante<sup>38</sup>:

Isaías Gomes da Cruz, Matrícula 004. 596, pardo, solteiro, 22 anos, natural de São José do Egito, Pernambuco, trabalhador vv, no período entre 22.12 de 1959 a 30.08 de 1961 apresentara 26 atestados por acidentes de trabalho.

38 Na década de 1951–1960, onde era predominantemente o trabalho braçal realizado por *cassacos*, pretos e pardos, não havia uma preocupação com o acidente de trabalho conforme diversas notícias dos boletins oficiais da Chesf. No início da década de 1970 e nas décadas posteriores, registra-se uma maior preocupação dos dirigentes da estatal com os acidentes de trabalho, de acordo com o registro:

O baixo índice de acidentes (apenas 19 sem qualquer gravidade), registrado no mês de outubro em Paulo Afonso, demonstra que a política de prevenção de acidentes posta em prática em todas as áreas da Companhia vem tendo o maior sucesso. **Caem (sic) Muito o Número de Acidentes**, *Boletim da Chesf*, ANO II, N. 17 Dezembro de 1976, p. 09.

As relações do mundo do trabalho no que se refere a acidentes se constitui também em uma relevante dimensão do racismo e discriminação no mundo do trabalho, em que operários pretos e pardos estavam mais expostos às engrenagens do trabalho braçal, que envolvia dentre outras atividades laboriosas, a escavação e explosão de rochas por onde deveriam passar fios e infinitos equipamentos da ação modernizante da Chesf no sertão.

A segregação residencial desempenhou um papel crucial nas relações estabelecidas pela Chesf com o conjunto de seu operariado. O tratamento dispensado era visivelmente diferente entre operários brancos, que em geral ocupavam funções de alto prestígio social e o oferecido aos operários pretos, pardos e branco de baixa escolaridade.

Neste contexto de nossa análise, os dados expostos na Tabela 13 ilustram que na década de 51-60, a Chesf ainda não tinha implementado em larga escala a sua política residencial para o operariado. Mostrou-se que nos documentos analisados neste período, não identificamos registro de maior escala da ocupação residencial: contudo, considera-se 21 (vinte e um) operários no denominado “acampamento do Tipo O”; 37 (trinta e sete) residiam na Vila Poty<sup>39</sup>; já o tipo operário constituía-se em um conjunto de casas conjugadas, destinadas aos trabalhadores de menos qualificação, notadamente em maioria composto de pretos e pardos.

**Tabela 9** – A morada do Tipo “O”: uma das marcas da pele preta-operária no Sertão.

Residência	Quantidade	Município	Estado
Acampamento Chesf	0		
Vila operária Tipo O	21		
Vila Poty	37	Paulo Afonso	Bahia
Sem registro	38		
<b>Total: 96</b>			

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Vila Poty compreendia casas de sobras de madeiras e sacos de cimento descartados pela Chesf, que serviam de matéria-prima para a construção de barracos fora das linhas de segregação do acampamento da empresa. A Chesf fez da residência, uma barreira racial e de classe. Na questão residencial onde se manifesta de forma mais intensa, a segregação racial da

<sup>39</sup> Os dados empíricos atestam que no período analisado, 38 operários do município de Paulo Afonso, mas que não possuíam registro de endereço.

Chesf na distribuição dos espaços e na qualidade das moradias, tudo justificado pela função exercida na empresa, entretanto a etnia, raça, cor diferenciavam do imóvel amplo, com modernas instalações das casas do operariado, dos cassacos.

A imagem disponível no memorial Chesf retoma a narrativa que fomentou a invenção do município de Paulo Afonso como um lugar sem vida, a casa denominada de *habitação típica* do cassaco intrinsecamente associada ao preto e ao pardo, expressando assim o conjunto imagético de fragilidade do homem em relação à natureza.

**Figura 60** – Cassaco... a narrativa chesfiana fotografada e divulgada.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

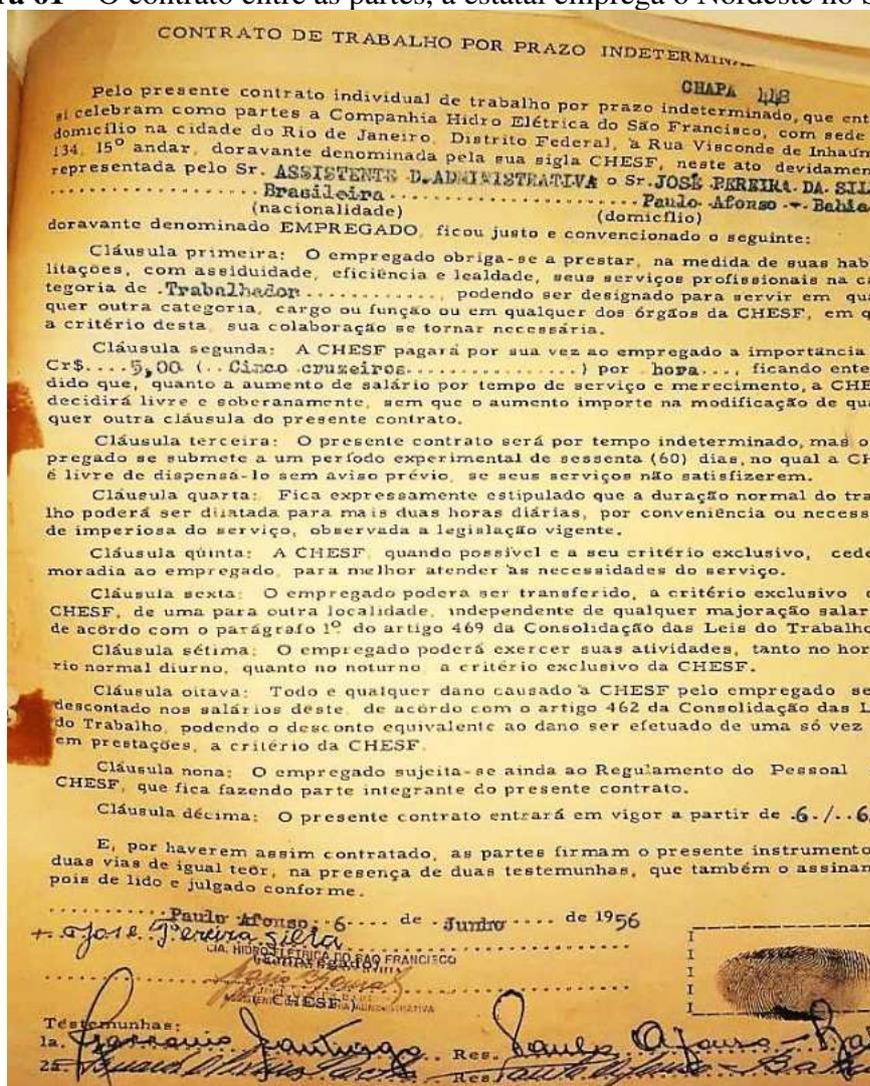
Fotografia exposta no memorial Chesf que ancora a narrativa e a invenção de um sertão de um lado, sem vida, antimoderno, violento, onde a seca é uma das expressões de sua identidade enquanto lugar e região; por outro lado, há abundância de água. Esta narrativa é uma das fiocondutoras de nossa investigação, mas no caso da figura tal, que se configura na expressão mais relevante dos nossos objetivos e hipóteses dessa investigação, é a figura denominada do cassaco.

A habitação típica, assim denominada, “casa do cassaco”, expressa esse nordestino, sertanejo, operário, pobre, que aqui é codificado e assumido como fala e imagem, em que o humano e sua habitação se misturam, um típico e não típico. O não típico será os

equipamentos residenciais e todas as estruturas de saúde e lazer, religiosidade, implementadas pela Chesf no sertão.

Fernandes (2008), no regime de trabalho livre e contínuo a imperar os modelos de comportamentos, os ideais de vida e hábitos da dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental de castas. Contudo há indicativos de que havia um grande processo de estímulo à formação e no interior da empresa houve programas e cursos técnicos para atender as suas demandas. Mesmo reconhecendo o papel relevante da Chesf na territorialidade, relações econômicas, políticas, sociais e culturais da região e de algum modo extensivo ao país, há um indicativo hierárquico transformado em desigualdade de mando e obediência.

**Figura 61** – O contrato entre as partes, a estatal emprega o Nordeste no Sertão.



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Documento dos arquivos do CDOC denominado *Contrato de trabalho*, a primeira cláusula do contrato estabelece a exigência de *assiduidade, eficiência e lealdade*, como uma das condições de incorporação do operário nas estruturas da estatal, estabelecendo o vínculo por 60 (sessenta) dias. A critério da empresa, poderá ceder moradia para melhor atender às necessidades do serviço. As relações de trabalho entre a estatal e o operário expressam a força da empresa nas relações, especialmente na denominada lealdade exigida pela contratante.

A Chesf exerceu e exerce uma posição estratégica no projeto da nascente sociedade competitiva no Brasil, no Nordeste e mais ainda no Sertão do São Francisco. A Cachoeira de Paulo Afonso é a fonte do fascínio do interesse nacional, pois energia para o contexto foi um dos pilares que movimentaram as máquinas, gentes, raças e significados. A força motriz para a contratação em massa de trabalhadores e trabalhadoras, que pela necessidade aliada aos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais se submetiam à rigidez do contrato de trabalho.

A construção de usinas e barragens incorporam pessoas de diferentes lugares e com as marcas de suas existências imprimiram uma nova estética política, social, econômica e simbólica na região. Ação da empresa sobre os corpos dos operários, pelos dados obtidos, reúne disciplina, controle, ascensão social, visibilidade e invisibilidade da etnia, da identidade preta. Ela constitui outro ao fazê-lo, talvez exibisse só corpo associado à força física, mas a diferença se expressou na rigidez das relações contratuais, espaciais, funcionais.

A herança escravista e a questão racial, a estrutura da economia brasileira como resultante do processo histórico, desde a chegada dos portugueses, nosso passado de monocultivo, trabalho escravo, latifúndio, através das discussões sociológicas, aqui nessa investigação à luz de Florestan Fernandes (2002) que aborda as discussões sobre escravidão, questão racial, subdesenvolvimento, as classes e a desigualdade social, tendo o trabalho como uma das categorias de análise para a compreensão das relações sociais.

As estruturas de dominação social do período colonial são preservadas no processo de modernização capitalista no Brasil. A escravidão projetou-se como um fenômeno social que tem ressonância na organização social, em que desigualdade e escravidão estão intrinsecamente relacionadas ao mito da democracia racial que não significou o encontro harmonioso das raças, como preconizava Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*.

A fotografia dos anos 50 a 70 corrobora mais uma vez com a narrativa da Chesf sobre a concepção de homem e a invenção de Paulo Afonso e o Sertão. Corpos expostos à natureza bruta de operários pretos que com a força corporal, desenvolveram a engenharia propagada e executada pela Chesf no Velho Chico.

**Figura 62** – “Tinha pedras no meio do caminho”.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Seguindo o imagético do operariado preto, numa mistura explícita entre humano e a natureza, exercendo suas funções em que o corpo, a força braçal, estão imbricados numa relação do mundo do trabalho que revela mais uma vez a incorporação desigual de pretos, pretos e pardos, no canteiro de obras da Chesf. Como diria Kowarick (1994), o trabalhador deve estar livre, desapropriado de forma que a sua liberdade não encontre alternativa senão submeter-se ao capital. Nesse ínterim, pós-abolição no sertão, onde a Chesf incorpora este grande contingente de operários e marcadamente distinção entre brancos, pretos, pretos e pardos, essa mão de obra livre no contexto histórico da modernidade no sertão, classes, raça, se misturam e se separam.

Esta herança mostrou-se de forma velada e explícita no grande canteiro de obras pensado, organizado, disciplinado pela Chesf na região do São Francisco. As imagens como evidência histórica e com a própria história, no olhar da própria Chesf e seu projeto modernizante para alimentar uma das bases do processo de industrialização iniciado com maior velocidade, na década de 30, a energia elétrica, atraiu este contingente humano que nas décadas iniciais, o trabalho braçal saltava aos olhos.

O fenótipo do assim denominado trabalhador de campo vv, preto, novamente semivestido, de chapéu, descalço e alguns com corpos em sinal de descanso, o que é semelhante a outras imagens anteriormente analisadas, a ausência de equipamentos de segurança, nas quais os braços falam e trabalham.

**Figura 63** – A sábia arte de esculpir o progresso chesfiano no sertão.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Na Figura 38, a imagem de humanos no canteiro de obras sob o sol forte do sertão, repete o mesmo cenário fenotípico, pretos codificados com a natureza, sob o olhar vigilante de homens que provavelmente pertencem a uma mesma raça e cor, investidas de um poder de vigilância sobre os outros.

As heranças da terra, do meio e da raça foram utilizadas pelos precursores do estudo da Sociedade Brasileira, Sílvio Romero, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha. Este mal particularmente o sertão e o seu povo são vistos aqui como uma forte relação no mundo do trabalho das usinas e barragens.

Ramos (1960) pontua a coincidência entre divisão social do trabalho e divisão racial do trabalho. Mas através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações, ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem e, em outros os pretos e seus descendentes predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho não qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos pretos livres após a abolição.

A narrativa de um país moderno (Lima 2008) e um sertão atrasado, violento, bruto, o homem e natureza se confundem, está dentro dessa visão simbólica (Bourdieu, 2003), que legitimava a ordem e seus significados, o operário pardo preto de origem rural de baixa escolaridade e colocado nas funções em que o corpo e a força física disputam a rigidez das rochas para abrir as fendas do processo modernizante.

No encadeamento mais uma fotografia de operários pretos expostos à luz escaldante do clima no Sertão, sobre os olhares vigilantes dirigentes ou encarregados pelos empreendimentos chesfianos na região. A cratera no solo, a expressão de contemplação e de olhares atentos dos denominados cassacos.

**Figura 64** – A natureza que *bronzeia*, os olhos brancos que vigiam.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A ideia de modernidade avessa ao sertão parece na essência das relações da Chesf com o operariado, uma dimensão ambivalente: a presença do complexo hidroelétrico atraiu um contingente de operários pardos e pretos para as funções menos qualificadas, incorporando assim a ideia industrial e modernizante. Contudo a prática das relações de trabalho, o tipo de ocupação, a residência, as punições e a vigilância estão dentro dessa herança objetiva e subjetiva de um racismo fluido, nas relações horizontais e verticais. O recrutamento do operariado e em especial sua escolaridade e ocupação inicial não obedeciam a uma distinção de classe, mas também pela aparência, pelo fenótipo e etnia, criando assim no seu interior e fora dele, um racismo sertanejo velado e explícito na denominação de cassacos. O racismo com prática discursiva, sua lógica própria que legitimou as diferenciações funcionais, residências no início da empresa e no território de sua atuação.

**Figura 65** – Lugares historicamente marcados, eles engenheiros; outros, operários cassacos.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A fotografia, datada de 1950, expõe corpos pretos seminus ou vestidos de operários sem equipamentos de segurança, enquanto os engenheiros com trajes e vestimentas mais apropriadas. A imagem manifesta a dualidade de concepção entre engenheiros e operários, que segue entre funcionários e cassacos, que na narrativa, isso se alimenta pelas funções exercidas. Estas intrinsecamente definidas especialmente pela escolaridade, mas que operava-se também, as questões raciais. A prática racista chesfiana invariavelmente expunha os corpos pretos, exaltando a exuberância da força em meio à natureza, que ora era considerada bruta, sem vida; e ora com abundância de água para o desenvolvimento da sua narrativa sobre o progresso no sertão.

De acordo com Souza (1983), a identidade racial tem uma conotação ideológica que funciona como critério para a distribuição de posição numa sociedade estratificada e de classe, como observa, nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadas). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classes, conforme pertencem ou estejam mais próximos dos padrões raciais de classe/raça dominante.

A Chesf recorreu de forma velada ou implícita ao sistema racial e de classe, além de se colocar como uma indutora do processo civilizatório da narrativa sobre o Nordeste. Nesse aspecto, corrobora-se, onde lê-se “Engenheiros e Operários Fazem a Redenção do Nordeste – 1953”, é retomada a narrativa da invenção de Paulo Afonso e de seu território, fracassado,

resistente à modernidade, e coube à Chesf a sua “redenção”. Destaca-se também nesse sentido, que a legenda reflete a concepção da pessoa, do funcionário ou funcionária, que organizou as fotografias, que pela alegria na apresentação do nosso registro, ela exerce atualmente a função de coordenadora do Memorial Chesf em Paulo Afonso-Bahia.

**Figura 66** - Pretos suportam o peso das pedras no progresso do sertão.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Na fotografia de 1953 é possível observar a exposição corporal de pretos *rasgando a natureza* considerada bruta. Eles eram vistos como robustos para o trabalho e o racismo era sutilmente manifestado nos registros da estatal. Nas imagens, especialmente na década de 50, é recorrente nas lentes da estatal, uma associação simétrica entre os corpos dos operários pretos e pardos e o contato direto com a natureza e as pedras. Essa narrativa naturalizava e associava os chamados *cassacos* à força física para o progresso e à visão de um sertão que precisava ser desbravado. Os corpos pretos e pardos desempenhavam com eficácia essa laboriosa missão.

A imagem nos registros e divulgações da estatal, ao mesmo tempo em que publicizava sua intervenção na região, expunha as práticas e acontecimentos racistas vinculados diretamente aos corpos dos operários que exerciam atividades de menor relevância social.

A Chesf na sua narrativa de progresso e desenvolvimento sempre propagou a ambivalência: seca, fome, miséria e a riqueza da cachoeira de Paulo Afonso, isto sem imprimir no operariado preto e pardo as marcas profundas do racismo.

A fotografia, datada de 1953, demonstra o contínuo das marcas e da apresentação exuberante do operariado preto, imerso às rochas que rasgaram as pedras para materializar o ideário do desenvolvimento energético das águas do Velho Chico. Corpos pretos abaixo, semivestidos e engenheiros na parte superior, na díade assumidamente expressa na legenda: engenheiro e operários fazem a redenção do Nordeste.

**Figura 67** – Imagens que revelam os lugares pretos na região franciscana.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

A imagem para registrar, divulgar, analisar os resultados e processos decorrentes, contribuiu para dentre outras dimensões, perceber os corpos pretos dentro das engrenagens da estatal, objetificados como natureza bruta, os testemunhos oculares da história, através da lente da estatal, expressa pelo olhar de seus diligentes funcionários ou jornalistas.

Engenheiros pretos tinham poucos. Nos operários muitos pretos de todo o Nordeste. Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba... Como dá a palavra certa, miscigenação, né? Aqui tinha mais morenos do que pretos, pretos eram muito poucos. (J. C de Moura, 67 anos, guarda da vigilância, autodeclarado moreno).

Os registros fotográficos seguem a linha da exposição dos corpos pretos em meio às rochas, que na prática chesfiana codificou em demasia os humanos, confundindo-os com a natureza bruta, que utilizou sua ação laboral para a efetivação do grandioso projeto de produção e distribuição de energia. O racismo se manifestava diretamente sobre os corpos, entretanto, de forma diluída, sendo uma das marcas que recorreu ao misto de natureza, homem e relações do mundo do trabalho.

A década de 51-60 marca a criação e implantação da Chesf no sertão do São Francisco, revelando na sua composição racial, a predominância da força cerebral e corporal do operariado preto e pardo, que atraídos pela relevância do empreendimento da estatal, submeteram-se à necessidade de sobrevivência e da incorporação do mundo do trabalho e sentiram nos corpos e nas suas resistências, as marcas do racismo e o peso da narrativa da natureza, que os codificaram e os desumanizaram. Enfim, na década posterior, 61-70, continuaremos a realização das nossas análises acerca do perfil sociocultural, do operariado, e das relações raciais e as práticas racistas engendradas no mundo do trabalho no sertão.

### **3.2 Chesf década de 61-70. o tempo passa e as práticas racistas ainda povoam o Velho Chico**

Nesta década foram analisados 71 dossiês de operários, o acervo iconográfico e documental consubstanciado nos relatos dos operários. Isso nos permitiu descrever nesta seção o perfil sociocultural do operariado, através das categorias que sustentam nossos objetivos, hipóteses e tese: raça, naturalidade, estado civil, escolaridade, caminhos, itinerâncias, história e condição socioeconômica, política, simbólica e identitária.

A naturalidade permanece inalterada em relação aos anos 51-60 pois o contingente do operariado é proveniente dos municípios dos Estados do Nordeste. Fenotipicamente pretos e pardos ocuparam funções de baixa relevância nas obras da Chesf. A origem e o processo de inserção na estatal exerceram uma força motriz para as práticas racistas da estatal. Municípios do Nordeste recrutaram pretos e pardos para o trabalho árduo nos canteiros ensolarados das obras no sertão.

O estrato do operariado nesse período ainda reflete as relações racializadas. A composição étnica é predominantemente preta e parda e a origem é rural. O perfil educacional é de baixa escolaridade e permanecem a vigilância, os acidentes de trabalho e os afastamentos. A Chesf nesse período era racialmente preta e parda e praticava racismo e

discriminação onde esse operário era bastante visível no corpo e na execução de tarefas braçais. Seus corpos eram registrados e propagados com vivas no projeto de desenvolvimento pensado e materializado pela Chesf na região.

**Tabela 10** – Década de 61-70: Operários e operárias: as “nordestinidades” continuam em alta no Velho Chico.

Município	Estado	Quantidade de operários
Delmiro Gouveia	AL	4
Olhos D'Água do Casado	AL	13
Euclides da Cunha	BA	1
Glória	BA	1
Paulo Afonso	BA	3
Águas Belas	PE	7
Arcoverde	PE	5
Bom Conselho	PE	3
Canhotinho	PE	1
Lajedo	PE	8
Pedra	PE	3
Pesqueira	PE	1
Senharó	PE	1
São João do Belo Monte	PE	3
São José do Egito	PE	1
Tacaratu	PE	1
Sertânia	PE	9
Triunfo	PE	1
Canindé do São Francisco	SE	2
Sem Registro	-	3
<b>Total: 71</b>		

Fonte: Elaborada pelo autor.

Constatou-se na Tabela 10 que na década de 61-70, a naturalidade do operário da Chesf está concentrada no Estado de Pernambuco, sendo 42 (quarenta e dois) operários; Alagoas 17 (dezesete); 5 (cinco) do Estado da Bahia; 2 (dois) de Sergipe e finalmente 3 (três) sem registro. Em síntese, o Estado de Pernambuco exerceu a hegemonia na constituição do operariado em todo o processo do período de implantação do complexo de usinas e barragens, ou seja, dos anos 50 a 90. Os dados empíricos permitem fazer uma comparação numérica entre a década de 61-70 com o período anterior de 51-60, quando 51 (cinquenta e um) operários eram pernambucanos. Pernambuco exerceu um relevante papel na construção identitária do Nordeste e do sertão do São Francisco.

Pela natureza predominantemente do trabalho braçal, a robustez dos corpos se revelou uma das marcas para admissão no canteiro de obras da estatal. O imagético quase sempre é

constituído da imagem total do operário, no desenvolvimento de atividade que sugere maior força física. O corpo como lugar privilegiado dos acontecimentos:

A Proveniência (*Herfunkt*) vincula-se ao corpo. O corpo é tudo aquilo que a ele se liga, a alimentação, o clima, o solo e o lugar da *herfunkt*: sobre o corpo, encontra-se o estigma dos acontecimentos passados, bem como dele nascem os desejos, as fraquezas e os erros, [...] mas o corpo é também diretamente mergulhado num campo político. Elas investem contra ele, o marcam, o adestram, o suplicam, constringem a trabalhos, o brigam a cerimônias, cobram dele signos [...] (Courtine, 2013, p. 16-18).

A operação marcadamente sobre corpos e seu trabalho intenso, sua força física avassaladora para se produzir energia com sua fonte sublime de energias. Estes sujeitos, suas itinerâncias na jornada humana, sua naturalidade era proveniente de diferentes cantos do país, especialmente do Nordeste brasileiro.

Para Muniz (1999), com a crise do processo de produção da cana-de-açúcar e a identificação da Bahia, mais como Norte<sup>40</sup> do que como Nordeste, coube a Pernambuco essa representação imagética, especialmente Recife, como a representação em capital do Nordeste:

Quando Jorge Amado inicia publicação de sua obra nos anos trinta, mesmo com a ideia de Nordeste já cristalizada, não incorporava ainda a Bahia. A Bahia era vista, neste momento, como uma realidade à parte, tanto do ponto de vista político e econômico e do cultural. O ser baiano, que contraditoriamente vai ser a forma de conhecer todo o nordestino que chega a São Paulo, foi durante muito tempo considerado como tendo identidade divergente da nordestina (Muniz, 1999, p. 245).

O campo empírico apresentou a hegemonia no conjunto do operariado do Estado de Pernambuco<sup>41</sup>.

---

40 Em suma, a Bahia era “a terra natal dos jagunços e dos inimigos da República” (JNO, 7.9 1897). A imprensa e os políticos da capital e dos Estados do Sul apegaram-se a essa premissa até o fim da guerra. De nada adiantou o fato de o sujeito público “Bahia” ter empreendido inúmeras ações simbólicas nacional-republicanas, como, por exemplo, ter fechado as repartições públicas, em luto, após o anúncio da morte de César, ter mandado hastear a bandeira nacional a meio-pau ou hasteado a bandeira brasileira “em luto” nos prédios das redações do *Diário da Bahia*, *A Bahia*, o *Correio de Notícias* e do *Jornal de Notícias* (JNO, 8.3.1897). (Bartelt, 2009, p. 144). [...] Nordestinização... Isto é, deslocam a Bahia para o lugar exato em que os escritores intelectuais “do Sul” veem a região: na periferia nacional. A Bahia é codificada como um espaço de decadência e de passado imperial e colonial a ser superado, como espaço de uma agricultura pré-industrial com “técnicas precárias” com abrigo do catolicismo tradicional de Estado, com sede do arcebispado do Brasil localizada em Salvador. A Bahia é vista como parte de um “Norte” redefinindo, que se constituiria em “Nordeste” por volta de 1930 (Bartelt, 2009, p. 146).

41Albuquerque Jr. destaca que a realização do primeiro congresso de produtores de açúcar, realizado em 1920, os intelectuais de Recife assumiram um tom separatista do Norte e do Sul. Um esforço de eixo de confronto entre Nordeste e São Paulo, que vai direcionar as discussões, a partir daí, em torno da questão nação, da região e da identidade nacional. Recife, nesse cenário, além de centro comercial e exportador, torna-se o centro médico, cultural e educacional de uma variada área ainda denominada de Norte. Corroborava também para esse destaque de Recife, a criação da faculdade de Direito e o Seminário de Olinda que abrigava os filhos das classes abastadas,

Na primeira imagem, operária solteira, atendente, natural de Jeremoabo-Bahia, preta, mãe de 5 (cinco) filhos; na segunda imagem, outra funcionária também solteira, professora, natural de Itapetim-Pernambuco, parda, sem filhos. Reflete-se uma tímida presença feminina no conjunto do operariado da Chesf, para exercer funções mais na reprodução do que na produção. À medida que a Chesf aumentava sua rede de políticas de saúde, educação, lazer, e aumentando o contingente do gênero feminino, esta variável também está vinculada a maior escolaridade para exercícios das funções emergentes, numa estrutura organizacional e na ampliação das ações da empresa no sertão.

**Figura 68** – As faces femininas: as pretas trabalhadoras na Região.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DE PAULO AFONSO**  
REGISTRO DE EMPREGADO

**MARIA AUXILIADORA DE O. CANTÍDIO NEVES**  
FILIACAO MAE Elvira Carvalho  
ESTADO CIVIL SOLTEIRA  
DATA DO NASCIMENTO 25 de outubro  
NACIONALIDADE Brasileira  
LUGAR DO NASCIMENTO GEREMOABO  
DATA DA CHEGADA AO PAIS  
CATEGORIA E OCUPACAO INICIAL ATENDE  
SINDICATO A QUE PERTENCE  
RESIDENCIA Rua "D" nº 24, Paulo Afonso

**MARIA HERMINDA RODRIGUES DOS SANTOS**  
FILIACAO MAE Mãe das Mercês Rodrigues dos Santos  
ESTADO CIVIL Solteira IDADE 23 ANOS  
DATA DO NASCIMENTO 03 de agosto de 1945  
NACIONALIDADE Brasileira  
LUGAR DO NASCIMENTO ITAPETIM ESTADO Pe.

**BENEFICIARIOS**

NOME	GRAU DE FAMILIARIDADE	DATA DO NASC.	SEXO
ANTONIO TENÓRIO			
SANDRO DE OLIVEIRA TENÓRIO			
ERIK DE OLIVEIRA TENÓRIO			
ALLAN DE OLIVEIRA TENÓRIO			
WALLACE DE OLIVEIRA TENÓRIO			
Márcia de Oliveira Tenório			

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Diferentemente do operariado do sexo masculino de origem rural, advindo de municípios de base agrícola do interior do Nordeste para compor o trabalho braçal na nascente das instalações da Chesf, mesmo que a mulher tivesse a mesma origem, ela exercia funções que exigiam uma maior escolaridade. Esta condição feminina estava intrinsecamente vinculada com o seu nível sociocultural, especialmente com os atributos vinculados com a escolaridade e conseqüentemente, em geral, elas ocupavam funções que na escala de valores

sendo que o jornal *Diário de Pernambuco*, um grande veículo de disseminação das reivindicações do Estado do Norte. (Muniz, 1999, p. 84).

da estratificação social, tinha maior prestígio do que as do operariado preto, preto e pardo do sexo masculino.

Prosseguindo com o perfil sociocultural, a fotografia abaixo, datada de 1970, registra um operário pardo, natural de Pernambuco, que exercia a função de mestre de armação, sua família era pouco numerosa. Nesta década, o processo de modernidade nas relações do mundo do trabalho e, conseqüentemente, do ponto de vista racial, o branqueamento do operariado e a não exposição dos corpos e o encolhimento sistemático das práticas racistas.

**Figura 69** – O progresso acelerando, fichando e marcando o povo no Sertão.

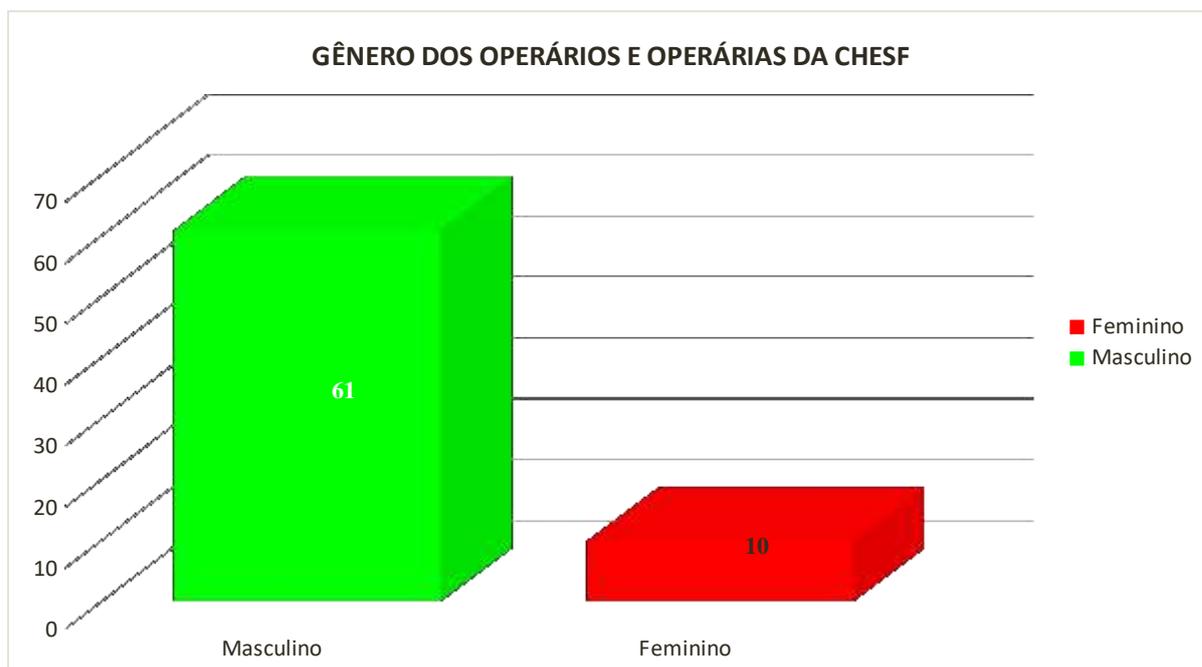
REGISTRO DE EMPREGADO				
	NOME	FRANCISCO DE ASSIS FREIRE DOS SANTOS		
	PAI	Vicente Freire dos Santos		
	FILIAÇÃO	MÃE Maria Oliveira dos Santos		
	ESTADO CIVIL	Casado	IDADE	19 ANOS
	DATA DO NASCIMENTO	14 de agosto de 1951		
	NACIONALIDADE	Brasileira		
	LUGAR DO NASCIMENTO	Triunfo	ESTADO	PE.
	DATA DA CHEGADA AO PAÍS	E NATURALIZADO?		
	CASADO COM BRASILEIRA?	TEM FILHOS BRASILEIROS?		
	CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL	Mestre de Armação (Atual) vv		
SINDICATO A QUE PERTENCE	Cód. 660 PL. III-CL. 10-EST. B			
N.º DE MATRÍCULA SINDICAL	Novo Cód. 1525			
RESIDÊNCIA	C. P. S. 7-03,90			
ART. PROFISSIONAL L.º 27.584 SÉRIE 235ª - AL. vv				
CART. RESERVISTA L.º 64.292-D CATEGORIA C. D. I.				
CART. ESTRANGEIRO Identidade N.º 1.544.321-PA.				
CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL N.º				
CARTEIRA DO I. A. P. N.º				
TÍTULO DE ELEITOR Zona 84ª Sec. 58ª N.º 15.733-PA.				
IMPRESSÃO DIGITAL Ts   0 RH   + MAT. 039403				
BENEFICIÁRIOS				
	NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO
	Milte Maria da Silva Santos	Esposa	210/44	F
	Cristiana da Silva Santos	Filha	120776	F
	Cristilene da Silva Santos	Filha	020580	F
	ASSINATURA DO EMPREGADO <i>Francisco de Assis Freire dos Santos</i>			
	DATA DA DISPENSA Chef - 800 830 _ / _ / _			
	MAT. 039403			

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

A constituição do operariado nas décadas de 1951 a 1980, de origem rural, de diferentes municípios dos Estados do Nordeste, com baixa escolaridade e a predominância racial de pretos, pretos e pardos, este perfil racial e suas variáveis serão alterados racialmente num processo que combinou mudanças nas funções, maior fluidez das práticas racistas e uma espécie de branqueamento nos anos 1980-1990<sup>42</sup>.

42 Na figura nº, *Ficha de Contrato de Trabalho, Naturalidade*, havia um espaço reservado na ficha para a nacionalidade, o que revela uma política de absorver o operário imigrante, o que ocorrerá na Chesf,

**Gráfico 4** - Década de 61-70 – Elas estão chegando... eles já estavam.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Indicam-se, pelos dados empíricos, que há uma relativa mudança na composição do operariado de acesso no período de 61-70, em função da oferta de serviços de reprodução, tais como: saúde, educação. Tendo como consequência a presença feminina, enquanto na década de 51-60, observamos 2 (duas) do sexo feminino, naquele decênio em análise observou-se a presença de 10 (dez), enquanto que dentre os masculinos registrou-se uma presença de 61 (sessenta e um) operários. Os dados apontam uma nova formação de gênero, mas prevalecendo ainda as relações raciais no mundo de trabalho.

A nossa categorização nos permitiu um mergulho no perfil sociocultural do operariado, se constituindo numa relevante variável da nossa investigação, pois à medida que a estatal ampliou sua rede de serviços para além dos canteiros de obras, do trabalho braçal e pesado, foi se construindo uma identidade também feminina no seio e nas relações do mundo

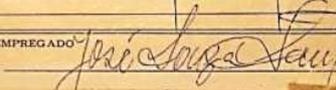
---

particularmente nas funções de maior prestígio social. No conjunto das fichas e dossiês, observamos a inexistência de um campo para a identificação da etnia, raça e cor. Diversos autores das relações étnico-raciais: **Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Hasenbalg, Moritz**, dentre outros.

O processo de branqueamento através da migração, foi profundamente analisado por Azevedo (1987, p. 144/163), no Estado de São Paulo, onde ela observa: “[...] O problema de forjar uma identidade nacional continua para a questão insistentemente colocada pelos imigracionistas, a purificação racial, o queria dizer não só substituição do negro pelo branco nos setores fundamentais da esperança de um processo de miscigenação embranqueadora”. Ainda acerca deste contexto, autora aponta também: “Deputado Martinho Prado Junior propôs um auxílio que em breve se tornaria decisiva para o sucesso da imigração em massa na província. O projeto autorizava o governo provincial a gastar 400 contos por ano como pagamento integral das passagens de migrantes e também como alojamento inicial destes por oito dias”.

do trabalho. Com a presença feminina, há uma minoração das práticas racistas, uma vez que este contingente não estava em funções diretamente nos canteiros, mas nos escritórios e dependências administrativas nos serviços da Chesf. Maior oferta de serviços dentro da narrativa de atração e permanência do contingente de pessoas para atender a concepção de mundo e as necessidades da nascente ordem implantada pela Chesf no sertão do São Francisco.

**Figura 70** – Registro de admissão, trabalhador nas obras da Chesf.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO				
	NOME	JOSÉ SOUZA SANTANA		
	PAI	MIRCOLINA SANTANA DE SOUZA		
	FILIAÇÃO	MÃE		
	MÃE	JULIA DE SOUZA LIMA		
	ESTADO CIVIL	Solteiro	VV	IDADE 21 ANOS
	DATA DO NASCIMENTO	27 de Novembro de 1958		
NACIONALIDADE	Brasileira			
LUGAR DO NASCIMENTO	Gloria	ESTADO Bahia		
CART. PROFISSIONAL	DATA DA CHEGADA AO PAIS			
N.º 11900	CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL			
SERIE 1048	Trabalhador VV			
CART. RESERVISTA	N.º DE MATRICULA SINDICAL			
N.º 050040	RESIDÊNCIA			
CATEGORIA CIL				
CART. IDENTIDADE	BENEFICIARIOS			
183788-SEPBA				
N.º CS, O RH. +	NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	
CART. DE TITULO PROFISSIONAL	Alicia Souza Santana	Esposa	01-08-16	
N.º	Carlos Alberto Santana +	Filho	31/10/62	
	Paulo Roberto Santana	Filho	13/0/64	
	Mã Eliete Santana	Filha	06/1/65	
CARTEIRA DO I.A.P.	Mã Eliete Santana	"	22/06/67	
N.º 1392772	Mã Josélica Santana	"	21/02/69	
	Maria Jocelia Santana	Filha	1/01/71	
TITULO DE ELEITOR Seção 2º	Jocilda Souza Santana	Filha	24/03/74	
N.º 1.070-Ba.	Hilton César Souza Santana	Filho	27/01/76	
IMPRESSÃO DIGITAL 0588395/87	ASSINATURA DO EMPREGADO			
				
	ATA DA DISPENSA	010893	30/1	

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Na fotografia, o operário apresenta as seguintes características socioculturais: solteiro, 21 anos, natural de Glória-Bahia, pardo, 8 (oito) filhos, exercia profissão de trabalhador vv, ou seja, trabalhador de campo, trabalho braçal. Estas características ainda são predominantes desde as décadas de 1951 até 1980, conforme já mencionado anteriormente, isto corrobora-se que a Chesf, em sua “pele”, ainda era preta e no *continuum* de preto com as construções fluidas de preto e pardo. Aponta-se para o racismo implícito nas relações estabelecidas do interior da empresa no sertão. O operariado da Chesf vai ficando mais adulto e conseqüentemente vai diminuindo a presença de operários mais jovens e operários aprendizes.

Em suma, o estado civil indica nas décadas de 61-70 a agregação de um novo perfil do operariado, casados e de escolaridade mais diversificada, com de formação em ensino médio,

o que demanda a ocupação funcional em atividades de maior prestígio social, conforme análise seguintes. Contudo, as práticas racistas permanecem inalteradas, uma vez que a composição do operariado segue a mesma identidade racial dos anos 51-60, que compuseram os empreendimentos da estatal no sertão.

**Figura 71** – Se tem emprego, tem muitos filhos.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO  
REGISTRO DE EMPREGADO

FOTOGRAFIA: 

NOME JOSÉ SATYRO DOS SANTOS  
PAI Satyro Gomes dos Santos

FILIAÇÃO MAE Maria Aimerinda da Conceição

ESTADO CIVIL Solteiro VV IDADE 18 ANOS

DATA DO NASCIMENTO 7 de Maio de 1942

NACIONALIDADE Brasileira

LUGAR DO NASCIMENTO Água Branca ESTADO Alagoas

CART. PROFISSIONAL N.º 58.411 SERIE 124<sup>6</sup>

CART. RESERVISTA N.º 823120 CATEGORIA I.M.

CART. DE IDENTIDADE N.º 1.704.180-SSPEA CS. O RH. +

CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL N.º 19937745

CART. DEIRA DO I.A.P. N.º 19937745

TÍTULO DE ELEITOR N.º 26

DATA DO CHEGADA AO PAIS

CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL Trabalhador VV

SINDICATO A QUE PERTENCE

N.º DE MATRICULA SINDICAL

RESIDENCIA

BENEFICIARIOS				
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	
Maria Izabel dos Santos	Esposa	05-05-47	F	
Roberto Satyro dos Santos	Filho	20/11/63	M	
Roberto Satyro dos Santos	Filho	4/6/65	M	
Renilda Satyro dos Santos	Filha	13/10/67	F	
Riconeide Satyro dos Santos	Filho	4/3/69	F	
Humberto Satyro dos Santos	Filho +	31/1/77	M	
Humberto Satyro dos Santos	Filho	03/11/77	M	
Renato Satyro dos Santos	Filho	27/03/81	M	

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Na fotografia acima, descreve-se o operariado, natural de Água Branca-Alagoas, solteiro, 18 anos, 7 filhos, exerceu o ofício de trabalhador de campo vv. Registra-se nessa descrição, que não há uma linearidade acentuada na composição do operariado.

Acrescenta-se que na década de 61-70, permanece as questões da estrutura familiar, da origem rural, da escolaridade e no caso em tela, uma quantidade de filhos que expressa mais uma vez, as questões culturais para o contexto da época, em que a maternidade e a paternidade se configuram numa das características do sertanejo, nordestino e operariado da Chesf. Admissão em larga escala, de operários pretos e pardos, que continuam compondo um contingente de trabalhadores no Velho Chico.

Reiteramos que nas décadas iniciais de implantação da estatal na região do São Francisco, as famílias eram hegemonicamente numerosas, uma vez que os operários tinham um número considerável de filhos. Esta característica de formação familiar se constitui dentro das identidades ancestrais de formação do povo, especialmente os nordestinos, para o

contexto analisado, uma característica acentuada de laços de parentesco mais amplos e consolidados.

A relação, identidade racial e estrutura familiar, constituem-se em traços e pilares relevantes da investigação sobre as identidades, vinculando com naturalidade, escolaridade, funções na estatal e a exposição das práticas racistas, das relações laborais no São Francisco.

É conspícuo na análise do Gráfico 5 abaixo, a constituição do operariado nas décadas de 61-70 pela média de idade e predominantemente jovem, sendo que entre 13 e 14, registrou-se 8 operários, 15 a 25 anos teve 25 (vinte e cinco) operários e entre 26 e 35 anos foram 14 (quatorze) operários. No período inicial de instalação da Chesf sobre seu projeto modernizante no sertão, além das questões raciais, percebe-se a necessidade de mão de obra e portanto uma presença significativa de menores aprendizes.

**Gráfico 5 - Década de 61-70 – Jovens, o Progresso do Sertão-Nação.**



Fonte: Elaborada pelo autor.

Depreendemos que a inserção de pessoas jovens nas décadas iniciais se constitui em uma das variáveis que se relacionam com escolaridade e a necessidade imperiosa da empresa pela mão de obra, especialmente para o trabalho braçal de escavação, para a construção das usinas e barragens na região do São Francisco. A formação do operariado neste período passava mais pela necessidade dos sujeitos e da empresa para seu empreendimento à nascente ordem competitiva de industrialização e urbanização.

As imagens se configuram dentro de nosso campo de reflexão de uma forte presença preta e parda nas décadas de 51-60 e 61-70, o que atesta a inserção do operariado na

engrenagem, revelando-se uma inclusão precária, invisível e marginal da desigualdade. A Chesf é racializada em suas décadas iniciais de operários de fenótipo preto, de origem rural e com um número de filhos sempre numeroso.

**Figura 72** – Rostos expostos... trabalho garantido.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO				COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO																																																												
																																																																
NOME: ANTONIO TOMÁS DE SOUSA PAI: Antônio Tomás de Sousa FILIAÇÃO: Mãe Maria das Dores de Sousa ESTADO CIVIL: Casado (V.V.) IDADE: 24 ANOS DATA DO NASCIMENTO: 13 de Agosto de 1996 NACIONALIDADE: Brasileira LUGAR DO NASCIMENTO: Mata Grande ESTADO: Alagoas				NOME: JOÃO PEREIRA DA SILVA PAI: João Pereira da Silva FILIAÇÃO: Mãe Sebastiana da Silva ESTADO CIVIL: Casado IDADE: 22 ANOS DATA DO NASCIMENTO: 11 de Agosto de 1974 NACIONALIDADE: Brasileira LUGAR DO NASCIMENTO: Pesqueira ESTADO: Pernambuco																																																												
CART. PROFISSIONAL: Nº 59.493 SÉRIE: 1044				CART. PROFISSIONAL: Nº 89916 SÉRIE: 578																																																												
CART. RESERVISTA: Nº 17740 CATEGORIA: 2				CART. RESERVISTA: Nº 13071 CATEGORIA: 2																																																												
CART. IDENTIDADE: Nº 10.389-11				CART. IDENTIDADE: Nº 10.389-11																																																												
CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL: Nº 10.389-11				CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL: Nº 10.389-11																																																												
CART. DEIRA DO I.A.P. Nº 744-977				CART. DEIRA DO I.A.P. Nº 2667034																																																												
TÍTULO DE ELEITOR: Nº 8128 - Ba.				TÍTULO DE ELEITOR: Nº 7027 - Ba.																																																												
IMPRESSÃO DIGITAL: Nº 039915045/53				IMPRESSÃO DIGITAL: Nº 018503695/34																																																												
ASSINATURA DO EMPREGADO: <i>Antonio Tomás de Sousa</i>				ASSINATURA DO EMPREGADO: <i>João Pereira da Silva</i>																																																												
DATA DA DISPENSA: 010707 28/04/91				DATA DA DISPENSA: 010731																																																												
BENEFICIÁRIOS				BENEFICIÁRIOS																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ca.ª M.ª R.ª d.ª Silv.ª</td> <td>Esposa</td> <td>17-5-79</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Rosineide Maria da Silva</td> <td>Filha</td> <td>18-01-61</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Rosimar Maria da Silva</td> <td>Filha</td> <td>11-01-65</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Lucas Antonio da Silva</td> <td>Filho</td> <td>15-06-65</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Luizmar Antonio da Silva</td> <td>"</td> <td>22-06-66</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Ceceliane Maria da Silva</td> <td>Filha</td> <td>09-06-68</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Rianor Natal da Silva</td> <td>Filho</td> <td>07-09-70</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Carla Maria da Silva</td> <td>Filha</td> <td>11-12-72</td> <td>F</td> </tr> </tbody> </table>				NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	Ca.ª M.ª R.ª d.ª Silv.ª	Esposa	17-5-79	F	Rosineide Maria da Silva	Filha	18-01-61	F	Rosimar Maria da Silva	Filha	11-01-65	F	Lucas Antonio da Silva	Filho	15-06-65	M	Luizmar Antonio da Silva	"	22-06-66	M	Ceceliane Maria da Silva	Filha	09-06-68	F	Rianor Natal da Silva	Filho	07-09-70	F	Carla Maria da Silva	Filha	11-12-72	F	<table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>M.ª das Graças A. da Silva</td> <td>Esposa</td> <td>05.0</td> </tr> <tr> <td>Edna Maria F. da Silva</td> <td>Filha</td> <td>25.1</td> </tr> <tr> <td>Sajia M.ª F. da Silva</td> <td>Filha</td> <td>05.6</td> </tr> <tr> <td>João Airton F. da Silva</td> <td>Filho</td> <td>05.0</td> </tr> <tr> <td>Jose Adilson F. da Silva</td> <td>Filho</td> <td>09.0</td> </tr> <tr> <td>Paula Jane Ferreira</td> <td>Filha</td> <td>30.0</td> </tr> </tbody> </table>				NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	M.ª das Graças A. da Silva	Esposa	05.0	Edna Maria F. da Silva	Filha	25.1	Sajia M.ª F. da Silva	Filha	05.6	João Airton F. da Silva	Filho	05.0	Jose Adilson F. da Silva	Filho	09.0	Paula Jane Ferreira	Filha	30.0
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO																																																													
Ca.ª M.ª R.ª d.ª Silv.ª	Esposa	17-5-79	F																																																													
Rosineide Maria da Silva	Filha	18-01-61	F																																																													
Rosimar Maria da Silva	Filha	11-01-65	F																																																													
Lucas Antonio da Silva	Filho	15-06-65	M																																																													
Luizmar Antonio da Silva	"	22-06-66	M																																																													
Ceceliane Maria da Silva	Filha	09-06-68	F																																																													
Rianor Natal da Silva	Filho	07-09-70	F																																																													
Carla Maria da Silva	Filha	11-12-72	F																																																													
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.																																																														
M.ª das Graças A. da Silva	Esposa	05.0																																																														
Edna Maria F. da Silva	Filha	25.1																																																														
Sajia M.ª F. da Silva	Filha	05.6																																																														
João Airton F. da Silva	Filho	05.0																																																														
Jose Adilson F. da Silva	Filho	09.0																																																														
Paula Jane Ferreira	Filha	30.0																																																														

Fonte: CDOC - Paulo Afonso – Bahia.

Prosseguindo a análise e descrição do perfil sociocultural, a imagem à esquerda apresenta um operário preto, natural de Mata Grande-AL, admitido na empresa com 24 anos, exerceu a função de motorista, e sua família era numerosa, composta por 7 filhos. À direita, operário preto, natural de Pesqueira-PE, admitido na empresa aos 22 anos, também exerceu a função de motorista, e em seu núcleo familiar constava a presença de 5 filhos.

**Gráfico 6** - Década de 61-70 – A força preta e parda nas terras do sertão.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Continuando a descrição do operariado, observou-se no Gráfico 6, a composição racial do operariado, sendo 36 (trinta e seis) pretos, 17 (dezesete) pardos e 7 (sete) brancos<sup>43</sup>. A predominância de pretos e pardos ainda está dentro da lógica de inserção de um contingente rural e de baixa escolaridade nas fases iniciais de implantação da empresa na região do São Francisco. Enfim, nos anos 61-70, a formação de mão de obra para o trabalho braçal, não sofreu uma significativa alteração em relação aos anos anteriores de 51-60. Pretos e pardos continuavam compondo as fileiras do trabalho braçal no São Francisco.

É eminente observar, que no documento abaixo, disponível no CDOC, a variável escolaridade como uma das manifestações do racismo no sertão do São Francisco, perpassa especialmente as décadas de 51 a 80, como uma estrutura indicativa de colocação dos operários nas suas funções. As nomenclaturas “sabe ler e escrever” e “assina o nome” eram utilizadas largamente pela estatal para definir o perfil socioeducativo do operariado. O operariado preto, preto e pardo, em sua imensa maioria, era assim classificado como uma identidade positiva para o ingresso na empresa.

<sup>43</sup> A exemplo de registros anteriores, o trabalho empírico de análise dos dossiês do CDOC, não foi possível a identificação da classificação racial de 11 (onze) operários, em função da ausência de imagens fotográficas nas fichas de admissão.

**Figura 73** – O sistema marca, só precisam ler e escrever.

Nome <u>José Ferreira da Silva</u>	Chapa <u>4507</u>
Cart. Prof. Nº <u>85918</u>	Serie <u>53</u> I. A. <u>PZTV-2669/20</u>
Cert. Reservista: <u>143077</u>	Categ. <u>21</u>
Nacionalidade <u>Brasileira</u>	Estado civil <u>Casado</u>
Data do Nascimento <u>12 de Agosto de 1937</u>	
Local do Nascimento <u>Pesqueiras</u>	Estado <u>Pa.</u>
Filiação { Pai <u>Pedro Profirio da Silva</u>	
{ Mãe <u>Sebastiana da Silva</u>	
Grau de instrução <u>Sabe ler e escrever</u>	
Cargo <u>Motorista</u>	
Salario-hora-Cr\$. <u>16,00-25,00</u>	
Data de admissão <u>02 de Junho de 1960</u>	
Admitido por ordem do snr. <u>A.D.A.</u>	
Data da saída _____	Motivo: _____
Fam. <u>Maria das Graças Ferrreira da Silva (esposa)</u>	
Endereço: <u>Vila de Fátima - Paulo Afonso - Pa.</u>	
<u>C.N.H. 10.169 - Front. 10.195 - Ident. 85.918.</u>	

Nome <u>Severino Antonio Silva</u>	Chapa _____
Cart. Prof. Nº _____	Serie _____ I. A. _____
Cert. Reservista: <u>170363</u> ✓	Categ. _____
Nacionalidade <u>Brasileira</u>	Estado _____
Data do Nascimento <u>15 de Março de 1956</u> ✓	
Local do Nascimento <u>Est. Grande</u> ✓	Estado _____
Filiação { Pai <u>Antonio Tomas do Nascimento</u> +	
{ Mãe <u>Maria das Graças da Conceição</u> ✓	
Grau de instrução <u>Assina o nome</u>	
Cargo <u>Motorista</u>	
Salario-hora-Cr\$. <u>16,00-25,00</u>	
Data de admissão <u>01 de Julho de 1960</u>	
Admitido por ordem do snr. <u>A.D.A.</u>	
Data da saída _____	Motivo: _____
Fam. <u>Mãe, e Maria Aparecida, Maria do Socorro (irmãs)</u>	
Endereço: <u>Vila Operária - Paulo Afonso - Ba.</u>	

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Para Hansenbalg (1979), a desigualdade racial de oportunidades educacionais definidas como diferença na realização educacional de acordo com descrição racial – aparece claramente na distinta distribuição de pessoas brancas e não brancas na hierarquia educacional. No conjunto do operariado funciona a discriminação racial juntamente com discriminação educacional, em que a escolaridade e a cor da pele faziam parte da mesma narrativa para as posições ocupadas pelo operariado. Não é a sobrevivência do escravismo como referencial de brancos e não brancos, mas as relações estruturadas no intercâmbio desigual da origem social, escolaridade, fenótipo que revelam as práticas discriminatórias da Chesf, que reforçam e ampliam as condições inferiorizadas dos trabalhadores pretos e pardos.

Na Figura 74, “analfabeto”, “assina o nome” e “sabe ler e escrever”, possuem a mesma conotação e classificação, o que sugere a presença maciça desse operariado e do racismo fluido que operava sobre pobres e pretos. A segunda imagem consta-se, alguns tímidos avanços na formação escolar do operariado no período analisado, o “primeiro grau” com casos mais restritos, na condição socioeducativa dos trabalhadores e trabalhadoras da Chesf.

**Figura 74** – Pouca escolaridade, mas para o sistema, muita força para o trabalho.

**Form 1 (Left):**

Nome: Cicero Ferreira de Lima ✓ 10758 Chapa: 4504  
 Cart. Prof. Nº: 67475 ✓ Serie: 101 ✓ I. A. P. I.: 13937052  
 Cert. Reservista: \_\_\_\_\_ Categ.: \_\_\_\_\_  
 Nacionalidade: Brasileira Estado civil: Solteiro  
 Data do Nascimento: 20 de Agosto de 1939 ✓  
 Local do Nascimento: União dos Palmares ✓ Estado: Al. ✓  
 Pai: Augusto Ferreira de Lima  
 Mãe: Acollina Maria da Conceição ✓  
 Grau de instrução: Analfabeto  
 Trabalho: Trabalhador  
 Matrícula: 12,50 - 2000  
 Data de admissão: 03 de Junho de 1960  
 Emitido por ordem do sr. A.D.A.  
 Data de saída: 20/01/1991 Motivo: SEN JUSTA CAUSA, conforme RO/SPIR-003/91, de  
 nome Pais, a Maria, Valdemar, Amadeu (irmãos)  
 Endereço: Vila de Fátima - Paulo Afonso - Ba.

**Form 2 (Right):**

**INSCRIÇÃO PARA ACESSO**  
 (A ser preenchido de próprio punho)

Nº: 0185  
 Matr./Ano: 08/77

**1. IDENTIFICAÇÃO / DADOS FUNCIONAIS**  
 Nome: CARLOS JOSÉ DE MENEZES Matrícula: 029  
 Cargo: AUX. ADMINISTRATIVO/Pioneiro II Classe: CG Estágio: 2  
 Lotação atual: SSI/SSEF/161CT Localidade: Petrolândia-PE  
 Ocupa o cargo atual desde: 01/09/1973 Data de admissão: 19/10/71

**2. DADOS PESSOAIS**  
 Endereço: RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - N.º 86  
 Bairro: CENTRO Cidade: PETROLÂNDIA-PE Fone: \_\_\_\_\_  
 Idade: 28 ANOS Estado civil: CASADO Nº dependentes: 01 Nº filhos em escola: \_\_\_\_\_

**3. INSTRUÇÃO**

Curso	Estabelecimento/Cidade	Incompleto (até na série concluído em)	Completo (concluído em)
1º Grau	ESCOLA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA PETROLÂNDIA-PE		1967
2º Grau (até ou terminado)	ESCOLA COMERCIAL SÃO FRANCISCO PETROLÂNDIA-PE		1970
Superior (especificar)			
Mes-Graduação (especificar)			

\* Se estiver estudando, citar série que está cursando: \_\_\_\_\_  
 Horário: das \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas.

**4. CURSOS COMPLEMENTARES**

Título do Curso	Duração	Local
CURSO DE REGISTRO DE OPERADORIA	20 DIAS	ESPPA

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Raça tem uma relação com a educação, pois o operariado branco desfrutou de mais oportunidades a partir de seu maior grau de escolaridade, fez ampliar seus privilégios em relação às ocupações e ter uma ascendência em relação aos operários pretos e pardos. As desigualdades de inserção e permanência no sistema educacional marcam também a elevada estratificação nas funções ocupadas na Chesf.

Na Tabela 15, do total de 71 dossiês analisados, a distribuição escolar do operariado estava assim dividido: 19 (dezenove) operários foram classificados como analfabetos; 7 (sete) se enquadravam em alfabetizados; 10 (dez) assinavam o nome; 12 (doze) sabiam ler e escrever; 4 (quatro) estudaram da 1ª até a 4ª série; 3 (três) estudaram da 5ª até a 8ª série; 2 (dois) concluíram o 2º Grau; apenas 1 (um) encerrou o 2º Grau técnico e nenhum alcançou o ensino superior<sup>44</sup>. Constata-se o baixo nível de escolaridade do operariado, especialmente os pretos, pretos e pardos. A educação se constitui como um atributo relevante para a mobilidade numa sociedade estratificada e dividida em classes sociais.

44 No campo empírico das análises de dossiês e levantamento dos registros de acordo com as categorias listadas na tabela, 13 dos dossiês não possuíam registros acerca da escolaridade.

**Tabela 11** - Coincidência e destino: os pretos e pardos eram analfabetos.

Nível de escolaridade	Quantidade
Analfabetos	19
Alfabetizados	7
Assina o nome	10
Sabe ler e escrever	12
1ª a 4ª série	4
5ª a 8ª série	3
2ª Grau completo	2
2ª Grau incompleto	0
Técnico de 2º Grau	1
Superior completo	0
Superior incompleto	0
Técnico de nível superior	0
Sem Registro	13
Total	71

Fonte: Elaborada pelo autor.

No período de 61-70, a escolaridade do operariado não sofre significativa mudança, visto que ainda há uma predominância de analfabetos, os que *assinam o nome e sabem ler e escrever*, na ocupação dos ofícios da estatal. Esta característica do operariado, permitiu um aumento das práticas racistas no Sertão de Paulo Afonso.

### 3.2.1 Década de 61-70: corpos machucados, elogios e racismo nas águas do velho chico

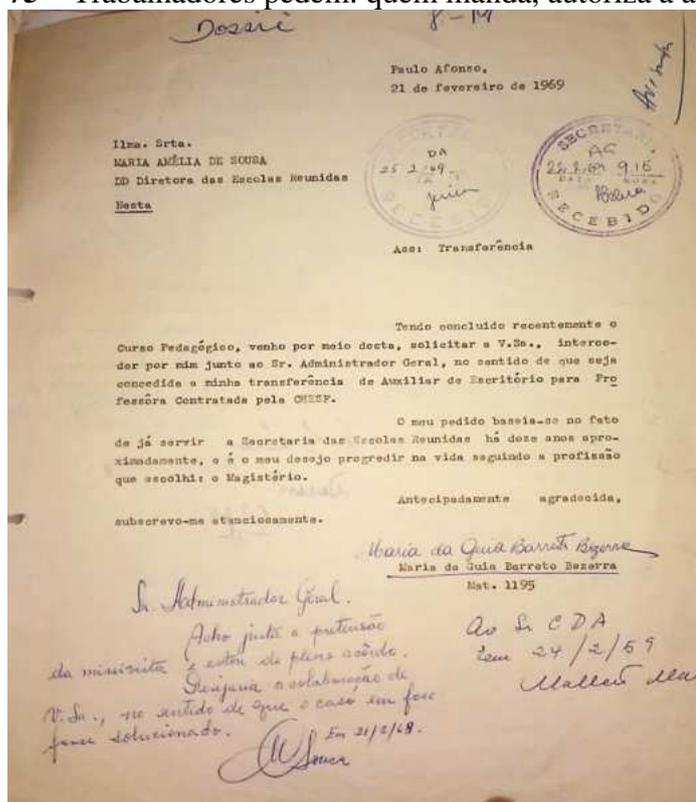
Prosseguindo a análise das relações engendradas no mundo do trabalho, como uma das expressões que perpassavam as relações de práticas racistas da Chesf, alimentada por sua narrativa sobre a natureza, os pretos e pardos, que se materializavam numa hierarquia racial, que distinguiram para além das funções ocupacionais do operariado e todo o conjunto de normas, regras, que marcaram a raça no sertão.

A década de 61-70 não alterou significativamente a forma racializada e segregacionista imputada pela estatal aos trabalhadores considerados de baixa escolaridade, de origem rural, que se submetiam às relações de *mando*, de *obediência* e *punições*. As relações raciais do mundo do trabalho, ainda tinham uma marca mais pessoal do que institucional, e em muitos casos, se estabelecia uma prática subalternizada entre os *dirigentes* e os *dirigidos*.

No documento abaixo, disponível no CDOC, identifica-se que ainda há a prevalência das relações pessoais nos processos de promoção do operariado, o que se configura uma

relação entre senhor e trabalhador, que de certa forma perpassa o mundo do trabalho no interior da Chesf, onde a escolaridade desempenha um papel relevante na mobilidade social de modo geral e em particular dos operários brancos e pardos, e mais ainda, os do sexo feminino.

**Figura 75** – Trabalhadores pedem: quem manda, autoriza a admissão.



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

A Chesf não alterou nas suas décadas iniciais, as relações de classe e raciais. Há sempre um misto de meritocracia, escolaridade e proximidade do operário com as estruturas hierárquicas de poder.

**Figura 76** – Entre flores e espinhos, tem oportunidades e elogios na região.

SERVICHO DE PESSOAL  
 Protocolo de Entrada  
 Data 12-11-63 Hora

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

CORRESPONDÊNCIA INTERNA N.º  
 DATA 14 DE NOVEMBRO DE 1963.

De Sr. Célia N. Couto Paulo Afonso - Ba.  
 DO Sr. Judas Tadeu da Fonseca Paulo Afonso - Ba.

ASSUNTO: PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA

Conforme é do conhecimento de V.S. há muito que desejo trabalhar em oficinas, por se tratar de profissão da minha preferência e outros motivos particulares.

Ciente de uma vaga que se deu nos serviços da D.M.E. procurei conversar com o Dr. Vasco, chefe daquele serviço. Tudo ficou certo, dependendo da autorização da senhora, a quem solicito o máximo empenho, para que esta transferência seja possível.

Atenciosamente  
 Judas Tadeu da Fonseca  
 Judas Tadeu da Fonseca - 1046

*do chefe do Sr. do  
 Assistentente  
 comunicamos a V.S.  
 e estamos de acordo  
 com a transferência,  
 atendendo as pro-  
 prias necessidades.*  
 Alberto

*12/11/63  
 dada a posse e concordância  
 do Sr. Vasco, chefe do serviço  
 de oficinas da D.M.E., para  
 a transferência do Sr. Paulo  
 Afonso para o serviço de Reten-  
 ção*

*Eng. chefe do D.M.E.  
 concordamos com a  
 transferência do Sr. Paulo  
 Afonso para o serviço  
 de Reten-  
 ção*  
 O Sr. Flávio  
 estamos de acordo  
 com a transferência  
 do Sr. Paulo Afonso  
 para o serviço de Reten-  
 ção

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Na **Figura 76**, de correspondência interna, registra-se uma das características das relações psicossociais estabelecidas no interior da Chesf, pois no quadro de pedido de transferência, o operariado em questão, manifesta seu desejo de mudança de função com critérios de relações pessoais de hierarquização, do que por outras categorias mais institucionalizadas das relações do mundo do trabalho. Essa dimensão entre superior e inferior, ou operário e chefe imediato, é um dos mecanismos de relação de poder na estatal, comumente para os operários pretos e pardos.

Prosseguindo as análises das práticas racistas nas relações do universo do trabalho, encontra-se na Tabela 16 as ocupações anteriores e as promoções do operariado branco, preto e pardo nas décadas de 61-70, sendo que do universo de 5 (cinco) operários e operárias, 1(um) é preto, porém sem registro de suas funções e promoções; 3 (três) são pardos e 1(uma) branca. Há uma predominância racial nas décadas de 51-60, 61-70, de pretos e pardos na formação desse contingente do operariado. Esta dimensão está ao longo desta investigação,

consubstanciada pelos dados empíricos pelas variáveis naturalidade, escolaridade e ocupação na empresa.

**Tabela 12 - Pretos e pardos e suas funções subordinadas da estrutura de classes.**

<b>Etnia – raça – cor</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Promoção</b>
Branco	Aux. Administrativo	1	Secretária
Pretos	Sem Registro	0	Sem Registro
Pardos	Ajudante de Pedreiro	1	Contramestre de Urbanização e Saneamento
	Aux. de Secretaria	1	Secretária
	Aux. de Escritório	1	Inspetor LT (Linha de Transmissão)

Fonte: Elaborada pelo autor.

Destarte, no campo das promoções, uma relativa mobilidade em casos mais específicos, conforme na tabela. Uma operária branca, que inicialmente ocupava a função de auxiliar administrativa, foi promovida para secretária; uma operária parda, que exercia a função de auxiliar de secretaria e passou a ser secretária. A mobilidade, vinculada à escolaridade, era mais presente nas operárias do sexo feminino, que tanto nas décadas iniciais de instalação da Chesf, eram incorporadas em atividades de maior prestígio social do que o operário do sexo masculino.

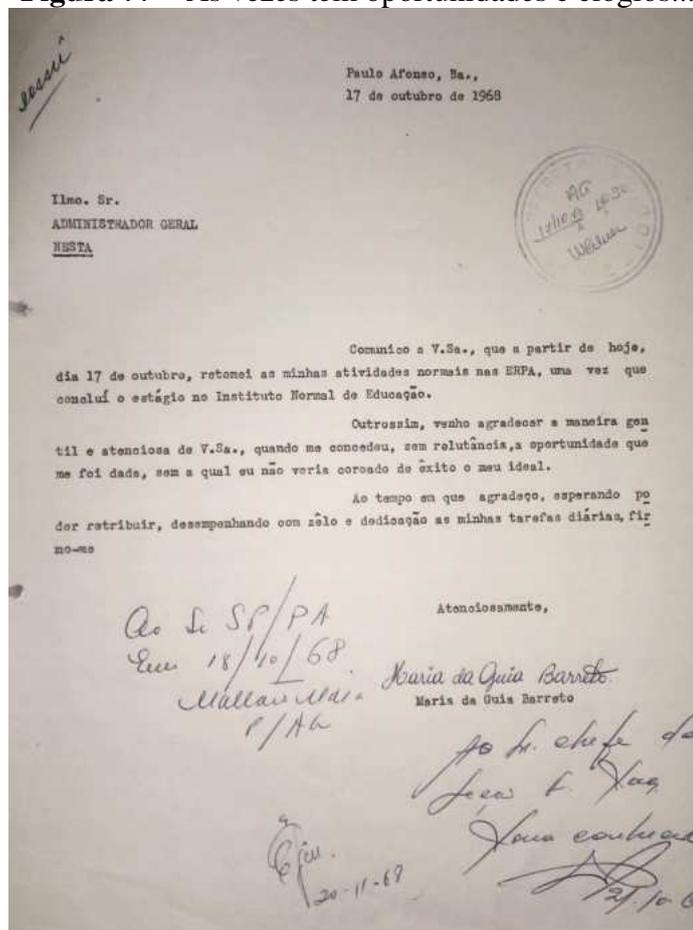
No caso em tela em que se refere ao operário do sexo masculino, as promoções obedecem a seguinte natureza: um operário pardo, que de início ocupava a função de ajudante de pedreiro, foi promovido para contramestre de urbanização e saneamento; um pardo que exercia a atividade de auxiliar de escritório, passou a exercer a função de inspetor de linha de transmissão (LT).

As ocupações do operariado preto concentraram-se em funções de menor prestígio social, tais como: carpinteiro, trabalhador, ajudante de pedreiro, ajudante de mecânico, soldador, auxiliar de topografia, enquanto os operários pardos ocupam funções semelhantes ao saber: auxiliar de comércio, trabalhador e operário braço pedreiro e carpinteiro, e um caso específico de operária branca como professora de 1 auxiliar de escritório.

Operários da Chesf, pretos e pardos em funções subordinadas da estrutura de classes, e igualmente inferiores na ótica da estratificação social. A pigmentação do operariado colocou no contínuo relacionado à sua negritude, que o afirma e o nega nas estruturas da Chesf, as desigualdades raciais no interior da Chesf refletem a operação contínua de princípios racistas

de seleção social. A Chesf não tinha uma legislação explicitamente racista, tinha uma prática sutilmente discriminatória.

**Figura 77** – Às vezes tem oportunidades e elogios...



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Ainda no registro empírico das promoções, que no interior da Chesf, o atributo individual e as relações entre operários e dirigentes, mais uma vez, a dimensão pessoal é explicitamente manifestada na **Figura 78**, como observado nas palavras “venho agradecer a maneira gentil e atenciosa...”, “me concedeu” e “a oportunidade”. Invariavelmente registra-se os casos de promoção, entretanto, na investigação, não conseguimos identificar a normatização dos critérios de concessão ou não de mudança de função.

**Figura 78** – “A Chesf que morde e assopra” no sertão.

OCORRÊNCIAS DISCIPLINARES	
HISTÓRICO	
6	ELOGIADO pelo Sr. Com. da 1ª CIA AND PELO ESFORÇO E CONDUTA EXEMPLOS SERVIDOR DURANTE AS OPERAÇÕES DE 15/11/70 c/Ofl. 132-C/1.
0	Elogiado pelo esforço e abnegação de trabalhadores na remoção dos corpos dos serv idores que sucumbiram no doloroso acidente dia 07/03/70, c/RDA-6393/70.

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

S. A. S., Matrícula 010.707, 24 anos, casado, 6 (seis) filhos, preto, natural de Mata Grande-Alagoas, motorista. O aludido operário, no dia 04 de junho de 1970, recebera elogio pelo esforço e abnegação demonstrados na remoção dos corpos dos servidores que sucumbiram no doloroso acidente do dia 7 de março de 1970, conforme c| RDA 6393-70.

No quadro 4, a respeito dos reconhecimentos e elogios da estatal em relação ao operariado, dos casos identificados, apenas uma operária branca foi elogiada pela sua atuação no comércio, enquanto os operários do sexo masculino preto e pardo não há registro de possíveis reconhecimentos. O operário branco, nas suas relações de trabalho, em função de sua cor, e conseqüentemente de sua escolaridade, tinha mais espaço de ascensão e mobilidade social, como percebemos que no total de tantos operários brancos, tantos pretos que não há registro, e tantos pardos.

**Quadro 4** - Às vezes as pessoas furavam a dureza das rochas do sistema.

Etnia	Sexo	Reconhecimento
Branco	M	Sem Registro
Branco	F	Pela comunicação do comércio
Preto	M	Sem Registro
Pardo	M	Sem Registro

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo Hasenbalg (1979), a operação do sistema industrial, longe de dissolver as estruturas de estratificação racial formadas num passado industrial, tende a reproduzir o padrão global de supraordenação-subordinação racial prevalente na sociedade como um todo. Nas “brechas” do sistema, a Chesf registrava as ações eventuais do operariado, entretanto, os dados nos apontam que o operariado branco, mesmo aqueles de função sem relevante prestígio social, recebiam os elogios e reconhecimentos, diferentemente de operários pretos, pretos e pardos.

O conjunto de documentos que fundamentam a tese, as hipóteses e os objetivos dessa investigação, de um racismo à sertaneja, os dossiês expressavam a magnitude do acompanhamento cotidiano da vida do operariado.

Na imagem abaixo, denominada de *Ocorrências Disciplinares*, datado e a descrição da punição, por exemplo: *o operário no dia 06-10-68, foi advertido por deixar marcar relógio 1 vez; no dia 03-07-70, suspenso por encontrar-se dormindo em seu posto de serviço; no dia 21-08-84 foi advertido por ter se portado de modo inconveniente no Restaurante da Chesf.* O controle do tempo é o controle do corpo, a advertência comportamental, no espaço coletivo.

**Figura 79** - Cara ou Coroa? Racismo e punição no sertão

OCORRÊNCIAS DISCIPLINARES	
DATA	HISTÓRICO
06-10-68	Advertido por deixar marcar relógio 1 (uma) vez, conf. DA/PA/5089-02 Ok de 03.10.68
260269	Elogiado pelo bom serviço prestado durante o carnaval no Copa - C/ Copa 25/69. S/Efeito
030770	Suspenso por encontrar-se dormindo em seu posto de serviço, conforme SPA/3136/70 (02 dias)
60210884	Advertido por ter se portado de modo inconveniente no Restaurante da CHESF, conforme CRS/P/-012/84

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

A estrutura produtiva engendrada pela Chesf, especialmente em suas décadas iniciais, além de apresentar as condições de precariedade no mundo do trabalho, marcava consideravelmente o corpo do operariado, tanto no número de acidentes, como na sujeição e

aplicação de punições amplamente denominadas de *ocorrências disciplinares*. Os corpos pretos e pardos sentiam na sua estrutura psicossocial as marcas do peso, da disciplina e das punições:

Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder. Encontramos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujo as forças se multiplicam (Foucault, 1987, p. 117).

A manifestação mais explícita do tratamento discriminatório e racista, dispensado pela Chesf ao operariado preto, preto e pardo, foram as punições, a disciplinarização e a vigilância. Contudo, no mesmo registro de *ocorrências disciplinares*, há um elogio pelos serviços prestados durante as manifestações carnavalescas, no clube destinado aos operários.

As práticas discriminatórias e racistas, marcadas predominantemente no mundo do trabalho, estendia-se as diferentes relações socioculturais, as quais as de lazer foram minuciosamente separadas entre os operários pretos, pardos e brancos. Ou seja, entre os objetificados, animalizados, denominados de operários *cassacos*, e os escolarizados, brancos engenheiros.

No documento *Correspondência Interna*, a operária preta recebe a punição de suspensão disciplinar por cinco dias, por ter sido encontrado dormindo em seu posto de serviço. Mais uma vez o tempo de produção não é o tempo do corpo do operário. Aqui há uma coisa menos comum no campo das punições e das ocorrências, a punição não foi para um operário e sim para uma operária.

**Figura 80** – A força jurídica da punição.

**CHESF** COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO  
CORRESPONDÊNCIA INTERNA Nº Dd/In- 647  
DATA 22 de Fevereiro de 1969

do Serviço Maria Auxiliadora Oliveira Tenório IHAS - Paulo Afonso - Bahia	do Chefe da Divisão Administrativa Paulo Afonso - Bahia
---	---

ASSUNTO: Suspensão disciplinar

*graci*  
*20/02/69*

Após parecer do Serviço Jurídico/PA, anexo à correspondência S&T/INAS-019/69, e posterior determinação do Sr. AG/PA, comunicamos que aplicamos-lhe a pena de suspensão disciplinar por cinco dias, a contar de 25 de janeiro pp.

A punição em causa lhe foi imposta por haver sido V.Sa. encontrada às 04:00 horas do dia 24/01/69, dormindo no seu posto de serviço, sob forma termos daquele expediente.

Outrossim, esclarecemos que deixamos de aplicar punição de maior quilate, em virtude desta ser a primeira falta e também o estado de gestante de V.Sa.

Queira apôr o seu "CIEMEX" na via da presente.

Atenciosamente,  
*[Assinatura]*  
Garrôto Pereira Santiago  
Chefe da Divisão Administrativa.-

CC: FENSA/PA  
S&T/DA  
OSP. 107/69

*Ciente*  
*Maria Auxiliadora Oliveira Tenório*  
*27-02-69*

*à Secção*  
*de Arquivo e*  
*Arquivo em Fichas.*  
*[Assinatura]*  
*3369*

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia

Ademais, percebe-se que as punições em muitos casos eram judicializadas, havia um aparato judicial, um departamento específico da empresa para acompanhá-las e dar os devidos procedimentos, quase sempre mantendo a punição. Em outra seção, irá ter um registro de ocorrências disciplinares de suspensão da punição, especialmente em alguns casos de participação em movimentos grevistas, em função de determinação de instâncias judiciais fora da Chesf.

Registra-se no documento em tela uma certa benevolência da estatal com a operária, onde se lê: *Outrossim, esclarecemos que deixamos de aplicar punição de maior quilate, em virtude desta ser a primeira falta e também o estado de gestante de Vsa.* Finaliza sugerindo que a operária confirme estar ciente da punição

Corroborar-se a discriminação nas relações empreendidas pela Chesf com seu operariado branco, pardo e preto, em seu cotidiano, pois há uma vigilância e um controle mais intenso e explícito, apontado pelos dados empíricos, ao operariado que exercia funções de menor prestígio social que servia de certa forma, para fazer um misto entre as condições de classe, raça e cor. O racismo sertanejo, de certa forma, não foge do racismo brasileiro, sempre fluido e de difícil identificação, embora existente, especialmente nos anos 50 a 80 na Chesf do

Sertão do São Francisco. “Neste aspecto, mesmo na nascente modernidade, os brancos seguiam à risca o código escravocrata, impedindo por todos os meios que os escravos ou os libertos se organizassem e monopolizando o uso da violência como mecanismo de controle social” (Fernandes, 2003, p. 52).

Na tabela 14, no total de 71 dossiês analisados na década de 1961-1970, identificamos 20 registros de ocorrências disciplinares, de punições diretas ao operário assim descritos: no âmbito dos operários brancos, apenas 1 punição foi registrada, sendo uma *advertência por atraso no instituto de trabalho*; dentre os operários pretos, 2 punições correspondentes a *indisciplina*, 5 por *desobediência ao superior*, 1 por *aliciar outros operários a movimentos grevistas*, e 1 por *descansar pós-almoço no setor de trabalho*; referente aos pardos, 4 punições por *desobediência ao superior*, 1 por *indisciplina*, 1 advertência por *improbidade administrativa*, 1 demissão por *baixa produtividade*, 2 suspensões por *participar e insuflar companheiros de trabalho para movimento grevista*, 1 suspensão por *falta de serviço*.

**Tabela 14** – Classes e diferentes cores disciplinadas no São Francisco.

<b>Etnia</b>	<b>Função</b>	<b>Quant.</b>	<b>Natureza da Punição</b>
Branco	Borracheiro	1	Advertido por atraso no instituto de trabalho
Preto	Trabalhador v.v.	2	Indisciplina
Preto	Estagiário de Operador de Subestação	1	Advertência por sesta (descanso pós-almoço)
Preto	Estagiário de Operador de Subestação	1	Advertido por desobediência ao superior
Preto	Auxiliar de Escritório	1	Advertido por desobediência ao superior
Preto	Soldador	1	Advertido por desobediência ao superior
Preto	Carpinteiro	2	Advertido por desobediência ao superior
Preto	Encanador Industrial	1	Suspensão de 3 dias por aliciar pessoas para o movimento grevista
Pardo	Trabalhador v.v.	1	Advertido por desobediência ao superior
Parda	Auxiliar de Disciplina	1	Indisciplina
Parda	Auxiliar de Disciplina	1	Advertência por improbidade administrativa
Pardo	Lubrificador de Usina	3	Advertido por desobediência ao superior
Pardo	Trabalhador v.v.	1	Demissão por baixa produtividade
Pardo	Estagiário de Operador de Subestação	1	Suspensão de 1 dia por participar e insuflar companheiros de trabalho para movimento grevista.
Pardo	Operador de Subestação	1	Suspensão por falta de Serviço
Pardo	Estagiário de Operador de Subestação	1	Suspensão de 1 dia por participar e insuflar companheiros de trabalho para movimento grevista.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A ação da Chesf no sertão, como todas as ações humanas institucionais, foi marcada pela contradição e aqui revela-se uma herança das nossas estruturas coloniais e escravocratas. A punição a operários pretos, pretos e pardos, muito na dimensão psicossocial do comportamento: dormir, desobediência e indisciplina.

O operariado, para o contexto da época, tinha uma vida regulamentada, vigiada e disciplinada dentro da ótica dos fundamentos de uma sociedade fundada no trabalho escravo que sobre os corpos, agiam de forma intensa para o aumento da força física e consequentemente da produtividade. Sobre os operários pretos e pardos, esta dimensão das relações, se tornavam mais explícitas e para efeito das nossas hipóteses e tese, destacamos mais registros bastante expressivos, sendo:

*N. S. Lima*, Matrícula 075.493, 17 anos, preto, natural do município de Paulo Afonso-Bahia. Que mesmo na condição de estagiário, estava sujeito a vigilância comportamental, descansar pós-almoço. Novamente denota a vigilância e controle dos corpos dos operários, exercida minuciosamente pelos dirigentes da Chesf.

*A. C. de Lima*, Matrícula 166.090, 33 anos, preto, oriundo do município de Sertânia-Pernambuco. Prosseguindo com o registro das ocorrências disciplinares, mais uma vez a punição referente à luta e aos conflitos entre os dirigentes da Chesf e as lideranças do movimento grevista. Esta dimensão da pesquisa será melhor analisada no Espaço da Cidadania, onde analisamos as possíveis conexões entre a luta econômica e raciais empreendidas pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia (SINERGIA).

Prosseguindo com os registros, descrevemos:

*B. S. C. Rocha*, Matrícula 061093, 22 anos, natural de Glória-Bahia, 1º Grau. Registro em Ata, que no dia 24 de agosto de 1984 foi advertida sobre a acusação por um *sumiço* de dinheiro nas dependências do Colégio Paulo Afonso. A natureza desta ocorrência não foi comum no decorrer de nossa investigação, entretanto, reflete como a Chesf exercia um controle minucioso sobre o cotidiano do operariado, especialmente os que exerciam funções consideradas de baixo prestígio social.

*A. M. F. Terto*, 34 anos, procedente do município de Serra Talhada -Pernambuco, sabe ler e escrever. No dia 17 de outubro de 1990, conforme documento, foi suspenso por insuflar os companheiros de trabalho para movimento grevista. O fato obedece a sequência da relação da Chesf com o seu operariado racializado, de controle do comportamento, e também, da atividade sociopolítica cidadã.

De forma concisa, identificamos os seguintes paradigmas discriminatórios e racistas, no controle explícito exercido pela estatal, tem um vínculo muito relevante com os aspectos de natureza subjetiva, psicossocial e comportamental. Deste modo, as punições foram assim registradas:

- Descanso
- Desobediência ao superior
- Indisciplina em relação ao superior hierárquico
- Correção de comportamento

Na dimensão mais direta da relação do trabalho, destacam-se os seguintes registros:

- Atraso ao serviço
- Falta ao setor de trabalho
- Improbidade administrativa
- Demissão por baixa produtividade

De natureza sociopolítica:

- Participação em movimentos grevistas
- Insuflar e aliciar companheiros de trabalho para movimentos grevistas

Este controle e disciplina sobre o corpo, além das divisões residenciais, de lazer, educação e saúde, evidencia o tratamento mais severo e punitivo com o operariado preto, preto e pardo. Descrevemos alguns outros casos para ilustrar a natureza das relações dos dirigentes da Chesf com o operariado, a saber.

No documento abaixo, denominado de *Ocorrências Disciplinares*, registrou-se que o operário **J. F. S.** Matrícula 010.731, 22 anos, casado, 5 (cinco) filhos, analfabeto, pardo, natural de Pesqueira-Pernambuco, que exercia a função de motorista vv, suspenso por 5 (cinco) dias em 29.10 de 1962, por ter discutido e ter chegado às vias de fato com o servidor Luiz Leite da Silva na área do depósito. Observa-se neste caso, em outros tantos, que o operariado é jovem, analfabeto, pardo e de função de não muito prestígio social. O peso da classe e da etnia que se misturam no mundo do trabalho no sertão.

**Figura 81** - Atraso e violência moderna nas margens do Velho Chico.

OCORRÊNCIAS DISCIPLINARES	
DATA	HISTÓRICO
29.10.62	Suspenso 5 (cinco) dias, p/ter discutido e finalmente chegado a vias de fato com o servidor Luiz Leite da Silva, na área dos Depósitos da DIUS, c/PA/PA/5424_02.04 de 26/10/62.

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Prosseguindo nas ocorrências, outro caso revelador das relações racializadas desenvolvidas pela Chesf no sertão do São Francisco, o operário **R. F. P.**, Matrícula 004.456, preto de 24 anos, natural de Água Branca-Alagoas, 12 filhos, exercia a função de guarda, sabia ler e escrever, a ele foram aplicadas duas ocorrências disciplinares em 28.03.61 e 21.05.75 com 10 (dez) dias de suspensão por ter dormido atrás do escritório da empresa. A sequência da lógica das relações sociais, a ele foi aplicada uma punição por ter dormido atrás

do escritório da empresa, o controle do corpo e do espaço da empresa. Registra-se uma categórica exposição registrada da punição, a marca no corpo e na alma do operário.

Abaixo, a Figura 82 mais uma vez evidencia a punição por conduta irregular, no campo da subjetividade de quem puniu, no caso aqui, o Sr. Engenheiro-Chefe. O caráter da subjetividade que conferia ao chefe definir e registrar o que era *irregular* na conduta do operário se constanciava nas relações de mando no cotidiano da empresa, como uma das expressões do poder e da disciplina exercida em larga escala sob os mais vigiados e punidos: pretos e pardos, sendo inconteste que as punições se compunham nas teias das práticas racistas da estatal.

**Figura 82** – As sombras encarnadas dos modernos e velhos capitães do mato.

OCORRÊNCIAS DISCIPLINARES	
HISTÓRICO	
7	Advertido pelo Sr. Eng <sup>o</sup> . Chefe da DME/PA, por conduta irregular no horário de serviço, conforme, DME/PA/44/67.

Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

No documento guia abaixo (Figura 83), para serviço médico ambulatorial, a questão de saúde do operariado era uma questão que fazia parte da política de assistência da estatal, uma vez que o trabalho empírico, demonstrou constantes encaminhamentos médicos, e exames periódicos atrelados aos números bastante significativos de acidentes de trabalho.



questões familiares, tratamento de saúde e acidentes de trabalho. 181 (cento e oitenta e um) atestados são de operários pretos, sendo os de condição de acidentes de trabalho tendo maior ocorrência, possuindo 151 (cento e cinquenta e um) registros. Dos operários pardos, no total de 48 (quarenta e oito) registros de atestados, sua maioria também foi por acidente de trabalho, sendo 40 (quarenta) dessa mesma dimensão.

**Tabela 14** – Brancos cuidam da saúde, pretos e pardos acidentados no Rio.

Raça	Quantidade	Natureza
Branco	61	Tratamento de saúde
Branco	3	Acidentes
Branco	9	Questões familiares
Pretos	151	Acidente de trabalho
Pretos	27	Saúde
Pretos	3	Questões familiares
Pardos	40	Acidente de trabalho
Pardos	5	Tratamento de saúde
Pardos	3	Questões familiares
<b>Total: 302</b>		

Fonte: Elaborada pelo autor.

Corroborar-se que enquanto os atestados para o operariado branco, referia-se ao tratamento de saúde, um procedimento mais preventivo, já os operários pretos e pardos possuíam um número bastante elevado referia-se à dor do corpo exposto às engrenagens da ordem competitiva da modernidade da Chesf no Sertão. Seguem para ilustrar o tratamento diferenciado e discriminatório dispensado aos operários que exerciam funções de menor prestígio social, os denominados cassacos, eis os relatos:

S. A. S., Matrícula 010.707, 24 anos, casado, 6 (seis) filhos, preto, natural de Mata Grande-Alagoas, motorista. No dia 23 de dezembro de 1966, foi elogiado pelo Sr Comandante da 1ª Companhia de Infantaria do Exército pela sua eficiência e conduta exemplar no serviço durante as eleições de 15.11 de 1968, conforme Ofício 132 CM. Posteriormente, no decênio de 70, o referido operário será elogiado em função da realização de outra atividade.

E. F. C., Matrícula 191.108, 25 anos, casado, branco, natural de Canindé do São Francisco, Sergipe, escolaridade 4ª (quarta) série, exercia a função de carpinteiro no período entre 1963 a 1969, sofrera 4 (quatro) acidentes de trabalho.

A inserção do operário preto e pardo no trabalho de construções de barragens e usinas, observados os contextos das nossas heranças escravocratas, o operariado carrega no corpo a marca, rasgada, da gênese instauradora da sociedade brasileira.

**Figura 84**– Escolaridade branca, as moradas pretas no sertão.

Nome	Saverino Antonio Silva ✓	Ch
Cart. Prof. Nº.		Serie
Cert. Reservista:	179363 ✓	Cat
Nacionalidade	Brasileira	Est
Data do Nascimento	15 de Março de 1936 ✓	
Local do Nascimento	Mata Grande ✓	Est
Filiação	{ Pai Antonio Romas do Nascimento + Mãe Maria das Dóres da Conceição ✓	
Grau de instrução	Assina o nome	
Cargo	Motorista	
Salario-hora-Cr\$.	16,00-25,00	
Data da admissão	01 de Julho de 1960	
Admitido por ordem do snr.	A.D.A.	
Data da saída		Motivo:
Religiosos	Mãe, e Maria Aparecida, Maria do Socorro (irmã	
Enderêço:	Vila Operária - Paulo Afonso - Ba.	

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

A segregação residencial era uma das marcas da relação racializada, estabelecida pela Chesf em todo o seu processo de implantação. O registro acima, correspondente ao operário S. A. S, que assina o nome, executava a função de motorista, residia na Vila Operária de Paulo Afonso-BA, destinada aos operários de menor escolaridade e conseqüentemente de funções consideradas menos relevantes, exercidas por pretos e pardos.

A construção de Paulo Afonso I atraiu trabalhadores de todo o Brasil. O corpo técnico mais especializado veio do Sul do País. Otávio Marcondes Ferraz, engenheiro que comandava os trabalhos da usina, ia buscar imigrantes europeus especializados em Engenharia Elétrica na Ilha das Flores no Rio de Janeiro, local em que eles desembarcavam fugidos da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial. [...] o trabalho braçal, de menor especialização, ficava a cargo da mão de obra que surgiu de todos os cantos (CHESF, 2014 p. 21).

Seguindo os nossos objetivos e tese, o registro do conteúdo comemorativo dos 65 anos da Chesf, segue a mesma narrativa: caracteriza a região Sul como celeiro de mão de obra especializada e a necessidade de se implantar uma política de incorporação destes imigrantes europeus, oferecendo todas as condições materiais para sua vinda e permanência.

O trabalho braçal que sempre associado aos operários nordestinos e em geral em particular aos sertanejos, na matéria do boletim também denominado de *menor especialização que surgiu de todos os cantos*, diferentemente dos imigrantes europeus *especializados em engenharia elétrica* estava associada a toda força que exercia a presença dos imigrantes para ocupar as posições na moderna ordem pós-abolição, uma vez que pretos libertos não tinham aptidão, disciplina para o trabalho livre.

**Tabela 15** – Muitos acampados, outros morando no cimento Poty.

<b>Residência</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Município</b>	<b>Estado</b>
Acampamento Chesf	8	Paulo Afonso	BA
Não informado	17	Paulo Afonso	BA
Vila operária Tipo O	8	Paulo Afonso	BA
Vila Poty	38	Paulo Afonso	BA
<b>Total: 71</b>			

Fonte: Elaborada pelo autor.

No encadeamento dos dados expressos na Tabela 15, no total de 71 dossiês analisados, referentes à moradia, assim distribuídos: no acampamento Chesf residiam 8 (oito) operários; na Vila Operária Tipo O, 8 (oito) operários; e na Vila Poty habitavam 38 (trinta e oito) operários; restando 17 (dezesete) que não se têm registro de sua moradia<sup>45</sup>. A Vila Poty se constituía num apêndice do acampamento da cidade, companhia criada pela Chesf. A questão da moradia, mesmo no acampamento havia a segregação espacial entre os operários brancos, pretos, pretos e pardos.

<sup>45</sup> Acentuamos novamente, que nos anos de 51 a 70, a Chesf não dispunha ainda de uma política consistente de residência para o operariado, especialmente os que exerceram funções não classificadas de maior relevância social.

**Figura 85** – A Chesf narra e padroniza as residências pretas e pardas no Velho Chico.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Na Figura 85, denominada casa padrão, destinada aos operários de menor escolaridade, de funções consideradas não significativas nas estruturas da empresa, ainda se contrastava com os barracos feitos de madeira de restos de materiais das obras, ainda com a paisagem local composta de pessoas fora da cerca, ou que vinham à procura de trabalho.

A Chesf na sua prática racista recorria a diferentes aspectos da paisagem sertaneja para justificar sua ação civilizatória e moderna na região, e neste aspecto o uso de imagem da miséria, expressa nas moradias justificava a invenção de uma cidade planejada e moderna que mudasse a condição de lugar insalubre e anti-higiênico e a moradia era sedutora para o corpo do operário. A Casa padrão Chesf versus a moradia de taipa ou típica da região.

**Figura 86** – As senzalas imaginadas e fotografadas no (de)sertão.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Na imagem, denominada *Casa de Taipa*, onde a Chesf recorre mais uma vez à narrativa de um sertão castigado, pobre, e antimoderno, com moradias rudimentares. Na questão habitacional, a estatal por um lado, estigmatiza o sertão, e por outro, cria uma cidade-modelo para expressar a sua ação civilizatória no sertão.

As casas de taipas foram substituídas por um moderno acampamento, mesmo que segregado, expressando um racismo de lugar. Contudo, este empreendimento avançado, reconfigurou as estruturas sociopolíticas, econômicas e simbólicas de Paulo Afonso e do sertão.

Prosseguindo, os já aludidos *os de dentro* e *os de fora* da cerca, esta ambivalência reflete raça, a discriminação da Chesf, em relação aos pretos e pardos, que não exerciam funções de relevante notoriedade. Esta segregação não estava longe dos olhos e das práticas dos dirigentes da estatal:

O pessoal excedente, que não conseguia vaga no acampamento, foi responsável pela formação nas terras da fazenda Forquilha, de aglomerados de barracos, que passou a ser conhecido de Vila Poty, já que os casebres eram cobertos por sacos vazios da marca de cimento. O acampamento era cercado e a entrada era restrita. O peão morava na Vila Poty, onde hoje fica a cidade de Paulo Afonso. A cerca era uma questão de segurança, já que os cangaceiros circulavam pela área. Poucos anos antes, Lampião e sua banda, costumavam assustar os moradores da região (CHESF, 2014 p. 21).

As residências eram profundamente diferenciadas na sua estrutura e serviço, o operário não especializado, os cassacos, moravam em casas menos confortáveis denominadas Vila Operária. Na residência e em outros equipamentos como clubes, serviços de saúde e escolas, o peso do racismo era evidente, como uma expressão visível das nossas estruturas psicossociais.

Na década de 61-70, a narrativa da natureza bruta, que reduzia os corpos pretos e pardos ao trabalho braçal pela sua robustez e, contraditoriamente, pela sua fraqueza física, perpassa com a mesma intensidade do período de 51-60. Nos anos 61-70, a incorporação dos pretos e pardos na ordem competitiva e na pujança do empreendimento da Chesf, não alterara as relações, a discriminação, entre operários pretos, pardos e brancos. O racismo atravessou o universo do trabalho e continuou as suas simbologias e práticas que recorriam às variáveis *escolaridade, ocupação funcional, relações de poder entre dirigentes e dirigidos*. Mesmo com a nova realidade temporal, no contexto de 61-70, o racismo permanece como fonte de exclusão.

No encadeamento de nossa investigação, os anos 71-80, entraram em cena novos sujeitos operários, com maior qualificação profissional, que ocuparam funções mais relevantes, contribuindo assim para o minoramento das relações raciais na estatal.

### **3.3 Década de 71-80: consciências pretas e pardas rasgando o bruto progresso no sertão**

Assim como nas outras décadas, analisaremos o período de 71-80 levantando informações acerca do perfil sociocultural do operariado e suas respectivas relações de trabalho construídas com a Chesf. Aqui se observa que esta vai tomando uma outra cor. Operários brancos se apropriam de mais funções de prestígio e conseqüentemente maior privilégio na empresa, desde o reconhecimento e as promoções até mesmo a ausência de sua presença nas punições. Percebe-se que ainda nesta época, mesmo quase um século pós-abolição, a qualidade de vida persiste em estar associada à cor. O véu do progresso não é capaz de esconder o racismo e o sofrimento diário do preto; as feridas estão expostas.

Pelos dados empíricos dos 63 dossiês analisados, averiguou-se que na década de 71-80, do ponto de vista da naturalidade, prevalecem a origem rural, baixa escolaridade e ocupação de funções de menor prestígio social do operariado preto, preto e pardo. Neste período, a Chesf era predominantemente racializada e as relações estabelecidas expressam o tratamento discriminatório e racista do período anterior.

No prontuário, a conservação do fenótipo preto e pardo do operariado reforça que o branqueamento chesfiano ocorrerá de forma mais intensa nos anos 80-90, em função da rede de serviços de saúde, de educação e lazer, que serão implantadas pela estatal, o que será exposto e analisado posteriormente.

Observa-se na figura abaixo, as origens do operariado, neste período os dados empíricos já registram na composição do operariado uma presença mais significativa de outros Estados. Entretanto, a formação permanece hegemônica no Estado de Pernambuco, isto perpassa todo o período analisado.



**Tabela 16** – Trabalhadores e trabalhadoras: as ancestralidades em comum.

<b>Município</b>	<b>Estado</b>	<b>Quantidade de operários</b>
Delmiro Gouveia	AL	3
Palmeiras dos Índios	AL	1
Paulo Afonso	BA	5
Salvador	BA	1
Abaré	BA	1
Itabuna	BA	8
Lençóis	BA	1
Vicência	PE	1
Caruaru	PE	1
São Lourenço da Mata	PE	1
São José do Egito	PE	2
Recife	PE	10
Petrolândia	PE	1
Sertânia	PE	1
Calumbi	PE	1
Tacaratu	PE	19
Alagoinha	PE	1
Campina Grande	PB	1
Bananeiras	PB	1
Rio de Janeiro-RJ	RJ	1
Mossoró-RN	RN	1
Açu	RN	1
<b>Total: 63</b>		

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na década de 71-80, o campo empírico registramos no total de 63 (sessenta e três) operários e operárias, sendo que destes 16 (dezesesseis) de origem baiana e com a predominância nos municípios de Paulo Afonso e Itabuna. Observa-se que nas décadas de 71-80, a Chesf já estava mais consolidada na região com as usinas e barragens, e com sua rede de serviços de saúde, educação, esporte e lazer, o que demandava um operariado mais qualificado para exercer estas atividades, conforme análise outra secção em relação à etnia, raça, cor e ocupação do operariado.

Em relação ao número de operários, o Estado de Pernambuco tem o maior índice de naturalizados, totalizando 38 (trinta e oito). Todavia, a Bahia ainda prevalece com relevância na construção e invenção do Nordeste: o Estado da Bahia, sempre visto pelo outro, com sua singularidade e até mesmo isolado do Nordeste, na formação do operariado, os dados de forma explícita, contudo, não foi possível estabelecer uma conexão de rigor mais científico,

há sim pela intuição sociológica, Pernambuco, ao longo de nossa investigação, exerce uma influência significativa na concepção e gestão da Chesf e na composição racial do operariado.

Quando Jorge Amado inicia publicação de sua obra nos anos trinta, mesmo com a ideia de Nordeste já cristalizada, não incorporava ainda a Bahia. A Bahia era vista, neste momento, como uma realidade à parte, tanto do ponto de vista político e econômico e do cultural. O ser baiano, que contraditoriamente vai ser a forma de conhecer todo o nordestino que chega em São Paulo, foi durante muito tempo considerado como tendo identidade divergente da nordestina (Muniz; Durval, 1999, p. 245).

Seguindo o campo empírico, havia 4 (quatro) operários e operárias provenientes do Estado de Alagoas, o que indica uma certa herança da Usina de Angiquinho e a Fábrica da Pedra no conjunto dos empreendimentos de Delmiro Gouveia (1910-1913) naquele Estado. Os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte com 2 (dois) operários cada e por fim, 1 (um) operário natural de Rio de Janeiro.

**Figura 88** – Mulheres operárias: elas tecem os fios da história no sertão.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO RIO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO				COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO RIO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO																																											
NOME: ALDERICE CARDOSO DE BRITO.				NOME: TERESINHA ALVES DE JESUS W.																																											
PAI: Enoque Cardoso de Souza +				PAI: Ignorado																																											
FILIAÇÃO: MÃE: Maria Britto Cardoso vv				FILIAÇÃO: MÃE: Maria Alves de Jesus																																											
ESTADO CIVIL: Solteira IDADE: 21 ANOS				ESTADO CIVIL: Solteira V.V. IDADE: 24 ANOS																																											
DATA DO NASCIMENTO: 30 de Novembro de 1949				DATA DO NASCIMENTO: 15 de Outubro de 1947																																											
NACIONALIDADE: Brasileira				NACIONALIDADE: Brasileira																																											
LUGAR DO NASCIMENTO: Olhos d'água do ESTADO Alagoas				LUGAR DO NASCIMENTO: Antas ESTADO Bahia																																											
CART. PROFISSIONAL: Nº 83296				CART. PROFISSIONAL: Nº 20.259 vv																																											
SÉRIE: 1628				SÉRIE: 252- Ba																																											
CART. RESERVISTA: Nº 1628				CART. RESERVISTA: Nº																																											
CATEGORIA: Auxiliar de Escritório				CATEGORIA: Servente																																											
RESIDÊNCIA: Paulo Afonso - Bahia				RESIDÊNCIA: Paulo Afonso - Bahia																																											
BENEFICIÁRIOS				BENEFICIÁRIOS																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Enoque Cardoso de Souza</td> <td>Pai</td> <td>+</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Britto Cardoso</td> <td>Mãe</td> <td>25/11/11</td> <td>F</td> </tr> </tbody> </table>				NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	Enoque Cardoso de Souza	Pai	+	M	Britto Cardoso	Mãe	25/11/11	F	<table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adauto Alves</td> <td>Filho</td> <td>22/05/67</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Ana Idéia Alves</td> <td>Filho</td> <td>18/04/68</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Antônio Carlos A. de Silva</td> <td>Filho</td> <td>17/10/74</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>José Tullio da Silva</td> <td>Filho</td> <td>22/05/44</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Ans. Cláudia Alves da Silva +</td> <td>Filho</td> <td>08/07/76</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Augusto César Alves da Silva</td> <td>Filho</td> <td>07/03/83</td> <td>M</td> </tr> </tbody> </table>				NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	Adauto Alves	Filho	22/05/67	M	Ana Idéia Alves	Filho	18/04/68	F	Antônio Carlos A. de Silva	Filho	17/10/74	M	José Tullio da Silva	Filho	22/05/44	M	Ans. Cláudia Alves da Silva +	Filho	08/07/76	F	Augusto César Alves da Silva	Filho	07/03/83	M
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO																																												
Enoque Cardoso de Souza	Pai	+	M																																												
Britto Cardoso	Mãe	25/11/11	F																																												
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO																																												
Adauto Alves	Filho	22/05/67	M																																												
Ana Idéia Alves	Filho	18/04/68	F																																												
Antônio Carlos A. de Silva	Filho	17/10/74	M																																												
José Tullio da Silva	Filho	22/05/44	M																																												
Ans. Cláudia Alves da Silva +	Filho	08/07/76	F																																												
Augusto César Alves da Silva	Filho	07/03/83	M																																												
TÍTULO DE ELEITOR: Nº 24.545-202				TÍTULO DE ELEITOR: Nº 4.778-2a																																											
IMPRESSÃO DIGITAL				IMPRESSÃO DIGITAL: 100150515-27																																											
ASSINATURA DO EMPREGADO: <i>Alderice Cardoso de Brito</i>				ASSINATURA DO EMPREGADO: <i>Teresinha Alves de Jesus</i>																																											
DATA DA DISPENSA: 145875				DATA DA DISPENSA: 045527 30/06/97																																											

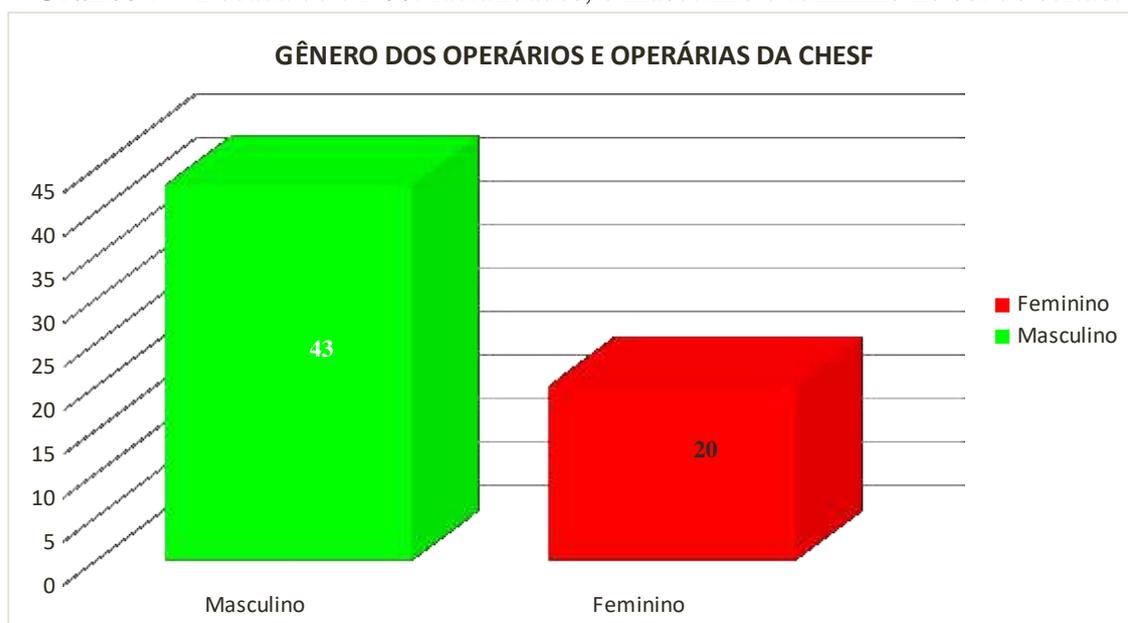
Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

As fichas e dossiês, conforme Figura 88, mencionam na década de 71-80 uma presença mais feminina na estrutura do operariado, como observa-se na 1ª imagem à esquerda. A. C. Britto; 21 anos, nascida em Olhos D'água do Casado-AL, parda, e exerceu a

função de auxiliar de escritório. Na segunda imagem encontra-se os dados da naturalidade e ocupação da operária T. A. de Jesus; 24 anos, natural do município de Antas-BA, preta, ocupou a função de servente. Acredita-se, de acordo com a itinerância da pesquisa, que à medida que a Chesf vai modernizando suas instalações e ampliando a sua ação no sertão, conseqüentemente há emergência de um operariado diversificado e de maior escolaridade, a presença feminina se faz mais visível ou se constitui com maior visibilidade nas atividades de reprodução tais como: saúde, educação, assistência social.

As relações racializadas permanecem mesmo entre os operários do gênero de feminino. Isto é mais perceptível nos espaços de moradia, lazer, alimentação, talvez por questões culturais, o peso da discriminação era mais registrado, documentada, no operariado de gênero masculino. Evidentemente, há registros de punições ao feminino.

**Gráfico 7** – Década de 71-80: racialidades, o masculino e feminino no sol do sertão.

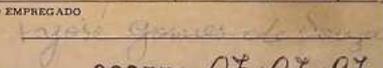


Fonte: elaborada pelo autor.

O Gráfico 7 corrobora com a natureza da composição no período em questão, visto que do total de 63 dossiês analisados, 43 (quarenta e três) são do sexo masculino e 20 (vinte) do feminino. Dentre outras relevâncias da ação da estatal no sertão no período pós-abolição, pontua-se a incorporação do feminino nesta nova ordem competitiva. Observados em décadas anteriores que em função da própria natureza das atividades para a construção de usinas e barragens, o número de operários masculinos sempre superior ao quantitativo de operárias, entretanto a medida que a Chesf amplia sua rede de serviços de reprodução humana, registra-se uma presença significativa de mulheres no conjunto do operariado.

A ação modernizante e civilizatória da Chesf no Sertão, mesmo se tratando do gênero feminino, apesar de uma determinada diferenciação no tratamento entre homens e mulheres, não se alterou substancialmente nas relações raciais, intrinsecamente vinculadas às questões de classe e atributos socioeducativos. Contudo, o racismo velado ou explícito, operava no conjunto do operariado.

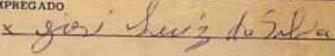
**Figura 89 – Tinha solteiros e casados...**

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO			
REGISTRO DE EMPREGADO			
	NOME	JOSÉ CELOSO GOMES	
	PAI	Jurino Avelino de Moura	
	FILIAÇÃO	3000 0 0 000	
	MAE	Maria Celeste Gomes	
	ESTADO CIVIL	Casado	IDADE
	DATA DO NASCIMENTO	26 de maio de 1933	
	NACIONALIDADE	Brasileiro	
	LUGAR DO NASCIMENTO	Petrolândia	ESTADO Pe.
	DATA DA CHEGADA AO PAÍS	E NATURALIZADO?	
	CASADO COM BRASILEIRA?	TEM FILHOS BRASILEIROS?	
	CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL	Trabalhador, v.v.:	
	SINDICATO A QUE PERTENCE		
	Nº DE MATRÍCULA SINDICAL		
	RESIDÊNCIA	Paulo Afonso - Ba.	
CART. PROFISSIONAL	Nº	22.288	
SERIE	101ª - Ba.		
CART. RESERVISTA	7ª - 2ª - 2ª CR		
	Nº 227651 - 30.3		
CATEGORIA			
CART. ESTABANDEIRO	454429 - SSPPE		
	Nº 3ª. A RH. +		
CART. DE TÍTULO	PROFISSIONAL		
	Nº		
CARTEIRA DO I.A.P.	Nº 064928865/34		
TÍTULO DE ELEITOR	Nº 70 - 300,5ª		
	Nº 530 - 2ª		
IMPRESSÃO DIGITAL			
ASSINATURA DO EMPREGADO			
			
DATA DA DISPENSA	039551 07/07/97		
	CHESF - 244		

Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

Reflete-se na Figura 89, a predominância da constituição racial preta e parda do operariado no período apresentado nesta seção. Sempre reforçando que este operário é de origem rural, exercia função de menor prestígio social, denominada aqui como trabalhador de campo v.v, que era o operário de trabalho braçal nas escavações e nas locas de pedra, onde passavam-se os fios condutores de energia e a concepção de uma ordem moderna no sertão, mas que não fugiu da incorporação de pretos e pardos, de forma precária nos seus corpos e sentidos. Prevalece nesse conjunto, uma forte predominância de origem do operariado do Estado de Pernambuco, que assume a hegemonia também administrativa, na estatal.

**Figura 90** – As famílias trabalhadoras se multiplicando no Velho Chico.

REGISTRO DE EMPREGADO				
	NOME JOSÉ ELENILDO C. DA SILVA			
	FILIACAO MAE ELISIA ALVES TRINTEIRA			
ESTADO CIVIL SOLTEIRO		IDADE 28 ANOS		
DATA DO NASCIMENTO 02 DE MARÇO DE 1942				
NACIONALIDADE BRASILEIRA				
LUGAR DO NASCIMENTO DELMIRO		ESTADO AL		
CART. PROFISSIONAL		E NATURALIZADO?		
N.º 83.438 V.V.		CASADO COM BRASILEIRA? TEM FILHOS BRASILEIROS?		
SERIE 1294-GE		CATEGORIA E OCUPACAO INICIAL TRABALHADOR V.V.		
SINDICATO A QUE PERTENCE				
CART. RESERVISTA		N.º DE MATRICULA SINDICAL		
N.º		RESIDENCIA PAULO AFONSO-BA		
CATEGORIA C.D.I.				
BENEFICIARIOS				
CART. HIRATOGENDE		NOME		
369925-SSPAL		GRAU DE PARENTESCO		
N.º 05. A RH. +		DATA DO NASC.		
		SEXO		
CART. DE TITULO		Dorileia Neves da Silva +		
PROFISSIONAL		Filha + 140672 F		
N.º		Elisabete Correia da Silva		
		Filha 100773 F		
		Edielma Correia da Silva		
		Filha 080875 F		
CARTEIRA DO I.A.P.		José Elenildo C. da Silva		
CPT		Filho 070876 M		
N.º 071439744/04		Doralice Correia da Silva		
		Esposa 041052 F		
		Edson Ricardo Correia da Silva		
		Filho 300880 M		
		Elisena Cristina Correia da Silva		
		Filha 171182 F		
TITULO DE ELEITOR				
6-4083ec.42				
N.º 2.899-AL				
IMPRESSAO DIGITAL				
ASSINATURA DO EMPREGADO				
				
DATA DA DISPENSA		039535 02/05/2006		
CHESF - 244				

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Dessa maneira, registrou-se na Figura 89 que ainda prevalece a composição racial de operários pretos e pardos, de municípios predominantemente rurais, a exemplo do município de Delmiro Gouveia-AL. Em relação, a estrutura familiar apresentou um considerável número de filhos no caso em evidência, 6 (seis) filhos. A estrutura familiar relaciona-se com a estabilidade das relações de trabalho na estatal, uma vez que indica que este operário, pode viver na condição de solteiro e no sertão do São Francisco, constituiu sua família. Evidentemente, não conseguimos documentos que estabelecesse uma relação de rigor metodológico, com esta dimensão, embora os relatos do operariado aleguem na direção refletida:

A Chesf foi a minha mãe, olha eu cheguei, meu pai analfabeto da zona rural, consegui aprender a dirigir carro, fui motorista da Chesf, estudei e entrei na Chesf com 12 anos de idade, estudei, assumi o jurídico, não fosse a Chesf ainda seria o coitado da roça, vivendo aí enfrentando as dificuldades, de forma que a Chesf foi tudo para mim e para a região. Por onde a Chesf passou ela levou o progresso. (J. F. Neto, 67 anos, advogado, autodeclarado pardo).

Ou ainda:

A Chesf é tudo para mim, meu pai, meus irmãos, minha mãe terminou de criar meus 11 irmãos dentro da Chesf, meu avô trabalhou na Chesf. Depois separei, me casei, terminei de criar meus filhos. Como dizem por aí “a Chesf é mãe mesmo”, a mãe e o pai que ajudou a criar. (R. C. Amorim, operário, branco, assistente técnico).

A visão partilhada e internalizada de parte significativa do operariado, que participou da nossa investigação na condição de informante entrevistado, revela uma gratidão, de caráter afetivo, maternal à Chesf, com as expressões: “Criei família”, “eduquei meus filhos”, “tive minha casa”, “a Chesf foi tudo para mim”; são algumas manifestações da relação entre os sujeitos e a estatal, mesmo que em outras questões reconhecem os conflitos e as contradições, especialmente nas questões de classe nas funções vinculadas à escolaridade.

Tinha duas classes de trabalhadores na Chesf. Ouvia falar, mas passei a conhecer quando comecei a trabalhar. Tinha elite, que era engenheiro, advogado, era mestre e o cassaco, o peão. Tinha o pessoal que trabalhava em serviço grosseiro, motoristas e vigilantes, o pessoal da jardinagem, né? A divisão, o clube do operário e o clube do engenheiro, que ainda existem até hoje. Além de ter esta divisão, de rico e pobre, tinha o rico no canto e pobre no outro, o restaurante tinha classe A e B. Na classe A só sentava os barões e na classe B a *peãozada*. Então existia separação e divisão entre as pessoas. (J. C. de Moura, operário, autodeclarado moreno, guarda da vigilância).

Neste momento, o informante faz um longo momento de silêncio, em seguida, continua o relato que em virtude da riqueza e interpretação de sua história de vida, embora possa parecer um extenso conteúdo, eis o registro:

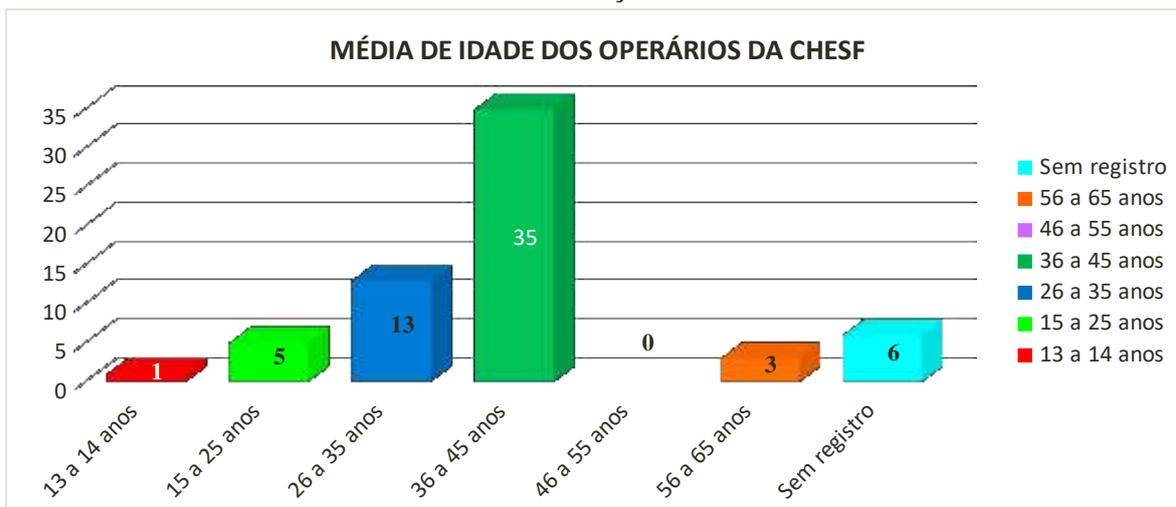
A cor da pele não tinha influência na divisão. O que se dividia era a qualificação para o serviço. O preconceito era do engenheiro com o peão. Se existisse racismo não dava para perceber, tinha pessoas da alta sociedade pretas também, engenheiros e médicos da cor preta, preto. A diferença era o peão e a elite. (J. C. de Moura, 61 anos, guarda da vigilância, autodeclarado moreno).

O conteúdo manifesto, dentre estas dimensões já refletidas, revela a consciência do operário entre identidade, região e etnia. Entretanto, a concepção de classe social está intrinsecamente relacionada à escolaridade e as funções hierarquizadas na estatal. Em muitos momentos surgem as águas turvas, que por um lado reconhecem o racismo e a discriminação e por outro, minimizam seus efeitos nas estruturas subjetivas e objetivas, que envolvem a complexa teia de relações sociais no seio da Chesf.

No Gráfico 8, destaca-se a média de idade do operariado, que dentro deste contingente 1 (um) era menor aprendiz entre 13 a 14 anos, e entre 15 a 25 anos, havia apenas 5 funcionários, revelando que apesar da modernização das estruturas da Chesf, além do mais

recorria ao emprego de jovens adolescentes<sup>46</sup>. Ao passo que na faixa etária entre 26 (vinte e seis) a 35 (trinta e cinco) anos, o número de 13 (treze) operários está relacionado ao perfil composto por jovens operários da Chesf na Região. Notabiliza a presença de 35 (trinta e cinco) operários adultos que tinham entre 35 (trinta e cinco) a 45 (quarenta e cinco) anos e 3 (três) operários de 56 a 65 anos.

**Gráfico 8** – Década de 71-80: a força trabalhadora ficando mais velha.



Fonte: elaborada pelo autor.

De modo geral, na literatura, o registro que no período pós-abolição os pretos migraram majoritariamente para as regiões Sul e Sudeste, os dados empíricos revelam um movimento diferenciado, uma migração interna que alterou a diversidade sociocultural da região. Não se construiu apenas estruturas de ferro e cimento e sim, se moldou sob o signo de meio e raça, existências e jornadas humanas.

A constituição racial vai se modificando para um processo de “branqueamento” vinculado às funções e tendo uma relação com a existência do operariado. Neste sentido, a formação do capitalismo competitivo no interior da Chesf era composta de trabalhadores de origem rural e mais adulta, provavelmente com maior experiência no mundo do trabalho.

<sup>46</sup> A análise dos dossiês da década de 51-60 também apresentou a presença de operários com idade entre 13 e 14 anos na condição de “menor aprendiz”, uma prática comum na política da empresa na época.

**Figura 91** – O desenvolvimento continua admitindo no sertão.

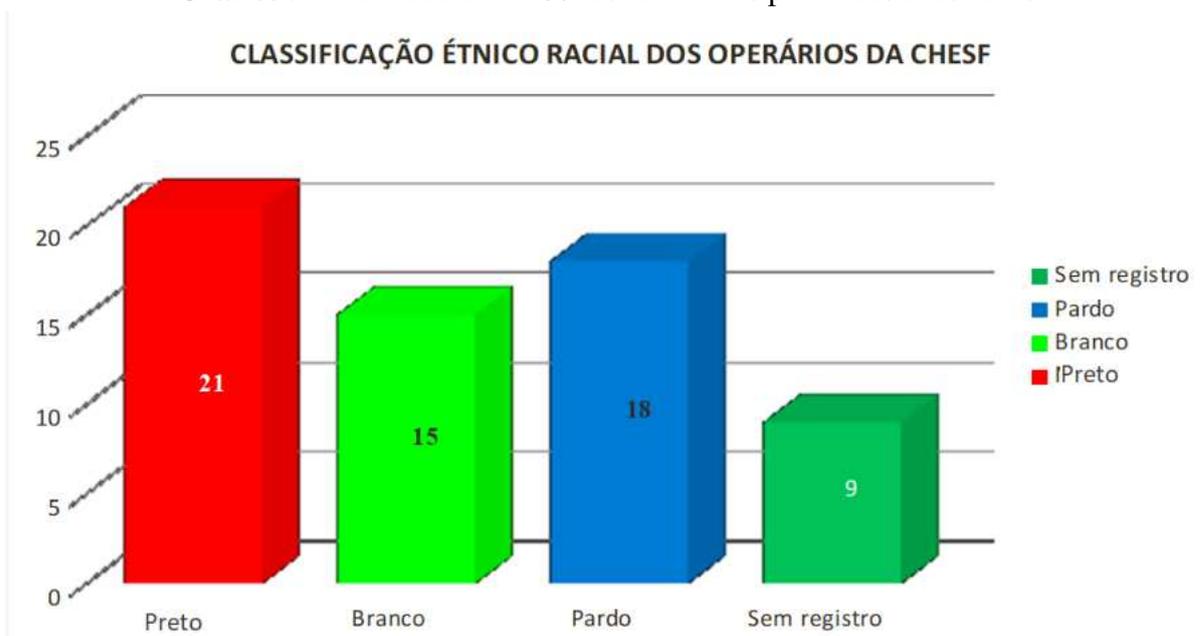
**REGISTRO DE EMPREGADO**

	NOME <b>JOÃO ZITO PEREIRA DA SILVA</b> PAI <b>Antônio Ferreira dos Santos</b>																																								
	FILIAÇÃO MÃE <b>Maria Pereira da Silva</b>																																								
ESTADO CIVIL <b>Solteiro v.v.</b> IDADE <b>24 ANOS</b>																																									
DATA DO NASCIMENTO <b>03 de Novembro de 1947</b>																																									
NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>																																									
LUGAR DO NASCIMENTO <b>Cícero Dantas</b> ESTADO <b>Bahia</b>																																									
CART. PROFISSIONAL N.º <b>22.049</b> SERIE <b>234-Ba.</b>	DATA DA CHEGADA AO PAIS																																								
CART. RESERVISTA N.º <b>838185-A</b> CATEGORIA <b>CDI</b>	CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL <b>VIGIA VV</b> SINDICATO A QUE PERTENCE																																								
CART. ESTANGERO <b>980792-SSPBA</b> N.º <b>CS. O RH. +</b>	N.º DE MATRICULA SINDICAL																																								
CART. DE TITULO PROFISSIONAL N.º	RESIDENCIA <b>Paulo Afonso</b>																																								
CAETERA DO I.A.P. N.º <b>069900855/87</b>																																									
TITULO DE ELEITOR <b>Z-84-9cc.16</b> N.º <b>3134-Ba.v.v.</b>																																									
IMPRESSÃO DIGITAL																																									
BENEFICIARIOS																																									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Antonio Ferreira dos Santos Pai</td> <td></td> <td></td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Maria Pereira da Silva Mãe</td> <td></td> <td></td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Reinanda Santana da Silva Esposa</td> <td></td> <td>200649</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Adilson Santana Silva Filho</td> <td></td> <td>240174</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Adilson Santana da Silva Filho</td> <td></td> <td>030675</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Adriana Santana da Silva Filha</td> <td></td> <td>290877</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>José Ailton Santana da Silva -Filho</td> <td></td> <td>300979</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Adilma Santana da Silva Filha</td> <td></td> <td>310181</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Cristiane Santana da Silva filha</td> <td></td> <td>051084</td> <td>F</td> </tr> </tbody> </table>	NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	Antonio Ferreira dos Santos Pai			M	Maria Pereira da Silva Mãe			F	Reinanda Santana da Silva Esposa		200649	F	Adilson Santana Silva Filho		240174	M	Adilson Santana da Silva Filho		030675	M	Adriana Santana da Silva Filha		290877	F	José Ailton Santana da Silva -Filho		300979	M	Adilma Santana da Silva Filha		310181	F	Cristiane Santana da Silva filha		051084	F
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO																																						
Antonio Ferreira dos Santos Pai			M																																						
Maria Pereira da Silva Mãe			F																																						
Reinanda Santana da Silva Esposa		200649	F																																						
Adilson Santana Silva Filho		240174	M																																						
Adilson Santana da Silva Filho		030675	M																																						
Adriana Santana da Silva Filha		290877	F																																						
José Ailton Santana da Silva -Filho		300979	M																																						
Adilma Santana da Silva Filha		310181	F																																						
Cristiane Santana da Silva filha		051084	F																																						
ASSINATURA DO EMPREGADO																																									
<i>João Zito Pereira da Silva</i>																																									
DATA DA DISPENSA CHESF-244	<b>045632</b> <u>31 / 03 / 2000</u>																																								

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Em prossecução, destaca-se no imagético acima, o perfil sociocultural do operário J. Z. P. da Silva, preto, 24 anos, natural do município baiano Cícero Dantas, localizado a 125 km de Paulo Afonso. Ele exerceu a função de vigia vv. Dentre outras dimensões da década, as famílias eram numerosas. Enfim, a formação identitária racializada era composta majoritariamente de operários pretos e pardos, oriundos de municípios predominantemente rurais e economia familiar.

O encadeamento da nossa análise assenta no Gráfico 9 a composição racial do operariado para as décadas de 71-80, do total de 63 (sessenta e três) identificados, estão assim distribuídos: 15 (quinze) brancos; 21 (vinte e um) pretos e 18 (dezoito) pardos.

**Gráfico 9** – Década de 71-80: continuam as pretitudes chesfianas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Prosseguindo com a análise observou-se na tabela a presença 9 (nove) operários sem registros acerca de sua etnia, raça e cor. Com isto, a predominância de pretos e pardos permanece dentro da lógica de inserção de um contingente rural e de baixa escolaridade nas fases iniciais de implantação da empresa na região do São Francisco.

A década de 71-80 denota uma presença branca em número maior do que as décadas anteriores de 51-60 e 61-70, e todas as relações delas decorrentes, especialmente nas funções e ocupações na estrutura da empresa. O operariado branco de maior escolaridade ocupava funções que demandavam maior escolaridade e estas categorias identitárias de operários migrava dos grandes centros, tais como Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Isto, para exemplificar, por um lado, que há um nascente processo de “branqueamento” da estatal, uma vez que o trabalho braçal vai perdendo seu significado e as funções mais especializadas vão ganhando mais destaque, que exige maior atributo cultural, o que implica dentro de nossos objetivos e hipóteses, a escolaridade, a função, “*desinteriorização*” e diluição mais intensa do preconceito e do racismo.

**Figura 92 – Mudanças de cores: educação operária mais elevada.**

**INSCRIÇÃO PARA ACESSO**  
(A ser preenchido de próprio punho)

Nº 0399  
Mês/Ano 11/72

1. IDENTIFICAÇÃO / DADOS FUNCIONAIS  
Nome: Judas Tadeu da Fonseca Matrícula: 1046  
Cargo: ELET. LAB 1 Plano: II Classe: 08 Estágio: 0  
Lotação atual: DDRP Localidade: Paulo Afonso  
Ocupa o cargo atual desde: 01.06.72 Data de admissão: 12/10/66

2. DADOS PESSOAIS  
Endereço: Rua de Jangarua  
Bairro: Afonso Souza Cidade: P. Afonso Fone: 138  
Idade: 39 Estado civil: casado Nº dependentes: 4 Nº filhos em escola: 2

3. INSTRUÇÃO

Curso	Estabelecimento/Cidade	Incompleto* (última série concl. em)	Completo (concluído em)
1º Grau	Escola Estadual Rodolfo de Azevedo - BA	1963	58 anos
2º Grau (indicar terminalidade)			
Superior (especificar)			
Pós-Graduação (especificar)			

\* Se estiver estudando, citar série que está cursando: \_\_\_\_\_  
Horário das aulas: \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas.

4. CURSOS COMPLEMENTARES

Título do Curso	Duração	Local
1. Plataforma de Base	6 meses	CFPPA
2. Eletricista Instalador	20 horas	CFPPA
3. Eletricista de manutenção elétrica	114 horas	CFPPA
4. Eletricidade Básica	120 horas	CFPPA
5.		
6.		
7.		

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO INDETERMINADO**  
FÓLHA DE ENCAMINHAMENTO E INFORMAÇÃO

Nº 217  
Mês/Ano 06/82

1. IDENTIFICAÇÃO / DADOS FUNCIONAIS  
Nome: JOSÉ GOMES DE SOUZA Matrícula: 39551  
Cargo: TRAB. CAMPO Plano: III Classe: 03 Estágio: 10  
Lotação atual: SPOM Localidade: P. Afonso  
Ocupa o cargo atual desde: 01.06.72 Data de admissão: 22/01/71

2. DADOS PESSOAIS  
Endereço: BAIRRO ROBOVIÁRIO Q. BIV. CASA 09  
Bairro: P. Afonso Cidade: P. Afonso Fone: \_\_\_\_\_  
Idade: 48 Estado civil: casado Nº dependentes: 02 Nº filhos em escola: 02

3. INSTRUÇÃO

Curso	Estabelecimento/Cidade	Incompleto* (última série concl. em)	Completo (concluído em)
1º Grau	ALFABETIZAÇÃO		
2º Grau (indicar terminalidade)			
Superior (especificar)			
Pós-Graduação (especificar)			

\* Se estiver estudando, citar série que está cursando: \_\_\_\_\_  
Horário das aulas: \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas.

4. CURSOS COMPLEMENTARES

Título do Curso	Duração	Local
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		

Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

Os documentos acima, *Inscrição para acesso*, não foram identificados nos períodos anteriores de 51-70, o que evidencia procedimentos mais modernos de admissão de operários, uma vez que eram comuns nos documentos e relatos das épocas anteriores, as relações pessoais de hierarquia, numa espécie de *senhor que manda e operário que obedece*, tanto na admissão quanto nas relações posteriores. “Eu trabalhava em Recife, como menor aprendiz, na fábrica da Phillips. Lá conheci um dirigente da Chesf, que indicou a mim e meu esposo H. Ramos, para vir trabalhar em Paulo Afonso, foi assim que ingressei na Chesf”. (M. C. Ramos, 67 anos, autodeclarada branca).

E ainda:

Meu pai passava por aqui de caminhão, e ele viu passar um cara com um instrumento no braço e perguntou ele: vai para o cabaré? Não, vou para um ensaio da banda, aqui tem banda? Vamos comigo senhor músico, o senhor não vai embora não. [...] aí tivemos acesso ao Dr. Apolônio Salles, aí meu pai começou a trabalhar na Chesf. (S. A. de Oliveira Lima, 82 anos, autodeclarado branco).<sup>47</sup>

Não há simetria nos processos de inserção da Chesf, mesmo porque a exigência de concurso público surge com a Constituição Federal de 1988. Esses relatos expressam as relações prevaletentes da nossa herança escravocrata numa modernidade no período pós-abolição. As suas marcas e objetivos se manifestaram e foram normalizadas nas diferentes relações racializadas entre operários e dirigentes da estatal. Tendo em vista a relevância, segue o relato:

Entrei como operador de usina. Naquela época não era necessário para a função de operador, concurso, bastava ter a oitava série, hoje é o fundamental... mas entrei através de seleção pública. Não era concurso. [...] O critério para mim foi diferente, eu me adaptei ao túnel, como eu já tinha curso técnico, eu solicitei através da medicina do trabalho, a transferência para outro setor, então eu passei a ser classificado como técnico em eletrônica (J. R. dos Santos, 63 anos, técnico de estrutura operacional, autodeclarado pardo).<sup>48</sup>

Na dimensão dessas relações fluidas que unem o racismo, a tentativa de modernidade, se manifesta nessa “confusão” internalizada pelos operários logo na sua inserção. Os princípios socioculturais do compadrio, do apadrinhamento, denota uma das características da sociedade brasileira, especialmente no Nordeste e no sertão do São Francisco. Isto para dizer, quanto mais próximo a relação de caráter estritamente subjetivo e pessoal, favorecia o mando, as punições, aos operários, as características racializadas hegemonicamente atribuídas aos operários pretos e pardos, como está exposto no conjunto das nossas análises.

---

47 S. A. de Oliveira Lima, 82 anos, exerceu primeiramente a função de chefe na divisão de suprimentos, posteriormente foi promovido para professor e diretor no Colepa. Também foi designado pela presidência da Chesf como APA – Chesf. Finalmente, foi nomeado Secretário de Educação no município de Paulo Afonso-BA – 2016 – 2018.

48 J. R. dos Santos, com escolaridade em 2º Grau e posteriormente Ensino Superior, com Pós-Graduação em Psicopedagogia e Engenharia Elétrica. Do ponto de vista das funções que ocupou na Chesf, primeiramente foi operador e depois promovido para técnico de estrutura operacional e, por fim, foi designado para o cargo de técnico em eletrotécnica.

**Figura 93** – Anos 71-80: operárias e operários: escolaridade mais avançada, porém, não muito.

The image shows two documents. The left document is an 'Inscrição Externa' form for Antonio Cabral da Silva, born in Itaparica, PE, in 1936. He is married and has a technical education from the 'Grupo Colonial São Brás' in 1974. The right document is a 'Certificado' from Colégio Sete de Setembro, certifying Manoel Malta Filho as a 'Técnico em Contabilidade' (Technical in Accounting) from Pernambuco, born in 1936, and stating he is fit for professional exercise.

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Na década analisada, o processo de “branqueamento” da estatal, na primeira imagem documentada como *Inscrição externa*, o operário pardo, natural de Itaparica-PE, casado, já apresenta um dos traços socioculturais que por um lado há uma presença ainda significativa de operários de baixa escolaridade e por outro já começa a ocorrer em função da ampliação da ação da estatal, como sua rede de serviço.

Na segunda imagem, apresenta um operário de escolaridade mais elevada, com certificado de técnico em contabilidade. Em síntese, a escolaridade, a função, a etnia e cor da pele, como já mencionados outras seções, se constituem em outras variáveis em que se alimentam a distinção entre o operariado.

Observou-se a partir da Tabela 17, que a escolaridade do operariado como uma variável expressiva de sinalização das desigualdades raciais, que na década de 71-80 ainda prevalece um relevante número de analfabetos, sendo 13 (treze) operários; dentre os alfabetizados, houve 7 (sete); 9 (nove) assinam o nome e 6 (seis) sabem ler e escrever. Houve também 7 (sete) operários da 1ª a 4ª série e 7 (sete) da 5ª a 8ª séries. Na continuidade da análise do perfil sociocultural do operariado, especialmente dos atributos da escolaridade, que

incidem diretamente sobre a ocupação funcional, a moradia, e as relações raciais que distinguiam pretos, pardos e brancos.

**Tabela 17** – Década de 71-80: trabalhadores e trabalhadoras do São Francisco, entre analfabetos, semiletrados e letrados.

Nível de Escolaridade	Quantidade
Analfabetos	13
Alfabetizados	7
Assinam o nome	9
Sabem ler e escrever	6
1ª a 4ª séries	7
5ª a 8ª séries	7
2º Grau completo	6
2º Grau incompleto	0
Técnicos de 2º Grau	1
Superior completo	6
Superior incompleto	0
Técnicos de nível superior	1
<b>Total: 63</b>	

Fonte: elaborada pelo autor.

Com o processo de *branqueamento* em curso, os dados empíricos da década em tela, apontam em relação à escolaridade, um considerável aumento dos atributos socioeducativos. Do ponto de vista formal aponta-se na década de 71-80, uma presença de 6 (seis) operários de 2º Grau completo, 1 (um) técnico de 2º Grau, 6 (seis) com superior completo e 1 (um) técnico de nível superior. A variável escolaridade, na formação racial da Chesf, tem intrínseca relação com a naturalidade e conseqüentemente com as funções exercidas na estatal pelo operariado branco e de maior prestígio social. A escolaridade dizia muito sobre a etnia e a cor da pele. A formação era uma das marcas do racismo à sertaneja manifestando sua segregação entre brancos, pretos e pardos.

A educação está no centro das desigualdades raciais. Esta foi vital na Chesf para a distribuição dos empregos e associada às variáveis como experiência profissional e origem social. A escolaridade é uma dimensão sutil e explícita das relações raciais de inserção na rotina da Chesf. Podemos assim, afirmar que a escolaridade foi um atributo notável, que nutriu as relações verticais e horizontais perpassadas pelas dimensões de natureza raciais. O racismo à sertaneja está vinculado demasiadamente aos níveis de escolaridade.

A Chesf está inserida nas lógicas fundantes da sociedade brasileira, pretos e pardos aptos para o trabalho braçal, mas não aptos para o trabalho intelectual mediado pelos estudos,

onde preponderava a narrativa que vinculava intrinsecamente o homem, a natureza bruta e animalesca.

Neste cenário difundiam-se características da existência humana. Uma exposição que ratifica a composição racializada do operariado tendo como consequência imediata, uma tênue conexão com a escolaridade, ocupação funcional que escamoteava as práticas de racismo da estatal no sertão do São Francisco.<sup>49</sup>

Constatou-se em nossa investigação na década de 71-80, a inclusão de pretos e pardos no processo de construção de barragens, através da atuação da Chesf na região, não prescindiu das práticas racistas. O racismo tem suas singularidades e é um princípio fundante da desigualdade sociopolítica, econômica e cultural na sociedade brasileira.

Prosseguindo as nossas análises do campo empírico e as singularidades socioculturais do perfil do operariado, as relações do mundo do trabalho e as práticas racistas no decorrer dos anos 71-80, se manifestou de maneira sutil, pois a identidade racial estava fortemente presente no capital cultural necessário para o trabalho.

### 3.3.1 Chesf década de 71-80: pedras rachadas e diluição das práticas racistas no sertão

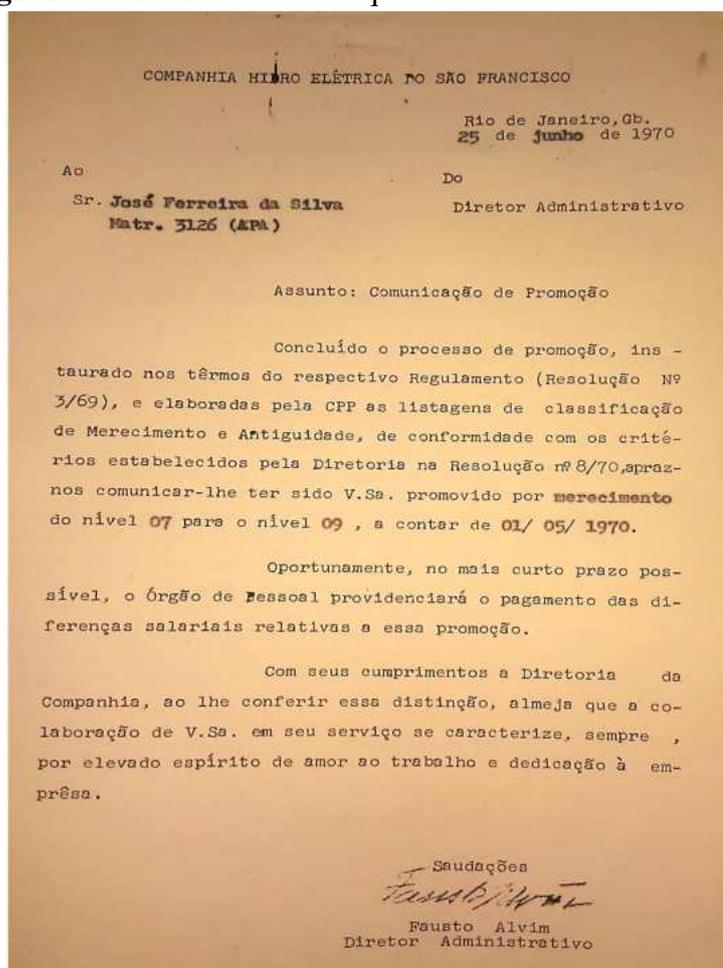
Na década de 71-80, registra-se avanços significativos na relação da estatal com o seu operariado, especialmente na mobilidade e na complexidade de novas funções que exigiam uma nova postura dos dirigentes, uma vez que a identidade racial se diversifica com a presença mais significativa de brancos, escolarizados, que compuseram a rede de relações e as estruturas da estatal.

Seguindo, no registro datado de 25 de junho de 1970, com o assunto “Comunicação de Promoção”, expedido pela diretoria administrativa sediada no Rio de Janeiro, constitui-se em uma das brechas das relações do mundo do trabalho estabelecidas pela Chesf, que expõe uma determinada mobilidade do operariado, a partir das indicações e conveniências dos dirigentes da estatal. Este outro aspecto, também já mencionado, certifica o vínculo da natureza subjetiva que predominava entre os dirigentes e o operariado. Enfim, esta percepção está consubstanciada pelo fato de não conseguirmos identificar de maneira racional administrativa e métodos objetivos no que se refere à promoção do operariado.

---

49 Ressaltamos mais uma vez, que as fichas-dossiês não se encontravam arquivadas de maneira sistemática, contudo, nos registros dos dossiês o quantitativo de operários pretos e pardos sempre superou o de operários brancos. Esta identidade étnico racial será alterada no período de 81-90

**Figura 94** – Chesf: de vez em quando o sistema abria brechas.



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Esta prática indica a sobrevivência daquele dito arraigado na cultura brasileira: o *quem manda e quem obedece*. Retornando a um registro anterior, e por ocasião dos 50 anos da Chesf, este comemorado no ano de 1998, *o manda e o quem obedece* tem uma certa vinculação com o *slogan*: “quem domina o rio, vence qualquer desafio”.

A incorporação do operariado na ordem competitiva empreendida pela Chesf no sertão do São Francisco, foi marcada por uma herança de personalização daqueles que dirigiam e contratavam, uma relação arregrada de simbolismo, de favores, do que de relações do trabalho racionalmente estruturadas. Esta dimensão do mundo do trabalho exercia uma força preponderante nas práticas de vigilância e punição. No decorrer do processo de instalação e execução de todo o complexo hidroelétrico de todo o sertão do São Francisco.

**Tabela 18** – Muita dureza em pedras, às vezes leves rachaduras.

Etnia – raça – cor	Função	Quantidade	Promoção
Branços	Borracheiro	1	Aux. de Posto de Serviço do SSP – Aux. Técnico
	Aux. Escritório	1	Téc. De Contabilidade
	Operador de Máquinas	1	Motorista de Carro Pesado
Pretos	Aux. De Campo	1	Topógrafo e Aux. de Engenharia
Pardos	Servente	1	Telefonista

Fonte: elaborada pelo autor.

Na Tabela 18, os dados das décadas de 71-80 corroboram que, em função das especialidades exigidas para as funções de natureza administrativa, o operariado passou por um certo “branqueamento” para exercer as funções de maior relevância e prestígio. Apontam-se os dados, não havia no período analisado, ou ao menos não identificamos, uma mobilidade mais consistente no interior da estatal.

No período, apenas 3 (três) operários brancos mudaram de função, dos quais o mais relevante foi o que mudou da função de borracheiro para auxiliar de posto de serviço. Em relação aos pretos e pardos, apenas uma mudança significativa que foi de um auxiliar de campo para topógrafo e auxiliar de engenharia.

Destaca-se que, em relação às promoções do operariado branco, imperavam as redes sociais de clientelismo e os vínculos de proximidade com seus superiores, práticas igualmente identificadas nas contratações.

A divisão era mais pelo nível de escolaridade que a pessoa tinha, a pessoa era analfabeta ia trabalhar dentro dos túneis escavando, tirando aquelas pedras e tal, então eles tinham o ambiente deles lá. [...] O pessoal de nível técnico estava em outra situação, um ambiente propício para trabalhar, existia uma diferenciação deles com quem trabalhava na base, quem trabalhava no intermediário e quem trabalhava no superior. (A. Amorim, 67 anos, autodeclarado branco)<sup>50</sup>.

#### Outro relato:

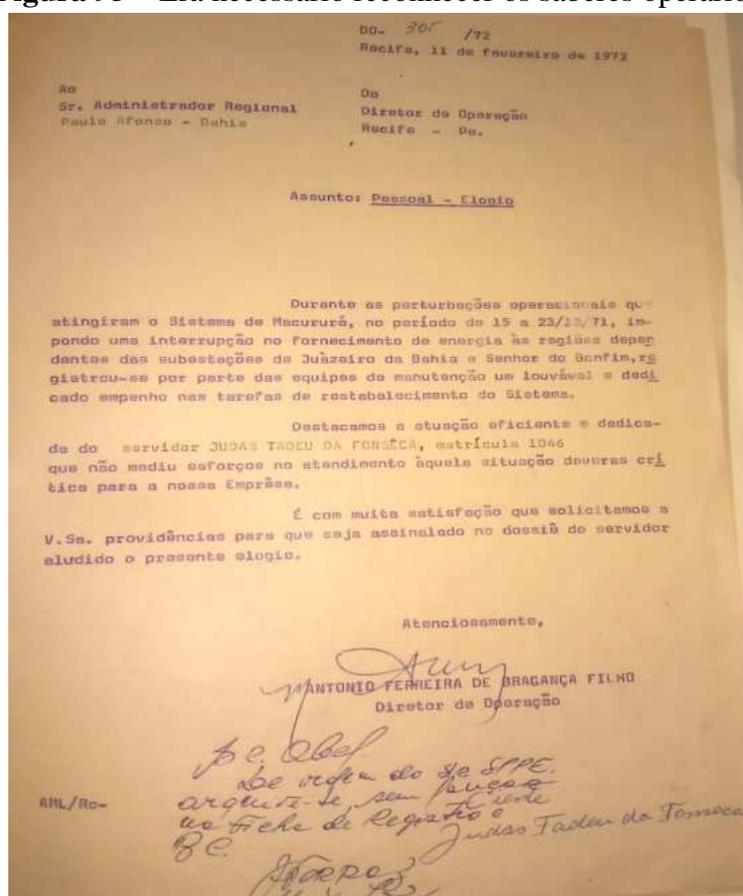
Entrei como operador, passei sete anos operando usina e depois passei para técnico, só que nunca trabalhei como técnico na manutenção, e sim como técnico de estrutura operacional. O critério para mim foi diferente, eu me adaptei ao túnel.

50 A. Amorim, 67 anos, natural de Paulo Afonso-Bahia. Perguntado do ponto de vista da etnia, raça e cor, como ele se denominou: “Eu não sei, eu acredito que eu sou branco”. A fluidez da classificação racial no Brasil, expressa neste e em outros relatos. Destaca-se que A. Amorim, possui graduação e pós-graduação *stricto sensu*, ingressou com a idade de 18 anos na estatal, exerceu primeiramente a função de auxiliar de escritório, desenhista e mergulhador, respectivamente. Portanto, o operário em questão, dentro do conjunto, é um dos exemplos de mobilidade branca.

Como eu já tinha curso técnico, eu solicitei através da medicina do trabalho, a transferência para outro setor, então eu passei a ser classificado como técnico em eletrônica (J. R. dos Santos, 63 anos, autodeclarado pardo, técnico de estrutura operacional).

Prosseguindo na década analisada, com o processo de branqueamento da estatal, registra-se com maior nitidez, processos que denominamos de “rachaduras” no sistema, que significam promoção do operariado sempre vinculado ao nível de escolaridade, ou seja, operários brancos e pardos. Entretanto, os critérios para as promoções obedecem mais uma vez às relações interpessoais. O racismo fluido, entretanto, se mistura com a formação e a etnia.

**Figura 95** – Era necessário reconhecer os saberes operários.



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

No documento exposto, registrado como DO-305/72, com data em 11 de fevereiro de 1972, do Diretor de Operação, no denominado “pessoal-elogio”, dirigido ao Administrador Regional a respeito do operário J. T. da Fonseca, Matrícula 1046, reconhece-se a atuação eficiente e dedicada ao reestabelecimento do sistema de energia nos municípios de abrangência de atuação da Chesf. Esta descrição se configura dentro do contínuo das relações

de natureza pessoal na rotina da estatal e também expressa o enaltecimento de ações pontuais e individualizadas do seu quadro de operários.

A inserção dos operários pretos e pardos na denominada *ordem competitiva*, materializada na ação da Chesf na região do São Francisco, mesmo no contexto de avanço e modernização das relações do mundo do trabalho, não obedecem a uma linearidade, pois as práticas novas e velhas convivem num mesmo cenário e nas mesmas estruturas socioeconômicas e políticas. O racismo internalizado, mesmo que de forma mais tênue, ainda exerce uma influência expressa nos registros das ocorrências disciplinares no cotidiano do mundo do trabalho.

**Figura 96** – Pós-abolição: Nordeste-sertão, o novo e o velho se misturam.

The image shows two pages of internal correspondence from the Companhia Hidro Elétrica do S. Francisco. The left page is dated July 5, 1972, and is an internal warning (advertência) to employee M. P. dos Santos. The right page is dated June 21, 1976, and is a suspension notice (suspensão) for the same employee. Both documents are signed by the Chief of the Administrative Sector, Paulo Afonso.

**Left Page (SPA/3308-72):**

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO  
CORRESPONDÊNCIA INTERNA  
Nº SPA/3308-72  
DATA 05 de julho de 1972.

do Servidor: MANOEL PEDRO DOS SANTOS, MAT. 3119 - DOMC/SOMA.  
do: Chefe do Setor Administrativo Paulo Afonso - Ba.

ASSUNTO: Pessoal - Advertência.

1. Dando cumprimento as determinações do Sr. Diretor de Operação, conforme expediente DO/PA/3204-72, vimos ADVERTIRLO por motivo de ter abandonado o serviço uma hora antes do prazo determinado, sem a prévia autorização de sua Chefia imediata, prejudicando assim, o bom andamento das tarefas sob sua responsabilidade.

2. Contamos com a sua colaboração no sentido de que não ocorra reincidência de novas queixas, o que nos forçaria a adotar medidas disciplinares mais severas em concordância com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho.

3. Solicitamos o seu "CIENTE" e "DE ACORDO" na segunda via da presente correspondência.

Atenciosamente,  
José dos Santos  
Chefe do Setor Administrativo

CGPPE/498-72  
cc: SPPE  
DOMC  
JUP/mabc.

**Right Page (SPA/3513-76):**

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO  
CORRESPONDÊNCIA INTERNA  
Nº SPPE-3513/76  
DATA 21 de Junho de 1976

do Servidor: Egídio Afonso de Sá, mat. 1139  
do: Chefe do Serviço de Pessoal Paulo Afonso, Bahia

ASSUNTO: PESSOAL - SUSPENSÃO

Cumprindo as determinações do Sr. Administrador Regional, conforme despacho exarado no expediente SPFR/62/76, de 26.04.76, vimos pela presente, comunicar a V.Sa. que lhe foi aplicada uma suspensão de 20 (vinte) dias por ter praticado medida imprópria no desempenho de suas funções, com base no que dispõe os itens "a" e "e" do artigo 482 de CLT.

Encareamos as suas melhores atenções no sentido de que fatos semelhantes não se reproduzam, pois, em caso contrário, seremos obrigados a adotar medidas disciplinares mais enérgicas, de acordo com as leis vigentes.

Fica, portanto, o período de 19/07 a 20.07.76, registrado como suspensão disciplinar, devendo retornar ao trabalho no dia 21.07.76.

Retrososm, solicitamos por a sua assinatura na segunda via, para os fins legais.

Atenciosamente,  
Paulo Afonso  
Chefe do Serviço de Pessoal

cc: COPA  
PF/abd

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Desenrolando-se nossa análise, o primeiro registro em tela, na Figura 95, trata-se da *Correspondência Interna* nº SPA/3308-72 expedida em 5 de julho de 1972, pelo Chefe do Setor Administrativo de Paulo Afonso-BA para o operário M. P. dos Santos, Matrícula 3119 – DOMC/SOMA. O documento referido consta-se como uma advertência por ter abandonado o serviço uma hora antes do prazo determinado, sem autorização prévia de sua chefia imediata e comprometendo o bom andamento das tarefas sob sua responsabilidade. O dirigente reitera a importância de não ocorrer relatos de novas queixas a respeito do mesmo assunto, para que

não seja necessário adotar medidas mais severas de disciplina, desde que em concordância com a Consolidação das Leis do Trabalho<sup>51</sup>.

Nesse registro, mais uma vez corrobora que mesmo num avanço das relações modernas no mundo do trabalho da sociedade brasileira, com a conquista e concessão de direitos. Contudo, na rotina entre os dirigentes da estatal e o operariado, em particular pretos e pardos, a herança escravista e a questão racial ainda se revela em mecanismos de vigilância e punição, que embora nesse período possa ter diminuído, mas ainda diversos infinitos relatos e registros.

O segundo documento da mesma forma, *Correspondência Interna* nº SPPE-3513/76 expedida em 21 de junho de 1976, pelo Chefe de Serviço Pessoal em Paulo Afonso-BA para o operário E. R. de Sá, Matrícula 1139-APA/COPA. O arquivo em referência exerce o propósito de comunicar a suspensão de 20 dias aplicada ao operário por desídia e improbidade no desempenho de suas funções, conforme disposto nos itens “a” e “e” no artigo 482 da CLT. Similar ao caso anterior, o gestor reitera a necessidade do funcionário em não repetir o mesmo comportamento, uma vez que possa acarretar em punições mais severas.

Diferentemente das repreensões nos decênios anteriores, das quais não registramos referência à CLT, no período em questão percebe-se uma maior preocupação com a legalidade dos processos de disciplina, advertência e punição. A Chesf era disciplinadora, em larga escala fazia o operário entender, através da coerção, as regras, o modelo de comportamento, que atendia aos interesses da empresa. Os corpos dóceis e disciplinados (Foucault, 1987).

Em suma, a disciplina e as punições registradas, sempre com sua carga discriminatória e racista sobre o comportamento de operários pretos e pardos, assim sendo, referem-se

- Relação direta do mundo do trabalho;
- Abandono do serviço sem autorização prévia do chefe;
- Comportamental;
- Desídia, nos seus diferentes significados: preguiça, negligência, indisciplina, descuido, desleixo.

---

51 A CLT foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de **1º de maio de 1943**, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. O arcabouço jurídico que representava avanços na relação de capital-trabalho, regulando os possíveis conflitos e mediando e criando direitos antagônicos numa sociedade dividida em classes sociais.

Os corpos pretos e pardos codificados nos gestos, no comportamento, dentro da engrenagem da exposição ao sol e sentidos presos nos buracos das rochas, estavam constantemente sob a vigilância, que constantemente tinha o intuito de manter o trabalhador preto disciplinado e submisso (Azevedo, 1987).

Ainda nesse sentido, Fernandez (2003) diz que os brancos concebiam os pretos não adaptados psicologicamente e moralmente ao trabalho disciplinado e organizado. Enfim, as estruturas organizacionais da Chesf, mesmo na década que vai se anunciando um determinado branqueamento no seu conjunto de operariado, mas os resquícios de uma sociedade autoritária, de estrutura psicossocial escravista como de praxe permanecem nas suas rotinas, embora relatado sem a mesma relevância observada nos períodos anteriores.

**Figura 97** – Segue a mão firme da Chesf.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO	
CORRESPONDENCIA INTERNA	
N.º APA- 3241 /79	
DATA 19 de setembro de 1979	
AO Servidor Egu Meneses de Sã Mat. 1139 - COPA	DO Administrador Regional Paulo Afonso - Bahia
ASSUNTO: Prática dos crimes de Furto, Dano e uso de entorpecente, respectivamente, no interior do Acampamento.	
Ref. MI/GVPA-156/79, de 23.07.79 e MI/GVPA - 162/79, de 26.07.79.	
<p>Através de sindicância levada a efeito pelo Grupamento de Vigilância desta Empresa, constante dos expedientes supra-referenciados, ficou provado que seu filho JOSÉ FERNANDO MENDES LEAL, de maioridade, na madrugada do dia 12/07, praticou, juntamente com Lourinaldo Moreira Lima e João Gomes de Oliveira, os crimes de furto e dano, contra a "BOITE AKALANTO", situada na área interna da CHESF, de propriedade do Sr. Gilberto Antonio de Andrade, ficando também comprovado o consumo ou uso de maconha, juntamente com seus companheiros Lourinaldo, Sandra Vasti, Eliane Maria e Maria Elide, na área interna desta Empresa.</p> <p>Nos termos da APA/CIRCULAR-7423/74, vigente nesta Empresa, "Apurado que o autor de qualquer delito previsto no Código Penal, cometido dentro do Acampamento, ou nos Canteiros de Obras, é dependente, parente ou reside com servidor da CHESF, será este advertido por escrito, proibido o ingresso de indiciado nos limites do Acampamento e dos Canteiros de Obras (grifamos).</p> <p>Em respeito, pois, ao que dispõe a referida Circular, cientificamos V.Sa., de que seu filho José Fernando Meneses Leal, deverá ser afastado deste Acampamento pelas razões acima expostas.</p> <p>Solicitamos apor seu ciente na 2ª via da presente.</p> <p>Atenciosamente, Ricardo de Holanda Neves Administrador Regional</p> <p>C/SPJ-224/79 SN/ramp</p>	

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

No registro, filho de operário acusado de cometer crime de furto, sendo afastado do Acampamento da Chesf. A política de vigilância e punição atravessa a relação da estatal com o operariado, em especial com operários pretos e pardos. A expressão de um dos pilares da construção da ideia de nação, de país e de identidade, a partir do modelo físico, cultural,

comportamental brancos denominados de cultos, civilizados e racionais nos seus comportamentos e seu oposto: pretos e pardos, que são: “*considerados perigosos*” sindicância levada a efeito pelo grupo de vigilância desta empresa.

A sentença capital decretada pela estatal revela do muito impregnado nas narrativas que expõem as fraturas expostas de uma sociedade autoritária que de veias e relações sociopolíticas, econômicas, culturais e simbólicas que em diferentes contextos as heranças exalam pelos poros e se materializam nas ações. O inferno e o paraíso se aproximam e se distanciam no sertão.

Na Tabela 19 se observa a ocorrência de 38 (trinta e oito) punições no decênio de 71 a 80. Enquanto que não há registro de punição entre operários brancos, aos pretos foram aplicadas 37 (trinta e sete) punições e apenas uma parda foi advertida. Dentre as categorias de transgressões que receberam suas respectivas penalidades<sup>52</sup>, destaca-se: desobediência ao superior, desídia, incitar movimento grevista, indisciplina e desrespeito ao superior.

**Tabela 19** – Tem que se controlar os vistos como maus.

Etnia	Função	Quantidade de Punições	Natureza/punição
Branco	Sem Registro	-	Sem Registro
Preto	Guarda da vigilância	9	Desobediência ao superior
Preto	Guarda da vigilância	7	Desídia – ato de disciplina
Preta	Professora e coordenadora pedagógica	1	Suspensa por 30 dias incitar movimento grevista
Preto	Guarda da vigilância	5	Indisciplina
Preto	Guarda da vigilância	2	Sem registro
Preto	Auxiliar da guarda	4	Indisciplina
Preto	Pintor	7	Indisciplina e desrespeito ao superior
Preto	Auxiliar da guarda	1	Indisciplina
Preto	Auxiliar da guarda	1	Sem Registro
Parda	Professora	1	Ver foto de folha de infor. 22 .12. 1995
<b>Total:38</b>			

Fonte: elaborada pelo autor.

O racismo na Chesf aparece de certo modo estabilizado e naturalizado. O “cassaco” é visto como um animal de natureza bruta, não lapidado para a modernidade. O paradigma meio e raça, como forma de compreensão e análise da narrativa acerca do sertão antimoderno, incivilizado, se materializou em muitos momentos nas relações entre os dirigentes da estatal e

<sup>52</sup> Observa-se a partir de análise empírica, que houve ausência de registros a respeito da natureza de 3 (três) ocorrências de 2 (dois) operários pretos, bem como a falta de registro de quais foram suas respectivas punições.

o operariado de identidade racial, preta e parda. Um racismo em que se objetificava e controlava os corpos e seus sentidos.

[...] estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e sem cara que se esconde por trás de uma suposta garantia de universalidade e de igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação, com efeito em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo se afirma na intimidade. É de ordem privada, pois não se regula pela lei, não se firma publicamente (Schwartz, 1988, p. 182).

O racismo difuso como uma das marcas sobreviventes na sociedade brasileira, é quase sempre imperceptível em virtude de toda a tentativa de negação da prática da escravidão que se constituiu um dos pilares de uma sociedade de propriedade privada, autoritária e de sujeição dos povos negros e indígenas. As práticas veladas ou explícitas da Chesf em relação ao seu operário preto e pardo, considerados os contextos, são marcadas pela vigilância e punição. Os relatos a seguir mais uma vez exteriorizam as práticas seletivas dos dirigentes da Chesf e do operariado preto e pardo de baixa escolaridade. Segue:

*N. M. A.*, Matrícula 101.397, branco, 24 anos, casado, natural de Caruaru, escolaridade 3º Grau, exercia a função de engenheiro mecânico, residia no acampamento Chesf recebeu no dia 28.05.76 uma punição, entretanto não estava descrita na ficha de ocorrências disciplinares.

O operário branco, de nível superior, residente no acampamento, que embora há registro denominado punição, entretanto a natureza e o conteúdo não foram redigidos. Foi no decorrer da nossa investigação, como já mencionara anteriormente, punições em operários brancos foram minimamente identificadas. Este caso aqui registrado pode estar em concordância com o processo de branqueamento da estatal.

*R. Geraldo*, Matrícula nº 4.197, preto, 32 anos, natural de Arco verde-PE, que exercia a função de carpinteiro, escolaridade primária, recebeu duas suspensões por desobediência aos chefes nos dias 11 de junho de 1973 e 10 de novembro de 1981. O operário no período de 8 (oito) anos sofreu 20 acidentes de trabalho.

*A. V. Bezerra*, Matrícula nº 002.240, solteiro, 22 anos, preto, 6 (seis) filhos, natural de Águas Belas, Pernambuco, trabalhador vv, escolaridade “assina o nome”. Recebeu advertência no dia 29. 05. 1973, por ter “estacionado” o carro no lugar errado, infringindo as normas de trânsito, sentenciou, a chefia que fez o registro...

*M. P. Silva*, Matrícula nº 010.685, solteiro, preto, analfabeto, que no dia 05.07.72 fora advertido por abandonar o serviço uma hora antes sem prévia autorização da chefia imediata. C|SPA-3308\72.

*J. D. Soares*, Matrícula, 191.060, 32 anos, preto, casado, 4 (quatro) filhos, escolaridade 4ª série, trabalhava como ajudante de eletricista, no período de 1971 a 1974, foi punido com suspensão por estar dormindo no serviço.

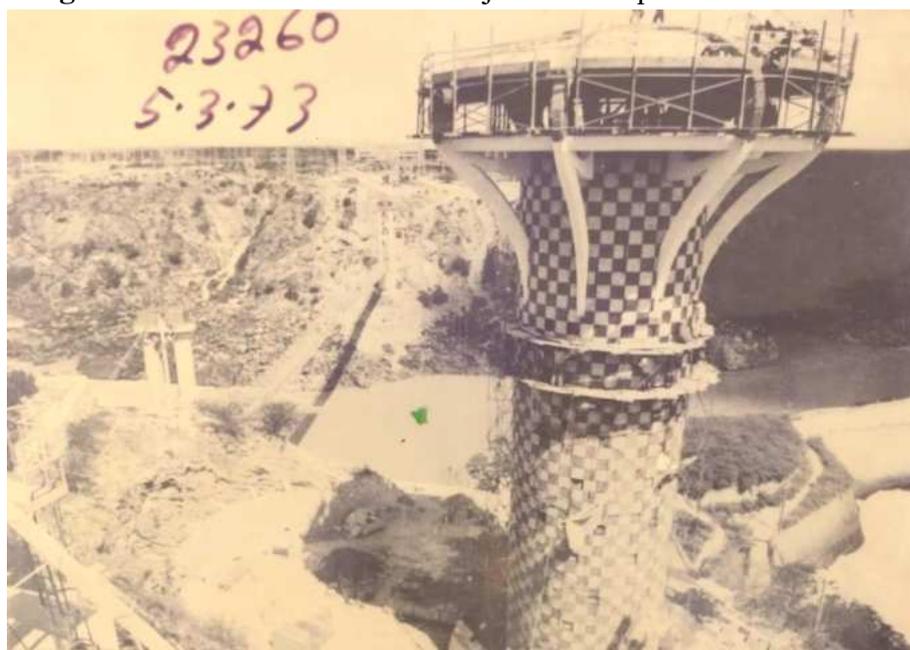
No encadeamento das relações:

*A. P. Laurindo*, Matrícula nº 006. 279 23 anos, solteiro, preto, natural de Monteiro-PB, escolaridade primária, exercia a função de trabalhador vv no dia 29.07.70, foi suspenso por 6 (seis) dias, como “corretivo” ao seu comportamento indisciplinado com seus superiores. A explicitação da punição, o operário com a mesma origem sociocultural, de função de não muita relevância, trabalhador de campo, **e o mais interessante.**

Destarte, os outros quatro registros têm características socioculturais e racializadas semelhantes. São pretos, jovens de baixa escolaridade, apesar do avanço da modernidade nas relações do mundo do trabalho e dos contextos sociopolítico e culturais da década de 71-80, as punições se manifestavam na mesma lógica e dimensões psicossociais das décadas anteriores.

- Natureza Comportamental:
- Desobediência ao chefe;
- Desídia, descanso após almoço;
- Mundo do Trabalho:
- Infração de trânsito;
- Abandono de serviço.

**Figura 98** – Tem “leviatã à sertaneja”: o olho que tudo vê e sente...



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Dessa maneira, a Chesf expressou em maior ou menor intensidade, o seu poder de Estado, como legítimo e vigilante nas relações dentro e fora do acampamento. Esta construção (**Figura 98**), situada próxima às usinas, expressa muito de seu espírito de controle e vigilância.<sup>53</sup>

No contexto de práticas social regido pelo poder que se consiste na dominação social, pois criam e legitimam hierarquias (Bourdieu, 1998) que perpetuam e legitimam a desigualdade social e dentro da lógica de controle e vigilância, esta torre é uma das nítidas manifestações do olhar oculto e explícito da Chesf sobre o universo do seu operariado. Povoando nas representações sociais e no imaginário popular, esse equipamento foi construído por um dos engenheiros com objetivo de ter uma visão mais ampla, sobre as pessoas e seus comportamentos.

O pós-abolição no sertão através da inserção da mão de obra do operariado da Chesf, na sua grande maioria composta de preto

s e pardos garantia uma permanência mais duradoura nas atividades de construção de barragens e usinas, não marcando assim, uma rotatividade explícita na constituição da mão de obra nas ações da Chesf na região. As variáveis naturalidades, escolaridade e composição racial no contexto da nascente ordem moderna e competitiva da Chesf no sertão foram elementos indicativos da necessidade incontestável de recrutamento e permanência desta mão de obra.

---

53 Em seu livro “Vigiar e Punir”, Foucault analisa as relações de poder e as estruturas de controle do corpo, sendo o panoptismo expresso como vigilância, controle e disciplina, para adestrar o corpo, para que este produza os resultados almejados pelas estruturas de poder.

**Figura 99** – Elas trabalhavam, davam à luz e se afastavam.

3 — OUTROS			
MOTIVO	N.º DE DIAS	DATA	
		INICIO	TÉRMINO
DOENÇA - CHESF	15	070873	210873
INPS	101	220873	301173
L. Gestação	84	131074	040175
L. Gestação	84	150376	060676
R. Médico	15	070676	210676
INPS	24	220676	150776
R. Médico	15	100478	240478
INPS	890	250478	300980
Lic. Gestação	84	220283	160583
R. Médico	15	020284	160284
INPS	77	170284	200284

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Na década em questão conforme analisado anteriormente, houve uma presença mais significativa do gênero feminino no conjunto do operariado da Chesf. O documento, Figura 98, reflete esta dimensão, que pelo registro, expressa as diversas vezes e o longo período de afastamento por doenças ou maternidade. Apenas no decênio de 71-80, a operária gozou de 8 (oito) licenças no total de 1.228 (mil duzentos e vinte e oito) dias, aproximadamente 3 (três) anos e meio. No período posterior entre 81-90, foram 3 (três) afastamentos, somados os dias dá um total de 173.

A condição feminina, mesmo no interior da Chesf, estava sujeita às marcas singulares dos atributos do corpo, embora este relato está contido em outro conjunto, que foram registrados ao longo deste decênio. A presença feminina juntamente com o branqueamento, fruto da mudança de perfil sociocultural e racial do operariado, anuncia novas relações no mundo do trabalho.

**Figura 100** – Casacos pretos e pardos: vidas mais expostas, corpos machucados e afastados.

2 — ACIDENTES			
N.º DE DIAS	DATA		OBSERVAÇÕES
	INÍCIO	TÉRMINO	
03	260172	280172	Ac. Trabalho
05	141172	181172	Ac. T.
02	031272	061272	Ac.T.
03	250773	270773	Ac.T.
08	150177	220177	Ac.Trabalho
07	210685	280685	Ac.Trabalho

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

No documento em tela, outra marca persistente, embora em menor grau, em virtude das novas funções e da diminuição dos corpos expostos ao sol, os acidentes ainda continuam no cenário e nas relações do trabalho no sertão. O registro identifica 5 (cinco) ocorrências de acidentes de trabalho na década de 71-80, equivalentes a 23 (vinte e três) dias de afastamento. No decênio de 81-90 houve apenas uma licença de afastamento, pelas mesmas razões, somando 7 (sete) dias.

O trabalho, do vocábulo latino *tripallium*, que significa instrumento de tortura, associado ao castigo, à repreensão do corpo. Nos relatos evidencia que mesmo com o avanço da modernidade nas instalações da estatal, predominava ainda, precarização das relações, em especialmente, para os operários pretos e pardos. Se por um lado, do ponto de vista racial, está em curso um processo de branqueamento do operariado, expresso na redução considerável do número de punições, por outro, os acidentes mostram as contradições das relações. Neste aspecto, relatamos os seguintes casos, que por nós agrupados, segue os afastamentos por acidente.

No que pese para efeito de nossa análise, um registro de acidente de operário branco:

*F. M. Silva*, Matrícula nº 190.972, 56 anos, branco, casado, natural de Flores - Pernambuco, analfabeto, exercia a função de ajudante de carpinteiro, foi acometido por 4 (quatro) acidentes, um deles, um profundo corte, perdendo assim um dos dedos da mão.

No legado dos corpos expostos ao sol, o vasto canteiro de obras da Chesf no sertão, os corpos pretos eram demasiadamente expostos ao paradigma do trabalho braçal e consequentemente dos acidentes:

*A. G. M. Soares*, Matrícula nº 075.400, preto, sabe ler e escrever, exerceu a função de guarda, no período compreendido entre 1975-1980 recebeu 20 (vinte) atestados por acidentes de trabalho.

*Z. F. de Souza*, Matrícula nº 182.913, preto e analfabeto, servente, no período compreendido entre 1976-1978 foi afastado de suas atividades laborais por acidentes 23 (vinte e três) vezes.

*V. B. de Santos*, Matrícula nº 075.396, preto, primeiro grau, sofreu 8 (oito) acidentes de trabalho.

*J. O. de Souza*, Matrícula 100.250, preto e analfabeto, trabalhador de campo, foi acometido nas suas atividades por 8 (oito) acidentes de trabalho.

*G. N. Matos*, Matrícula 04.502, preto, 25 (vinte e cinco) anos, natural de Pesqueira-PE, que exercia a função de trabalhador de campo, analfabeto, sofrera 23 (vinte e três) acidentes de trabalho, em suas anotações de ocorrências o próprio operário reconhece a periculosidade de suas atividades.

As relações do mundo do trabalho, implementadas pela Chesf na região, não prescindiram da lógica de exposição majoritariamente dos corpos pretos e pardos, aos iminentes perigos da natureza da obra, de construção de barragens e usinas sobre rochas, e a propagada cachoeira de Paulo Afonso. Os acidentes, em todo o percurso, marcaram racialmente a vida do operário. Os sinistros foram umas das marcas racistas sentidas nas peles pretas no sertão. Segue os registros:

*F. S. Nogueira*, Matrícula 191.051, operário preto e analfabeto, acidentou-se por 8 (oito) vezes.

*J. P. dos Santos*, Matrícula 098.272, 13 (treze) anos, analfabeto, preto sofreu 42 (quarenta e dois) acidentes de trabalho.

*V. Macedo*, Matrícula 004.499, natural de Monteiro, preto, 22 anos analfabeto, trabalhador de campo, cassaco, no período entre 1975 a 1987 apresentara 57 (cinquenta e sete) atestados, sendo 50 (cinquenta) por acidentes de trabalho e 7 (sete) por questões de saúde.

*J. Justo*, casado, 5 (cinco) filhos, preto, natural de Delmiro Gouveia-Alagoas, escolaridade: primeiro grau, soldador se afastou 3 (três) vezes por acidente de trabalho.

O legado da exposição ao trabalho com pedras e rochas, acometia de igual maneira operários pardos, em menor quantidade do que em operários pretos:

*S. T. de Lima*, Matrícula 182.869, pardo, analfabeto, operário e trabalhador de campo, sofreu 26 (vinte e seis) acidentes de trabalho.

À guisa dos 11 (onze) registros descritos dos operários acidentados, em sua composição racial, estão assim distribuídos: 1 (um) branco, 9 (nove) pretos e 1 (um) pardo.

No período de 71-80, conforme Tabela 20, estimou-se a ocorrência de 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) licenças de afastamentos, deste total, 279 (duzentos e setenta e nove) foram por acidentes de trabalho, sendo 2 (dois) foram de um operário branco, 197 (cento e noventa e sete) de operários pretos, 80 (oitenta) de operários pardos. 129 (cento e vinte e nove) dos atestados foram por questões de saúde; dentre os casos, 7 (sete) foram de operários brancos, 20 (vinte) de operários pretos e 102 (cento e dois) de operários pardos. Entre as licenças e afastamentos por questões familiares, soma-se 48 (quarenta e oito) assim distribuídos: 15 (quinze) de operários brancos, 8 (oito) de operários pretos e 25 (vinte e cinco) de operários pardos.

O peso da máquina e das engrenagens da estatal sob os corpos pretos e pardos continua a exalar a sua exuberância, que machuca e deixa suas marcas visíveis. Evidentemente que mesmo em mínima escala, operários brancos sofriam também acidentes.

**Tabela 20** – “Não sois máquinas”: acidentados é o que muito sois.

<b>Etnia – Raça – Cor</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Natureza</b>
Branco	7	Tratamento de Saúde
Branco	2	Acidentes de Trabalho
Branco	15	Questões Familiares
Pretos	197	Acidente de Trabalho
Pretos	20	Saúde
Pretos	8	Questões Familiares
Pardos	80	Acidente de Trabalho
Pardos	102	Tratamento de Saúde
Pardos	25	Questões Familiares
<b>Total: 456</b>		

Fonte: Elaborada pelo autor.

No encadeamento dos dados expostos, a tabela expressa o elevado número dos acidentes do trabalho nas instalações da estatal no sertão do São Francisco. Estabelecendo as conexões com a década de 51-60, o período inicial de instalação da Chesf, foram registrados 349 acidentes de trabalhos entre pretos e pardos. Nesse decênio, relembramos a predominância do caráter braçal dos ofícios, que marcaram as atividades atribuídas majoritariamente a operários e operárias pretos e pardos. Estes de corpos expostos ao sol e no âmago das rochas.

Na década de 71-80, relativo aos acidentes, o total de acidentes entre pretos e pardos foi de 277, número inferior ao dos anos 51-60. Entretanto, há uma similaridade em todo o período analisado, quanto à forte incidência de acidentes de trabalho. O que também difere a década de 51-60 para a de 70-80, é que nos anos 70, há uma preocupação maior da estatal

com os registros dos acidentes, em virtude da modernização das relações trabalhistas, e da gênese do movimento sindical.

Os outros registros referem-se a questões relativas ao tratamento de saúde e às questões familiares presentes nessa complexa rede que envolveu o mundo do trabalho nas margens e nas cachoeiras do Rio São Francisco.

**Tabela 21** – Peles bem pigmentadas, casas superiores na lógica desenvolvimentista no sertão.

<b>Residência</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Município</b>	<b>Estado</b>
Vila Poty	8	Paulo Afonso	Bahia
Vila Operária Tipo O	12	Paulo Afonso	Bahia
Acampamento CHESF	35	Paulo Afonso	Bahia
Sem Registro	8	----	-----
<b>Total: 63</b>			

Fonte: Elaborada pelo autor.

Continuando com a análise, na Tabela 26 descreve-se a presença de 8 (oito) operários residentes na Vila Poty. Verifica-se no trabalho empírico que apenas 8 funcionários estão sem registro acerca de suas residências. Registra-se que já nessa década se observa uma maior preocupação com a moradia dos operários, especialmente os de cargos mais elevados, dado que nos registros de 63 (sessenta e três) dossiês analisados, 35 (trinta e cinco) residem no acampamento, e em casas maiores e mais equipadas. Já os residentes da Vila Operária Tipo O, apenas 12 (doze). Este tipo de habitação era destinado aos operários vinculados às atividades compreendidas de menor relevância.

A segregação espacial e arquitetônica foi uma das manifestações das políticas implementadas pela Chesf que expressava a divisão entre o operariado de maior escolaridade e, portanto, de funções mais elevadas do operariado de baixa escolaridade, que exercia atividades consideradas de menos prestígio social. O operariado de maior escolaridade, como foi percebido em nossa investigação, majoritariamente era composto de brancos enquanto os de baixa escolaridade eram constituídos de pretos e pardos.

A moradia era uma das expressões visíveis do racismo e discriminação à sertaneja nas relações entre Chesf e operários pretos e pardos. O modelo residencial consolidou as práticas racializadas que alimentaram as heranças e os resquícios do nosso passado colonial.

### 3.4 Chesf década de 81-90: pelas brancas nas sombras, corpos pretos ao sol, do progresso modernizante no sertão

A partir de 68 dossiês catalogados no CDOC, avaliamos nesta análise o perfil sociocultural do operariado, os relatórios, os informativos e os relatos dos participantes da pesquisa. A década de 81-90 foi distinta pelo processo de modernização da estatal com o fim da construção das usinas e barragens. Nesse período, o branqueamento dos operários mudou a relação do mundo do trabalho e a postura da estatal em relação às suas práticas racistas.

Prosseguindo a navegação nas águas profundas do rio que uniu operários e operárias, dirigentes e dirigidos da estatal, analisaremos o perfil sociocultural do operariado e as relações de trabalho construídas durante o exercício de suas respectivas atividades na Chesf. As possíveis feridas, cicatrizes, mudanças na estrutura racial, racismo, relação entre operários brancos, pretos e pardos e as rotinas dentro e fora da empresa serão examinadas.

**Figura 101** - A Chesf se modernizando e se embranquecendo no Sertão.

REGISTRO DE EMPREGADO																	
	<p>NOME <b>BENONI HENRIQUES GUIMARÃES</b>            PAI <b>Camuto Reis Guimarães</b>            FILIAÇÃO <b>Mãe Isabel Henriques Guimarães</b>            ESTADO CIVIL <b>Casado</b> IDADE <b>33</b> anos            DATA DE NASCIMENTO <b>02.06.56</b>            NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>            LUGAR DE NASCIMENTO <b>Campina Grande</b> ESTADO <b>PB</b>            DATA DA CHEGADA AO PAÍS _____ E NATURALIZADO? _____            CASADO COM BRASILEIRA? _____ TEM FILHOS BRASILEIROS? _____            CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL <b>Professor TV</b>            SINDICATO A QUE PERTENCE _____            Nº DE MATRÍCULA SINDICAL _____            RESIDÊNCIA _____</p>																
<p>CART. PROFISSIONAL            Nº <b>58.459</b>            SÉRIE <b>460 - PE</b></p>	<p>CART. RESERVISTA            Nº <b>26716-FB</b>            CATEGORIA <b>18</b></p>																
<p>CART. IDENTIDADE            Nº <b>352.005-PB</b></p>																	
<p>BENEFICIÁRIOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Lélia U. da S. Guimarães</b></td> <td><b>esposa</b></td> <td><b>220552</b></td> <td><b>F</b></td> </tr> <tr> <td><b>Mabel Gomes Guimarães</b></td> <td><b>Filha</b></td> <td><b>201088</b></td> <td><b>F</b></td> </tr> <tr> <td><b>Rebeka Gomes Guimarães</b></td> <td><b>filha</b></td> <td><b>110492</b></td> <td><b>F</b></td> </tr> </tbody> </table>		NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	<b>Lélia U. da S. Guimarães</b>	<b>esposa</b>	<b>220552</b>	<b>F</b>	<b>Mabel Gomes Guimarães</b>	<b>Filha</b>	<b>201088</b>	<b>F</b>	<b>Rebeka Gomes Guimarães</b>	<b>filha</b>	<b>110492</b>	<b>F</b>
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO														
<b>Lélia U. da S. Guimarães</b>	<b>esposa</b>	<b>220552</b>	<b>F</b>														
<b>Mabel Gomes Guimarães</b>	<b>Filha</b>	<b>201088</b>	<b>F</b>														
<b>Rebeka Gomes Guimarães</b>	<b>filha</b>	<b>110492</b>	<b>F</b>														
<p>CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL            Nº _____</p>	<p>CART. DO IAP            Nº _____</p>																
<p>IMPRESSÃO DIGITAL            TS   O            RH   +</p>	<p>ASS. DO EMPREGADO <i>Benoni Henriques Guimarães</i>            DATA DA DISPENSA _____</p>																
T. 189.979	022233																

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO																	
	<p>NOME <b>ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DE LIRA</b>            PAI <b>Luiz Jerônimo de Lira</b>            FILIAÇÃO <b>Mãe Luiza Ferreira de Aquino +</b>            ESTADO CIVIL <b>Casado</b> IDADE <b>29 ANOS</b>            DATA DE NASCIMENTO <b>13 de agosto de 1960</b>            NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>            LUGAR DE NASCIMENTO <b>Recife</b> ESTADO <b>PE</b>            DATA DA CHEGADA AO PAÍS _____ E NATURALIZADO? _____            CASADO COM BRASILEIRA? _____ TEM FILHOS BRASILEIROS? _____            CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL <b>Auxiliar de Portaria VV</b>            SINDICATO A QUE PERTENCE _____            Nº DE MATRÍCULA SINDICAL _____            RESIDÊNCIA _____</p>																
<p>CART. PROFISSIONAL            Nº <b>64433</b>            SÉRIE <b>00005 - PE</b></p>	<p>CART. RESERVISTA            Nº <b>210780056334</b>            CATEGORIA <b>38</b></p>																
<p>CART. IDENTIDADE            Nº _____</p>																	
<p>BENEFICIÁRIOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Maria Ivani dos Santos Lira</b></td> <td><b>Esposa</b></td> <td><b>140258</b></td> <td><b>F</b></td> </tr> <tr> <td><b>Zenon Antônio dos Santos Lira</b></td> <td><b>Filho</b></td> <td><b>181083</b></td> <td><b>M</b></td> </tr> <tr> <td><b>Wilma Vanessa dos Santos Lira</b></td> <td><b>Filha</b></td> <td><b>020187</b></td> <td><b>F</b></td> </tr> </tbody> </table>		NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	<b>Maria Ivani dos Santos Lira</b>	<b>Esposa</b>	<b>140258</b>	<b>F</b>	<b>Zenon Antônio dos Santos Lira</b>	<b>Filho</b>	<b>181083</b>	<b>M</b>	<b>Wilma Vanessa dos Santos Lira</b>	<b>Filha</b>	<b>020187</b>	<b>F</b>
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO														
<b>Maria Ivani dos Santos Lira</b>	<b>Esposa</b>	<b>140258</b>	<b>F</b>														
<b>Zenon Antônio dos Santos Lira</b>	<b>Filho</b>	<b>181083</b>	<b>M</b>														
<b>Wilma Vanessa dos Santos Lira</b>	<b>Filha</b>	<b>020187</b>	<b>F</b>														
<p>CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL            Nº _____</p>	<p>CART. DO IAP            Nº _____</p>																
<p>IMPRESSÃO DIGITAL            TS   O            RH   +</p>	<p>ASS. DO EMPREGADO <i>Antônio Carlos Ferreira de Lira</i>            DATA DA DISPENSA _____</p>																
T. 189.995	022233																

Fonte: CDOC – Paulo Afonso, Bahia.

Na imagem à esquerda, operário de 33 anos, fenótipo de pardo, natural de Campina Grande-PB, que exercera a função de professor, família não numerosa. Fotografia à direita, representa o operário de 29 anos, fenótipo pardo, oriundo de Recife-PE, que desempenhava o cargo de auxiliar de portaria VV, similar com o caso ao lado não tinha uma família numerosa.

O imagético já vai indicando uma mudança significativa no perfil sociocultural e da formação do operariado chesfiano. Essa diferenciação está intimamente relacionada ao processo de branqueamento e este alimentado pelo maior nível de escolaridade, a presença de operários de grandes centros urbanos a exemplo de Recife, Salvador, João Pessoa e em menor grau, de Estados do Sul e Sudeste.

A Tabela 22 apresenta a distribuição migratória do operariado, os 68 dossiês, a naturalidade está assim distribuída: 32 (trinta e dois) operários da Bahia, seguidos de 22 (vinte e dois) oriundos do Estado de Pernambuco, 10 (dez) alagoanos, 2 (dois) da Paraíba e por fim, 2 (dois) do Rio Grande do Norte. A construção das barragens e usinas continuava atraindo um contingente de pessoas de diferentes Estados do Nordeste para a região do São Francisco.

**Tabela 22** – Aos poucos tá ficando mais branco, as pessoas de diferentes lugares das “nordestinidades”.

<b>Município</b>	<b>Estado</b>	<b>Quantidade</b>
Água Branca	AL	2
Delmiro Gouveia	AL	1
Mata Grande	AL	2
Minador do Negrão	AL	1
Olhos D'água do Casado	AL	1
Santana do Ipanema	AL	1
Piranhas	AL	2
Cairú	BA	1
Feira de Santana	BA	1
Glória	BA	1
Jeremoabo	BA	5
Jequié	BA	1
Paulo Afonso	BA	20
Pedro Alexandre	BA	1
Rodelas	BA	1
Salvador	BA	1
Campina Grande	PB	1
João Pessoa	PB	1
Arcoverde	PE	1
Bom Conselho	PE	1
Caruaru	PE	3
Floresta	PE	2
Pesqueira	PE	3
Petrolândia	PE	3
Recife	PE	3
São José do Egito	PE	1
Serra Talhada	PE	1
Sertânia	PE	1
Tacaratu	PE	2
Taquatinga do Norte	PE	1
Caicó	RN	1
São Francisco	RN	1
<b>Total: 68</b>		

Fonte: Elaborada pelo autor.

No decênio de 80-90 é perceptível, traços e números socioculturais diferentes dos períodos analisados anteriormente, uma vez que nos anos 50-60, dos 96 dossiês analisados, 21 operários oriundos do Estado de Alagoas, 23 da Bahia, 17 da Paraíba e finalmente a maior quantidade é 35 de Pernambuco. Essa unidade da federação especialmente ainda exercia uma

forte influência na composição do operariado no oferecimento de mão de obra para as ações da Chesf no sertão do São Francisco.

Pernambuco, por um lado conservou-se como centro aglutinador da identidade do Nordeste como região inventada (Muniz, 1999), por outro lado, na década de 81-90, a Bahia começa a exercer uma influência maior que Pernambuco na permanência dos operariados da Chesf.

O perfil sociocultural nesta década modifica-se, pois registra-se, dentre outras dimensões, a maior presença de operários. No total de 68 operários analisados, destes, 20 (vinte) nasceram no município de Paulo Afonso-BA, o que corrobora um quantitativo de trabalhadores residentes na região, uma vez que os 30 anos de ação da Chesf reconfigurou o território, produzindo já um corpo técnico no município, proporcionando uma absorção considerável da mão de obra local para o projeto da estatal. Esta característica na composição do operariado está associada à constituição de famílias e aumento populacional resultante da trajetória e da consolidação das obras de usinas e barragens nas margens do Velho Chico. Contudo, os dados empíricos ratificam a liderança pernambucana na composição da mão de obra chesfiana.

**Figura 102** – Um pouco da cultura patriarcal... o cuidado é coisa delas.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**  
REGISTRO DE EMPREGADO

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**  
REGISTRO DE EMPREGADO

BENEFICIÁRIOS			
IDENTIDADE	NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.
3.185.870 - FE	Évaldo Alves do Nascimento +	Esposo +	300437
	Márcy do Nascimento Muniz	Filho	071218
	Claudia do Nascimento Muniz	Filho	180488
	Claudia do Nascimento Muniz	Filha	270359
	Emília Alves Nascimento Júnior	Filho	260372
	Claylla do Nascimento Muniz	Filho	070573
	Paulinho do Nascimento Muniz	Filho	221174

BENEFICIÁRIOS			
IDENTIDADE	NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.
2218987 - FE	Évaldo Alves do Nascimento +	Esposo +	300437
	Márcy do Nascimento Muniz	Filho	071218
	Claudia do Nascimento Muniz	Filho	180488
	Claudia do Nascimento Muniz	Filha	270359
	Emília Alves Nascimento Júnior	Filho	260372
	Claylla do Nascimento Muniz	Filho	070573
	Paulinho do Nascimento Muniz	Filho	221174

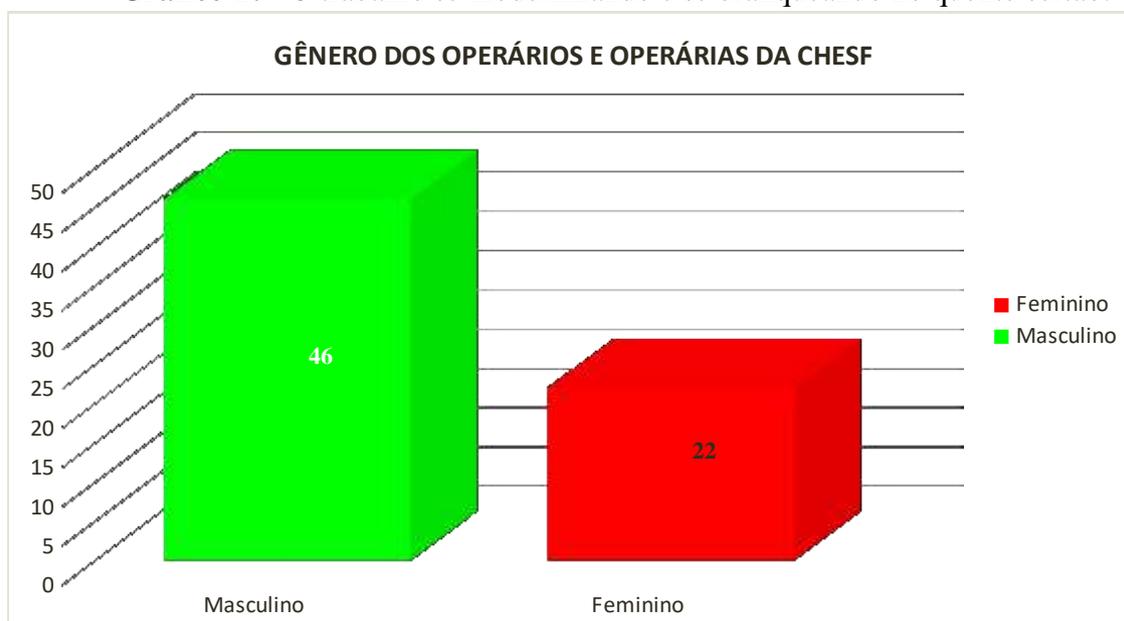
Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Refletindo o perfil sociocultural do operariado a imagem à esquerda, operária natural de Itapetim-PE, 49 anos, parda, casada, exercera a função de auxiliar de disciplina, parentesco numeroso. Registra-se, conforme refletido anteriormente, o processo de branqueamento da estrutura do operariado da Chesf no decênio, está intrinsecamente relacionado à oferta de uma série de serviços de reprodução social, oferecidos pela estatal para atrair e manter o operariado no sertão. As mulheres trabalhadoras no geral, tinham maior nível de escolaridade, e portanto, mais aptas a ocupar funções de maior prestígio social.

Na imagem à direita, operária natural de Petrolândia-PE, 60 anos, preta, viúva, exerceu a função de zeladora. A presença feminina era uma das evidências da predominância quantitativa de operários brancos na Chesf nas diversas funções. Evidentemente que operárias pretas também compunham esse universo da complexa rede das relações sociais engendradas na estatal. O nosso registro reforça as conexões estabelecidas entre escolaridade e prestígio das funções.

A imersão das existências e as identidades do operariado, na década de 81-90, tem uma marca e um relevante espírito feminino na sua composição. Na complexa rede de serviço de saúde, educação, lazer, consubstanciado pelas exigências de operários com maior nível de formação, as mulheres se destacam no sertão.

**Gráfico 10**– O trabalho se modernizando e se branqueando no quente sertão.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Continuando a imersão no campo empírico, conforme Gráfico 19, do total de 68 documentos analisados para o decênio, do ponto de vista da dimensão de gênero, registrou-se 46 (quarenta e seis) operários do sexo masculino e 22 (vinte e dois) do sexo feminino.

Observa-se que o grau de estratificação social na estatal, onde a presença feminina, por um lado representa maior arcabouço de conhecimento nas habilidades e nos saberes e por outro, acompanha esse processo de branqueamento em curso no seio da estatal.

A estatal, apesar de sua modernização por dentro, identificada na diversificação de sua oferta de serviço e reprodução das relações sociais, ainda permanece eminentemente masculina em sua composição, em função da natureza de sua atividade na produção e distribuição de energia elétrica. Entretanto, a modernidade e as novas funções que exigiam elevado atributo na escolaridade atraíram um contingente feminino nas atividades laborais.

Prosseguindo a imersão na jornada existencial do operariado, a fotografia dos arquivos do Memorial retrata, à esquerda, a exemplo de outras analisadas, um operário fenotipicamente pardo, natural de Piraí-RJ, 30 anos, que exercera a função de auxiliar de clube v.v., casado e teve uma filha.

**Figura 103** - Anos 81-90: as cores estão ficando misturadas no Velho Chico da imaginação.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**  
REGISTRO DE EMPREGADO

**Nome:** CARLOS ALBERTO FEITOSA  
**PAI:** Manoel Alves Feitosa  
**FILIAÇÃO:** Mãe Maria Madalena Feitosa  
**ESTADO CIVIL:** Casado **IDADE:** 30 anos  
**DATA DE NASCIMENTO:** 25 de Abril de 1959  
**NACIONALIDADE:** Brasileira  
**LUGAR DE NASCIMENTO:** Piraí **ESTADO:** RJ  
**CART. PROFISSIONAL:** Nº 034312 TV  
**CASADO COM BRASILEIRA?** SIM **TEM FILHOS BRASILEIS?** SIM  
**CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL:** Auxil. de Clube v.v.  
**SINDICATO A QUE PERTENCE:**  
**RESIDÊNCIA:**  
**TÍTULO DE ELEITOR:** Nº 039-585.0029  
**DATA DE ELEIÇÃO:** 25.218.17 -A.L.  
**IMPRESSÃO DIGITAL:**  
**ASS. DO EMPREGADO:** Carlos Alberto Feitosa  
**DATA DA DISPENSA:** 11/10

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**  
REGISTRO DE EMPREGADO

**Nome:** MARIA OZÉLIA DA CRUZ LIMA  
**PAI:** Nelson Rodrigues da Cruz  
**FILIAÇÃO:** Mãe Josefa Rodrigues Lima  
**ESTADO CIVIL:** Casada **IDADE:** 45  
**DATA DE NASCIMENTO:** 26 de fevereiro de 1943  
**NACIONALIDADE:** Brasileira  
**LUGAR DE NASCIMENTO:** Rodelas **ESTADO:** BA  
**CART. PROFISSIONAL:** Nº 30639  
**CASADO COM BRASILEIRA?** SIM **TEM FILHOS BRASILEIROS?** SIM  
**CATEGORIA E OCUPAÇÃO INICIAL:** Doméstica  
**SINDICATO A QUE PERTENCE:**  
**RESIDÊNCIA:**  
**TÍTULO DE ELEITOR:** Nº 1028290540 BA  
**IMPRESSÃO DIGITAL:**  
**ASS. DO EMPREGADO:** Maria Ozélia C. Lima  
**DATA DA DISPENSA:** 13/03/2000

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Na segunda imagem, à direita, operária branca, com idade de 45 (quarenta e cinco) anos, natural de Rodelas, município localizado a 120 km de Paulo Afonso-BA, ocupava o

cargo de costureira e era casada. A presença feminina diversifica a complexa rede da divisão social do trabalho e conseqüentemente atenua as práticas racistas da estatal, pois registra-se maior diversidade por um lado e por outro racismo com maior fluidez e identificação. A Chesf na década de 81-90, até mesmo pelo contexto de maior consciência sociopolítica do operariado, não imprime, em relação às décadas anteriores, seu arcabouço racista e sim repressivo às lutas e reivindicações operárias. O inferno do racismo das punições e vigilância ao corpo e aos comportamentos do operariado não se constroem em antagonismos e sim em páginas, que ora se aproximam e ora se escamoteiam em paraísos.

Sucedendo-se no período analisado percebe-se grandes transformações na estrutura produtiva da estatal, a mão de obra antes predominantemente braçal passa a ter um caráter mais especializado nas suas funções, a estratificação e o *status* vem acompanhado de uma mudança racial e tem uma íntima relação com o prestígio e a posição social do operário.

A Chesf continua majoritariamente jovem, preta e parda, de baixa escolaridade, em que a força física era predominante para a execução das atividades laborais, diferentemente dos anos 80-90.

**Figura 104** - O Nordeste de letras tortas, páginas da democracia racial e de gênero na região.

**REGISTRO DE EMPREGADO**

NOME AMARO PAZ DE MELO  
PAI José Paz de Melo  
MÃE Raimunda Paz de Melo  
ESTADO CIVIL Casado IDADE 39 anos  
DATA DE NASCIMENTO 05.05.50  
NACIONALIDADE Brasileira  
LUGAR DE NASCIMENTO Barreiros ESTADO PE  
CART. PROFISSIONAL Nº 16640 SÉRIE 580  
CART. RESERVISTA Nº 26027-PE CATEGORIA 1ª  
CART. ESTRANGEIRO Nº 1.526.683- PE  
CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL Nº 060851  
CART. DO IAP Nº 199470608/25-PE  
TÍTULO DE ELEITOR Nº 199470608/25-PE  
IMPRESSÃO DIGITAL TS 1 0 RH + MAT. 189.910

BENEFICIÁRIOS

NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.
Maria Júlia Lima Paz de Melo	esposa	060851
Rita de Cassia L. P. de Melo	filha	020479
Ruthenford Paz de Melo	filho	040577
Francisco R. L. Paz de Melo	filho	280483

ASS. DO EMPREGADO: *Amaro Paz de Melo*  
DATA DA DISPENSA: 02/03

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**  
**REGISTRO DE EMPREGADO**

NOME MARIA DE FÁTIMA ROSA  
PAI -  
MÃE Rosa Maria da Conceição  
ESTADO CIVIL solteira IDADE 42  
DATA DE NASCIMENTO 23 de dezembro de 1946  
NACIONALIDADE brasileira  
LUGAR DE NASCIMENTO Floresta ESTADO PE  
CART. PROFISSIONAL Nº 06307 SÉRIE 397-BA  
CART. RESERVISTA Nº 26027-PE CATEGORIA 1ª  
CART. ESTRANGEIRO Nº 1.526.683- PE  
CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL Nº 060851  
CART. DO IAP Nº 199470608/25-PE  
TÍTULO DE ELEITOR Nº 199470608/25-PE  
IMPRESSÃO DIGITAL TS 1 0 RH + MAT. 189.910

BENEFICIÁRIOS

NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO
Luiziana Maria do Nascimento	Filho	060851	F
Lucivânia do Nascimento	Filho	180172	F
Claudio Manoel do Nascimento	Filho	060776	M
Antonio Manoel do Nascimento	Filho	250886	M

ASS. DO EMPREGADO: *Maria de Fátima Rosa*  
DATA DA DISPENSA: 09/03/2007

Fonte: CDOC- Paulo Afonso, Bahia.

Na imagem à direita, operário pardo, 39 anos, natural de Barreiras-PE, exerceu a função de auxiliar de campo vv, casado e com três filhos. Essa descrição fenotípica dos operários pardos vai ocupando maior influência numérica e profissional na estrutura do operariado.

Na segunda imagem, operária parda, 42 anos, natural de Floresta-PE, ocupou o cargo de auxiliar de clube vv, tinha quatro filhos. O processo de branqueamento em curso vai demonstrando as relações entre as variáveis etnia, escolaridade e ocupação de funções consideradas de maior relevância social. A questão das relações raciais se constitui num relevante paradigma para a discussão da estrutura de classe brasileira e em particular nas relações da Chesf.

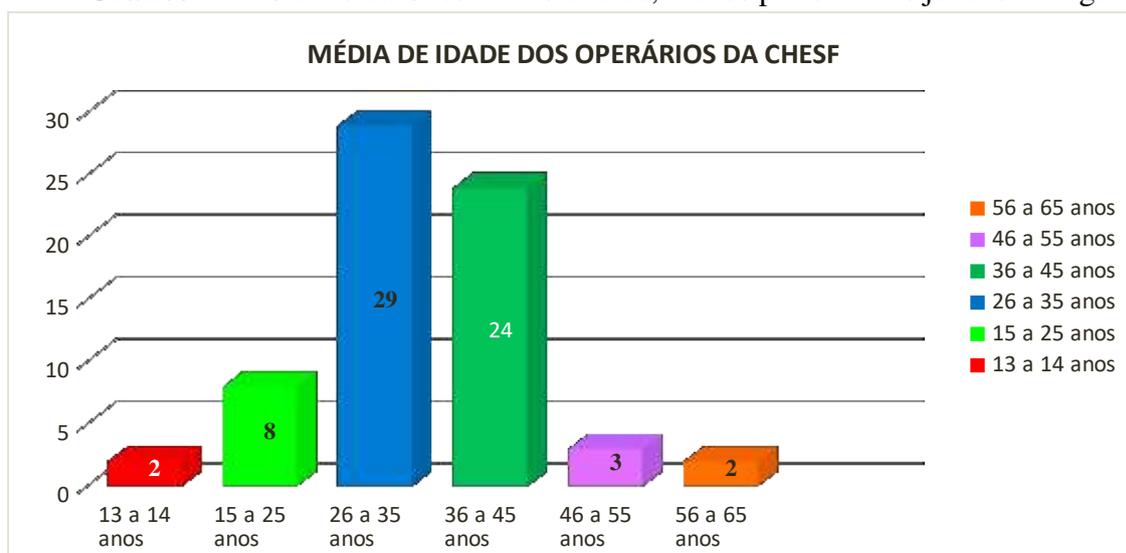
O preconceito racial é assunto de significação, que integra, como tal, um sistema de classificação racial, racismo não é causa e nem efeito de uma estrutura racial preexistente, mas um fato que ação e representação caminham juntas e que integram aspectos diversos – econômicos, políticos, ideológicos, da vida social estudada (Nogueira, 1998, p. 15).

O preconceito que foi denominado como de “marca” ou “de cor”, ou seja, manifesta-se com base numa degradação da cor da pele. É bastante flexível que foi uma variável relevante na década de 80-90 na Chesf. Preconceito de cor, “de origem”, características do sistema norte-americano que basta ter ascendência negra para ser considerado negro, independente da cor da pele. As relações raciais não se diluem dentro da Chesf em função da dimensão de classe social, e sim eleva a ascensão com maior visibilidade dos operários brancos e pardos em detrimento dos pretos.

A década de 81-90 apresentou mudanças substanciais no perfil sociocultural. Escolaridade mais elevada, funções de maior prestígio social e branqueamento, e consequentemente da redução das práticas racistas da estatal. A composição do operariado de raça branca implicou um racismo de menor intensidade nas diferentes relações do mundo do trabalho. Os engenheiros brancos não sentiram na pele e no corpo as práticas racistas imputadas aos pretos e pardos, os denominados cassacos.

Em conformidade com o gráfico abaixo, registra-se um contingente mais adulto do operariado, sendo constituído por 29 operários de 26 a 35 anos, 24 de 36 a 45 anos, 8 de 15 a 25 anos, 3 de 46 a 55 anos, 2 de 56 a 65 anos e 2 como menor aprendiz. À medida que a Chesf vai consolidando suas ações, o perfil sociocultural racial vai ganhando novas identidades no decênio em tela.

**Gráfico 11** – O chão da Chesf: mais branco, menos preto e mais jovens na região.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Com o processo de branqueamento, a estatal também vai ficando mais adulta no seu operariado. Em síntese, a escolaridade, estado civil e idade, nos anos 80-90, traz um novo rosto e identidade para o processo de ação modernizante da Chesf no sertão. Contudo, a prática da inserção de jovens e adolescentes ainda se faz presente.

Meu pai antes de trabalhar na Chesf ele entrou de menor, com 17 anos, a gente foi criado dentro da Chesf. Ele trabalhava na roça, veio para Paulo Afonso para fugir da roça, pois ele dizia que plantava e não dava. A notícia de criação da Chesf passava de boca em boca, como formiguinha aí a gente veio para cá. (R. C. Amorim, 61 anos, autodeclarado branco, assistente técnico).

A origem rural do operariado não desaparece com a modernidade das relações estabelecidas na empresa, a migração ainda é um elemento preponderante e o ideal e a necessidade de sobrevivência ainda é a marca do período: “Vim para Paulo Afonso para fugir da roça”, é fruto dessa concepção do rural como atrasado, sem vida e em contrapartida o urbano visto como moderno e desenvolvido:

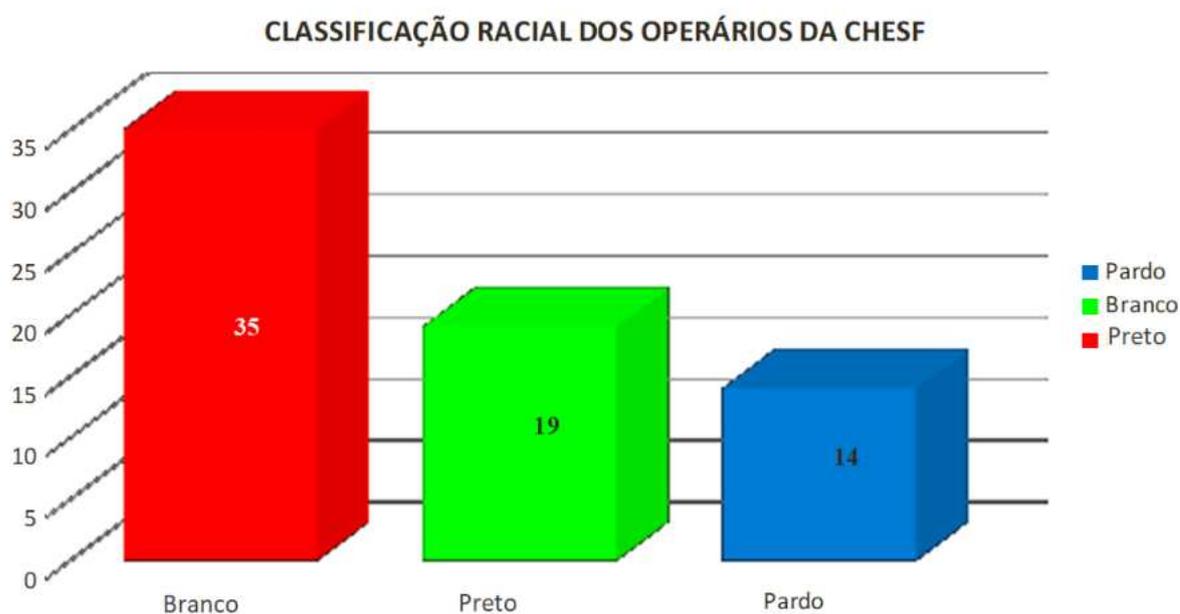
No início teve dificuldade de mão de obra. O que a Chesf fez? Ela divulgou a construção de suas usinas aí os pernambucanos, alagoanos, sergipanos, paraibanos das proximidades vieram pra cá à procura de emprego para conseguir educar seus filhos, foi muito benefício pras pessoas que moravam em Estados da vizinhança. (J. F. Neto, 67 anos, autodeclarado pardo, advogado).

A identificação entre o sujeito e a estrutura da estatal é outra dimensão relevante para a análise e interpretação das relações raciais estabelecidas no sertão. A Chesf era por um lado,

concebida como uma “mãe”, “moderna” e capaz de oferecer as condições contrárias à ruralidade.

Desdobrando as nossas análises, o gráfico aponta que dentre 68 operários, 35 (trinta e cinco) eram brancos, 19 (dezenove) foram registrados como pretos e 14 (quatorze) pardos. Os resultados apresentados indicam o processo de *branqueamento* do operariado observado para este período. Entretanto, o número de pretos e pardos ainda se constitui numa paisagem materializada da força de trabalho da Chesf no sertão do São Francisco.

**Gráfico 12** – As paisagens brancas e as realidades trabalhadoras pretas e pardas no Rio São Francisco.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Seguindo as reflexões, os dados empíricos nos permitiram identificar o perfil do operariado, sendo que em relação à identidade étnica de raça e cor da pele, constatamos que não há na ficha de admissão um campo destinado a esta classificação. Segundo Telles (2003), a decisão da elite brasileira de promover o branqueamento através da miscigenação tornou a questão da classificação racial no Brasil complexa, fluida e ambígua, a que contribui para a não aceitação do racismo e da discriminação.

Inserido na construção e nas características do racismo à brasileira e sua manifestação no sertão, com sua fluidez e múltiplas definições sobre etnia, raça e cor, segue alguns relatos de nossos informantes acerca de como se autotranscreviam:

*Popularmente, somos morenos, mais equivalentes a pardos.* (J. R. dos Santos, 63 anos, autodeclarado pardo).

*Não sei, branco, negro, pardo, branco?* (A. B. Pereira, 68 anos, autodeclarado branco).

*Meio preta, mas não sei o que eu sou direito, eu acho que eu sou mais parda.* (V. M. Santos, 69 anos, professora do colégio Colepa, autodeclarada parda).

Em suma, a subjetividade e a fluidez das identidades expressadas pelos sujeitos, têm essa relação com o processo da teoria da democracia racial, de um profundo esvaziamento de suas ancestralidades, ou como uma estratégia de manifestação ou como resistência de aceitação. O racismo fluido operou no âmago da Chesf

**Figura 105** - O Nordeste de letras tortas, páginas da democracia racial e de gênero na região.

The image shows two documents side-by-side. The left document is a diploma from the 'REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL' issued by the 'SECRETARIA DE EDUCAÇÃO' of Pernambuco. It is for 'ANA MARIA DOS SANTOS' from 'SÃO PAULO', awarded a 'DIPLOMA' in August 1964 for a 'HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO' (2nd degree). The right document is an 'INSCRIÇÃO EXTERNA' form for 'ASSOCIAÇÃO TOPOGRÁFICA' issued to 'ANAIR PAZ DE MELO' in 1986. It lists her education at 'ESCOLA DE JATOÁ' and 'COLÉGIO JATOÁ', and her professional registration as a topographer.

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

No documento à direita é expedido o diploma da operária A. M. dos Santos com habilitação específica para o exercício do magistério do ensino de 2º Grau. Na outra imagem, registra que o operário A. P. de Melo possui 1º e 2º Grau de escolaridade. Conforme mencionado em outras sessões, a década de 80-90, aliada ao *branqueamento* e este à escolaridade, representa um marco significativo nas relações dos operários brancos, pretos e pardos.

Os dados apresentados ressaltam a existência de uma correlação positiva entre a escolaridade e a composição racial do operariado da Chesf nos anos 80-90. O *branqueamento* vem acompanhado da mudança de nível de escolaridade. No decênio, a predominância do quantitativo branco é intrinsecamente vinculado ao acesso a funções de maior relevância na Chesf.

Na tabela 23, verifica-se que na década de 80-90, o maior nível de escolaridade dos operários admitidos na Chesf, sendo 20 (vinte) de 2º Grau completo, 10 (dez) de 3º Grau completo, 1 (um) técnico de 2º Grau, (um) técnico de 3º Grau e 1 (um) operário que fez supletivo do 1º Grau. Do contingente de menor escolaridade, 9 (nove) eram analfabetos, 4 (quatro) alfabetizados, 3 (três) sabiam ler e escrever, e 18 (dezoito) alcançaram a 5ª e a 8ª série. No entanto, apenas um não houve informação encontrada acerca de sua escolaridade.

**Tabela 23** – Década de 81-90: mudança da água para o doce vinho. Agora muita gente de primeiro e segundo graus na região.

<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>
Sem informação	1
Analfabeto	9
Alfabetizado	4
Assina o nome	0
Sabe ler e escrever	3
1ª a 4ª série	0
5ª a 8ª série	18
2º Grau completo	20
2º Grau incompleto	0
Técnico de 2º Grau	1
Superior completo	10
Superior incompleto	0
Técnico de nível superior	1
Supletivo do 1º Grau	1
<b>Total: 68</b>	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Estabelecendo o comparativo com o período inicial da instalação da Chesf, compreendendo o decênio de 51-60, há uma predominância de práticas racistas mais evidentes, e estas, têm uma relação com a escolaridade e a ocupação do operariado. Para ilustrar, retomamos os dados da década de 51-60. Em relação à escolaridade, evidenciou: do

total de 96 operários<sup>54</sup> investigados, entre aqueles analfabetos, alfabetizados, assinam o nome e sabem ler escreve, soma-se uma presença de 63. Já os de 1ª a 4ª série eram 16, de 5ª a 8ª série havia 10, 4 de 2º Grau completo, 1 de 2º Grau incompleto, e de 3º Grau não houve nenhum registro. Em síntese, nos anos 51-60, o operariado composto majoritariamente de s e pardos, de baixa escolaridade e de funções de menor relevância estava mais passível às práticas disciplinares e punitivas da estatal.

No encadeamento de nossa análise, o próximo decênio, de 61-70, relativo à escolaridade<sup>55</sup>, registrou-se: entre analfabetos, alfabetizados, assinam o nome e sabem ler escrever, houve uma soma de 48 (quarenta e oito) operários; de 1ª a 4ª série eram 4; de 5ª a 8ª série se constituía em 3; 2º Grau completo tinha 2; 1 (um) técnico de 2º Grau e por fim, novamente, não constava a presença de pessoas que chegaram ao nível de 3º Grau.

O período analisado ainda prevaleceu a baixa escolaridade que exercia funções de baixo prestígio social. Portanto, numa constituição racial predominantemente preta e parda, e mais suscetível às práticas de controle, vigilância e punição.

Referindo-se aos dados anteriormente expostos no decênio de 70-80, referente à escolaridade dos operários, nesse período, do total de 63 investigados, entre os denominados pela estatal de analfabetos, alfabetizados, assinam o nome, sabem ler e escrever, somavam 35 (trinta e cinco) operários. Já entre os de 1ª a 4ª série, eram 7 (sete); de 5ª a 8ª série também totalizavam 7 (sete); de 2º Grau completo, 7 (sete) empregados; superior completo, 7 (sete) funcionários.

Procedendo nossos objetivos e hipóteses da pesquisa, a década de 80 com o processo inicial de *branqueamento*, vem acompanhando com a presença de maior atributo social através da escolaridade diversificada e de nível mais elevado, especialmente já com a presença de operários de segundo e terceiro grau. Embora registrou-se que há um quantitativo significativo de operários analfabetos.

O que para Fernandes (2003), no processo educativo expressa que o indivíduo não fora socializado para agir como operário e para se realizar através das carreiras, como trabalhador assalariado de uma, ainda que o negro ou mulato, portadores de uma herança cultural tipicamente adaptada à situação, como agente de trabalho pré-capitalista, mundo rústico adjacente. Contudo se a análise de Fernandes refere-se à incorporação do negro e do mulato na ordem competitiva paulistana, análise sociológica serve com luz para a questão da Chesf e

---

54 Para a década, do total de 96 (noventa e seis) dossiês dos operários, não houve a identificação de registros relativos à escolaridade de 2 (dois) trabalhadores.

55 Neste decênio de 61-70, não foram identificados registros acerca da escolaridade de 13 (treze) operários.

seu operariado, que faz parte do mesmo processo de inclusão e de exclusão e de escolaridade revela muito de que forma o preto, o mulato e o pardo figuravam nas décadas iniciais de construção de barragens, a classe e a cor da pele se misturavam e se distanciavam.

**Figura 106** – Os contrários no sertão: nós os brancos diplomados; os outros, pretos e pardos sem diplomas nas mãos.



Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Registrarmos também nesse universo, o caso de um operário que foi admitido como desenhista no ano de 1975, com a idade de 15 anos e, posteriormente, foi elevado ao cargo de advogado da Empresa. Se por um lado a adaptação do negro, do pardo e do mulato na ordem competitiva revela uma participação marginal e improfícua nos papéis socioeconômicos (Fernandes, 2003), por outro registramos certa mobilidade social no interior da Empresa.

### 3.4.1 Chesf década de 81-90: modernidade nas relações, branqueamento e as sombras racistas no sertão

Nesta seção, prosseguimos a análise das relações do mundo do trabalho, que atestam um relativo progresso e modernização resultante da composição racial, no tocante a um notório branqueamento do operariado. Entretanto, as práticas racistas, de maneira mais tênue

e sutis, não deixam de exercer sua influência. Seguimos nesta década, a análise da empiria e as diferentes nuances da complexa rede de relações sociais, políticas e econômicas, que perpassam a consolidação da construção das usinas e barragens no sertão do São Francisco.

Sequenciando a análise das relações do mundo do trabalho no decênio de 80-90, percebemos a predominância de operários brancos com maior escolaridade, o que proporcionou posições de destaque no mundo do trabalho, nos espaços residenciais de lazer e nas decisões na estatal. O operário branco nesse período não sentiu no corpo e na sua subjetividade as marcas mais eficazes de sujeição, racismo e discriminação.

**Figura 107** - Branqueamento, fendas nas rochas da Chesf...

**RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA - RO** Nº SIEF-01/88

**1 - ORIGEM**  
 UNIDADE: SIEF LOCALIDADE: ITAPARICA  
 NOME COMPLETO: João Gomes de Araújo MATRÍCULA: 085.773

**2 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO**  
 NOME: Carlos José de Menezes MATRÍCULA: 085.768  
 FUNÇÃO: Téc. Contabilidade II DATA: 19.10.78

**3 - OCORRÊNCIA**  
 TRANSFERÊNCIA  RELATAÇÃO  REMISSÃO  READAPTAÇÃO  
 OUTROS  ELIMIN  ADVERTÊNCIA  SUSPENSÃO

**4 - EVENTO (DESCRIÇÃO SUMÁRIA E DATA DA OCORRÊNCIA)**  
 No período de 01 à 30/02/88, o funcionário assumirá interinamente a função de encarregado da Equipe de Contabilidade do Serviço Econômico-Financeiro-SIEF, de Itaparica, por motivo de mesmo se encontrar em goza de férias regulamentares.

**5 - SOLICITAÇÃO/MECIDA RECOMENDADA (JUSTIFICATIVA E CONCLUSÃO)**  
 Promovido no dia 04 de Julho de 1988, nos termos do item 05 da Resolução nº 04/87.

01/02/88 J. Afonso

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

O imagético em tela, referido como *Relatório de Ocorrência*, expedido pelo Serviço Econômico-Financeiro (SIEF), de nº 01/88, promovendo o operário C. J. de Menezes, branco, anteriormente exercia a função de técnico de contabilidade II e foi transferido para encarregado da Equipe de Contabilidade do SIEF em Itaparica. Predominava mais uma vez as relações pessoais entre dirigentes e dirigidos nos processos de promoções, o que corrobora a sobrevivência de um dos traços da nossa formação sociocultural: o trato fundamentado na pessoa do que nas instituições, isto mesmo num período de relações trabalhistas consideradas modernas.

A estratificação social no interior da Chesf, que descreve a hierarquia de posições nos estratos de cada indivíduo, marcou todos os decênios analisados, contudo, nos anos 81 e 90, percebeu-se uma mudança mais significativa na localização dos indivíduos brancos, pretos e pardos, na hierarquia da estatal.

Sequenciando a análise do mundo do trabalho, os dados da Tabela 24 apresentam os seguintes números: 4 (quatro) promoções para operários brancos, 3 (três) para operários pretos e 2 (dois) para pardos. O empregado branco alcançava níveis mais elevados na estrutura de estratificação e classe social na Chesf, por exemplo, uma mudança de função de um auxiliar de engenharia que foi promovido para engenheiro, e outro que era professor foi transferido para desenhista e projetista de comunicação da Chesf; enquanto no quantitativo de pretos e pardos, os que foram promovidos não foram contemplados com mudanças significativas de funções, como no caso apresentado de um operário preto, servente que foi transferido para serviço de limpeza; outro caso é de um pardo de maior ascensão social passando de telefonista para secretário executivo. O branqueamento vem seguido de maior número de promoções do operariado.

**Tabela 24** – Os anos 81-90: trabalho embranquecido: aqui e em todos os cantos, a cor da pele diz, e muito.

Raça	Função	Quantidade	Promoção
Branços	Auxiliar de Engenharia	1	Engenheiro
	Técnico em Eletrônica	1	Auxiliar de Engenharia
	Auxiliar Administrativo	1	Almoxarifado
	Professor	1	Desenhista, Projetista e Comunicação da Chesf
Pretos	Auxiliar de Clube	1	Servente
	Servente	1	Serviço de Limpeza
	Servente	1	Eletricista
Pardo	Auxiliar de Enfermagem	1	Atendente de Enfermagem
	Telefonista	1	Secretário Executivo

Fonte: Elaborada pelo autor.

O processo de branqueamento vem repleto de novas configurações e relações raciais mais fluidas e as práticas racistas vão perdendo sua marca de cor e de origem do operariado. O paraíso se torna mais visível para os operários brancos, escolarizados e de funções relevantes para o desenvolvimento do projeto Chesf e sua grandeza técnica para o desenvolvimento industrial da região e do país.

Segue os relatos:

*Tinha um programa de avaliar, acompanhar, verificar o desempenho de cada emprego, aqueles que se destacavam, aprendiam as coisas com maior rapidez as oportunidades iam e eles iam chamando para outros cargos, muita gente entrou como trabalhador e saiu como engenheiro, como engenheiro [...] (J. F. Neto, 67 anos, autodeclarado pardo, advogado).*

Pela própria natureza das relações de uma sociedade racializada e de classe, o sistema abre brechas para a promoção e mobilidade dos trabalhadores. Especialmente no sertão, através da ação da estatal, operários brancos, gozavam destas brechas de ascensão social:

*Fui emprestado para o Clube CPA para ajudar a organizar o clube. Depois eu fui trabalhar como desenhista, eu era simpático. Depois fui para a usina PA IV, fui promovido devido ao meu desempenho, teve uma seleção interna na Chesf, eu fui promovido definitivamente de auxiliar de escritório para desenhista.” (A. Amorim, 67 anos, autodeclarado branco).<sup>56</sup>*

*Entrei como técnico de contabilidade, depois fui transferido para a manutenção e promovido para assistente técnico. Mudei de função pelo decreto do Ministro Aureliano Chaves e da Ministra do Trabalho Dorotéia Werneck. (R. C. Amorim, 61 anos, autodeclarado branco, assistente técnico).*

Outro relato bastante revelador: *“Não havia seleção, foi por amizade e indicação pelo doutor Maia Pinto. Entrei no Recife e o doutor me trouxe para cá nos anos 70 e 80, participei ativamente e administrativamente de tudo na empresa.” (P. Freitas, 80 anos, autodeclarado branco, assistente administrativo).*

A herança cultural escravista foi revivida, ressignificada e atualizada no período pós-escravidão. Os operários pretos e pardos, na sua autodeclaração identitária, incorporava um sentimento de inferioridade, um referencial difundido, internalizado pela ideologia racista. As ocupações nesse sentido eram naturais, seguiam os rituais do branqueamento, destacando a escolaridade, a cor da pele, a etnia, a raça e a cor brancas. A Chesf na década de 80-90, não renunciou totalmente às suas práticas racistas e discriminatórias, apenas as suavizaram.

---

<sup>56</sup> Atualmente está acamado por acidente de trabalho.

**Figura 108** – Tempos modernos: brancos mais visíveis, racismo mais invisível na região do São Francisco.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO																					
	<p>NOME MARIA APARECIDA PROCÓPIO FLORENCIO            FILIAÇÃO PAI Antonio Procópio Silva            MÃE Elza Pacheco Procópio Silva            ESTADO CIVIL casada IDADE 32            DATA DE NASCIMENTO 14 de fevereiro de 1957            NACIONALIDADE brasileira            LUGAR DE NASCIMENTO Paulo Afonso ESTADO BA</p>																				
<p>CART. PROFISSIONAL Nº 147016            SÉRIE 00007-BA            CATEGORIA</p>	<p>PARA SAÍDA COM E PAR NUM FORM FOTS            DATA Nº 010885            010985            300985            011085            011185            011285            010190            010290</p>																				
<p>BENEFICIÁRIOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cláudia Pires Florencio</td> <td>esposa</td> <td>020556</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Júlio Carlos Procópio Florencio</td> <td>filho</td> <td>190480</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Paulo Henrique Procópio Florencio</td> <td>filho</td> <td>100187</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Ana Luísa Procópio Florencio</td> <td>filha</td> <td>011190</td> <td>F</td> </tr> </tbody> </table>		NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	Cláudia Pires Florencio	esposa	020556	M	Júlio Carlos Procópio Florencio	filho	190480	M	Paulo Henrique Procópio Florencio	filho	100187	M	Ana Luísa Procópio Florencio	filha	011190	F
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO																		
Cláudia Pires Florencio	esposa	020556	M																		
Júlio Carlos Procópio Florencio	filho	190480	M																		
Paulo Henrique Procópio Florencio	filho	100187	M																		
Ana Luísa Procópio Florencio	filha	011190	F																		
<p>TÍTULO DE ELEITOR Nº 22443090566-BA            IMPRESSÃO DIGITAL</p>	<p>CART. PROFISSIONAL Nº 73770            SÉRIE 342*-BA            CATEGORIA EM 6ª Min. Enerc. Nº 633201629 BA            21 Ten. R 11</p>																				
<p>COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO REGISTRO DE EMPREGADO</p>																					
	<p>NOME ANTONIO DE FÁTIMA SANTOS SALGADO            FILIAÇÃO PAI Jair Leonil Salgado            MÃE Elza Santos Salgado            ESTADO CIVIL Casado IDADE 40            DATA DE NASCIMENTO 04 de fevereiro de 1948            NACIONALIDADE brasileira            LUGAR DE NASCIMENTO Salvador ESTADO BA</p>																				
<p>CART. PROFISSIONAL Nº 399913 SSPBA            SÉRIE 342*-BA            CATEGORIA Nº GS A RH *</p>	<p>DATA Nº 010885            010985            300985            011085            011185            011285            010190            010290</p>																				
<p>BENEFICIÁRIOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rodrigo de Fátima Santos Salgado</td> <td>filho</td> <td>080987</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Adriana Peixoto Salgado</td> <td>filha</td> <td>090673</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Flávio Peixoto Salgado</td> <td>filho</td> <td>250474</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td>Bruno de Fátima Santos Salgado</td> <td>filho</td> <td>140981</td> <td>M</td> </tr> </tbody> </table>		NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	Rodrigo de Fátima Santos Salgado	filho	080987	M	Adriana Peixoto Salgado	filha	090673	F	Flávio Peixoto Salgado	filho	250474	M	Bruno de Fátima Santos Salgado	filho	140981	M
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO																		
Rodrigo de Fátima Santos Salgado	filho	080987	M																		
Adriana Peixoto Salgado	filha	090673	F																		
Flávio Peixoto Salgado	filho	250474	M																		
Bruno de Fátima Santos Salgado	filho	140981	M																		
<p>CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL Nº            CART. DO IAP Nº</p>	<p>CART. DE TÍTULO PROFISSIONAL Nº            CART. DO IAP Nº</p>																				
<p>BENEFICIÁRIOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>GRAU DE PARENTESCO</th> <th>DATA DO NASC.</th> <th>SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maria Aparecida dos Santos Salgado</td> <td>esposa</td> <td>110761</td> <td>F</td> </tr> </tbody> </table>		NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO	Maria Aparecida dos Santos Salgado	esposa	110761	F												
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DO NASC.	SEXO																		
Maria Aparecida dos Santos Salgado	esposa	110761	F																		

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

Desenrolando a análise do perfil sociocultural do operariado no período de 81-90, na primeira imagem, à esquerda, observa-se o registro de uma empregada branca, 32 anos, que exercia a função de cirurgiã dentista vv, natural de Paulo Afonso-BA, casada e com três filhos. Na segunda imagem, à direita, tem-se a documentação de um operário branco, 40 anos, ocupava o cargo de bioquímico farmacêutico, natural de Salvador-BA, casado e com quatro filhos.

A Chesf atuou como agente do processo civilizatório das identidades e do trabalhador. A década de 81-90, com a maior racionalização científica do trabalho, os novos serviços de reprodução humana vieram acompanhados de um novo perfil do operariado com maior acúmulo de saberes exigidos por uma ordem social competitiva, que desconfiava das habilidades e da não capacidade dos corpos pretos de exercerem atividades de maior valor e prestígio social, portanto a escolaridade, conforme expresso em outros momentos, atuou como um verniz que significou *branqueamento* e diluição mais acentuada de suas práticas de segregação e racismo.

**Figura 109** – Nem tudo é pedras no caminho, registra-se elogios ao operariado.

OCORRÊNCIAS DISCIPLINARES	
DATA	HISTÓRICO
11/61	ST/PA/2285/61 elogiado p/dedicação trabalhos transp. de um transformador 55 toneladas.
10781	Elogiado pelo Eng <sup>o</sup> Chefe do Departamento de Obras de Itaparica, pelas condições apresentadas na escolha do Operário Padrão/81 do DOI, quando foi indicado pela sua Chefia Superior para representar o seu órgão de lotação.

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

No documento acima, os registros dos elogios expõem as *brechas* do sistema, que indicam uma certa benevolência e reconhecimento dos dirigentes em relação a seus dirigidos. A imagem em tela trata-se de um histórico de duas ocorrências disciplinares a respeito de elogios ao operário. O primeiro registro, ST/PA/2285/61, é pela dedicação ao trabalho pelo transporte de um transformador de 55 toneladas; o segundo trata-se de um enaltecimento pelas condições apresentadas na escolha do operário padrão/81 do DOT. Enfim, o que evidencia este inconsciente do dirigente da Chesf na punição, é que até o elogio era devidamente registrado nas ocorrências disciplinares, um misto de benevolência e punição contidas no mesmo documento.

Sequenciando as relações do mundo do trabalho, a Tabela 25, referente às ocorrências que aqui referem-se aos elogios, apresenta o seguinte somatório para o período: 1 operário branco pelo relevante serviço prestado no desempenho da empresa; 2 operários pretos, sendo um por remoção de corpos em acidentes e outro por prestação de serviço no carnaval; finalmente, 2 operários pardos, 1 por dedicação ao trabalho no transporte de um transformador e outro agraciado com o título de operário padrão.

**Tabela 25** – Década de 81-90: os elogios dentro da estatal.

<b>Raça</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Função</b>	<b>Reconhecimento/elogio</b>
Branco	1	Engenheiro	Relevante serviço prestado no desempenho da empresa
Preto	1	Motorista	Por remoção de corpos em acidentes de trabalho
Preto	1	Motorista	Prestação de serviço no carnaval
Pardo	1	Motorista	Dedicação ao trabalho pelo transporte de um transformador de 55 toneladas
Pardo	1	Técnico em Contabilidade	Condições apresentadas na escolha do operário padrão/81 do DOT

Fonte: Elaborada pelo autor.

Destaca-se na tabela, o registro de um operário preto que gozou deste reconhecimento por ter removido os corpos de outros operários em acidentes de trabalho, o que ratifica a permanência dos acidentes e a composição preta e parda no relevante contingente de operários que exerceram a função de motorista na empresa. Mesmo com a modernização das relações de trabalho na década de 80, a função de menor relevância social tinha raça, era preta e parda.

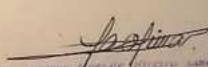
A década de 81-90 resultou no fim da construção das barragens no sertão, inaugurando novas relações no mundo do trabalho com a ampliação dos reconhecimentos e elogios individualizados ao desempenho dos operários e os estudos de suas ações dentro e fora da empresa, quer seja um pouco dos ares do paraíso no sertão do Velho Chico.

Os elogios de reconhecimento não prescindiam a narrativa e o olhar atento da estatal no cotidiano da vida operária. Embora em menor número, em função do branqueamento, as práticas de vigilância e punição compunham a paisagem e as relações entre os dirigentes e os dirigidos.

Nos documentos de dossiês, arquivados no acervo CDOC, observou-se a partir da Figura 110, que o controle minucioso do cotidiano do empregado ainda permanecia. Na imagem à esquerda, destaca-se a suspensão de um operário por 2 (dois) dias, por se apresentar no local de trabalho em estado de embriaguez, conforme DME-M-01/80. A segunda imagem, agora à direita, trata-se de uma carta de advertência por um ato de indisciplina ou insubordinação cometida em 24/04/89, conforme alínea “h” do artigo 482.<sup>57</sup>

<sup>57</sup> Artigo referente ao Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943 que instituiu a CLT.

**Figura 110** – Mais branca e ainda vigilante.

CARTA DE ADVERTÊNCIA		Nº APA-003/89
Ao Empregado: PEDRO PEREIRA LIMA		
Matrícula:	039527	
Lotação:	SPOM	
Vimos pelo presente, adverti-lo pela seguinte falta cometida em 24 / 04 / 89:		
Pela prática do ato de INDISCIPLINA OU DE INSUBORDINAÇÃO, comportamento que se enquadra na alínea "h" do artigo 482, consolidado.-		
Autorização contida no RO/SPOM-06/89 e PARECER/DRJP/CG-018/89.		
Esta advertência tem a finalidade de avisá-lo que a repetição da falta nos forçará a adotar medidas severas, que nos são facultadas por lei.		
Data:	 Administrador Regional	

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia

### Alguns registros:

*M. N.* Matrícula 002.461, preto, 25 anos, assina o nome natural de Itaporanga - PB com a função de ajudante de eletricista, analfabeto, no dia 16.12. 1982, foi advertido por participação em greve realizada na empresa, diz o que registrou: “insuflando os companheiros de trabalho para participar da greve”. Ele também apresentara 10 atestados entre 1977 e 1988.

*D. A. C.*, Matrícula 003.464, 19 anos, preto, 2 (dois) filhos, natural de Caruaru-PE, escolaridade, analfabeto, a ele foram aplicadas no período de 1980 a 1988 7 (sete) punições assim distribuídas: 25.07.80; 11.01.81; 05.05.82; 26.02.83; 29.06.83; 03.12.83; 07.03.88; por indisciplina e falta de respeito aos seus superiores. Mesmo nesta condição, ele fora promovido para mergulhador.

*A. M. M. S. A.* Matrícula 101. 769, solteira, preta, 38 anos, natural de Itabuna-Bahia, ocupação na empresa, professora vv, foi suspensa por 30 (trinta dias) por participação ativa na greve realizada na empresa, “insuflando companheiros de trabalho e chefiando piquetes” conforme RO-SN de 26.11 de 1982. Posteriormente a referida punição foi cancelada, conforme Resolução 15.85 DJU 170-55. A referida professora posteriormente foi promovida para Coordenadora Pedagógica do Colepa.

*M. N.* Matrícula 002.461, preto, 25 anos, assina o nome natural de Itaporanga - PB com a função de ajudante de eletricista, analfabeto, no dia 16.12. 1982, foi advertido por participação em greve realizada na empresa, diz o que registrou: “insuflando os companheiros de trabalho para participar da greve”. Ele também apresentara 10 atestados entre 1977 e 1988.

*J. B.* Matrícula 017. 72, 22 anos, solteiro, preto, natural de Carpina-PE, sabe ler e escrever, ajudante de pedreiro, no dia 03 de janeiro de 1983, foi advertido por ter participado na greve, insuflando companheiros de trabalho, conforme CA – APA

0004-82. A suspensão foi suspensa de acordo com a Resolução 15-85 DJU – 170-85. O operário foi promovido posteriormente a feitor e também candidatou-se a vereador.

As práticas repressoras da Chesf neste período refletem em maior frequência na dimensão sociopolítica, de repressão à luta e manifestação dos trabalhadores que, em sua expressiva composição, era composta de pretos e pardos. A força da estatal sobre a raça assumia diferentes dimensões. O racismo, apesar de diluído, exercia sua especificidade e dinâmica no sertão narrado e materializado pela estatal.

*F. G. S. M.*, Matrícula 088... 306, 32 anos, 7 (sete) filhos, casado, pardo, escolaridade, primeiro grau, natural de Fortaleza-CE, desenhista no dia 27.03.1980, foi suspenso por 2 (dois) dias, por se apresentar no local de trabalho em estado de embriaguez, de acordo com C|DME.M 01-80.

As punições que expressavam o medo e a vigilância imputadas aos denominados cassacos, operários pretos e pardos se constituiu em uma das expressões explícitas do racismo, que intrinsecamente vinculava a natureza bruta e os corpos existenciais dos pretos e pardos. Na empiria registrou-se sempre a linha tênue do inferno racista e os elogios e mobilidade funcional que pelo contexto, representava o paraíso.

No encadeamento dos registros supramencionados, referente à identidade racial, receberam punições: 6 operários, sendo 5 pretos e 1 pardo. As punições continuaram com a mesma perspectiva, mesma dimensão de correção moral e do controle e da docilidade do corpo para o trabalho, refere-se a:

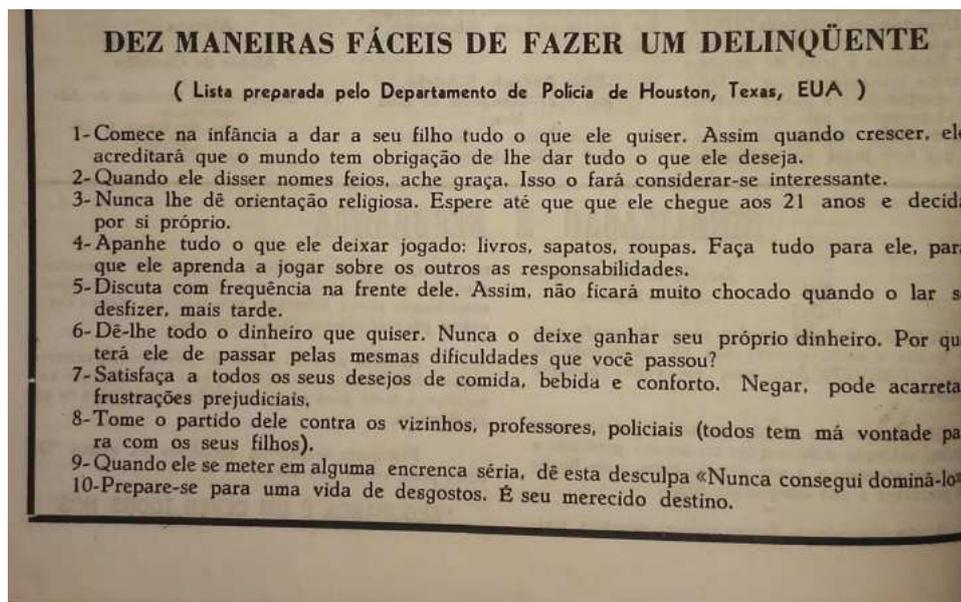
Da natureza comportamental

- Embriaguez
- Indisciplina

De dimensão sociopolítica:

- Participação em movimentos grevistas
- Insuflação a movimentos grevistas

**Figura 111**– Classes perigosas, controle do comportamento, o sertão meio norte-americano.



Fonte: Acervo Memorial Chesf – Paulo Afonso, Bahia.

Boletim número 15 de março de 1979, reflete uma das dimensões do projeto energético do Estado brasileiro mediado pela Chesf, que além dos empréstimos em bancos dos Estados Unidos, o fascínio e inspiração em um conjunto de princípios, preparada pelo Departamento de Polícia de Houston, Texas, EUA, que reúne um misto de orientações que objetivam o controle comportamental desde a infância, com fortes apelos à materialização do medo com estratégia preventiva. Dentre o conjunto: “*tome o partido dele contra os vizinhos, professores, policiais, sentencia todos têm má-vontade para com seus filhos*”.

Controle, classes perigosas, moralismo, trabalho como vocação, também se constitui em um dos pilares psicossociais da Chesf no Vale do São Francisco, especialmente com os operários e operárias pretos e pardos, conforme identificados e refletidos nesta investigação. O sertão, como interior, seco, atrasado, anticivilizado e violento na narrativa da estatal, não poderia ficar de fora das modernas relações vindas do modelo de um outro, aqui, os norte-americanos.

**Tabela 26** – Trabalhadores e trabalhadoras do Velho Chico: corpos sujeitados, vidas disciplinadas.

<b>Etnia</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Natureza/punição</b>
Preto	Eletricista DELTS	1	Advertência desrespeito ao superior
Preto	Guarda da Vigilância	1	Falta ao trabalho
Preto	Estagiário da Usina	8	Participação em greve
Preto	Guarda da Vigilância	6	Dissidia – falta ao serviço
Preto	Mecânico	1	Desobediência ao superior
Preta	Telefonista	1	Procedimento inadequado no pronto-socorro
Preto	Eletricista de manutenção	1	Advertência de suspensão a insubordinação ao superior
Preto	Servente	3	Suspensão por Indisciplina
Preta	Auxiliar de Clube (ver foto de ocorrência e descrição da vigilância)		
Preto	Servente	1	Desobediência ao superior
Pardo	Eletricista de manutenção	1	Suspensão por um dia por insubordinação
Pardo	Desenhista	1	Suspensão por 2 dias por embriaguez em local de trabalho
<b>Total de Punições: 25</b>			

Fonte: Elaborada pelo autor.

No quadro acima, há o registro de 25 punições facultadas aos operários pretos e pardos, o que expressam o peso das heranças de controle e vigilância dos corpos, onde o trabalho passa a ser um imperativo supremo vinculado à eficiência, à racionalidade. Mesmo numa época de modernidade nas relações trabalhistas e observando as contradições inerentes às estruturas sociopolíticas, econômicas, culturais e simbólicas, no contínuo das relações a disciplina foi uma regra.

Sintetizando os dados empíricos, observa-se a persistência na mesma dimensão de correção moral e do controle, dentre as categorias punitivas destacam-se:

#### De Natureza Comportamental

- Embriaguez
- Indisciplina
- Insubordinação
- Desobediência ao Superior
- Desrespeito ao Superior
- Dissidia

Quanto a dimensão sociopolítica:

- Participação em movimentos grevistas
- Insuflação a movimentos grevistas

Na linha civilizatória da produção de energia para atender a ordem competitiva e o controle das lutas, há um acréscimo significativo na natureza das punições. A dimensão sociopolítica de controle dos movimentos grevistas no seio da Chesf, assim sendo, no período há um registro de 8 (oito) suspensões por participação e insuflação no movimento reivindicatório. A mão *pesada* da Chesf, no que ela concebia como perigoso e inconveniente para a manutenção de uma ordem sem desordem. O operariado preto e pardo, mesmo nesse decênio, ainda continuava sob a égide da disciplina e do olhar atento dos seus dirigentes hierárquicos. Há uma combinação, por um lado o *branqueamento* na composição racial e por outro, permanece o peso da domesticação para o trabalho. Enfim, a Chesf tornando-se branca, contudo continuava sua prática punitiva com quem exercia funções de menor prestígio social, que são os operários pretos e pardos.

As relações modernas, empreendidas pela Chesf no período em questão, demandou uma permanência do seu trabalhador, o que conseqüentemente gerou uma estabilidade funcional no interior da empresa. A modernidade competitiva no sertão não oferecia muita concorrência e ameaça à estatal pela natureza sociopolítica e econômica da região, trabalhar na Chesf era atrativo, que reunia uma simbologia, um certo sentimento de pertencimento, como manifestado em diferentes relatos: “minha mãe”, “ajudou a criar meus filhos”, “foi tudo para mim”, “trouxe o progresso”. Essas expressões servem desse contínuo entre o sujeito e as estruturas que horas se identificam e horas se distanciam.

Pela sua engenharia, relevância da estatal no cenário regional e nacional, na produção e distribuição de um dos pilares para a nascente ordem industrial e urbana, atraiu diferentes trabalhadores e trabalhadoras do Nordeste, a floraram nas contradições sociais, econômicas e simbólicas que foram marcadas com práticas racistas empregadas por operários pretos e pardos denominados cassacos, que seduzidos pelas necessidades materiais e simbólicas sentiram na alma e no corpo, um ar de paraíso na região.

O imagético à direita trata-se de dois atestados para o operário M. F. Rocha, Matrícula 39.578, que se encontrava incapaz de trabalhar. Os documentos foram assinados pelo médico, bem como a quantidade de dias que o funcionário deveria manter-se em repouso. A modernidade das relações na década de 81-90, não prescinde o sinistro dos acidentes. A imagem à esquerda descrita como *Comunicação Interna de Acidente de Trabalho*, atesta o

acidente ocorrido com o operário C. F. de Lima, Matrícula 10.758, nas locações do almoxarifado de Itaparica ocorrido numa quinta-feira, na data de 16/01/1988. O documento descreve como ocorreu, qual a lesão sofrida, entre outras informações importantes, a exemplo das testemunhas que estavam no local.

**Figura 112** – Modernidade e o sertão dos machucados.

**COMUNICAÇÃO INTERNA DE ACIDENTE DO TRABALHO**

**DADOS DO ACIDENTADO**

NOBRE: CÍCERO FERREIRA DE LIMA. IDADE: 48 SEXO:  MASC  FEMIA

MATRÍCULA: 10.758 LETADO: 0728 FUNÇÃO/CARGO: ECOTONISTA

RESIDÊNCIA: RUA MUNICIPAL COSTA E SILVA, 202

**INFORMAÇÕES SOBRE O ACIDENTE**

DATA: 14/01/1988 HORA: 17:40 HORAS TRABALHADAS DIA DA SEMANA: QUINTA-FEIRA.

LOCAL DO ACIDENTE: ALMOXARIFADO DE ITAPARICA.

SERVIÇO EXECUTADO PELO ACIDENTADO: QUANDO COLOCAVA UM PAINEL DE LOMAS DA VIATURA.

CAUSA DO ACIDENTE: FREIO.

DESCRIÇÃO (COMO OCORREU): EM BARRAMENTO DE LOMAS DA CARROCEIRA DA CAMBERRA.

LESÃO SOFRIDA E LOCALIZAÇÃO: A PÉ DA ESQUERDA - FO MÓDULO DA PRIMA TARDE INFILTROR.

PARTES DO CORPO ATINGIDAS: PERNA.

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

USAVA EPI:  SIM  NÃO DUAL EPI: RESPIRADOR.

QUANTOS MOMENTOS TRABALHAVA E/O ACIDENTADO: RECORRER. O CHEFE IMEDIATO ESTAVA PRESENTE:  SIM  NÃO HOUVE REGISTRO FISCAL:  SIM  NÃO

ESCRANHOADO A HOSPITAL/CLÍNICA: HOSPITAL HAZIL ALVES DE SOUSA.

**TESTEMUNHAS**

NOME: LUIS FIANCO DE LIMA. MATRÍCULA: 62405

ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, 219 - PAULO AMORIM-BA.

NOME: JOSÉ GOMES DE ARAÚJO. MATRÍCULA: 16480

ENDEREÇO: RUA SANTO ANTONIO, 84 - PAULO AMORIM-BA.

OBSERVAÇÕES: Deferido em 16/01/88 -> 20-AFPA-39  
Ex. Civil -> 38.424.40  
Julg. ->

NOTA: TODOS OS ITENS DEVEM SER PREENCHIDOS, EXCETO O SOLICITADO NO CANTO DIREITO SUPERIOR (EMP. CAT) QUE SERÁ PREENCHIDO PELO GRÃO DE PESSOAL.

16/01/88 MATRÍCULA: 002891 Manoel J. M. SOUZA

**ATESTADO**

Constatamos que Manoel Lúcio Rocha Matrícula 39578 lotação SPS/SP04, está, no momento, incapaz para trabalhar e concedemos-lhe 11/11 dias de repouso, devendo mesmo retornar para reexame em 11/11. A partir de 19/1 o empregado deverá entrar em gozo de auxílio doença pelo INAMPS.

Méico: [assinatura] Data anotação: 11/11 Órgão de pessoal: MCC

**ATESTADO**

CONSTATAMOS QUE Manoel Lúcio Rocha MATRÍCULA 39578, LOTÇÃO SPS/SP04, ESTÁ, NO MOMENTO, INCAPAZ PARA TRABALHAR E CONCEDEMOS-LHE 02 DIAS DE REPOUSO A CONTAR DE 16/01/88, DEVENDO O MESMO RETORNAR PARA REEXAME EM 11/11 A PARTIR DE 11/11 O EMPREGADO DEVERÁ ENTRAR EM GOZO DE AUXÍLIO DOENÇA PELO INAMPS.

Méico: [assinatura] DATA ANOTAÇÃO: 11/11 ÓRGÃO DE PESSOAL: MCC

Fonte: CDOC– Paulo Afonso, Bahia.

O certo que em toda a trajetória era cuidadosa nos registros do cotidiano nas vidas dos operários. Mesmo numa década marcada por interações mais racionalizadas no mundo da ação da Chesf, os acidentes eram constantes e os corpos ainda permaneciam expostos às engrenagens do capital.

A tabela 27 lista 56 documentos referentes aos atestados dos operários e suas respectivas naturezas. Destarte, entre os brancos foram assim distribuídos: 9 (nove) por tratamento de saúde e 2 (dois) por acidente de trabalho. Do total somado, ainda persiste um alto grau de acidentes entre pretos e pardos, sendo 45 registros para este período: entre os operários pretos, 15 atestados foram por acidente de trabalho, 2 por tratamento de saúde e 2 por questões familiares; quanto aos pardos, 16 foram acidentes de trabalho e 10 tratamentos de saúde.

**Tabela 27** – E diziam que todos eram iguais, mas uns eram mais acidentados do que outros.

Etnia – Raça – Cor	Quantidade	Natureza
Branco	9	Tratamento de Saúde
	2	Acidentes
	0	Questões Familiares
Pretos	15	Acidente de Trabalho
	2	Saúde
	2	Questões Familiares
Pardos	16	Acidente de Trabalho
	10	Tratamento de Saúde
	0	Questões Familiares
<b>Total: 56</b>		

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na sequência de uma imersão nas nossas análises recorreu uma breve comparação do período em discussão com a década de 51-60. De 96 operários analisados, para um registro de 427 acidentes atestados, destes, 409 acometeram operários pretos e pardos. Na década de 51-60 a estatal na sua estrutura era hegemonicamente racializada de operários pretos e pardos, inexoravelmente os corpos eram mais expostos aos acidentes e aos ditames de um trabalho sem muita preocupação com a vida humana.

Em suma, apesar de na década de 80 a empresa por um lado *esbranquiçada*, por outro ainda há um alto índice de sinistros nos corpos dos operários que ocupavam funções de menores notoriedades. O racismo ainda se constitui numa tônica, nas veias por onde ocorrem fios de energia e ação da Chesf no sertão.

A Chesf como um empreendimento de uma primeira experiência de uma indústria elétrica e estatal no Nordeste, não se deteve meramente à geração de energia, ela também produziu identidades, alterou territórios, alterando seus símbolos e suas estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais. Um empreendimento dessa magnitude exigiu também a atração e a manutenção de um contingente de mais de 15 mil trabalhadores e trabalhadoras.

**Tabela 28** – Casas brancas, pequenas pardas e pretas paredes: As cores das moradias chesfianas.

Residência	Quantidade	Município	Estado
Acampamento Chesf	38	Paulo Afonso	BA
Vila operária tipo O	8	Paulo Afonso	BA
Vila Poty	17	Paulo Afonso	BA
Não informado	5	Paulo Afonso	BA
<b>Total: 68</b>			

Fonte: Elaborada pelo autor.

A implantação de uma cidade, município induzido, expressou muito a segregação racial e espacial, manifesto num modelo espacial, indicados no quadro em questão, Tabela 33. Para um total de 68 trabalhadores pesquisados, em relação à moradia: 38 (trinta e oito) no acampamento Chesf; 8 (oito) na Vila Operária tipo O, 17 (dezesete) da Vila Poty e 5 (cinco) não informados.

Os dados desvelam que o processo de branqueamento vem acompanhado de uma maior qualidade nas residências, assim sendo o acampamento Chesf era dotado de unidades habitacionais, com melhores equipamentos e qualidade em suas estruturas. Esse modelo era destinado aos operários de maior escolaridade e conseqüentemente, de funções mais qualificadas, especialmente os engenheiros e engenheiras, médicos, administradores e outros dirigentes da estatal. Ao contrário, da Vila Operária Tipo O, que era destinada aos operários de baixa escolaridade, de função de menor relevância, e estes majoritariamente compostos de pretos, pardos e brancos de baixa escolaridade.

Na lógica de separar e isolar, a Vila Poty era à margem do acampamento e o denominado Tipo O, compunham uma paisagem de trabalhadores *fora* da Chesf ou que não conseguiam um registro imediato nas estruturas da empresa, o que constituía nessa nova paisagem de reserva de mão de obra no sertão do São Francisco.

A gente morava no acampamento, não ouvia falar muito das coisas de Paulo Afonso, depois que eu vi me entender por gente... depois de 18 anos que eu servi o Exército, a gente foi conhecendo mais a região. A gente morava dentro do muro da Chesf, tem aquele muro, o pessoal da Vila Poty e o pessoal da Zona Rural que era separado né? Algumas pessoas que moravam dentro da Chesf, que se achavam mais um pouquinho do que o pessoal que morava no bairro, né? (R. C. Amorim, autodeclarado branco, assistente técnico).

Na década de 81-90, embora atenuadas as práticas racistas, contudo permaneceram internalizadas em diferentes dimensões sociopolítico-econômicas, simbólicas e culturais, nesse sentido a moradia materializava a narrativa da estatal que selecionava *os de dentro e os de fora*, isso sob o véu da função laboral. A raça acompanhava em demasia a posição dos operários brancos, pretos e pardos. Os brancos estavam dentro, os pretos e os pardos ficavam fora, mas desempenhavam a relevante função de desenvolver com sua força corporal para o sertão. A moradia expressava as práticas racistas da Chesf.

A década de 81-90 expressa mais uma vez o processo de consolidação da estatal no sertão, e conseqüentemente, a formação de um operariado mais qualificado que exercera diferentes funções administrativas nas redes de serviços de educação, saúde e lazer da estatal. Enfim, em sua composição racial, tornou-se mais branca e conseqüentemente as práticas

minoritárias, racistas, configuraram-se numa nova forma de ser e existir da Chesf com o operariado.

#### 4 ORGANIZAÇÃO E VIDAS TENSIONADAS: TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Em cada contradição está implícita uma  
harmonia.  
O devir e a passagem de cada coisa à  
condição oposta..  
Tudo vem e tudo vai, incessantemente,  
e nesse movimento reside a natureza das  
coisas... o devir  
– Heráclito.

Neste capítulo, discutimos a memória, as lembranças e as lutas sociopolítica e cidadã dos trabalhadores da Chesf. Nossa escolha referenciada no princípio e postura de mantermos vivas as ações dos sujeitos históricos que, mesmo de forma fluida e difusa, enfrentaram o capital, o Estado e todas as suas nuances simbólicas no sertão. Seguindo nossos objetivos, hipóteses, teses, rigor metodológico e ainda mais por razões didáticas para melhor compreensão, o perfil sociocultural dos trabalhadores, suas funções, raça e imersão na luta sindical por décadas, obedecendo às seguintes periodizações: 51-60; 61-70; 71-80; 81-90.

Periodização que segue aos pilares metodológicos e hipotéticos da tese, a exemplo que fora utilizado na composição deste mesmo contingente de operários que compuseram o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores da Chesf.

Neste sentido, no campo empírico os dados analisados foram disponibilizados pelo Sinergia<sup>58</sup> que são as denominadas “fichas de inscrição sindical”. Para efeito desta análise catalogamos um total de 207 cadastros que constam as seguintes informações: identificação do operário, naturalidade, data de nascimento, estado civil, residência, período de admissão na estatal e filiação sindical e diversas outras anotações.

Destaca-se que pela estrutura sindical este não dispõe de um acervo organizado satisfatoriamente, dado que, referente às fichas de filiação, encontravam-se dispostas por ordem alfabética e não por decênio e o período de filiação sindical ou admissão na estatal. Isto, demandou uma maior dedicação de tempo para armazenar e identificar de acordo com nossa categoria por decênio. Contudo, o acesso foi permitido e seus dirigentes e funcionários demonstraram relevante interesse em prestar as informações e o apoio necessário à realização dessa investigação.

---

58 O atual Sinergia, que foi fundado em 1937, era denominado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energias Hidro e Termo Elétricas no Estado da Bahia.

Diferentemente dos dossiês, que continham mais de 32 informações minuciosas, o acervo do sindicato é menos complexo e detalhado. No entanto, ele atende aos nossos objetivos e hipóteses, permitindo-nos traçar o perfil sociocultural e racial dos operários e operárias sindicalizados.

Na abordagem empírica, a incorporação dos pretos egressos do trabalho escravo como proletariado na nascente ordem competitiva coloca em cheque os elementos de uma sociedade de classes ampliados pelas questões raciais que irrompem e reforçam os conflitos. Segundo Moura, os elementos ideológicos da barragem social expõem o preconceito de raça e cor dentro da própria classe operária. A formação do operariado sindicalizado nesse período é hegemonicamente composta por pretos e pardos em seu perfil sociocultural. Entretanto, as práticas racistas da estatal não fazem parte da agenda de lutas dos dirigentes sindicais. Um aspecto relevante é a presença expressiva do feminino nas fileiras do sindicato durante esse período.

**Figura 113** – Mulheres, para a época, nem recatadas nem do lar, mas de lutas sertanejas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. N.º 7591	NOME: Dorotca Nery da Silva Santos	EMPR.: CIDCOR	MATR. N.º 6475
ADM. NO SIND. 10/10/62	END.: Rua Mal. Rondon, 860-1	BAIRRO: Vila Poly	ADM. NA EMPR. 21/07/58
CIDADE: P. Afonso - Ba.	N.º INSC.	C. IDENTIDADE N.º	SÉRIE
NACIONALIDADE: Brasileira NAT. Bahia	C. PROFISSIONAL N.º 05320	C. RESERVISTA N.º	SÉRIE 101º
SEXO Feminino E. CIVIL Cas.	T. ELEITOR N.º 5072	SETOR DE TRABALHO H.N.A.S./D.A.	ZONA
DATA NASC.	FUNÇÃO Atendente	CARGO NO SIND.	BIÊNIO:
NOME DO PAI Domingos Nery da Silva			
DA MÃE Silvina M.º de Jesus			
ESPÓSA			
<b>BENEFICIÁRIOS</b>			
		<i>Fez acordo em 16-05-91 Aposentou-se.</i>	
REG. N.º	NOME	MAT. N.º	

Fonte: Sinergia.

O documento em tela é o registro da operária D. N. da Silva, Matrícula de nº 6475, operária preta, natural da Bahia, casada, exercia a função de atendente no Hospital Nair Alves de Souza e foi admitida na empresa dia 21/07/58, enquanto que ingressou no sindicato em 01/10/62.

A presença feminina era marcante na composição sindical, contudo, nos períodos iniciais, os dados empíricos já apontam um feminino naquelas funções consideradas de

reprodução das relações do mundo do trabalho. Em geral, nas referidas funções exercidas, prevalece a ocupação em atividades de menor notoriedade. A operária sindicalizada em questão ocupa a função de atendente na área de saúde. Entretanto, a empiria sempre constatou que no seio da empresa, o feminino desfrutava de uma maior mobilidade social.

A realidade empírica observada no dossiê que atesta a constituição do perfil sociocultural do operariado nas décadas em análise está corroborada na descrição dos sindicalizados, onde mais uma vez, Pernambuco assume essa identidade de um Nordeste e Sertão em invenção no cenário identitário do país pós-abolição.

A Chesf, pela sua natureza e necessidade de trabalho braçal, arregimentou o operário de baixa escolaridade, de origem rural, para compor a sua estrutura na implantação na ordem competitiva moderna no sertão. Pela simetria este operário compunha as fileiras do Sinergia.

Muniz (1999), o sertão e o Nordeste, no imagético identitário e regional, identificados com Pernambuco, enquanto um outro que assume ser nordestino diferentemente do Estado da Bahia, mais identificado como “o não Nordeste”, “o Norte”, e às vezes confundido, no jogo das elites, com o Sudeste. O operariado sindicalizado na sua composição é hegemonicamente pernambucano.

Não obstante, os arquivos sindicais, apresentam-se uma consonância entre a sua base e as necessidades do trabalho entre as rochas e pedras exercidas pelos braços dos operários. O campo empírico ratificou a tese que a composição do operariado sindicalizado, na década de 51-60, era predominantemente de municípios de Estados do Nordeste. Sendo que, o Estado de Pernambuco segue predominando na formação da mão de obra do sertão do São Francisco.

Seguindo a análise, na fotografia abaixo identifica-se o documento de ficha sindical de um operário pardo natural de Sumé-PB. Sua matrícula era de nº 332. Seu estado civil era casado, foi admitido na empresa em 2 de fevereiro de 1951 e admitido no sindicato no dia 13 de maio de 1962. Exerceu a função de motorista no setor de trabalho SPTR.



**Figura 115** – Sindicalizados e racializados: diferentes rostos, pretos e pardos.

INDUSTRIAS DE ENERGIA HIDRO E TERMO ELETRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. N.º 13.311	NOME Cícero Leal dos Santos	EMPR. CHESF	MATR. N.º 4243
ADM. N.º SIND. 21/03/81	END. Rua <del>194</del> DAS FLORES - 233	BARRIO Vila Poty	ADM. NA EMPR. 10/04/57
NACIONALIDADE Bras.	NAT. Canhotinho	N.º INPS	
SEXO Mas.	E. CIVIL Cas.	C. IDENTIDADE N.º 407.870	SÉRIE Sanguipe
DATA NASC 31.01.31	NOME DO PAI Artur Cordeiro dos Santos	C. PROFISSIONAL N.º 18.549	SÉRIE 342*
DA MÃE Adélia de Brito Leal	DA ESPOSA Marinaíva Jesus dos Santos	C. RESERVISTA N.º	SÉRIE
		T. ELEITOR N.º	ZONA
		SETOR DE TRABALHO SOLP	
		FUNÇÃO Encarregado	
		N.º CPF 025 740 125 - 34	
BENEFICIÁRIOS			
FILHOS		Demitido em 18.09.83	
Maria José dos Santos		Apresentar rd	
Irani Leal dos Santos			
REG. N.º	NOME	MAT. N.º	

Fonte: Sinergia.

O documento acima se refere a uma ficha de um operário pardo natural Canhotinho-PE. Sua matrícula era de nº 4243. Casado, foi contratado pela empresa no dia 10 de abril de 1957 e filiado ao sindicato no dia 21 de março de 1981. Exerceu a função de encarregado no setor de trabalho SOLP.

A empiria corrobora com recorrência na naturalidade de operários do Nordeste que migraram por força laboral, para os empreendimentos da Chesf. A necessidade da sobrevivência econômica movimentou o sertão do São Francisco.

O campo empírico revela que, de acordo com os princípios, objetivos, hipóteses e resultados da pesquisa, o corpo de trabalhadores que se materializa nas obras das usinas e barragens empreendidas pela Chesf no sertão do São Francisco é predominantemente masculino. A relação sempre aponta para a natureza do trabalho exercido pelos braços considerados fortes e preparados para o trabalho manual, que exercia um fascínio e uma necessidade da estatal para desbravar os sertões em sua narrativa. O sindicato era um reflexo dessa estrutura racializada do operariado da Chesf, em que pretos e pardos, os chamados cassacos, compunham a paisagem sociocultural, política e simbólica deste universo no coração do sertão do São Francisco.

Isso sugere que a família patriarcal, como modelo dominante (segundo Gilberto Freyre), tem o homem como centro de sua formação, podendo ser um dos elementos relevantes para análises posteriores. Indica-se que Paulo Afonso, através das usinas da Chesf,

recebeu inicialmente um contingente predominantemente masculino que constituiu família nos sertões do São Francisco.

A natureza ocupacional revela por enquanto, a tradição cultural da sociedade brasileira, em especial no Nordeste, que seja as mulheres nas funções mais voltadas para a reprodução humana e os homens para produção. Entretanto, ainda não é possível relacionar esta dimensão com etnia, raça e cor da pele. No tocante à formação escolar, os dados demonstram maior nível de qualificação das mulheres em relação aos homens, o que, ao menos por enquanto, reflete também na diferenciação das funções ocupadas

Na tabela 29, refletimos acerca da etnia e as funções exercidas pelo operário sindicalizado, o que corrobora que a Chesf, no seu período inicial, do ponto de vista étnico-racial é hegemonicamente composta de operários pretos e pardos, de corpos expostos ao sol e peles em sombra das engrenagens de rochas e concretos.

**Tabela 29** – Pretos, brancos e pardos: o trabalho aproxima, a pele distância.

<b>Raça</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>
Branca	Auxiliar de Enfermagem	2
	Atendente Hospitalar	1
	Cavadeira	1
	Auxiliar de Escritório	1
	Professora	2
	Auxiliar Administrativo	2
	Técnica de Contabilidade	1
	Secretária	1
	Chefe Mecânico	1
	Técnico de Telecomunicação	1
	Ajudante de Gráfica	1
	Contramestre de Obras Civis	1
	Trabalhador Auxiliar	1
	Auxiliar de Engenharia	1
	Ajudante de Pintor	1
	Guarda	1
	Técnico em Agricultura	1
	Oficial Administrativo	1
	Contramestre Lubr. Usina	1
	Instalador de Linhas	1
	Fiel de Caixa	1
	Professora	2
Zeladora	1	
Mecânico	1	
Ajudante de Mecânico	1	

Preto	Carpinteiro	2
	Trabalhador	3
	Motorista	2
	Auxiliar Administrativo III	1
	Feitor	1
	Técnico Ind. Nível Médio I	1
	Auxiliar de Clube	1
	Eletricista	1
	Torneiro Mecânico	1
	Guarda	1
	Auxiliar de Enfermagem	1
	Costureira	1
	Professora	1
Pardo	Auxiliar de Escritório	1
	Motorista	2
	Carpinteiro	2
	Mecânico	1
	Auxiliar de Campo	1
	Servente	1
	Enfermeiro	1
	Instalador Auxiliar	1
	Instalador de Linhas	1
	Auxiliar de Topografia	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

A construção do universo empírico, a partir do nosso processo de observação, num tocante a origem do operário sindicalizado e suas conexões com etnia, e ocupação funcional nas estruturas da Chesf revela que o operário branco exercia funções mais qualificadas, de maior prestígio social, e conseqüentemente não sujeita às práticas de vigilância e de punição exercida pela estatal. Em geral, o operário branco exercia as seguintes funções:

- Atendente Hospitalar
- Auxiliar de Enfermagem
- Auxiliar de Escritório
- Técnico de Contabilidade
- Técnico de Telecomunicação

Diferentemente do operário branco sindicalizado, os operários pretos e pardos desempenhavam as funções de menor relevância social, a exemplo de:

- Zelador
- Carpinteiro
- Eletricista
- Servente
- Ajudante de Mecânico
- Trabalhador

A presença feminina no seio do sindicato e na estrutura trabalhista da Chesf está invariavelmente vinculada ao exercício de funções de maior escolaridade no caso, aqui o exercício da função de professora.

A participação do preto e pardo no mercado de trabalho ainda representa uma forte herança de uma sociedade hierarquizada e desigual, uma vez que os dados apontam que as funções ocupadas estão dentro de um contínuo que perpassa a ação da Chesf no sertão, onde a variável escolaridade, etnia e raça, expressam essa condição inferiorizada das ocupações e funções desempenhadas por este contingente de origem hegemonicamente rural, do interior do Nordeste, que compunham a paisagem humana e sociocultural de trabalhadores e trabalhadoras.

O documento abaixo registra um operário preto sindicalizado, natural de Pernambuco, casado. Sua matrícula era de nº 1472, foi admitido na empresa no dia 30 de outubro de 1957 e admitido no sindicato no dia 08 de maio de 1962. Exerceu a função de marceneiro no setor de trabalho DOF/Carpintaria.

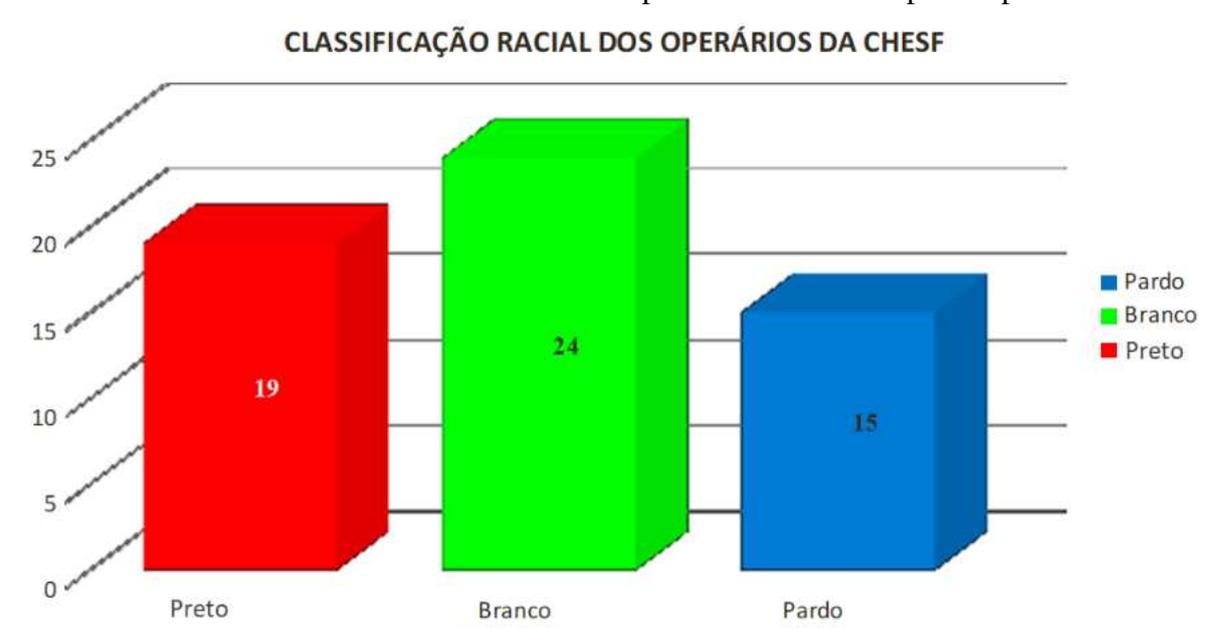
**Figura 116** – Retratos de história de vidas na região.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. N.º 3472	NOME: Carlos Francisco Falcão	EMPR.: SINDUS	MATR. N.º 472
ADM. NO SIND. 08/05/62	END.: Rua São Pedro	BAIRRO: Vila Pety	ADM. NA EMPR.
	CIDADE: P. ALONSO - Ba.		
NACIONALIDADE: Brasileiro NAT. Po.		N.º INSC.	
SEXO Masculino E. CIVIL Casado		C. IDENTIDADE N.º 298 063	SERIE PE
DATA NASC. 29.09.1932		C. PROFISSIONAL N.º 16 005	SERIE 113ª
NOME DO PAI José Francisco Falcão		C. RESERVISTA N.º	SERIE
DA MÃE Maria Carlos Azeiteiro		T. ELEITOR N.º	ZONA
ESPOSA Maria Alves Falcão		SETOR DE TRABALHO MP/Carpintaria	
		FUNÇÃO Mecânico	
		CARGO NO SIND.	BIENO:
<b>BENEFICIÁRIOS CPF-020.816.105-82</b>			
Maria Alves Falcão	- Esposa	MAT. NOVA - 5.304	
Ivancide Alves Falcão	- Filha	R. DO OUVIDOR, 312 - CHEFF.	
Ivânilda	" "	Fez acordo em abril	
Ines	" "	de 1991 apresentou-se.	
Ivaldo	- Filho		
Inaldo	- Filho		
REG. N.º	NOME	MAT. N.º	

Fonte: Sinergia.

Desenrolando-se a análise, a inserção do preto no mercado de trabalho pós-abolição, não fugiu às estruturas de uma sociedade com as marcas psicossociais escravocratas onde os corpos pretos eram vistos mais pela força braçal do que pelos atributos intelectuais. Apesar dos avanços nas relações do mundo do trabalho, mas sutilmente ou explicitamente, as diferenças fenotípicas aliadas à visão da inferioridade do preto para a engrenagem do moderno capitalismo, eram expressas nas funções de atividades desempenhadas.

A força de trabalho, a energia física e mental empregadas para realizar as atividades dentro do espírito do trabalho assalariado, da organização capitalista material da produção, não significou uma mudança substancial nas relações étnico-raciais. O racismo como estrutura e doutrina, era uma prática da estatal e esta embora muitas vezes percebida pelos operários e dirigentes sindicais, não se configurava uma bandeira forte e mobilizadora das lutas.

**Gráfico 13** – Anos 50-60: A alma-corpo sindical era mais preta e parda.

Fonte: Elaborada pelo autor.

No universo identificado dos filiados do sindicato para o decênio em análise, os dados denotam que de 58 (cinquenta e oito) operários e operárias, 24 (vinte e quatro) eram brancos, 19 (dezenove) pretos e 15 (quinze) pardos. Contabilizados pretos e pardos, um total de 34 trabalhadores, fato que corrobora com as perspectivas anteriores da investigação: a Chesf, na sua composição racial, era predominantemente preta e parda. O trabalho braçal, escavações, corpos ao sol, presença maciça nas fileiras sindicais, expõem esses corpos encarnados na teia da nascente ordem competitiva no sertão e na organização operária.

Em resumo, a sociedade e as relações construídas por homens e mulheres na Chesf tinham uma marca racial de corpos e realidades pretas. As partes e o todo se constituíram reciprocamente, modificando-se no mesmo processo que as formaram. O racismo sertanejo, que não se refletiu de forma significativa nas lutas sindicais, foi uma das marcas dos processos de inserção na modernidade competitiva empreendidos pela Chesf.

Mesmo no contexto de autoritarismo, democracia racial e necessidades econômicas da época, a pele, etnia e ancestralidade estavam presentes nos sentimentos, mas não influenciavam intensamente as ações dos sujeitos e das lideranças do movimento sindical.

#### 4.1 Sindicalizados década de 61-70: rostos, repressão e resistência operária nas águas do Velho Chico

Os trabalhadores que compuseram as estruturas laborais da estatal dedicaram sua força física e intelectual para a construção de usinas e barragens dentro da lógica desenvolvimentista do Estado brasileiro, iniciada com maior intensidade a partir da década de 30. Esses trabalhadores migraram de diferentes regiões e fizeram parte das estruturas de conflitos e lutas sindicais, sendo predominantemente pretos e pardos em sua identidade.

O desenvolvimento econômico e social introduzido pela Chesf contribuiu para a formação de uma classe operária no sertão do São Francisco. Classes e raças são temas importantes na sociedade brasileira em diferentes contextos sociopolíticos e econômicos. A identidade nacional, raça e as heranças do passado colonial são sempre relevantes. Nesta seção, analisaremos o perfil sociocultural e identitário, as funções e as lutas engendradas no interior da Chesf.

**Figura 117** – Pele preta, olhar firme na imensidão.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. Nº 13466	NOME Abel dos Anjos	EMPR. CHESF	MATR. N.º 30.201
ADM. NO SIND. 01/07/81	END. Rua Padre Lourenço, s/n	BAIRRO CHESF	ADM. NA EMPR. 06/08/68
NACIONALIDADE Bras.	NA. D. Gouveia	Nº INPS	
SEXO Masc.	E. CIVIL Cas.	C. IDENTIDADE N.º 3.334824	SÉRIE RA
DATA NASC. 08.08.43		C. PROFISSIONAL Nº 771113ª	SÉRIE 148ª
NOME DO PAI Apolônio Balbino dos Santos		C. RESERVISTA Nº	SÉRIE
DA MÃE Maria dos Anjos dos Santos		T. ELEITOR Nº	ZONA
DA ESPÓSA Jucira Barbosa dos Anjos		SETOR DE TRABALHO DOP/PA IV	
		FUNÇÃO Trabalhador	
		Nº CPF 064958185-22	
BENEFICIÁRIOS			
MARCOS ANTONIO MATEIAS ANJOS			
WELTON BARBOSA II			
ILKA POLIANA II			
REG. N.º	NOME	MAT. Nº	

Fonte: Sinergia.

A imagem em questão descreve um trabalhador preto, natural de Delmiro Gouveia-AL, casado, matrícula de nº 30.201, foi integrado à empresa no dia 06 de agosto de 1968 e admitido no sindicato no dia 01 de julho de 1981. Exerceu a função de trabalhador no setor DOP/PA IV.

Prosseguindo nossas análises e reflexões, a estrutura segue sua matriz identitária composta por rostos pretos de forte expressão na sua condição humana e nas atividades laborais no sertão. Averiguou-se na década de 1961-1970, as mesmas características fenotípicas dos operariados sindicalizados, pretos e pardos que ocupavam funções consideradas de baixa notoriedade e de força braçal.

Para Fernandes (2003), mesmo na economia capitalista, pós-abolição da escravidão, a vítima continua sendo o negro, como categoria social, isto é, um antigo agente de produção escravista, que é como o escravo como liberto, movimentara a engrenagem econômica da sociedade estamental e de castas. Para ele não houve alternativa histórica.

As análises sociológicas sobre a condição do negro pós-abolição, e na nascente moderna ordem capitalista, como já frisamos anteriormente, concentrou-se hegemonicamente no Sul e Sudeste. Entretanto, observados os devidos contextos sociopolíticos e econômicos, a Chesf promoveu uma ordem interna do litoral ao sertão do Nordeste, obedecendo a concepção e espírito que primavam em conceber trabalhadores pretos e pardos tão somente como detentores da força física para domar a natureza bruta do sertão.

A Chesf, com o seu complexo de usina e barragens, compõe dentro deste arranjo das modernas contradições do mundo capitalista e de suas características singulares de dependência e precarização das relações de trabalho no Brasil e no sertão. A configuração e as ações de natureza socioeconômica foram implantadas no sertão do São Francisco com abrangência em diferentes espaços e contextos, com suas especificidades, mas com o mesmo peso da mão forte e racista das estruturas capitalistas.

Destarte, o que é comum na composição é esse operário do interior, que no período pós-abolição e posteriormente com processos de industrialização e a necessidade de energia para os pilares do capitalismo moderno, esses sujeitos migraram para o sertão do São Francisco redefinindo a paisagem, a territorialidade e as lutas dos trabalhadores no interior da estatal.

Filiação sindical, operariado de origem rural e de funções de menor relevância é uma das marcas da relação entre a Chesf, que de certa forma é a representação permanente do Estado e do poder político na região. Como já mencionamos, diferentemente de outros Estados do Nordeste, Pernambuco continua a exercer a hegemonia no processo migratório da composição funcional da estatal e da presença expressiva nas fileiras do Sindicato dos Eletricitários da Bahia.

O encadeamento da nossa análise sobre essa origem rural do operário sindicalizado, como afirma Fernandes (2003, p. 25), “A recepção sociológica nos permite trabalhar à



A imagem acima refere-se a uma operária preta, natural de Aracaju-SE. No seu estado civil consta ser solteira. Era auxiliar de enfermagem na Chesf, foi admitida na empresa no dia 02 de junho de 1965 e admitida no sindicato no dia 01 de fevereiro de 1968.

A presença feminina no sindicato tem uma relação dialética com o conjunto do operariado da Chesf. A partir dos anos 60 e nas décadas anteriores, houve um aumento na presença feminina na estatal, devido à rede de serviços de reprodução social, como saúde, educação e assistência. Por um lado, isso se enquadra na lógica do feminino, que desempenha funções de *cuidado*, e por outro lado, está relacionado aos atributos escolares das mulheres. Por exemplo, uma funcionária pode desempenhar suas funções no hospital. Essa constatação não é um fato isolado nessa paisagem. As mulheres sindicalizadas, pretas e pardas, geralmente possuíam maior escolaridade em relação aos homens.

**Figura 119** – Pretos no trabalho, pretos na vida sindical.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
Nome	Antonio Ananias Carpina	Inscrição N. CPF.	066563405-63
Insc. N.	6507 Admitido em 12/01/1968	no Instituto de Aposentadoria	
Nacionalidade	Brasileiro	Doc. N.	1.828.327/SSP-Ca.
Natural de	Garanhuns - Pe.	Residência	Rua da Taveira 1º TRAV. S. Benedito - 162
Data Nasc.	26/03/26 Est. Civil casado	Cidade	Paulo Afonso - Ba.
Carteira Profissional N.	67401 Série 101		
FILIAÇÃO	{ Pai Ananias Carpina de Oliveira Mãe Maria Josefa de Oliveira	Nacionalidade	
Nome da Espôsa	Maria Elvira de Souza Carpina		
Nome da Empresa	Cia. Hidro Elétrica do São Francisco	N. Ca.	18589
Secção	Carpintaria da DOF	Função	Carpinteiro
Enderço		Data de Admissão	16/12/64
Nome da Empresa		N. Ca.	
Secção		Função	
Enderço		Cidade	
		Data de Admissão	
Fez acordo em abril/91. Aposentou-se.			

Fonte: Sinergia.

O imagético acima destaca o perfil de um operário preto, natural de Garanhuns-PE. A descrição aponta-o como casado. Sua matrícula era de nº 8589, foi admitido na empresa no dia 16 de dezembro de 1964, e filiado ao sindicato no dia 12 de janeiro de 1968. Exerceu a função de carpinteiro na Carpintaria da DOF – SPOM.

A imagem, como evidência histórica, (Burke, 2004), a fotografia documental, são valiosas como evidência da cultura material do passado. A expressão parcial no olhar do operário preto, perpassa toda a nossa análise nessa classificação racial fluida e diluída (Telles,

2003), embora a exemplo dos dossiês, a ficha sindical, não existia um campo específico para a classificação de etnia, raça e cor. Apesar disso, o olhar, as características físicas do operário em tela, diz muito da sua ancestralidade e da sua identidade racial.

**Figura 120** – Sertão sindical: a mesma cor, funções de trabalhos diferentes.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELETRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. Nº 13.718	NOME Hermes Lins	EMPR. CHESF	MATR. N.º 29998
ADM. Nº SIND. 01/08/81	END. Grupo 09, casa 03	BAIRRO CHESF	ADM. NA EMPR. 23/07/68
CIDADE P. Afonso - BA.	NACIONALIDADE Bras.	NAT. Angelim	Nº INPS 103684
SEXO Masc.	E. CIVIL Cas.	C. IDENTIDADE N.º 469515	SÉRIE PE.
DATA NASC 23.12.37	NOME DO PAI	C. PROFISSIONAL Nº 72559	SÉRIE 101º
• DA MÃE	• DA ESPOSA Angelita Venâncio Lins	C. RESERVISTA Nº	SÉRIE
		T. ELEITOR Nº	ZONA
		SETOR DE TRABALHO DCP	
		FUNÇÃO Soldador	
		Nº CPF 065.283.505 - 82	
<b>BENEFICIÁRIOS</b>			
FILHOS		<i>Dispensa sem justa causa em 20-03-92</i>	
Francisco Pereira Lins			
Nº Fiezia " "			
Edson Venâncio Lins			
Marcos Aurélio Venâncio Lins			
José Carlos Venâncio Lins			
Angela Patrícia " "			

Fonte: Sinergia.

Prosseguindo nossa análise, a fotografia do acervo sindical registra o operário preto, natural de Angelim-PE, casado e sua matrícula era de nº 29998. Foi admitido na empresa no dia 23 de julho de 1968 e filiado ao sindicato apenas 1º de agosto de 1981. Exerceu a função de soldador.

A exposição da imagem obedece a nossos princípios metodológicos e a natureza da nossa tese, que os dados empíricos, indicam que no curso de nossa investigação, o acesso aos arquivos do sindicato, que categorizado por década, corroboram com as nuances que perpassam as relações racializadas na estatal que refletem na base sindical. O operário preto e pardo é o operário sindicalizado.

Analisando a tabela 30, é possível observar um caso feminino na função de copeira, dentro dos padrões culturais de uma cultura nordestina patriarcal. O sindicalismo é composto pelo operariado que exercia funções de menor prestígio social, exposto ao sol e às heranças de uma sociedade pós-abolição que ainda nutria, de forma velada e explícita, as marcas rasgadas que atravessavam almas e estruturas sociopolíticas, culturais e simbólicas de um racismo à sertaneja. Mesmo o sindicato, como expressão de contraposição às estruturas da Chesf, não

conseguiu incorporar plenamente em suas agendas de bandeiras e lutas as questões relacionadas ao racismo.

**Tabela 30** – Não era racismo... era a meritocracia racial no sertão.

<b>Etnia</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>
Branco	Desenhista	1
	Advogado	1
	Copeira	1
	Auxiliar Administrativo	1
	Auxiliar de Enfermagem	1
	Pedreiro	3
	Trabalhador de Campo	1
	Eletricista	1
	Ajudante de Operador	1
	Motorista	4
	Escriturário e Apropriador	1
	Trabalhador	4
	Trabalhador Agrícola	1
	Guarda	3
	Garagista	1
Preto	Zelador	1
	Almoxarifado	1
	Escafandrista	1
	Operador Auxiliar de Subestação	1
	Auxiliar de Comércio	1
	Laboratorista de Concreto	1
	Contramestre Carpinteiro	1
	Feitor	1
	Despachador de Carga	1
	Lubrificador de Usina	1
	Fiel de Caixa	1
	Marteleiro	1
	Subinspetor de Vigilância	1
	Professora	1
	Desenhista Auxiliar	1
Guarda	1	
Feitor	1	
Pardo	Auxiliar de Portaria	1
	Eletricista	1
	Pintor	1
	Auxiliar de Escritório	1
	Téc. Ind. Nível Médio I	1
	Técnico de Contabilidade	1
	Motorista	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

No tocante à dimensão racializada e à ocupação funcional do operariado sindicalizado registraram funções de maior relevância, tais como:

- Motorista
- Guarda
- Trabalhador
- Pedreiro
- Feitor

No núcleo capitalista (Hasenbalg, 1979), a incorporação do preto no mercado de trabalho se deu no centro do capitalismo, enquanto a região Sudeste via no imigrante o civilizado e apto à modernidade, num certo racismo científico. No caso da Chesf, essa configuração não aparece com nitidez: o racismo é invisível. Entretanto, a divisão espacial e as ocupações revelam, como analisado anteriormente, uma prática discriminatória e racista.

Os trabalhadores pretos tinham uma probabilidade duas vezes maior do que os trabalhadores brancos de terem vindo do setor agrícola e de exercer atividades de menor prestígio social (Andrews, 1998). Nesse sentido, seguindo nossas análises do operário sindicalizado e a conexão entre etnia, raça, cor e função na Chesf, o trabalhador preto e pardo exercia funções majoritariamente não especializadas. Essa dimensão corrobora mais uma vez com a tese de que a escolaridade e qualificação são instituintes do tratamento racista da estatal.

**Figura 121** – Rosto feminino, saberes sindicalizados.

T 4

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energias Hidro e Termo Elétricas - Ja Bahia

Nome Alice Dorotéia do Nascimento  
DC 2916  
 Insc. N. 2916 Admitido em 6 / 11 / 1962  
 Nacionalidade Brasileira  
 Natural de Arcoverde Pernambuco  
 Data Nasc. 8 / 4 / 1929 Est. Civil CASADA  
 Carteira Profissional N. 20266 Série 147º

Inscrição N. \_\_\_\_\_  
 no Instituto de Aposentadoria \_\_\_\_\_

Residência Rua "A", 373/00339  
 Cidade Paulo Afonso

FILIAÇÃO { Pai Manoel Domingos da Silva Nacionalidade \_\_\_\_\_  
 Mãe Dorotéia Maria da Silva \_\_\_\_\_

Nome da Esposa Luis Ramos de Araujo

Nome da Empresa Cia. Hidro Métrica do São Francisco  
 Seção Alojamento das Profissionais - SPMA N.º Cia. 4165  
 Departamento \_\_\_\_\_ Função Lavadeira  
 Endereço \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Data de Admissão 18-3-1962

Nome da Empresa \_\_\_\_\_ N.º Cia. \_\_\_\_\_  
 Seção \_\_\_\_\_ Departamento \_\_\_\_\_ Função \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Data de Admissão \_\_\_\_\_

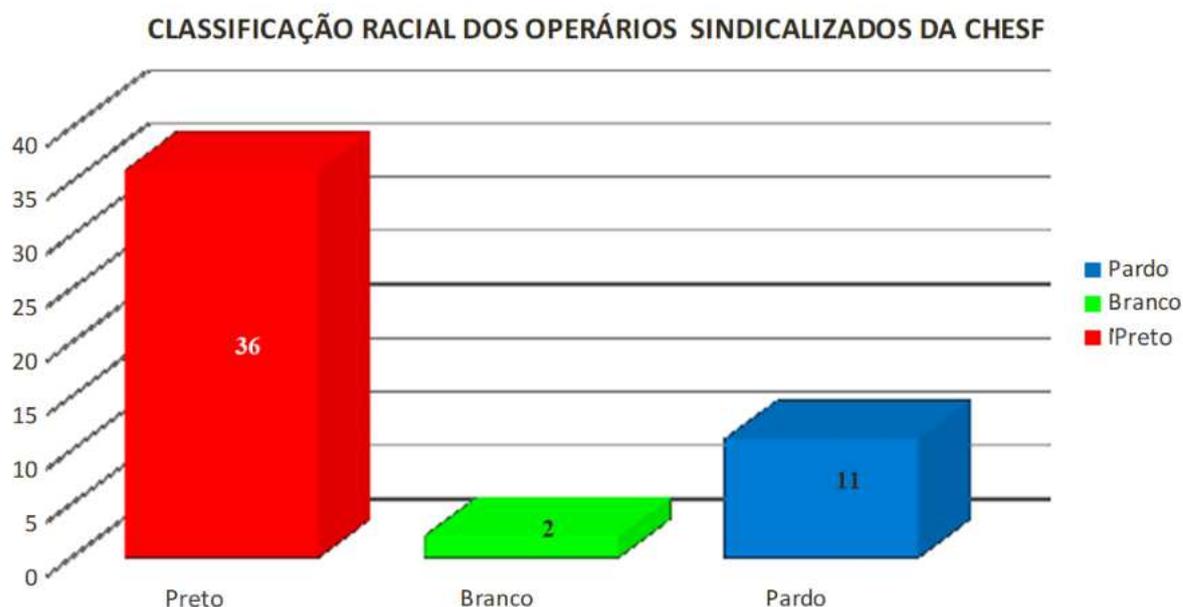
DEFINIÇÃO DA CIA EM 09.09.81

Fonte: Sinergia.

A fotografia apresenta o perfil de uma operária preta, natural de Arcoverde-PE, casada, Matrícula nº 4165, ingressou na empresa no dia 18 de março de 1962 e filiada ao sindicato em 6 de novembro do mesmo ano, desempenhara a função de lavadeira. O feminino, que compunha o quadro de operários e operárias da estatal, no decênio em análise, desempenhava funções de menor prestígio social nas dimensões socioculturais, do *zelo*, do *cuidado*, do *lavar*, bem fiel à divisão por sexo do trabalho na Chesf. No caso em análise, esse feminino compõe com forma significativa, o corpo e a luta sindical.

No Gráfico 14, a estrutura funcional reforça mais uma vez toda a construção de hipótese e objetivos da investigação, dado que a estrutura racial num total de 49 (quarenta e nove) operários está assim distribuída: 02 (dois) operários brancos, 36 (trinta e seis) pretos, e 11 (onze) operários pardos. Preto e pardo, trabalho braçal não significou para a Chesf a exemplo da região Sul e Sudeste que preconizou e aplicou a ideologia do branqueamento para a recente ordem competitiva com a vinda dos imigrantes, a Chesf, ao contrário, no período em tela, absorveu o preto, e o pardo sem a negritude, entretanto, as práticas racistas eram explicitamente e sutilmente aplicadas.

**Gráfico 14** – Anos 61-70: o tempo vai passando... a sinergia continua preto e pardo.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A ideia de miscigenação difundida pelos teóricos da democracia racial (Telles, 2003) busca encapsular uma autoimagem e sociabilidade nacional, representando a antítese da segregação racial. No caso da Chesf, sua ação civilizatória para desenvolver uma ordem competitiva moderna conservou e estimulou em suas estruturas, principalmente entre 1951 e 1970, o operariado racializado preto e pardo.

O operariado da Chesf nos anos 50 até os anos 70 era predominantemente preto e pardo. De acordo com os dados obtidos com a análise dos dossiês no Memorial Chesf, nesse período foram registrados 24 operários brancos e 34 operários pretos e pardos na década de 51-60. O sindicato era predominantemente preto e pardo, enquanto a Chesf era fluida e diluída na dimensão racial. Na década de 71-80, continuaram as lutas e conflitos entre os trabalhadores e a ordem competitiva estatal pensada e materializada pela Chesf na região do São Francisco.

#### **4.2 Década de 71-80 – mobilização operária: corpos pretos e pardos, e as lutas por direitos no sertão**

Continuando nossos estudos e análises, observamos o contexto do processo e as estruturas agrárias presentes na economia capitalista emergente, que conviviam no mesmo espaço e território. Neste aspecto, o perfil sociocultural do operariado sindicalizado assume

novos contornos raciais em sua formação e ação cidadã. Apesar do aumento da presença de sindicalizados brancos, a presença preta e parda ainda é preponderante nesse cenário e nos processos desenvolvidos pela Chesf no sertão do São Francisco, refletindo na composição e luta sindical.

Os sujeitos considerados menos relevantes na história têm origem ancestral e identidades diversas, obedecendo às exigências das décadas de modernização acelerada. No entanto, a raça preta ainda predomina nas fileiras operárias e sindicais.

Imergindo nas águas profundas da natureza de nossa investigação que reflete, dentre outras dimensões, a formação étnica dos operários e operárias sindicalizados, a imagem destaca a presença de uma operária feminina, natural do Estado da Bahia, solteira, Matrícula nº 20739. Ingressou na empresa no dia 6 de junho de 1978 e filiou-se o sindicato em 1º de março de 1980.

**Figura 122** – Operária professora, para além da vocação: a consciência, a cidadania política na região.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELETRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. N.º 11544	NOME: ANNA MARIA SANT'ANNA ALPOIM	EMPL: CHESF	MATR. N.º 20-739
ADM. NO. SIND. 01/03/80	END.: Rua Garanhuns, Alojamento nº 04	BAIRRO: Acampamento	ADM. NA EMP. 06/06/78
	CIDADE: Paulo Afonso/BA.	N.º LEI CPT 035033995	
NACIONALIDADE: BRAZILEIRA	NAT. BA	C. IDENTIDADE N.º 379.892	SÉRIE
SEXO Feminino	E. CIVIL Solteira	C. PROFISSIONAL N.º 10 927	SÉRIE 0001
DATA NASC. 05 de agosto de 1944		C. RESERVISTA N.º	SÉRIE
NOME DO PAI Elpidio Casemiro Alpoim		T. ELEITOR N.º 20 187	ZONA 1ª
DA MÃE Alice Santana Alpoim		SETOR DE TRABALHO S P I	
ESPOSA		FUNÇÃO PROFESSORA	
		CARGO NO SIND.	BIÊNIO:
BENEFICIÁRIOS			
mãe - ver A. 101.729			
apresentado			
REG. N.º	NOME:		MATR. N.º

Fonte: Sinergia.

A operária em questão trata-se de uma professora que foi punida com suspensão por participar de movimento grevista e também, acusada de insuflar companheiros de trabalho nas atividades paradas. No decorrer da nossa investigação, aqui um momento raro que proporcionou o encontro do mesmo documento oficial, os dossiês do operariado, com os arquivos do sindicato. Refere-se à mesma operária em que seu perfil, suas funções e as relações do mundo do trabalho, que foram analisados anteriormente. Contudo, permanece o

feminino nas áreas de educação, saúde, assistência social, embora os corpos não estejam expostos diretamente ao sol, a exemplo dos masculinos, mais passível do peso e das punições que reprimiam as lutas por direitos e garantias trabalhistas.

Frequente na origem é a ruralidade, municípios de baixo contingente populacional que forneceram corpos e talentos para a moderna ordem competitiva da Chesf e como consequência, das lutas sindicais. O operário de baixa escolaridade, de funções de menor relevância, se constituiu em um sujeito da filiação do Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia e que em diferentes momentos foi alvo do uso da força e do poder de Estado:

*A polícia, a guarda da Chesf e o exército, reprimiram as lutas e as nossas greves, muitos foram presos ou demitidos nos períodos mais difíceis. Era operário mais pobre, aqueles do chão da empresa, também conhecidos como Cassacos, que sofriam. (M. Lourdes, 69 anos, autodeclarada parda, técnica de enfermagem).*

Ainda, revelador:

*A repressão era profunda. O do escritório e os engenheiros não participavam. Quem tava na frente era aquele peão pobre que estimulado pelo sindicato lutava por maior dignidade, especialmente por tudo que significava ganhar mais, melhorar seu salário. (J.M. Ramalho da Silva, 70 anos, professora, autodeclarada parda).*

Os depoimentos indicam as tensões, os conflitos e o peso e uso da força da Chesf em um período marcado pelo Estado autoritário que aponta uma das expressões significativas do racismo e discriminação: as fortes repressões aos operários pretos e pardos se constituem numa das formas do sertão do São Francisco.

Percorrendo a nossa análise neste universo íntimo na origem do operariado sindicalizado e portanto, sujeito instituído das ações que moveram o mundo, este contingente de pretos e pardos no pós-abolição no sertão de São Francisco, no seio da companhia Hidrelétrica, que sofreram os reflexos de suas lutas por direitos.

O Nordeste, Muniz (1999), como uma produção imagético-discursível a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, numa relação a uma dada área, com seus símbolos. E Pernambuco se configura como esse centro aglutinador, uma vez que a Bahia se confunde mais com o Norte.

A imagem do Nordeste, pensado a partir da seca e do deserto, da ignorância, e da anticivilização, aqui, diferentemente de uma migração para o Sul e Sudeste, numa nova ordem competitiva, pós-abolição e dos seus processos decorrentes, os dados reforçam esse movimento migratório entre os municípios do Nordeste, compondo a força operária e as lutas sindicais.

**Figura 123** – A preta, forte e serena expressão sindical.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIDRÓ E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. N.º	11331	NOME: ANTONIO AGNALDO F. DE SIQUEIRA	EMPR.: QUINZE
ADM. NO SIND.	01 / 02 / 80	END.: 01-5-253 -	BARRIO: MOXOTO-BA.
NACIONALIDADE:	Bras.	CIDADE: P. Afonso - Ba.	ADM. NA EMPR.
SEXO	Masc.	NAT. Arcoverde	19 / 07 / 71
DATA NASC.	25.05.51	E. CIVIL Casado	C. IDENTIDADE N.º
NOME DO PAI	Antonio Velozo Siqueira		494.716
DA MÃE	Teodomira Siqueira		SERIE AL.
ESPOSA	Vilma A. Correia de Siqueira		C. PROFISSIONAL N.º
			65.735
			SERIE 2450
			C. RESERVISTA N.º
			T. ELEITOR N.º
			ZONA
			SETOR DE TRABALHO
			SOOP/OPERAÇÃO
			FUNÇÃO
			ASCENSORISTA
			CARGO NO SIND.
			BIÊNIO:
BENEFICIÁRIOS			
Manoel Messias Correia de Siqueira		Demiteo em 14/11/89 Adoptou-se	
REG. N.º	NOME:	ANTONIO AGNALDO FERNANDES DE SIQUEIRA	MAT. N.º

Fonte: Sinergia.

No decorrer de nossa navegação, na alma, no corpo e na origem sociocultural do operariado sindicalizado, a imagem apresenta: um operário fenotipicamente preto, natural de Arcoverde-PE, casado, Matrícula nº 43621, admitido na empresa em 19 de julho de 1971 e filiou-se ao sindicato em 1º de fevereiro de 1980, exercendo a função de ascensorista. A expressão facial, um olhar intenso, segue o curso da significativa presença preta e parda na filiação sindical e conseqüentemente, no exercício de funções de menor prestígio social na estatal. O sindicato é hegemonicamente *preto e pardo*, e a estatal nesse período, conforme análises anteriores, se tornou mais *branqueada* na sua composição étnico-racial. Talvez em função das atividades desempenhadas, os operários brancos que demandam maior nível de escolaridade e funções de maior notoriedade, não se sentiam motivados a participação e filiação sindical.

A produção de riquezas através da geração de energia, que exigia preponderantemente a força física por um lado, por outro, no decênio em análise, especialidades e atributos para desempenho de funções mais qualificadas, faziam parte de um mesmo cenário. Homens pretos e pardos sindicalizados, talvez pela força das necessidades e das relações menos valorizadas na estatal.

**Figura 124** – Existência e resistência: rostos femininos sindicalizados.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. Nº 15.188	NOME ANA ZILDA BARROS NASCIMENTO	EMPR. CHESF	MATR. 54.941
ADM. Nº SIND. 29/10/82	END. Rua da Harmonia, 311/CHESF	BARRIO	ADM. NA EMPR. 22/10/72
	CIDADE Paulo Afonso/BA		
NACIONALIDADE Bras.	NAT. Maceió	SP INPS	
SEXO Feminino	E. CIVIL Casada	1. IDENTIDADE Nº 1.186.954	SÉRIE 147A
DATA NASC. 01.10.1945		2. PROFISSIONAL Nº 20.732	SÉRIE
NOME DO PAI		3. RESERVISTA Nº	SÉRIE
* DA MÃE		4. ELEITOR Nº	ZONA
* DA ESPOSA		SETOR DE TRABALHO SPAA/HOSPITAL	
		FUNÇÃO AUX. DE ESCRITÓRIO	
		Nº CPP 064955255-72	
<b>BENEFICIÁRIOS</b>			
Chela Barros Nascimento - Filha		Demissão em 09/11/92	
Erick Barros Nascimento - Filho			
Cléber Barros Nascimento - Filho			
Zilda Pereira Barros - Mãe			
		Afonso	
REG. Nº	NOME	MAT. Nº	

Fonte: Sinergia.

A fotografia registra a presença de uma operária fenotipicamente branca, natural de Maceió-AL, casada, Matrícula nº 54.941, contratada na estatal em 22 de outubro de 1972 e filiada ao sindicato no dia 29 de outubro de 1982. Ela exerceu a função de auxiliar de escritório.

O feminino está presente em menor número, mas de relevante significado para as ações e os objetivos que preconizavam além da geração de energia, a construção de um processo civilizatório dentro da narrativa codificada e difundida pela estatal. A mulher está presente, embora às vezes mais invisibilizadas do que os homens, fazem parte da história e das lutas.

Constatou-se que a presença racializada branca na paisagem chesfiana vai se solidificando a partir dos anos de 80-90, em decorrência da ampliação das ações, da modernidade das instalações, das exigências de mão de obra mais qualificada para o exercício das funções, e neste rio onde correu sonhos e forças laboriosas, o feminino compõe com maior intensidade, o *branqueamento* da estatal, com influência não muito significativa, mas existente no sindicato.

A relação entre presença branca, o feminino e o exercício de uma rede de relações e atividades diversificadas da estatal no sertão. Relembrando que agora muito difundido no imaginário da literatura, a Chesf não apenas interferiu no meio natural, nem se propondo tão somente a cavar pedras e rochas e sim, a difundir, moldar e consolidar uma concepção de ser humano na sociedade, tendo no racismo uma das suas expressões visíveis.

A imagem abaixo, revela a aparência física, os traços fenotípicos do operariado sindicalizado, o indivíduo natural de Mata Grande-Alagoas, casado, nº de Matrícula 108.278, incorporado à empresa no dia 7 de março de 1979 e filiado ao sindicato em 1º de setembro de 1979. A imagem da classe operária obedece a esse contínuo da presença preta, nessa paisagem e nas ações da Chesf, e no sindicato enquanto representação do conjunto dos trabalhadores que se organizaram para promover seus interesses, seus direitos no sertão do São Francisco.

**Figura 125 - Olhar fixo... pele preta...**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. Nº 11.038	NOME: CACERO LUGÊNIO DOS SANTOS	EMPR.: CHESF	MATR. 20.860 Nº 108.278
ADM. NO SIND. 07/09/79	END.: Rua "III", nº 25 - CHESF	BAIRRO:	ADM. NA EMPR.
NACIONALIDADE: Brasileira	CIDADE: P. Afonso - Ba.	Nº INSC. GPF 184 835 855/93	07/03/79
SEXO: Masculino	E. CIVIL: Casado	C. IDENTIDADE Nº 306.044	SÉRIE
DATA NASC. 30.11.1946		C. PROFISSIONAL Nº 091289	SÉRIE 5521
NOME DO PAI		C. RESERVISTA Nº	SÉRIE
DA MÃE: Mª Eugênia da Conceição		T. ELEITOR Nº	ZONA
ESPOSA: Cícera Conceição dos Santos		SETOR DE TRABALHO CV/PA	
COMPANHEIRA: REGINA FIRMINA FILHA		FUNÇÃO GUARDA	
		CARGO NO SIND.	BIÊNIO:
<b>BENEFICIÁRIOS</b>			
Mª Claudinês dos Santos		Travessa do Ouvidor, 130 A - aptº 05, CHESF	
José Cláudio dos Santos			
Maria Cleonilde dos Santos			
José Claudenir dos Santos			

Fonte: Sinergia.

Em suma, o interesse sempre do imagético, da sequência às nossas construções em torno do perfil sociocultural e particularmente da identidade racial dos sindicalistas que no contexto expressaram os conflitos inerentes ao modo de produção baseado no trabalho assalariado e as relações decorrentes dessas estruturas.

Prosseguindo a nossa análise do perfil funcional do operariado sindicalizado, a década de 71-80 apresenta uma relativa estratificação das relações do mundo do trabalho e uma maior rede de funções que exigiu mais atributos educacionais. A década de 71-80 é marcada pela consolidação das ações da Chesf na região, especialmente no tocante a rede de serviços, uma vez que o processo de construção de barragens e usinas está perdendo mais força nas engrenagens da estatal.

A tabela 31 composta por 50 operários e operárias, sendo do ponto de vista étnico-racial: 24 (vinte e quatro) operários brancos, 15 (quinze) pretos e 11 (onze) pardos. Somando-

se pretos e pardos, do universo pesquisado temos um total de 26 (vinte e seis), o que demonstrou o sindicato tem um forte recorte racializado em suas estruturas, entretanto, conforme identificado anteriormente, na trajetória de nossas análises, os dados empíricos aqui já atestam mais uma vez, um certo *branqueamento* da estatal e seus reflexos na composição sindical.

**Tabela 31**– Sindicalizados, o novo e o velho: a complexidade funcional nas obras do sertão.

<b>Etnia</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>
Branco	Telefonista	1
	Professora	2
	Cozinheira	1
	Operador de Usinas Hidrelétricas	3
	Trabalhador	2
	Pintor	2
	Guarda	2
	Motorista	3
	Trabalhador de Campo	1
	Eletricista	1
	Auxiliar de Campo	1
	Auxiliar Administrativo/Escritório	3
	Abastecedor	1
	Dispenseiro	1
Preto	Professora	2
	Trabalhador de Campo	1
	Auxiliar Técnico	1
	Operador de Usina	1
	Mecânico	1
	Operador de Injeção de Cimento	1
	Feitor	1
	Encanador Mecânico	1
	Guarda	1
	Pedreiro	1
	Auxiliar de Engenharia II	1
	Motorista	1
Auxiliar de Campo	1	
Operador de Injeção de Cimento	1	
Pardo	Auxiliar Administrativa	1
	Auxiliar de Topografia	1
	Motorista	1
	Auxiliar de Campo	1
	Pintor	1
	Topógrafo II	1
	Telefonista	1
	Eletricista	2
	Encanador Mecânico	1
Guarda	1	

Fonte: Elaborada pelo autor.

A rede de serviços demandados com as políticas de reprodução social, indica-se nessa mudança do perfil sociocultural e funcional. Das atividades identificadas, os operários brancos exercem as consideradas de prestígio social, tais como:

- Telefonista
- Professor
- Auxiliar Administrativo
- Operador de Usina
- Eletricista

As funções revelam que a variável raça, etnia e escolaridade, continuam desempenhando um papel importante nas relações e no decênio em análise, este operário branco passa a ocupar também a composição sindical, contudo, ainda pretos e pardos têm uma presença mais expressiva.

Em sequência, a estrutura social, a formação econômica e política, as relações de trabalho e o processo de uma relação modernizante empreendida pela Chesf no sertão do São Francisco, revelou esta mistura do sistema de classes e sua intersecção com raça e etnia. Nesse sentido, as funções desempenhadas por operários pretos e pardos, de alguma forma representam uma certa semelhança, mas ainda conserva muito das distinções e do racismo que marcaram a paisagem no sertão. Os dados empíricos da presença preta e parda no sindicato, bem como as funções que eles desempenharam, apresentamos as seguintes, de maior relevância:

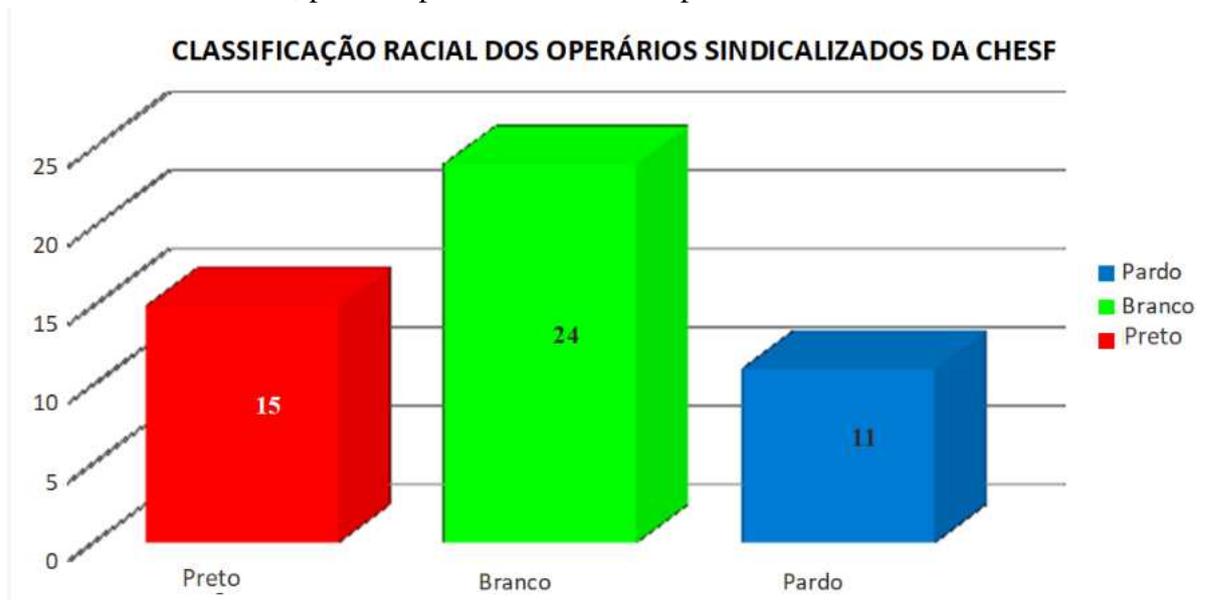
- Operador de Usina
- Feitor
- Professor
- Encanador
- Auxiliar de Campo
- Auxiliar de Engenharia
- Auxiliar de Topografia
- Guarda
- Motorista



A foto em questão, dentro das nossas águas cristalinas do rio e da nossa investigação, do pensamento e desvendando o véu da realidade social, o imagético corrobora com a natureza predominante da presença preta e parda nas lutas e na organização de operários e operárias. O registro documenta, operário fenotipicamente preto, natural de Paulo Afonso-BA, solteiro, ingressou jovem na estatal aos 20 anos, no dia 9 de abril de 1974; incorporou-se ao sindicato no dia 1º de agosto de 1981, exercera a função de auxiliar administrativo I. A expressão jovem está dentro do contínuo que perpassa uma das características da presença do operário preto na estatal, onde muitos foram admitidos num jogo entre as necessidades da empresa e os desejos por trabalho no Nordeste e no sertão. Enfim, o operário preto sindicalizado, compunha a simbologia e as estruturas sociopolíticas e econômicas.

O gráfico 15 reflete a constituição sindical, assim distribuída: 24 (vinte e quatro) sindicalizados brancos, 15 (quinze) operários pretos e 11 (onze) operários pardos, com um total de 50 (cinquenta) operários sindicalizados, somados pretos e pardos, 26 (vinte e seis) operários, diferentemente das décadas de 50-60, que somados pretos e pardos temos um total de 34 (trinta e quatro) operários, e na década posterior, 61-70, totalizando 47 (quarenta e sete) operários pretos e pardos.

**Gráfico 15** – Brancos, pretos e pardos na luta... um pouco de café com leite nos eletricitários.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em suma, no sindicato, na década de 51-60, havia uma predominância de operários pretos e pardos; na de 61-70, seguindo a predominância de pretos e de pardos. Já na década

de 71-80, registrou-se uma presença mais significativa de operários brancos, entretanto, os operários sindicalizados eram predominantemente pretos e pardos. A organização, as lutas e os conflitos, no mundo do trabalho no sertão nordestino, têm a marca das pretitudes que expostas ao sol, se mobilizavam por direitos coletivos. O sindicato é preto e pardo.

Prosseguindo a análise do perfil sociocultural da raça, da presença dos operários na estrutura sindical, na década de 81-90 que marcou a consolidação do projeto estratégico de construção de usinas e barragens no sertão do São Francisco. Neste período, a estrutura sindical vai se compondo de um número significativo de operários brancos. Entretanto, permanece a luta e as mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras.

#### 4.3 Década de 81-90: a travessia é longa e as barragens não param as lutas do sertão

Continuando nossas análises, observamos que, neste decênio, houve transformações na composição racial do operariado sindicalizado. Dentro das categorias do perfil sociocultural, das funções exercidas e das identidades racializadas, a formação sindical, a exemplo do decênio de 71-80, já expressava um rosto mais branco e, conseqüentemente, o exercício de funções de maior notoriedade.

**Figura 127** – Anos 81-90: peles e vidas brancas organizadas.

DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
56	NOME: ILDO LEAL SANTOS	EMPR.: CHESF	MATR. NR 180.394
	END. R- BOM CONSELHO, 64	BAIRRO: CHESF	
SIND. 89	CIDADE: P. AFONSO	Nº INSC.	ADM. NA EMPR. 07 / 07 / 89
DE: BRAS.	NAT. ITABAIANA	C. IDENTIDADE 2.040.845	SÉRIE AL.
C. E. CIVIL CASADO		C. PROFISSIONAL Nº 035599	SÉRIE 00008
		SETOR DE TRABALHO SPEA	
		FUNÇÃO AUX. ENGENHARIA I	
		CARGO NO SIND.	BIÊNIO:
BENEFICIÁRIOS			
MARIA ACILDA BARBOSA S. LEAL - ESPOSA			
CAMILA BARROS DE SOUZA LEAL - FILHA			

Fonte: Sinergia.

O imagético, na sua confecção, já apresenta uma mudança tecnológica, imagem policrômica, do indivíduo natural de Itabaiana-SE, fenotipicamente branco, casado, ingressou na empresa no dia 7 de julho de 1989, Matrícula nº 180.394, exercera a função de auxiliar de engenharia I. As variáveis sociológicas, escolaridade, etnia, raça e cor, exerceram um fascínio

nas narrativas, na distribuição espacial, nos espaços de lazer e especialmente no desempenho de funções qualificadas.

Os anos 81-90 marcam profundamente, como já salientamos em outras sessões, a presença desse indivíduo branco que exercera as funções mais denominadas ou exigidas pelo sistema como intelectual, do que braçal. Os braços e a força bruta que confundiam meio-raça, homem e natureza, era reservada e marcada nas práticas e representações nos corpos pretos e pardos. Evidentemente, que isto não obedece uma ruptura das relações discriminatórias e racistas explícitas ou implícitas, no cotidiano do mundo do trabalho. O contingente sindical, também contou com um relativo contingente do operário branco.

O processo de *branqueamento* e suas conexões com a filiação sindical têm relações com a implantação dos serviços de reprodução como saúde, educação, lazer, e assistência social por parte da estatal. A modernidade e a complexidade da ação da estatal que não requer tão somente o trabalho braçal, mas uma mão de obra mais qualificada, escolarizada, e conseqüentemente branca e feminina, tem reflexos na diminuição das práticas discriminatórias e racistas no interior da empresa.

A empiria que fundamenta nossa investigação, no fazer sociológico e na sedução da estatal, no desenvolvimento de um dos pilares do capitalismo moderno através da geração de energia, reforçou e ressignificou as desigualdades raciais do sertão do São Francisco. Os dados evidenciam e reforçam a natureza sociocultural do operariado da Chesf, que nas diferentes décadas analisadas é predominantemente de municípios nordestinos de baixa densidade demográfica e economia majoritariamente rural. Esse operário forma o contingente mais expressivo nas fileiras sindicais, especialmente nos conflitos e nos braços fortes das punições em razão da militância e da luta por direitos.

A presença feminina, conforme os dados empíricos e a necessidade crescente da estatal, para preenchimento de várias das suas redes de serviços, que foram pensados dentro do imaginário e da política de atrair e manter o operariado no sertão, traz no seu conjunto trabalhadores e trabalhadoras que ocuparam também a teia das relações sindicais.

**Figura 128** – As infinitas jornadas femininas: trabalhadoras sindicalizadas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ENERGIAS HIRO E TERMO ELETRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. Nº 22.308	NOME: MARIA APARECIDA DA SILVA	EMPR.: CHESF	MATR. Nº 180.912
ADM. NO SIND. 01 / 09 / 89	END. Rua das Acácias, Bloco "G", 93	BAIRRO:	ADM. NA EMPR. 02 / 07 / 89
NACIONALIDADE: Bras.	NAT. P. Afonso	Nº INSC.	C. IDENTIDADE 318.130 SÉRIE SSP/AL
SEXO FEM.	E. CIVIL Solteira	C. PROFISSIONAL Nº 61.579	SÉRIE 593
		SETOR DE TRABALHO SPAH/HNAS	FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL
		CARGO NO SIND.	BIÊNIO:
BENEFICIÁRIOS			

Fonte: Sinergia.

O imagético está dentro dessa trajetória racializada e de gênero, que compõe também as identidades, no caso em tela: operária fenotipicamente branca, natural de Paulo Afonso-BA, solteira, matrícula de nº 180.912, ingressou-se na empresa no dia 2 de julho de 1989, e filiou-se ao sindicato no dia 1º de setembro do mesmo ano, desempenhou a função de assistente social na estrutura da estatal.

O feminino, escolaridade, funções de prestígio social, *branqueamento*, marcam as identidades operárias e sindicais de forma mais explícita nos anos 71-80 e 81-90. O sindicato está dentro deste jogo de continuidade e descontinuidade da presença dos humanos na condição de trabalhadores e trabalhadoras da estatal, de suas narrativas, suas relações do mundo do trabalho e consequentemente dos conflitos e lutas que perpassavam as águas, as rochas, o ordenamento trabalhista, do nascente desenvolvimento industrial.

De acordo com Fernandes (2008), na construção de tipos empíricos e formulações de generalizações empíricas, ou caracterização empírica, derivados do sistema de referência implícita ou explicitamente explorados na pesquisa. O que nos indica análise posterior dessa dimensão da luta sindical e a pauta do racismo e da discriminação.

A rede de serviços, oferecida pela Chesf, estava dentro da sua visão de mundo de formação de mão de obra, da inserção de trabalhadores e trabalhadoras em uma nova lógica de uma ordem modernizante, no sertão, as questões de classe, etnia, racismo e discriminação se misturam dentro das nossas heranças de uma sociedade fundamentada no trabalho escravo e uma estrutura racista que teima em se reconfigurar e se reproduzir em meio a pedras, a escolas, a usinas e a barragens. Ressaltamos que, historicamente, a visão economicista dos sindicatos talvez não incorporou no nascente processo de industrialização e urbanização,

iniciado de maneira mais veloz nos anos 30 e nas décadas posteriores à questão das lutas por identidade, etnia e reconhecimento.

Os dados cadastrais do Sindicato já apontam para funções mais qualificadas dos operários, que podem estar relacionadas com o período mais recente na década de 81 e 90. Estas dimensões, neste capítulo, constituem-se em objeto de nossa análise.

O impresso está conforme o contínuo do processo registrado anteriormente que com o desenrolar das décadas de consolidação da ação da Chesf no sertão do São Francisco, o fenótipo do operariado vai se consolidando com as expressões nitidamente brancas, em que o feminino, no processo, vai exercendo funções mais elevadas, e isto com reflexo intrinsecamente na estrutura sindical.

**Figura 129** – Sindicalizadas: feminino, escolaridade, branquitudes e trabalhos bem marcados.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELETRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. Nº 22.131	NOME: GILMA OLIVEIRA DOS SANTOS	EMPR.: CHESF	MATR. Nº 180.670
ADM. NO SIND. 01 / 02 / 90	END. Rua São Francisco, 530	BAIRRO:	ADM. NA EMPR. 02 / 07 / 89
NACIONALIDADE: Bras.	CIDADE: P. Afonso	Nº INSC.	C. IDENTIDADE 3.176.104
SEXO Fem	E. CIVIL Solteira	C. PROFISSIONAL Nº 0018998	SÉRIE 011
		SETOR DE TRABALHO HOSPITAL	
		FUNÇÃO AUX. ENFERMAGEM	
		CARGO NO SIND.	BIÊNIO:
BENEFICIÁRIOS			

Fonte: Sinergia.

A imagem em tela era de funcionária fenotipicamente branca, natural de Paulo Afonso, solteira, nº de Matrícula 180.670. Ingressou na estatal em 2 de julho de 1989, filiou-se ao sindicato no dia 1º de fevereiro de 1990 e exercera o cargo de auxiliar de enfermagem.

Os arquivos do sindicato, até pela sua natureza de representação da categoria, registrava com maior precisão, a função desempenhada pelo operariado, ou para reforçar a sua representação enquanto órgão da classe operária, neste caso a função exercia um papel preponderante para expressar ou não a sua força diante dos dirigentes da estatal, os dados revelam que no processo de relações mais complexas de consolidações de ações da estatal, houve uma maior procura pela filiação sindical.

**Tabela 32** – Quadro sobre tela: raça e cor em diferentes funções na Chesf, na imagem da organização.

<b>Raça</b>	<b>Função</b>	<b>Quantidade de Operários</b>
Branco	Telefonista	1
	Auxiliar de Enfermagem	2
	Auxiliar de Engenharia	3
	Auxiliar Administrativo	2
	Fisioterapeuta	1
	Cirurgiã-Dentista	1
	Supervisora	1
	Médico	3
	Operador de Usina I	1
	Eletricista	2
	Técnico em Refrigeração	1
	Operador de Subestação	1
	Ajudante Mecânico Refrigeração	1
	Auxiliar Eletricista	2
	Técnico de Contabilidade I	1
	Guarda de Vigilância	1
	Auxiliar Almoxarife	1
Preto	Auxiliar de Enfermagem	1
	Guarda	1
	Mecânico de Refrigeração	1
	Eletricista	2
	Escriturário	1
	Técnico Mecânico I	1
	Jateador	1
Motorista	1	
Pardo	Professora	1
	Supervisora Escolar	1
	Técnico	1
	Carpinteiro	1
	Encanador	1
	Auxiliar de Enfermagem	1
	Auxiliar Administrativo	1
	Professor II	1
	Ajudante de Encanador	1
	Guarda	1
	Trabalhador de Campo	1
	Mecânico de Manutenção	1
	Motorista	3
Bioquímico	1	
Técnico Mecânico	1	

Fonte: Elaborada pelo autor.

A tabela acima, corrobora com o desenrolar identitário de branqueamento da empresa e dos membros do sindicato, evidentemente que isto não quer dizer que a presença preta e parda se faz de menor relevância, e sim, uma representação mais significativa da luta sindical. Pelas funções destaca-se que operários sindicalizados brancos, desempenhavam atividades de maior notoriedade, tais como:

- Auxiliar de Engenharia
- Médicos
- Auxiliar de Enfermagem
- Auxiliar Administrativo
- Cirurgião-Dentista
- Fisioterapeuta

Enquanto operários pretos e pardos, dentro do contínuo que envolve escolaridade e conseqüentemente funções denominadas de menor valor na escala funcional, o quadro revela as seguintes ocupações:

- Eletricistas
- Guardas
- Motoristas
- Trabalhadores de Campo
- Técnico-Mecânico
- Professores

A modernidade da constituição sindical representa no seio da estatal, uma nova sociabilidade que colocou no seio do Estado, os conflitos, as contradições, de uma sociedade complexa, baseada no trabalho assalariado, na concentração de riquezas e na exploração da mão de obra. A realidade empírica da estrutura sindical não exime das relações racializadas, que foram gestadas na estrutura da empresa e transferidas como águas correntes para o mundo sindical. Complexidade das funções, presença mais consolidada de operários e operárias brancas, e mudanças no perfil das lutas e dos conflitos.

A fotografia abaixo mostra um funcionário sindicalizado, fenotipicamente pardo, natural de Paulo Afonso, casado, com Matrícula nº 181.986. Ele ingressou na estatal em 7 de

julho de 1989 e filiou-se ao sindicato em 1º de março de 1990, ocupando o cargo de professor II. A exposição desse conjunto de registros de fichas está dentro dos nossos objetivos e perspectivas de tornar mais visíveis aqueles que fizeram a história como sujeitos e operários sindicalizados no sertão. Os dados empíricos dos arquivos sindicais nos forneceram com maior nitidez a complexidade étnico-racial e funcional das relações empreendidas pela estatal no sertão do São Francisco.

**Figura 130** – Sinergia: muitas lutas, diferentes pessoas, cores e desejos no sertão.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIDRO E TERMO ELETRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. NO	22,371	NOME:	GENILDO BATISTA SANTOS
ADM. NO SIND.	01 / 03 / 90	END.	Rua Tiradentes, 118
NACIONALIDADE:	Bras.	CIDADE	P.Afonso/BA
SEXO	Masc.	NAT.	P.Afonso
		E.CIVIL	Casado
		EMPR. CHESF	
		BAIRRO:	
		MATR. NO 181.986	
		ADM. NA EMPR. 07 / 07 / 89	
		Nº INSC.	
		C. IDENTIDADE 1.410.826 SÉRIE	
		C. PROFISSIONAL Nº 21.125 SÉRIE 473	
		SETOR DE TRABALHO DREP/COLEPA	
		FUNÇÃO Professor II	
		CARGO NO SIND. BIÊNIO:	
BENEFICIÁRIOS			
Ester Lúcia Alves Soares Santos		- Esposa	
Cristiane Soares Santos		- Filha	
Gabriela Soares Santos		- Filha	

Fonte: Sinergia.

Há sempre um esforço, na historiografia oficial, de preservar, divulgar, o papel, a concepção de mundo, daqueles e daquelas imbuídos de funções de poderes considerados de maior influência numa sociedade de classe. Os brancos engenheiros estiveram presentes e seus nomes estão cravados na literatura, nas praças, nos documentos, no imagético e no imaginário popular.

Pretos e pardos que em virtude da nossa formação enquanto povo e nação colonizada foram sempre minimizados em seus corpos e sentimentos e, mais significadamente, na intervenção e produção de acontecimentos. O sindicato sente que seu rosto está se *embranquecendo*, contudo, no conjunto das lutas, eles permanecem ainda, pretos e pardos.

**Figura 131** – Elas na saúde, na educação e na luta da emancipação.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS HIRO E TERMO ELÉTRICAS NO ESTADO DA BAHIA			
REG. Nº 22.195	NOME: GLENDA RÔBIA DE ANDRADE	EMPR.: CHESF	MATR. Nº 181.072
ADM. NO SIND. 01 / 09 / 89	END. Rua das Acácias, 93	BAIRRO: A. Dutra	ADM. NA EMPR. 02 / 07 / 89
NACIONALIDADE: Bras.	CIDADE: P. Afonso/BA	Nº INSC.	SÉRIE 55P/SERGTP
SEXO Fem.	NAT Propriã	E. CIVIL Solteira	SÉRIE 00009
		C. IDENTIDADE 90.190	
		C. PROFISSIONAL Nº 94.044	
		SETOR DE TRABALHO Hospital N.S. Souza	
		FUNÇÃO MÉDICA	
		CARGO NO SIND.	BIÊNIO:
BENEFICIÁRIOS			
Wanilda Santana de Andrade - Mãe			
Marcelo Caetano de Andrade - Irmão menor			
Jorge Marley de Andrade " "			

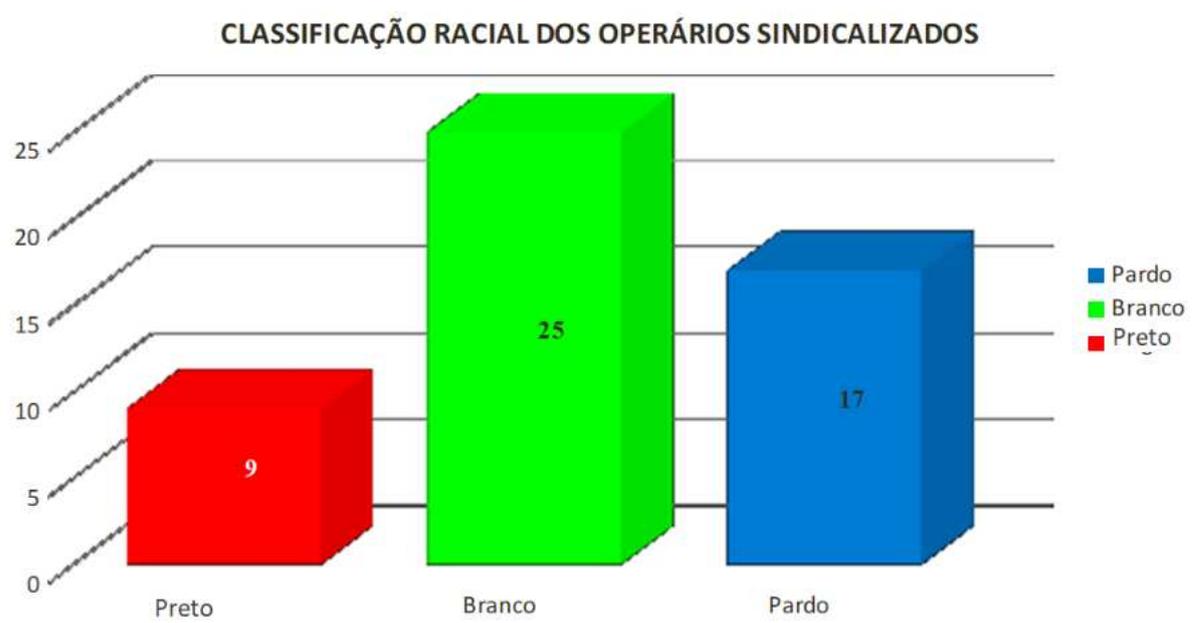
Fonte: Sinergia.

Finalmente, o imagético feminino que atesta a sindicalização de funcionários pardos e de funções mais elevadas no decênio em análise. A funcionária em questão é natural de Paulo Afonso-BA, solteira, nº de Matrícula 181.072, incorporada à empresa em 2 de julho de 1989, filiada ao sindicato no dia 1º de setembro de 1989, ocupou o cargo de médica. A empiria aqui exposta corrobora com outras percepções anteriores muito ocorridas em nossa investigação, na qual constatamos que nos anos de 70-90, além do processo de modernização, complexidade das atividades da estatal, e sua maior composição branca e parda, em que o feminino exerce um fascínio e presença nas atividades, há uma ocupação dos espaços ou pessoas residentes ou naturais do município de Paulo Afonso.

Inferimos que com uma certa estabilidade das instalações da Chesf e a constituição de famílias nucleares decorrentes da atração, da habitação e das redes de serviços sociais, e particularmente, da reprodução humana dos sujeitos da região, o município de Paulo Afonso já dispõe de um número considerável de habilidades e atributos necessários a empresa.

Corroboram-se dentro das nossas hipóteses, objetivos e dados empíricos que no espaço da cidadania política nas décadas de 51-60, 61-70, o operário sindicalizado se constituía em sua grande maioria, de pretos e pardos, e conseqüentemente, de baixa escolaridade, que residiam na Vila Poty ou nos alojamentos da Chesf, exercendo predominantemente funções de menor relevância nas estruturas laborais da estatal.

**Gráfico 16** - O sertanejo é antes de tudo, um povo diferente, poético e lutador.



Fonte: Elaborada pelo autor.

O operário sindicalizado muda de identidade étnico-racial nas décadas de 71-80, sendo assim divididos em 25 (vinte e cinco) operários brancos e somados 26 (vinte e seis) operários pretos e pardos, enquanto, na atualmente analisada década de 81-90, registra-se numa análise comparativa entre os dossiês catalogados e analisados que expressam a classificação étnico-racial oficial observamos: a seguinte classificação indenitária: 25 (vinte e cinco) operários brancos, 09 (nove) pretos, 17 (dezesete) operários pardos somados 26 (vinte e seis) operários pretos e pardos, percebe-se um processo de *branqueamento* do operário sindicalizado nas lutas e conflitos estabelecidos entre a estatal e o movimento sindical.

A empiria não obedece a uma cronologia, uma linearidade de dados do objeto pensado e do objeto real, pois, embora a presença branca significativa no período e análise, pretos e pardos ainda são predominantes nas veias das águas conflitantes e propositivas do mundo sindical.

O que há de comum entre os dados relativos aos dossiês e fichas dos operários e os documentos sindicais é que nas décadas de 51 a 70, o chão da estatal era englobado pelo contingente expressivo de pretos e pardos.

De acordo com Fernandes (2003), a situação do preto permaneceu inalterada com o processo de industrialização e urbanização. O autor afirma que nas primeiras décadas do século XX, estabeleceu-se um verdadeiro e insuperável ciclo vicioso entre a herança sociocultural, transplantada da senzala e do antigo regime, e a exclusão permanente do preto e do mulato das formas de ganhar a vida, nascidas da revolução industrial.

A modernidade competitiva no sertão, interpretada pela Chesf e refletida na formação racial dos membros do Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia (Sinergia), não difere de outras regiões do país onde o preto foi absorvido de forma precária, estereotipada, discriminatória e racista. A composição racial sindicalizada no período analisado segue o itinerário de uma sociedade ainda presa ao seu passado escravocrata e a uma recente ordem industrial urbana e capitalista. Nesse contexto, há um misto entre as heranças ancestrais do trabalho escravo, o sindicalismo, as pautas de luta e a identidade preta e parda dos trabalhadores chesfianos e sua adesão à luta sindical.

Prosseguindo nossa análise acerca da memória e lutas dos operários pretos e pardos, inferimos a origem do Sindicato dos Eletricitários, as assembleias e a natureza das lutas racializadas e econômicas no sertão.

#### **4.4 A gênese sindical: rochas rompidas, explosões de conflitos e as contradições do capitalismo no sertão**

Nossa análise está baseada nas informações de operários e dirigentes, no imagético e na produção de material de divulgação impresso sobre atividades, lutas, conquistas e conflitos inerentes às relações do mundo do trabalho. Foi possível registrar parte da memória e da lembrança.

Seguindo a interpretação dos dados empíricos no espaço da cidadania política, constatou-se que o sindicato desempenhou um papel relevante como aglutinador das relações raciais que permearam o mundo do trabalho e as relações intrínsecas entre a estatal e a classe trabalhadora na região. Nesta imersão sócio-histórica da organização sindical, os dados registram que, em 1932, os empregados e operários da então Companhia de Energia da Bahia e Linha Circular de Carris da Bahia realizaram uma assembleia no dia 13 de fevereiro para a fundação de sua organização sindical. Posteriormente, através da mobilização e da realização de assembleias, deram passos para a organização dos operários do setor elétrico. Essa organização deu origem ao Sinergia.

No ato de fundação e organização estatutária, o sindicato tem como finalidade a representação da categoria profissional dos empregados no setor eletroenergético: empregados e trabalhadores nas empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica, inclusive Chesf, Coelba e Itapebi; trabalhadores e empregados nas empresas de apoio e infraestrutura no setor elétrico; empregados de empresas de fiscalização de linhas de transmissão, distribuição e subestações elétricas em geral; trabalhadores prestadores de

serviço nas empresas de eletricidade; trabalhadores e empregados que prestem serviços relacionados com a atividade-fim energia elétrica e afins que estejam exercendo suas atividades nas áreas internas ou externas destas empresas. O sindicato tem como objetivo unir todos os trabalhadores da base territorial no Estado da Bahia na luta em defesa de seus interesses imediatos e futuros<sup>59</sup>.

A organização sindical tem um caráter mais específico que objetiva representar a categoria do setor energético de geração e distribuição de energia, com base territorial específica no Estado da Bahia. Desempenha uma longa trajetória na representação dos interesses individuais e coletivos de operários e operárias, em diferentes contextos, que marcaram a relação entre a estatal e a entidade sindical.

**Figura 132** – “Tudo que é sólido”... os eletricitários problematizam os velhos ares na região.



Fonte: Sinergia.

A fotografia registra uma assembleia sindical, na qual foi discutida a necessidade de fundação do sindicato para representar os interesses individuais e coletivos dos operários e operárias da Chesf. Os trabalhadores recorriam frequentemente aos instrumentos de luta dentre os quais as assembleias da categoria, para traçar as estratégias de mobilização da classe.

Seguindo a reflexão identitária do sindicalizado no fenótipo, registrou-se a presença predominante de operários pretos e pardos, com olhares atentos, expressão de tensão bem ao

---

59 Reforma do Estatuto do Sindicato dos Eletricitários da Bahia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de Julho de 2008. Capítulo 2 – Das Finalidades; Artigo 1 e 2. Disponível em: <https://sinergiabahia.com.br/wp-content/uploads/2016/06/novo-estatuto.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023

espírito que marcaram as relações do mundo do trabalho e a canalização das contradições das pautas inerentes às questões de classe social, conflito, capital, trabalho e o Estado através da Chesf como o agente propulsor das relações competitivas no sertão.

O trabalho como elemento fundamental da cidadania, e a intervenção do Estado na produção, colocando os conflitos no seio da Chesf. A construção, de usinas e barragens como mola propulsora para o nascente capitalismo industrial com a intervenção estatal desde os anos 50-60 no nascedouro da Chesf, vinha com eminências políticas sociais que pudessem garantir o mínimo de bem-estar para o contingente de operários e operárias. “*O sindicato nasceu da necessidade do peão melhorar de vida. Engenheiro não participava. Tinha a luta pelo salário, por alimentação. As famílias com a quantidade de filhos maior pegava restos de alimentos no restaurante para poder se alimentar*”. – (J. Sinergia, 55 anos, torneiro mecânico, autodeclarado pardo).

O sindicato, como expressão da resistência preta e parda na região do São Francisco, em sua luta por salários que atendessem satisfatoriamente às suas necessidades humanas, também aparece como espaço de denúncia da fome e segregação que marcavam as relações hierárquicas no interior da estatal: “*o engenheiro não participava*”. Este corpo de operários, como já identificado e analisado, era majoritariamente constituído de brancos escolarizados. A função de prestígio na empresa incidia no desinteresse pelas pautas e mobilizações operárias.

Prosseguindo o nosso resgate da memória das pessoas que fizeram a história sindical no sertão do São Francisco, com suas certezas, enfrentamentos, recuos, conquistas e vitórias, os trabalhadores em Energia Elétrica, Metalurgia e Mecânica, Telefonia e Condução de Veículos eram a única categoria na época que liderou diversos movimentos grevistas contra o impedimento do Estado para organização da classe operária.

**Figura 133** – A luta sindical: cidadania conquistada, braços cruzados e o progresso parado no sertão.



Fonte: Sinergia.

Fotografia do acervo do sindicato expressa registros fisionômicos de operárias e operários sindicalizados, pretas, pretos, pardos de braços cruzados no movimento paredista inerente aos conflitos das sociedades de classes, perpassando pelas dimensões identitárias e as relações racializadas.

Incontestemente a discriminação racial que perpassa a história do capitalismo nas diferentes dimensões, no mundo em particular no Brasil e Nordeste. Pela sua natureza e objetivos, a Chesf explora a mão de obra hegemonicamente preta, parda, que disposta a trabalhar em virtude das necessidades humanas e conseqüentemente o surgimento das lutas por direitos coletivos.

As variáveis raça e escolaridade estavam consubstanciadas nas práticas racistas sutis e diluídas em diferentes narrativas e práticas. Contudo, não havia entre os dirigentes sindicais uma compreensão das dimensões raciais da luta operária. A pauta econômica era a força motriz da mobilização. *“Não, não tinha esse tipo de luta. A pauta era econômica. Tudo que conseguimos foi com luta, a chamada PL”*. (J. C de Moura, autodeclarado pardo/moreno, inspetor, 67 anos).

Segue o depoimento:

A divisão era mais a função, se existia a coisa de tratamento de pele, não sei, era a função mesmo. No transporte o tratamento era diferenciado, os doutores o carro pegava na porta, o peão era um papa-fila, não tinha assento todo mundo ia em pé.

[...] Para ser sincero, era tudo branco, se eu puxar pela memória, eu não consigo lembrar, um engenheiro negro, assim, moreno... sei não. Como não tinha concurso, vinha muito engenheiro de fora, da Paraíba, era a qualificação que gerava a divisão, a pele não... Acho que na minha época na usina 90% dos engenheiros eram paraibanos. (J, autodeclarado pardo, dirigente do Sinergia, 55 anos).

O racismo fluido, identificado pelo dirigente sindical, não fazia parte do conjunto de pautas e agendas de lutas sindicais junto à estatal. Na sua gênese, o sindicato não expressava a dimensão da luta antirracista. No sertão, obedecendo à natureza e aos objetivos das lutas sindicais fortemente demarcadas pela economia, ao contrário de outras regiões, especialmente no Sul e Sudeste, as questões étnicas e raciais ganhavam espaço em outras organizações para além da estrutura sindical.

No sertão, o operariado da Chesf era concebido nas representações apenas na condição de trabalhador, portanto, de classe. Nesse contexto, o racismo, apesar da percepção das práticas racistas da estatal e das lembranças dos operários no decorrer de nossas andanças e investigações científicas, não se configurava como uma pauta mobilizadora. O racismo, embora identificado, permaneceu nas sombras da mobilização trabalhista dos membros do sindicato.

Neste contexto, Domingues (2010), analisando o protagonismo e a diáspora negra, destaca que a primeira fase do movimento negro dos homens de cor nasceu através da organização da Frente Preta Brasileira em São Paulo em 1961, que posteriormente se espalhou por vários Estados. Posteriormente, a União dos Homens de Cor (UHC) foi uma das principais entidades de negros organizada em Porto Alegre em 1934 e com o desenrolar foi criado o Teatro Experimental do Negro.

Prosseguindo a luta antirracista e a organização dos negros, na década de 1980 o Movimento Negro Unificado (MNU) foi a mais importante agremiação para desmistificar a democracia racial e formar alianças com sindicatos e partidos para a implementação de políticas públicas voltadas para negros e pretas. Ressalta também que nos anos 71-80 líderes negros com maior grau de escolaridade perseguiram a confluência de políticas raciais e de classe, enfatizando a identidade preta e denunciando a falácia da democracia racial.

No sertão, para o contexto sociopolítico, econômico e cultural que marcou o período de 1950 a 1990 de instalação e execução do complexo de usinas e barragens, em sua vasta complexidade das relações do mundo do trabalho, o sindicato concentrou-se nas pautas mais visíveis de sobrevivência material dos componentes sindicalizados e do conjunto da classe trabalhadora.

**Figura 134** – O desenvolvimento pesado, um mundo de infinita (con)-fusão no sertão.



Fonte: Sinergia.

O Sinergia, nos anos de 1976-1986, realizou a primeira grande greve no Nordeste dos operários do setor elétrico, sob a liderança dos Estados da Bahia e Pernambuco, com a pauta econômica

A imagem como evidência da cultura material do passado, não é uma câmera inocente, mas que reforça os desejos e o registro de diferentes interesses e visões de mundo. Burke (2004), neste aspecto o imagético reforça a preocupação de lideranças e dirigentes sindicais com o registro das lutas e das ações cotidianas do sindicato. Prosseguindo nossos princípios, hipóteses e tese da investigação, no documento, operários reunidos de pé, olhos atentos, com sentidos e expressões corporais mobilizadas para as lutas e os acontecimentos decorrentes. O sindicato preto e pardo, além da força física para o trabalho, recorreu as suas energias para contrapor-se à nascente ordem competitiva, planejada, organizada e executada pelo Estado através da Chesf. As paralisações se constituíam em um relevante instrumento de mobilização e luta sindical nas margens do Velho Chico.

Prosseguindo o itinerário das águas do rio e das lutas dos operários, registra-se que no ano de 1982 houve uma nova greve deflagrada no seio da estatal, desta vez envolvendo o Estado da Bahia, representada pelos municípios de Paulo Afonso, Sobradinho e Salvador, e Pernambuco sendo representada pelo município do Recife. O movimento grevista colocava em cena as condições de trabalho, especialmente as que envolviam a remuneração salarial. A luta econômica expressava a gênese sindical. Portanto, a efervescência da organização dos

trabalhadores e trabalhadoras posteriormente eclodiu de forma mais expressiva nos anos de 1989 e 1992, ano que foi marcado pela realização de uma grande greve no setor elétrico.

**Figura 135** – A moderna arte rupestre, lutas pintadas em pedras muradas no sertão.



Fonte: Sinergia.

Prosseguindo a nossa análise empírica, a fotografia do acervo Sinergia registra uma das mobilizações organizadas pelo sindicato. Operários construindo e escrevendo com tinta suas pautas, desejos e direitos coletivos. Percebe-se na expressão racial presença majoritária de preta e parda que para além dos canteiros das obras, ocuparam as praças para manifestarem seus anseios individuais e coletivos.

A luta é para marcar a presença do contraditório expressos em corpos insatisfeitos com aquilo que fere a dignidade humana e nega direitos dos sujeitos enquanto cidadãos e cidadãs. De diferentes formas e conteúdo, a história reivindicatória se fez presente nas águas do Rio São Francisco. O corpo que trabalha é o corpo que luta.

Enquanto nos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste, que absorviam um contingente de negros do Nordeste, a luta antirracista se constituía como uma das bandeiras de afirmação dos conflitos, no sertão, na área de abrangência e ação da estatal e do sindicato dos eletricitários, as questões raciais e as lutas antirracistas não tinham a mesma força e intensidade. O paradigma econômico foi uma marca deste território do Rio São Francisco.

#### **4.5 Sindicato:** lembranças, memórias e poesias da luta nesse lugar chamado sertão

Nestas páginas, realizamos uma incursão acerca da memória, as lutas, os conflitos e as reivindicações dos operários através da organização sindical, refazendo o percurso do espaço

da cidadania política, tornando visíveis as pautas econômicas e socioculturais nas relações entre o mundo do trabalho. Do ponto de vista empírico, recorreremos a fontes como boletins informativos do sindicato, denominados “alarme”, e relatos de sujeitos que participaram das entrevistas. Nossa reflexão se concentra nas possíveis pautas da luta sindical em torno das questões de identidade de pele e raça. Será que, como na luta clássica do movimento sindical, a dimensão econômica se constitui como o cerne de sua ação em detrimento das questões relacionadas ao racismo e à discriminação?

Para a análise, optamos de caracterizar o Estado brasileiro, a relação da Chesf como uma empresta estatal, portanto vinculada às determinantes de um modelo centralizador de poder. Neste aspecto, para efeito de uma maior compreensão e atendendo à natureza de nossa pesquisa, periodizamos o Estado da seguinte forma: décadas de 45-64, correspondendo ao período desenvolvimentista e a criação da Chesf; de 64-84, o período do milagre brasileiro, o Estado ditatorial; e finalmente os anos 90 com a natureza mais específica da flexibilização da relação do mundo do trabalho, o que sociologicamente denomina-se neoliberalismo.

A sociedade dividida em classes, tem uma íntima relação com a manutenção ou a destruição de interesses sociais, de um lado, a clássica ideia de exploração do trabalho para a produção de valor e lucro, de outro, trabalhadores que entregam sua força física e intelectual e em suas trajetórias humanas, luta para melhorar as suas condições de vida, se colocando na arena como sujeitos dotados de direitos.

A teia de relações de uma sociedade desenvolvimentista, resultante da ação do Estado para a produção de energia elétrica na região do São Francisco, que objetivava ampliar e difundir as bases de uma nascente economia competitiva moderna, foi também palco de conflitos de continuidades e rupturas entre o sindicato e a estatal.

**Figura 136** – A luta, o dever sertanejo: sempre haverá um outro dia na jornada humana.



Fonte: Sinergia.

O registro revela a mobilização e organização sindical para o planejamento da pauta e das ações junto à Chesf e as estruturas do Estado que organizava e planejava os empreendimentos da geração e distribuição de energia no sertão do São Francisco. O conflito é uma marca histórica entre o poder econômico, o poder político e o poder organizado das classes populares.

Não pretendemos emergir numa longa conceituação do Estado, entretanto para uma breve visita sociológica que nos permitiu traçar as condições socioeconômicas, sociopolíticas e ação coletiva que desencadearam as mobilizações dos operários da Chesf. Para efeito de nossa abordagem, o interesse recai nesta breve imersão sócio-histórica, para evidenciar a implantação da Chesf e toda a sua simbologia e narrativa acerca do humano, da natureza no sertão do São Francisco, notadamente nas suas relações no mundo do trabalho e as questões raciais diluídas nas lutas sindicais.

**Figura 137** – Eletricitários: a força étnica de classe em mobilização.



Fonte: Sinergia.

A fotografia do acervo do Sinergia na versão policrômica, que registra a intensa mobilização dos operários e operárias através de reuniões e assembleias, em que os conflitos perpassavam toda a trajetória do empreendimento da estatal no sertão. A organização sindical coordena, articula e encaminha os interesses para os espaços e decisões. O imagético revela a predominância masculina de fenótipos pretos e pardos, e com sua pele, seus corpos e suas convicções, influenciaram as relações sociopolíticas, econômicas e cidadãs no sertão do São Francisco. Parece-nos que quanto mais repressão, mais organização e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras.

No contexto dos processos civilizatórios e na ressonância dos conflitos, o Estado, como uma instituição social, que permite, e em alguns casos proíbe a participação ativa dos sujeitos nas decisões coletivas se constitui uma estrutura relevante no processo de uma sociedade dividida em classes sociais.

Recorrendo à memória sócio-histórica do papel do Estado nas sociedades modernas, a garantia de direitos, civis, datados do século XVIII, que versam sobre as liberdades pessoais de expressão, o culto religioso, o direito à propriedade e à igualdade jurídica. No que se refere aos direitos políticos, conquistados no século XIX, que versam acerca da participação no processo político, com o sufrágio universal para a ocupação de cargos nas suas estruturas, e finalmente, os direitos sociais que resultam das lutas políticas no seio do Estado, especialmente na efervescência do século XX para a garantia das estruturas de assistência, e direitos coletivos.

A dimensão é quase universal do papel do Estado. No caso do Brasil, entre 1930 e 1945, as diferentes fases do rosto da estatal eram expressas pelo Estado Novo da Era Vargas, com forte centralização do poder político e enfrentamento das oligarquias regionais. Neste contexto, houve relevante inspiração sociopolítica e econômica para a criação da Chesf. Dentre o conjunto para as novas relações entre o capital e o trabalho, a Era Vargas, destaca-se a CLT, que deu uma áurea personalista ao seu governo, como “o pai dos pobres”.

O Estado brasileiro de 1945 a 1964, período marcado pela forte industrialização, também denominado de República populista ou Quarta República, teve os seguintes presidentes: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), além de todos os processos e crises que levariam ao golpe militar em 1964. Essas diferentes conjunturas no poder político central tiveram como um dos resultados as disputas pelo poder de Estado e as contradições expostas intensamente entre o capitalismo agrário e a modernização conservadora que trazia no seu bojo o binômio industrialização e urbanização.

No encadeamento da nossa análise que reflete as memórias e as gestações do espaço da cidadania no Estado Novo da Era Vargas, período em que a organização e mobilização da classe trabalhadora foi reprimida com mãos de ferro, o Estado legislou de forma arbitrária acerca das diferentes relações sociais, especialmente as que impediam ou reprimiam as organizações operárias. Mesmo nessa conjuntura adversa, o movimento sindical avançou nas lutas sociais.

Seguindo a memória da luta cidadã, em 1979 os operários realizaram uma grande greve no Nordeste após o Estado Novo e o golpe militar de 1964, crescendo as raízes operárias do Sinergia. Os anos denominados de dourados, com suas revoluções tecnológicas, o ideário desenvolvimentista aliado à forte resistência e oposição à ditadura militar, especialmente no início da década de 70, quando a repressão por um lado e a efervescência popular por outro evidenciaram as contradições do capitalismo e o rosto repressivo do Estado brasileiro.

O Estado e a classe dirigente brasileira, com forte caráter autoritário, herdavam os procedimentos autocráticos que fundaram a sociedade brasileira em suas diferentes trajetórias. Particularmente no período ditatorial, o uso da força física e ideológica servia como impedimento para frear as lutas e conquistas por direitos. Prisões e censuras eram algumas das marcas do uso da força do Estado em geral que se manifestavam nos sertões e, no caso em análise, na relação entre Chesf e seu operariado.

Em 1980, operários do Estado da Bahia e de Pernambuco intensificaram a mobilização para a organização do sindicato do setor elétrico.<sup>60</sup>

De acordo com Filgueiras (1983), em Nova Glória decidiu-se fazer a Campanha Salarial Unificada de todos os trabalhadores da Chesf do Nordeste. Depois de assembleias gerais com a categoria em Salvador, Paulo Afonso, Sobradinho, Recife, Maceió e Campina Grande entre os dias 14 a 18 de setembro, entregaram a pauta de reivindicação à empresa, no dia 20. Marcaram o início da negociação para 5 de outubro. Tempo suficiente para a diretoria da Chesf responder. Foi a partir daí que começou.

No dia 14 de outubro de 1980, foi definida a primeira proposta de greve, que não constava em sua pauta reivindicatória as demandas das relações racializadas no interior da Chesf. A pauta econômica se configurava como espinha dorsal dos conflitos e mediações entre o operariado e os dirigentes da Chesf. O operariado no sertão estava submetido às condições salariais que não atendiam suas necessidades fundamentais.

A década de 80, dentre os contextos sociopolíticos e econômicos, foi marcada de forma mais intensa pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Chesf, que tomam dimensões mais amplas em outros Estados do Nordeste, onde a Chesf possuía estruturas de distribuição de energia elétrica. A luta operária extrapola o sertão.

**Figura 138** – De pé: nem só de penitência vivem os operários sindicalizados da região.



Fonte: Sinergia.

---

60 Um sindicato é um conjunto de trabalhadores que se organizam pra promover seus próprios interesses em relação aos empregadores, sobretudo em torno das questões de salário, promoção, condições de trabalho e segurança no emprego. Os sindicatos têm origem nos primeiros estágios da Revolução Industrial, na Inglaterra no século XVIII (Jonhson, 1997).

A fotografia na sede do Sinergia registra operários de corpos parados que interromperam a dinâmica do capital na produção e distribuição de energia. A diversidade de olhares, de sexo masculino e feminino, aglomerados expressando um olhar de indignação, cruzaram os braços no desejo de serem devidamente atendidos em suas reivindicações pela estatal.

A imagem corrobora com a racialidade preta e parda nas fileiras do Sindicato, que pela natureza de suas funções e sensibilidade à luta política, compõem as fileiras do Sinergia na região do São Francisco. Repressões administrativas, denominadas de ocorrências disciplinares, que atestaram o caráter hierárquico e racista das punições, se ampliam com a punição aos grevistas e suas ações.

Desse modo, apesar da forte repressão exercida pelo Estado para o contexto da época, a organização sindical se consolidou e se fez presente no sertão do São Francisco colocando os conflitos, a agenda da classe operária no seio do Estado. Isto resultando em conquistas de direitos trabalhistas.

Prosseguindo a análise e a imagem como evidência histórica dos acontecimentos, a fotografia do acervo sindical que registra mais uma mobilização e paralisação do operariado na intensa luta pelo direito à organização, manutenção e conquista de direitos. Nos canteiros de obras, especialmente nos anos 50 a 70, as imagens em variavelmente estavam marcadas pelo peso do trabalho nas rochas e nos canteiros ensolarados do vasto mundo do trabalho pensado e materializado pela Chesf na região.

**Figura 139** – A luta sindical no sertão: da terra para o infinito dos céus.



Fonte: Sinergia.

A imagem do registro sindical evidencia que, para além das engrenagens laboriosas restritas ao trabalho de geração, produção e distribuição de energia, os operários, majoritariamente pretos e pardos, assumem papéis na cena política que confrontam e paralisam a dinâmica da precarização e da exploração de sua força física. No canteiro de obras, o racismo se manifestava explicitamente. Na luta sindical, esses mesmos sujeitos assumiam novos papéis e colocavam seus desejos e interesses na cena sociopolítica.

Partindo da sociologia clássica e de alguns sociólogos contemporâneos, sendo os clássicos o alemão Karl Marx (1818-1883), que afirma que no Estado prevalece o poder organizado da classe social que detém a propriedade privada dos meios materiais de produção, portanto, o Estado é instrumento de dominação. Seguindo, Friedrich Engels (1820-1895), o Estado como produto da sociedade tem a função de diluir e amortecer os conflitos entre as classes sociais e garantir o sistema social.

Nesta ótica, Max Weber (1864-1920) defende que o Estado desempenha um papel quando há obediência à autoridade, um grupo dominante e esta dominação fundada no uso exclusivo da força. Antônio Gramsci (1891-1937) afirma que o Estado desempenha uma função relevante na cultura e na ideologia em busca do consentimento para se legitimar na sociedade civil. Finalmente, Nicos Poulantzas (1936-1979) parte da premissa de que o Estado não é totalmente um instrumento controlado pela classe dominante, em razão das lutas entre as frações de classe que o compõem, sendo assim as lutas perpassam o seio do Estado e este se constitui numa condensação material das disputas na sociedade.

O conceito de Estado como resultante das lutas e dos conflitos se constitui uma lente para o papel desempenhado pelos trabalhadores e trabalhadoras da Chesf no sertão do São Francisco. A ação coletiva empreendida pelo movimento sindical expôs as circunstâncias adversas do projeto modernizante da estatal, trazendo os conflitos para o seio do Estado.

As relações do Estado com os movimentos sociais marcados pela modernização autoritária de Estado Novo, desenvolvimentista e regime autoritário, as mudanças quase sempre para homogeneizar os interesses conservadores. Ação da Chesf com o movimento sindical manifesta o aspecto ideológico das denominadas “classes perigosas”, portanto os governos militares reprimiram os movimentos populares, modernização conservadora, acumulação de capital, por um lado e por outro, e controle das forças populares.

**Figura 140** – Vidas sertanejas sindicais: “quem luta e canta seus males espanta”.



Fonte: Sinergia.

A imagem do acervo sindical descreve uma das páginas das lutas e manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras no sertão do São Francisco. O caminhão como palco dos sujeitos envolvidos na trama de relações sociais, os pronunciamentos, os instrumentos musicais, que marcam a cultura popular, mesmo em acontecimentos tensos e conflituosos. A luta sindical tinha força nos operários que exerciam funções de menor relevância e notadamente de ancestralidade preta e parda.

Seguindo a análise, a Chesf não hesitava em exercer sua hegemonia sociopolítica e econômica do aparato estatal, sendo que o peso de sua *mão*, manifestou-se intensamente nas lideranças e nos filiados majoritariamente pretos e pardos que faziam as fileiras sindicais no sertão do São Francisco.

Salário era a luta. Fizemos uma greve no regime militar, levamos um cacete da porra, todos fomos presos. A polícia bateu e fechou o sindicato. Foi uma bagunça da porra. Soldado levou cacete também. A luta era por salário, casa a Chesf dava. Eu gostava do sindicato, batia pandeiro, cantava e alegrava. (J. A. de Araújo, 76 anos, motorista, autodeclarado pardo).

A natureza da luta sindical do contexto de repressão, do enfrentamento “a polícia bateu, fechou o sindicato... soldado levou cacete também”. O conflito e o uso da força. Entretanto, bem o espírito nordestino de brincar e fazer determinadas piadas com as estruturas

sociopolíticas, econômicas e sociais, de um poder político distante e predominantemente autoritário, o operário poetiza: “batia pandeiro, cantava e alegrava”.

Desenrolando a trajetória das narrativas dos conflitos:

Eram tempos difíceis, tinha muito resto do passado, da sociedade escrava e autoritária. Para piorar a situação, aqui em Paulo Afonso tinha muito dessa ideia militar de controle e porrada mesmo. Tudo era exército e polícia. A Chesf tinha polícia também, e mais pior ainda, a que tem companhia do Exército. Paulo Afonso é autoritária. (S. A. Silva, 54 anos, escriturário, autodeclarado negro).

Os depoimentos, os documentos, que registraram as relações entre o sindicato e a estatal, se expressam também no imaginário, e na memória e lembrança dos sujeitos como resistência, conquista e as marcas pesadas do uso da força. Racismo no corpo acrescido de porrada na alma. Que nos remete a uma das expressões simbólicas do que foi o inferno e o paraíso no sertão.

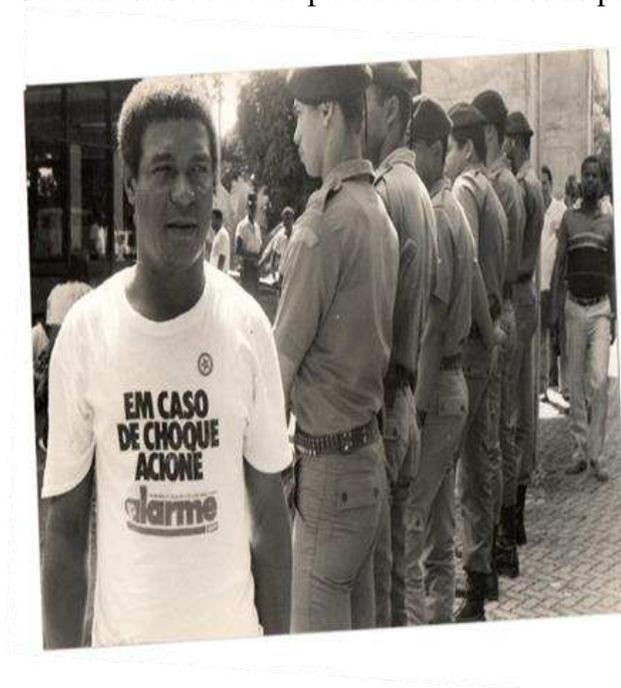
Periculosidade, em virtude das condições de trabalho de corpos pretos e pardos que estavam submetidos à exposição de sua existência pele, corpo para trabalho braçal, na condição de cassacos, portanto de objetificação e animalização de sua condição humana, expostos aos constantes perigos com as explosões de rochas, efetivadas de maneira manual particularmente nos decênios de 50 a 70. Enfim, o racismo implícito neste período operava largamente sobre o corpo morada dos operários, expostos às engrenagens do capital e da ação civilizatória da Chesf no sertão.

No encadeamento da nossa análise e das águas correntes da luta sindical, a Campanha salarial se configurava como a mola propulsora das mobilizações e lutas, que escamoteava outras dimensões nas relações entre a Chesf e seu operariado, que são: as distinções étnicas raciais, embora percebidas nas teias das relações, entretanto, não se configuravam como fio condutor destas relações e conflitos. *“Acredito, mas não tenho muita certeza, que havia racismo na Chesf, mas as lutas e as reivindicações eram mais por salário, pois movimentava mais as pessoas”* – (M. L. dos Santos, 67 anos, técnica de enfermagem, autodeclarada parda).

A pressão sindical atingia seus resultados, conforme o próprio informativo se intitula “Chesf Atende Reivindicações Feitas Pelo Sindicato”, mesmo que o documento revela uma preocupação da estatal em responder, mesmo que parcialmente, o atendimento da pauta sindical. Ele reflete a estratégia de comunicação escrita, que aliado ao imagético, exerce um importante instrumento de difusão de sua concepção de mundo, de ser humano, do Nordeste e do sertão.

Prosseguindo a análise dentro dos objetivos e hipótese da nossa tese, no tocante aos registros da memória, da luta operária, no espaço da cidadania política decorrente dos conflitos inerentes entre a Chesf e seu operariado, a imagem dos arquivos do Sinergia reflete mais um acontecimento da complexa teia de relações engendradas no sertão, entre a nascente ordem competitiva e a sessão de trabalhadores pretos e pardos.

**Figura 141** – Sindicalistas de frente para a luta e de costas para a repressão.



Fonte: Sinergia.

Operário sindicalizado, numa postura *de costas*, para o operário, e a força policial à direita, que reprimia e controlava as manifestações e lutas no sertão. A escrita na camisa do operário: “Em caso de choque, acione alarme”, bastante expressiva da criatividade nos enfrentamentos cotidianos resultantes dos processos e das narrativas acerca do desenvolvimento de progresso na região. A luta era reprimida e seu caráter econômico mais frequente na agenda do que as questões raciais.

O sindicato era muito forte. Era considerado o ABC paulista do Nordeste. Tinha a greve do ABC paulista aqui no Nordeste. Inclusive nesta greve, em 1979 paralisamos a Chesf, foi paralisado aproximadamente mais de 90%. Depois teve a greve de 80 e 82, né. Paralisamos por 32 dias a Chesf. E a luta continuou com a greve das terceirizadas. – (J. C. de Moura, 67 anos, guarda da vigilância, autodeclarado moreno).

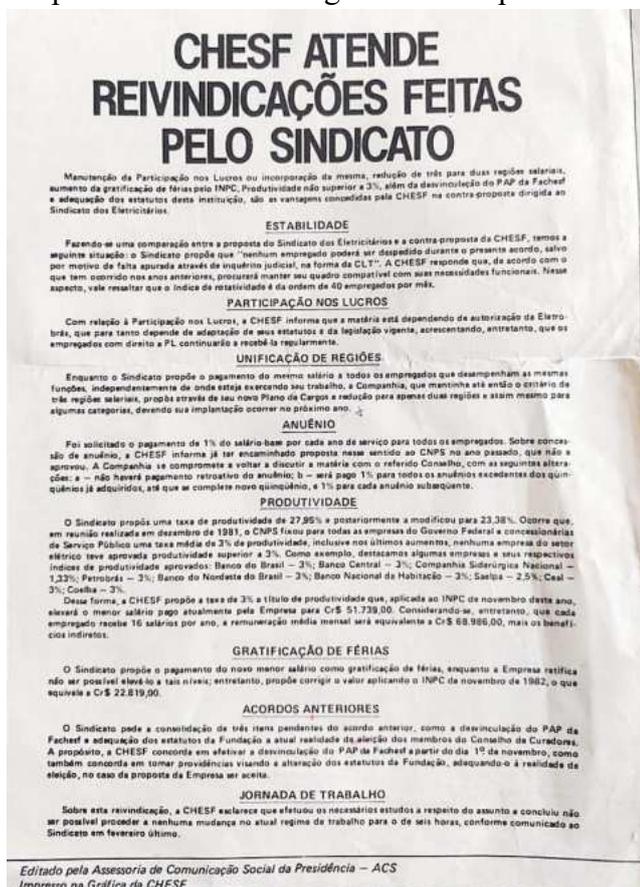
O discurso de um outro, como modelo, o Sudeste para expressar a força da organização sindical no sertão. O Sindicato era considerado do ABC paulista, seguindo a

lógica dos de lá e os daqui do Nordeste. Revela também a influência da organização e mobilização de outros centros do país no desenvolvimento do processo de industrialização do país.

A relação entre desigualdade e as questões raciais tomou a agenda do pensamento sociológico brasileiro na década de 1950, numa ótica que envolvia as questões étnico-raciais do período pós-abolição. Os pretos pós-abolição foram incorporados em uma sociedade de classes, sem minimizar as questões raciais. Como vimos em sessões anteriores, a Chesf, sua natureza, objetivos e ações estão dentro desta lógica de criação das bases capitalistas via ação do Estado para a nascente modernidade.

A relação da Chesf com seu operariado preto e pardo não foge à lógica das estruturas de Estado, especialmente no uso do aparato da força coercitiva sobre o operariado e suas organizações de classe no sertão do São Francisco. No desenrolar dos acontecimentos, constatou-se que a pauta antirracista não compunha hegemonicamente a vida sindical. Entretanto, sobre a pele operária preta e parda, a repressão era eficiente e largamente evocada, era racializada.

**Figura 142** – As lutas operárias no sertão: “água mole em pedra dura”, tanto bate até que...



Fonte: *Chesf Informa*, Ano I, ° 8, Memorial Chesf.

O encarte do boletim *Chesf Informa*, ano I, nº 8 (s/d), destaca as contradições inerentes ao processo da sociedade desigual movida pelo espírito do capital. O sindicato, em sua trajetória, sempre colocou no seio da Chesf os interesses coletivos do operariado. A imagem com 8 (oito) exigências da trajetória da luta sindical: estabilidade, participação nos lucros, unificação das regiões, anuênio, produtividade, gratificação de férias, acordos anteriores e jornada de trabalho, revela o caráter predominantemente economicista dos conflitos. As demandas econômicas constituem um dos pilares da luta sindical.

A mobilização sindical pressionava a estatal e seus dirigentes para a resolução dos conflitos e atendimento aos pleitos dos trabalhadores e trabalhadoras. A divisão do trabalho, sua hierarquização e conseqüentemente a reprodução das relações hierárquicas desta relação, as condições materiais de existência e o desenrolar do processo histórico eram conflituosos no interior da Chesf. Em nossa investigação, a categoria trabalho como mobilizadora deste contingente de operários para compor a mão de obra no sertão do São Francisco e as relações étnico-raciais imbricadas nesta atividade humana são analisadas. Entretanto, não iremos nos concentrar na discussão clássica da Sociologia.

Neste cenário destacamos que a questão do preto ganha força, destaca-se no século XIX, não por benevolência das elites e sim por certo medo, com a indagação: o que fazer com negros livres? A resposta, Darwinismo social e eugenia.<sup>61</sup>

Fernandes (2003) afirma que as estruturas de dominação social do período colonial são preservadas no processo de modernização capitalista no Brasil. A escravidão projeta-se, assim, como fenômeno social que tem ressonância na organização social da sociedade

---

61 [...] A divisão do trabalho[...] não serviria apenas para dotar nossas sociedades de luxo, invejável talvez, mas superfluo; ela seria uma condição de existência da sociedade. Graças à divisão do trabalho, ou pelo menos por seu intermédio, se garantiria a coesão social; ela determinaria os traços essenciais da constituição da sociedade. Por isso mesmo [...] caso seja esse realmente a função da divisão do trabalho, ela deve ter um caráter moral, porque as necessidades de ordem, de harmonia e de solidariedade social são geralmente consideradas morais (Durkheim, 2000).

A história de todas as sociedades e a história da luta de classes. [homem] livre ou escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burguês de corporação e ofício, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta, ora aberta, uma luta que cada vez mais acabou com a reconfiguração revolucionária de toda sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta [...] A sociedade toda cindiu-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado (Marx; Engels, 1847).

A especificidade do capitalismo para Weber está no encontro entre o “espírito” capitalista, de obter sempre mais lucros. Em uma ética religiosa, cujo fundamento é uma vida regrada de autocontrole, uma ação ascética com objetivo de ter êxito em sua vida material, ter segurança, ter ser escolhido por Deus, enfim o trabalho como vocação... WEBER, Marx. *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*;

brasileira até os dias atuais. Pelos dados, percebem-se as lutas e conflitos de classes no seio do Estado, materializados diretamente nas ações da Chesf no Sertão.

Seguindo a análise, Domingues (2010) afirma que pós-abolição o negro continua marginalizado, politicamente, pois não participa efetivamente das decisões políticas, psicologicamente pela internalização das doutrinas do racismo científico e a teoria do branqueamento, economicamente devido às preferências em termo de emprego em favor dos imigrantes europeus e que o resquício do mito da democracia racial permanece incrustado no imaginário social, propalando um discurso eficaz de que a problemática do Brasil não é racial.

O racismo diluído, explícito e implícito, se manifestava no peso e no uso da força dentro do contexto sociopolítico, que atravessou particularmente os anos 50 até os anos 80. A natureza sindical, sociologicamente se constituiu em torno das questões econômicas, embora percebidos, nos relatos e no cotidiano, as dimensões da raça e do racismo não se constituíram em força das águas que se materializassem explicitamente na agenda sindical. *“Tinha conflito, onde junta muita gente sempre há confusão. Agora esse negócio de discriminação eu não via muita mobilização. Acho que a gente no fundo era tudo igual”* – (V.M. Santos, 69 anos, professora do Colepa, autodeclarada parda).

Participação nos lucros, salário, periculosidade e denúncias de acidentes movimentaram a alma sindical nas margens do rio que nasce em Minas e se espalha pelo Nordeste e pelo Sertão. As lutas revelam a composição da classe operária e do sindicalismo em uma região não tão observada como um território de incorporação de pretos, no período pós-abolição e ao longo da história na região. A Chesf teve seu papel no desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, mas na relação entre operários organizados e não organizados e com a rede de relações sociais refletidas pelas luzes geradas pela companhia, os corpos ao sol muitas vezes saíram das sombras para manifestar suas dores, conflitos e desejos coletivos.

As organizações de assembleias, mobilizações e divulgação, bem como o registro imagético que resultou na organização do sindicato, movimentaram o mundo, os sentidos e os significados das consciências de classe. A vida correu nos pés, pensamentos e ações dos trabalhadores que colocaram seus corpos nas estruturas dos conflitos, dando sentido e se contrapondo em muitos casos à força da estatal, que movia pedras, gentes e sonhos.

#### **4.6 O sertão energizado e “aperriado”:** os velhos e modernos conflitos no sertão

Nesta secção analisamos os cenários da luta sindical que descortinou as heranças do nosso passado colonial de negação da cidadania aos considerados perigosos e inferiores. Se por um lado, a Chesf exerceu e exerce um importante papel no desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do sertão, do Nordeste e do país, por outro, a luta operária capitaneada pelo Sinergia colocou na pauta os conflitos locais, regionais e nacionais, contribuindo para a consolidação da luta operária na região.

Prosseguindo o campo empírico, através da análise dos boletins denominados de “Alarme”, foi possível o registro da memória das pautas, das lutas e dos conflitos inerentes às relações entre capital e trabalho no interior da Chesf. O trabalho criativo, os vínculos com a natureza, as relações de classe e as identidades raciais, as condições naturais, as técnicas de organização e o trabalho material são intrínsecos à construção do ser humano e sua conexão com a natureza e com outros humanos.

O Sinergia da Bahia, gestado em um longo processo de mobilizações, afirmações, conquistas e perdas, corroborou com a identificação do processo migratório de um contingente de operários pretos e pardos para o sertão. As lutas empreendidas pelo sindicato no Nordeste e no sertão expressavam caráter local, regional e nacional. Utilizando diferentes instrumentos, como panfletos, imagens e um periódico denominado “Alarme”, o sindicato manifestava as contradições, lutas, conquistas e chamadas constantes para sensibilização e mobilização dos interesses, desejos e necessidades socioeconômicas, culturais e políticas da categoria.

No espaço da produção das relações de classes sociais, nas condições materiais de existência e de inserção dos nordestinos na nova ordem social competitiva, empreendida pela Chesf, na região do São Francisco fez emergir a organização sindical do operariado. Ressaltamos ainda que para efeito dessa seção, observamos a dimensão da origem, escolaridade, etnia, raça, cor dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétrica no Estado da Bahia, situado no município de Paulo Afonso-Bahia. O sindicato, atualmente, é denominado, Sindicato dos Eletricitários da Bahia.

**Figura 143** – O cardápio indigesto: eles brancos engenheiros, outros pretos e pardos e ancestral distinção.

**Casa de Força** .....

## O Caviar x o cachorro quente

**Robson Soares**

Para o empregado mais graduado, tudo. Para o empregado comum - "peão", a *Lei*. Essa é a filosofia da Chesf em Sobradinho, apesar de tantos discursos de qualidade.

Sobradinho que por aí é chamado de "fim do mundo". Por incrível que pareça, é onde mora o "dono do mundo".

A prova é o corte de uma hora de alguns peões, porque eles cometeram um ato imperdoável: estavam lanchando após ter batido cartão de ponto.

Eu tenho a impressão que o presidente da empresa, desconhece alguns privilégios que certos empregados "graduados" têm, como: chegar às 8h30m todos os dias; outros podem ficar de sobre aviso em Petrolina; outros deixam o expediente mais cedo, etc.

Enquanto isso, acontece em Sobradinho uma grande caravana deslocando-se para a cidade de Barreiras, para inauguração da subestação.

Entre os convidados estavam ministros, senadores, governadores, deputados, prefeitos, vereadores e puxa-sacos. Pessoas que não têm idéia do esforço e amor da peãozada da Chesf e empreiteiras para construir aquela subestação.

Trabalhadores que não receberam salários justos, transportes para se locomover muito menos, recursos necessários. Mas, apesar das dificuldades concluíram a subestação com muito *amor*.

Enquanto a caravana lanchava lá em Barreiras, quem construiu lanchava cá em Sobradinho e ainda tiveram que pagar o banquete, porque uma hora de salário, na situação atual é muito dinheiro.

**Robson Soares é diretor do Sinergia em Sobradinho**

Fonte: Sinergia.

No boletim *Alarme*, ano 16, nº 30, 9 de setembro de 1996, registra-se uma das complexas redes de conflitos gestados em todo o processo de implantação, execução e consolidação do empreendimento da estatal no sertão do São Francisco. No informativo em tela, intitulado de *O Caviar x O Cachorro-Quente* já denuncia os tratamentos diferenciados no seio da estatal, o *caviar* representa o empregado graduado, que segundo o informe tem *tudo*, ou seja, tratamento diferenciado com diferentes privilégios na estatal. Este operário graduado, embora não está explícito, mas é possível intuir, que sejam engenheiros ou dirigentes, uma vez que graduado se refere a atributos educacionais de maior relevância.

Em outras sessões, a teia das relações de tratamentos desiguais dispensados pela Chesf, entre engenheiros, dirigentes e operários, já foram identificados, analisados em outras sessões de nossa investigação científica. A discriminação, oculta e manifesta na variável escolaridade, carregava nas sombras a etnia, a raça e a cor. Graduado em geral leia-se branco; não graduado, no mesmo sentido, identifica-se pretos e pardos.

No boletim, de forma irônica, o cachorro-quente, aparece como o avesso do caviar, representando os não engenheiros, os de baixa escolaridade e estes, em sua expressiva

maioria, eram compostos de pretos e pardos. O alimento foi o mecanismo que expressou na ótica sindical, as diferenças entre humanos, etnia, raça, cor e funções exercidas na Chesf.

**Figura 144** – A vigilância da estatal.



Fonte: Sinergia.

A segunda imagem do boletim *Alarme*, ano 16, nº 30, datado de 9 de setembro de 1996, mostrou-se mais uma vez uma das faces da relação do uso da força explícito e silenciosa em meio aos operários e à organização sindical. O contexto da época em análise, se por um lado carrega o peso histórico de uma sociedade escravocrata, na qual a cidadania foi negada e o castigo servia como expressão do poder sobre o corpo, por outro, os resquícios de um Estado autoritário inaugurado no Brasil em 1964 até os anos de 1984, mais sua natureza repressiva não desaparece com o desenrolar dos acontecimentos.

O registro da retirada de policiais das ruas, da segurança da população, para substituir os vigilantes da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba)<sup>62</sup>, assim a vigilância

62 A história da Neoenergia Coelba começa no dia 28 de março de 1960, data da sua criação. Na época, a energia elétrica, na Bahia, era fornecida pelas prefeituras municipais e algumas companhias, inclusive uma estadual que atendia a Salvador e parte do Recôncavo. No primeiro ano de existência, a Neoenergia Coelba atendia a 21 localidades.

Em 1973, a Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB), empresa atuante no Estado desde 1929, foi integrada à distribuidora. No ano seguinte, foi criada a Fundação Coelba de Assistência e Seguridade Social (Faelba), importante instrumento de realização da política de valorização de pessoal da empresa. Em 1977, a Neoenergia Coelba comemorou a ligação do cliente número 500 mil.

No início da década de 90, a empresa adotou a filosofia de gestão da Qualidade Total, voltando-se para modernização empresarial. Em 1993, a Neoenergia Coelba foi a primeira concessionária de energia da América do Sul a construir uma subestação totalmente digitalizada, a Subestação Candeal, localizada em Salvador.

Disponível em: <https://servicos.neoenergiacoelba.com.br/a-coelba/Paginas/Quem%20Somos/historia.aspx>. Acesso em: 2 jul. 2023.

civil exercida por funcionários passa para a tutela do Estado, que revela todo este arcabouço da estatal e de suas associadas no uso explícito da força para o controle, disciplina e *barramento* das lutas sindicais<sup>63</sup>.

**Figura 145** – A repressão alarmada e denunciada.



Fonte: Sinergia.

O noticiado no boletim *Alarme*, ano 17, número 09, datado de 14 de abril de 1977, com o título “Chesf Utiliza Velha Tática de Repressão”, denuncia o desrespeito às leis trabalhistas, ameaças de chefes mais vinculados às direções da empresa e de práticas terroristas. É revelador das tensões cotidianas inerentes ao mundo do trabalho, e essas expressas nas relações de produção entre a estatal e o operariado, repressão e chefes mais vinculados reverberam a natureza de um dos pilares da nossa sociedade escravista, de complexas relações, entre os que têm poder de *mando* e os notadamente *mandados*. Enfim, o registro expõe uma das características dos conflitos que na história da humanidade, que não obedecem a uma linearidade, uma continuidade. Há recuos, há derrotas. No caso aqui houve uma conquista, pois, a ação movida pelo sindicato para a Procuradoria do Trabalho do Estado,

63 Nos anos 90, com o processo de implantação mais intensa das políticas neoliberais, que compreende a liberação crescente das atividades de natureza econômica, distribuição troca-consumo e a primazia das liberdades individuais acima da coletividade, do mercado com o sujeito civilizatório, o que denominou-se das políticas neoliberais implantadas no Brasil. Neste contexto, a Coelba foi privatizada no ano de 1993. Ressaltamos que toda esta década, uma das fontes propulsoras e mobilizadoras do operariado e diferentes setores da sociedade local, regional e nacional, foi a resistência à manifestação e às diferentes iniciativas de privatização da Chesf.

foi acatada. *No Bate e Leva*, neste caso, a Chesf levou. A luta legítima dos operários e operárias se constitui na longa história dos conflitos entre Estado, poder econômico, capital e trabalho. E seguem as águas do rio.

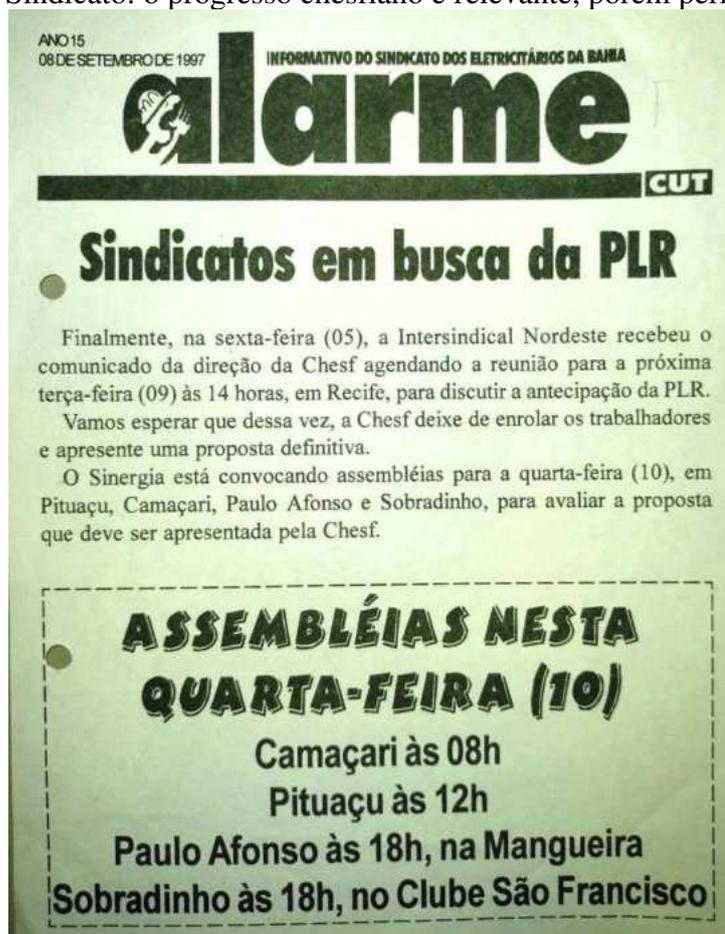
A relação entre os documentos escritos e a percepção das vozes, dos sentimentos, das marcas, na memória e na lembrança do operariado, sempre atravessados por um lado pela gratidão à estatal e por outro, o sentimento de repressão e uso da força para impedir o avanço nos direitos.

Eu entrei na Chesf em 1973, os caras lá fizeram uma greve no regime militar, em 1982 fui demitido porque participei da greve. Aí eu fui para Salvador. Em 1985, acabou o regime militar e retornei e fui trabalhar numa empresa Semat; Depois, mandaram chamar todo mundo e eu retornei à Chesf. [...] Em 1992, outra greve, muita violência, fui preso, aí nome camburão. Fiquei quase 20 anos fora da Chesf. Aí me colocaram no ICMBio, eu não gostei não. Hoje estou aposentado. – (J. G. de Araújo, 76 anos, motorista, autodeclarado pardo).

No relato, corrobora-se uma representação de consciência do operário aos conflitos e contradições ao liame do percurso, que predominantemente marcou a relação da estatal com os movimentos que colocava no seio, as contradições dos processos capitalistas com suas nuances racializadas. Ou seja, sem querer estabelecer a díade entre classe e questões étnico-raciais, este contínuo revela muito do que foi a herança escravocrata difundida e devidamente contextualizada da Chesf no Sertão. O fui demitido porque participei da greve, diz muito desta dimensão às vezes oculta do sertanejo, do cassaco, do ex-escravo na condição de operário em uma ordem social competitiva que predominantemente na literatura, era observada e analisada no período pós-abolição, da inserção dos negros e dos pardos no Sul e no Sudeste. Nas regiões longínquas, este processo se deu em larga escala na Chesf, que por razões diversas, até então, nas nossas análises não foi devidamente identificável pela literatura.

As lutas, as resistências, amplamente divulgadas, que colocaram o sertão no cenário nacional, estavam majoritariamente vinculadas às questões de Canudos, de Delmiro Gouveia com o complexo de usinas, o cangaço, da narrativa identitária de Luiz Gonzaga, e da Chesf enquanto empreendimento modernizante, portanto por um lado festejada e por outro à mercê das resistências da elite do Sul e do Sudeste. Neste sentido, o racismo, a inexistência de pretos ou a sua existência, se confundiam com as metanarrativas do *sertanejo*, do *jagunço*, do *vaqueiro*, dos *conselheiristas*, e menos do operário na condição de *cassaco*.

**Figura 146** – Sindicato: o progresso chesfiano é relevante, porém perigoso na região.



Fonte: Sinergia.

O periódico nomeado de *Alarime*, ano 15, datado de 8 de setembro de 1997, apresenta a matéria “Sindicatos Em Busca da PLR”<sup>64</sup>, destacando que fora comunicado pela direção da Chesf, a reunião para discutir a PLR junto com a Intersindical Nordeste, e conseqüentemente, a mobilização e agendamento de reuniões nos municípios de Camaçari, Paulo Afonso e Sobradinho no Estado da Bahia. Os conflitos se espalhavam e exigiam das lideranças e dirigentes sindicais, uma ampla mobilização, uma vez que a estatal estava fisicamente presente em diferentes municípios e Estados, especialmente em Pernambuco e na Bahia. O que ressaltamos, é a natureza das lutas econômicas, que mobilizam sentimentos, desejos e estruturas bem ao modo das organizações sindicais, que ao longo da história não

64A natureza da luta sindical na sua trajetória histórica está sempre vinculada às questões econômicas que justificam seu surgimento, organização e concepção de mundo, denominado *economicismo*, aceito e compreendido nas análises da sociologia no mundo do trabalho. Esta dimensão foi fortemente identificada no Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia, entretanto, a PLR representa um avanço na modernidade entre as relações do capital com o trabalho. Uma breve e necessária contextualização, de acordo com o site [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10101.htm) a Participação nos Lucros e Resultados ou Participação nos Lucros e Prêmios, surgiu através da Lei nº 10.101, promulgada em 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

incorporavam de forma mais nítida as pautas de gênero, socioambientais, educacionais e principalmente o racismo e a discriminação.

**Figura 147** – A economia é o motor da luta sindical.

ANO 15 ESPECIAL  
17 DE SETEMBRO DE 1997

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA

# Alarme

CUT

## CAMPANHA SALARIAL 97

*Buscando elaborar a pauta de reivindicações para o ano eleitoral deste ano, a SINERGLA está realizando uma pesquisa de opinião junto aos trabalhadores. O resultado da pesquisa servirá para compor a pré-pauta que se submeterá às assembleias regionais. É de fundamental importância que todos participem, respondendo o questionário com a maior brevidade possível, pois assim teremos condições de elaborar uma pauta que atenda aos interesses do conjunto dos trabalhadores. Os questionários preenchidos deverão ser entregues até o dia 25/09 aos representantes de base, diretores regionais, nas secretarias regionais, na sede do sindicato ou nas urnas colocadas nos locais de trabalho.*

Empresa: \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Filiado ao SINERGLA  
( ) sim ( ) não

1- Você trabalha nesta empresa a quanto tempo ?  
( ) até 15 anos  
( ) mais de 15 a 25 anos  
( ) mais de 25 anos

2- Qual a sua formação educacional ?  
( ) 1º grau incompleto  
( ) 1º grau completo  
( ) 2º grau incompleto  
( ) 2º grau completo  
( ) universitário incompleto  
( ) universitário completo  
( ) universitário com pós graduação  
( ) nenhuma

3- Você trabalha em que área nesta empresa ?  
( ) administrativa  
( ) técnico - operacional  
( ) gerencial

4- Qual sua expectativa em relação à campanha Salarial ?  
( ) obter ganhos reais (acima da inflação) e ampliar conquistas  
( ) obter reajuste igual à inflação e manter conquistas  
( ) obter reajuste inferior à inflação e reduzir conquistas

5- Além do reajuste salarial, qual a sua expectativa em relação a recebimento de abono salarial ?  
( ) concreta  
( ) pouco provável  
( ) impossível

6- Na sua opinião, o representante dos trabalhadores na diretoria da FUNDAÇÃO desta empresa é:  
( ) muito importante  
( ) pouco importante  
( ) indiferente

7- O representante dos trabalhadores na FUNDAÇÃO, deve ser escolhido através de:  
( ) eleição direta  
( ) assembleia dos trabalhadores  
( ) outra (especificar) \_\_\_\_\_

8- A reestruturação e a privatização das empresas do setor elétrico, são hoje uma realidade, tendo impactos negativos para a organização dos trabalhadores, desemprego, desmobilização, etc. Na sua opinião, quais instrumentos você julga eficazes para essa campanha?  
( ) greve  
( ) mobilização nos locais de trabalho  
( ) outro (especificar) \_\_\_\_\_

Fonte: Ano 15, Especial.

A comunicação sindical do *Alarme*, Ano 15, de 17 de setembro de 1997, com o título “Campanha Salarial 97”, num princípio democrático, de participação do operariado nas decisões, oferecem este instrumento como consulta para elaboração da pauta de campanha salarial no ano de 1997, investindo na identificação da natureza sociocultural do sindicalizado, as funções, as expectativas em relação a campanha salarial, mais uma vez este documento atesta a predominância da pauta econômica, a ausência de outras dimensões do conflito entre capital e trabalho. É evidente que as questões raciais se constituem numa espécie de *nuvem*, de *véu*, de um racismo diluído e fluido.

Neste cenário de invisibilidade das questões raciais que envolveram as relações entre a estatal e o operário, especialmente como analisado em sessões anteriores nos decênios de 50-70, nos boletins sindicais, esta dimensão identitária não se configura como um agente

mobilizador de interesses. Neste aspecto, mais um relato denota: “*O sindicato não lutava pela questão racial, a luta do sindicato era geralmente indicando melhores salários, melhores condições de vida e uma assistência médica melhor, mas principalmente salários [...]*” – (A. Amorim, 67 anos, auxiliar de escritório, autodeclarado branco).

Reconhecendo que os conflitos dentro de uma lógica de uma modernização conservadora do Estado e, no caso investigado, capitaneado e difundido pela Chesf no Sertão do São Francisco, o debate étnico-racial numa cidadania regulada em que os direitos se associam mais a concessão do que conquista, etnia, raça e cor parecem que eram percebidas, entretanto não faziam parte da agenda sindical.

**Figura 148** – Nem todo paraíso é de paz...



Fonte: Sinergia.

No boletim *Alarme*, Ano 18, número 09, datado de 16 de março de 1998, a matéria denominada de “Na Lei ou na Marra”. A notícia denota a preocupação de 4 mil trabalhadores rurais com as suas terras cedidas para a construção da Hidroelétrica de Itaparica. Eles lutam pelo reassentamento de 6 mil famílias e contam também com o apoio do Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia.

A notícia expressa uma preocupação do sindicato com o conjunto da classe trabalhadora, suas famílias, parentes, que foram atingidos pela construção de usinas e

barragens ao longo do sertão do São Francisco. Existe uma discordância sobre os números, uns pesquisadores e relatórios da estatal advogam um número entre 6 a 10 mil famílias, enquanto o movimento sindical, as pastorais sociais e outros sujeitos dos setores populares, versam sobre a cifra de 15 mil famílias afetadas diretamente com a ação da Chesf na região.

Os municípios baianos de: Casa Nova, Chorrochó, Curaçá, Glória, Pilão Arcado, Rodelas, Santo Sé e por fim, um pernambucano, Petrolândia, que foram diretamente afetados pela inundação de sua história, seu território, seus sentidos e suas relações sociopolíticas, econômicas e culturais. Neste aspecto talvez reside um dos pilares da exaltação do município de Paulo Afonso e da Chesf enquanto mãe, expressa no imaginário e representações dos operários. Enquanto os outros eram inundados pelas engrenagens da ordem competitiva modernizante no sertão, Paulo Afonso se vê numa condição de *inventado* por esta mesma ordem. A mesma Chesf que mata e inunda, é a mesma que dá vida, exalta.

**Figura 149** – Cidadania eletricitária: a luta visível nas entranhas do “deus mercado” na região.



Fonte: Sinergia.

No encadeamento de nossa análise, o registro do *Alarme*, ano 18, nº 09, do dia 15 de março, refere-se à celebração realizada em março de 1988 em alusão aos 50 anos da estatal. Nesse dia, a estatal experimentou mais uma das contradições entre os trabalhadores e as famílias atingidas pela construção de usinas e barragens no sertão. Centenas de trabalhadores realizaram manifestações cobrando a continuidade das políticas de reassentamento nos municípios da Bahia e Pernambuco. O Sinergia participou das atividades e protestos como um

espaço de contínua luta por direitos e cidadania política. O paraíso não vem de cima para baixo.

No documento, o registro dos conflitos convive com a exaltação a empresa: “empresa que nasceu para gerar energia elétrica e promover o desenvolvimento do Nordeste”, a organização sindical partilha desta representação da ação da empresa na região. A Chesf efetivamente mudou o curso do rio, das memórias e das relações sócio, políticas, econômicas e culturais. Em diversos momentos, a crítica é substituída pela exaltação com um ar de devoção.

**Figura 150** – Trabalhadores expostos, vidas eletrocutadas em trabalhos sem proteção.



Fonte: Sinergia.

O boletim *Alarme*, ano 18, nº 18, de junho de 1998, registra uma das questões que perpassa toda a trajetória de implantação e funcionamento das usinas e barragens do sertão de Paulo Afonso: os acidentes de trabalho. No caso em questão, a Coelba, que em 1993 passou por um processo de privatização e conseqüentemente com diminuição do número de operários em terceirização dos serviços, tendo como conseqüência a precarização das relações do mundo do trabalho. Registra o boletim: “Antônio, que era funcionário da Coelba há doze anos, estava trabalhando como eletrícista ‘isolado’”. Indica a ausência de equipe, fato que o sindicato atribui à maior incidência de acidentes nos processos laborais. A periculosidade do trabalho com energia vitimizou centenas de trabalhadores conforme análise em outras sessões desta investigação. A luta sindical denuncia e expõe a fragilidade da proteção e segurança para os trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico.

Enfim, Acidentes de trabalho, apesar da legislação de proteção e as exigências de segurança com uso de equipamentos individuais, os acidentes preparassem todos os períodos por nós categorizados e analisados, com destaque para os anos 50-60, com o total de 427 acidentes, e o decênio 60 e 70, estimou-se 302 acidentes. Numa intrínseca relação entre trabalho desempenhado majoritariamente por operários pretos e pardos, de baixa escolaridade, que sentiam na pele e na sua existência o peso de sua ancestralidade e fenotípica. A questão dos acidentes se constitui uma das bandeiras de luta da ação sindical.

**Figura 151** – Moradias na Chesf: antes eram segregadas e cedidas, agora conquistadas.

## Eletricitários baianos terão Cooperativa Habitacional

Pagar aluguel, morar de favor, não ter casa própria. Em breve, esses serão problemas do passado para os eletricitários.

O Sinergia, juntamente com a Federação Nacional dos Urbanitários, está viabilizando a criação de uma Cooperativa Habitacional, que vai tornar o sonho da casa própria uma realidade.

Inicialmente, o programa terá três projetos pilotos, que serão implementados nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

A FNU já está buscando parcerias com construtoras idôneas e com a Fábrica Urbana, uma organização não-governamental.

Para conseguir a casa própria, o eletricitário poderá utilizar tanto recursos do FGTS, quanto financiamento da Caixa Econômica Federal.

Em São Paulo, o Sindicato dos Bancários implantou programa semelhante, e já entregou mais de duas mil casas para os trabalha-

dores.

O Sinergia está fazendo parte da Cooperativa, e os eletricitários baianos deverão estar entre os primeiros em todo país a serem beneficiados pelo projeto.

Em breve, o sindicato vai realizar uma pesquisa para saber quais os reais anseios da categoria com relação à casa própria, além de relacionar dúvidas e sugestões.

**Moradia** - O objetivo da Cooperativa Habitacional é proporcionar condições dignas de moradia para todos os eletricitários que não têm onde morar.

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU -, 500 milhões de pessoas não têm onde morar e 600 milhões vivem sem redes de água e esgoto nas áreas urbanas.

No Brasil, este problema adquire proporções gigantes e estima-se que um terço da população brasileira não tem casa.

Fonte: Sinergia.

*Alarme*, ano 18, número 26, 24 de agosto de 1998, cooperativa habitacional uma vez que as residências eram uma das expressões visíveis da invenção de Paulo Afonso, que por um lado, materialização de narrativa de um lugar sem vida, antimoderno; e por outro, fixava o operário nas proximidades do canteiro de obras. O Sindicato dos Eletricitários da Bahia, incorporou a luta por moradia apenas nos 90, para o enfrentamento das políticas de privatização da estatal e o desmonte de todo seu aparato de Estado do Bem-Estar Social, estava em jogo a aquisição dos imóveis pelo funcionário já ocupantes.

No período que corresponde de 50 a 80, não registramos na pauta sindical as demandas por moradia, estas se configuram mais em ação benevolente da estatal do que resultante das lutas operários. Contudo, nos decênios de 50 a 70, que correspondem à expansão da ação da Chesf na região, particularmente com a construção e operação de mais duas usinas e barragens – Paulo Afonso II e Paulo Afonso III, denominada cidade Chesf cresce com a construção de casas e alojamentos. A expansão urbana, aliada à ampliação dos empreendimentos da estatal reconfiguraram o sertão. A Chesf, obedecendo o conteúdo de sua narrativa que concebia um sertão sem vida e de vazio espacial, inventou sua cidade como uma das estratégias sociopolíticas para atrair e manter o operariado próximo às engrenagens de sua ação modernizante e civilizatória no sertão.

O processo do neoliberalismo crescente na sociedade brasileira que teve sua marca mais expressiva no decorrer da década de 90, com a intensificação da primazia das liberdades das atividades econômicas, como pilar e fundamento da organização e da sociabilidade. O chamado *Estado Mínimo*, que defende a supremacia do mercado e dos indivíduos da livre iniciativa sobre a coletividade.

**Figura 152** – O mercado privatiza...o Sinergia coletiviza a luta operária.



Fonte: Sinergia.

Neste período a luta sindical tem como uma das bandeiras, a defesa da estatal contra o processo de privatização. O informativo *Alarme*, ano 19, nº 04, revela a preocupação sindical com o destino da Chesf. A luta contra a privatização ultrapassa o Nordeste e o sertão e ganha

contornos de interesse nacional conforme notícia: parlamentares, sindicalistas, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outras entidades, para debater e traçar estratégias políticas e jurídicas para enfrentar a venda da estatal. Esta face da luta sindical no sertão se constitui uma mola propulsora de atração para as lutas além das pautas mais específicas da categoria. A Chesf em virtude da sua narrativa, da sua força no imaginário, se confunde com o próprio Nordeste no seu progresso e desenvolvimento.

**Figura 153** – Mulheres operárias no sertão: são e fazem notícias em águas conflitantes no Velho Chico.



Fonte: Sinergia.

A presença feminina na estrutura da Chesf e do sindicato se constitui em uma das identidades do trabalho e da mobilização sindical. A formação de um operariado no sertão contou com este componente feminino, nas funções culturalmente normatizadas e internalizadas como atributos destinados às mulheres. Direitos sociais, igualdade de gênero, são revelados nas linhas do informativo. *Querem sucesso profissional e querem ter filhos, querem igualdade e querem romantismo – o que não me parece que sejam coisas opostas, embora a convivência ainda seja complicada.* Contraditoriamente, o texto revela uma certa perspectiva dicotômica entre o feminino e o masculino, uma certa incompatibilidade entre as lutas feministas e os papéis de cuidar dos filhos ou de se constituir uma família.

Enfatizamos, em nossa investigação não nos ativemos nas discussões das estruturas culturais do machismo predominante no Nordeste e no sertão. O registro em virtude dos dados empíricos, revelados a significativa expressão feminina nas fileiras do sindicato. As tentativas presentes a partir da década de 90 que prevê a privatização da estatal, teve como uma de suas expressões em curso, o desmonte de uma série de políticas sociais implementadas pela empresa no período de atração e manutenção do contingente de operariado necessário a sua implementação nos anos 50 até os anos 80.

**Figura 154** - Sinergia, além da economia a luta das moradias operárias

**Sinergia negocia venda de imóveis com a Chesf**

O interesse da Chesf em vender os imóveis dos acampamentos leva o Sinergia a retomar as negociações com a direção da empresa, com o objetivo de garantir aos eletricitários que moram em casas do local condições de adquirir suas próprias casas. Uma das questões observadas pelo sindicato é que os preços estão aquém das possibilidades dos trabalhadores. Nesse caso a companhia deve considerar os fatores sociais dos empregados que residem no local. Além disso, que seja levado em conta o tempo da construção dos imóveis, muitos com mais de 30 anos, carecendo de investimento na sua reforma.

A direção do Sinergia reivindicou, inclusive, através de ofício à Chesf, que não seja aplicada a TR, como fator de correção para os parcelamentos e que o prazo de 48 meses seja ampliado para 60 meses no caso dos aposentados.

O sindicato entra nessa luta em defesa dos trabalhadores, pressionando a direção da Chesf para negociação com os sindicatos a fim de resolver os problemas de todos os acampamentos. Em breve serão realizadas assembléias em Paulo Afonso, Sobradinho, Xingó e Itaparica para discutir o assunto.

**Campanha Salarial 99**

O Sinergia já está planejando a campanha deste ano. É fundamental que a categoria esteja mobilizada para assegurarmos a manutenção das nossas conquistas anteriores. Todos juntos em busca de trabalho com respeito e dignidade.

Fonte: Sinergia.

No conjunto das lutas do movimento sindical na década de 90, está a questão da moradia, uma vez que a Chesf decidiu colocar à venda os imóveis a preço de mercado e aberto a livre concorrência, fato que causou uma forte movimentação do operariado. No boletim, *Alarme*, ano 19, nº 26, intitulado “Casa Própria”, o Sinergia cobra da diretoria da Chesf, processo de negociação para a venda dos imóveis, expondo assim os conflitos históricos e conjunturais entrelaçados no conjunto das relações entre a Chesf, seus dirigentes e seus trabalhadores e trabalhadoras.

A moradia em outro contexto, que se viu como uma das benevolências da estatal, agora era objeto de disputa entre os interesses imobiliários e a conquista do direito definitivo por parte do operariado, das residências. Se antes a moradia significava um forte componente

da discriminação racial e da segregação, agora era um componente de luta que mobiliza diferentes setores e segmentos.

“Este negócio de discriminação pode ter existido, mas o que separava mesmo era o cassaco e o engenheiro, através das moradias, do lazer, até mesmo do refeitório. No sindicato a gente não via muito estas falas sobre preconceito, sobre raça, negro e branco” – (M. C. C. Ramos, 63 anos, operária Chesf).

O relato se constitui nessa memória operária das marcas históricas de separação materializada nos espaços e nas paisagens, e que nesta nova fase de desmonte das estruturas de certa forma une diferentes interesses e categorias para critérios mais proximais que facilitassem já os tão moradores e moradoras a ter um acesso e condições materiais da compra definitiva dos imóveis. Conclui o texto do informativo sindical anunciando a pauta e a força motriz das lutas, *Campanha Salarial 99*.

**Figura 155** – Sindicato combativo e educativo nas águas da região.

**pré-vestibular**

O Sinergia firmou convênio com o Curso Pré-vestibular Conexão XXI para que os eletricitários sindicalizados possam ter a oportunidade de se preparar melhor para o vestibular pagando mensalidades menores.

As aulas são ministradas de segunda a sábado. Durante a semana o horário é das 19h às 22h30 e aos sábados das 14h às 18h. Os associados interessados já podem fazer suas matrículas.

Mais informações com o sindicato ou no próprio Conexão, nas ruas Barão de Cotegipe, 98 (em frente à Caixa Econômica Federal), na Calçada, Araújo Pinho, Faculdade de Odontologia, 6º andar, no Canela, Manoel Barros de Azevedo, 608, na Associação Sociedade Satélite, no caminho de Areia.

**Plantão do Sinergia**

Caso você precise entrar em contato com o sindicato, ligue: **0800-71-1866**.

Confira a tabela do plantão dos diretores:

Segunda-feira.....	Paulo de Tarso
Terça-feira.....	Paulo Ferreira
Quarta-feira .....	Joelson
Quinta-feira .....	Benitez
Sexta-feira .....	Brito

Fonte: Sinergia.

O boletim *Alarme*, Ano 19, nº 26, ano 1999, registra uma visão ampliada dos dirigentes sindicais dentro do contexto analisado, que é a preparação de pessoas para o ingresso no ensino superior através de curso pré-vestibular. A politização e constante necessidade de desenvolvimento da consciência sócio-histórica do operariado, é aqui registrada pela preocupação do sindicato com a educação, como um dos atributos relevantes de enfrentamento dos conflitos inerentes a uma sociedade de classes, com sua estrutura histórica dos pilares e heranças do trabalho escravocrata. O trabalho empírico que visitou a memória de dirigentes e militantes, os registros, as imagens, constatou-se conforme o decorrer de nossa análise do mundo da cidadania política, que a preocupação econômica se constituiu na alma sindical, fazendo jus à natureza, os objetivos, de sua gênese.

Enfim, em algum momento, a dureza da economia abre espaço para dimensões mais sutis do processo histórico, que é a formação educativa para ampliação do arcabouço teórico e a formação continuada de filhos e filhas de operários e operárias no sertão do São Francisco. A luta ultrapassa a sedução necessária da economia, voando para outros horizontes: a educação.

**Figura 156** – As cores e barragens que separam, as lutas operárias que unem o imenso sertão.



Fonte: Sinergia.

No boletim, *Alarme*, ano 19, datado de outubro de 1999, p. 5-6, intitulado de "Privatização Prejudica o Nordeste, Lideranças Políticas e Sindicais Defendem o Rio São Francisco", destaca-se o seguinte trecho: "O povo nordestino não quer a privatização da

Chesf. Vender a empresa é o mesmo que privatizar e controlar a vazão das águas do Rio São Francisco”. Telles (2003), na construção identitária da região Nordeste como produto de batalha onde o Estado se constitui num campo de luta privilegiado para disputas regionais, a região demarca os limites políticos institucionais. Aqui no caso, o Nordeste, Rio São Francisco e Chesf se constituem em identidades imbrincadas que se confundem com a própria história do sujeito e da região. Lutar contra a privatização é salvar o Rio, um apelo que seduz e movimenta diferentes significados e sujeitos.

O Estado de Bem-Estar Social que tinha como finalidade e característica básica, a intervenção da estatal nas atividades econômicas, regulando-as, subsidiando-as e executando grandes investimentos e obras, foi de certa forma, observando os contextos, a natureza. Com base nesse princípio, o capitalismo moderno propôs políticas de compensação econômica e social, como moradia, educação básica, assistência à saúde, transporte, lazer, enfim, o mínimo de Bem-Estar Social. A Chesf dentro de seu ideário civilizatório e de inventar um espaço sociopolítico e econômico no sertão, na sua trajetória, aplicou uma política de Bem-Estar Social. Evidente com todas as discussões e práticas punitivas, discriminatórias e racistas, que faziam parte da mesma paisagem.

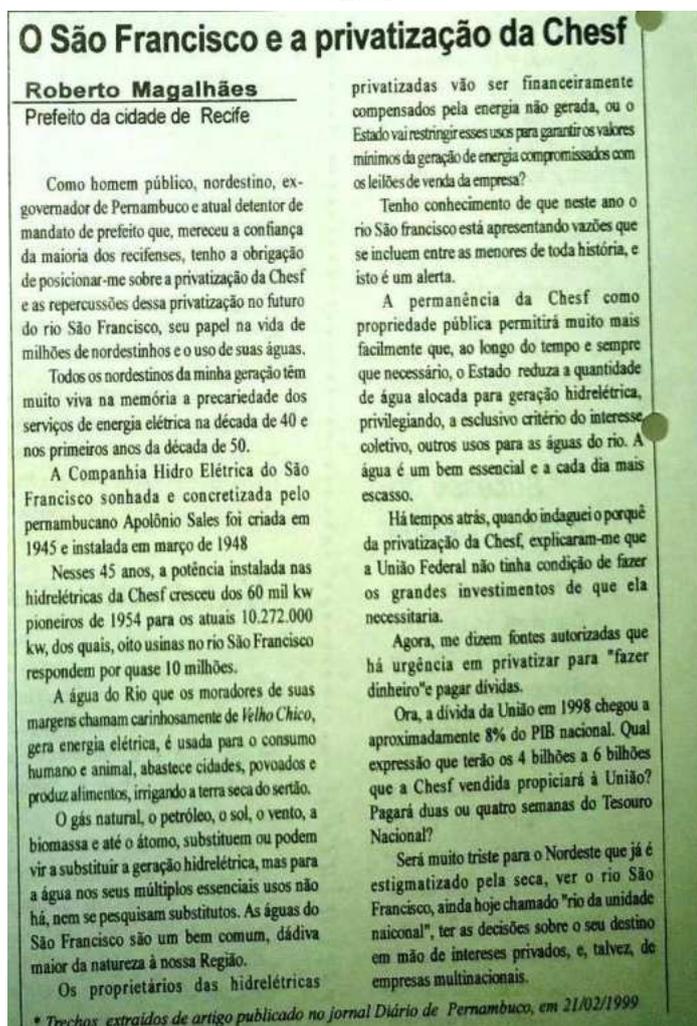
Nos anos 90, com a intensificação das políticas de privatização inauguradas no governo de Fernando Collor de Mello (91-92), e posteriormente ampliadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que dentre outras premissas, e de acordo com os analistas de maior referência internacional como os economicistas Friedrich Von Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006), que atribuíram a crise do Estado como resultado direto com os gastos com políticas sociais, defenderam, portanto o Estado Mínimo, o que significava voltar ao que propunha o liberalismo clássico: o mínimo de intervenção estatal na vida das pessoas.

Enfim, a luta contra a privatização foi uma das bandeiras relevantes de mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras que se ampliou para diversas lideranças populares, sindicais e de representação política e institucional. Rio e Chesf têm a mesma natureza e significação. Destaca-se a fala de uma importante liderança do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes: “Temos a convicção de que o Rio São Francisco não é como outro qualquer. É um rio que faz parte da história do povo nordestino e, portanto, pertence a esse povo. Vamos continuar unidos em defesa do São Francisco”.

Pernambuco exerce relevante influência na identidade nordestina e na força humana e sociopolítica da estatal. A formação histórica do operariado foi marcada por sujeitos e sujeitas oriundos desta unidade da federação e nesta produção imagética e discursiva do Nordeste e da

luta contra a privatização da Chesf, estas águas que refletem a simbologia, atraindo e movimentando interesses e desejos.

**Figura 157**– Pernambuco, a alma material do Nordeste na luta contra a privatização do rio, Chesf.



Fonte: Sinergia.

O boletim *Alarime*, ano 19, nº 6, datado de 21 de fevereiro de 1999 e intitulado de: “O São Francisco e a Privatização da Chesf”, aponta para o posicionamento de Roberto Magalhães, o prefeito da época, em relação à privatização da Chesf e suas consequências para o próprio Rio São Francisco e os milhares de nordestinos que dependem de suas águas. Muniz (1999), o discurso regionalista, não é emitido a partir de uma região exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encarnada, produzida e pressuposta. Ela é parte da topografia do discurso de sua instituição. Antes de inventar o regionalismo, as regiões são produtos deste discurso.

A luta contra o processo de privatização, dentre outras dimensões, em diversos momentos, evocava este contínuo de identidades: Nordeste, Rio, Chesf, como elementos do mesmo processo que mobilizou os atores sociais. Pernambuco e Recife sempre se configuram nos discursos, como detentores dessa identidade de luta nordestina que denuncia a ação de um outro, no caso, o Estado, que representa o poder central mais identificado com o Sul e o Sudeste, do que com o Nordeste. Escreve:

*Como homem público, nordestino, ex-governador de Pernambuco e atual detentor de mandato de prefeito que, mereceu a confiança da maioria dos recifenses, tenho a obrigação de posicionar-me sobre a privatização da Chesf e as repercussões dessa privatização no futuro do Rio São Francisco, seu papel na vida de milhões de nordestinos e o uso de suas águas.*

Continua:

*Todos os nordestinos da minha geração têm muito viva na memória a precariedade dos serviços de energia elétrica na década de 40 e nos primeiros anos da década de 50. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco sonhada e concretizada pelo pernambucano Apolônio Sales foi criada em 1945 e instalada em março de 1948.*

A reivindicação de uma identidade pernambucana e nordestina, que apela para a mobilização do povo contra o processo de privatização do rio, emergem a trajetória imagética da instalação da Chesf no sertão do São Francisco e todo o papel sociopolítico, que desempenhou e desempenha Pernambuco neste cenário como um centro protetor da estatal.

A narrativa da precariedade, do atraso, experimentados pelo Nordeste antes da instalação da Chesf, mais uma vez seduz os imaginários de diferentes sujeitos na defesa da estatal. Neste aspecto, a uma unidade na prática e no discurso entre o movimento sindical e lideranças de diferentes matrizes e identidades político-partidárias. A Chesf é patrimônio dos nordestinos e nordestinas, e neste sentido, a ideia das contradições e do racismo, de certa forma é percebida, mas mais uma vez não se constitui como uma bandeira expressiva de luta. A luta contra a privatização mobiliza e serve como uma identidade sociopolítica e econômica, que alimenta o véu das outras possíveis contradições.

**Figura 158** – As humanas entranhas do Sinergia: economia que seduz e minimiza as lutas antirracistas no sertão.

**Principais pendências** Campanha Salarial 99 / 2001

✓ **ESCALA DE TURNO** - Queremos a exclusão da escala 4x1. Já é consenso entre gerentes e empregados que esta escala é sacrificante e não funciona.

✓ **VALOR DO TÍQUETE REFEIÇÃO** - Nossa proposta é de 22 tíquetes mensais no valor de R\$ 7,00. A Coelba insiste em conceder apenas 21 no valor de R\$ 6,00.

✓ **REAJUSTE SALARIAL** - a Coelba não deixa claro se aplicará o ICV/Dieese, de 7,08%, e se dará ou não o abono de 01 salário-base.

✓ **ESTABILIDADE PARA DIRIGENTES SINDICAIS**

✓ **HORAS EXTRAS** - primeiro a Coelba propôs a criação de um banco de horas (que não aceitamos). Agora quer manter a situação nos termos atuais e criar uma comissão de acompanhamento.

✓ **PARTICIPAÇÃO DE LUCROS** - Queremos que seja feita uma "carta de compromisso". A Coelba se recusa a qualquer menção sobre o assunto.

✓ **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE** - Retroativo de 5 anos para quem recebia periculosímetro e deixou de receber em janeiro /99

✓ **TRANSFERÊNCIA E NORMAS DE VIAGENS** - Reivindicamos a participação nas definições sobre esses temas.

✓ **GARANTIA DO EMPREGO** - Propusemos uma cláusula nesse sentido para preservação da qualidade do serviço ao consumidor.

**VALEU, COMPANHEIROS! MOSTRAMOS NOSSA FORÇA!**

*A adesão dos trabalhadores do setor energético da Bahia ao Dia Nacional de Paralisação e protesto contra o desemprego provocado pelo governo de FHC foi fantástica. Na capital e no Interior, cerca de 90% dos trabalhadores da Coelba Chesf participaram das assembleias promovidas pelo Sinergia.*

Só a mobilização pode garantir nossos direitos

**alarme**

Informativo do Sindicato dos Eletricitários da Bahia (Sinergia) Rua J.J. Seabra, 441, Sete Portas Salvador -BA.  
Tel.: (071) 325-1868 Fax: (071) 326-0368 E-mail: [alarme@svn.com.br](mailto:alarme@svn.com.br)  
Texto/Edição/Editoração - CriaçãoPlus Impresso na gráfica do Sindicato. Tiragem: 5 mil exemplares. ALARME - fundado em outubro de 1981. Todas as matérias são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindicato.

Fonte: Sinergia.

O boletim *Alarme* do acervo Sinergia 1999, que registra o final do decênio de 90 e as pautas para os anos 2000, segue a lógica de uma sociedade marcada pelas tensões e conflitos inerentes ao seu modelo hierárquico, de concentração de poder e riqueza. O Sinergia, neste documento, retoma toda a sua trajetória dos anos 80 e 90, em que a busca por direitos e cidadania política mobilizou trabalhadores e trabalhadoras no sertão do São Francisco.

O registro que manifesta os aspectos da luta que colocou no seio do Estado através da Chesf, os conflitos são expressos por 9 (nove) indicativos que refletem a histórica luta sindical. A sociedade brasileira é marcada pelas contradições sociais, econômicas e políticas, que muitas vezes foram ignorados e minimizados pelos dirigentes da estatal, ou considerados como sinônimo de perigo, desordem, passíveis da repressão policial do Estado.

O Sinergia, como um sindicato que representa a classe operária, tem em sua alma constitutiva as bandeiras econômicas, que são justas e legítimas pela própria natureza da organização das classes sociais. As bandeiras de reajuste salarial, valor do tíquete-refeição e estabilidade evidenciam uma pauta mais ampla que ultrapassa os limites do economicismo reinante neste modelo de organização.

A incorporação de um contingente de operários pardos e s, de origem predominantemente rural e de baixa escolaridade, atraídos pela necessidade do trabalho, constituiu uma relevante dimensão do contingente de operários no sertão e da incorporação de centenas de sujeitos na ordem competitiva e nas fileiras sindicais em um período em que os olhos hegemônicos da literatura e dos noticiários estavam mais voltados para o Sul e Sudeste. No sertão houve resistência e conflitos de diferentes conteúdos e significados. Uma vida em meio às águas, rochas e cimentos, uma vida de alvoroço.

Na sua composição racial, a predominância de operários pretos e pardos que irmanaram na trajetória sindical no sertão do São Francisco sua milenar história de luta e resistência, busca incansável por direitos trabalhistas e sociais para construção de sua cidadania econômica, social, política e simbólica. Neste sertão sindicalizado através do projeto estratégico e de elevada relevância desenvolvido pela Chesf, a luta antirracista não se constitui em uma mola propulsora das bandeiras dos trabalhadores, mas em sua existência, em seus significados e ações a raça preta estava na alma, na força, nas mobilizações, cantorias e resistências que atenuaram o peso e as dores do trabalho em meio às pedras e natureza bruta.

## **5 BREVES CONSIDERAÇÕES: OPERÁRIOS BRANCOS, PRETOS E PARDOS, E AS PELES MARCADAS PELO PROGRESSO E O RACISMO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**

A pesquisa analisou a composição racial do operariado da Chesf entre 1950 e 1990, concentrando-se nas relações estabelecidas entre a empresa e o operariado no sertão do São Francisco e em todas as questões relacionadas ao mundo do trabalho e às forças produtivas engendradas em uma relação complexa do homem com a natureza e entre si. O trabalho de investigação científica não objetivou minimizar a relevância econômica, política, simbólica e cultural na região do São Francisco. A ciência busca discutir e analisar as contradições e em muitos casos a identidade e o papel daqueles e daquelas que por um lado foram invisibilizados na teia das relações sociais, e por outro, exerceram papel de protagonismo no fazer e sentir a história. Pretos, brancos, pardos, indígenas, camponeses, ciganos, mulheres e homens que compuseram a classe trabalhadora no Sertão do São Francisco.

A investigação sociológica tem como premissa o aproveitamento do potencial hidroelétrico do Rio São Francisco, processo que atraiu um contingente considerável de pessoas de diferentes partes do país, especialmente do Nordeste, para a realização do projeto de modernidade. Durante nossa pesquisa empírica, registramos um operariado de origem predominantemente rural e de baixa escolaridade, que, sob a nuance da categoria de classes sociais, perpassava as diferenças raciais expressas nas funções ocupacionais, na vigilância, na localização espacial e residencial e na precarização do mundo do trabalho.

Ao longo de sua trajetória de implantação e execução de usinas e barragens, a Chesf difundiu preconceito e discriminação fluidos e ambíguos que, por um lado, abriam brechas, mas, por outro, reproduziam as estruturas simbólicas do racismo expressas e ressignificadas da sociedade brasileira no interior da empresa. A inclusão e a exclusão coexistiam, mas a discriminação racial se mostrou estrutural e persistente.

A pesquisa empírica teve como pilar relevante a catalogação e análise de 298 dossiês, iconografia, documentos, relatórios, boletins e, especialmente, as falas dos sujeitos que, ao visitarem suas memórias e lembranças, revelaram com maior nitidez as relações estabelecidas no interior da estatal. Tudo isso em um contexto de desenvolvimento das relações capitalistas, inauguradas com maior intensidade no período de 30 e nos anos posteriores, com a necessidade imperiosa de criar as bases para a indústria nascente. No caso em tela, a geração e distribuição de energia elétrica se constituía em um dos elementos que impulsionou a criação da Chesf entre 1948-1950.

A Chesf isco foi criada pelo Decreto-Lei 8.031 de 3 de outubro de 1945 e efetivamente constituída na primeira assembleia geral de acionistas em 15 de março de 1948 com o objetivo de administrar as águas do Rio São Francisco, através dos complexos de usinas hidroelétricas no sertão que entrelaçam os Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. A intervenção da Chesf na região não se tratou apenas de uma ação técnica, mas também mobilizadora em diferentes sentidos no processo civilizatório e migratório do Brasil, Nordeste e, de modo singular, do Sertão.

A instalação da Chesf no Nordeste brasileiro como empresa estratégica para o projeto de modernização foi marcada pela ambivalência da narrativa de um sertão atrasado, anticivilizado, bruto e abundante em água, portanto merecedor da ação quase salvacionista da estatal. Como relata o boletim da estatal: “Inteligência nativa mistura-se com a universal para a formação da felicidade e do progresso. Chegaram enfim os grandes momentos: o Primeiro Milagre é realizado em Paulo Afonso”. A narrativa pessimista de uma inteligência nativa inferiorizada que precisa do impulso da inteligência universal – ou seja, todo o arcabouço transplantado pela Chesf para o sertão.

A exemplo de movimentos anteriores, como Canudos (1894-1897), de natureza mais religiosa, sem minimizar a dimensão política, econômica e cultural do Arraial, e Delmiro Gouveia/AL (1910-1913), de caráter mais econômico na ordem da nascente sociedade competitiva, tudo isso contribuiu com a inserção do sertão no cenário nacional com maior intensidade. No entanto, de modo geral, o sertão era visto como um misto de barbárie, violência, natureza bruta, civilizado e incivilizado, resistente e de luta. A Chesf era o Estado e promoveu a migração através do estímulo dos desejos e necessidades de camponeses. Conforme um dos relatos:

*Meu pai entrou na Chesf quando era menor, com 17 anos. A gente foi criado dentro da Chesf. Ele trabalhava na roça e veio para Paulo Afonso para fugir dela, pois ele dizia que plantava e não dava. A notícia da criação da Chesf passava de boca em boca, como formiguinha, aí a gente veio para cá – (R.C. Amorim, autodeclarado branco).*

Diante das circunstâncias e da necessidade de mão de obra, a estatal recorria a diversos mecanismos de divulgação e mobilização dos operários para o sertão, até mesmo o uso de carros de som.

A escolaridade dos primeiros operários dos anos 51-60 confirmou que a maioria se caracterizava entre analfabetos, semianalfabetos e ginasiais (atualmente equivalente ao ensino

fundamental), o que tem relação com sua origem, função na empresa e colocação no acampamento da cidade da Chesf.

O sertão, antes visto como seco, inóspito e sem vida, onde o ser humano se confundia com a natureza, foi desenvolvido e resgatado, pois ao lado da miséria havia uma fonte de riqueza. Como relata um boletim da Chesf: “*A água transforma-se em luz e força para a salvação do Nordeste... A conquista e a dominação da própria natureza pela inteligência humana*” (Chagas, 1982, p. 10).

O desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira pós-1930 gerou um tipo particular de sociedade urbana, baseada na superconcentração de atividades produtivas. O crescimento industrial e a demanda por bens e serviços exigiram mais intervenção do Estado na economia para incrementar a acumulação de capital. Neste cenário, insere-se a criação da Chesf, intrinsecamente vinculada à lógica da industrialização e à necessidade de uma matriz energética.

No seu período inicial, a Chesf chegou a ter 15 mil trabalhadores dentro e fora dos muros. As primeiras décadas do século XX estabeleceram um ciclo vicioso entre a herança sociocultural transplantada da senzala e do antigo regime, com a necessidade de incluir pretos e pardos na sociedade de classes. Os dados levantados até aqui sugerem que a Chesf assim procedeu.

A ação da Chesf na região do São Francisco vai além da engenharia: verificou-se que a empresa moveu o mundo, realizou coisas, criou símbolos e seu operariado transladou-se junto com ela. Observou-se também que a função do operário no interior da empresa, vinculada à escolaridade, serviu como um verniz que escamoteou e minimizou a reflexão étnico-racial, reproduzindo um racismo velado de difícil identificação. Entretanto, as falas, corpos, imagens e águas do rio apontam para as contradições que perpassam as relações engendradas no mundo do trabalho.

De modo geral, a presença da Chesf no sertão está inserida no contexto das relações modernizantes do século XX que, além do processo de industrialização e urbanização, intensificaram a preocupação em consolidar e formar os símbolos da identidade brasileira. Do ponto de vista identitário, Gilberto Freyre publicou em 1933 *Casa-Grande & Senzala*, que retoma e difunde a ótica otimista da mestiçagem exaltando a convivência pacífica entre brancos, pretos e índios. Isso se converteu ao longo do tempo em um dos pilares de nossas singularidades identitárias – o mito da democracia racial.

O complexo de usinas hidroelétricas atraiu e incorporou pessoas para novas formas de trabalho, linguagem, lazer, símbolos, signos e conflitos. O humano e a natureza se confundem

e se separam (Fernandes, 2003). A metamorfose do africano em escravo foi acompanhada pela metamorfose do preto em subalterno, dominado, discriminado e diferente do outro. Neste sentido, negro e escravo se confundem. Por que não sugerir a metamorfose dos sertanejos e camponeses em operários, com etnias invisibilizadas ou visibilizadas nas relações de classes? A presença da estatal contribuiu significativamente com os processos migratórios do Nordeste para o Nordeste, incorporando ex-escravos e camponeses na nova ordem competitiva no sertão do São Francisco.

Telles (2003) analisa a fluidez da classificação racial ou o estigma da autodeclaração como preto, evidenciado nas falas: “*Não sei, branco, negro, pardo, branco?*” (A. B. Pereira, branco, médico, ensino superior); “*Popularmente, somos morenos, mais equivalente a pardos*” (J. R. dos Santos, 63 anos, autodeclarado pardo, técnico de estrutura operacional). Isso evidencia o racismo e a discriminação diluídos ou que se caracteriza como um mecanismo de defesa ou estratégia de negação da raça para se incorporar à ordem competitiva no seio da Chesf. O mulato tem maiores chances de ascensão social, afetiva e religiosa. A Chesf, mesmo com as contradições observadas acerca da dimensão racial e de classes, promoveu uma certa mobilidade social, o que se revela na seguinte fala: “*A Chesf foi tudo para mim, onde fiz minha família, emprego, filhos; desenvolvi a minha vida, o que eu sou hoje eu agradeço a Chesf*” (M. C. Ramos, autodeclarada branca, 64 anos, Operadora-Chefe de Centro de Formação, ensino superior). Outro relato: “*Era a peãozada ralé que trabalhava debaixo das locas, das rochas, cavando para as turbinas e desvio do rio, quando trava na fila do restaurante aquela munição, o povo que passava gritava: olha a cassacada, era o trabalhador pobre, sem qualidade; havia muitos negões e entre eles, era uma bagunça daquelas*” (J. A. Souza, autodeclarado pardo, 72 anos, motorista, 1º Grau)”.

Nos depoimentos observou-se que o caminho natural de um contingente significativo dos nordestinos para não morrer de fome, durante os anos de 50 a 70, era, de alguma forma, as obras da Chesf e suas conexões com o fenômeno de inclusão dos nordestinos na sociedade de classes. Aqueles operários dentro das pedras eram considerados brutos e fortes no corpo para o trabalho. Tudo isso de forma sutil ou explícita constitui a análise desse paradigma das teorias evolucionistas e racistas do século XX, em que clima e meio influenciavam na dimensão psíquica. Essas conexões constituem um dos pilares da pesquisa.

A categorização por década nos permitiu traçar um perfil sociocultural, identitário e funcional dos operários. Retomando a década de 50-60, em relação à naturalidade dos operários, do total de 96 (noventa e seis) dossiês analisados, verificou-se que a maioria era oriunda de municípios do interior do Estado de Pernambuco, com um total de 50 (cinquenta)

operários. O segundo maior contingente era proveniente do Estado da Bahia, com 17 (dezesete) operários, seguido por Alagoas com 16 (dezesesseis) e Paraíba com 13 (treze). O que há de similitude na origem dos operários é o seu pertencimento a municípios do interior dos Estados do Nordeste.

No tocante à escolaridade da década de 50-60, do contingente analisado, registrou-se 22 (vinte e dois) analfabetos e 38 (trinta e oito) semianalfabetos. Isso corrobora a associação entre idade, naturalidade, escolaridade e raça nas relações entre a Chesf e seu contingente de operários. O operariado era constituído de pessoas oriundas do interior e predominantemente analfabetas e de baixa escolaridade. O trabalho braçal não dependia necessariamente de alto nível de escolaridade.

Na dimensão identitária e étnico-racial, revelou-se que, do universo de 96 (noventa e seis) operários, 56 (cinquenta e seis) eram pretos e 15 (quinze) pardos, refletindo a fluidez da classificação racial na sociedade brasileira. No desfecho, para um universo de 71 (setenta e um) pretos, temos um total de 12 (doze) brancos e 13 (treze) não estavam devidamente identificados. Os trabalhadores que migraram para as engrenagens das usinas hidrelétricas no sertão eram predominantemente analfabetos, pretos e pardos.

Ainda na década de 50-60, no contexto das contradições nas relações do mundo do trabalho, observamos que o maior quantitativo de operários pretos e pardos teve pouca mobilidade social, com apenas um total de 18 (dezoito) operários promovidos. Dois operários brancos foram promovidos para funções de maior relevância enquanto os pretos e pardos mudaram sem muito impacto na notoriedade de suas funções.

Uma das marcas relevantes no decênio de 50-60 foi a exposição de corpos pretos e pardos às condições precárias e desumanas do mundo do trabalho: no total de 427 (quatrocentos e vinte e sete) ocorrências de afastamentos, os pretos e pardos foram acometidos por 376 (trezentos e setenta e seis) acidentes enquanto brancos se afastavam por questões de saúde e familiares. Isso evidencia as precárias condições de trabalho no interior das instalações da Chesf. O desenvolvimento e progresso propagado pela Chesf produzia feridas nas existências e histórias pretas e pardas.

Os anos 51-60 foram marcados pelas práticas racistas da estatal em relação aos trabalhadores pretos e pardos. A discriminação e a vigilância estavam presentes em uma lógica punitiva, com dimensões subjetivas e hierarquizadas entre os que exerciam funções de “*mando*” e os que “*obedeciam*”. Dentre as 16 (dezesesseis) punições catalogadas no período, as correntes punitivas da Chesf estavam vinculadas a dimensões comportamentais como *desobediência*, *desrespeito*, *descortesia*, *insubordinação*, *indisciplina*, *corretivo ao*

*comportamento e embriaguez no trabalho*. As práticas punitivas também estavam interligadas a questões mais diretas ao trabalho, como *dormir no trabalho e exercício de atividade de pescaria irregular na área da Usina*. A repressão discriminatória era imputada à prática cidadã dos operários, como *participação em movimentos grevistas e insuflar ou aliciar companheiros de trabalho para movimentos grevistas*.

Registrou-se no sertão que a Chesf alimentou e difundiu a dominação racial entre operários pretos, brancos e pardos através de seu modelo e narrativas que “aboliram” as heranças psicossociais herdadas da escravidão. Sob o corpo e desejos do operário preto e pardo, a Chesf exercia suas formas de controle sob uma rígida vigilância denominada “ocorrências disciplinares”.

Prosseguindo os acontecimentos por década, nos anos 61-70, em relação à naturalidade dos operários, o Estado de Pernambuco continuou exercendo uma expressiva hegemonia, pois do universo de 71 (setenta e um) sujeitos analisados, 42 (quarenta e dois) operários eram pernambucanos; 17 (dezessete) alagoanos; 5 (cinco) baianos; 2 (dois) sergipanos e 3 (três) não foi possível identificar a origem. Em síntese, Pernambuco exerceu um relevante papel na construção identitária do Nordeste e do sertão do São Francisco.

Além disso, na década de 61-70, em relação à escolaridade do operariado, do total de 71 perfis analisados, identificamos a seguinte composição: 19 (dezenove) operários foram classificados como analfabetos; 7 (sete) se enquadravam em alfabetizados; 10 (dez) assinavam o nome; 12 (doze) sabiam ler e escrever; 4 (quatro) estudaram da 1ª até a 4ª série; 3 (três) estudaram da 5ª até a 8ª série; 2 (dois) concluíram o 2º Grau; apenas 1 (um) encerrou o 2º Grau técnico, nenhum alcançou o ensino superior e 13 não houve registro. Baixa escolaridade e trabalho braçal eram umas das marcas da paisagem humana nas engrenagens modernizantes da estatal.

Observou-se na dimensão racial do operariado, a predominância de pretos e pardos, sendo distribuídos respectivamente em: 36 (trinta e seis) e 17 (dezessete). Além deles, constatou-se a presença de 7 (sete) brancos. Destaca-se que do universo, mais uma vez não foi possível a identificação do perfil de 11 (onze) operários. A força laboral da estatal segue a marca das existências ancestrais, pretas e pardas, em suas estruturas. Nesse sentido, não difere do período anterior, e esta configuração está mais suscetiva às práticas sutis do racismo no cotidiano do operariado.

No campo das promoções houve uma relativa mobilidade em casos mais específicos. A mobilidade vinculada à escolaridade era mais presente nas operárias do sexo feminino que

eram incorporadas em atividades de maior prestígio social, do que os operários do sexo masculino.

As ocupações do operariado preto e pardo concentravam-se em funções de menor prestígio social, como carpinteiro, trabalhador, ajudante de pedreiro, ajudante de mecânico, soldador e auxiliar de topografia, enquanto os operários brancos ocupavam funções de maior notoriedade. A pigmentação do operariado estava relacionada à sua negritude, desembocando em desigualdades raciais no interior da estatal e refletindo uma operação contínua de princípios racistas e de seleção social. A Chesf não tinha uma legislação explicitamente racista, mas tinha uma prática sutilmente discriminatória.

Prosseguindo com o decênio de 61-70, de um total de 302 (trezentos e dois) atestados e afastamentos, 73 (setenta e três) correspondia aos operários brancos; e 181 (cento e oitenta e um) atestados são de operários pretos, destes, 151 (cento e cinquenta e um) registros foram em decorrência de acidentes de trabalho tendo maior ocorrência. Dos operários pardos, no total de 48 (quarenta e oito) registros de atestados, sua maioria também foi por acidente de trabalho, sendo 40 (quarenta) dessa mesma dimensão.

Referente ao quantitativo de punições do decênio, no total de 71 dossiês analisados, identificamos 20 registros de ocorrências disciplinares, de punições diretas ao operário assim descritos: no âmbito dos operários brancos, apenas 1 (uma) punição foi registrada, sendo uma advertência por atraso no instituto de trabalho. Enquanto entre os operários pretos e pardos, a realidade foi bastante distinta, sendo imputados em 19 (dezenove), estas em geral por indisciplina, desobediência ao superior, suspensões por participar e insuflar companheiros de trabalho para movimento grevista, advertência por improbidade administrativa, demissão por baixa produtividade, suspensão por falta de serviço. A mão pesada da Chesf agia fortemente sobre operários pretos e pardos. De certa forma, a herança das estruturas psicossociais de uma sociedade escravocrata emergia nas águas do Velho Chico. A punição era uma forma de materialização do racismo.

Enfim, o controle e disciplina sobre o corpo, além das divisões residenciais, de lazer, educação e saúde evidenciavam o tratamento mais severo e punitivo com o operariado preto e pardo. Era preciso *controlar* e *corrigir* o comportamento dos potencialmente *vadios* e *perigosos* – os pretos e pardos.

Na década de 71-80, ao analisar as identidades e perfis socioculturais do operariado, do universo de 63 (sessenta e três) operários e operárias investigados, o Estado de Pernambuco tem o maior número de operários nas fileiras da estatal, totalizando 38 (trinta e

oito), seguido do Estado da Bahia, com 16 (dezesseis) operários. O restante do contingente está distribuído em outros Estados do Nordeste.

Observa-se que nesse decênio a Chesf já estava mais consolidada na região com as usinas e barragens e com sua rede de serviços de saúde, educação, esporte e lazer. Isso demandava um operariado mais qualificado para exercer essas atividades. Neste período, Pernambuco e Bahia lideram os trabalhadores na construção de barragens e usinas.

Em relação à escolaridade do operariado neste mesmo decênio, esta é uma variável relevante das desigualdades raciais. Do universo, 13 (treze) eram analfabetos, 7 (sete) alfabetizados, 9 (nove) assinavam o nome e 6 (seis) sabiam ler e escrever. Houve também 7 (sete) operários da 1ª a 4ª série e 7 (sete) da 5ª a 8ª séries. Ainda existiam muitos operários de baixa escolaridade. A Chesf era em sua formação escolar preta e parda, analfabeta e semianalfabeta, campo fértil para as práticas racistas que operavam os sentidos e significados das relações do mundo do trabalho em seu interior.

Contudo, a estrutura do operariado já estava passando por uma metamorfose em curso com considerável processo de branqueamento. Evidenciou-se um aumento dos atributos socioeducativos. Do ponto de vista formal aponta-se na década de 71-80: 6 (seis) operários de 2º Grau completo, 1 (um) técnico de 2º Grau, 6 (seis) com superior completo e 1 (um) técnico de nível superior. A variável escolaridade tem intrínseca relação com a naturalidade e consequentemente com as funções exercidas na estatal pelo operariado branco e de maior prestígio social. A escolaridade dizia muito sobre a etnia e a cor da pele. A formação era uma das marcas do racismo à *sertaneja*, manifestando sua segregação entre brancos, pretos e pardos.

Intensificando nosso mergulho nas jornadas humanas e socioculturais dos operários e operárias no decênio de 71-80, em sua composição étnico-racial verificou-se que do total de 63 (sessenta e três) identificados, estão assim distribuídos: 15 (quinze) brancos; 21 (vinte e um) pretos e 18 (dezoito) pardos. Em virtude do acervo do Cedoc não estar devidamente organizado, do contingente pesquisado não foi possível identificar as informações acerca do perfil identitário de 9 (nove) operários.

Apesar dos processos de modernização e das sombras de branqueamento da estatal em virtude da complexidade de suas ações, sua alma identitária ainda era predominantemente preta e parda. Portanto, se era preta e parda, estava mais suscetível e refém das narrativas e práticas racistas.

Relativo à mobilidade, aqui considerada como mudança de função, no decênio analisado não foi identificada uma significativa alteração. Apenas 3 (três) operários brancos

foram transferidos de funções. Em relação aos pretos e pardos, apenas uma mudança significativa foi de um auxiliar de campo para topógrafo e auxiliar de engenharia. As mudanças de funções registradas estavam muito mais vinculadas à herança do personalismo e do *apadrinhamento do mando* e de *quem obedece* do que a critérios racionais.

Em todo o desenrolar da nossa investigação, as marcas do corpo do operariado foram uma expressão viva da imperiosa relação entre a estatal e seus trabalhadores. Na década, do universo de 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) licenças de afastamentos, 279 (duzentos e setenta e nove) foram por acidentes de trabalho, predominantemente de operários pretos e pardos, enquanto houvera apenas 2 (dois) casos referentes aos funcionários brancos. Prosseguindo, registrou-se 129 (cento e vinte e nove) atestados por questões de saúde; dentre os casos, sua maioria é pertencente de operários pretos e pardos, enquanto 7 (sete) casos foram de operários brancos. Os corpos dos trabalhadores pretos e pardos continuavam expostos na sua condição racializada, vigiada, punida, acidentada e machucada.

As marcas do racismo no sertão do São Francisco se espalhavam por todos os lados, sendo uma das suas expressões mais particularizadas e significativas que se materializavam nas denominadas *ocorrências disciplinares*. No total de 38 (trinta e oito) punições, enquanto não houve ocorrências entre operários brancos, aos pretos foram aplicadas 37 (trinta e sete) punições e apenas uma operária parda foi advertida.

No período, as advertências em geral referem-se às transgressões que receberam suas respectivas penalidades: desobediência ao superior, desídia, incitação ao movimento grevista, indisciplina e desrespeito ao superior. Muda-se um pouco a cor e a etnia do operariado, entretanto as práticas punitivas e de controle e disciplina para os operários pretos e pardos continuam nadando firmemente nas águas do Rio São Francisco.

A construção das barragens e usinas continuou atraindo um contingente de pessoas de diferentes Estados do Nordeste para a região do São Francisco. Com leve significação para o período de 81-90, uma vez que o Estado da Bahia ofereceu um maior contingente de mão de obra, pois do total de 68 operários e operárias identificados, 32 (trinta e dois) eram originários do Estado da Bahia, seguidos de 22 (vinte e dois) oriundos do Estado de Pernambuco. Os demais pertenceram aos Estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. A maior estabilidade funcional e a formação das famílias na região podem ter contribuído para uma presença mais significativa das vidas baianas nas ações laborais no sertão.

No campo empírico, relativo à escolaridade, verificou-se um aumento do nível de formação nos anos 81-90, intrinsecamente vinculado à diminuição do trabalho braçal e à intensificação das atividades de saúde, assistência social e lazer desenvolvidas pela estatal.

Nesse sentido, do universo investigado, a escolaridade foi assim nominada: 20 (vinte) de 2º Grau completo, 10 (dez) de 3º Grau completo, 1 (um) técnico de 2º Grau, 1 (um) técnico de 3º Grau e 1 (um) operário que fez supletivo do 1º Grau.

O registro de operários analfabetos teve uma significativa redução na sua representação, sendo: 9 (nove) analfabetos, 4 (quatro) alfabetizados, 3 (três) sabiam ler e escrever, e 18 (dezoito) alcançaram a 5ª e a 8ª série.

Nos anos 81-90, que marcam a finalização da constituição de usinas e barragens no sertão do São Francisco, a estatal vai se apresentando e confirmando um processo de *branqueamento* e, portanto, de pouca identificação das práticas racistas e discriminatórias. Sem pretos e pardos, o racismo se torna invisível.

Desenrolando as nossas análises, revelamos que nos anos de 81-90 dentre os 68 (sessenta e oito) operários, 35 (trinta e cinco) eram brancos, 19 (dezenove) pretos e 14 (quatorze) pardos. A Chesf vai se modernizando e se *branqueando*. O pós-abolição no sertão promoveu um processo migratório que refletido nas águas do São Francisco foi-se lentamente mudando de cor à medida que exigiam funções de maior escolaridade e atividades de maior notoriedade. Mais branca nas funções, *menos racista* em suas práticas.

A estratificação social no interior da Chesf marcou todos os decênios analisados. Contudo, nos anos 80-90 percebeu-se uma mudança mais significativa na localização dos indivíduos brancos, pretos e pardos na hierarquia da estatal.

Relativo às análises em relação às práticas racistas materializadas nas promoções funcionais dos operários brancos, pretos e pardos no período analisado há um equilíbrio. Maior escolaridade, menos objetificação do corpo através das categorias meio e raça, extremamente narradas e materializadas nas décadas anteriores, perdem força. A modernidade e o *branqueamento* atenuaram as práticas racistas, fortalecendo as relações raciais mais fluidas e o racismo vai perdendo seu traço da cor e de origem do operariado.

Nesse sentido, o processo de *branqueamento*, alinhado à modernização das atividades laborais, diminuiu drasticamente os sinistros com os corpos e existências dos operários. No período foram registrados apenas 56 (cinquenta e seis) documentos referentes aos atestados dos operários e suas respectivas naturezas, em virtude de tratamentos de saúde, acidentes de trabalho e questões familiares. Contudo, mesmo com o *branqueamento*, pretos e pardos quando gozavam do direito legal do afastamento eram por acidentes de trabalho e questões de saúde. Não há uma linearidade das práticas racistas e discriminatórias, elas são contraditórias e ora se manifestavam em algumas dimensões e em outros aspectos da vida sociopolítica, econômica e cultural no sertão do Velho Chico.

Nos anos 81-90, o branqueamento em curso reflete-se também nas práticas punitivas da estatal. Das 25 (vinte e cinco) punições identificadas, foram imputadas aos operários e operárias pretos e pardos, e se referiam, nos períodos iniciais de implantação da Chesf e das décadas posteriores, quais sejam: o comportamento relativo a *embriaguez, indisciplina, insubordinação, desobediência ao superior, desrespeito ao superior e dissídia*; e aquelas de controle da consciência e participação político-cidadã, *insuflação e participação de movimentos grevistas*. A punição aos pretos e pardos não era tão somente pela raça, passa a ser também pela sua posição sociopolítica.

O operariado preto e pardo ainda continuava sob a égide da disciplina e do olhar atento dos seus dirigentes hierárquicos. Há uma combinação: por um lado o *branqueamento* na formação racial e por outro permanece o peso da domesticação para o trabalho. Enfim, a Chesf era mais branca, mas continuava punitiva com quem exercia funções de menor prestígio social – os pretos e pardos.

O mundo do trabalho foi caracterizado por uma narrativa que naturalizava os corpos, punia e monitorava comportamentos considerados perigosos, antimodernos e prejudiciais à disciplina para o trabalho, progresso e desenvolvimento do Nordeste e do sertão. Trabalhadores brancos, vindos de várias partes do Nordeste, geralmente escolarizados, ocupavam funções importantes e, portanto, não estavam muito sujeitos à mão pesada e racista da estatal. Pretos e pardos, com a mesma origem e menor escolaridade, sentiam em sua etnia, raça e cor um racismo distante das sombras. Eles experimentaram um inferno e um paraíso.

Ao longo de nossa jornada empírica e analítica do perfil dos trabalhadores, das relações no mundo laboral e do espaço da cidadania, identificamos a invisibilidade e visibilidade dos pretos no sertão. O espaço da cidadania também nos mostra a origem do nascente sindicalismo operário no sertão.

Em relação à estrutura do Sinergia, no período de 51-60, identificamos um universo de 58 (cinquenta e oito) indivíduos sindicalizados, destes: 27 (vinte e sete) eram pernambucanos e 17 (dezessete) alagoanos. Os demais, se dividiam, respectivamente, entre os Estados da Bahia, Paraíba, Sergipe, Ceará e Minas Gerais. As fileiras do sindicato em sua constituição identitária eram majoritariamente migratórias de Nordeste para Nordeste.

Em relação à composição racial dos sindicalizados, o trabalho braçal na estatal se refletia expressivamente no sindicato. Do contingente de 58 (cinquenta e oito) sindicalizados analisados, 24 (vinte e quatro) eram brancos, 19 (dezenove) pretos e 15 (quinze) pardos. Contabilizados pretos e pardos, um total de 34 (trinta e quatro) operários e operárias, fato que corrobora com as perspectivas anteriores da investigação. O trabalho braçal de escavações,

com corpos expostos ao sol, marcou a vida sindical no período. O sindicato era preto e pardo em sua gênese.

Continuando, sobre o processo identitário e funcional dos sindicalizados no período, a marca é a presença deste contingente em funções de alto valor social, pois o expressivo número de sindicalistas brancos exercia predominantemente as funções de: *atendente hospitalar, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, técnico de contabilidade e técnico de telecomunicação*. Enquanto os operários pretos e pardos sindicalizados, exerceram, em sua maioria, os ofícios de: *zelador, carpinteiro, eletricista, servente, ajudante de mecânico e trabalhador*.

A participação de pretos e pardos no mercado laboral ainda representa uma forte herança de uma sociedade hierarquizada e desigual, uma vez que os dados mostram que as funções ocupadas estão dentro de um contínuo que perpassa a ação da Chesf no sertão, onde a variável escolaridade, etnia e raça expressam essa condição inferiorizada das ocupações e funções desempenhadas por este contingente de origem hegemonicamente rural do interior do Nordeste, que compunham a paisagem humana e sociocultural dos trabalhadores.

Na década de 61-70, as questões da necessidade humana pelo trabalho como afirmação e elemento ontológico para estar vivo, sempre tiveram conexões com o conjunto dos trabalhadores em geral e em particular com pretos e pardos.

A formação sociocultural dos trabalhadores sindicalizados no período apresenta a seguinte representação: 26 (vinte e seis) operários de Pernambuco, 09 (nove) operários da Bahia e 07 (sete) operários do Estado de Alagoas. Os demais trabalhadores sindicalizados estão distribuídos em outros Estados do Nordeste e apenas um oriundo da região Centro-Oeste. O operariado de origem rural, de municípios nordestinos com baixa densidade demográfica e pouca escolaridade, formava a nascente classe e luta operária no sertão.

Na paisagem sociocultural do contingente de trabalhadores no período de 61-70, no sertão do São Francisco, refletindo a mesma lógica do mundo laboral nas fileiras sindicais. O sindicato em sua estrutura apresentou a marca predominantemente preta e parda, pois do universo de 49 (quarenta e nove) perfis identificados, 36 (trinta e seis) operários eram pretos e 11 (onze) eram pardos. Brancos sindicalizados representavam um quantitativo de 2 (dois operários).

A luta sindical tinha cor, raça, pele e trajetórias das existências migratórias de Nordeste para Nordeste, entre analfabetos e semiescolarizados, que viam na região uma oportunidade de incorporação laboral na propagada ordem competitiva moderna e desenvolvimentista no sertão.

No tocante à dimensão racializada e à ocupação funcional, as funções dos trabalhadores sindicalizados pretos e pardos foram registradas como sendo: *motoristas, guardas, trabalhadores de campo, pedreiros e feitores*. Sindicalistas no período de 61-70 eram em sua constituição racializada pretos e pardos que exerciam funções de menor valor social e, portanto, mais sensíveis às contradições do capital e à necessidade de organização de seus desejos e interesses.

A constituição racializada sindical segue o mesmo contínuo, sendo que dos sindicalizados, 24 (vinte e quatro) brancos, 15 (quinze) pretos e 11 (onze) pardos. Somando-se pretos e pardos, temos um total de 26 (vinte e seis), o que demonstrou o sindicato ter um forte recorte racializado em suas estruturas.

A diversificação da oferta de uma rede de serviços de reprodução social vem acompanhada do *branqueamento* na empresa e no sindicato, e este recorte racial é visível nas funções, uma vez que os trabalhadores brancos em geral estavam vinculados às atividades de: *telefonista, professor, auxiliar administrativo, operador de usina e eletricista*. Na divisão social do trabalho no sertão do São Francisco, constatou-se a dicotomia e a segregação entre brancos, pretos e pardos.

Em sequência, a estrutura social, a formação econômica e política, as relações laborais e o processo de modernização empreendido pela Chesf no sertão do São Francisco revelaram esta mistura do sistema de classes e sua intersecção com raça. Os trabalhadores pretos e pardos exerciam funções, em sua maioria, distintas das funções dos trabalhadores brancos. No período, os pretos e pardos sindicalizados desempenhavam principalmente as funções de: *operador de usina, feitor, encanador, auxiliar de campo, guarda, motorista*.

A realidade social descontínua e a empiria que aparentemente representa uma certa igualdade de relações étnico-raciais ainda conserva muito dos distanciamentos entre os humanos, sua pele, sua identidade e seus atributos. Na realidade investigada, dentre outras questões merece destaque a função de feitor exercida por um trabalhador preto, nomenclatura que remete às nossas continuidades e descontinuidades psicossociais e estruturais de um passado recente escravocrata.

Constatou-se nos anos 81-90 uma considerável presença feminina sindicalizada, que tem uma conexão com a modernidade, *branqueamento*, escolaridade e a tessitura sociocultural do feminino em exercer atividades de reprodução humana, associadas ao cuidado com a saúde, educação e lazer. A estrutura patriarcal povoa a formação sociocultural, especialmente no Nordeste e no sertão. O homem produz, a mulher zela.

Na década de 81-90 atualmente analisada, a configuração de classe e raça na composição sindical perpassa toda a trajetória das engrenagens e dos fios, explosões de rochas, construção de usinas e barragens e conflitos no sertão do São Francisco. Na identidade racial, os sindicalizados foram assim distribuídos: 25 (vinte e cinco) trabalhadores brancos, 09 (nove) operários pretos e 17 (dezesete) operários pardos. Novamente reflete-se um *branqueamento* crescente no seio dos trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados.

A empiria não obedece a uma cronologia ou linearidade de dados do objeto pensado e do objeto real, pois embora haja uma presença branca significativa no período analisado, pretos e pardos ainda são predominantes nas veias das águas conflitantes e propositivas do mundo sindical.

A realidade empírica da estrutura sindical corrobora com o desenrolar identitário de *branqueamento* da empresa e seus reflexos na constituição sindical. Evidentemente isso não quer dizer que a presença preta e parda se configurou de menor relevância na vida e nas lutas operárias empreendidas pelo Sinergia. Os trabalhadores brancos sindicalizados exerciam as funções mais qualificadas e requeriam atributos escolares mais elevados, tais como *médicos, cirurgião-dentista, fisioterapeuta e auxiliar de engenharia*. A modernidade chesfiana em sua rede de serviços atraiu trabalhadores brancos que, em menor quantidade, aderiram à formação sindical.

Dentro do contínuo que envolve escolaridade e conseqüentemente funções denominadas de menor valor na escala funcional, o quadro revela as seguintes ocupações registradas entre trabalhadores sindicalizados pretos e pardos: *motoristas, guardas, trabalhadores de campo, técnico-mecânico, eletricitistas, professores*.

A modernidade da estatal e seu reflexo na compostura sindical representou no seio da Chesf e no sertão uma nova sociabilidade que colocava no centro do Estado os conflitos e contradições de uma sociedade complexa, baseada no trabalho assalariado, na concentração de riquezas e na exploração da força de trabalho.

A realidade empírica observada na formação sindical não exime as marcadas relações racializadas, que foram gestadas na estrutura da empresa e transferidas como águas correntes para o mundo sindical.

Seguindo as contradições, as relações raciais, os conflitos e o espaço do mundo da cidadania, revelou-se que do ponto de vista organizacional, em 1932, os empregados e operários da Companhia de Energia da Bahia e Linha Circular de Carris da Bahia realizaram uma assembleia no dia 13 de fevereiro para a fundação de sua organização sindical, que posteriormente formou o Sindicato dos Eletricitários da Bahia – Sinergia.

A construção de usinas e barragens como mola propulsora para o nascente capitalismo industrial com a intervenção do Estado desde os anos 50-60, no nascedouro da estatal, vinha com eminências políticas e sociais que pudessem garantir o mínimo de bem-estar para o contingente de trabalhadores.

No desenrolar dos acontecimentos e no enfrentamento inerente a uma sociedade de conflitos, o Sinergia, nos anos de 1976-1986, realizou a primeira grande greve no Nordeste dos trabalhadores do setor elétrico, sob a liderança dos Estados da Bahia e Pernambuco com a pauta econômica.

Enquanto nos grandes centros urbanos e na nascente ordem competitiva no Sul e Sudeste, que absorveu um contingente de negros do Nordeste, a luta antirracista se constituía como uma das bandeiras de afirmação dos conflitos. Contudo, no sertão, na área de abrangência e ação da estatal e do sindicato dos eletricitários, as questões étnico-raciais e as lutas antirracistas não sentiam a mesma força e intensidade. O paradigma econômico foi uma marca deste território do Rio São Francisco.

Periodizando a luta, em 1979 os trabalhadores realizaram uma grande greve no Nordeste após o Estado Novo e Golpe Militar de 1964, crescem as raízes operárias do Sinergia. Os anos denominados dourados com suas revoluções tecnológicas, o ideário desenvolvimentista aliado à forte resistência e oposição à ditadura militar especialmente no início da década de 70, repressão por um lado e efervescência popular por outro, evidenciam as contradições do capitalismo e rosto repressivo do Estado brasileiro. A luta econômica era a sedução hegemônica.

Relato muito revelador da natureza da luta sindical, do contexto de repressão e enfrentamento: *“a polícia bateu, fechou o sindicato... soldado levou cacete também”*. O conflito e o uso da força. Entretanto, bem ao espírito nordestino de brincar e fazer determinadas piadas com as estruturas sociopolíticas, econômicas e sociais de um poder político distante e predominantemente autoritário, o operário poetiza: *“batia pandeiro, cantava e alegrava”*. Ainda, outro operário sindicalista revela: *“eram tempos difíceis, tinha muito resto do passado, da sociedade escrava e autoritária [...], aqui em Paulo Afonso tinha muito dessa ideia militar de controle e porrada mesmo. [...] A Chesf tinha polícia também.”*

No encadeamento de nossa análise e das águas correntes da luta sindical, a campanha salarial se configurava como impulso das mobilizações e lutas que escamoteavam outras dimensões nas relações entre a Chesf e seu operariado, que são as distinções raciais. Embora percebidas nas teias das relações, não se configuravam como fio condutor destas relações e conflitos. Um relato de um operário sindicalizado que reitera esta afirmação: *“Acredito, mas*

*não tenho muita certeza, que havia racismo na Chesf, mas as lutas e as reivindicações eram mais por salário, pois movimentava mais as pessoas.”*

Considerando a natureza de nossa investigação, seus princípios metodológicos, teóricos e as premissas que movimentam e inspiram nossa tese, mais uma fala que expressa a força, os avanços e o recuo de uma organização sindical no sertão do São Francisco. O discurso de um outro diferente do Nordeste e do sertão aparece de alguma forma como afirmação da identidade e da luta sindical: *O sindicato era muito forte. Era considerado o ABC paulista do Nordeste. Tinha a greve do ABC paulista aqui no Nordeste. Inclusive nesta greve, em 1979 paralisamos a Chesf, foi paralisado aproximadamente mais de 90%. Depois teve a greve de 80 e 82, né. Paralisamos por 32 dias a Chesf. E a luta continuou com a greve das terceirizadas.* O Sudeste se configura mesmo na internalização da representação de lideranças sindicais como um modelo de luta e resistência.

O campo empírico, de acordo com a análise dos boletins informativos denominados de *Alarme*, o Sinergia se configurou como uma organização que representava e representa a classe operária. Sua agenda e o conjunto de conflitos e interesses coletivos transitam na alma sindical como bandeiras de naturezas prevalentemente econômicas, justas e legítimas pela própria gênese da organização das classes sociais.

As pautas de *reajuste salarial, valor do tíquete-refeição e estabilidade*, evidenciam uma dimensão mais ampla que ultrapassa os limites do economicismo reinante neste modelo de organização. A economia foi um motor da luta sindical, especialmente nos anos 50 até os anos 70. À medida que o trabalho na estatal diversificava para a linha de reprodução social como saúde, educação, assistência e lazer, havia uma ressonância intrínseca nos discursos e na prática sindical. Contudo, ressaltamos novamente que o racismo e a discriminação étnica eram percebidos, mas não se configuravam como incitamento das lutas.

Em toda a trajetória de fundação da luta sindical, foi marcada majoritariamente por um contingente de trabalhadores pardos e pretos, estes de origem preeminente rural, de baixa escolaridade, que atraídos pela necessidade do trabalho se constituíram numa relevante característica da composição operária no sertão. Embora a literatura tenha se concentrado na análise da incorporação do preto na ordem competitiva do Sul e Sudeste, no Nordeste houve este movimento migratório para a estatal e conseqüentemente para a construção de uma classe operária no sertão. Enfim, no sertão houve registro de resistência e conflitos de diferentes conteúdos e significados. Uma vida em meio às águas, rochas e cimentos. Uma vida de alvoroço.

Toda dinâmica empreendida pela estatal desde a fundação em 1948 até os anos 1990 na sua ação e narrativa acerca do ser humano, das identidades e da região do sertão do São Francisco colocou em movimento histórias de vidas. A ordem competitiva e a modernização ressignificando as estruturas econômicas, sociopolíticas, simbólicas, identitárias e culturais. O movimento empreendido pela ação da Chesf atingiu corpos e sentidos materializados no racismo e na objetificação dos humanos em que a narrativa meio e raça se constituiu num relevante componente para definir etnia e classes sociais. Mais do que construir usinas e barragens, a Chesf difundiu práticas veladas e explícitas de um tipo particular de racismo no sertão.

De modo geral, nas andanças pelas águas turvas do Rio percorridas até aqui, espero ter colaborado para o campo da Sociologia Clássica, da Sociologia das Relações Étnico-Raciais e da Sociologia Histórica no recorte das questões étnico-raciais, do racismo identidade, do sertão, das lutas antirracistas e da inserção do Nordeste na ordem social competitiva; tomando como referência ação da Chesf e a estrutura do operariado e as teias de relações decorrentes deste processo. É impossível neste estudo dar conta de todas as dimensões e complexidades da vida humana, entretanto seguem as inquietações de motivações incompletas de páginas de nossa história, nesse lugar chamado sertão e Nordeste do Brasil e suas conexões com o mundo.

As barragens represaram o rio e muitos dos sentidos ancestrais, contudo aguçaram com maior intensidade nossa imaginação sociológica neste terreno fértil das contradições, ciência e paixões humanas.

Como diria Merleau-Ponty (1968), o corpo como elemento síntese se articula sujeito e objeto, conhecimento e autoconhecimento. Corporeidade é a síntese da encarnação da cultura que constitui os seres humanos historicamente situados neste sentido, um *locus* privilegiado para romper as dicotomias. Corpo é aquele que é capaz de compreender o mundo porque este constitui sentido daquele que é sentido e daquele que sente. Num mundo sombrio, destituído de significados, ética e estética, a coisificação e a tecnociência invadem nossos sentimentos, emoções e sensações. Este trabalho empírico acerca da classificação do operariado da Chesf descreve-se como um olhar nas páginas de nossos sentidos e nossas existências, de nossa *nordestinidade*, *sertanidade*, *africanidade* e *brasilidade* que instigam a imaginação e o rigor sociológico como reflexão pertinente de uma das nossas marcas dos contrários: o racismo e a discriminação com estruturas das desigualdades sociais no Brasil.

O Paraíso na cosmologia judaico-cristã está quase sempre representado como um lugar branco de paz e perfeição entre os humanos e nesta mesma lógica o seu contrário, o inferno,

como preto imperfeito, lugar de castigo e punição. *Exu*, o demônio e o satanás. Inversamente na cosmologia africana e afrodescendente *Exu* diferentemente do diabo cristão é a ligação do mundo terreno com o sagrado, é um mensageiro de força mágica e transgressora da teologia sofisticada do catolicismo europeu. Ele é irreverente e anticonvencional das coisas. Talvez nas águas do São Francisco a (in)visibilidade preta do operariado da Chesf se deu nesta ótica dos marginalizados que mesmo empurrados para uma situação social, política, econômica, estética e cultural denominada ou concebida como inferno, resistiram na sua invisibilidade e viveram imersos às heranças escravocratas da sociedade brasileira, lutando e almejando o paraíso terreno da justiça, da emancipação social simbólica e cultural. A luta impregnada de significados econômicos estava ladeada das dores do corpo. Era a resistência antirracista não dita, contudo na pele marcada e sentida.

Em uma sociedade de classes discriminatória, de racismo estruturante e desigualdade social, o inferno e o paraíso se apresentam no mesmo cenário que ora se revelam nas contradições, ora se camuflam sobre o invisível presente, manifestado de demônios imaginários nas estruturas objetivas. Ah! A propósito, a cada inauguração de usinas, barragens, clubes, escolas ou outro equipamento, a Chesf enviava avião para o traslado a quase 600 km no município de Barra, região Oeste do Estado da Bahia, um Bispo ou um Padre para abençoar e celebrar suas realizações; rasgando e marcando o corpo e a alma de seu operariado em particular e da população sertaneja em geral, em seus símbolos e suas concepções de mundo. As quais que a depender dos olhares poderiam ser definidas como modernidade, civilização, progresso, classes sociais, inclusão, mobilidade, etnia, cor da pele, discriminação, racismo, democracia racial ou até mesmo inferno e paraíso.

Os humanos racialmente pretos, pardos, animalizados no estereótipo de cassacos, eram visíveis em seus corpos brutos para o trabalho e invisíveis na sua ancestralidade, raça, operários, povo, objetificados, naturalizados em meio às rochas, sentiram na pele o racismo à sertaneja nas narrativas práticas da Chesf. Estas os fizeram experimentar o calvário estruturante de desejos de um desenvolvimento econômico, político, cultural, de águas correntes nas práticas racistas, que incorporou operários, pretos e pardos à modernidade includente e excludente da força simbólica do inferno e do paraíso no sertão.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e Outras Artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999
- ANDREWS, G. R. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Tradução de Magda Lopes. Bauru -SP: Edusc, 1998.
- ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.
- ARRUTI, J. M. M. **Antropologia do Processo de Formação Quilombola**. Bauru-SP: Edusc, 2002.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, S. M. **Paulo Afonso e o Desenvolvimento Regional**. Campina Grande-PB: EDUFCEG, 2011.
- BARTELT, D. D. **Sertão, República e Nação**. Tradução de Johannes Krerstschmmer e Raquel Abi. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.
- BHABHA, H. K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **A Representação política**. Elementos para uma teoria do Campo Político. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BURKE, P. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier. Bauru-SP: Edusc, 2004.
- BUTLER, K. D.; DOMINGUES, P. J. **Diásporas Imaginadas: Atlântico Negro e Histórias Afro-Brasileiras**. São Paulo-SP: Perspectiva, 2020.
- ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **50 anos Chesf**. 1948 – 1998. Recife-PE: Chesf, 1988.
- COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Relatório da Diretoria**, exercício de 1951. Recife-PE: Chesf, 1975.
- COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Relatório da Diretoria**, exercício de 1960. Recife-PE: Chesf, 1970.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Relatório da Diretoria**, exercício de 1974. Recife-PE: Chesf, 1977.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Relatório da Diretoria**, Movendo o futuro do Nordeste. Recife-PE: Chesf, 1980.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Relatório Chesf**. Recife-PE: Chesf, 1988.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Relatório anual 1980**. Recife: Chesf, 1989

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Relatório da Diretoria 1999**. Recife-PE: Chesf, 1991.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Chesf Instalou Brigadas de Incêndios**, Recife-PE, Ano V, n. 20, 1974.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Desbravando o Sertão – Aproveitando a imensa capacidade da famosa cachoeira de Paulo Afonso**, Recife-PE, Ano V, n. 4, 1974.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Exército: Segurança e paz em Paulo Afonso**, Recife-PE, Ano V, n. 20, 1974.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **APA-Circular 123-75-Só pode entrar na Chesf pessoas autorizadas, cargos comissionados e Servidores da Chesf de Nível Superior**, Recife-PE, Ano VI, nº 03, 1975.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Dez maneiras fáceis de se fazer um delinquente – Lista preparada pelo Departamento de Polícia de Histon – Texas-EUA**, Recife-PE, Ano I, n. 09, 1975.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Cai o número de acidentes**, Recife-PE, Ano VII, n. 43, 1976.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Sublime predestinação. Autor: CHAGAS, Gonzaga – DOAJ**. Recife PE, Ano VII n. 43, 1976.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Dois meses sem nenhum acidente**. Recife-PE, Ano VIII, n. 24, 1978.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **É hora de reconhecer o real valor da Chesf**. Recife-PE, Ano VIII n. 5, 1978.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **CHESF: 32 anos**. Recife-PE, Ano V, n. 34, 1980.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Há 30 anos a Chesf iniciava a arrancada pelo progresso e desenvolvimeto do Nordeste – Jornal O Globo.** Recife-PE, Ano II, n. 12, 1980.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Carentes tem alimentos.** Recife-PE, Ano II, n. 5, 1984.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Ousado plano de casa própria para chesfiano de baixa renda.** Recife-PE, Ano VII, n. 47, 1983.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Novo visual do engraxate.** Recife-PE, Ano IV, n. 23, 1985.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Mística Sertânea.** Recife-PE, Ano IV, n. 50, 1987.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **BIRD utiliza projeto Itaparica-Chesf como modelo.** Recife-PE, 1990, Ano I, nº 85.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Banco Mundial libera empréstimo para a Chesf,** Recife-PE, Ano IV, nº 84.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Foi difícil para criar a Chesf na década de 40. Nos seus 55 anos nosso Nordeste venceu o desafio.** (edição extra). Recife-PE: Chesf, 1990.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Mais que Energia: Uma História de Trabalho, Conquistas e Renovação.** 1. ed. Recife: BB Editora, 2014

CHAGAS, G. Sublime Predestinação. **Boletim Chesf,** Bahia, Ano II, p. 10, mar./abr. 1982.

DOMINGUES, P. J. **A Diáspora Negra em Sergipe.** Aracaju: UFS, 2010.

DURKHEIM, É. Método para determinar a função da divisão do trabalho. *In:* RODRIGUES A. (org.). **Émile Durkheim.** São Paulo: Ática, 2000.

ESTADO DA BAHIA. Mais da metade dos municípios baianos possuem menos de 20 mil habitantes. **Sei,** 2017. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2511%3Amais-da-metade-dos-municipios-baianos-possuem-menos-de-20-mil-habitantes&catid=10&Itemid=565#:~:text=Dos%20417%20munic%C3%ADpios%20baianos%2C%2017,mais%20da%20metade%20do%20total](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2511%3Amais-da-metade-dos-municipios-baianos-possuem-menos-de-20-mil-habitantes&catid=10&Itemid=565#:~:text=Dos%20417%20munic%C3%ADpios%20baianos%2C%2017,mais%20da%20metade%20do%20total). Acesso em: 2 nov. 2023.

FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, 1961.

FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Tradução de Renato da Silveira: EDUFBA, 2008.

FANON, F. **Peles Negras, máscaras Brancas.** Salvador-BA, EDUFBA, 2008.

FAVERO, C. A. S.; STELLA R. **Semiárido, fome, esperança, vida digna**. Salvador. UNEB 2010.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

FERREIRA, J. I. B. **Invenção dos royalties de hidroelétricas. Impactos provocados por barragens e a luta por compensação em Paulo Afonso-BA**. UNEB – Universidade do Estado da Bahia - Campus VII - Departamento de Educação. São Paulo, Assis Siqueira, 2019.

FILGUEIRAS, O. **Chesf em Alta Tensão: a greve proibida**. Salvador: Edição independente, 1983.

BATISTA FILHO, E. B. **Paulo Afonso: nós fizemos essa história**. Paulo Afonso-BA: Editora Fonte Viva, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. ed. 7. Tradução de Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 41. ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Recife: Record, 1995.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IANNI, O. **Florestan Fernandes**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2008.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo – diário de uma favelada**. São Paulo-SP: Editora Atica, 2014.

JONHSON, A. G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997

JUCA, J. **Chesf, 35 anos de história**. Recife: CHESF, 1982.

KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LIMA, J. de S. **Paulo Afonso e a Vila Poty: A história não contada**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2017.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil, intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LOBO, L. F. **Os infames da história**. Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MAGALHÃES, A. **Escola Técnica do Exército: A importância de Paulo Afonso Para o Desenvolvimento do Nordeste**. Paulo Afonso: [s.n.], 1951.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: vozes, 1847.

MONSMA, K.; SALLA, F. A.; TEIXEIRA, A. A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 65-87, 2018.

MOURA, C. **Dialética racial do Brasil negro**. São Paulo-SP: Editora Ática, 1994.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo-SP: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2004.

MUNIZ, A. D. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, Recife, Massangana, 1999.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, A. **Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930: Versão Parcial e Reajustada de um dos Capítulos da Dissertação de Mestrado intitulada: Uma História Não Contada. Negro, Racismo e Trabalho no Pós-Abolição em São Paulo (1989-1930) FFLCH-USP, 2001.**

NASCIMENTO, L. F. M. **Paulo Afonso: Luz e força movendo o Nordeste**. EGBA, 1998.

NASCIMENTO, E. F. **Modernização e Educação Escolar no Nordeste Brasileiro: as escolas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf (1949-2000) – UFPE**, Centro de Educação, Núcleo de Teoria e História em Educação Recife: PPGE, 2019

NASCIMENTO, E. F. **Delmiro e a Educação na Pedra**. Maceió: Viva Editora, 2013.

NEVES, P. S. C. Luta antirracista: entre reconhecimento e redistribuição. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga (apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti)**. São Paulo: Edusp, 1998

NOVAES, A. (org). **Mutações**; ensaios sobre as novas configurações no mundo. São Paulo, Agir Edições SESCSP. 2014.

NOVAES, A. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e a Questão Racial No Brasil 1870-1930**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1993.

NOVAES, A. **O Negro no Mercado de Trabalho**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1986.

OLIVEIRA, W. J.; PETRARCA, F. R. Inovações Temáticas, “Guinadas” Teóricas e Tradição Intelectual no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 6, n. 14, set./dez, 2018.

ORTIZ, R. **A consciência fragmentada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

OLIVEIRA, A. M. L. **A CIDADE DE PAULO AFONSO, 1948-1985: As espacializações do trabalho, do controle e das lutas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Faculdade de Arquitetura. Salvador-Bahia, 2017.

OLIVEIRA, E. R. de. **As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia (estudo de contato racial)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BRASIL. **Lei No 10.101, De 19 De Dezembro De 2000**. Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, [2000]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10101.htm). Acesso em: 2 nov. 2023.

RAMOS, G. **O Problema Racial do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora SAGA, 1960.

REIS, J. J. (org.) **Escravidão e Invenção da Liberdade**. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. Evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALES, A. **A importância de Paulo Afonso para o desenvolvimento do Nordeste**. Paulo Afonso: Escola Politécnica do Exército, 1951.

SANT’ANA, M. M. de. **Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia, 1917 – 1994**. Precedida do ensaio bibliográfico “Delmiro Gouveia, o precursor da Chesf”. Recife: Chesf, 1996.

SANTOS, M. L. T. **Impactos socioambientais provocados pelas barragens Delmiro Gouveia e Apolônio Salles, a população ribeirinha dos municípios de Glória e Paulo Afonso-BA**. 2012. 116.f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e desenvolvimento socioambiental) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

SCHWARTZ, M. L. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, A. G. **De Forquilha a Paulo Afonso**. História e memórias de pioneiros. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2014.

SILVA, A. G.; MASCARENHAS, S. **Paulo Afonso. De pouso de boiadas a redenção do Nordeste, Câmara Municipal de Paulo Afonso**. Paulo Afonso: [s.d.], 1985.

SILVA, D. R. B. da. **Vila da Pedra**. Fotografia e história. Maceió: Edição do Autor, 2016.

SILVA, J. R. **Centralização Política e as Instituições Municipais – o município de Segurança Nacional em perspectiva (o caso Paulo Afonso)**. 1985. Monografia (Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA, ano 17, pág 02, nº 09**, 14 de Abril de 1977

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA, ano 18, pág 05, nº 09**, 16 de Março de 1988

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA, ano 18, pág 16, nº 09**, 16 de Março de 1988

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA ano 18, pág 01, nº 18**, 01 de Julho de 1988

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA ano 18, pág 03, nº 26**, 24 de Agosto 1988

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA, Ano 06, pág 01, nº 30**, 10 de Janeiro de 1996

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA Ano 16, pág 07, nº 30**, 09 de Setembro de 1996

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA, ano 15, pág 04, nº 05**, 08 de Setembro de 1997

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA, ano 15, pág 01, nº 03**, 17 de Setembro de 1997

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA ano 19, pág 03, nº 04**, 01 de Fevereiro de 1999

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA, ano 19, pág 03, nº 6**, 21 de Fevereiro de 1999

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme, Salvador-BA, ano 19, pág 05, nº 26**, 05 de Março de 1999

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme**, Salvador-BA, ano 19, pág 06, nº 06, 05 de Março de 1999

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme**, Salvador-BA, ano 19, pág 05, nº 10, 15 de Maio de 1999

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA (SINERGIA). **Alarme**, Salvador-BA, ano 19, pág 05-6, 15 de Outubro de 1999

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro-RJ: Edições Graal, 1983.

TELLES, E. E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro-RJ, Fundação Ford, 2003.

VASCONCELOS, C. P. **Sertão baiano. O lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana**. Salvador: EDUFBA, 2010.

VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ZARUR, J. **A Bacia do Médio São Francisco: uma análise regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. (v. 4, Série A “Livros” Biblioteca Geográfica Brasileira).

## ANEXO 1 – Chesf: A Narrativa de desenvolvimento do Nordeste

# Foi difícil criar a CHESF na década de 40. Mas em 55 o Nordeste vence o desafio

Em fins de 1947, o presidente Eurico de Aguiar concordou com a criação da CHESF, visando o aproveitamento do potencial hidráulico do rio São Francisco emprestando-lhe, tanto na fase de organização como posteriormente, o decidido apoio.

Então ministro da Agricultura, D. de Carvalho, designou para organizar a nova Companhia, o engenheiro João José Alves de Souza, então diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, a que o Brasil, já na época, devia assinalados serviços, seja na chefia de grandes órgãos do Ministério da Agricultura, seja no desempenho de importantes comissões de administração pública.

O "prospecto" da Companhia, o projeto e os Estatutos foram amplamente divulgados, tendo o seu organizador visitado pessoalmente os Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, porquanto a subscrição das ações preferenciais fora lançada em 12 de dezembro de 1947, nesses Estados e no Distrito Federal.

Havendo sido subscritas mais de 400 mil ações até a data marcada para o encerramento, foi realizada em 15 de março de 1948 a reunião da Assembleia Geral dos Acionistas para a constituição da Companhia, que elegeu a Diretoria para o quadriênio 1948-1952 e o Conselho Fiscal e Conselho Consultivo para o exercício de 1948-1949.

A primeira Diretoria da CHESF ficou assim constituída: presidente, engenheiro Antônio José Alves de Souza. Diretores, engenheiros Adozindo Magalhães de Oliveira, Octávio Marcondes Ferraz e o tenente-coronel Carlos Berenhausen Júnior.

Para melhor distribuição dos encargos dos diretores, o regulamento interno da CHESF criou as diretorias Administrativa, Técnica e Comercial, que ficaram respectivamente a cargo dos engenheiros Adozindo Magalhães de

ações subscritas por seus acionistas, totalizando 400 milhões de cruzeiros antigos, sendo 200 milhões em ações ordinárias e 200 milhões em ações preferenciais.

As ações ordinárias foram subscritas integralmente pelo Governo Federal, que poderia ceder, oportunamente, até 49 por cento do seu valor a pessoas físicas ou jurídicas.

As ações preferenciais foram subscritas por governos Estaduais e Municipais, Institutos, Bancos, Caixas Econômicas e inúmeras pessoas físicas e jurídicas.

Uma vez completados o projeto da primeira etapa do aproveitamento do potencial hidráulico do rio São Francisco e o respectivo orçamento, verificou-se que para construir toda obra seria insuficiente a importância de 400 milhões de cruzeiros antigos. Ainda mais, a Assembleia de Constituição decidiu que as linhas de transmissão da CHESF deveriam ser levadas, já na primeira etapa, aos Estados da Paraíba e Bahia.

O prazo de integralização do capital em 7 anos era também incompatível com o andamento razoável das obras.

A pedido da Companhia foram tomadas as seguintes providências pelo Governo Federal:

- I – Solicitar ao Congresso Nacional autorização para garantia, pelo Tesouro Nacional, do empréstimo de 15 milhões de dólares pleiteado pela Companhia junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Essa medida foi aprovada pela lei nº 963, de 8 de dezembro de 1948.
- II – Solicitar ao Congresso Nacional autorização para integralizar, em 1950, as ações subscritas pelo Governo Federal. Essa medida foi aprovada pela lei nº 962, de 8 de dezembro de 1949.
- III – Incluir no Plano Salte aumento do capital da Companhia em mais 200 milhões de cruzeiros antigos, aumento a ser subscrito pelo Governo Federal.

O Contrato de Empréstimo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de 15 milhões de dólares, e o Contrato de Garantia respectivo foram assinados, em Washington, no dia 26 de maio de 1951.

Em resumo: para dar andamento ao seu programa de obras a CHESF precisava, em 1952, com os recursos do seu capital de 800 milhões de cruzeiros antigos, e do empréstimo de 15 milhões de dólares contratado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Na mesma data, 3 de outubro de 1945, foi baixado o decreto nº 19.706 que outorgou à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco concessão para aproveitamento da energia hidráulica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre Juazeiro e Piranhas.

Motivos vários, do conhecimento do público, protelaram a organização da Companhia.

Fonte: CHESF – Relatório de 1951.

Logo após, em 1948, o Presidente Dutra, desprendido de vaidades e estuante de amor ao Brasil, entrava na história de Paulo Afonso com o ato decisivo da constituição da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Organizando-a, dava S.Ex.a possibilidades concretas para o cumprimento do vaticínio que firmara em julho de 1944, como ministro da Guerra, quando lhe pediu uma página de estímulo aos que então se interessavam pelo aproveitamento da cachoeira. Vale citar um dos períodos do histórico documento: "A significação do aproveitamento de Paulo Afonso será expressa por uma palavra eloquente de benefícios para toda a região nordestina. Tudo se move a um passo da força estab-

## ANEXO 2 – Chesf: A invenção de Paulo Afonso e região

## Assim era a CHESF nos primeiros anos...



Na comemoração do primeiro decênio da Companhia, quase todo mundo usava roupa branca, influência do dr. Marcondes

O presidente Alves de Souza coroando a Rainha da Primavera, no Clube Operário de Paulo Afonso



Uma missa rezada na Garagem de Paulo Afonso, à frente o engenheiro Marcondes Ferraz e sua esposa, dona Marieta



Peões e engenheiros numa pausa do estafante trabalho. Corria o ano de 1939, próximo à inauguração de PA-1



Durante a solenidade alusiva ao primeiro decênio discursa o engenheiro Ferraz diante do Belvedere



Em 1949, ainda em construção o Belvedere de São Francisco, no meio do acúmulo de terra

## ANEXO 3 – Nas lentes da Chesf: as mulheres brancas da sociedade



ANEXO 4 – 1950 - Desfile cívico de 7 de setembro: o imagético, Chesf e Nordeste.



## ANEXO 5 – Chesf e a narrativa da nação: Pátria e Nordeste.



ANEXO 6 – Chesf: as paradas celebrativas e o apogeu da memória no Sertão.



ANEXO 7 – Para além das usinas e barragens: o lazer chesfiano para o povo.



**CINE PAULO AFONSO – ATUAL CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

ANEXO 8 – A celebração religiosa para as obras da Chesf.



## ANEXO 9 – Chesf: educação para o trabalho modernizante no Sertão.



ANEXO 10 – Paulo Afonso: a área de segurança e disciplina nacional.



## ANEXO 11 – Construção da Chesf: imagens e identidades no Sertão



ANEXO 12 – Clube dos engenheiros da Chesf: município de Paulo Afonso-Bahia.



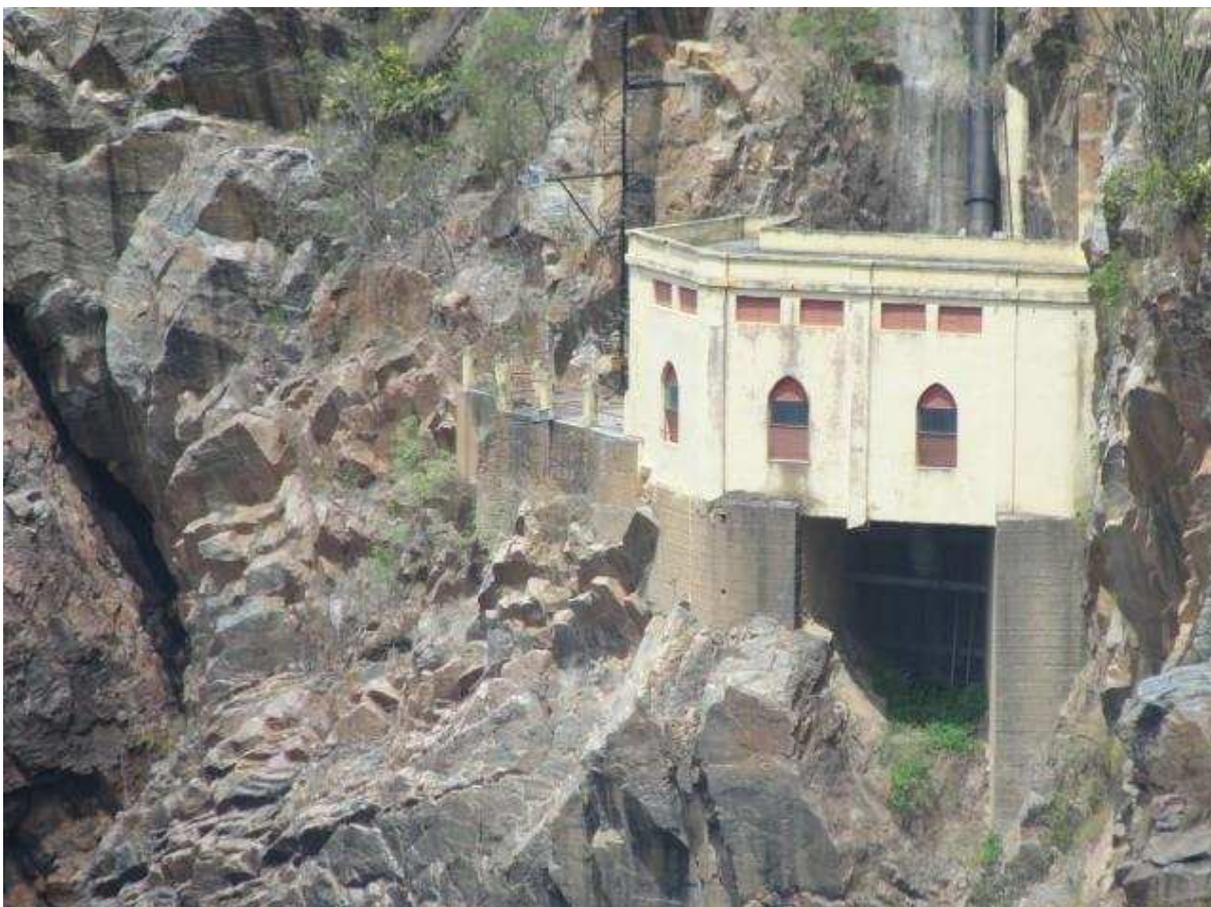
ANEXO 13 – Chesf: Assistência à saúde do operariado.



ANEXO 14 – Delmiro Gouveia: o visionário das usinas hidrelétricas no Sertão



ANEXO 15 – Angiquinho: primeira usina hidrelétrica do Nordeste construída por Delmiro Gouveia –1913.



ANEXO 16 – 1950: Presidente Dutra e suas idas e vindas a Paulo Afonso-Bahia



**SIDENTE DUTRA DESEMBARCA EM PAULO AFONSO - 1950**

## ANEXO 17 – 1950: Presidente Getúlio Vargas desembarca em Paulo Afonso - Bahia



ANEXO 18 – 1955: Presidente Café Filho visita as barragens e usinas de Paulo Afonso-  
Bahia.



O PRESIDENTE JOÃO CAFÉ FILHO CHEGA PARA INAUGURAR A PRIMEIRA USINA DE PAULO AFONSO - 1955



O PRESIDENTE CAFÉ FILHO INAUGURA A PRIMEIRA USINA - 1955

ANEXO 19 – 1948-1961: Alves de Souza como Presidente da Chesf.



**ENG.º ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA 1.º PRESIDENTE  
DA CHESF - 1948**

ANEXO 20 – Casa-Grande da Diretoria da Chesf: Presidente Alves de Souza e dirigentes da estatal.



ANEXO 21 – Amaury Alves de Menezes, Presidente da Chesf, comitiva e a máquina fotográfica em visita a Paulo Afonso-Bahia.



ANEXO 22 – 1962-1974: o idealizador – Apolônio Sales, presidente da Chesf.



## ANEXO 23 – Galeria dos homens brancos, ex-presidentes da Chesf.



## METODOLOGIA - MEMORIAL CHESF

ANEXO 24 – Desenvolvimento no Sertão: Pedras e turbinas no Rio São Francisco.



OPERÁRIOS E RELAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO  
ANEXO 25 – Trabalhador: o riso, o operário classificado como cassaco.



## FUNÇÃO E PROMOÇÃO

ANEXO 26 – Registro de transferência e promoção do operariado da Chesf.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO**

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

Nº DA/REFEIT/PA - 22/59  
DATA 21 de agosto de 1.959

Sr. Assistente da D.A. Paulo Afonso	Sra Célia Couto Encarregada - Refeitório/PA
---	---

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DE AUXILIAR

*Defavio e Fils. Honorários  
p. as devidas prestações.*

*28/8/59*

Pela presente, estamos solicitando de V.S. seja autorizada a transferência, da Seção de Contabilidade para auxiliar de controle dos serviços do Refeitório, Casa da Diretoria e Alojamentos, do contínuo Judas Tadeu da Fenseca, chapa -- 2203.

Solicitamos, ainda, permissão de V.S. para que o mesmo passe a fazer refeições no próprio Refeitório, o que será vantajoso para a administração.

Saudações

*Célia M. Couto*  
CÉLIA COUTO  
Encarregada do Refeitório

*Supervisor de Contas  
Paulo Afonso  
24/8/59*

*Autômago A. D. A.  
25.8.59*

*D. Sobrinho  
25/8/59*

*Célia M. Couto  
29/9/59*

CC/Meb.-

## OCORRÊNCIA E JUSTIFICATIVA

ANEXO 27 – Justificativa de falta do operário da Chesf.

r José Moreira da Silva Filho  
residente do CPA

esta

SECRETARIA  
SIPA  
DATA HORA  
RECEBIDO  
26.5.15 9.15  
DATA HORA

Solicito a V.Sª interceder junto a quem de direito no sentido de autorizar sejam abonadas minhas faltas, relativas aos dias 15 e 16 deste.

As aludidas faltas ocorreram considerando os motivos de deslocamento de minha pessoa, conforme entendimentos verbais mantidos com V.Sª.

Contando com o vosso apoio, antecipo meus agradecimentos.

Atenciosamente,

Vital Pereira da Rocha  
Vital Pereira da Rocha  
Mat. 00819

1) Ao Sr. APA:  
- O funcionário necessita regularizar situação de inventário na cidade de Blumenau - SC.  
- De acordo.  
- Solicito a honrar.

José Moreira da Silva Filho  
res. CPA

ao SIPE.  
Homologado.  
MASSILTON JONES FILHO  
SIPA  
24.04.15

JCM/J.

## REQUISIÇÃO DE PESSOAL

ANEXO 28 – Chesf: descrição de atividade funcional.

SECRETARIA SPPE  
 DATA 12/08/81 HORA 12:49  
 ASS. RESP. Jairo Hoffmann

GDO-4301  
 Nº GOP-064/  
 Nº

DAPE/Dim-4314/3

Sigla do Órgão Requiritante: GOP/SOMM

Cargo a ser preenchido: TINM - II. TINMI

Código: 525 524 portela  
 Descrição das tarefas a serem atribuídas ao empregado: Executar trabalhos de manutenção mecânica em equipamentos de usina que envolvam maior complexidade, tais como turbinas, geradores, motores, compressores, bombas, e programar tarefas de manutenção para mecânicos.

Outras exigências além das citadas no Plano de Cargos e Salários:  
Habilitação em Mecânica.

Data em que o empregado deverá iniciar suas atividades: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Motivo da requisição:

COMPLEMENTAÇÃO DA LOTAÇÃO DE PESSOAL

REPOSIÇÃO, pelo afastamento do  
 Empregado: PEDRO MOREIRA DA SILVA.

Matrícula: 073.636 Cargo: T I N M - II.

Código: 525 Plano: II Classe: 10 Estágio: "A"

OK Data do afastamento: 05 / 09 / 81

Motivo do afastamento: A PEDIDO, conforme RO/GOP-022/81.

AUMENTO DA LOTAÇÃO DE PESSOAL

Aprovado pela Diretoria Plena em reunião de: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Observações:

SECRETARIA DARS  
 Recebido 22/10/81  
 Registro 81/81-00  
 A\*\*

RAYMUNDO CARREIRA  
 15/11

DIRETORIA DE OPERAÇÕES  
 Regional de Operação de Paulo  
 Luís Carlos Coutinho  
 ENF. CHEFE SOMM

Data: 05 / 08 / 81 Chefe Requiritante: [Assinatura]

## DISCIPLINA E PUNIÇÃO

ANEXO 29 – Chef: demissão e admissão de operária

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

N.º DA/PA/SS/N.º 320 DATA 12 de Dezembro de 1955

AO Sr. Assistente da Diretoria Administrativa Paulo Afonso	DO Médico Chefe do Serviço de Saúde Paulo Afonso
---	---

ASSUNTO: DEMISSÃO E ADMISSÃO DE ATENDENTE

Comunico a V.S. para os devidos fins, que demiti nesta data, a atendente Aurea Maria Lins, que ainda em caráter experimental vem cometendo inumeras faltas e apezar de repreendida, em nada melhorou a sua conduta.

Para substitui-la peço admitir Edite Tenoria Cavalcante com o salario de Cr\$.6,00 por hora.

Atenciosamente

Lourival Burgos Muccini  
Médico Chefe do Serviço de Saúde

PSB.

*Se fôr necessário, favor providenciar a emissão de 12-12-55. Cavalho*

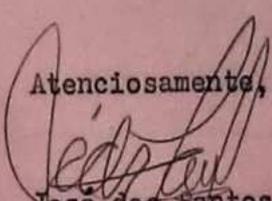
*13.12.55*

*Condições a demissão.*

(1111)

-xilografei a assino.

ANEXO 30 – Chesf: advertência de operário.

 <b>COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO</b>	
CORRESPONDÊNCIA INTERNA	
Nº SPA/3308-72 DATA 05 de julho de 1972.	
do Servidor <b>MANOEL PEDRO DOS SANTOS</b> MAT. 3119 - DOMC/SOMA.	DO Chefe do Setor Administrativo Paulo Afonso - Ba.
ASSUNTO: Pessoal - Advertência.	
<p>Dando cumprimento as determinações do Sr. Diretor de Operação, conforme expediente DO/PA/3204-72, vimos ADVERTI-LO por motivo de ter abandonado o serviço uma hora antes do prazo determinado, sem a prévia autorização de sua Chefia imediata, prejudicando assim, o bom andamento das tarefas sob sua responsabilidade.</p> <p>2. Contamos com a sua colaboração no sentido de que não ocorra reincidência de novas queixas, o que nos forçaria a adotar medidas disciplinares mais severas em concordância com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>3. Solicitamos o seu "CIENTE" e "DE ACORDO" na segunda via da presente correspondência.</p>	
Atenciosamente,  José dos Santos Chefe do Setor Administrativo	
CSPA/498-72 cc: SPPE DOMC JOP/mebc.	
<i>+ Manoel Pedro dos Santos</i>	

## ANEXO 31 – Chesf: punição de operária por descuido no desempenho de suas funções.


 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO  
 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL  
 USINA DE PAULO AFONSO  
 PAULO AFONSO - BAHIA

PARECER/SPJ/OD/107/77

-4-

"A empregada MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA TE  
 NÓRIO, mat. 04965, por haver cometido as  
 faltas tipificadas nas letras "B" e "E", do art. 482 da CLT - mau  
 procedimento e desídia no desempenho das respectivas funções, seja  
 suspensão de suas funções pelo prazo de 06 (seis) dias com fundamen-  
 to nos dispositivos mencionados".

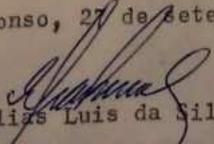
Relativamente aos empregados BENONE BEZER  
 RA REZENDE, mat. 473, DARIA ELEUTERIA COR  
 REIA LIMA, mat. 4426; MARIA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA, mat. 20.176 ;  
 MARIA GERALDETE OLIVEIRA DE ARAUJO, mat. 13.681 e DOMARIZ LUIZ CAM-  
 POS, mat. 6079, por haverem prestado informações sobre acontecimen-  
 tos a que não presenciaram, conforme suas próprias declarações, so-  
 mos de parecer que os mesmos sejam advertidos, por escrito, como me-  
 dida corretiva, amparado no que dispõe a letra "B" do artigo 482 da  
 CLT - mau procedimento.

Com referência à Srta. MARIA DE LURDES FEI  
 TOSA, mat. 18.153, também subscritora do  
 documento, por haver, em suas declarações, demonstrado a intenção  
 de somente certificar o que realmente presenciou, entendemos que  
 uma advertência verbal se ajusta à gravidade da falta cometida.

No tocante aos Srs. Alfredo José de Araújo  
 e Severino Ângelo da Silva por serem  
 estranhos ao quadro de empregados da Cia, deixamos de tecer qual-  
 quer comentários sobre os mesmos, por julgarmos ineficaz qualquer  
 medida que se pretendesse levar a cabo.

SMJ, é o parecer que submetemos à conside  
 ração dessa Chefia.

Paulo Afonso, 27 de Setembro de 1977

  
 Elias Luis da Silva

## ANEXO 32 – Admissão de operário de menor idade na Chesf.

Ch

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO**

CORRESPONDÊNCIA INTERNA  
 Nº 18/12/56/02.01

DATA 18 de Dezembro de 1956

Sr. Eng.º C. Ivanow PA	DO Aux. Claudio de Melo PA
---------------------------	----------------------------------

ASSUNTO: Admissão de menor

**A SEÇÃO DO PESSOAL**  
 Em 18/12/56  
*O. Naylor*

Tomo a liberdade de propor a V.S. a admissão do menor Walter Reis Villar, em substituição ao contínuo Amaro Vicente, 4816, recém-transferido para o tubo Paulo Afonso.

O salário proposto para Walter é o mínimo da região, para menor.

Atenciosamente,

*Claudio de Melo*  
 C. Melo

Ao sr. A. D. T.  
 solicitando providências,  
 18/12/56  
*[Signature]*

Ao sr. ADA/PA  
 solicito admitir o  
 menor Walter Reis Villar  
 com o salário de R\$ 4,00 por  
 hora  
 18/12/56  
*[Signature]*

Sr. Leonard  
 M. Pichon  
*[Signature]*  
 18/12/56

MADE PRICE  
 18/12/56

## ANEXO 33 – Chesf: reconhecimento de tempo de serviço de operário.



COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

DECLARAÇÃO

Na qualidade de Chefe do Serviço de Pessoal desta Empresa declaro, para fins de comprovação de tempo de serviço, que o Sr. ENALDO OLIVEIRA, portador da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 16641, Série 1, é funcionário desta Companhia desde 12/01/56, com 18 (dezoito) dias de faltas, sendo: 03 (três) dias de faltas no ano de 1957, 03 (três) em 1963, 09 (nove) em 1964, 01 (um) em 1977, 01 (um) em 1978 e 01 (um) em 1982, no cargo de Auxiliar de Escritório. As presentes informações constam da Ficha de Registro de Emprego em disposição do INPS, na Avenida Guararapes, 231, Serviço de Pessoal/CHESF.

Declaro estar ciente de que a inexactidão desta declaração implica as sanções previstas nos artigos 171 e 299 do Código Penal.

Paulo Afonso, 07 de agosto de 1982

CHESF  
 Cia. Hidro Elétrica do São Francisco  
 Aum. Regional de Paulo Afonso  
 GILTON OLIVEIRA DA SILVA  
 Chefe do Serviço de Pessoal

ANEXO 34 – Chesf, anos 90: programa de estímulo ao desligamento voluntário do operariado.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

*De acordo*

**SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO**

PROGRAMA DE ESTÍMULO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO DE EMPREGADOS - 2ª EDIÇÃO

Nome	Matrícula	Órgão de Lotação
JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS	039.438	✓ SPFC

Venho pelo presente, solicitar minha inscrição no Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário de Empregados-2ª Edição, conforme os termos da Decisão de Diretoria nº 4.301/96, que é do meu inteiro conhecimento, e cujo teor consta da CI/SRH-050/96, de 02.12.96.

Solicito que meu desligamento seja efetivado em 10/01/97

A presente solicitação é de minha iniciativa e vontade, tendo sido assistida pelas testemunhas abaixo assinadas.

Local e Data	Assinatura
PAULO AFONSO, 10/12/96	<i>Jose Joaquim dos Santos</i>

TESTEMUNHAS

*Edgar Aprício de Souza Júnior*  
 EDGAR APRÍCIO S. JUNIOR

Nome do Empregado  
 Matrícula 182.117

*Sebastião de Carvalho Neto*  
 SEBASTIÃO CARVALHO NETO

Nome do Empregado  
 Matrícula 041.700

## ANEXO 35 – O Estado-Chesf: repressão a movimento grevista.



... e promover a maior carnificina. Sangue em Paulo Afonso. Arismário Oliveira foi trucidado pelos policiais



Paulo Afonso, 19 de novembro. Com o sindicato invadido, as reuniões passam a se realizar na Igreja. As mulheres rezam por seus maridos e filhos perseguidos

ANEXO 36 – Sindicato dos Eletricitários: A luta operária no sertão do São Francisco.



## ANEXO 37 – Sindicato dos Eletricitários: as lutas de ontem e de hoje.

**Você sabia?**

- \* Com a reforma trabalhista, ter um sindicato forte é importante para manter as conquistas dos trabalhadores?
- \* Desde de novembro/2017 o negociado passou a prevalecer sobre o legislado – Se o sindicato for fraco, as nossas conquistas históricas estão seriamente ameaçadas?
- \* Em todas as campanhas salariais dos últimos anos, o Sindicato sempre conseguiu ampliar o conjunto dos benefícios?
- \* O Sinergia oferece gratuitamente assessoria jurídica?
- \* O Sindicato possui uma série de convênios que te permite descontos especiais?
- \* O Sinergia é um sindicato cidadão, reconhecido por apoiar lutas populares?






**SÓCIO SIM, SOZINHO NÃO!!**

**SINDICALIZE-SE**

**A nossa luta fica mais forte com você ao lado!**

---

**Salvador** - Rua J.J Seabra, 441, Sete Portas. Tel: (71) 3176-1866/ Fax: (71) 3176-1863/0800-7071788

---

**Paulo Afonso** - Rua Floriano Peixoto, 936, Centro. CEP: 48.601-210 - Tel. (75) 3281-3860 / 3281-2483

---

**Sobradinho** - Rua Moxotó, 55, Vila São Francisco. CEP: 48.925-000 - Tel. (74) 3538-2217

---

[www.sinergiahahia.com.br](http://www.sinergiahahia.com.br)  [sinergiahahia](https://www.facebook.com/sinergiahahia)

[sinergia@sinergiahahia.com.br](mailto:sinergia@sinergiahahia.com.br)

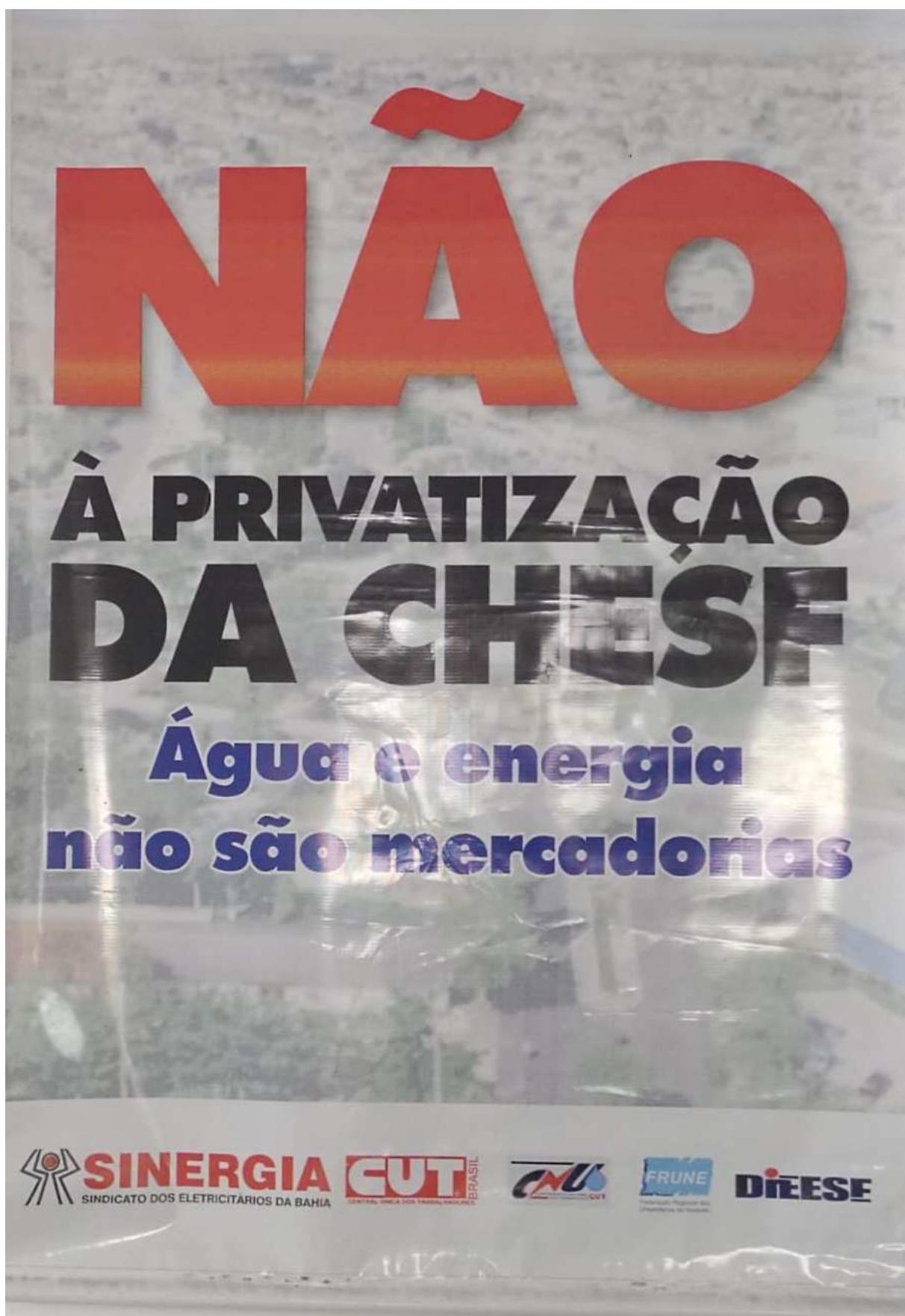


**Seu sindicato é forte e atuante, mas...**



**...precisa de você para continuar vencendo!**

ANEXO 38 – 2022: Segue a luta sindical contra as políticas neoliberais.



## ANEXO 39 – Sindicato dos Eletricitários: as articulações políticas locais e nacionais.

